

UNIVERSIDADE DE LISBOA
Instituto de Ciências Sociais



UNIVERSIDADE
DE LISBOA



*As dinâmicas de poder na sucessão de liurais: etnografia e história de famílias no reino de Luca
(Timor-Leste)*

Margarida Luísa Coutinho Mendes

Orientadora: Doutora Susana Dores de Matos Viegas

Co-orientador: Doutor Ricardo Nuno Afonso Roque

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor em Antropologia,
especialidade em Antropologia e História.

2023



UNIVERSIDADE
DE LISBOA



*As dinâmicas de poder na sucessão de liurais: etnografia e história de famílias no reino de Luca
(Timor-Leste)*

Margarida Luísa Coutinho Mendes

Orientadora: Doutora Susana Dores de Matos Viegas

Co-orientador: Doutor Ricardo Nuno Afonso Roque

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor em Antropologia,
especialidade em Antropologia e História.

Júri:

Presidente: Doutora Ângela Maria Barreto Xavier, Investigadora Principal com Habilitação e Presidente do Conselho Científico do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Vogais:

- Doutora Susanna Barnes, *Assistant Professor, Department of Anthropology, University of Saskatchewan, Canadá;*
- Doutor Fernando José Pereira Florêncio, Professor Auxiliar Departamento de Ciências da Vida, Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra;
- Doutor Lúcio Manuel Gomes de Sousa, Professor Auxiliar, Departamento de Ciências Sociais e de Gestão da Universidade Aberta;
- Doutor João Paulo dos Santos de Pina Cabral, Investigador Coordenador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa;
- Doutora Susana Dores de Matos Viegas, Investigadora Principal com Habilitação do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (orientadora).

Esta investigação foi realizada com o apoio institucional da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, através da concessão de uma bolsa de doutoramento (SFRH/BD/144165/2019), com a duração de 41 meses, e com o apoio de uma bolsa de doutoramento da Fundação Oriente, com a duração de 28 meses.

AGRADECIMENTOS

O processo de escrita é descrito como sendo um processo solitário, mas ao longo do tempo de escrita da tese tenho descoberto e reflectido que é um processo de co-relação. A construção da tese tem sido também um processo auto-reflexivo sobre quem eu sou, em quem me transformo à medida que escrevo, como me vou pensando no desenrolar da escrita da tese, como vou reflectindo sobre mim mesma à medida que escrevo e que penso sobre outras realidades, sobre outras pessoas e com elas. Como é que este mundo de imensas possibilidades que a Antropologia me tem trazido, me transmuta e me leva para o lugar onde eu quero estar, a partir desta voz que eu vou construindo e que é a minha? Isso tem sido objecto da minha reflexão.

A tese é, então, um processo de construção e de auto-construção onde entro eu com a minha criatividade, conhecimento, investigação, leituras, procura, curiosidade, interesses, limitações, reflexões, associações de ideias; com a interacção com os outros e comigo mesma; com o material e o imaterial. É um processo de múltiplas co-relações e interacções e, por isso, resulta das imensas relações com interlocutores multi-versados que acompanham a escrita da tese. O processo de construção da tese é de co-relação a partir de mim, é certo, mas entre mim e cada um dos meus interlocutores.

A co-relação entre mim e cada texto que estudo, cada autor que leio, cada informação que recebo, cada teoria que utilizo como veículo explorador do meu argumento, cada percepção que vou tendo de todas estas interacções, formatam esta minha experiência de escrita. Ela também foi moldada pela minha relação com os meus orientadores, com os professores e investigadores, com os colegas, cada um com a sua diversidade, no ambiente académico do Instituto de Ciências Sociais (ICS). Agradeço à minha orientadora Susana de Matos Viegas pela orientação permanente em todo este longo processo de elaboração da tese, pela tutoria em Antropologia, pelos/as investigadores/as com os quais ela me pôs em contacto, pelo acompanhamento e partilhas durante o trabalho de campo, as leituras que aconselhou, todas as sugestões, revisões dos textos, por me ter envolvido na organização e na participação de conferências e me ter entusiasmado a publicar artigos, pela sua boa energia e pela força que sempre me transmitiu. Agradeço ao meu co-orientador Ricardo Roque pelo seu acompanhamento presente durante a realização desta tese, os seus ensinamentos e leituras que me fizeram reformular a forma como vejo a História e como aprendi a articular Antropologia e História. Esta dissertação foi também desenvolvida no quadro do projecto *INDICO - Arquivos coloniais nativos: micro-histórias e comparações* financiado através de fundos nacionais pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. (PTDC/HAR-HIS/28577/2017), por ele dirigido e no âmbito do qual escrevemos um artigo e um

capítulo de um livro. Agradeço à Susana e ao Ricardo por todo o apoio e por toda a formação teórica e prática no contexto da elaboração desta tese. Agradeço também ao João Vasconcelos, coordenador do doutoramento, pela sua disponibilidade permanente para esclarecer e ajudar gentilmente e por coordenar um doutoramento que me trouxe tanta abundância partilhada, visões diferentes e múltiplas possibilidades. Agradeço aos professores e às professoras do ICS, do ISCSP e do CEC-FLUL pelas partilhas sobretudo ao longo do primeiro ano de aulas. Recordo todas as interacções com gratidão, mas gostaria de manifestar o meu reconhecimento pelas palavras de incentivo de Cláudia Castelo, João Pina-Cabral, José Sobral, Maria de Fátima Amante, Nuno Domingos, Patrícia Ferraz de Matos, Simone Frangella e Virgínia Calado. Agradeço todas as partilhas feitas no âmbito dos grupos de investigação do ICS, ao GI Diversidades, Etnografias do Mundo Contemporâneo e ao GI Impérios, Colonialismo e Sociedades Pós-Coloniais, coordenados respectivamente pelos meus orientadores. Enquanto membro do Conselho Pedagógico do ICS entre 2020-2022, gostaria de agradecer esse percurso comum aos meus colegas Gustavo Gouvêa Maciel, João Vasconcelos, Miguel Dantas da Cruz, Tânia Veiga e Vanessa Cunha, e ao interesse e apoio do António Pedro de Barros, Fábio Rafael Augusto, Joana Sá Pinto, Kátia Favilla, assim como à Rita Reis que me acompanhou e incentivou durante todo o doutoramento. Agradeço a todos/as os/as demais colegas e funcionários/as do ICS. Um reconhecimento especial à Maria Goretti pelo seu incentivo e apoio. Manifesto o meu profundo reconhecimento ao ICS que foi a minha casa em todo este processo.

Agradeço ainda ao investimento público e privado em ciência que permitiu desenvolver esta tese enquanto bolsista da Fundação para a Ciência e Tecnologia e anteriormente com o apoio de uma bolsa de doutoramento da Fundação Oriente. Agradeço também a Judith Bovensiepen ter-me convidado para trabalhar como sua assistente de investigação no projecto “Anticipating prosperity: a study of community expectations and the petroleum industry in Timor-Leste”, financiado pelo Economic and Social Research Council in the UK [ES/L010232/1], assim como todos os seus ensinamentos e apoio, num período prévio sem bolsa.

Agradeço o apoio logístico dos meus pais, o seu incentivo, assim como dos meus tios e prima, dos meus amigos e amigas, nomeadamente da Ana Guerreiro, Anabela, Constança Dias, Daniela, Fernanda Morais, Fernando, Flora Silva, Isabel Gorjão, Maria Petersen, Marisa, Paula Baptista, Paulo Madeira e Sónia Armada.

Agradeço à minha filha Mariana o seu apoio e amor incondicional. Dedico-lhe esta tese, assim como a todos os meus interlocutores, em especial aos mais próximos e dos quais resultam as narrativas biográficas, e a todos/as os/as timorenses que lutaram cada um da sua forma pela autodeterminação e independência do seu país.

RESUMO

O presente estudo propõe investigar as dinâmicas de poder ligadas à projecção temporal da autoridade dos *liurais* (expressão Tétum para ‘senhor territorial’) e suas linhagens em Timor-Leste, entrecruzando Antropologia e História. A tese centra-se em trabalho de campo, em pesquisa documental e em entrevistas com descendentes de *liurais* do ‘Reino de Luca’, localizado no leste da ilha de Timor. Durante o longo período da colonização portuguesa, este reino teve uma actuação importante na relação com a administração colonial. Antes e durante esse período, Luca distinguiu-se como centro simbólico paralelo (ou até alternativo) quer relativamente a Wehali – um grande reino localizado actualmente na parte Indonésia da ilha - quer mesmo ao governo do Estado colonial. Durante o período da ocupação indonésia, os descendentes desse mesmo reino tiveram um papel significativo na resistência e na conquista da independência de Timor-Leste. No período pós-independência, ganharam protagonismo na construção do Estado-Nação.

A investigação propõe conhecer os processos de continuidade e transformação da autoridade dos descendentes de *liurais* de Luca, focando com maior incidência as últimas décadas do período colonial português e a actualidade, combinando narrativas biográficas com observação de terreno e com trabalho de arquivo orientado pelos temas que relevam das narrativas biográficas. A análise parte de um aprofundamento das complexas redes de parentesco timorense que a abordagem antropológica viabiliza. O trabalho de campo orientou a investigação para a análise da biografia política destes interlocutores e das suas interacções com outros líderes timorenses. Estas interacções foram aprofundadas recorrendo a entrevistas, documentos publicados, documentação privada e acervos públicos do Arquivo e Museu da Resistência e do Arquivo Histórico Ultramarino. Com esta abordagem cruzada, a tese pretende contribuir para a compreensão da relação entre dinâmicas familiares, formas de parentesco e reprodução de hierarquias de poder no sudeste asiático. Partindo da contemporaneidade, a tese acaba por mostrar como os descendentes do reino de Luca e a Casa de Luca se posicionam enquanto uma espécie de rede de consolidação de dinâmicas políticas que abarcam uma longa duração.

Palavras-chave:

Geração, dinâmicas políticas, *liurais*, Luca (Timor-Leste), Antropologia e História.

Abstract

The present study proposes to investigate the power dynamics linked to the temporal projection of the authority of *liurais* (Tetum expression for 'territorial lord') and their lineages in Timor-Leste, intersecting Anthropology and History. The thesis is centred on fieldwork, documentary research and interviews with descendants of *liurais* from the 'Kingdom of Luca', located in the east of the island of Timor. During the long period of Portuguese colonisation, this kingdom played an important role in the relationship with the colonial administration. Before and during that period, Luca distinguished itself as a parallel (or even alternative) symbolic centre both to Wehali – an important kingdom now located in the Indonesian part of the island - and even to the government of the colonial state. During the period of Indonesian occupation, the descendants of that same kingdom played a significant role in resisting and gaining independence for Timor-Leste. In the post-independence period, they gained prominence in the construction of the nation-state.

The research proposes to understand the processes of continuity and transformation of the authority of the descendants of Luca's *liurais*, focusing more on the last decades of the Portuguese colonial period and the present day, combining biographical narratives with field observation and with archival work oriented by the themes that emerge from the biographical narratives. The analysis is based on a deeper understanding of the complex Timorese kinship networks that the anthropological approach makes possible. The fieldwork oriented the research towards analysing the political biography of these interlocutors and their interactions with other Timorese leaders. These interactions were further analysed using interviews, published documents, private papers and public collections from the Resistance Archive and Museum and the Overseas Historical Archive. With this cross-cutting approach, the thesis aims to contribute to the understanding of the relationship between family dynamics, forms of kinship and the reproduction of power hierarchies in Southeast Asia. Starting from contemporary times, the thesis ultimately shows how the descendants of the kingdom of Luca and the House of Luca position themselves as a kind of network for the consolidation of political dynamics spanning a long duration.

Keywords

Generation, political dynamics, *liurais*, Luca (Timor-Leste), Anthropology and History.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS.....	i
RESUMO.....	iii
Abstract.....	iv
ÍNDICE.....	v
ÍNDICE DAS FIGURAS.....	ix
LISTA DAS ABREVIATURAS.....	xi
INTRODUÇÃO.....	1
1. O objeto de estudo: contextualização e caracterização de Luca.....	3
2. Os estudos sobre o “reino de Luca”	5
3. Percurso da investigação.....	11
4. Metodologia.....	15
4.1. O trabalho de campo.....	15
4.2. Entre a Antropologia e a História.....	19
4.3. As narrativas biográficas como formato etnográfico.....	22
5. A estrutura da tese.....	22
PARTE I – LUCA: HISTÓRIA, GERASAUN E LIURAS.....	29
CAPÍTULO 1: CONCEITOS DE GERASAUN DE LUCA.....	29
1. <i>Gerasaun de Luca</i>	30
2. A noção de “Casa” no debate antropológico	34
3. Casas da <i>Gerasaun de Luca</i>	37
4. Relações de aliança – <i>fetosan/umane</i>	41
5. As linhagens e o antepassado que serve de referente comum.....	43
6. Genealogia política da Casa Wedah Canlor	45
7. Tronco comum e ramos – Territorialidade e expansão da <i>Gerasaun de Luca</i>	50
7.1. Grupo de origem de Luca.....	50
7.2. Dos ramos para o tronco: movimentação das Casas segmentares para a Casa de origem.....	51
7.3. <i>Gerasaun de Luca</i> de Uaibobo.....	52
7.4. <i>Gerasaun de Luca</i> de Leguimea.....	53
Conclusão.....	55

CAPÍTULO 2: A MOVIMENTAÇÃO DAS ESTÁTUAS DOS <i>LIURAI</i>S	57
1. A Comemoração dos 500 Anos de Interacção Timor-Leste – Portugal.....	57
1.1. O <i>Monumentu Lifau</i>	57
1.2. Uma visita a Oe-Cusse.....	61
1.2.1. A Casa Costa.....	62
1.2.2. Delimitação das fronteiras terrestres e o papel dos <i>liurais</i> na actualidade em Oe-Cusse.....	65
1.3. A organização das “Comemorações dos 500 anos”	67
2. Luca e a ordem política antiga	75
2.1. A relação cosmológica entre Luca e Wehali.....	75
Conclusão.....	83
CAPÍTULO 3: ALIANÇA E RESISTÊNCIA NO PERÍODO COLONIAL	85
1. A recepção dos <i>liurais</i> aos portugueses e as origens externas da autoridade.....	85
2. Luca na antiga documentação portuguesa.....	88
3. Luca e a autoridade emanada dos portugueses.....	92
4. A “Guerra dos Doidos”	98
4.1. A “Guerra dos Doidos”: narrações a partir do arquivo colonial.....	105
4.2. A “Guerra dos Doidos” vista pela História e pelas Ciências Sociais no século XXI...111	
Conclusão.....	114
CAPÍTULO 4: RECONFIGURAÇÕES DE PODER NAS ÚLTIMAS DÉCADAS DA COLONIZAÇÃO PORTUGUESA	117
1. De <i>liurai</i> a chefe de <i>suco</i> : Luca entre a aliança e a resistência.....	117
1.1. Metamorfoses de poder.....	117
1.2. Jeremias Amaral de Luca entre a narrativa colonial, a resistência e a aliança.....	122
1.2.1. Narrativa colonial.....	123
1.2.2. Perspectivas dos descendentes de Luca.....	126
1.3. Zeferino Amaral e a “Revolta de Viqueque”	127
2. A organização política e partidária dos <i>liurais</i> desde 1974.....	132
2.1. KOTA.....	132
2.2. A Convenção dos Liurais e o Senado dos Liurais de Timor Lorosa’e (SLTL).....	144
3. Os <i>liurais</i> e um novo modelo de desenvolvimento.....	150
Conclusão.....	153

PARTE II – NARRATIVAS BIOGRÁFICAS.....155

CAPÍTULO 5: A CASA DE LUCA, OS *LIURAI*S E O CENTRO POLÍTICO.....157

1. Primeiros anos e escolaridade.....156
2. Postos de elite nativa na administração colonial portuguesa.....158
3. Deputado por Timor no Parlamento indonésio.....164
4. Comissário e Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Indonésia.....167
5. Presidente e deputado do KOTA.....171
6. Presidente do Senado dos Liurais de Timor Lorosa'e.....175
7. *Gerasaun de Luca*, a Casa e os antepassados.....180
- Conclusão.....181

CAPÍTULO 6: A AGÊNCIA DOS ANTEPASSADOS NUMA BIOGRAFIA POLÍTICA...185

1. Primeiros anos e escolaridade.....185
2. Primeiros passos na política: ASDT / Fretilin: representante externo em Portugal.....187
3. Representante da Fretilin no Exterior: Moçambique e África do Sul.....192
4. A Fretilin, a dissidência da Frente-Mudança e os cargos governamentais.....199
5. Tensões geracionais e de elite.....204
6. A *Gerasaun de Luca*, a Casa e os antepassados.....207
- Conclusão.....214

CAPÍTULO 7: RESISTÊNCIA E DISSIDÊNCIA.....217

1. Percurso biográfico: o período colonial e a importância dos *liurais* de Luca na transição pós-colonial.....217
2. A turbulência política de 1974-1975 e a invasão indonésia.....221
3. Imersão e ascensão na Resistência Timorese.....222
4. O “Levantamento de Kraras” e o reassentamento em Luca (Lalerek Mutin)225
5. A prisão de Amaral da Costa na década de 1980.....228
6. À conquista do mundo católico.....231
7. Auge do poder: o momento da Frente Clandestina (1986-1999) 233
8. A agência de Amaral da Costa em eventos marcantes da década de 1990..... 236
9. O CPCD-RDTL e as tensões políticas na RDTL.....241
10. *Gerasaun* de Luca e descendência *liurai*.....247
- Conclusão.....249

CONCLUSÕES.....	251
BIBLIOGRAFIA.....	259
ANEXOS.....	277
Anexo A: Declaração conjunta dos líderes tradicionais (2017).....	277
Anexo B: Luca na documentação colonial.....	278
Anexo C: Cronologia do Partido KOTA.....	286
Anexo D: Cargos políticos e diplomáticos de José Luís Guterres na RDTL.....	287
Anexo E: Carta de António Tomás Amaral da Costa ao Papa João Paulo II (1989)	288
Anexo F: Carta de António Tomás Amaral da Costa a Dom Duarte Pio (2014).....	290

ÍNDICE DAS FIGURAS

Figura 1. Mapa dos Municípios de Timor-Leste.....	4
Figura 2. Mapa dos Municípios de Timor-Leste com a localização das Casas.....	38
Figura 3. Tabela dos <i>Liurais</i> da Casa Wedah Canlor.....	46
Figura 4. Tabela dos Chefes de <i>Suco</i> de Luca da Casa Wedah Canlor.....	47
Figura 5. Tabela dos Membros do Governo e Diplomatas da RDTL da Casa Wedah Canlor...	47
Figura 6. <i>Monumentu Lifau</i>	58
Figura 7. Estátuas dos <i>liurais</i> do <i>Monumentu Lifau</i>	59
Figura 8. Mapa de Timor de Eredia.....	88
Figura 9. <i>Liurais</i> no Vaticano.....	131
Figura 10. Bandeiras do KOTA e da Aliansa Demokratika.....	142
Figura 11. Fotografia de família.....	166
Figura 12. Féretro de Clementino dos Reis Amaral no recinto do Parlamento da RDTL.....	178
Figura 13. Homenagem a Clementino dos Reis Amaral no Parlamento da RDTL.....	178
Figura 14. Imagem de José Luís Guterres.....	202
Figura 15. Fotografia de Amaral da Costa com Taur Matan Ruak e população local.....	235
Figura 16. Fotografia de Amaral da Costa, V. Carrascalão e Kay Rala Xanana Gusmão.....	246

LISTA DAS ABREVIATURAS

ABRI – *Angkatan Bersenjata Republik Indonesia* - Forças Armadas da República da Indonésia

AMRT - Arquivo & Museu da Resistência Timorense

ANC – *African National Congress* – Congresso Nacional Africano

APMT - Associação Popular Monárquica de Timor

Apodeti - Associação Popular Democrática Timorense

ASDT – Associação Social-Democrática Timorense

ASEAN - *Association of Southeast Asian Nations* – Associação das Nações do Sudeste Asiático

CAF - Comité de Acção da Fretilin

CAVR – Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação

CCFD – Comissão Coordenadora da Frente Diplomática

CDF - Comissão Directiva da Fretilin

CDR - Conselho Democrático Revolucionário

CEL/FC - Comité Executivo da Luta/Frente Clandestina

CICV - Comité Internacional da Cruz Vermelha

CNC – Centro Nacional Chega

CNRM - Conselho Nacional da Resistência Maubere

CNRT - Conselho Nacional da Resistência Timorense

CNRT - Congresso Nacional da Reconstrução de Timor-Leste (partido político)

CNT - Convergência Nacionalista Timorense

COSATU - *Congress of South African Trade Unions* – Congresso dos Sindicatos Sul Africanos

CPD-RDTL - Conselho Popular da Defesa da República Democrática de Timor-Leste

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

CRRN - Conselho Revolucionário da Resistência Nacional

DEF - Delegação Externa da Fretilin

DFSE – Delegação da Fretilin em Serviço no Exterior

DRSE - Delegação da Resistência em Serviço no Exterior

Frelimo – Frente de Libertação de Moçambique

Fretilin – Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente

Falintil - Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor-Leste

Golkar - *Golongan Karya* - Partido dos Grupos Funcionais

KHUNTO - *Kmanek Haburas Unidade Nasional Timor Oan*

Komnas HAM - *Komisi Nasional Hak Asadi Manusia* - Comissão de Direitos Humanos da Indonésia

Kopassus - Komando Pasukan Khusus – SGI / Comando das Forças Especiais - SGI

Korem – Komander Resor Militer - Comando do Regimento Militar Indonésio

KOTA - *Klibur Oan Timor Aswain* – Associação dos Heróis Timorenses

Interfet – *Internacional Force East Timor* - Força Internacional para Timor-Leste

Miplin - Milícia Popular de Libertação Nacional

MPLA - Movimento Popular de Libertação de Angola

OCR - Organização Coordenadora Inter-Regional

Ojectil - Organização da Juventude e dos Estudantes Católicos de Timor-Leste

OLP – Organização para a Libertação da Palestina

ONG - Organização não governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

OPJT - Organização Popular da Juventude de Timor

OPRC - Organização Popular da Resistência Clandestina

PD - Partido Democrático

PLP - Partido de Libertação Popular

PNT - Partido Nacionalista Timorense

PPT – Partido do Povo de Timor

PST – Partido Socialista Timorense

PT - Partido Trabalhista

RAEOA – ZEEMS - Região Administrativa Especial e Zona Especial de Economia Social de Mercado de Oe-Cusse Ambeno

RDTL - República Democrática de Timor-Leste

Renetil – Resistência Nacional dos Estudantes de Timor-Leste

RNJT - Resistência Nacional dos Jovens Timorenses

Rol - Registo de Interrogatório

SIGI - *Satuan Gabungan Intelijen* - Unidade Conjunta de Serviços de Informação

SLTL - Senado dos Liurais de Timor Lorosa'e

TO – Timor Ocidental

UDT - União Democrática Timorese

UNAMET – *United Nations Mission in East Timor* – Missão das Nações Unidas em Timor-Leste

Unetim – União Nacional dos Estudantes Timorenses

UNTAET – *United Nations Transitional Administration in Timor-Leste* - Administração Transitória das Nações Unidas em Timor-Leste

URT - União da República de Timor

VOC - *Vereenigde Oost-Indische Compagnie* - Companhia Holandesa das Índias Orientais

INTRODUÇÃO

A investigação que desenvolvo nesta tese tem por base uma etnografia com interlocutores principais com quem desenvolvi longas conversas num contexto de observação participante durante o trabalho de campo que realizei em Timor-Leste entre 2017 e 2018. Ainda que inicialmente tivesse como objetivo desenvolver uma abordagem mais abrangente sobre a questão da sucessão de *liurais* em Timor-Leste, objetivo esse que o título da tese ainda reflete, os laços que fui desenvolvendo com os descendentes da grande Casa e antigo reino de Luca levaram-me a centrar o trabalho no estudo das dinâmicas históricas dos *liurais* nessa linhagem familiar. A investigação centra-se, então, em trabalho de campo com descendentes de *liurais* do ‘reino de Luca’.

Luca configura uma forma de poder centralizada, equiparável ao reino de Wehali – um grande reino localizado actualmente na parte indonésia da ilha de Timor, no período que precedeu a colonização da ilha. O reino de Luca situado na costa sudeste da ilha de Timor distinguiu-se durante muito tempo como centro simbólico paralelo (ou até alternativo) a Wehali. Durante o longo período da colonização portuguesa, o reino de Luca teve uma importante agência na relação com o governo colonial, alicerçada sobretudo em alianças, mas também com momentos de resistência assinaláveis. Apesar da paridade de poderes entre Wehali e Luca, tem sido dada relevância à centralidade do reino de Wehali no imaginário ritual e político timorense e sobre ele têm sido produzidos diversos estudos. Apesar do reconhecimento de Luca como centro político ter sido assinalado em documentação colonial remota sobretudo portuguesa, mas também holandesa, e de diversos estudos coloniais portugueses publicados em meados do século XX sublinharem a sua importância, não têm sido dedicados estudos monográficos exclusivos ao reino de Luca. Só muito recentemente tem sido dada relevância ao reino de Luca em investigações internacionais, mas o foco específico em Luca ocorreu apenas num artigo ainda mais recente consagrado especificamente a Luca (Barnes, Hägerdal and Palmer 2017). Espero que esta tese contribua de forma substantiva e promova o interesse em investigações subsequentes dedicadas a Luca.

A relevância do reino de Luca para a história timorense está também ligada a papéis de relevo desempenhados por uma linhagem unilinear da Casa *liurai* de Luca, desde um tempo longo que pode mediar entre nove e doze séculos, segundo os meus interlocutores. Os conceitos centrais mobilizados pelos meus interlocutores para falarem da sua descendência do reino de Luca são os de *gerasaun* e de *Gerasaun* de Luca. Nesta tese proponho-me reflectir sobre os

conceitos de *gerasaun*, contextualizando-os no debate teórico da geração e da Casa e em interligação com as noções de *Gerasaun* de Luca, e abordar uma sequência de eventos históricos representativos da dinâmica de aproximação e resistência a poderes externos, que caracterizou a história de Luca desde tempos remotos até à actualidade. Mostro a importância da noção de *gerasaun* para entender o cruzamento entre parentesco, Casas e dinâmicas históricas de carácter político. O conceito timorense de *gerasaun* pode significar geração social, unidade de descendência unilinear, Casa e potencial gerador. Procuo analisar a relação entre os diferentes significados de *Gerasaun* de Luca, através dos nexos entre o grupo de origem e os segmentos das Casas que dele fazem parte. Procuo identificar processos de agregação e de segmentação políticos e de parentesco recorrendo aos conceitos de Geração e de Casa, e de que forma viabilizam o poder e relações de longa duração. Muitos segmentos de “Casas-ramos” espalhadas por locais díspares em Timor-Leste e que resultariam da segmentação da “Casa-tronco” de Luca com descendentes a irem ocupar e povoar outras localidades, reivindicam a sua pertença à unidade que também constitui a *Gerasaun de Luca*. Esta ramificação na paisagem a partir do tronco ou raiz é contada a partir de narrativas de origem e de eventos contemporâneos que remetem para outras temporalidades.

Analiso também as reivindicações políticas e territoriais dos descendentes dos *liurais* de Luca representados por várias Casas, ligadas a noções históricas da importância e singularidade do reino de Luca. Proponho-me reflectir sobre a reivindicação da continuidade da centralidade da Casa de origem de Luca num tempo longo, até à actualidade pós-independência de Timor-Leste. Procuo dar relevo às identidades *liurais* e de parentesco de Casas da *Gerasaun de Luca*, focando-me na fase final do período colonial português, no período da ocupação indonésia e no período pós-independência que revelam uma longa duração que liga múltiplas temporalidades sócio-políticas de Timor. Incido na Casa *liurai* de Luca para compreender a importância da legitimação familiar da autoridade *liurai* e da Casa através de processos múltiplos de alianças políticas e matrimoniais, mas também de reconstituição histórica e genealógica do passado. Pretendo perceber de que forma Luca poderá ter adquirido ou adquire ainda significado especial como centro ou referente nativo de autoridade para o grupo de origem, para a *Gerasaun de Luca*, ‘autoridades tradicionais’ e identidade *liurai* no espectro nacional. Ao trabalhar sobre as dinâmicas da *Gerasaun de Luca* integro uma outra escala de análise que se prende com a forma como esta *Gerasaun* vai simbolizando um papel identitário e constituindo um factor de unidade nacional da República Democrática de Timor-Leste.

Através de narrativas biográficas desenvolvo um enfoque político de três interlocutores relevantes da Casa *liurai* de Luca, representantes da Casa-tronco e de Casas-ramos por

descendência patrilinear ou por adoção. Analiso os processos de transformação das formas de autoridade dos descendentes de *liurais* e da *Gerasaun* de Luca, entre o final do colonialismo português e a independência. Procuo compreender como esta rede dos descendentes dos *liurais* de Luca se foi transformando e mantendo protagonismo político. Mostro como durante as últimas décadas da colonização portuguesa, os descendentes dos *liurais* e especificamente de Luca tiveram papéis determinantes na criação dos partidos políticos e no período da ocupação indonésia tiveram um papel significativo na Resistência e na conquista da independência de Timor-Leste, ganhando ainda protagonismo na construção do Estado-Nação.

Procuo também compreender as diferenças e continuidades das duas gerações sociais timorenses representadas nas três narrativas biográficas: a *Gerasaun* 1975 (designação usada em Timor-Leste e correspondente grosso modo aos que nasceram entre 1769 e 1975) e a *Gerasaun foun* (designação usada em Timor-Leste e correspondente grosso modo aos que cresceram entre 1975 e 1999, durante a ocupação indonésia). Abordo ainda a sobreposição e a intersecção entre estas duas gerações de interlocutores.

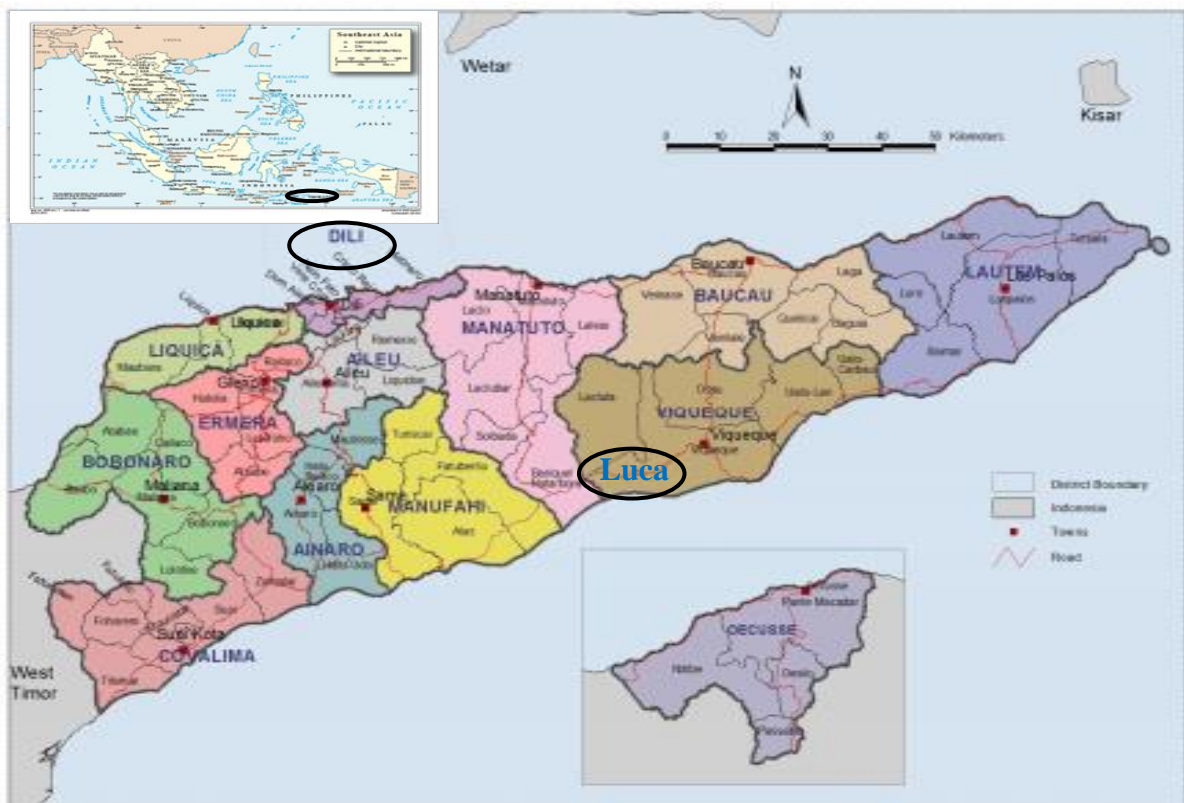
A investigação que está na base desta tese cruza Antropologia e História, trabalho de campo baseado sobretudo em entrevistas com descendentes de *liurais* do ‘Reino de Luca’ e em pesquisa documental. Combino entrevistas com os meus interlocutores principais com investigação de arquivo orientada pelos temas que emergiram dessas entrevistas e narrativas biográficas, com especial relevância para o Arquivo e Museu da Resistência, o Centro Nacional Chega e o Arquivo Histórico Ultramarino. O trabalho de campo orientou a investigação para a análise da biografia política da Casa *liurai* de Luca, assim como das narrativas biográficas com foco político dos meus interlocutores e das suas interações com outros líderes timorenses e internacionais. Estas interações foram aprofundadas através do recurso a entrevistas de outros interlocutores, a documentação publicada sobre os meus interlocutores e a documentação não publicada da sua autoria ou das suas Casas.

Nas próximas páginas da Introdução, procurarei contextualizar e caracterizar Luca na actualidade, passando a debruçar-me sobre o “reino de Luca” e o estado da arte sobre este reino. Prosseguirei dando conta do percurso da minha investigação, da metodologia escolhida que envolve o trabalho de campo que articula Antropologia e História. Finalizarei com a estrutura da tese, descrevendo sumariamente os temas que abordarei em cada capítulo.

1. O objeto de estudo: contextualização e caracterização de Luca

Esta tese, como já referi, baseia-se em trabalho de campo com uma rede familiar que se reivindica como descendente do grupo de origem de Luca. Os meus interlocutores principais residiam em Díli no período em que realizei trabalho de campo em 2017-2018. No entanto, a sua ligação à localidade de Luca tem relevância. Por isso, importa começar por apresentar alguns dados que caracterizam a geografia de Luca. Actualmente o topónimo Luca, que se situa na costa sul central de Timor-Leste como podemos ver no Mapa 1, designa a divisão administrativa chamada *suco* que se decompõe em aldeias.

Figura 1. Mapa dos Municípios de Timor-Leste indicando Luca e Díli



Fonte: Timor-Leste. Ministério das Finanças (2013). United Nations (2012). Timor-Leste no Sudeste Asiático.

O *suco* de Luca pertence ao Município de Viqueque. É um dos trinta e cinco *sucos* deste município e o *suco* mais ocidental. Viqueque tem duzentas e trinta e quatro aldeias e o *suco* de Luca é formado pelas seguintes aldeias:

- Canlor, onde se fala Tétum Têrik e Makassar;
- Iramer (Tétum Têrik e Makassar);
- Uma Boot (Tétum Têrik);
- Uma Lor (Tétum Têrik e Kairui).

A actual população de Luca é de apenas 2.400 habitantes, num cômputo municipal de 76.033 e nacional de 1.183.643 habitantes. Dada a dimensão do *suco*, o número de habitantes não é expressivo (Timor-Leste, Ministério das Finanças 2015, 2019). Espelhando a realidade nacional, a população de Luca é maioritariamente jovem, abaixo dos 25 anos (Timor-Leste. Ministério das Finanças 2015).

Entre os vários dados oficiais sobre Luca e tendo em conta os temas que vão tornar-se importantes nesta tese, importa destacar os dados sobre educação e trabalho. A literacia ronda os 80% entre os 15 e os 24 anos, muito próxima das médias municipais e nacionais. A taxa de literacia entre adultos é de 53,6% em Luca, na média do Município, e teve um aumento muito significativo nos últimos cinco anos (Timor-Leste. Ministério das Finanças 2015).

A força laboral mais significativa situa-se nas faixas etárias abaixo dos 15 anos (44,89%) e entre os 15 e os 59 anos (43,84%). 11,27% das pessoas activas têm mais de 65 anos. 56,89% da população de Luca está empregada, o que representa mais 13-15% do que a média municipal e nacional. 3,54% está desempregada e 39,56% inactiva. A população activa em Luca é significativamente superior à média municipal e nacional. A produção agrícola manual é feita em pequenos terrenos contíguos às casas e destina-se sobretudo ao consumo das redes familiares da aldeia. A venda destes produtos é inferior à média municipal de Viqueque. A criação de animais também faz parte das actividades produtivas (Timor-Leste. Ministério das Finanças 2015). O acesso a cuidados de saúde prestados por profissionais de saúde em Viqueque está alinhado com a média nacional, sendo muito baixa, de 37,7% (Timor-Leste. Ministério das Finanças 2015). A “ruralidade” do *suco* de Luca parece ser acompanhada de um certo desinvestimento no desenvolvimento que pode ser aferido por vários indicadores aqui indicados.

2. Os estudos sobre o “reino de Luca”

Luca é hoje uma pequena divisão administrativa de Timor-Leste. Todavia, Luca tem uma herança muito significativa de cariz local, regional e nacional. Até ao século XIX inclusive, a documentação portuguesa refere o reino de Luca. Mapas, narrativas de viagem, relatos e correspondência de missionários ou de governadores providenciaram diversa informação geográfica, política, económica, cultural e militar sobre esse reino. Entre o início do século XVIII e o século XIX, a documentação consultada refere as participações do reino de Luca e dos seus *liurais* em diversos conflitos político-militares, ora como aliados, ora como opositores

ao regime colonial português.

A defesa dos interesses coloniais portugueses influenciou na forma como Luca foi sendo perspectivada pelo regime colonial ao longo do tempo. Luca surge nas fontes coloniais portuguesas como um reino com influência insular sobretudo na parte Leste da ilha e, por esse motivo, foi objeto de interesse do governo português e dos seus propósitos coloniais. Quando visto como opositor ao regime colonial foram-lhe tiradas prerrogativas de forma a enfraquecê-lo, sendo o evento mais significativo a “Guerra dos Doidos”. Como irei mostrar, esta ambivalência entre inimigo e aliado faz parte de um processo histórico em grande parte sustentado na agência timorense e numa complexa articulação entre a defesa da continuidade histórica do grupo de origem de Luca e as sucessivas turbulências, que os regimes políticos estrangeiros (como o colonialismo português e a ocupação indonésia) foram trazendo. Na historiografia colonial, estas complexidades aparecem simplificadas numa dualidade entre alianças *versus* revoltas.

A literatura colonial sobre Timor-Leste (então “Timor Português”) representada pelo trabalho de autores como Afonso de Castro (1867), Humberto Luna de Oliveira (2004 [1949]) e Humberto Leitão (1952) era parte do próprio projecto colonial português. Estes autores foram membros do aparelho colonial, integraram as forças militares portuguesas e ocuparam cargos proeminentes ligados a Timor. Os seus estudos estavam vocacionados para enaltecer a história colonial e imperial dos portugueses, apagando o protagonismo histórico e cultural dos timorenses (cf. Roque 2022b). As fontes coloniais não tomavam em consideração a autonomia e os interesses próprios dos *liurais* e dos timorenses como agentes da sua história – classificando-os como meros objectos ou instrumentos de uma história maior necessariamente protagonizada por “portugueses” e pelo império luso. Mais ainda, a historiografia colonial tem categorias de análise próprias que impedem ou dificultam o reconhecimento de realidades indígenas, como por exemplo as formas de organização política próprias (Lobato 2019), como as que irei tratar nesta tese, a propósito dos *liurais* e da *Gerasaun de Luca*.

Afonso de Castro escreveu, em meados do século XIX, sobre como a organização política local podia servir o propósito do colonialismo civilizatório. Na sua qualidade de governador de Timor (1859-1863), Castro (1867) interessou-se pelo estudo dos chamados *usos e costumes* vigentes e como eles poderiam ser direccionadas para uma matriz que se queria gerida pela nova ordem colonial (Roque 2022b). Na fase de divisão territorial entre o Leste da ilha ou “Timor português” e a parte ocidental da ilha sob domínio holandês, as potências coloniais faziam avaliações das *performances* relativas a cada um dos grandes domínios e reinos, nomeadamente o de Luca, classificando-os e valorizando-os de acordo com a sua aliança ou

resistência, com as suas contribuições em homens de armas e pagamento de impostos (veja-se Roque 2022b). Nos textos de Afonso de Castro, enaltece-se a missão colonial do “nós” superior, civilizador e redentor do “outro”, a população colonizada, quer os timorenses em geral, quer comunidades timorenses mais circunscritas, como aliás acontece de forma característica na literatura colonial deste período histórico. A utilização dos *liurais* como instrumentos da governação é uma tónica importante nestes autores coloniais, nomeadamente em Humberto Luna de Oliveira (2004 [1949]) e Humberto Leitão (1948, 1952).

Na década de 1960, surgiram os primeiros trabalhos antropológicos sem compromissos directos com o governo colonial português. Em Viqueque, município ao qual Luca pertence, David Hicks iniciou trabalho de campo sobre os Tétum, em Caraubalo, grupo sócio-linguístico que Luca integra, que deu origem a diversas publicações (1975, 1983, 1984, 2001, 2004). Entre o trabalho de Hicks na década de 1960 e a data de 2000, os trabalhos em Timor-Leste foram em geral interrompidos. Em relação a Luca, o único documento que conheço publicado no fim da dominação indonésia baseado em trabalho de campo que lhe faz referência é o manuscrito de Peter Gerald Spillett (1999) e que vi pela primeira vez mencionado em Barnes, Hägerdal and Palmer (2017). Spillett foi um historiador anglo-australiano que estudou as viagens regulares dos marinheiros de Makassar do Sul de Sulawesi para o norte da Austrália e, especificamente, os Makassares que frequentavam as costas de Timor antes da chegada dos europeus. Ele orientou a investigação para os Makassares em Timor e nas Flores. Esta investigação resultou num estudo intitulado *The pre-colonial history of the island of Timor together with some notes on the makassan influence in the Island* (Spillett 1999). O manuscrito de Spillett contém diversas narrativas orais sobre Luca, quer na secção dedicada a Luca (Spillett 1999, 299-305), quer na história oral sobre Wewiku Wehali realçando a ligação entre ambos os reinos, assim como de Viqueque, entre outros reinos. Numa das narrativas surge a menção a “Luca Likusan” (Spillet 1999, 302), topónimo debatido por vários autores e que tem surgido mais associado a Liquiçá. Estas narrativas que evidenciam a importância do reino de Luca na ilha de Timor, baseiam-se na secção sobre Luca em entrevistas do autor entre 1994 e 1996 com Domingos Amaral e Leão Pedro dos Reis Amaral, membros proeminentes da Casa de Luca.

Após o trabalho de Spillet (1999), autores timorenses como Soares (2003) e Belo (2013), debruçaram-se sobre Luca em monografias com escopos temáticos alargados. António Vicente Marques Soares, historiador timorense de Lacluta (Viqueque) e *lia nain* da *Uma Tolu* (Lacluta), procurou articular a compreensão detalhada das fontes históricas com a das histórias orais locais, sobretudo as do seu município de Viqueque, resultando na obra intitulada *Pulau Timor: Sebuah sumbangan untuk sejarahnya* (Pt: “A ilha de Timor: Uma contribuição para a sua

história”) escrita em Malaio indonésio e publicada em 2003¹. Soares realçou a importância de Luca antes da colonização portuguesa como um dos três reinos em que a ilha de Timor estaria dividida: Webiku Wehali na costa do Sudoeste, próximo da fronteira terrestre actual de Timor-Leste, Sombai com base em Punjan (Kupang) a Oeste e Luca na costa do Sudeste. Luca estenderia a sua jurisdição desde o extremo oriental até Maubara (Liquiçá) e incluiria as ilhas de Wetar, Alor, Kisar e Leti, que foram posteriormente objecto de trocas territoriais entre portugueses e holandeses (Soares 2003, 45-53).

O estudo de D. Ximenes Belo (2013) sobre os antigos reinos de Timor-Leste, *liurais* e *datos* na sua relação com a colonização portuguesa (quer em aliança, quer em resistência) refere também Luca. Este trabalho baseia-se na consulta de documentação portuguesa maioritariamente publicada, assim como em entrevistas a descendentes de *liurais* e *lia nains*. Neste trabalho, as diversas referências a Luca vão surgindo ao longo dos muitos capítulos, por ordem cronológica da interacção dos portugueses com *liurais* e reinos, de meados do século XVII até meados do século XX. Segundo o autor, as narrativas orais e os documentos de arquivo corroboram que, entre o século XVII e o início do século XVIII, três Casas eram preponderantes na chamada “província dos Belos”: Wehali, Camenaça e Luca. Após a derrota de Wehali em 1642, pelo “partido português”, as Casas de Camenaça e Luca tornaram-se as mais importantes, sem esquecermos a importância do reino de Likusaen que Belo identifica como sendo Liquiçá (Belo 2013, 24-25). O reino de Luca tem uma secção dedicada onde é feito um esforço de ordenamento cronológico dos *liurais* de Luca, com base sobretudo em documentação histórica colonial (Belo 2013, 234-240).

Tendo em conta a antiga aliança de Luca ao reino de Wehali, importa sublinhar que nos anos de 1960, no lado ocidental da ilha de Timor, Gérard Francillon (1967) focou a sua tese de doutoramento nos aspectos matriarcais da estrutura social dos Tétum do Sul de Timor Central. Francillon analisou a sociedade de Wehali, articulando passado e presente. Internamente, estudou a Casa governada pelas regras da uxorilocalidade, a co-criação de relações entre membros e residentes nas várias fases da construção de uma casa e em eventos sagrados e profanos, afirmando que “A Casa aparecerá, espera-se, como um micro-cosmo da sociedade de Wehali e Suai e do Grande Império de Timor tal como foi concebido ter existido” (Francillon 1967, xvi). Ao longo de mais de 500 páginas desta tese não existem referências a Luca, nem

¹ António Marques Soares iniciou o seu trabalho de investigação da história de Timor nos anos 70, ao colaborar com Luís Filipe R. Thomaz. Nos anos 1980 foi administrador do sub-Distrito de Lacluta, antes de integrar o Parlamento Distrital de Viqueque. Na independência, ensinou história e cultura na Diocese de Baucau. Segundo os académicos da Universidade de Melbourne, Lisa Palmer e Balthasar Kehi, Soares muito contribuiu para o conhecimento da história e da cultura de Timor (Kehi and Palmer 2012).

por via de narrativas orais (e são múltiplas as que ligam Wehali a Luca), nem por via da documentação portuguesa e holandesa. Francillon (1967, 25) menciona que Viqueque e quase toda a costa sul da ilha teriam estado sob o domínio do Liurai Malaka de Timor central. Francillon (1967, 26) defende que o reino de Likusaen que vários outros autores atribuem a Luca, corresponde à actual Liquiçá (a poucos quilómetros a oeste de Díli).

Luís Filipe Thomaz (1981, 2002) terá sido um dos primeiros autores a sinalizar a importância do reino de Luca para a compreensão da história de Timor, em estudos linguísticos e culturais que desenvolveu sobre Timor, nomeadamente sobre os Tétum. O autor identifica Luca como o outro reino falante de Tétum, a par de Wehali, com quem dividia a influência política na área oriental da ilha de Timor. Isso mesmo foi assinalado por Tom Therik que estudou Wehali, mas que só faz duas menções a Luca, sendo uma delas resultante de referência ao trabalho de Thomaz (1981).

Tom Therik (2004) retomou o tema de Francillon e analisou a sociedade matrilinear de Wehali no Centro Sul de Timor, a partir da “tradição oral”, para mostrar como Wehali é imaginado como o centro ritual da cosmologia Tétum do Sul. Therik centra-se na análise de categorias duplas reveladas na tradição oral de Wehali: feminino/ masculino, centro/periferia e interior/exterior, ancorando-se nos estudos de Fox (1980, 1994) que utilizam categorias duais e de Francillon (1967). O estatuto superior concedido a Wehali é corroborado por Therik com base no facto de outros domínios de Timor prestarem homenagem a Wehali. Entre os vários autores é consensual que o poder de Wehali não derivava de qualquer poder militar coercivo, mas do seu estatuto de terra de origem, central e feminina que exigia protecção e tributos materiais dos outros domínios, periféricos, masculinos, numa relação de 'direitos rituais'. "Dar o centro à periferia" é uma noção abordada por relação ao casamento e alianças que acompanham o mito de origem segundo o qual Wehali terá entregue os seus filhos para receber em troca mulheres e poder feminino. A referência a Luca surge neste estudo de Therik (2004) apenas em duas menções: pela voz de Luís Filipe Thomaz (1981) como o outro reino de língua Tétum que partilhava com Wehali a hegemonia política em toda a parte oriental da ilha; e por via do “Documento Sarzedas” que sugere que, em Timor pré-colonial, o domínio da ilha na parte oriental estava sob o "imperador" de Luca, na parte ocidental estavam sob o "imperador" de Sonba'i e na parte central estava sob o "imperador" de Wehali.

Um quarto trabalho de maior vulto e que mais influenciou esta tese foi o único artigo conhecido que se foca exclusivamente em Luca, escrito por Barnes, Hägerdal and Palmer em 2017, o qual articula as investigações individuais dos três autores. O artigo teve um impacto notório na minha investigação, sobretudo na análise dos modelos de governação, na relação

entre centro e periferia e na forma como articula o argumento. Os autores analisaram a reivindicação de poder de Luca sob diversos ângulos, cruzando documentos de arquivos europeus com trabalho de campo antropológico. O artigo investiga reivindicações de centro a partir das narrativas coloniais e indígenas, reflecte sobre as tradições históricas e as concepções centrais da governação, relacionando-as com perspectivas e narrativas da periferia, a partir de Vessoro e Babulo (isto é, de áreas que foram reclamadas como sendo ritual ou politicamente dominadas por estes domínios centrais). Os autores discutiram também o papel de Luca a partir duma perspectiva geográfica mais vasta, num relato que situa o significado simbólico e histórico de Luca dentro da compreensão timorense de tempo, ritual e poder (Barnes, Hägerdal and Palmer 2017, 325). Barnes, Hägerdal and Palmer (328-329) procuraram situar Luca nos modelos cósmicos de Estados, ou no modelo de “reinos de palavras” para perceber como narrativas complexas, que invocam a custódia de escassos recursos aquáticos e a necessidade de honrar relações transcendentais com o mar, emergem como temas-chave na história de Luca. A estrutura e o encadeamento do argumento dos autores contribuíram positivamente para repensar aspectos da minha tese e pontos a explorar durante o trabalho de campo. O artigo reforçou a hipótese, que equacionei no projecto de investigação anterior ao trabalho de campo (Coutinho 2017), de Luca poder constituir um factor de identidade e unidade no leste da ilha. Não obstante, esta tese desenvolve enfoques e abordagens diferentes das deste artigo, nomeadamente através do estudo das narrativas biográficas dos interlocutores das Casas de origem e segmentares, assim como a proposta da Casa *liurai* de Luca e dos seus representantes se afirmarem na política central na actualidade.

No seu estudo histórico sobre Timor no início da época moderna, Hans Hägerdal (2012) fez significativas referências ao reino de Luca, à sua relação com Wewiku Wehali, com os seus reinos tributários e com a administração portuguesa. O autor cruzou uma rica documentação de arquivo holandesa e portuguesa, com algumas narrativas orais incorporadas em Spillet (1999) e Soares (2003), num livro extenso que estuda como os habitantes locais da ilha de Timor se relacionaram com a presença dos europeus de 1600 a 1800, através de várias formas de resistência, cooperação e aliança.

Por sua vez, o trabalho de Lisa Palmer (2015, 1, 3) baseado em investigação etnográfica desenvolvida entre 2004 e 2014, nos municípios de Baucau e Viqueque (ao qual Luca pertence administrativamente), mostrou como a realidade material da água é fundamental para os modos através dos quais as comunidades agrícolas destas regiões criam e mantêm os seus lugares e relações sociais. Palmer (2015, 51) argumenta que o domínio ritual e político de Luca prevalece nas histórias das nascentes de água na região, estando continuamente inscrito em narrativas de

origem relativas à parte oriental de Timor-Leste, considerada zona de águas sagradas. Palmer argumenta que “o domínio de Luca sobre o mar é então justaposto ao de Wehali, o outrora grandioso reino de Timor ocidental, cujo soberano é considerado simultaneamente o filho governante do Sol e da Lua” (Palmer 2015, 52).

Na sua tese de doutoramento baseada em trabalho de campo na região de Viqueque, Susanna Barnes (2016) abordou Luca na sua relação histórica com Babulo (*suco* de Uato-Lari), focando-se na análise de como, desde a retirada violenta das forças de ocupação indonésia e da administração civil em 1999, a população de Babulo tem sido engajada no processo de recuperação e renovação, caracterizado pela revitalização das crenças e práticas costumeiras. Babulo tem ligações com a Casa *liurai* de Luca por via de alianças matrimoniais e com o reino de Vessoru (que se tornou reino independente de Luca em 1902), do qual Babulo era vassalo.

Outros autores que contribuíram para a minha reflexão sobre aspectos relativos ao poder político e autoridade de Luca e a eventos específicos são Janet Gunter, Ricardo Roque e Lúcio Sousa. Janet Gunter (2008, 2010) cruzou trabalho de campo realizado em Timor-Leste no período pós-independência com documentação de arquivo e tratou Luca na sua dissertação de mestrado sobre a “Revolta de Viqueque” de 1959 (2008) e num artigo intitulado “*Kabita kaburai*” (2010). O artigo de Gunter (2010) argumenta que Luca teve um papel preponderante no final do século XVII até ao século XIX como elite local, tendo havido uma aliança entre o reino de Luca e a administração portuguesa, a qual se debatia com escassos recursos. Este reino e os seus *liurais* ganharam assim títulos e privilégios. Gunter (2010) evidenciou a governação indirecta dos portugueses através dos *liurais* de Luca, assim como o papel de Luca na hierarquia e centro de poder nativo, por via da produção e distribuição das *rota*, símbolos de poder, muitas vezes traduzido como sendo ceptros, mas que podiam assumir outras materialidades.

Retomando a temática da relação entre Luca e as *rota*, Ricardo Roque e Lúcio Sousa (2019, 2020) nas suas publicações sobre as pedras de Afalocai, estudaram concepções diversas de autoridade e de poder associadas a objectos *lulik* e *rota* ancestrais da Casa de Soko Lai Mau Besi. Estas pedras, alegadamente delegadas por Luca antes da chegada dos portugueses à ilha, constituem símbolos de poder, ordem e hierarquia, e também podem mediar interações entre autoridades nativas e coloniais. Os autores argumentam existir uma “centralidade duradoura” do reino de Luca, e a sua reivindicação de “género alternativo de supremacia simbólica”, apesar da aliança frequente com as autoridades coloniais portuguesas, mantendo na sua órbita uma “galáxia independente de outros reinos e/ou linhagens que lhe eram tributários ou subordinados” (Roque and Sousa 2020, 72).

3. Percurso da investigação

A chegada à problemática que trato nesta tese resulta de um longo e intenso percurso que aqui designo como “Percurso da investigação”, no qual articulo a minha trajectória disciplinar da História à Antropologia e o meu trajecto pessoal de ligação a Timor-Leste, tanto ao nível familiar como de activismo político.

Ouvi falar da situação política de Timor-Leste em 1989, um ano antes de iniciar a licenciatura, numa actividade de promoção dos Direitos Humanos realizada pela Associação Juvenil Olho Vivo, organização não-governamental da qual fui membro da direcção entre 1987 e 1997. Tinha então 17 anos de idade. Ao ter conhecimento da realidade vivida em Timor-Leste sob ocupação brutal da República da Indonésia desde 1975, solidarizei-me com a “causa timorense” e tornei-me activista pela libertação do povo Timorense. Em Portugal, participei e organizei inúmeras iniciativas por todo o país, o que gerou um convívio próximo, laços de amizade e familiares no interior da comunidade timorense, no envolvimento com o que entendíamos ser uma causa comum. Esta foi, então, a minha primeira aproximação a Timor-Leste.

Na mesma época, iniciei a licenciatura em História (1990-1994) e logo decidi que a dissertação de licenciatura seria sobre Timor-Leste. O tema acabou por ser a missionação da Ordem Dominicana em Timor (meados do século XVI - século XVIII), pela sua importância na introdução da administração portuguesa e na “construção da identidade timorense” (Coutinho 2013). Foi no âmbito desta investigação que soube da existência do reino de Luca, onde missionários dominicanos exerceram a sua actividade. Também pela primeira vez tomei contacto, ainda que breve, com a Antropologia, ao fazer uma contextualização antropológica para abordar a espiritualidade timorense antes da chegada dos dominicanos a Timor. Prossegui a investigação sobre Timor-Leste entre 1994 e 1997 no âmbito do mestrado em História Moderna e dos Descobrimentos, com o apoio duma bolsa da Fundação Oriente. Entre 1999 e 2001 fiz uma Pós-Graduação em Ciências Documentais, durante o exercício da actividade profissional como bibliotecária, tendo escrito uma dissertação sobre a criação da biblioteca municipal de Díli, que procurei remeter para a entidade da tutela, no sentido de poder constituir-se como um instrumento útil para a criação de uma biblioteca pública na capital de Timor-Leste. Em 1999, após o Referendo, a ONU interveio no território e em 2002 Timor-Leste tornou-se um país independente. Em Outubro de 2007, eu retomei o mestrado que interrompera em 1997 e desenvolvi uma dissertação que defendi em 2008 sobre a vida de D. frei Manuel de Santo António (1662-1733), o primeiro bispo de Malaca a residir em Timor e actor importante na

história política e religiosa de Timor. Regressava então às leituras sobre o reino de Luca, primeiro reino onde frei Manuel de Santo António se radicou e iniciou a sua missão evangelizadora. Neste contexto, pela primeira vez recorri ao uso da biografia como estratégia analítica.

Em 2012, enquanto eu estava a trabalhar no ensino superior, tive uma reunião com D. Ximenes Belo a pedido do mesmo, onde ele manifestou apreciação pela minha dissertação que lera previamente e exortou-me a publicar a dissertação em livro, o que veio a acontecer um ano mais tarde (Coutinho 2013). Regressava assim em força o meu desejo de retornar à investigação sobre Timor-Leste.

Em Janeiro de 2014, parti com a minha família para Timor-Leste, pensava eu para sempre, para cumprir um sonho há muito adiado e que na época eu formulava como o da construção de um país novo. Viver em Timor-Leste constituiu a minha primeira experiência de vida fora de Portugal. Teve sobre mim um impacto inimaginável pela diferença entre o referencial que eu transportava e as dimensões diversas que eu observava. A diferença de mentalidades, espiritualidade, valores, concepções, vivências e práticas entre o que experimentei ao lá chegar e o que eu conhecia da minha experiência de convívio com a comunidade timorense em Portugal e de algum conhecimento que a investigação que desenvolvi me proporcionara, revelou-se avassaladora. O que conheci e experienciei ao viver em Timor-Leste possibilitou-me aproximar dessa disparidade de realidades e começou a informar a minha projecção de estudos a seguir.

Voltei de Timor-Leste para Portugal com a minha filha, dois anos e meio mais tarde em 2016, com o desejo de aprender a compreender a diversidade de perspectivas e cosmovisões timorenses perante a vida. Estas motivações levaram a candidatar-me em 2016 ao Doutoramento em Antropologia no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Sem bagagem de teoria ou metodologia antropológica, foi durante o doutoramento que iniciei a aprendizagem em Antropologia Social e Cultural. Trazia como bagagem o prévio conhecimento de arquivos e o interesse pelo conhecimento dos interlocutores, a extroversão e a introspecção. Na viagem antropológica, pessoal e humana, tão significativa que desenvolvi a partir de 2016, tenho aprendido a reflectir de outras formas, a enveredar por múltiplos pontos de vista, num processo em que também reflecto sobre mim, sobre a forma como penso e percepciono os outros e a mim mesma.

No início do curso de doutoramento, em 2016, fui retomando memórias das minhas experiências vividas em Timor-Leste. Dois episódios ligados a Luca acabaram por se destacar na origem do projecto de investigação. O primeiro foi a memória da cerimónia de comemoração

da consagração de uma freira a que eu fui convidada a participar. No encontro estiveram presentes os seus familiares de Ermera (município de Timor-Leste), assim como outra parte da família originária de Luca (que eu à época e alguns familiares da referida freira desconhecíamos). Neste momento, testemunhei familiares de Luca a identificarem pela primeira vez antepassados patrilineares da Casa que viviam em Ermera e que eram originários de Luca. Luca e Ermera são locais geograficamente distantes.

Nessa altura, a história narrada pelo ancião de Ermera sobre a sua Casa ser proveniente de Luca foi-me apresentada em duas versões. Uma versão versava sobre um antepassado da sétima geração, de família *liurai* que teria assassinado o seu próprio irmão *liurai* por não concordar com a aliança com os portugueses. A outra versão sugeria que o avô teria matado dois portugueses. De acordo com esta última versão, foi a partir das alterações com a autoridade colonial portuguesa que o antepassado patrilinear se refugiou em Ermera, onde foi aceite pelos *liurais* locais, casando com uma descendente de família *liurai* e dando origem à *Uma Lulik Matahu* (Pt: Casa Sagrada Matahu). Pela primeira vez ouvi a expressão “*Gerasaun de Luca*” pelo ancião desta Casa. Voltarei a esta narrativa e aos conceitos de geração no primeiro capítulo da tese.

O segundo episódio ocorreu em 2016 a propósito de um projecto de criação pecuária em Luca. Nesse projecto participava um senhor timorense, *lia nain* de Iramer (aldeia do *suco* de Luca). A minha primeira conversa com ele ocorreu pouco antes do meu regresso a Portugal e constituiu um momento fundamental que orientou a minha opção pelo tema desta tese de doutoramento. Esse senhor identificou-se perante mim como sendo líder comunitário de Iramer (aldeia do *suco* de Luca, município de Viqueque, Timor-Leste), pensando eu na altura que se tratava do representante político ou cultural local. Mais tarde e na sequência das interrogações dos meus orientadores, tomei conhecimento que o senhor em questão é o *lia nain* (“senhor da palavra”) e representante da sua respectiva família alargada, neste caso o primogénito. O *lia nain* falou-me no seu propósito de desenvolver a aldeia de Iramer e reunir, conhecer e atribuir terra aos descendentes da *Gerasaun de Luca*. Pelo que pude apurar na altura junto deste *lia nain*, por *Gerasaun de Luca* ele referia-se aos descendentes da população originária de Luca que se espalharam num tempo longo por vários municípios de Timor-Leste, nomeadamente o de Ermera. O *lia nain* de Iramer e a sua Casa pareciam procurar reestabelecer a sua ligação à terra de origem, através das narrativas de origem e das genealogias.

Num primeiro momento, foi a curiosidade que me despertou Luca e a intenção do *lian nain* de Iramer atribuir terras aos descendentes da *Gerasaun de Luca* que inspirou a escolha do tema para a tese. Depreendi nessa altura que ele se referia à atribuição de terras da sua propriedade.

Numa fase em que a República Democrática de Timor-Leste (RDTL) se debatia com o problema da construção de uma legislação de propriedade de terras, este projecto de atribuição de terras aos “filhos de Luca” pareceu-me, à primeira vista, extraordinário. Posteriormente entendi que as terras não seriam necessariamente do *lian nain*. A disputa pela história da geração e a disputa pela posse da terra cruzavam-se num mesmo emaranhado. Logo de imediato entendi que havia duas Casas de duas aldeias do *suco* de Luca (Iramer e Canlor) que reclamavam serem descendentes dos *liurais* de Luca, havendo alguma tensão pelo poder e pelo domínio das terras que não estão registadas. Entre Luca, geração, parentesco e territorialidade, assim se foi construindo um projecto em relação com os diversos intervenientes, que foi evoluindo para a tese que aqui apresento.

4. Metodologia

4.1. O trabalho de campo

Iniciei o trabalho de campo em Timor-Leste em Setembro de 2017. Viajei para Díli acompanhada da minha filha e as primeiras semanas foram de readaptação a Timor-Leste e à nova dinâmica familiar. Iniciei também uma nova fase da investigação que me empolgava por ser o meu primeiro trabalho de campo e por regressar a Timor-Leste como investigadora. Parte significativa do trabalho de campo foi sustentando em entrevistas, mas também em observação participante e visitas a locais-chave da *Gerasaun de Luca*.

As entrevistas tomaram a forma de conversas guiadas (Lofland and Lofland 1995), utilizando uma abordagem de história de vida e de família, encorajando os participantes a conversar sobre as suas vidas pessoais e familiares (Hampshire *et al.* 2014; Pina-Cabral e Lima 2005). Procurei estar com atenção plena nestes diálogos.

As entrevistas foram conduzidas em Português sempre que possível, de acordo com a facilidade de expressão dos interlocutores, socorrendo-me, sempre que necessário, dos meus conhecimentos de Tétum e de apoio linguístico quando necessário. Na maioria dos casos, as entrevistas foram gravadas.

Apesar de elaborar um guião de entrevista, que revia regularmente em diálogo à distância com a minha orientadora, as entrevistas foram abertas para possibilitar ao entrevistado expandir as suas ideias. O guião da entrevista, previamente preparado com recurso às informações de que dispunha, serviu para estruturar as entrevistas de uma forma flexível, respeitando o fluxo da conversa e a atenção plena ao entrevistado. Isto foi o resultado dum processo que passou pela experiência da realização das primeiras entrevistas e pela subsequente afinação

metodológica. O núcleo da investigação foi constituído por longas entrevistas com a duração entre uma a três horas consecutivas, de acordo com a disponibilidade e a vontade do interlocutor.

Neste processo de co-construção da narrativa, criei vários tipos de conexões. Como Hampshire *et al.* (2014) têm defendido, estabelecer conexões e posicionar-se como um *insider* pode permitir ao investigador penetrar mais profundamente no mundo dos interlocutores. Mas as conexões não são fixas, mudam com o tempo, por vezes ao longo de uma única entrevista, como a discussão muda de áreas onde facetas particulares da experiência de vida ou de identidade ganham destaque (Mullings 1999). Tratar a entrevista como um objecto etnográfico significa reconhecer e colocar em primeiro plano as relações sociais e o contexto em que a narração ocorre, não apenas o conteúdo narrativo (Gubrium and Holstein 2008, Hampshire *et al.* 2014). Tendo em conta este conjunto de reflexões, tentei seguir as solicitações dos interlocutores, compartilhando informações biográficas a meu respeito sempre que parecia desejado ou esperado, em resposta a uma pergunta directa ou em reacção a sugestões não-verbais dos interlocutores.

Cada entrevistado foi diferente, com as suas próprias motivações para participar na investigação. Para alguns, o tempo que me disponibilizavam era visto como uma forma de me ajudar na investigação; outros viam nisso uma oportunidade para compartilhar as suas experiências, de afirmar as suas reivindicações e possivelmente de “normalizar a sua situação” através da co-construção da narrativa (cf. Hockey 2002; Simpson 1998). Empregar essa auto-revelação reflexiva pode ajudar a estabelecer uma atmosfera sem julgamento, em que os entrevistados podem sentir-se mais à vontade para compartilhar as suas próprias histórias. A mutualidade, aspecto incontornável da experiência de produção etnográfica sustentada no trabalho de campo, implica co-responsabilidade e capacidade de tomar a subjectividade como forma de intersubjectividade (Fabian 2014; Toren and Pina-Cabral 2011; Viegas e Mapril 2012).

A produção de conhecimento etnográfico implica também uma diversidade de perspectivas que se vão constituindo num processo temporal longo, numa permanente reavaliação do conhecimento face às sucessivas interlocuções. As minhas primeiras entrevistas partiram de contactos exploratórios, recorrendo inicialmente aos interlocutores com quem já havia contactado em 2016, como referido, nomeadamente o *lia nain* de Iramer a residir em Díli. A residência dos meus principais interlocutores na capital tornava mais fácil a realização das entrevistas regularmente longas e sequenciais. Fazer as primeiras entrevistas ajudou-me a

desenvolver e refinar a abordagem da pesquisa e a progredir na condução das mesmas (Hampshire *et al.* 2014).

Sempre que necessário e quando as ocasiões se propiciavam, desloquei-me a locais-chave - nomeadamente Ermera, Luca e Oe-cusse – para conhecer os membros locais representantes das respectivas Casas. Perante a interrogação da Casa de Ermera sobre quem era o “verdadeiro” *liurai* de Luca, surgiu o processo de trabalho de campo sustentado em entrevistas com os representantes das Casas que se reivindicavam descendentes dos *liurais* de Luca. Para além dos interlocutores referenciados de Iramer e de Ermera, iniciei um conjunto de entrevistas ao representante do segmento de Uaibobo da Casa *liurai* de Luca, António Tomás do Amaral da Costa e, mais tarde, ao representante do grupo de origem da Casa *liurai* de Luca, Clementino dos Reis Amaral. O meu trabalho de campo acabou por envolver uma interlocução muito intensa com estes protagonistas sobre a história da vida familiar dos descendentes de Luca.

Destaco também as entrevistas a elementos proeminentes da Igreja Católica que me facultaram informações e reflexões relevantes sobre várias dimensões da realidade timorense, como sejam a filosofia política timorense; a relação entre *lulik* e *liurais*; o exercício do poder político dos *liurais*; e a relação da Igreja Católica com os *liurais*. As entrevistas ao chefe de *suco* de Legemian (Ermera); ao *lia nain* da Casa de Ermera da *Gerasaun de Luca*; aos anciãos que presidem aos rituais e que velam pela *Uma Lulik*, sobre a ligação desta Casa a Luca e a construção de histórias de família, foram muito reveladoras das dinâmicas de parentesco, de organização social e das relações inter-geracionais.

Já próximo do final do trabalho de campo em Timor-Leste que decorreu durante sete meses, Clementino dos Reis Amaral mostrou motivação e muita disponibilidade para organizar a minha viagem a Luca. Planeou-a cuidadosamente, acautelando as questões logísticas, desde o aluguer do carro ao alojamento e às refeições oferecidas pela sua família em Luca. Acompanhou-me na viagem, garantiu a comparência de todos os interlocutores que convocou e esteve presente nas várias entrevistas que foram realizadas em Luca: ao anterior chefe de *suco* de Luca; ao actual chefe de *suco* de Luca; ao *lia nain* da Casa *liurai* de Luca; e ao chefe de aldeia de Canlor.

Para além da viagem a Luca, o meu trabalho de campo envolveu também uma outra viagem ao enclave de Oe-cusse. Ambas as viagens envolveram logísticas complexas de deslocação, dadas as distâncias e as dificuldades de acesso em Timor-Leste. António Tomás Amaral da Costa tomou a iniciativa de me envolver na visita a Oe-Cusse ocorrida no último mês do meu trabalho de campo (Março de 2018). A visita foi motivada pela ligação ancestral dos *liurais* de Luca a Oe-cusse e porque Oe-Cusse apresenta especificidades ligadas à governação dos *liurais*.

Este interlocutor organizou previamente encontros preparatórios da minha visita, com uma das três Casas *liurais* de Oe-Cusse. Depois de trinta e cinco minutos de um voo entre Díli e Oe-Cusse, ruidoso, mas tranquilo, fomos recebidos na Casa *liurai* Costa de Oe-Cusse e, para meu espanto, por uma comitiva de cerca de cinquenta pessoas do Senado dos Liurais e do Instituto dos Veteranos. Tive direito a bandeiras, à oferta de uma bela *salenda* da região (pano tradicional que se coloca ao pescoço) e a uma ovação na recepção que me fizeram e que jamais esquecerei. O meu interlocutor acompanhou-me nas diversas visitas aos locais mais significativos ligados aos *liurais* em Oe-Cusse e estive presente nas entrevistas e convívios com as Casas Costa e Cruz, com ligações à família *liurai* de Luca. As entrevistas abordaram a relação entre as famílias *liurais* de Oe-Cusse e de Luca, o papel dos *liurais* no presente e no passado, as figuras da autoridade tradicional e a relação com a administração local e central do Estado. À Casa Cruz pertence o então chefe de *suco* Santa Rosa que também entrevistei. Durante esta entrevista eu e António Tomás do Amaral da Costa ficámos a perceber que as relações ancestrais que ligam Luca a Oe-Cusse e Wehali ainda hoje enquadram reivindicações ligadas à fronteira terrestre entre Timor-Leste e Timor Ocidental (Indonésia).

Considero ter tido interlocutores bastante cooperantes e interessados na minha investigação. O facto de recolher histórias de família que envolvem as suas próprias Casas, a ligação aos seus antepassados e a eventuais reivindicações que quiseram fazer, tornou os interlocutores mais participantes, cooperantes e interessados na minha investigação. Por diversas vezes me falaram no interesse da minha investigação e o quão importante é para eles e para a sua Casa a pesquisa sobre histórias de família, o registo escrito, a escrita sobre a sua Casa ou sobre si (entrevistados). Esta situação obviamente representa também um desafio ético para a minha posição como investigadora. Consciente disso, sempre que necessário esclareci e/ou lembrei os interlocutores, depois de ter explicado a todos no primeiro contacto o âmbito e os objectivos da investigação, o meu papel como investigadora universitária e o foco da minha pesquisa, numa perspectiva ética do compromisso com a verdade e com os sujeitos da pesquisa (Cardoso de Oliveira 2010).

Entre outros aspectos, algumas das reflexões que fui fazendo ao longo da minha investigação decorre da influência de eu ser portuguesa e de os *liurais* serem muitas vezes conotados com a administração portuguesa de Timor. A interlocução sobre temáticas ligadas aos *liurais*, em Português, decorreu fluentemente e normalmente não acarretava os pruridos habitualmente sentidos por timorenses que consideram não falarem correctamente a Língua Portuguesa e que se sentem “envergonhados”, preferindo não se exprimir neste idioma. Para além de conhecer bem essa situação, não deixei de passar por situações pontuais em que isso

se verificou.

Durante o trabalho de campo em Timor-Leste, realizei reuniões frequentes com a orientadora, via *Whatsapp*, para discussão do decurso do mesmo, indicação de leituras e de pessoas a entrevistar, para além de outras questões metodológicas, tendo enviado regularmente relatórios de actividades que eram discutidos entre nós. Os relatórios são outras formas escritas de trabalho de campo e podem produzir respostas úteis em escritas etnográficas posteriores, porque permitem repensar questões, fazer as primeiras análises do material de campo, descobrir deficiências, suscitar críticas e comentários valiosos, consolidar os dados com frequência (Sanjek 1990).

Redigi manualmente breves notas de campo, sobretudo sob a forma de “notas de rascunho” (*scratch notes*) dos assuntos essenciais, recorrendo a símbolos e abreviaturas para um registo mais rápido e para não ter de pedir ao interlocutor a repetição da informação e a interrupção do fluxo dialógico (Emerson, Fretz and Shaw, 1995). Procurei, sempre que possível, processar essas notas no computador em tempo útil, antes que “arrefecessem” e pudessem reduzir-se a uma versão simplificada das situações vividas em campo (Sanjek 1990).

Quando voltei a Portugal, durante os primeiros meses subsequentes ao trabalho de campo, fiz transcrições das entrevistas, o que resultou numa tarefa árdua pela concentração extrema, necessidade de ausência de ruídos e de interrupções, pela escrita consecutiva e quase simultânea de diálogos longos e pronúncias diferentes. Essa dificuldade fez com que optasse por transcrever apenas o que me foi parecendo relevante. Organizei também os materiais recolhidos no trabalho de campo e procedi à indexação das notas de campo e dos materiais mais especializados (Sanjek 1990) como histórias de vida, taxonomias, genealogias das famílias dos *liurais*, narrativas de origem, temas-chave para esta investigação, listas de nomes pessoais e seus significados, além de listas dos *liurais*. Parti para a investigação nos arquivos, quer em Timor-Leste, quer em Portugal, informada pelo trabalho de campo, seguindo os filões emergentes desta indexação do material.

4.2. Entre a Antropologia e a História

Um das premissas metodológicas iniciais do meu projecto de investigação foi a conjugação da Antropologia, terreno onde começo a dar os primeiros passos, com a História – área da minha licenciatura e mestrado -, mas agora com uma abordagem renovada, cuja interdisciplinaridade perspectivo que possa resultar no enriquecimento do trabalho. Esta tese envolve uma investigação cruzada de etnografia e arquivo, e recorre a metodologias antropológicas e

históricas. Articulo o estudo da genealogia das famílias que se proclamam descendentes dos *liurais* de Luca, com a análise da documentação histórica em arquivos na RDTL e em Portugal. À medida que avançava na articulação analítica entre material de campo e de arquivo, realizei outras entrevistas em Portugal a Carlos Gaspar em 2020 e a Duarte Pio de Bragança também nesse ano, para além das entrevistas e perguntas pontuais que fiz aos meus interlocutores Clementino dos Reis Amaral (2018-2019) e António Tomás Amaral da Costa (2018-2023) para aprofundar temas e esclarecer dúvidas.

Os arquivos coloniais são um ponto de encontro privilegiado para antropólogos e historiadores, encontro esse que se vem fortalecendo face a um crescente diálogo entre as disciplinas da Antropologia e da História. Os arquivos coloniais ocidentais abordados como locais de poder, conhecimento e agência, mundos heterogêneos e não apenas enquanto provedores de informações documentais, permitem leituras críticas do passado e das suas implicações no presente. Os arquivos abrem caminho para ricos espaços etnográficos e abordagens inovadoras e produtivas com o conhecimento colonial (Roque and Wagner 2012), onde se inscrevem os arquivos coloniais portugueses de Timor. A forma como nos relacionamos com o legado epistémico do imperialismo europeu e seus fragmentos é crítica para a prática antropológica e histórica contemporânea. A Antropologia e a História podem encontrar-se de maneira produtiva e criteriosa com o conhecimento colonial. Segundo Roque and Wagner (2012), o foco nos processos de conhecimento no contexto da expansão ocidental tornou-se, em importantes aspectos, constitutivo da história imperial actual, dos estudos pós-coloniais e da própria Antropologia.

A relação entre Antropologia e História nos últimos anos tem sido determinante na evolução das práticas intelectuais emergentes da Antropologia contemporânea, nomeadamente no Sudeste Asiático. É cada vez mais consensual que o campo e o arquivo são mutuamente constitutivos. Os estudos sobre Timor-Leste reflectem e contribuem para um processo contínuo de interdependências e reciprocidades interdisciplinares da investigação etnográfica e arquivística na prática antropológica e histórica contemporânea. O encontro entre histórias orais e documentação é produtivo, a interação dinâmica entre campo e arquivo é reinterpretada e são propostos cruzamentos mutuamente produtivos entre a investigação histórica e etnográfica. A questão que se coloca hoje em dia para antropólogos e historiadores não é a de cruzar a fronteira entre as suas disciplinas, mas a de saber se a fronteira disciplinar deve ser mantida. Sobre o debate relativo ao cruzamento de Antropologia e História, de métodos etnográficos e documentais no caso específico de Timor-Leste (cf. Roque and Traube 2019c).

Bovensiepen (2017, 163-164) argumenta que fazer trabalho de campo em Timor-Leste requer especial atenção a memórias negligenciadas e que parte da explicação para os processos em estudo pode ser encontrada na micro-história local, defendendo a complementaridade das análises existentes da história nacional de Timor-Leste com uma perspectiva de nível local para debates mais macro.

Podemos encontrar um significativo acervo documental colonial português sobre Timor-Leste disperso em diversas bibliotecas e arquivos portugueses. O Arquivo Histórico Ultramarino concentra o núcleo mais consistente de documentação sobre Timor, onde tenho desenvolvido investigação intermitente desde 1994 (Coutinho 2013), mas também consultei documentação primária sobre Timor-Leste no Arquivo Histórico-Diplomático, no Arquivo Histórico Militar, na Sociedade de Geografia de Lisboa e nos Arquivos do Ministério do Ultramar.

Em Timor-Leste consultei os acervos documentais do Arquivo Nacional de Timor-Leste (ANTL) responsável pelos documentos históricos e oficiais da RDTL, do Arquivo & Museu da Resistência Timorese (AMRT) criado em 2005 e que visa preservar a memória da luta da Resistência do Povo Timorese e do Centro Nacional Chega (CNC), centro pós-conflito que preserva a memória do passado recente sob a perspectiva da promoção dos Direitos Humanos. No trabalho de prospecção no ANTL, comecei por me reunir com o Director-Geral do ANTL para reunir informações acerca da documentação sobre Luca. O director também me aconselhou a recorrer ao espólio do CNC e a entrevistar José Luís Guterres, que eu conhecera no meu tempo de activista por Timor-Leste, e que ele identificou como representante da família *liurai* de Luca. José Luís Guterres veio a ser um dos meus interlocutores sobre quem escrevi uma das três narrativas biográficas que apresento nesta tese. Na consulta do espólio documental do ANTL, verifiquei haver relativamente ao Município de Viqueque, Posto Administrativo Sede de Viqueque no qual se insere o *suco* de Luca, documentos com a identificação de *liurais*, chefes de *suco* e chefes de posto como responsáveis pela cobrança de impostos. Todavia, uma vez que os documentos referem apenas dados relativos aos postos administrativos e não discriminam os *sucos* que os compõem, a maioria dos dados acabaram por não ser relevantes para esta investigação. Apenas a indicação do apelido do *liurai* pode ser informativa da Casa a que pertence. No AMRT com documentação especializada sobre a Resistência Timorese, com as datas-limite da documentação entre 1961 e 2004, encontrei apenas dois relatórios sobre Luca durante a ocupação indonésia e uma carta que menciona o *suco* de Luca. A documentação relativa aos meus interlocutores membros da Resistência Timorese é muito mais profusa, sobretudo na tipologia de cartas. No CNC não tive acesso a documentos primários em processo

de classificação, mas foram-me facultados relatórios substanciais da autoria da Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação (CAVR - antecessora institucional do CNC), imprescindíveis para uma contextualização da ocupação colonial indonésia e para o acesso a testemunhos directos muito importantes sobre este período (1974-1999), nomeadamente com diversas referências a um dos meus interlocutores. Nestas três instituições, as reuniões que tive com os directores e os técnicos revelaram-se preciosas para a continuidade da investigação. A minha experiência em arquivos e bibliotecas como investigadora e como responsável técnica ensinaram-me a consultar, sempre que possível e desde os primeiros momentos de consulta, os seus responsáveis e técnicos porque são quem conhece a instituição, a sua história, estrutura, documentação e a forma como está organizada. Todo este saber torna a pesquisa muito mais produtiva, eficaz e contextualizada.

Nesta investigação, o rumo de articulação entre Antropologia e História aproxima-se mais de uma interrogação aos arquivos a partir de questões formuladas com base nas entrevistas em campo, do que de uma inquirição etnográfica formulada a partir dos arquivos.

4.3. As narrativas biográficas como formato etnográfico

Jackson (2005) argumenta que “os eventos narrativos da história exemplificam a abertura hermenêutica e a indeterminação da cultura como "espaço potencial"... Este espaço cultural contém muitas vozes, muitos pontos de vista e muitas possibilidades simbólicas” (Jackson 2005, 371). As narrativas podem constituir um modelo de abordagem da compreensão do presente, recorrendo a “estratégias analíticas que explorem a interacção da história e da biografia” (Jackson 2005, 372). O curso da história, assim como o curso de cada biografia, incorpora uma sucessão de acontecimentos, em que cada um de nós faz o balanço da nossa situação, chega a acordo com o que aconteceu e recomeça (Jackson 2005, 371).

Ao longo de entrevistas e conversas informais, os meus interlocutores andaram para trás e para a frente no discurso, oscilando entre orientar-me para o mundo em que as suas histórias ocorrem e contar-me as suas próprias histórias. Por vezes, quando o seu discurso não era cronológico na sucessão de acontecimentos, desculpavam-se, como se a narrativa biográfica devesse seguir essa ordem. Os interlocutores adaptam as suas narrativas a quem os ouve, àquilo a que possam ser sensíveis e em conjunto desenvolvem uma versão da narrativa à medida que a performance se desenrola. “Palavras e imagens ressoam entre os oradores e os ouvintes de formas múltiplas e significativas, à medida que cada pessoa absorve o fragmento verbalizado no seu próprio quadro contextual de fala interior” (Borland 2017, 449).

5. A estrutura da tese

Esta tese está estruturada em duas partes. Na primeira parte da tese proponho-me interpretar analiticamente os conceitos de *Gerasaun*, contextualizando-os no debate teórico da geração e da Casa e em interligação com as noções de *Gerasaun* de Luca, e abordar uma sequência de eventos históricos representativos das dinâmicas de aproximação e resistência a poderes externos, que caracterizou a história de Luca desde tempos remotos até à actualidade.

O primeiro capítulo aborda a ideia de *Gerasaun de Luca* a partir dos conceitos e perspectivas dos meus interlocutores. O objectivo é explorar os nexos conceptuais entre Casa, parentesco e territorialidade em Timor-Leste na longa duração. Começo por fazer um enquadramento temático dos conceitos teóricos de Geração na Antropologia. Seguidamente, explico a trajectória da expressão *Gerasaun de Luca* e do termo *Gerasaun* em Timor-Leste e apresento o debate antropológico sobre sociedades de Casas no contexto do Sudeste Asiático e, em particular, em Timor-Leste. Exploro como se relacionam os múltiplos significados de *Gerasaun* de Luca, nomeadamente através das ligações entre o grupo de origem e os segmentos das Casas que a integram. Neste contexto, a compreensão das relações de aliança – *fetosan-umane* – é importante, assim como a relação com o antepassado que serve de referente comum ao grupo de origem. Este último aspecto implica traçar a genealogia política da Casa do grupo de origem e identificar os antepassados fundadores de cada segmento de Casas. Prossigo com a temática da territorialidade e expansão do grupo de origem pelo território timorense, dando origem a segmentos.

O segundo capítulo toma como ponto de partida o relato dos meus interlocutores sobre a movimentação das estátuas dos *liurais* representados no monumento que simboliza a recepção dos *liurais* timorenses à primeira missiva portuguesa a aportar em Timor no século XVI. Este relato surgiu no contexto da Comemoração dos 500 Anos de Interação Timor-Leste – Portugal, celebrada em Timor-Leste em 2015. Neste capítulo analiso a evolução sócio-hierárquica da Casa de Luca e dos *liurais* no decurso dos diferentes tempos do território e tendo em conta a sua relação com o poder colonial português. Com base nos dados etnográficos de uma visita a Oe-Cusse, considero a evolução histórica da Casa de Luca, contextualizando-a num cenário mais amplo sobre *liurais*, autoridade, símbolos de poder e reinos, à luz das reivindicações actuais dos interlocutores sobre a sua identidade *liurai* e a centralidade política das suas Casas. A análise de Luca e dos *liurais* é feita aqui no âmbito das relações entre poder central e poder local, centro e periferia, agendas nativas e agendas coloniais, relações essas que enquadram e perpassam a referida Comemoração. Em ligação com a temática anterior das Comemorações e

da recepção dos *liurais*, nomeadamente de Luca, aos primeiros dignitários da Coroa Portuguesa, prossigo com a abordagem sobre a ordem política antiga e as conexões político-rituais entre o reino de Luca e o reino de Wehali, sobretudo através de narrativas de origem e de expansão que integram ligações com a água e fontes de vida, dando relevância ao reino de Luca como aglutinador para o Leste da ilha de Timor.

O terceiro capítulo discute a história da Casa de Luca à luz das relações de aliança, nomeadamente através das *rota* enquanto símbolo de autoridade nativa e colonial, e de resistência durante o período colonial português. Considero aqui as reivindicações em torno da recepção dos *liurais* aos portugueses no século XVI e as origens externas da autoridade, assim como o evento ou a sequência de eventos denominado(s) por “Guerra dos Doidos”, movimento de revolta contra o colonialismo português que começou no reino de Luca e se alastrou a outros reinos, entre o final do século XVIII e início do século XIX. Na análise deste episódio do passado histórico, guio-me pelas temáticas que emanaram da análise das entrevistas dos meus interlocutores, a saber: i) a resistência anti-colonial pela geração dos descendentes por linha patrilínea; ii) a afirmação da resistência nativa bélica e espiritual ao jugo colonial; iii) o Animismo nativo *versus* o Catolicismo colonial, *Uma Lulik versus* Igreja Católica; iv) centro / periferia. O objectivo é o de problematizar de que forma um movimento que parte da periferia social é tomado e ampliado pelo centro real (*liurai*) e irradiado exponencialmente para outros reinos periféricos. Mostro ainda como o interlocutor de um segmento periférico do grupo de origem reivindica o reconhecimento da centralidade, relegando o centro (grupo de origem) para a margem, e de que forma o interlocutor do grupo de origem central reivindica em permanência a sua identidade *liurai* e a centralidade política da sua Casa. Investigo também as consequências que advieram desta “Guerra dos Doidos”.

No quarto capítulo estudo a Casa de Luca nos processos de transformação da autoridade dos descendentes de *liurais*, entre as últimas décadas do período colonial português e a independência do país em 2002. Analiso as metamorfoses de poder entre *liurai* e chefe de *suco*, a acção e a figuração de Jeremias Amaral de Luca entre a narrativa colonial, a resistência e a aliança, assim como de Zeferino Amaral na “Revolta de Viqueque”. Exploro a participação de Luca e dos descendentes dos *liurais* nos partidos políticos que emergiram em 1974, no fim do período colonial português e quais os seus papéis durante a resistência à ocupação indonésia, que se seguiu durante vinte e quatro anos e no processo de autodeterminação. Procuo compreender a actividade daquela que inicialmente foi considerada pelos movimentos de libertação como “elite colonialista”, na construção de um projecto político timorense. Desenvolvo a constituição e acção de organismos ligados aos *liurais*, em que a Casa de Luca

esteve amplamente representada, como o *Klibur Oan Timor Aswain* (KOTA) e do Senado dos Liurais de Timor Lorosa'e (SLTL), contrapondo as auto-percepções destas organizações com visões externas às mesmas. Ambos os organismos tiveram origem no processo de auto-determinação: o KOTA desde o início e o SLTL no final, e continuaram a sua existência no pós-independência. Procuo analisar o sentido de agência de Luca e dos *liurais* em momentos de viragem na esfera política timorense e as suas reivindicações actuais de poder. Finalizo com a proposta de um novo modelo de desenvolvimento integrado pelos *liurais* e seus descendentes.

Numa segunda parte da tese o enfoque é dado às biografias políticas de três interlocutores relevantes da Casa de Luca; um representante da Casa-tronco/mãe; outro da Casa-tronco por adopção; e outro de uma das Casa-ramo/segmento. É agora através das narrativas biográficas destes intervenientes que considero os processos de transformação das formas de autoridade dos descendentes de *liurais* e da *Gerasaun* de Luca, entre o final do colonialismo português e a independência. Os três interlocutores são contemporâneos, mas pertencem a gerações diferentes, a saber: uma geração mais antiga, usualmente designada por *Gerasaun 1975* (Pt: Geração de 1975) e uma interseccionalidade geracional de transição entre a *Gerasaun 1975* para a *Gerasaun foun* (Pt: Geração jovem ou nova). Entre si, têm uma diversidade de vivências e uma representatividade significativas em diferentes campos políticos ao longo dos três períodos históricos tratados: o final do colonialismo português; o colonialismo indonésio; e o pós-independência. Proponho-me enquadrar as acções dos meus interlocutores – todos eles associados ou pertencentes à Casa *liurai* de Luca - na emergência de partidos políticos, na estrutura da Resistência Timorense, na resistência e/ou apoio à ocupação indonésia, na constituição e actuação de organismos ligados aos *liurais*, nos cargos governamentais e diplomáticos ocupados na RDTL e, enfim, na internacionalização político-diplomática.

As conversas com interlocutores de duas gerações etárias diferentes, mas pertencente à mesma geração social: *Gerasaun 1975*, uns mais centrais outros mais segmentares, mas todos alinhados com o centro político e social, revelaram narrativas biográficas – em boa parte *auto*-biográficas – de figuras relevantes da linhagem de Luca. Ao mesmo tempo deram acesso à análise de processos mais amplos de mudança política que percorreram o período colonial português, o período indonésio e a actualidade pós-independência. As narrativas biográficas podem ser formas poderosas de transmitir conhecimentos complexos, assim como dar a conhecer o património individual de quem faz a sua narrativa e o património colectivo da sua Casa, de uma geração para as gerações seguintes. As narrativas biográficas também permitem mostrar intersecções geracionais, continuidades e descontinuidades na passagem de uma geração para outra.

No quinto capítulo desenvolvo a narrativa biográfica de Clementino dos Reis Amaral. A sua biografia, tal como a dos restantes entrevistados, perpassa as três fases político-administrativas fundamentais da história timorense contemporânea já referidas. Foco-me no papel do meu interlocutor, relacionando esse papel com a acção da sua Casa e seus descendentes na emergência de novos partidos políticos, no relacionamento com a ocupação indonésia, e na constituição e actuação de dois organismos ligados aos *liurais*, a que Clementino veio a presidir: o *Klibur Oan Timor Asuwain* (KOTA) e o Senado dos Liurais de Timor Lorosa'e (SLTL). Neste contexto, abordo o ideal monárquico de Clementino dos Reis Amaral e o seu alinhamento com o centro nas várias fases político-administrativas do território.

No sexto capítulo descrevo e analiso a narrativa biográfica de José Luís Guterres, filho de Epifânia dos Reis Amaral de Luca (irmã de Clementino dos Reis Amaral) e de Paulo Guterres de Viqueque (chefe de *suco* de Luca), cujo pai foi cooptado para a família da mãe, a partir do conceito timorense de *fetosan*, do alinhamento ao centro nacional e internacional e do conceito de *Natureza* e da agência dos antepassados. Pertencente à *Gerasaun 1975*, foi educado e fez a iniciação à vida política na última década do poder colonial português, nomeadamente na metrópole. A sua acção política desenvolveu-se no exterior do território timorense durante a ocupação indonésia, enquanto representante da Fretilin e da Frente Diplomática da Resistência Timorense em Moçambique e nas Nações Unidas, organização na qual desempenhou *a posteriori* as funções de embaixador da RDTL já no período da independência. No âmbito governamental da RDTL é o representante da Casa de Luca que ocupou os cargos mais altos no jovem Estado-Nação, nas funções de vice-primeiro-ministro e de ministro dos negócios estrangeiros.

No sétimo e último capítulo estudo a narrativa biográfica de António Tomás Amaral da Costa conhecido pelo nome de código Aitahan Matak, pertencente a um segmento periférico da família Amaral, de Uaibobo (Ossu, Viqueque). Discuto aqui as suas reivindicações de poder como *liurai* a partir das suas narrativas sobre a actividade na Resistência Timorense; a sua interacção com os líderes da Resistência e com líderes internacionais com responsabilidade no processo de autodeterminação de Timor-Leste; a sua ascensão política no seio da Resistência e, por fim, a sua relativa dissidência. Através desta reflexão, situo o significado simbólico e histórico de Luca no processo de construção da Resistência. Este interlocutor tem desenvolvido investigação sobre a história de Luca, na sua qualidade de membro do Comité 25, uma comissão nacional que investiga e que visa publicar uma história consolidada da Resistência, com o consenso nacional possível. Actualmente, é membro de diversas organizações que mostram a centralidade dos *liurais* na actualidade, como o “Senado dos Liurais”. Preside ainda ao Instituto

dos Veteranos. O interlocutor desempenhou um papel-chave na articulação entre o papel das famílias de Luca nos períodos tratados. Do ponto de vista da narrativa mais micro que a dissertação propõe acompanhar, dou a conhecer uma certa narrativa de realinhamento “centralizador” deste segmento familiar periférico ao grupo de origem de Luca.

Nas conclusões da tese, procuro fazer uma reflexão sobre os temas-chave da tese e demonstrar a originalidade da minha contribuição para os temas em análise.

PARTE I

LUCA: HISTÓRIA, GERASAUN E LIURAIS

CAPÍTULO 1

CONCEITOS DE GERASAUN DE LUCA

Ouvi explicitamente a expressão *Gerasaun de Luca* pela primeira vez em 2015, pela voz do *lianain* da Casa Tenente da aldeia de Iramer (*suco* de Luca). Num encontro informal, ele falou-me do seu propósito de contribuir para o desenvolvimento da aldeia, conhecer, reunir e “atribuir terra” do *suco* de Luca aos descendentes da *Gerasaun* de Luca, dispersos por Timor. O assunto da criação da lei de propriedade da terra que, desde a independência em 2002, ainda não tinha reunido consenso, estava em causa nesta afirmação, mas também uma teia mais densa e múltipla de histórias familiares. Por *Gerasaun de Luca* ele referia-se aos descendentes por linha patrilinear do grupo de origem de Luca, os quais se espalharam por várias regiões de Timor-Leste, dando origem a segmentos da “Casa-mãe”. Os descendentes das “Casas-filhas” ou segmentos da Casa intitulam-se a si mesmos como descendentes, como *Gerasaun de Luca*. A disputa pela história da *gerasaun* e pela posse da terra cruzam-se num mesmo emaranhado, como me vim a aperceber mais tarde.

Já no decurso do trabalho de campo realizado dois anos depois desta nossa conversa, em 2017-2018, aprofundi estas primeiras impressões com um leque mais vasto de interlocutores. Fui-me apercebendo, então, de outros usos e significados deste termo *Gerasaun de Luca*. As conversas com António Tomás Amaral da Costa, do segmento periférico familiar de Uaibobo e Clementino dos Reis Amaral, do grupo de origem/tronco central de Luca, da Casa Wedah Canlor, foram contribuindo para uma compreensão multifacetada destes processos de descendência e das várias camadas de memória que eles invocam.

Apesar da expressão *Gerasaun* ser utilizada de forma transversal em diversos contextos timorenses, a expressão *Gerasaun de Luca* reflecte reivindicações políticas e territoriais específicas dos descendentes dos *liurais* de Luca ou grupo de origem de Luca representado por várias Casas, que estão ligadas a concepções históricas sobre a importância e singularidade do reino de Luca.

Do ponto de vista histórico-territorial, o reino de Luca estendeu a sua influência durante um tempo longo e muito além das fronteiras que circunscrevem o território físico do reino, situado na região de Viqueque. Do ponto de vista temporal, o poder de Luca é referido em múltiplas narrativas orais reproduzidas pelos meus interlocutores, representantes das casas (António Tomás Amaral da

Costa, Clementino dos Reis Amaral, José Luís Guterres) e *lia nain's* (David Amaral, *lia nain* da Casa Tenente), assim como em documentos escritos que me foram cedidos por António Tomás Amaral da Costa e Clementino dos Reis Amaral, nomeadamente genealogias e resenhas históricas que, segundo estes, oferecem demonstração da antiga importância do reino nos séculos IX e XIII. Registos orais recolhidos por outros autores (Barnes 2016; Palmer 2015; Soares 2003; Spillett 1999) parecem corroborar a antiguidade da sua relevância que se teria mantido até pelo menos finais do século XVIII. Esta última baliza temporal do poder de Luca está também documentada nos arquivos coloniais, conforme será explorado no Capítulo 4, e também já examinado em parte por Hägerdal, Barnes and Palmer (2017). Desenvolverei nos Capítulos 3 e 4 a influência do reino de Luca nos séculos passados, atentando também ao facto de as relações entre Casas e os rituais de vassalagem do reino de Luca estarem imbricados com o poder colonial português. Para além de Luca, antes da chegada dos portugueses, havia outras forças político-rituais em presença, com relevância para Wehali (do centro Sul da ilha), como veremos no Capítulo 2, cujo poder era disputado por estrangeiros como os Makassares ou Macaças das Celebes, sobretudo nas zonas costeiras.

Este capítulo trata então da relação entre grupo de origem e segmentos no quadro dos processos de territorialidade e expansão do grupo de origem pelo território timorense. Exploro, por fim, os entrelaçamentos entre dinâmicas de parentesco, pertenças territoriais e historicidade que fazem destes meus interlocutores agentes relevantes da história sociopolítica de Timor-Leste.

1. *Gerasaun de Luca*

Especificamente, a reivindicação da pertença ao grupo de origem de Luca é feita por duas Casas: a Casa Wedah Canlor e a Casa Tenente de Iramer. A história da *Gerasaun de Luca* é disputada por ambas as Casas. A posse de terras do *suco* de Luca pelo *lia nain* da Casa Tenente, pressuposto para a sua distribuição aos descendentes da *gerasaun* como intencionado pelo próprio, parece constituir uma reivindicação antiga de usurpação territorial e de disputa política pela chefia do *suco* desse mesmo *lia nain*. Outros movimentos se cruzam neste emaranhado de Casas e de descendências: os das “Casas-filhas” em direcção à “Casa-mãe” e a outras “Casas-irmãs”, e da “Casa-mãe” em relação às “Casas-filhas”. A Casa Tenente procura ligação a outra Casa Matahu em Leguimea (Município de Ermera); a Casa Matahu procura descendentes da *Gerasaun de Luca* por todo Timor; e diversos descendentes de casas dispersas no território timorense têm contactado a Casa Wedah Canlor, afirmando-se como pertencentes à *Gerasaun de Luca*, e convidado o seu representante a participar na inauguração das *uma lulik* das diversas casas segmentares.

Ainda que as pertenças à *Gerasaun de Luca* se enquadrem claramente neste campo das reivindicações políticas e territoriais, importa ainda considerar que os sentidos dados pelos meus interlocutores à expressão *Gerasaun de Luca*, descendentes do reino de Luca, são bem mais diversificados. O vocábulo *gerasaun* ou *jersaun* em Tétum provém do Português “geração” e é uma das várias palavras de origem portuguesa que foram incorporadas ao longo dos séculos através do Tétum-praça².

O vocábulo *gerasaun* em Tétum remete para geração, descendência, parentesco e herança em diferentes aspectos. Etimologicamente, o vocábulo português “geração” tem origem no Latim “*Generatio*” (reprodução, geração de pessoas, tronco, família, genealogia) que deriva de “*Generare*” (Pt: dar vida a, procriar, criar, gerar, provocar, reproduzir, fomentar, produzir) e de “*Genus*” (Pt: geração, família, descendência, nascimento, origem, espécie, grupo com características comuns – do Latim *Progenies*).³ Estes significados do termo *gerasaun* parecem manter-se no modo como a expressão Tétum *gerasaun* é usada em Timor. Em Timor-Leste, ela é vulgarmente utilizada como referência a uma geração específica como a *Gerasaun foun*, conceito que exploraremos mais aprofundadamente na segunda parte da tese, no decurso das narrativas biográficas (Costa 2002; *Dicionário Português-Tétum* 2015; Gonçalves 2016; Lidel 2015; Williams-van Klinken 2019).⁴

É ainda possível considerar a existência de uma genealogia histórica desta expressão tendo por referência a circulação nos crioulos luso-asiáticos. Encontramos por exemplo, derivações da palavra portuguesa “geração” no dialecto português de Malaca, que surge como “geriçãõ” no sentido de parentesco, descendência (Rêgo 1998 [1942], 172). Podemos também considerar os sentidos vernaculares da palavra “geração” nos usos portugueses mais antigos da palavra ligados a casas e linhagens nobres. “O direito português [século XVI] consagrava claramente a noção de linhagem e até a de “chefe de linhagem”, ...cabeça da família & geraçam, donde vem os mais daquelle apelido...” (Monteiro 1993, 48).

² O Tétum-praça (T: *Tetun dili* ou *Tetun praça*) é a designação local dada ao Tétum vulgar, língua veicular fora da área original do Tétum, “mais mesclado de termos portugueses que o tétum original, o que resulta em parte da influência de Díli onde a presença portuguesa é mais forte, em parte de durante séculos ter concorrido com o português como língua de relação” (Thomaz 2002, 67). O mesmo autor afirma que possivelmente a difusão do Tétum tenha resultado da conquista e da “sobreposição dos *datos* belos à nobreza teocrática local” (Thomaz 2002, 106) - os *loros* (T: “sol”) que exerceriam simultaneamente o poder político e ritual.

³ De acordo com o *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa* (Machado 2003), *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* (1981), *Larousse du XX.º siècle* (Augé, dir., 1928-1933), *Le dictionnaire des Sciences Humaines* (Dortier, dir., 2006), *Merriam-Webster Dictionary* (2021) e *Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa* (2021).

⁴ Outra palavra utilizada em Timor-Leste que também alude à descendência é *keturunan* que provém do Malaio Indonésio, conhecido como *Bahasa Indonesia* (Echols and Shadily 1975). Porém, este não é o termo usado pelos meus interlocutores.

De facto, a antiguidade da linhagem era importante, tal como era importante a recitação da da genealogia da Casa *liurai* de Luca. A linhagem de toda uma geração familiar é invocada, recitada até ao fundador da Casa, nas cerimónias da respectiva Casa, como também de certa forma nas Casas “nobres” timorenses.

Neste capítulo irei dedicar-me aos significados conferidos à noção de *gerasaun* pelos meus interlocutores timorenses, António Amaral da Costa, Clementino dos Reis Amaral e José Luís Guterres. Para eles, a noção timorense de *gerasaun* implica quatro significados principais: a) geração social; b) unidade de descendência patrilinear unilinear; c) potencial gerador; d) Casa. Um primeiro significado aproxima-se do conceito de “geração social” tal como é usado nas Ciências Sociais e na Antropologia, segundo Pina-Cabral and Theodossopoulos (2021). Estes autores argumentam que a coevidade – conforme apontada por Johannes Fabian (1983) – é valiosa para a análise das gerações sociais pela Antropologia, pois permite abordar a complexidade da coexistência temporal, a contemporaneidade das experiências de viver em comunidade, e a consciência de viver ou não em conjunto. Neste sentido, as “gerações” ligam conjuntura, contemporaneidade e coevidade porque dão forma à definição de “eventos” e cumprem um papel no posicionamento estratégico de cada um face às conjunturas. “Podemos tornar em vantagem analítica as próprias limitações do conceito de geração - a sua imprecisão semântica, a potencial sobreposição de diferentes características interseccionais ou ideológicas... ou a forma como integra quadros de classificação com respostas afectivas...” (Pina-Cabral and Theodossopoulos 2021, 15). Segundo os mesmos autores, as gerações articulam conjuntura, contemporaneidade e coevidade. Dão forma às experiências de coexistência e de interseccionalidade, à definição de 'eventos' e ao posicionamento estratégico de cada um face às conjunturas. Este significado é o que irei desenvolver a propósito das narrativas biográficas.

Há uma coincidência entre a posição geracional dos meus interlocutores e este quadro conceptual que quero mobilizar. Os meus interlocutores pertencem etariamente a gerações diferentes. Clementino dos Reis Amaral foi um dos interlocutores que representou a geração social *Gerasaun 1975*, representante da Casa Wedah Canlor, do grupo de origem de Luca. Este interlocutor, de geração etária mais avançada que os outros dois interlocutores, fez parte dessa *gerasaun* formada no tempo do colonialismo português que se considera mais esclarecida e mais próxima à “cultura portuguesa” do que a *Gerasaun foun* (Gonçalves 2016). José Luís Guterres tem uma idade muito próxima à de Amaral da Costa, mas o seu percurso de vida no fim do colonialismo português, nomeadamente escolar, de responsabilidade partidária em 1975 e da representação externa da Resistência nomeadamente em Portugal, tornam-no mais coevo de Clementino e enquadram-no também na *Gerasaun 1975*. António Tomás Amaral da Costa pertence a um

segmento intergeracional formado na transição entre o colonialismo português e o indonésio. Forjado na luta contra a ocupação indonésia, com um papel importante na frente clandestina da Resistência e no movimento estudantil, este segmento situa-se entre as gerações timorenses comumente denominadas em Timor-Leste por *Gerasaun 1975* e *Gerasaun foun*. Por sua vez, a *Gerasaun foun*, escolarizada no tempo da ocupação indonésia, diferencia-se da actual *Gerasaun independencia* nascida e educada depois da independência da RDTL (Gonçalves 2016).

Um segundo significado contido na noção timorense de *gerasaun* implica uma unidade de descendentes patrilineares. A actual identidade de Luca - dos seus habitantes e daqueles que afirmam a sua pertença à *Gerasaun de Luca*, mesmo os que já não residem actualmente no seu território – tem por referente territorial o reino de Luca e o *suco* de Luca, o mais ocidental do município de Viqueque. Esta identidade de origem é, no entanto, transportada para múltiplos locais, fora dos limites territoriais do reino e do *suco* de Luca e por isso se assume como uma teia territorial expandida, bem para além do seu território central. Essa teia constrói-se tipicamente a partir de redes de segmentação das Casas. Esse conceito de *gerasaun* pode também ser utilizado no sentido de personificação colectiva do passado, presente e futuro (Feixa e Leccardi 2010) e de reflexões transformadoras da origem (Seixas 2008). Este significado pode incluir um segmento ou toda uma linhagem (Feixa e Leccardi 2010). Efectivamente, o termo *gerasaun* é utilizado de forma transversal em diversos contextos timorenses, significando Casa, para agenciar a relação entre família, tempo e história⁵.

Num terceiro sentido, *gerasaun* pode ser entendida também como potencial gerador, nomeadamente, mas não exclusivamente na continuidade da Casa. Aqui as relações de aliança são fundamentais, remetendo-nos para a longa e clássica literatura sobre a articulação entre descendência e aliança na vida familiar do sudeste asiático (cf. Barnes 2011, 2016; Bovensiepen 2017; Carsten and Hugh-Jones 1995; Traube 1986; Sousa 2010). Numa secção mais adiante, referirei as relações de aliança *fetosan-umane*, que fundamentam as ligações entre as Casas mencionadas pelas suas faculdades unificadoras e reprodutoras, fundamentos da continuidade da Casa.

Um quarto significado de *gerasaun* em Timor-Leste é feito equivaler à Casa, o que dinamiza relações entre parentesco, tempo e história.

Neste capítulo irei desenvolver esta multiplicidade de significados de *gerasaun* enquanto grupo de descendência patrilinear. Voltarei às gerações sociais nos capítulos das narrativas biográficas.

⁵ Entre os Fataluku, Viegas (2019a) tem sublinhado que a expressão *ratu* (em Fataluku) ou *clā* é por vezes feita equivaler a *gerasaun* em Tétum.

2. A noção de “Casa” no debate antropológico

O debate sobre a noção de “Casa” é longo e teve expressões muito importantes nos trabalhos de diversos antropólogos, sendo um dos focos das diferentes escolas teóricas sobre parentesco na Antropologia. A actividade pioneira da escola holandesa de Leiden na década de 1930 constituiu um marco nos estudos antropológicos do sudeste da Indonésia. A tese de van Wouden (1968) antecedeu o estruturalismo de Claude Lévi-Strauss e traçou uma análise comparativa de diversas sociedades desta área. O autor defendeu que o parentesco se firma na complementaridade entre dadores e receptores de mulheres, alicerçada pelo princípio do casamento assimétrico.

Em 1958, Rodney Needham iniciou uma sucessão de estudos sobre sistemas específicos de aliança prescritiva no sudeste asiático e na América do Sul (1962), enfatizando a importância que a aliança tinha na compreensão dos sistemas de parentesco, em substituição do lugar que até ali tinha sido reconhecido à descendência, através da linhagem. Needham inspirou gerações de antropólogos. Ele explanou as suas ideias sobre parentesco (1971, 1974) e articulou, separadamente, o seu pensamento sobre prescrição (1973) e aliança (1986). Needham viu a possibilidade de correspondência de classificação social e simbólica nas sociedades com aliança prescritiva. A sua abordagem sobre a aliança prescritiva reflectia a tradição da escola de Leiden. Needham integrou, entretanto, um debate crítico ao modelo de aliança de Lévi-Strauss, ao mesmo tempo que contribuiu imensamente para o conhecimento generalizado da obra de Lévi-Strauss, ao traduzir para inglês *The elementary structures of kinship* (1969).

A proposta de Lévi-Strauss sobre “sociedades de casas” releva a importância da categoria indígena da Casa no estudo dos sistemas de organização social. Nos seus trabalhos no âmbito do estudo do parentesco (1979), ele usa a noção de Casa como “pessoas morais” com património material e imaterial, bens tangíveis e menos tangíveis, móveis e fixos, nomeadamente nomes, títulos e prerrogativas que perduram pela transmissão do nome por uma “linha real” ou “imaginária”, legitimada pelo parentesco ou pela afinidade, e muitas vezes por ambos. A continuidade das Casas baseia-se no parentesco, em princípios de sucessão, assim como nas alianças matrimoniais que implicam a incorporação de sucessores. Lévi-Strauss concebe a Casa como instituição social que combina princípios ou formas sociais opostas, que a teoria tradicional do parentesco frequentemente considera como mutuamente excludentes: filiação/residência, descendência patrilinear/matrilinear, hipergamia/hipogamia, casamento próximo/distante, aliança, endogamia descendente/exogamia.

Nas décadas de 1970 e 1980, o debate sobre a Casa como rede de relações de parentesco tornou-se central a muitos dos estudos antropológicos sob influência de Rodney Needham, e transversal a várias regiões etnográficas (cf. Pina-Cabral, 1989). O debate sobre a Casa como

unidade social elementar e a sua relevância para o estudo do parentesco foi cedo discutido por Pina-Cabral (1984). Ainda na década de 1980 na sua monografia sobre o Alto Minho Pina-Cabral (1989) toma a Casa como unidade social primária e analisa-a como eixo dinamizador da configuração de pertença no contexto da vida camponesa comunitária. Numa revisão do panorama das décadas de 1970 e 1980, Pina-Cabral (1991, 109-110) afirma que a Antropologia social europeísta na década de 1970 ficou “marcada pelos brilhantes desenvolvimentos que resultaram da colaboração com a história social no estudo da família e do parentesco”, enquanto a década de 1980 foi de “crescente perplexidade. A erosão das categorias de descrição tradicionais no estudo da família e do parentesco, que se fizera sentir já fortemente no âmbito do estudo das sociedades não europeias, penetrou a nossa área de estudos, dando azo a uma situação de impasse. ...Os nossos instrumentos de descrição e análise necessitam de ser radicalmente renovados” (Pina-Cabral, 1991, p. 109-110).

Na década de 1990, esta forma de integrar a Casa em novas linguagens do parentesco, articulando-a com dinâmicas socioculturais em diversos contextos do sudeste asiático é marcada pelo livro de Janet Carsten e Stephan Hugh-Jones (1995), que argumenta que o conceito de Casa de Lévi-Strauss funde categorias tratadas como intercambiáveis (como a descendência, poder), dando uma aparência de unidade a princípios opostos que são tornados equivalentes uns aos outros (Carsten and Hugh-Jones 1995, 8). Estes estudos sobre a Casa enfatizam a centralidade da aliança, mas argumentam que a aliança no sudeste asiático é simultaneamente um foco de união, mas também de tensão nas “sociedades baseadas na casa”, onde nem a descendência, nem a propriedade, nem a residência tomada isoladamente são critérios para a constituição de grupos” (Carsten and Hugh-Jones 1995, 8).

O modelo de sociedades de casas de Lévi-Strauss, assim como os estudos de Needham, inspiraram então a partir da década de 1990 novos estudos antropológicos sobre a “Casa” nas sociedades austronésias, analisada enquanto grupo de parentesco, unidade ritual e política. De facto, um pouco por todo o sudeste asiático, incluindo Timor, surgiram investigações tendo por foco a Casa. A revisão de literatura feita por Carsten and Hugh-Jones (1995) repesca, entretanto, estudos sobre Casa numa abordagem da sua materialidade sublinhando os trabalhos da década de 1960 de Cunningham sobre os Atoni e de Tambiah sobre as Casas Thai do Norte da Tailândia que discutiram a organização espacial da casa interligada com regras de casamento em sociedades com grupos de descendência e sistemas de aliança assimétrica. De acordo com Carsten and Hugh-Jones (1995), vários trabalhos realizados sobre o sudeste asiático na década de 1980 focaram-se na Casa como um sistema simbólico. A Casa como um conjunto orgânico é enfatizada por Ellen (1986), em contraste com muitas análises que a formalizam e dividem. A construção da Casa é vista como um processo em curso e incompleto, concebido como um ser animado. Com base nas ideias de Lévi-

Strauss, o modelo regional sintético de Errington (1987) distingue as sociedades com aliança assimétrica da Indonésia oriental e as sociedades com parentesco cognático e casamento endogâmico da Indonésia central.

James Fox que desenvolveu trabalho considerável sobre a Indonésia Oriental, Roti, Timor Ocidental e mais recentemente Timor-Leste, realçou a importância da Casa como categoria cultural fundamental, designando-a como uma espécie particular de unidade social para o grupo de descendência. Fox (1971, 1980), aluno de Needham, centrou-se mais nas noções austronésias da Casa do que nas definições de Lévi-Strauss, em como os valores destas sociedades podem ser discernidos a partir do "interior da casa". Fox salientou a preocupação austronésia com as origens, frequentemente expressa numa linguagem botânica (veja-se Fox 1971) e releva a inter-relação entre categorias espaciais e temporais, expressas no seu conceito de "topogenia" que será desenvolvido mais adiante.

A influência do modelo de "sociedades de casas" sobre o contexto do sudeste asiático ganhou mais notoriedade na Antropologia da década de 1990, a partir do trabalho de Janet Carsten acerca da Malásia (1995) e do debate antropológico comparativo entre sociedades de casas organizado por Carsten and Hugh-Jones (1995), já referido. Neste último trabalho participaram diversos autores que analisam as ideias de Lévi-Strauss sobre a Casa como forma específica de organização social, testando a sua utilidade em casos empíricos do sudeste asiático e da América do Sul, áreas que mostram paralelismos e contrastes marcantes e cada uma representa uma fase diferente nos estudos de parentesco de Lévi-Strauss: "Um ambiente pronto a ser criado por uma geração anterior e vivido muito antes de se tornar num objecto de pensamento, a casa é um agente primordial de socialização..." (Carsten and Hugh-Jones 1995, 2, 45-46).

O debate antropológico sobre a noção de "Casa" foi integrado nos estudos sobre Timor-Leste a partir da década de 1970, por antropólogos filiados em universidades francesas, mas também inglesas, na esteira de Lévi-Strauss e Needham. David Hicks (2004 [1976]), aluno de Needham, analisou a organização social dos Tétum, a relação entre os vivos e os antepassados, e os rituais na região de Carubalo, Viqueque. Maria Olimpia Lameiras-Campagnolo (1975) focou o seu estudo entre os Fataluku sobre a cultura material da Casa e Brigitte Clamagirand (1980, 1982) examinou a articulação do sistema de aliança assente em casas sagradas na comunidade Kemak (*ema*) de Marobo⁶. Claudine Friedberg (1977) também desenvolveu trabalho sobre a Casa e a aliança matrimonial entre os Bunaq. Por seu lado, Forman (1980), na investigação realizada junto dos Makassae, evidenciou o papel da ideologia e da troca na descendência e aliança entre os grupos

⁶ Estas investigadoras integraram a Missão Etnológica Francesa, financiada pela Junta de Investigações do Ultramar e pelo Centre National de la Recherche Scientifique.

sociais. Elizabeth Traube (1980, 1980a, 1986, 1989) no seu estudo dos Mambae, salientou que a Casa constitui uma entidade política e ritual, bem como um espaço doméstico.

A Casa ganha, também, um significado acumulado de linhagem e estrutura física com correspondência à *Uma lulik* ou Casa sagrada em Timor-Leste (McWilliam 2005; Seixas 2008; Sousa 2010). McWilliam (2005) advoga que a noção timorense de Casa articula construção social, relações sociais e intercâmbio entre os seus membros: “A dupla imagem da casa como um foco físico para a encenação ritual das relações sociais e como uma metáfora para a articulação da sociabilidade, é um valor cultural timorense omnipresente... A importância da casa como valor operacional central é significativa em todo o lado” (McWilliam 2005, 28), apesar da forma como estas relações se exprimem e organizam serem variáveis de acordo com os diferentes grupos sócio-linguísticos de Timor-Leste.

Paulo Seixas (2008, 17) analisa a dualidade complementar característica de Timor, consubstanciada nas expressões Tétum com nexo à Casa: *Uma Timor / Uma malae* (Pt: Casa timorense / Casa estrangeira), *Uma lulik / Uma kreda* (PT: Casa sagrada / Casa do credo), *Uma fukun / Maromak nia Uma* (Pt: Casa da tradição, Casa de Deus), argumentando que a relação entre a primeira dualidade se especifica nas outras duas dualidades complementares. Segundo Lúcio Sousa (2010) que analisou a organização social e as práticas rituais numa comunidade do grupo etno-linguístico Bunak (Bobonaro), entre as principais características da Casa estão a “dimensão política nacional. Ela é o símbolo recorrente... que legitima poderes, locais e estrangeiros; tornou-se um símbolo da identidade timorense” (Sousa 2010, 356). A Casa timorense (incluindo a Casa de Luca) congrega assim várias dimensões. Porém, a Casa do grupo de origem de Luca tem principalmente um alcance político, ritual e territorial mais profundo e abrangente. Assemelha-se a um tronco central muito enraizado com múltiplos ramos de longo alcance de Casas segmentares da Gerasaun de Luca fundadas por descendentes desse “tronco”. O termo “tronco” serve aqui de sinónimo de ascendência, linhagem, geração e ramos de sucessão e descendência. Veja-se Traube (1986).

Utilizarei então as expressões “grupo de origem” e “tronco central” como manifestações da mesma ideia, assim como “Casas segmentares” e “ramos” como sinónimos, na secção que se segue sobre as Casas da *Gerasaun de Luca*.

3. Casas da *Gerasaun de Luca*

A descendência directa do grupo de origem dos *liurais* de Luca é disputada por duas Casas de duas aldeias do *suco* de Luca (Casa em Português equivale a *Uma* em Tétum): a *Uma Wedah Canlor*

(aldeia de Canlor) identificada no mapa de localização das Casas com o número 1; e a *Uma Tenente* (aldeia de Iramer) com o número 2 no mapa. Todavia, apesar de todas as divergências, os descendentes de Luca (excepto os da casa de Iramer) tendem a reconhecer a *Uma Wedah Canlor* como sendo o grupo de origem de Luca.

Figura 2. Mapa dos Municípios de Timor-Leste com a localização das Casas.



Fonte: Timor-Leste. Ministério da Administração Estatal. Mapa dos Municípios (2020).

1. *Uma Wedah Canlor* (suco de Luca, Município de Viqueque)
2. *Uma Tenente* (suco de Luca, Município de Viqueque)
3. *Uma Oebic-Lichsana Leo Uai-Hali Uaibobo* (suco de Uaibobo, Município de Viqueque)
4. *Uma Matahu* (suco de Leguimea, Município de Ermera)

Em contactos informais e posteriormente em entrevistas que realizei durante o trabalho de campo, os representantes da *Uma Matahu* do suco de Leguemia, no Município de Ermera, (identificada no mapa com o número 3) reivindicaram a sua pertença à *Gersaun de Luca*. Em Ermera, o descendente *liurai* de Luca terá sido aceite pelos *liurais* locais e por via da aliança matrimonial com uma descendente de Casa *liurai* local, terá dado origem à *Uma Matahu*, à qual estes interlocutores pertencem. Segundo um ancião desta Casa e nos seus próprios termos, o “culto dos mortos”, a carpintaria, a tecelagem e a tecnologia em geral terão sido trazidos para Ermera pela *Gersaun de Luca*. Para além da descendência do grupo de origem de Luca e tendo por referente o ponto gerador do segmento familiar de Ermera, proponho usar aqui a noção de “agência da *Gersaun de Luca*”. Apresento a ideia da *Gersaun de Luca* como um agente ou como uma forma de agência para representar estas transformações culturais e económicas introduzidas pela *Gersaun de Luca* em Ermera, dado que a introdução de actividades como a carpintaria e a

tecelagem são objecto de inovação local, de transmissão intergeracional e de tradução cultural (Seixas 2008).

A pertença à *Gerasaun de Luca* é reivindicada por descendentes de Casas que reclamam ser representantes de segmentos da “Casa-mãe” de Luca, conceito que irei explicando no decorrer deste capítulo, em áreas geográficas distintas e dispersas em Timor-Leste. Na minha visita a Leguimea para participar nas cerimónias rituais para a reconstrução da *Uma Lulik Matahu* em 2017, foi-me transmitido que em Balibó, próximo da fronteira com Timor Ocidental, há duas Casas que reclamam ser da *Gerasaun de Luca* – Asa e Loi, à qual pertencem dois membros que teriam sido companheiros de percurso do fundador da *Uma Matahu*. A Casa *Matahu* indigitou um representante para procurar as famílias da *Gerasaun de Luca* ligadas à sua Casa. Desde 2016, esse representante procura conhecer “toda a *gerasaun*”. Em Laga (Município de Baucau) há uma aldeia que se afirma como pertencente à *Gerasaun de Luca*. Este representante foi percorrendo locais em várias partes do território de Timor-Leste: Ainaro, Díli, Liquiçá, Railaco-Ermera, Balibó, Maliana, Atambua, Suai Camenaça – onde ele encontrou representantes de Casas que se identificam como descendentes de Luca. O significado de descendência permanece, mas o leque geográfico de descendentes abre-se exponencialmente, integrando o significado de *Gerasaun de Luca*. Estas serão Casas segmentares ou Casas-filhas que derivam da Casa-mãe de Luca, formadas por descendentes de Luca que se foram espalhando pelo território de Timor, em momentos diversos e que procuram na actualidade recriar a ligação com a origem e, no caso da *Uma Matahu*, conhecer e criar relações com as Casas-irmãs.

Na sequência do propósito já referido do *lian nain* da *Uma Tenente* reunir os descendentes da *Gerasaun de Luca* e distribuir terras pelos descendentes, e do interesse da *Uma Matahu* de Ermera em conhecer a sua origem de Luca, foi realizada em 2015 uma visita dos representantes da *Uma Matahu* à *Uma Tenente*, em Iramer (Luca), a convite da última Casa. O ambiente do seu encontro foi de tensão e de interrogações entre membros da Casa “Tenente”. Membros da *Uma Tenente* colocavam ou deixavam transparecer aos visitantes questões diversas sobre quem eram os visitantes e a que a que *gerasaun* da Casa de Luca pertenciam. O significado de *gerasaun* como descendência de um mesmo grupo de origem mantém-se, mas abrem-se novas interrogações sobre possíveis *gerasaun* da Casa de Luca.

Numa das conversas em torno da tensão que se gerou sobre descendentes directos de Luca e da *Gerasaun de Luca*, o *lia nain* da Casa *Matahu* disse querer perceber qual era afinal a Casa original de Luca: se era a sua *Uma Matahu* ou se era a *Uma Tenente*? Ele alegava sentir que era a sua Casa *Matahu*, a Casa original. Estas tensões representam para ambas as Casas reivindicações de poder e autoridade num campo de disputa da centralidade da casa de origem *versus* periferia da

casa segmentar. O que pode estar em causa são metáforas entre vida e terra. A ideia da “Casa original” associa-se a “tronco” e tem implícito o conceito de origem, de raiz, de geração. Podemos estabelecer a seguinte relação: tronco – terra – vida – ramos. Como Fox (1971) sublinha: as associações ‘vegetais’ são significativas e expressam a preocupação austronésia com as origens; assim, o tronco é o que gera, o que está na origem ou na base da vida, mas também dos ramos que são os segmentos, a sequência. O conceito de *gerasaun* revela-se entre o horizontal e o vertical. Ao usarem o conceito de gerar e o conceito de tronco, os interlocutores estão a dar mais peso ontológico a pessoas e Casas em relação a outras, criando hierarquia de Casas numa perspectiva de cosmovisão, de se organizarem e de se posicionarem hierarquicamente. Pode estar implícita a ideia de perceber o mundo, para além da negociação, da construção da pertença, da territorialidade, em que as fronteiras, a imprecisão e a participação são constitutivas (Pina-Cabral 2020).

Outra Casa da *Gerasaun de Luca* de que vim a tomar conhecimento foi a *Uma Oebic-Lichsana Leo Uai-Hali Uaibobo* (Uaibobo), identificada no mapa com o número 4, também um dos ramos da Casa-tronco de Luca. Ao longo das múltiplas entrevistas e conversas informais com o seu representante, António Tomás Amaral da Costa, apercebi-me que independentemente das temáticas abordadas, quer fosse a história da sua Casa-ramo, quer fosse a sua narrativa biográfica, havia sempre a identidade assumida de Uaibobo, mas permanentemente alinhada com o centro, com a Casa-tronco, *Uma Wedah Canlor*. Nas palavras de António Amaral da Costa:

“Este nosso lugar de Luca parece que tem uma natureza educada. Nos tempos passados, as pessoas que saíram de lá para governar... Mandaram... para todos estes postos, estes *sucos*... Porque razão é que naquela altura v[ão] dividir estes nossos avós [antepassados] para Oecusse, para Wewiku-Wehale, para Manatuto, para Baucau, para Los Palos?... Naquela altura, nós estamos num grande império... Aquele terreno dos nossos [antepassados]... dá educação. A pessoa sabe governar, sabe educar... Nós quando chegámos a Liquiçá, [um] indivíduo vem [e diz]: - Senhor, eu sou da *Gerasaun de Luca*, o avô vem do nome assim... Quando cheguei lá em Maubara, um dos nossos *liurais* ali [disse]: - *Liurai, liurai* Luca. Eu também sou de Luca... Então os velhos dizem que naquela altura, nos tempos de Wewiku-Wehale, as pessoas que vão sair daqui [de Luca] é que vão governar Aileu, Ainaro, Ermera, Liquiçá, Oe-Cusse, Webiku-Wehale, até em Kupang, não só daqui [parte Leste e parte Oeste da ilha] (Entrevistas de António Tomás Amaral da Costa 2017-2023).

Nesta descrição, Luca é considerada uma terra sagrada que dá conhecimento às pessoas para governar e ensina as populações a realizarem as tarefas quotidianas. De Luca partem pessoas que vão governar casas por todo o território, expandindo o poder e a influência de Luca por grande parte do território timorense.

Na próxima secção, abordarei outro fio analítico que pode adensar o significado de *Gerasaun de Luca* sobre as relações de aliança *fetosan-umane* que permite a continuidade da Casa-tronco ou

da Casa-mãe reproduzindo descendência, ao mesmo tempo que possibilita que ela se ramifique ou se segmente.

4. Relações de aliança – *fetosan-umane*

“O meu pai [Paulo Guterres] não é de Luca, é de Viqueque, mas quando na altura Luca precisou, devia ser o irmão do tio Clementino [dos Reis Amaral], o tio Leão [Pedro dos Reis Amaral]. Mas como o tio Leão disse que não podia e o tio Clementino era jovem... A única irmã que eles têm é a minha mãe [Epifânia dos Reis Amaral]. Então os tios adoptaram o pai como irmão. [Este não é nosso cunhado, é nosso irmão – acrescentou Clementino dos Reis Amaral]. A continuidade durante tantos anos como nosso chefe de *suco* de Luca, [é] também por causa disso. E depois durante tantos anos, a palavra-chave [foi]: o tio que é o descendente natural, devia ser ele; deram à irmã, mas adoptaram o meu pai como irmão. O meu pai é *liurai*, mas doutro *suco*. Eles adoptaram-no. O pai ficou [38 anos – complementou Clementino dos Reis Amaral] como chefe de *suco* de Luca. Ficou lá muito tempo. Depois o meu irmão... Há coisas que é o destino” (Entrevista de José Luís Guterres 2018).

O autor da passagem acima citada é José Luís Guterres, fundador e membro da cúpula da ASDT/Fretilin e vice-primeiro-ministro da RDTL, pertencente à linhagem central de Luca por via da aliança *fetosan*. A sua mãe, Epifânia dos Reis Amaral, pertencia ao grupo de origem de Luca, grupo dador de mulheres que nesta aliança cooptou o pai (doutro casa de Viqueque) para a linhagem central de Luca. Este é um dos únicos casos que eu conheço de agregação dum membro de outra casa por via da aliança matrimonial, que passou a integrar a casa da esposa.

O meu interlocutor da *Gerasaun de Luca* de Uaibobo afirma que “Nicolau Lobato [considerado pai do nacionalismo timorense, figura-maior da ASDT/Fretilin e da Resistência Timorense] também pertencia à família Amaral, porque também é da *Gerasaun de Luca* [*fetosan* por casamento da irmã com Moisés Amaral]...” (Entrevistas de António Tomás Amaral da Costa 2017-2023). Este interlocutor numa reivindicação de alinhamento com o centro da política nacional, afirma que por via do grau de parentesco resultante desta aliança matrimonial, participou no arranque da ASDT/Fretilin.

As relações entre Casas de diferentes grupos de origem estabelecem-se em Timor-Leste, em muitos casos, segundo um princípio de aliança em que as casas que se posicionam como “dadoras de vida” ou dadoras de mulheres (T: *umane*) em relação a outras “receptoras de vida” ou receptoras de mulheres (T: *fetosan*), e tendem a manter esse sentido de relação durante algumas gerações (Hicks 2007; Ospina 2019; Silva 2018). Os *fetosan* são associados com a feminilidade e os *umane* com a masculinidade, como a etimologia dos termos sugere (T: *Feto* – P: Mulher. T: *Mane* – P: Homem). *Feto* denota feminilidade, mulher, irmã, e *Umane* significa a casa do homem, o grupo de descendência masculino. A dicotomia masculina/feminina é reforçada pelos termos utilizados para

designar os grupos de aliança entre si. *Umane* permanece como o termo para dadores de mulheres, mas o termo *Fetosan* é substituído por *feto-oan* ou “filha”.

Os dois grupos de descendência envolvidos no casamento devem ser inequivocamente definidos como *umane* ou *fetosan*, em que o primeiro grupo não pode receber uma mulher do seu parceiro receptor de mulheres, e *vice-versa*, pelo que a relação entre os grupos não pode ser simétrica. Em termos pragmáticos, tal significa que os *umane* ficam sem as suas jovens solteiras, filhas ou irmãs que são recebidas pelos *fetosan* como esposas. A responsabilidade dos parentes por afinidade é significativa e as características simbólicas são mais elaboradas.

A hierarquia, tal como nos sistemas de aliança assimétricos na Indonésia oriental, aparece aqui também, uma vez que o masculino *umane* é considerado superior ao feminino *fetosan*, tal como o adulto (pai) é superior à criança. Outro atributo distintivo envolve o simbolismo dos presentes trocados que tem subjacente a ideia de que os parceiros “masculinos” dos grupos de descendência dos *umane* recebem presentes masculinos, e que os parceiros “femininos” *fetosan* recebem presentes femininos, o que também se aplica a rituais tradicionais de nascimento e morte (Hicks 2004, 101).

A expressão *umane e fetosan* significa, como alguns antropólogos têm mostrado (e.g. Fox 1980; Barnes 2010; Hicks 2004), mais uma circulação de vida do que um contrato de casamento assente na transferência de mulheres, como as expressões de dadores e receptores de mulheres utilizadas nalguma literatura faziam crer (cf. Viegas 2018).

Como tem sido largamente demonstrado, o poder nestes contextos do sudeste asiático está também alicerçado em alianças matrimoniais estratégicas e os casamentos de elite terão resultado em formas complexas e duradouras de organização social hierárquica (Hägerdal 2012, 54; Leach 2017, 20; Schulte Nordholt 1971).

Como mostrou David Hicks (2004) a partir do seu trabalho de campo realizado na década de 1960 em Viqueque: se a aliança *fetosan-umane* é uma instituição muito comum e influente na parte oriental e ocidental da ilha nos outros grupos etno-linguísticos, entre a população Tétum de Viqueque e de Wehali a forma de casamento *fetosan-umane* é raramente praticada, sendo antes prevalecente o *hafoli* e o *habani*. A noiva casada pelo regime *hafoli* muda-se para a casa do marido, com os seus pertences e herdará propriedades da sua mãe. O *hafoli* não introduz as linhagens do homem e da mulher numa relação formal como acontece no casamento via *fetosan-umane*, mas potencia relações de cooperação e de ampliação do seu alcance social (Hicks 2004). No regime *habani* não ocorre compensação matrimonial e não envolve relação de compromisso entre receptores e dadores. Tal como as restantes, a união *habani* é caracterizada por um regime de filiação e residência. Segundo Hicks (1975):

“Apesar da língua Tétum ter três termos distintos para três formas muito diferentes de uniões conjugais: *Hafoli*, *Habani* e *Fetosan-Umane*, dadas as implicações sociais do casamento, é porventura surpreendente que esta instituição não seja identificada por nenhum termo genérico... No contexto do casamento, a unidade social efectiva na maioria dos casamentos não *Fetosan-Umane* é a família... Apesar de haver algum sentido de que estão a representar o seu grupo como uma unidade, juntam-se os presentes em nome do pai do noivo e não em nome da sua linhagem, a menos que o casamento seja *Fetosan-Umane*, caso em que a linhagem age mais como um grupo corporativo” (Hicks 2004, 95).

Não obstante, a forma de casamento *fetosan-umane* está presente no pensamento acerca de como os grupos de descendência se podem aliar uns aos outros, e por isso é salientada por um dos meus interlocutores. Algumas famílias Tétum têm alianças *fetosan-umane* entre si e algumas linhagens Tétum também têm alianças *fetosan-umane* com famílias Makassai, como é o caso relatado pelo interlocutor de Uaibobo, António Amaral da Costa.

A relação entre as alianças matrimoniais e políticas articula-se ainda com o papel do antepassado que serve de referente comum, que é fundamental para a continuidade da *gerasaun*. É este o tema que tratarei de seguida.

5. As linhagens e o antepassado que serve de referente comum

Segundo Clementino Amaral, o representante do grupo de origem de Luca (tronco genealógico central) *Uma Wedah Canlor*:

“Esta é uma das informações dos velhotes antigamente que foram de boca em boca: que os nossos avós em oitocentos e tal, novecentos e tal para irem todos para Luca, eram casais: marido e mulher. Eram todos branquinhos. Disseram, não sei se é verdade, [que] vieram da Pérsia. De maneira que quando Timor viu que era governado por esses estranhos, então tiveram muito respeito e pediram a Luca para tomar conta disto tudo. [Porque] é que um rei qualquer, Timor havia de respeitar Luca?” (Entrevistas de Clementino dos Reis Amaral 2018-2019).

Noutra referência do mesmo interlocutor, relativa ao século XIII:

“O reino de Luca não só tinha influência política no Leste mas também nalguns reinos do Oeste... O reino de Luca era e é conhecido por Luca Likasan/Likosan. Conforme fontes de historiadores verbais, já todos falecidos... chegaram aí os visitantes da actual Malásia e encontraram-se pela primeira vez, com dois irmãos *liurais* com muito poder e influência na área, cujos nomes [eram] Na'i Luk e Na'i Kai. Quando regressaram contaram ao que estava a reinar a Malásia, na altura, que estiveram numa grande região e encontraram-se com dois irmãos de grande poder e influência os quais eram conhecidos por Luk e Kai e então passaram a chamar o lugar por Luk Kai e no fim Luca. E porque chamaram e ainda chamam Luca Likasan/Likosan? Porque na altura quando chegaram a Luca, aqueles monarcas da Malásia diziam que eles pertenciam a dinastia de Syah. Talvez, nessa altura, tivessem feito algum

acordo verbal de amizade, entre Luca e a dinastia Syah, então passou a ser conhecido por Luca Likasan/Likosan, como deve ser é Luca liga Syah e no fim ficou e fica com o nome de Luca Likasan/Likosan” (Amaral 2014, 6).

Segundo o meu interlocutor de Uaibobo, António Tomás Amaral da Costa, o *Liurai* Sassira Malaca teria exercido influência política em Timor no séc. XIII, mas identifica como primeiro referente o *Liurai* Belu-Mau, que situa no século XIV (Entrevistas de António Tomás Amaral da Costa 2017-2023). Autores como Barnes, Hägerdal and Palmer (2017) e Soares (2003) identificam o *Liurai* Afoan Sila como o primeiro *liurai* conhecido e que terá reinado antes da chegada dos portugueses à região, em 1512.

No caso de Luca, o antepassado que serve de referente comum pode ter vivido no século XIII ou em período anterior. Dois dos meus principais interlocutores têm sido responsáveis pela recuperação dos conhecimentos genealógicos, um como representante da Casa Wedah Canlor do grupo de origem de Luca e o outro da Casa Oebic-Lichsana Leo Uai-Hali Uaibobo do segmento de Uaibobo, como investigador da história de ambas as casas. Este último, que também investiga os registos das *uma lulik* (casas sagradas), parece identificar cada *gerasaun* de acordo com o *liurai* governante e sua descendência. Em geral, cada Casa elabora a sua genealogia centrada na linha dinástica do soberano dominante (Fox 2006).

O antepassado que serve de referente comum é considerado o ponto de derivação para os segmentos familiares que se espalharam ao longo dos tempos por grande parte do território timorense e que ganha relevância como forma de territorialidade. A “precedência”, ou uma reflexão sobre processos e trajetórias de origem, incorpora uma concertação de relacionamentos, onde o *status* de uma pessoa ou grupo é conceptualizado e definido por referência à sua proximidade a um ponto comum de derivação ou de “origem” (Barnes 2011; Fox 1994). O que representa um ponto comum de derivação ou de origem – o que, segundo Seixas (2008), também é designado por *gerasaun*, pode ser objecto de considerável debate e é frequentemente contestado, invertido ou reordenado.

Na actualidade, a renegociação das relações de precedência, após anos de guerra e de deslocamentos forçados, políticas de reinstalação e de realocização, restrições de movimento e de prática cultural, ganha destaque na literatura (Barnes 2011; Bovensiepen 2014b). A “resiliência” das práticas tradicionais na actualidade em Timor-Leste tem sido estudada por autores como Barnes (2017, 2011), Bovensiepen (2014b), Hicks (2007), Simião (2010) e Sousa (2010), envolvendo a rearticulação das relações entre as distintas formas de sociabilidade estruturada em torno das redes de parentesco e de aliança, estreitamente ligadas a reivindicações específicas relativas à territorialidade, à terra e ao acesso a recursos naturais (Barnes 2011; Bovensiepen 2009; Fitzpatrick

and Barnes 2010; McWilliam 2006, 2007, 2008, 2011; Palmer 2007; Yoder 2005). Nas áreas de longa prática costumeira, a ligação dos timorenses à terra foi novamente estabelecida através das próprias narrativas de origem, que fornecem pontos de referência para a pertença social e precedência, baseadas na proximidade de uma fonte de derivação comum. Estes mitos de origem são reproduzidos através da realização de cerimónias, reconstrução de casas sagradas e recitação de estruturas narrativas múltiplas em linguagem ritual, recordando as histórias dos antepassados. Múltiplos eventos ligados a Luca têm ocorrido neste sentido.

A existência de um antepassado comum desde períodos tão remotos poderá, por hipótese, prefigurar este grupo de origem como pertencente a uma estrutura aristocrática. A aristocracia em Timor parece estar a ser objecto de definição; o que é preciso para ser nobre parece estar em disputa.

6. Genealogia política da Casa Wedah Canlor

A representatividade das Casas não parece fazer-se só a nível local, como referenciado em diversos estudos. Essa presença também se parece fazer sentir a nível central, como procuro evidenciar nesta tese. De forma a melhor apresentar as linhas cronológicas da Casa Wedah Canlor e a intersecção com as Casas segmentares, compilei e organizei informação retirada de entrevistas de António Tomás Amaral da Costa (2017-2023), Clementino dos Reis Amaral (2018-2019) e José Luís Guterres; e de diversas publicações - Barnes, Hägerdal and Palmer (2017), Belo (2013), CAVR (2013), Soares, (2003) - e de legislação da RDTL e de Portugal, fontes governamentais da RDTL e publicações periódicas, que apresento nas tabelas seguintes. A tabela I reproduz uma linha temporal dos *liurais* de Luca da Casa Wedah Canlor. A tabela II ilustra a cronologia dos chefes de *suco* de Luca que pertencem à mesma casa. A tabela III reflecte os membros do governo e diplomatas da RDTL da referida Casa.

A partir da investigação documental que originalmente fiz para esta tese, construí as três tabelas seguintes. Estas tabelas evidenciam a continuidade política dos *liurais* de Luca desta Casa e dos seus descendentes num tempo longo que atravessa diferentes recortes político-administrativos do território.

Figura 3. Tabela dos *Liurais* da Casa Wedah Canlor

“Nome de Casa” ⁷	“Nome português” de baptismo ⁸	Datas de governação
Consta apenas a proveniência da Pérsia. Não há informação sobre o nome.		Séc. X-XI
Luk e Kai	-	Séc. XIII
Belu-Mau	-	Séc. XIV
Sak Luk Nhak	-	-
Afoan Sila	-	1510-1530
Sila – Afoan Lorosae	-	1530-1551
Amafoan Siakbar	-	1551-1587
Sak Sila Baria	-	1587-1602
Bariasak Batemao	-	1602-1641
Liurai Feto Baria Sak	-	1641-1644
Saki-Lequi	-	1644-1652
Lequesak / Lequi Sak	-	1652-1670
Raínha de Luca	-	Governava em 1670
Lu-Leque / Lulequik / Lulequik I	-	1670-1682
Leque-Song	-	1682-1702
Song-Leque	D. Sebastião Fernandes dos Reis Amaral / D. Sebastião Fernandes	1702/3-1726
Leki Saki	D. Matias Amaral / D. Matias da Costa	1726-1731
Saki Rei Olo	D. António Taveiro Amaral Tem / D. António Aveiro Amaral	1731-1760
Olo-Sak	D. Sebastião da Costa Amaral	1760-1781
Loi-Sak Início da <i>Gerasaun de Luca</i> de Uaibobo)	D. Tomás Amaral / D. Tomás Amaral I	1781-1795
Sahe Loi	D. Anna (Ana) Amaral	1795-1825
Nai Liurai Nai Lou Hare Sak-Manek (Funu Nain)	D. Maria Amaral	1825/26-1850
Loi Saki	D. Félix Amaral	1850-1862
Lu-Sak	D. Luís Amaral	1862-1875
Luleque Wedah / D. Luleque – Fatumete Wedah / Lulequik	D. Luís Amaral	1875-1880
Leque Lu-Sak	D. José Amaral	1880-1885
Sahe Sak	D. Rosa (Roza) Amaral	1885-1910
Naha-Laka	D. Clementino dos Reis Amaral	1910-1914
-	D. Tomás dos Reis Amaral / D. Tomás dos Reis Amaral I / D. Tomás de Aquino dos Reis Amaral	1914-1917
-	D. Lourenço Amaral / D. Lourenço Amaral I	1917-1923
Laka-Nahak	D. Tomás Aveiro dos Reis Amaral / D. Tomás A. dos Reis Amaral II	1923-1926
Nai Liurai Saka-Laka	D. Lourenço Amaral / D. Lourenço Amaral II	1926-1933

⁷ Todos os nomes aqui apresentados são os “nomes de casa” atribuídos no seio da família, de acordo com a lógica de composição com um dos nomes ao antecessor.

⁸ Em Timor-Leste, as pessoas tinham para além do nome de casa, um nome português atribuído por ocasião do baptismo (Feijó 2008).

Figura 4. Tabela dos Chefes de Suco de Luca da Casa Wedah Canlor

Nome de Casa	Nome português	Datas de governação
Nai Liurai Sak-Olo	D. Jeremias Amaral / D. Jeremias dos Reis Amaral	1933-1944
-	Zeferino Amaral	1944-1959
-	Paulo Guterres ⁹	1959-1979
-	Domingos Torrezão dos Reis Amaral / Domingos Amaral	1979-1989
-	Francisco António Amaral Guterres	1989-2016
-	Pribato Amaral Guterres	2016-

Figura 5. Tabela dos Membros do Governo e Diplomatas da RDTL da Casa Wedah Canlor

Nome de Casa ou “Nome de código”	Nome português	Cargos políticos e diplomáticos	Datas de governação
Na’i Noh Leao	Leão Pedro dos Reis Amaral (1917-2008)	Administração de Viqueque no Governo Colonial Português. (Abdicou de ser eleito <i>liurai</i> de Luca para trabalhar na administração).	1940-1942 1945-1961
		Fundador do partido KOTA Presidente do KOTA e nessa qualidade membro do CNRT	1974 1998-2000
		Membro do Parlamento Provincial de Timor pelo partido político indonésio no poder Golkar - na Ocupação Colonial Indonésia (Díli)	1983-1988
		Presidente do Senado dos Liurais	2002-2005
-	Clementino dos Reis Amaral (1936-2020)	Chefe do Posto Administrativo de Alas, Atabae, Balibó, Tilomar; adjunto do Administrador do Concelho de Baucau, durante a Administração Colonial Portuguesa	1961-1975
		Membro do Parlamento Nacional da Indonésia pelo Golkar, durante a Administração Colonial Indonésia.	1977-1993
		Membro e Secretário-geral da Comissão dos Direitos Humanos da Indonésia	1993-1999
		Membro da Assembleia Constituinte pelo partido KOTA	2000-2002
		Deputado do Parlamento Nacional pelo partido KOTA	2002-2007
		Presidente do Senado dos Liurais	2005-2020
Lugo	José Luís Guterres (1954-)	Membro do Comité Central da Fretilin	1974-
		Representante das Relações Exteriores do Governo resultante da Proclamação Unilateral da Independência e da Resistência Timorense em Moçambique, Angola e Nações Unidas.	1975-1999
		Embaixador de Timor-Leste na ONU	2002-2006

⁹ Casado com D. Epifânia dos Reis Amaral.

		Candidato à liderança da Fretilin. Fundador do grupo dissidente Fretilin-Mudança dentro da Fretilin. Fundador do partido Frente de Reconstrução Nacional de Timor-Leste – Mudança (Frenti Mudança).	2006 2012
		Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação no II e no V Governo Constitucional da RDTL	2006-2007
		Vice-Primeiro Ministro Coordenador dos Assuntos Sociais no IV Governo Constitucional da RDTL	2007
		Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação no IV Governo Constitucional da RDTL	2012-2015
		Concorreu às eleições presidenciais onde obteve o 3.º lugar com 2.6% dos votos.	2017
		Presidente da Autoridade da Região Administrativa Especial de Oecusse-Ambeno (RAEOA)	2019-2020
-	Ovídio de Jesus Amaral (1958-2014)	Ministro dos Transportes e Comunicações no II Governo Transitório	2001-2002
		Ministro dos Transportes e Comunicações no I Governo Constitucional	2002-2006
		Embaixador da RDTL na Indonésia	2007-2009
		Embaixador da RDTL junto da Santa Sé	2014
-	Isabel Amaral Guterres (1958-)	Comissária da Comissão de Recepção, Verdade e Reconciliação de Timor-Leste (CAVR)	2002-2005
		Ministra da Solidariedade Social do V e VI Governo Constitucional da RDTL	2012-2017
		Embaixadora da RDTL em Portugal	2020-
-	Élia António de Araújo dos Reis Amaral (-)	Vice-ministra / Ministra interina da Saúde do VIII Governo Constitucional da RDTL	2018-2020

As três tabelas realçam assim a continuidade política dos *liurais* de Luca desta Casa e dos seus descendentes num tempo longo que atravessa diferentes períodos político-administrativos do território timorense. A tabela I reproduz uma linha temporal dos *liurais* de Luca da Casa Wedah Canlor antes e durante a colonização portuguesa. A tabela II ilustra a cronologia do poder local de Luca no decurso da fase final da colonização portuguesa, de toda a ocupação indonésia e independência, em que os chefes de *suco* de Luca pertencem à mesma casa. A tabela III reflecte os cargos político-administrativos e diplomáticos dos membros da Casa Wedah Canlor desde 1940 até 2023. De facto, como irei desenvolver nos capítulos 5 e 6, dois interlocutores assumiram cargos cimeiros no parlamento, na diplomacia e um deles no governo que perpassam as últimas décadas da administração portuguesa, da colonização indonésia, da administração da ONU e da República Democrática de Timor-Leste.

Percebemos que há um alinhamento com o poder central em diferentes etapas políticas do território, com ou sem potências coloniais, no poder local e no poder central. Luca manteve-se um reino influente no Leste da ilha e possivelmente em partes do Oeste no período em que os *liurais* e os reinos superentendiam aos destinos da ilha. Por aliança ao governo colonial português, Luca manteve a sua proeminência e pode tê-la expandido. Porém, Luca também liderou movimentos políticos e mesmo armados contra o governo colonial português. O reino de Luca e os seus governantes manifestaram simultaneamente um alinhamento central com o poder colonial e com o poder nativo, em aliança e em contraposição.

Numa fase em que os reinos foram formalmente abolidos e se registou uma certa migração do poder dos reinos para os *sucos* e em que os *liurais* e seus descendentes lideraram esse processo, a casa-tronco de Luca manteve os seus representantes no poder local como chefes de *suco*, tanto durante a administração portuguesa como na indonésia, como ilustra a tabela II.

Na tabela III observamos que durante a ocupação indonésia, dois irmãos (Leão e Clementino) e membros da casa da família Amaral de Luca que anteriormente ocupavam altos quadros da administração portuguesa, passam a representar Timor-Leste a nível provincial e nacional. Clementino deles foi membro e secretário-geral da Comissão dos Direitos Humanos da Indonésia. Ambos integraram o partido KOTA, um como fundador e ambos como presidentes consecutivos do partido, que será objecto de análise no Capítulo 4. Clementino integrou a Assembleia Constituinte e o Parlamento Nacional da RDTL, eleito pelo KOTA. Os dois irmãos presidiram consecutivamente ao Senado dos Liurais de Timor Loros'ae, uma organização de cariz nacional que também será analisada no Capítulo 4.

A presença de elementos desta Casa tem sido assídua nos diversos governos pós-independência, como podemos verificar na tabela 3. Também podemos ver dois irmãos (José Luís Guterres e Isabel Amaral Guterres) a ocuparem os cargos mais elevados nos governos da RDTL, ele como vice-primeiro ministro e ambos como ministros de áreas diferentes. De acordo com o que foi afirmado por Clementino dos Reis Amaral, meu interlocutor, a presença de membros da Casa de Luca é de manifesta importância para a estabilidade e equilíbrio do governo (Entrevistas de Clementino dos Reis Amaral 2018-2019). José Luís e Isabel também foram diplomatas e Isabel Amaral Guterres continua a exercer o cargo de embaixadora da RDTL em Portugal.

Para além duma centralização desta Casa a nível nacional, há também uma internacionalização dos seus membros, através do exercício dos cargos de embaixadores em diversos pontos estratégicos, nomeadamente Portugal e EUA, assim como em organismos internacionais de grande abrangência como a Santa Sé e a ONU. Tal sugere-me a possibilidade de movimentos longitudinais e latitudinais que se intersectam.

Outras intersecções perceptíveis durante o meu trabalho de campo são a de tronco comum/ramos, grupo central/segmentos e centro/periferia que continuaremos a observar de seguida.

7. Tronco comum e ramos - Territorialidade e expansão da *Gerasaun de Luca*

7.1. Grupo de origem de Luca

Ouvi recorrentemente a seguinte expressão ligada à *Gerasaun* de Luca e por referência à *Uma Wedah Canlor* (família Amaral de Luca): “Vocês são o tronco e nós (os outros) somos os ramos”. O tronco comum corresponde ao grupo de origem de Luca. Esta relação entre “tronco” e “ramos” pode ser bem descrita pelo conceito de topogenia. O conceito de topogenia foi mobilizado por James Fox (2006) para descrever a relação da recitação dos nomes de lugares por uma determinada sequência e das narrativas com a paisagem, podendo traçar a migração (e expansão) de uma Casa do seu ponto de origem através da paisagem, como é o caso dos Atoni Meto, e parece ser também o caso de Luca. Pode começar com a criação da Casa para depois enumerar os casamentos dos antepassados masculinos e femininos que povoaram a região, aproximando-se esta narrativa da imagem botânica da "árvore" em crescimento e disseminação que se estende desde a sua base. A base, o “tronco de árvore” é simultaneamente o suporte físico para os membros superiores e o ponto de origem do crescimento, como acontece nas narrativas de Belau (também conhecido por Palau, país do Pacífico Ocidental) referidas em Fox (2006) e nas de Luca. Mas o tronco também representa o centro do território do grupo de origem e a movimentação dos ramos pela paisagem simboliza as migrações do centro para a(s) periferia(s). A mitologia de Belau estudada por Parmentier (1987) e mencionada em Fox (2006) conecta duas metáforas austronésias comuns: o caminho e a sua origem com a imagem botânica da árvore em expansão, a partir da sua base. A narrativa de origem de Belau é expressa geográfica e culturalmente, em termos da construção de um *caminho* pela movimentação de um ponto de partida a um ponto de chegada. Vejam-se os estudos de Louis Berthe (1961, 1974) e a monografia organizada por Lúcio Sousa, Keu Apoema e Vicente Paulino (2020). A palavra-chave relativa à "origem de Belau" e "início de um caminho" é *uchul* que no seu significado alargado abrange origem, ponto de partida, fonte, causa, razão, tronco de árvore - suporte físico para os membros superiores e ponto gerador do crescimento (Fox 2006).

A conexão entre o ponto de partida e os pontos de chegada é constituinte de caminhos que unem diferentes casas pertencentes à *Gerasaun* de Luca, localizadas em diferentes áreas de Timor-Leste com a origem. Múltiplas casas da *Gerasaun* de Luca têm dirigido convites ao representante

da Casa Wedah Canlor, para estar presente na inauguração das suas *uma lulik*, o que parece recriar a importância da pertença à Casa sagrada e a “manutenção de redes de aliança através da troca de bens entre grupos ou ‘casas’, em que o repertório cosmológico dos rituais alicerça as relações entre pessoas, clãs e antepassados, actualmente em Timor-Leste” (Oviedo 2021, 215).

7.2. Dos ramos para o tronco: movimentação das Casas segmentares para a Casa de origem

A “revitalização de tradições e resignificação de práticas ancestrais” tem-se consolidado durante o pós-independência, após várias administrações estrangeiras consecutivas (colonização portuguesa, 1512-1974; invasão japonesa, 1942-1945; ocupação indonésia, 1975-1999; administração transitória das Nações Unidas, 1999-2002) (Barnes 2016; Hicks 2007; Oviedo 2021). A reconstrução da *Uma lulik* enquanto construção material e simbólica, ao consolidar os valores da Casa e os vínculos entre pessoas e lugares de origem, tem sido basilar na restauração da estrutura social do país e na construção do Estado-nação moderno (McWilliam 2005). Nesse tipo de organização social em que a Casa ocupa papel central, objectos sagrados e rituais formam um legado constitutivo da identidade de cada uma das Casas (Carsten and Hugh-Jones 1995). A Casa põe “em acção não apenas uma cosmologia (marcada pela agência dos ancestrais no mundo e pelo respeito aos espíritos da terra), mas um sentido de lealdade, colaboração, antagonismo e/ou subordinação entre grupos de pessoas” (Simião 2020, 14). A destruição das *Uma lulik* e dos seus objectos durante a ocupação indonésia, assim como o reassentamento de comunidades e o controlo da mobilidade territorial usada para destruir focos de resistência, não aniquilou os valores associados às Casas nesse período. No pós-independência, esses valores têm sido revigorados com a reconstrução das Casas sagradas por todo o país, num esforço partilhado no seio das Casas (Barnes 2010; Gárate e Asis 2010; McWilliam and Traube 2011). A inauguração das *Uma lulik* familiares e ancestrais, fazendo com que “os vínculos com o passado sejam recordados, revividos e reelaborados no presente” (Nogueira 2019, 194). Conforme me explicou José Luís Guterres:

“Muita gente vem daqui [Luca], muita gente mesmo. Eles agora procuram as raízes. As pessoas quando vêm ter comigo apresentam-se: - Eu sou de Luca. Porque eram irmãos, governaram aqui e acolá. Então de certeza que deixaram descendentes. Eles sabem mais história do que eu próprio. Acho que há um reviver, porque nós agora somos um país independente, temos que procurar as origens, as raízes. Isto é uma coisa boa que tem Timor. As pessoas no fundo querem saber, para saber as ligações, porque no fundo, *Uma lulik*, *Uma lisan* é a base, é a célula da Nação. Eles podem fazer paz ou guerra. De maneira que uma ligação dessas dá para que a Nação fique mais unida e pacífica, quando a gente usa tudo isso” (Entrevista de José Luís Guterres 2018).

Os ramos do tronco de Luca movimentam-se da periferia para o centro, num movimento de reconexão com a sua origem. Ao revitalizar a reconstrução das *Uma lulik* que sofreram processos de destruição das autoridades coloniais portuguesas, nomeadamente pela Igreja Católica, assim como durante a ocupação japonesa e indonésia, as Casas-ramo ou segmentares reanimam a ligação com a Casa-tronco de Luca. De acordo com José Luís Guterres, esta ligação entre ramos e tronco permite o fortalecimento dos laços entre as Casas que são a célula da Nação timorense, a união nacional e uma base sólida para a paz (Entrevista de José Luís Guterres 2018).

7.3. *Gerasaun de Luca de Uaibobo*

Entre os processos que remetem para a imagem de uma árvore em crescimento, do tronco e dos seus ramos, sublinho a afirmação do meu interlocutor de Uaibobo, segundo o qual a *Gerasaun de Luca* de Uaibobo constitui uma ramificação genealógica, um segmento do grupo de origem de Luca. Segundo o próprio António Amaral da Costa, ele pertence à oitava *gerasaun* e deriva do *Liurai* Loi-Sak ou Dom Tomás do Amaral, que governou de 1781 a 1795¹⁰. Podemos encontrar o seu nome na primeira tabela acima, com a célula destacada a azul. A proeminência que este *liurai* alcançou junto do governo colonial português, em virtude de ter posto fim a uma das fases da “Guerra dos Doidos” que abalou os interesses portugueses em Timor e que será objecto de estudo do Capítulo 3 desta tese, serve de base às reivindicações de centralidade do meu interlocutor em termos de representatividade da Casa de Luca, apesar de Amaral da Costa pertencer a um segmento e não ao tronco. Segundo a sua descrição genealógica:

“Oitava *gerasaun* do *Liurai* Loi-Sak Dom Tomás do Amaral [que] contraiu matrimónio com Nai-Lou D. Martinh[a] da Costa Amaral de Lacló. Tiveram três filhos, que são: [1]) Sak-Loi/D. Felis [*sic* Félix] do Amaral que casou com a família Rangel e Pinto, [2]) Saki-Loi/D. Luís do Amaral [que se] casou com a filha de Wehali Canlor Luca, [3]) Wai-Loi/Tomás do Amaral [que se] casou com Seo-Mutin Leo-Uaibobo, m[e]st[ic]a chin[es]a e tiveram três filhos e uma filha. O primeiro filho Nahawai Wansi tem como neto[s] Acácio Guterres da Costa, Dr. José Cornélio, Adelino Ologari, Francisco da Costa Portugal e Moisés Jânio Lobato. Da avó Du’u-Loi Ossoleiro, já falecida, teve sete filhos [e] duas filhas: Boru Nokowau Beto, Toi Hewai Belas Ossu. Os netos são: Estanislau e Feliciano Sahe Modo. Os netos de Tomawai são António Aitahan Matak, entre outros, o Metiatu Saluca Sama-Builo Bika Palu Bokinira Manulai conhecido como Aba’ana Fatua Sama Liurai Uaibobo. A sua irmã Sahe Wai casou-se com o *Liurai* Pedro da Costa Guterres, de Larantuka, vindo de Bidau Karaketo para as montanhas de Fatua-Lasu Ossu. O filho do Pedro é Urbano, o filho de Urbano é Naha-Oru, os filhos de Naha-Oru são Olo-Du’u Liurai Gaspar e os filhos de Joaquim são Onori e Jeca, o filho de Leki-Du’u, é Francisco que se casou com duas mulheres. A primeira mulher da família

¹⁰ Soares (2013) e Barnes, Hagerdal and Palmer (2017) situam a governação de D. Tomás Amaral entre 1800 e 1826.

Sousa, de Laleia, a segunda mulher da família Gusmão, que teve Manuel Guterres Gusmão, Kay Rala Xanana Gusmão e o seu irmão Anó Gusmão” (Genealogia de António Tomás Amaral da Costa s.d.).

A *gerasaun* parece corresponder aqui a toda uma linha de descendência a partir de D. Tomás Amaral e esposa, mencionando descendentes ilustres, casamentos e territorialidades, e estabelece também uma ligação à Casa de Kay Rala Xanana Gusmão. Esta, aliás, é uma referência muito presente neste interlocutor de Uaibobo, que faz contínua referência a Luca, aos *liurais* e a Xanana Gusmão, conforme aprofundarei no Capítulo 7.

7.4. *Gerasaun de Luca de Leguimea*

Sobre a *Gerasaun de Luca de Leguimea*” (outra ramificação ou segmentação de Ermera), ela terá começado com o *Liurai* Simão de Luca. D. Simão Humberto era fruto da união de uma das irmãs de D. Tomás Amaral e do *Liurai* Humberto Simão de Vessoro-Uatolari. D. Simão Humberto ter-se-á revoltado contra o *Liurai* de Viqueque, Mateus da Costa, o que terá resultado na prisão de D. Simão em Ataúro, por via de negociações entre D. Mateus da Costa e o governador colonial português. Regressado de Ataúro, D. Simão Humberto terá governado em Hera e casado com mulher(es) de Ermera. Podemos situar estes eventos entre o final do século XVIII e o início do século XIX (Entrevistas de António Tomás Amaral da Costa 2017-2023).

As narrativas dos meus interlocutores de Leguimea sobre os seus trajectos até chegarem a Ermera são múltiplas, mas têm pontos de encontro com a narrativa de António Tomás Amaral da Costa. Parece haver debates na Casa para consolidação de uma narrativa comum sobre a fundação e descendência da Casa Matahu. A história narrada por um dos anciãos da Casa é de certa forma confusa porque aparece em duas versões. Uma é sobre o avô (termo usado em Português para significar antepassado) de Luca, irmão do *liurai*, antepassado da sétima *gerasaun*¹¹, que teria assassinado o seu próprio irmão *liurai* por discordar da aliança com o poder colonial português. A outra versão é de que o avô terá morto dois portugueses. A partir das altercações com a autoridade colonial portuguesa, a narrativa tem um único sentido, o avô é preso na ilha de Ataúro por pouco tempo, conseguindo escapar da prisão. Refugia-se em Ermera, onde é aceite pelos *liurais* locais, acabando por casar-se consecutivamente com duas mulheres de Ermera, formando com a segunda mulher a sua casa sagrada *Uma Lulik Matahu* (Entrevistas e conversas informais com o ancião da Casa Matahu 2015, 2017).

¹¹ Não se sabe propriamente a data nem o número de anos a que corresponde uma geração nesta casa.

Outra narrativa transmitida pelo *lia nain* desta Casa, descreve que a mulher do *Liurai* D. Simão se encontraria em segredo com um cidadão de origem chinesa e que por isso D. Simão o terá assassinado. A esposa do *liurai* apresentou queixa às autoridades e D. Simão foi preso e levado para Díli. Depois de cumprir a pena, decidiu ficar na zona ocidental de “Loro Monu”, passando por Aileu, onde procurou encontrar forma de ir para Ermera.

A narrativa que se segue relata o trajecto de D. Simão na procura de noiva em Ermera.

“Durante a caminhada... o avô... ouviu um barulho do bater ferro e perguntou de onde viria aquele barulho... Responderam que do *Liurai* Tenente-Coronel. Então ordenou... de imediato que o levassem até à casa do *liurai*... Já em Leguimea, pede para casar com uma mulher, [para que ela] pudesse cozinhar para ele... D. Simão, irritado, perguntou porque é que lhe deram para casar uma servidora *atan*, em vez da filha do *liurai*. Naquele momento, convidou o avô Berhada para juntos produzirem uma espingarda... Durante o martelar do metal, [D. Simão] involuntariamente acertou... nas mãos de Berhada, que repentinamente largou o martelo, ordenando a um grupo de pessoas para matar o D. [de] Viqueque. No entanto, o avô [Berhada] chamou [muitas] pessoas que acabaram por encher a casa. Assustado com tantas pessoas... [D. Simão] pegou no almofariz “*lesu*”, colocou-o no alto da montanha, pegou na espingarda... [e] dando um tiro certo, partiu o almofariz em duas partes, ficando toda a gente assustada que acabou por fugir. Ailoni acabou por ir buscar o almofariz partido, apanhando também os restos de milho para mostrar ao avô, explicando ser por esta razão [que essa] terra se chama Lesitutu. Entretanto tinham informado o avô Lakmau, que... desesperado, correu para ir ver o sucedido... A sua filha Bisose chorava, pedindo também para ver o que se tinha passado. Verificaram que não tinham morrido nenhum dos dois... O avô Lakmau, aproximando-se de D. Simão, perguntou-lhe porque é que ele tinha feito aquele barulho. D. Simão respondeu-lhe porque lhe deram para casar uma servidora... Cruzava olhares também para a filha do *liurai*, pedindo para se casar com ela” (Entrevistas do *lia nain* da Casa Matahu 2018).

Depois dos rituais cumpridos, veio a anuência da união entre D. Simão e Bisose. Desta aliança matrimonial resultou a Casa Matahu, cuja descendência ao casar com elementos de outras Casas locais, criava descendentes de diferentes gerações e fortalecia laços de parentesco entre três casas: Ainapa, Lomó e Matahu. Estas Casas, sobretudo a Casa Matahu e a Casa Ainapa têm partilhado o poder local entre si, dentre os descendentes dos *liurais*. A Casa Matahu alega que o seu fundador D. Simão tem o título distintivo de Dom e o *liurai* da Casa Ainapa não tem (Entrevistas do *lia nain*, anciãos da Casa Matahu e do chefe de *suco*, 2018). O conhecimento histórico-antropológico existente e o interesse no seu aprofundamento é mobilizado individual e colectivamente pelas várias casas em análise, para sustentarem reivindicações de poder e de terra.

Estas narrativas politéticas (Needham 1975) contadas por membros da Casa de gerações diferentes e com funções diferentes, apesar de convergirem no fundador D. Simão e na origem do nome da Casa, divergem noutros desenvolvimentos. Num encontro colectivo sobre a origem da Casa em que muitos dos representantes da Casa estavam presentes, gerou-se alguma tensão entre o

lia nain e os anciãos da Casa, que culminou com o *lia nain* a considerar o mito de origem que um dos anciãos tinha começado a contar como sonhos ou desvarios de um idoso e sem qualquer factualidade (Entrevistas colectiva com o *lia nain*, anciãos da Casa Matahu e representantes 2018). Possivelmente essa tensão pode ser explicada pela grande diferença de idades, pelo choque intergeracional, educacional, experiencial e de posicionamentos¹², além de que a postura do *lia nain* é mais política e activa e a dos anciãos mais ritual e passiva.

Um dos temas debatidos neste encontro foi o nome da Casa. *Mau-Tahu* significa em Mambai cabaça e em Tétum Térik: lama/lodo. A origem do nome vem do *lesu*: almofariz onde se moem os cereais com o pilão. Os diversos elementos da casa ficaram de debater o significado do nome e as diversas possibilidades para depois fazermos nova entrevista, num processo identitário e de autoconhecimento em construção. Segundo outro interlocutor que participou nesse debate, a cabaça que está na origem do nome da casa terá sido entregue pela primeira mulher do *liurai* Simão de Luca, originária da Casa Ainapa, que por sua vez a entregou à segunda mulher do *liurai* que pertence à Casa Lomó, originando a *Uma Matahu*, no que se poderia chamar de intersecção geracional.

Como já referido, foi designado pela *Uma Matahu* um representante para identificar povoações e familiares pertencentes à *Gerasaun de Luca* numa multiplicidade de locais sobretudo em Timor-Leste, mas também em Timor-Ocidental. Em 2018 estava em curso um processo de aproximação entre a Casa Matahu e a Casa Tenente (Iramer, Luca), que envolveu diversas tensões: uma a de saber se a Casa Tenente era a Casa *liurai* por diversos acontecimentos que foram interpretados como maus presságios, e outra em que os *lia nain* de ambas as Casas alegam ser a Casa original. Aqui cruzam-se duas reivindicações de centralidade de grupo de origem, destas duas Casas que são consideradas como segmentos periféricos do tronco central da Casa Wedah Canlor. No entanto, geograficamente e em linha de parentesco, há maior proximidade entre a Casa Tenente e a Casa Wedah Canlor.

Conclusão

Neste capítulo, procurei investigar os múltiplos sentidos da expressão *Gerasaun de Luca*. Nos profusos sentidos dados a esta expressão, a noção timorense de *gerasaun* implica quatro principais significados: 1) engloba a ideia de “geração social”, 2) inclui uma unidade de descendentes patrilineares, 3) envolve um segmento ou toda uma geração de parentesco unilinear, 4) contém um potencial gerador e de alicerce da continuidade da Casa, e de diversas gerações - descendentes com

¹² O actual *lia nain* foi deputado, representante pela Indonésia e saiu de Timor-Leste aquando da decisão do Referendo em 1999. É casado com uma indonésia, com quem tem filhos e vive em Atambua.

idades semelhantes, que por sua vez coexistem com parentes de diferentes idades.

Na polissemia da expressão *Gerasaun de Luca* cabe o significado de Casa, de membros de uma *gerasaun* de descendentes de um mesmo grupo de origem por via unilinear, que se espalharam por Timor-Leste, dando origem a vários segmentos. A noção de *Gerasaun de Luca* é visitada a partir do conceito de “Casa” nesta sociedade de casas. A Casa do grupo de origem de Luca assemelha-se a um tronco central muito enraizado com múltiplos ramos de longo alcance de Casas segmentares da *Gerasaun de Luca* fundadas por descendentes desse tronco. Procurei mostrar a relação do conceito de *gerasaun* com o conceito austronésio botânico de uma ramificação arbórea, a par do conceito de poder generativo. O “tronco” é simultaneamente o suporte físico para os membros superiores e o ponto de origem do crescimento.

As relações de aliança *fetosan-umane* permitem a continuidade da Casa-tronco, reproduzindo descendência, ao mesmo tempo que possibilitam que ela se ramifique ou se segmente. Aqui as relações de aliança são fundamentais. A relação entre as alianças matrimoniais e políticas articula-se ainda com o papel do antepassado que serve de referente comum, que é fundamental para a continuidade da *gerasaun*.

O antepassado que serve de referente comum é entendido como o ponto de derivação para os segmentos familiares que se disseminaram num tempo longo por uma vasta área do território timorense. Mas a origem e precedência suscitam dualidades e visões contrastantes entre diferentes Casas.

Neste emaranhado de Casas e de descendência, entrecruzam-se movimentos das Casas-ramo em direcção à Casa-tronco (da periferia para o centro) e a outras Casas-ramos, e da Casa-tronco em relação às Casas-ramos (do centro para a periferia). A conexão entre os pontos de chegada e o ponto de partida é constituinte de caminhos que unem diferentes Casas pertencentes à *Gerasaun* de Luca localizadas em diferentes áreas de Timor-Leste, com a origem. Esta relação, como sugeri neste capítulo, pode ser representada pelo conceito de topogenia.

CAPÍTULO 2

A MOVIMENTAÇÃO DAS ESTÁTUAS DOS *LIURAI*S

Neste capítulo, analiso um evento ligado à “Comemoração dos 500 Anos de Interação Timor-Leste – Portugal” celebrada em 2015, e ao seu monumento central inaugurado em Lifau, Oe-Cusse (enclave da RDTL localizado na parte ocidental da ilha). A partir da narrativa dos meus interlocutores e com base em dados etnográficos de uma visita a Oe-Cusse em 2018, considero a evolução do papel dos *liurais* à luz das reivindicações actuais dos interlocutores que afirmam a sua identidade *liurai* e a centralidade política das suas Casas.

A análise das reivindicações de poder e autoridade dos *liurais* e das suas Casas é inserida no contexto da relação entre poder local, regional e central. Também são consideradas distintas visões timorenses sobre a referida comemoração e sobre o colonialismo português, numa conjuntura internacional geo-estratégica da RDTL em que adquirem destaque as relações com Portugal, com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), e com Indonésia e Austrália.

A visita a Oe-Cusse deu também relevo a um encontro ocorrido um ano anteaes, em 2017, relacionado com a resolução de conflitos históricos sobre as fronteiras terrestres entre Timor-Leste e Timor Ocidental (Indonésia), que persistem até à actualidade. Nesse encontro participaram, para além de representantes dos dois Estados, os descendentes de quatro *liurais*, a partir do entendimento duma antiga partilha e delimitação do território entre quatro reinos: Oe-Cusse, Kupang, Wewiku-Wehali e Luca, antes da colonização portuguesa. Este evento parece dar ênfase às reivindicações dos descendentes dos *liurais* na actualidade em Oe-Cusse e mostra também a contínua ligação entre Oe-Cusse e Luca, bem como entre Luca e Wehali. O conjunto destes episódios interliga o presente pós-colonial e o passado colonial e “pré-colonial” de Casas, *liurais* e reinos, permitem considerar o percurso histórico de Luca no quadro da antiga ordem política e da relação cosmológica entre Luca e Wehali.

1. A Comemoração dos 500 Anos de Interação Timor-Leste – Portugal

1.1. O Monumentu Lifau

Em 27 de Novembro de 2015, no posto administrativo de Pante Makassar, situado na cidade e

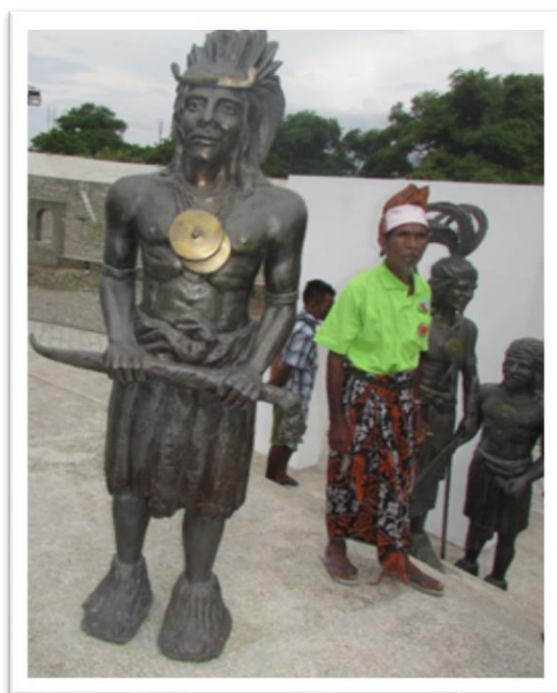
suco de Lifau e município de Oe-Cusse, perto de uma praia onde se imagina terem chegado os primeiros portugueses no século XVI, foi inaugurado o “Monumentu Lifau” (Pt: Monumento de Lifau) dedicado aos “500 Anos de Interação Timor-Leste – Portugal”. Este monumento, próximo do padrão erguido pelo Estado Novo para marcar o local da chegada dos primeiros portugueses a Lifau, é uma das peças centrais do programa oficial da “Comemoração dos 500 Anos” definido e patrocinado pelo Estado timorense para celebrar cinco séculos da chegada dos portugueses a Timor e da interação entre Timor-Leste e Portugal. O monumento, que podemos ver na Figura 6, é composto por sete estátuas em bronze: três de *liurais* à direita da fotografia, alinhadas umas atrás das outras; duas na escadaria; e uma no plano central, em frente a um representante da Coroa Portuguesa; e uma estátua de um padre, junto de um porta-estandarte. No interior da caravela encontramos duas estátuas de marinheiros. No monumento figuram as três estátuas que representam os *liurais* que receberam os primeiros dignatários da Coroa Portuguesa no século XVI, com quem teriam trocado presentes. Na perspectiva de António Amaral da Costa, Inácio da Costa e Tarcísio da Costa, estas três figuras representam não três, mas os quatro *liurais* dominantes de Timor nesta era.

Figura 6. Monumentu Lifau



Fonte: Foto da autora. Lifau, 2018.

Figura 7. Estátuas dos *liurais* do Monumentu Lifau



Fonte: Foto da autora. Lifau, 2018.

As duas imagens do monumento acima apresentadas foram por mim captadas no contexto da minha visita a Oe-Cusse, organizada em 2018 por António Tomás Amaral da Costa, com o apoio dos representantes da família Costa. Um ano antes da visita a Oe-Cusse da qual resultaram estas imagens, no decurso de trabalho de campo em 2017, Amaral da Costa falou-me com vigor de um curioso fenómeno associado a este monumento. Segundo Amaral da Costa, as estátuas ter-se-iam movimentado sem intervenção humana, antes mesmo da inauguração do monumento em 2015. No seu entender, a razão para tal misteriosa movimentação encontrava-se no passado histórico; remetia para muitos séculos atrás. Nas palavras de António Amaral da Costa:

“No tempo do Império chinês, *Belu Maun*, em 1225 – *liurai* fundador, [era o] primeiro *liurai* que governava em Luca. Monacra Tabaria, *Sabu Maun*... governava em Wewiku-Wehali, capital do império chinês [em Timor]. *Roti Maun* governava em Uaibobo Kupang. *Ti Maun*, quarto filho, governava em Noimutin – Oe-Cusse. [Eram] quatro pilares como quatro pilares da *Uma Lulik*, quatro fundadores. Uma *Uma lulik* de todo Timor...

As quatro “províncias” mantiveram-se até 1500... Depois da chegada dos nossos amigos portugueses em Lifau [Oe-Cusse], ...quatro *liurais* é que... governavam [na altura]: *Liurai Sila* [governava] Wewiku-Wehali, *Afoan Sila* [governava] Luca / Uaibobo, *Sombai Sila* [governava] Kupang, *Benoa Sila* [governava] Oe-Cusse. Os quatro Sila são filhos do Sila Sak.

Aqueles quatro é que vão receber os Portugueses em Lifau, ...[dos quais] construir[am] o monumento (Entrevistas de António Tomás Amaral da Costa 2017-2023).

De acordo com Amaral da Costa, as estátuas dos *liurais* inicialmente estariam colocadas lado a lado no mesmo plano. Porém, durante a noite ter-se-iam afastado cerca de três ou quatro metros, mudando de posição por si mesmas. Estas três estátuas ter-se-iam movido sem a intervenção de ninguém, como que repondo os factos da história da recepção dos *liurais* aos primeiros portugueses, corrigindo o monumento erguido, recompondo a real ordem pela qual os *liurais* deviam estar figurados.

Como podemos ver nas fotografias do monumento (Figura 6 e 7), é esta a disposição actual das figuras. As estátuas encontram-se em planos diferentes nos degraus da escadaria e em linha. O fenómeno da alegada movimentação provocou espanto em Oe-Cusse, levando a que a organização das comemorações solicitasse a presença e intervenção de uma especial comitiva de dez *liurais* para esclarecerem a movimentação das estátuas dos *liurais* e explicarem como estas deviam, então, surgir dispostas no monumento. Nesta comitiva teriam participado António Tomás Amaral da Costa e o seu tio e representante do grupo de origem de Luca, Clementino dos Reis Amaral. Por sugestão da Casa Costa de Oe-Cusse, da comitiva dos dez *liurais*, segundo Amaral da Costa, teriam apenas participado os representantes da Casa *liurai* de Luca que se encontraram com representantes de dezoito *sucos* e visitaram templos católicos e campos de missionários. A história dos quatro irmãos *liurais* terá sido explicada com a intervenção dos representantes de Luca. Nessa intervenção, teriam também esclarecido a ordem da disposição das estátuas dos *liurais* no monumento que reproduziria a veracidade das posições assumidas pelos *liurais* na recepção aos primeiros portugueses (Entrevistas de António Tomás Amaral da Costa 2017-2023).

Quando há situações ligadas à intervenção dos antepassados são chamadas as autoridades tradicionais. Neste caso da movimentação das estátuas, terão sido especificamente chamados os representantes das autoridades tradicionais - os *liurais*. De acordo com as alegações de Amaral da Costa, os *liurais* teriam sido excluídos da própria organização das comemorações em Oe-Cusse, o que contradiz a narrativa oficial das comemorações como podemos ver na secção 2 deste capítulo. É possível que este sentimento de exclusão latente nas conversas que tive com Amaral da Costa, Inácio e Tarcísio da Costa e as suas reivindicações de importância se relacionem com a comissão oficial das comemorações em 2015 não ter, realmente, integrado os *liurais* na organização das “Comemorações dos 500 anos”. Outra hipótese é que faça eco das queixas contínuas dos descendentes dos *liurais* e de outras autoridades tradicionais de Oe-Cusse, quanto a não serem ouvidas, nem oficialmente consideradas pela entidade regional que administra a região e que promoveu o evento em Oe-Cusse, a saber: a Região Administrativa Especial e Zona Especial de Economia Social de Mercado de Oe-Cusse Ambeno (RAEOA –

ZEEMS), à época presidida por Mari Alkatiri. Do ponto de vista de Amaral da Costa, a movimentação das estátuas ocorrida durante a noite era um facto que demonstrava o erro dessa exclusão; revelava a necessidade de, doravante, a organização do evento incluir a presença e a consulta das autoridades tradicionais; mostrava, por fim, que os *liurais* de Luca são imprescindíveis para o bom exercício do governo regional e central.

1.2. Uma visita a Oe-Cusse

Esta narrativa da movimentação das estátuas levou-me a visitar Oe-Cusse em 2018 e a aprofundar os significados destas reivindicações feitas pelos representantes de Luca. No centro destas reivindicações estava uma interpretação da representatividade simbólica e política das três estátuas dos *liurais*. Na verdade, mesmo a minha própria visita ao enclave de Oe-Cusse pode ser vista como uma parte do processo através do qual os meus interlocutores descendentes da aristocracia de Luca e de Oe-Cusse pretenderam demonstrar e fazer valer as suas reivindicações e perspectivas sobre o fenómeno da movimentação das estátuas, tanto quanto sobre o processo político das comemorações.

A importância de realizar uma visita ao enclave começou a ser abordada em Díli no decurso de uma entrevista com António Tomás Amaral da Costa, em 2017 e, pouco mais tarde também numa conversa com Tarcísio da Costa a convite do primeiro. Delineou-se então a visita a Oe-Cusse. Toda a visita foi planeada e cuidadosamente organizada por António Tomás Amaral da Costa, em colaboração com a Casa Costa em Oe-Cusse (Casa com quem Luca partilha ligações ancestrais).

Quando cheguei à Casa Costa fui recebida por cerca de cinquenta membros do Instituto dos Veteranos a convite de Amaral da Costa e Tarcísio da Costa. O Instituto dos Veteranos é uma fundação nacional de cariz social cujos estatutos foram publicados em 2016 e que tem a missão de “preservar... a história da cultura e da tradição timorense, ...exigir justiça no Tribunal Internacional e... indemnização pelas vítimas da guerra, ...assistir os veteranos e os seus dependentes, ...manter laços de amizade... com os veteranos de outras nações tradicionalmente aliadas” (Entrevistas de António Tomás Amaral da Costa 2017-2023). Amaral da Costa preside ao Instituto dos Veteranos, organismo ao qual Tarcísio da Costa também pertence. Na Figura 6, os elementos do Instituto que podemos ver junto às estátuas estão vestidos com camisas verdes e com camisas azuis que são as cores do logotipo do Instituto. A minha visita foi acompanhada e guiada pelos representantes da Casa Costa (anfitriã) e da Casa Cruz (chefe de *sucu* Santa Rosa) e focou-se na Comemoração dos 500 Anos, nas ligações a

Portugal, e nas relações entre Luca e Oe-Cusse (Casa Costa). Também se abordou a questão das reivindicações de Casas *liurais* por uma participação mais activa na política e na definição de metas de desenvolvimento timorense; do respeito pela cultura e pela ancestralidade, e, enfim, do problema das fronteiras terrestres com a Indonésia. Para além das entrevistas individuais e colectivas, a ida a Oe-Cusse incluiu também a visita a espaços ligados aos portugueses. Fomos visitar o *Monumentu Lifau* e antigos monumentos coloniais portugueses próximos, nomeadamente o padrão que assinala a chegada dos portugueses a Timor com a inscrição: “Aqui desembarcaram Portugueses em 18-08-1515” e, no chão, sobre azulejos, a frase: “Aqui também é Portugal”. A visita à lápide com a inscrição do nome dos missionários dominicanos que exerceram em Oe-Cusse, às campas de missionários e à casa do chefe de posto integraram também a minha passagem pelo enclave. No contexto desta tese, foi especialmente relevante ter observado as interpretações históricas e as reivindicações políticas dos interlocutores da Casa de Luca e da Casa Costa, ligadas ao contexto das comemorações e tendo como referência o monumento construído em 2015.

Antes de prosseguir com a visita e com a interpretação sobre as estátuas, gostaria de apresentar sumariamente a Casa Costa, contextualizando assim as suas reivindicações de poder.

1.2.1. A Casa Costa

Os meus anfitriões em Oe-Cusse pertencem à Casa Costa. A Casa Costa terá surgido no século XVI com a fixação de residência em Oe-Cusse de Domingos da Costa, comerciante de sândalo português vindo de Malaca¹³, com autorização do *liurai* de Ambeno, súbdito do Senhor de Sombay (Servião). Domingos da Costa terá fundado um reino com foco comercial nas terras cedidas pelo *liurai* de Ambeno. O Senhor de Sombay, desaprovando esta relação, decidiu-se pela aliança com o novo reino oferecendo a mão da sua filha a Domingos da Costa e concedendo a este último o enclave de Noe-Muti como presente de casamento. O seu filho Mateus da Costa casou com a filha do *liurai* de Amanubao com quem teve Domingos da Costa, além de uma filha que terá casado com Lourenço Lopes. O reino foi adquirindo importância política¹⁴. A

¹³ O estabelecimento português de Malaca em 1511 permitiu a chegada de comerciantes e missionários portugueses às ilhas de Sonda Menor, no arquipélago malaio. Timor já integrava as redes comerciais chinesas há pelo menos dois séculos (Durand 2006, 161), sobretudo pela demanda de sândalo que era procurado também por Macassares (Bocarro e Resende 1635, fl. 428). O sândalo terá sido o foco do comércio entre portugueses que habitavam em ilhas próximas e reinos timorenses locais a partir de 1520, estabelecendo-se para o efeito um forte em Solor. Este comércio foi impulsionado pelos relatos dominicanos de conversões católicas locais massivas (Boxer 1947, 7; Leach 2017, 25).

¹⁴ Estas informações foram obtidas com recurso a entrevistas com interlocutores da Casa Costa em 2018, assim como à documentação escrita e oferecida por interlocutores da Casa Costa baseada em narrativas orais e na

Casa Costa, tal como a Casa Hornay foram instrumentais na prossecução dos interesses topasses num tempo longo.

Apesar do número de portugueses permanecer reduzido em Solor e Timor, o nascimento e ascensão dos topasses, etnónimo atribuído aos filhos de pais portugueses e mães nativas por alusão à designação holandesa de “portugueses negros”, consolidou significativamente a posição portuguesa na região (Durand 2010, 2). Uso apenas aqui esta expressão “topasses” por ser o termo utilizado em diversa literatura sobre este grupo, ainda que a Casa Costa não se auto-designe por este nome. Este grupo conhecido como “Larantuqueiros” resultou da inter-relação entre portugueses e nativos, e foi simultaneamente impulsionadora do estabelecimento dos interesses portugueses na região e um foco de resistência à sua instalação de governantes portugueses no terreno. As populações de Solor e das Flores eram consideradas pelos governantes timorenses como grupos de parentesco e este grupo constituiu-se como intermediário crucial no comércio entre timorenses e europeus (Schulte Nordholt 1971, 166). Esta “geração mestiça” tornar-se-ia crítica para o empreendimento colonial português nesta região e o seu reforço impediu os holandeses de terem um poder hegemónico no arquipélago¹⁵. Os “Larantuqueiros” teriam sido fundamentais para a queda de Wehale em 1642 e tornar-se-iam permanentes em Oe-Cusse. Liderados alternadamente pelas casas Costa e Hornay¹⁶ (que ora mantinham alianças político-matrimoniais, ora estavam desavindas entre si), este grupo tinha a sua posição reforçada por ligações a outros reinos timorenses e por constituir uma força maior na região. Os “Larantuqueiros” dominavam o comércio do sândalo e os comerciantes portugueses e holandeses dependiam das ligações às referidas Casas. As tentativas portuguesas de estabelecer uma presença administrativa em Timor nos anos de 1650 teriam esbarrado com este domínio, que também ameaçou a independência dos reinos timorenses. Os *liurais* terão então adoptado a estratégia de colocar esta “geração mestiça”, portugueses e holandeses uns contra os outros. De acordo com Forman (1977), a classe *liurai* pode descender destes líderes “Larantuqueiros” em determinados grupos sócio-linguísticos.

Este grupo manteve uma lealdade nominal à coroa portuguesa, rejeitando interferências no

consulta das seguintes publicações: Daus (1989, 46), Leitão (1948, 1952, 8, 11), Martinho (1943) e Morais (1939, 92).

¹⁵ A queda da colonização comercial portuguesa em Malaca e a sua tomada pelos holandeses em 1641, assim como a crise de Macau provocada pelo fim do comércio com o Japão, reforçou largamente a presença portuguesa nas Flores e Timor e impulsionou a penetração portuguesa em Timor (Entrevistas de António Tomás Amaral da Costa 2017-2023; Coutinho 2013; Lobato 1999).

¹⁶ O holandês Jan de Hornay terá chegado a Timor em 1603. Renegando as pretensões holandesas em Timor, foi convidado por Domingos da Costa para fundarem uma sociedade. Mais tarde casou-se com uma mulher timorense com quem teve dois filhos: António e Francisco Hornay, dando início à Casa Hornay (Entrevistas dos interlocutores da Casa Costa 2018; Documentação coligida e oferecida por interlocutores da Casa Costa 2018).

que consideravam ser os seus assuntos internos: “Pretendentes à representação suprema e exclusiva do poder real, ...mantinham uma rivalidade latente ou manifesta com os governadores” (Roque e Coutinho 2021, 295). As suas reivindicações territoriais contra os holandeses permaneceram (Boxer 1947, 8-9; Durand 2010, 3, 54). Abílio Araújo (1973, 2) considera que a penetração portuguesa de Timor muito deve ao poder precoce deste grupo que deteria o controlo político sobre os *liurais* locais e o controlo comercial do sândalo. “Com um pé em cada cultura, podem ser vistos como precursores de atitudes timorenses particulares em relação à presença portuguesa: abraçando aspectos da língua e da religião como parte da sua própria identidade” (Leach 2017, 26).

Segundo os meus interlocutores, a relação entre Luca e Oe-Cusse é muito antiga. A narrativa dos quatro irmãos *liurais* feita por Amaral da Costa faz referência a isso. Algumas menções de que Luca não teria sido atacada durante a expansão bélica dos “Larantuqueiros” na costa Sul, na segunda metade do século XVII, faz pressupor entendimentos políticos prévios (Entrevistas de António Tomás Amaral da Costa 2017-2023; Entrevistas de Inácio Costa 2018; Entrevista colectiva com o chefe de *suco* Santa Rosa 2018; Barnes, Hägerdal and Palmer 2017). Larantuca é também apontada por Clementino Amaral como possível local de proveniência de elementos da Casa *liurai* de Luca (Entrevistas de Clementino dos Reis Amaral 2018-2019), assim como da Casa Costa.

Os quatro irmãos *liurais* da narrativa referenciada correspondiam a quatro pilares e a quatro domínios - *lisan*¹⁷, entre os quais estava a Casa de Luca e a Casa de Oe-Cusse. Os quatro *liurais* dividiriam e partilhariam o poder sobre a unidade que a ilha de Timor constituía, numa espécie de poder quadripartido entre irmãos, nos termos dos entrevistados. Estes quatro irmãos teriam simultaneamente poderes paritários e poderes específicos atribuídos a cada um deles em termos políticos, rituais e territoriais. Esta geração de quatro antepassados contemporâneos representaria de certa forma um ponto de origem e de precedência na transição de uma era em que os *liurais* presidiam à governação dos reinos (e em que existiria uma espécie de “confederações de reinos”), para uma era colonial. Na perspectiva dos meus interlocutores da Casa de Luca (segmento de Uaibobo) e da Casa Costa, as três estátuas dos *liurais* representariam esses quatro *liurais* que governavam a ilha de Timor no tempo da chegada dos portugueses no século XVI (Entrevistas de António Tomás Amaral da Costa 2017-2023; Entrevista colectiva com o chefe de *suco* Santa Rosa 2018). Em momento algum foi mencionado que deviam estar quatro estátuas em vez das três representadas no monumento. Ao

¹⁷ *Lisan* é um termo Tétum utilizado com o significado de “costume, tradição; também designado por adat (indonésio), kultura e tradisaun” (Bovensiepen 2015, 170). Veja-se Fernando Florêncio (2003, 65-66).

invés, foi reiterado continuamente que três estátuas representam quatro *liurais* dominantes na ilha de Timor no século XVI.

Assim, esta narrativa parece integrar factores identitários insulares antes da chegada dos portugueses assentes numa geração de *liurais* que terá recebido a primeira missiva portuguesa à ilha de Timor. Esta diegese faz também a ligação a uma geração precedente de quatro irmãos do século XIII dos mesmos reinos citada por Amaral da Costa (reproduzida na primeira citação deste capítulo) e, portanto, anterior à chegada dos portugueses em três séculos, conjugando noções de parentesco, gerações, alianças e autoridade *liurai* num tempo longo que percorre fases político-territoriais diferentes.

Interconectado com este tema dos quatro irmãos *liurais*, durante a minha visita a Oe-Cusse foi debatida a participação política dos descendentes destes quatro *liurais* referenciados dos quatro reinos (Luca, Oe-Cusse, Wewiku-Wehali e Kupang), numa reunião de delimitação das fronteiras terrestres entre Timor-Leste e a Indonésia em 2017, que desenvolveremos de seguida.

1.2.2. Delimitação das fronteiras terrestres de Timor-Leste e o papel dos *liurais* na actualidade em Oe-Cusse

O tema das fronteiras terrestres de Timor-Leste e o papel dos *liurais* neste processo surgiu durante a minha visita ao enclave em 2018. Este tema atravessou a conversa sobre vários assuntos, desde a Comemoração dos 500 Anos, às relações entre Timor-Leste e Portugal e às ligações entre as casas *liurais* de Luca e de Oe-Cusse. A participação na referida reunião bilateral ocorrida em 2017 dos actuais descendentes dos *liurais* dos quatro reinos que receberam os primeiros portugueses e que estão representados no monumento das comemorações, foi debatida na entrevista colectiva com o chefe de *suco* Santa Rosa realizada em 2018.

Num encontro bilateral entre a RDTL e Timor Ocidental (Indonésia) que ocorreu em 2017 sobre o assunto recorrente da delimitação das fronteiras terrestres, estiveram presentes os representantes dos governos da Indonésia e de Timor-Leste. Nesta reunião foram convidados a participar os descendentes dos quatro *liurais* que terão recebido os portugueses. Deste encontro, alegadamente realizado a pedido das comunidades fronteiriças dos dois países, saiu uma proposta de delimitação das fronteiras terrestres. Esta proposta terá tido como base o entendimento duma antiga partilha do território entre os referidos quatro irmãos *liurais* de Timor – a saber, os *liurais* de Wehali, Luca, Oe-Cusse e Kupang. O documento conjunto que emanou dessa reunião e ao qual me foi dado acesso durante a visita (Anexo A), deu ênfase a reivindicações actuais de poder e de autoridade dos descendentes dos *liurais* de Luca e de Oe-

Cusse. Esta reunião também representa um momento de diálogo entre autoridades tradicionais e autoridades governamentais, comunidades locais e poder central, centro e periferia, e espelha a articulação entre tradição e modernidade, passado e presente. Na entrevista que realizei em 2018, em Oe-Cusse, foi consensual entre os vários entrevistados que o acordo celebrado teria o carácter de unidade tradicional translocal e transnacional (Entrevista colectiva com o chefe de *suco* Santa Rosa, 2018).

A convergência na disputa sobre a fronteira seria uma forma de aproximar os valores culturais dos antepassados e das relações entre as Casas *liurais*, fomentando a paz fronteiriça com base no juramento tradicional dos antepassados. O acordo parecia ir mais além e reconhecer fronteiras costumeiras que teriam vigorado no passado distante entre os já referidos quatro irmãos *liurais*, governantes dos antigos reinos de Luca, Oe-Cusse Wehali, e Kupang. As fronteiras deste modo tornam-se ponto de fraternidade e sociabilidade e não de conflito, ao mesmo tempo que permitem estabelecer a cooperação e a dignidade das comunidades locais nos domínios social, cultural e económico. De facto, os valores tradicionais e o direito costumeiro apresentam-se, em várias ocasiões, como mostrou Daniel Simião, como potenciais solucionadores de conflitos ao serem aplicados pelas autoridades tradicionais em Timor-Leste (cf. Simião, 2012, 2013, 2014, 2020).

No decorrer da visita a Oe-Cusse os meus interlocutores da Casa Costa também me ofereceram documentação escrita sobre a sua história de família que faz referência a delimitações das fronteiras Leste-Oeste de Timor entre Portugal e a Holanda no séc. XIX, vistas na perspectiva da separação familiar e do dote de casamento desfeito. Em 1916, quando Portugal e a Holanda assinaram o acordo de fronteiras, Portugal entregou à Holanda o enclave de Noe Muti e recebeu em troca Maucarta (Suai). Noe-Muti fora oferecido a Domingos da Costa como presente de noivado que acompanhava a mão da filha do Imperador de Sombay, como símbolos de alianças político-matrimoniais entre o pai da noiva e o noivo, no século XVII. Em Noe Muti viviam e vivem os familiares da família Costa que são chefes na região, conforme consta no documento (não publicado e sem autor) intitulado *Resumo da família da Costa; Hornay; da Cruz*, que me foi facultado pela Casa Costa durante a visita a Oe-Cusse.

“Meu avô convidou os primos para irem viver em Oe-Cusse, mas eles recusaram porque não podiam abandonar o seu povo. Foi desfeito assim um dote de casamento. O Governador na altura dos factos foi a Oe-Cusse para fazer a entrega e convidou o meu avô D. Hugo Hermenegildo da Costa para o acompanhar. Ele disse:

- O sr. Governador manda-me prender, mas eu recuso-me de o acompanhar. Não posso assistir à entrega do dote de casamento pertencente aos meus antepassados.

E então enviou o seu Secretário para o representar” (*Resumo da família da Costa;*

Hornay; da Cruz).

Mais uma vez, também na conversa que decorreu em torno deste tema, os meus anfitriões fizeram questão de exaltar o papel actual dos descendentes dos *liurais* na solução encontrada para a delimitação das fronteiras. Simultaneamente, os descendentes dos *liurais* e os *Naijuf* (representantes das autoridades tradicionais locais) em Oe-Cusse procuram afirmar-se ouvindo os problemas das populações, têm tentado intervir junto da autoridade regional, sem sucesso; mantêm boa relação com a Igreja e com os chefes de *suco* que pertencem às Casas *liurais*¹⁸. Actualmente, os descendentes dos *liurais* de Oe-Cusse procuram atrair o Senado dos Liurais para se fortalecerem e exercerem pressão sobre a autoridade regional, concertando posições. Progressivamente tentam ter mais representatividade junto do poder político e da população através de contactos com a Igreja Católica, com a população e por via dos veteranos da Resistência Timorense (Entrevistas de Inácio da Costa 2018).

A dimensão translocal, transnacional e transtemporal que podemos encontrar na proposta de delimitação das fronteiras terrestres entre a RDTL e TO, também está bem patente na “Comemoração dos 500 anos” como procuraremos explorar de seguida, no que respeita ao programa, à organização e às diferentes interpretações das mesmas.

1.3. A organização das “Comemorações dos 500 anos”

A comissão organizadora das comemorações foi composta por elementos do governo central e pela RAE OA – ZEEMS. Nenhuma estrutura tradicional de *liurais* terá feito parte desta comissão. Todavia, o programa das comemorações incluiu uma recriação histórica do primeiro encontro dos missionários portugueses com as populações de Timor e com os seus *liurais*; a inauguração do *Monumentu Lifau* contou igualmente com a representação dos *liurais*. Além disso, os “chefes tradicionais” foram especificamente mencionados na programação por parte da comissão organizadora (Entrevistas 2018, Oe-Cusse; Sampaio 2015; Timor-Leste. Governo 2015).

Apesar de os *liurais* não integrarem a comissão organizadora, estiveram presentes *liurais* no programa das comemorações, o que contraria de certa forma a perspectiva de Amaral da Costa apresentada anteriormente. Apesar de Amaral da Costa, Inácio da Costa e Tertuliano da

¹⁸ A relação é diferente com os representantes partidários. As tensões criam-se entre partidos *versus* casas, entre normas da Democracia *versus* normas culturais. “A nossa Nação é uma Nação multipartidária, mas o que é da cultura é da cultura, o que é do partido é do partido, o que é do governo é do governo” (Entrevistas de Inácio da Costa 2018).

Costa se queixarem da inexistência de convites a(os) *liurais*, reconheceram que a presença no evento do descendente da realeza portuguesa, Duarte Pio de Bragança (conhecido como D. Duarte) a convite do Presidente da República e do Governo de Timor-Leste constituiu uma forma de representação de *liurais*. D. Duarte participou nas comemorações dos 500 anos (Casa Real Portuguesa 2015; Entrevista de D. Duarte Pio de Bragança 2020). O estatuto de Observador Consultivo da CPLP da Fundação Dom Manuel II (presidida por D. Duarte) levou também à sua participação na Primeira Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros para a Segurança Alimentar da CPLP (CONSAN), em Díli, em 2015. Esta representação daquele que era por alguns timorenses chamado “*liurai* de Portugal”, porém, ocorria a expensas da invisibilidade oficial de *liurais* timorenses. Na entrevista colectiva com o chefe de *suco* (Santa Rosa 2018), em Oe-Cusse, foi veiculado o seguinte parecer: “O *liurai* que vem de Portugal conhece-nos. Mas o governo de Timor não nos conhece”.

O programa das comemorações dos 500 anos incluiu múltiplos eventos que se realizaram durante todo o ano de 2015 (Timor-Leste. Governo 2015). O programa foi integrado nos feriados nacionais evocativos do processo de independência de Timor-Leste. O ponto de partida das celebrações foi a chegada dos navegadores e missionários portugueses a Lifau, mas o ponto alto foi o Dia da Proclamação da Independência (Lusa 2015b; Timor-Leste. Governo 2015), o que foi envolto em debate e polémica, como veremos mais adiante neste capítulo. A Igreja Católica e a Língua Portuguesa foram exaustivamente referidas ao longo das comemorações como fundamentais para a “Nova Identidade Timorense” (Timor-Leste. Ministro de Estado e da Presidência do Conselho de Ministros 2015).

As actividades desenvolveram-se sobretudo em Oe-Cusse e Díli, e incluíram eventos de cariz histórico, cultural e religioso, nomeadamente a produção do livro comemorativo das celebrações, com o título “*Tinan 500 anos*” (Pinto 2015b). Os meus interlocutores mobilizaram informação deste livro histórico que refere a existência de quatro reis que eram irmãos, a partir do relato de Antonio Pigafetta, para sustentar a noção de um passado político-territorial repartido em quatro domínios, governados por quatro governantes. As “Comemorações dos 500 anos” envolveram a população timorense e a comunidade lusófona e internacional. Os organismos portugueses em Timor-Leste¹⁹ e as comunidades de Timor Ocidental, das Flores e das Molucas foram envolvidos nas comemorações. A comunidade portuguesa em Timor-Leste participou em massa nos programas. Eu trabalhava em Timor-Leste nesta altura e também

¹⁹ Camões — Instituto da Cooperação e da Língua, I. P., Fundação Mário Soares, em cooperação com o Arquivo & Museu da Resistência Timorense, Fundação Oriente, Escola Portuguesa Ruy Cinatti, Escolas de Referência. O cantor português, Tony Carreira e o músico cabo-verdiano, Tito Paris actuaram nas comemorações oficiais.

participei nalgumas actividades. Chefes tradicionais e chefes de Estado nacionais e estrangeiros, dignitários e populares timorenses, topasses e portugueses estiveram presentes nestas comemorações (Timor-Leste. Governo 2015).

As comemorações decorreram num contexto de acelerada transformação do território, conduzida pelo governo central e regional. Na Região Administrativa Especial de Oe-Cusse - Ambeno (RAEOA) estava na altura a ser executado o projecto da Zona Especial de Economia Social de Mercado (ZEESM) gerido por Mari Alkatiri com apreciável autonomia. Este projeto visou incentivar o desenvolvimento regional integrado através da criação de zonas estratégicas nacionais atractivas para investidores nacionais e estrangeiros. Estava então em curso a construção de grandes obras públicas: barragem; central eléctrica; estradas; rede de abastecimento de água; projecto de irrigação; ponte; aeroporto e hospital (UCCLA 2014). As populações de Oe-Cusse, muitas vezes periféricas, isoladas e esquecidas no enclave na parte ocidental da ilha, viam agora o seu território transformar-se num estaleiro de múltiplas obras públicas e privadas. Oe-Cusse vivia então um movimento sem precedentes (Observador 2015). Este era também um contexto de complicadas manobras políticas e de interesses financeiros (Yoder 2015). A gestão dos dinheiros públicos, a relação entre governo central, regional e autoridades locais, a “expropriação” das terras *lulik* foram duramente criticadas. A área necessária para estes empreendimentos públicos era considerável e a espoliação de terras ancestrais, de terras das Casas e de terrenos comunitárias foi alvo de condenação por parte das autoridades tradicionais. São profusos os relatos de apropriação “ilegal” de terras, de violação de locais sagrados e de desrespeito pela história do enclave (Entrevistas de Inácio da Costa 2018; Entrevista colectiva com o chefe de *suco* Santa Rosa 2018; Yoder 2016).

Neste contexto, o governo da RDTL e sobretudo a RAEOA - ZEEMS foram e continuaram a ser criticados por não respeitarem as tradições locais e por não ouvirem ou não reconhecerem os *liurais* nas suas resoluções. Os *Naijuf* – são actualmente reconhecidos para efeitos de cerimónias culturais, mas não lhes é atribuída uma função política formal nas decisões de governo. Eles pediram a sua inclusão na autoridade regional como uma espécie de conselheiros para o desenvolvimento regional e nacional, mas até à data das entrevistas que realizei em 2018 não tinham tido resposta. Segundo Inácio da Costa, os *Naijuf* são:

“[Estrutura tradicional composta por descendentes de *liurais*, espécie de conselho de governação] que existe só em Oe-Cusse. São de origem dos descendentes das esposas dos *liurais*, são determinantes e eles dominam a parte cultural para qualquer progresso e desenvolvimento do distrito. Existiam muito antes da presença dos portugueses, até no tempo da invasão da indonésia. Continuam a manter-se até às eleições da consulta popular em 1999... Em 20 de Maio de 2002, quando Timor-Leste proclamou a restauração da

independência, essa posição não foi reconhecida como estrutura política, de aconselhamento do poder político. Deixou de ser reconhecido oficialmente pelo poder político central... e a administração local (Entrevistas de Inácio da Costa 2018)”.

Na percepção de Inácio da Costa, o poder dos *liurais* junto das populações de Oe-Cusse decresceu, assim como a consideração por eles. O governo central e a RAEOA - ZEEMS intervieram directamente junto da população, utilizaram terras sem consultar as Casas. Um certo “paradigma das Casas *liurais*” (em Oe-Cusse: Costa, Hornay e Cruz) que vigorou até um passado recente neste milénio, transmutou actualmente para um paradigma partidário ao nível do poder local, em que os partidos se sobrepõem às Casas *liurais*, com a independência do país e a criação da RAEOA - ZEEMS em 2015 (Entrevistas de Inácio da Costa 2018; Entrevista colectiva com o chefe de *suco* Santa Rosa 2018).

Mari Alkatiri, presidente da RAEOA - ZEEMS e anfitrião das “Cerimónias dos 500 anos” em 2015 enquadrou as celebrações dos 500 anos, dizendo que: “se negarmos a nossa história, estaremos a negar a nossa própria existência, porque é a história que nos define” (Timor. Ministério da Administração Estatal 2015). Alkatiri referiu a importância do evento para o fortalecimento da consolidação nacional perante a comunidade internacional, e como um contributo para concretizar a aspiração de Timor-Leste à entrada como membro na Association of Southeast Asian Nations (ASEAN). Por sua vez, o presidente da comissão organizadora das comemorações, Dionísio Babo Soares referiu: “não podemos interpretar que fomos encontrados ou descobertos por outro país, mas um encontro de duas grandes culturas que continuam a existir. Por esta razão abrimos o debate... da gestão cultural... convidando outros países a... apresentarem atividades culturais e históricas” (Timor-Leste. Ministério da Administração Estatal 2015). Apesar destes discursos de afirmação da importância da história passada para o presente nacional, os *liurais* não integraram o projecto.

A ausência do então Presidente da República português, Aníbal Cavaco Silva e o atraso da nomeação de um representante do Estado Português nas comemorações causaram polémica em Timor-Leste. A menos de um mês das celebrações, o primeiro-ministro timorense disse ser “deselegante” não haver ainda representante do Estado português. O vice-ministro dos negócios estrangeiros de Timor-Leste reportou que o então presidente da república português informou não poder participar dada “a instabilidade política em torno do Governo... porque ele tem outros compromissos relacionados com os interesses próprios dos portugueses” (SOL 2015). Próximo da data da cerimónia foi nomeado como representante do Estado Português o presidente do Tribunal Constitucional e quarta figura do Estado, Joaquim Sousa Ribeiro. A

Assembleia da República de Portugal não se terá feito representar oficialmente²⁰.

O monumento central das estátuas e da caravela de 10 toneladas de bronze é de *design* e produção portuguesa, a expensas do Estado Timorense. O *designer* do monumento, Joaquim de Brito teceu duras críticas relativas a desvios em relação ao monumento como testemunha neste depoimento:

“Apesar de toda a “tentativa de usurpação da autoria”, ...” contratemplos”, ...“desvios”, ...“alterações de cenário” que perseguiram e cercaram o meu projecto para o Lifau, o Monumento que representa a “Chegada dos Portugueses a Timor”, “Lifau 1515-2015 – 500 Anos de Evangelização e Unificação do Povo Timorense” ...este meu conceito e *design* das peças que constituem o núcleo e coração do Monumento vingaram e está agora realizado o propósito a que dediquei... mais de 2 anos de trabalho árduo. Está a ser um sucesso entre os visitantes timorenses e não só, *in loco* e também entre os “visitantes virtuais”, que através de imagens estáticas ou em movimento têm tido acesso ao seu contacto.

Tive ontem, dia 28 de Novembro de 2015, o grande prazer de, finalmente, ter tido a oportunidade de “tocar” ...estas imagens a que dei origem... Desde meados de 2014, esta[s] possibilidade[s]... foram-me negadas por traições... e desonestidades várias que serão esclarecidas legal e publicamente nos tempos mais próximos (Observatório da Língua Portuguesa 2015).

O monumento foi formalmente inaugurado em Lifau em 27 de Novembro de 2015 por representantes do Estado Timorense e do Estado Português, de outros Estados (o presidente são-tomense, o primeiro-ministro cabo-verdiano e o príncipe do Mónaco confirmaram a sua presença nas celebrações) e da Igreja, com destaque para o secretário de Estado do Vaticano, Pietro Parolin²¹ (Camões 2016; Lusa 2015a, 2015c).

A relação entre Timor-Leste e Portugal foi assinalada nas cerimónias *lulik* que os líderes tradicionais protagonizaram, antes do evento mais protocolar. O chefe tradicional de Oe-Cusse, Zeferino da Cruz Sau deu o seu testemunho:

“A história aconteceu há 500 anos em Lifau. E essa lembrança foi passando de geração em geração até agora. Como dizia o monumento, aqui também é Portugal. Nunca poderemos esquecer isso e também nunca podemos esquecer a nossa história” (Sampaio 2015).

Iluminados pelo fogo-de-artifício, centenas de timorenses alinharam-se para tirar fotos junto às figuras em bronze do monumento e entre eles contavam-se alguns chefes tradicionais

²⁰ O Arquivo Histórico Parlamentar informou-me não ter existido uma representação oficial da Assembleia da República na cerimónia, nem existe registo de debate sobre a representação de Portugal nas cerimónias nos Diários da Assembleia da República.

²¹ O Cardeal Parolin é a mais alta individualidade da Igreja Católica a visitar Timor-Leste desde o papa João Paulo II em 1989. Parolin foi recebido em festa em Díli e acolhido pelos chefes tradicionais. Timor-Leste e o Vaticano assinaram em 2015 a Concordata, o quadro jurídico das relações bilaterais entre os dois Estados.

que se afirmaram como os descendentes dos *liurais* que terão sido os primeiros convertidos ao Catolicismo na ilha.

Sobre o evento, o presidente do Tribunal Constitucional português, Joaquim Sousa Ribeiro, presente na cerimónia declarou: “Foi gratificante verificar as relações entre os dois países, pois não é frequente que o colonizado comemore com o colonizador. Foi uma cerimónia tocante e com grande significado” (Lusa 2016). Todavia, em Portugal, em contraste com o destaque público e oficial concedido à ocasião pelo Estado timorense, as iniciativas congéneres ligadas ao evento foram muito diminutas. Não houve comemorações oficiais. O facto foi criticado em diversos artigos de opinião como uma oportunidade perdida para estreitar a aproximação entre os dois povos e consolidar relações de cooperação (Alfaiate 2014; Pinto 2015a; Prôa 2015).

Em Timor-Leste, desde o momento em que o programa se tornou público, surgiram opiniões a favor e contra as comemorações, entre o governo da RDTL, a sociedade civil e a comunidade intelectual. Mica Barreto-Soares, investigadora e activista timorense, acusou o governo de tentar ajustar e “redefinir muitas vezes o tema da comemoração, até finalmente impôr unilateralmente o tema dos 500 Anos de Interação entre duas civilizações, Timor-Leste e Portugal e Afirmação da Identidade Timorense sem consulta pública” (Barreto 2015). Surgiram reacções emocionais e sentimentos contraditórios porque a interpretação pública do governo da RDTL da história colonial em Timor não é clara e gerou discórdia. Os eventos celebrados na comemoração foram considerados historicamente contraditórios. Por um lado, a intenção do governo era celebrar enquanto encontro intercultural um passado histórico de colonização. Por outro lado, no Dia da Independência celebrava-se a rejeição do colonialismo, lia-se o texto da proclamação da independência e entoava-se o hino nacional com palavras de ordem anticoloniais e anti-imperialistas.

“Timor-Leste precisa de auto-descolonizar a sua mentalidade, aparecer com um pensamento crítico sobre a sua própria história, com a participação e inclusão dos seus cidadãos... O caminho que o governo terá de tomar, será elevar a qualidade da educação, criar espaços de discussão pública, para começar a formar pessoas com pensamento crítico” (Barreto 2015).

No debate sobre as comemorações surgiu também a crítica da desvalorização e negação da história, da cultura e da identidade própria dos timorenses, prévia à colonização portuguesa. O historiador e activista timorense, Sávio Ma'averu (2016) criticou o silenciamento do cruzamento cultural melanésio-austronésio primordial na ilha de Timor, em detrimento do argumento oficial das comemorações que privilegia o cunho luso na definição da identidade timorense e um “cruzamento cultural” num processo de colonização naturalmente assimétrico.

O antropólogo Daniel de Lucca que estudou os significados das comemorações na sua tese de doutoramento (2016) e em artigo posterior (2017), argumenta que as comemorações tal como outras celebraram o “advento europeu” na perspectiva das elites dirigentes, apesar de ocorrer num contexto sul asiático que não contempla celebrações coloniais pela forte resistência anticolonial que marca a sua história.

“Em Timor-Leste, o nacionalismo não se desenvolveu na luta contra o colonizador, tal qual o percurso de outras nações asiáticas, e sim no combate à ocupação neocolonial indonésia, mobilizando para isso a cultura do ex-colonizador como forma de contestar o invasor. É isso que permite compreender como, na noite de 27 de Novembro de 2015, o monumental artefato encenando a chegada dos colonizadores foi inaugurado logo na manhã do dia seguinte, no aniversário de 40 anos da proclamação da independência” (Lucca 2017, 135-136).

Lucca (2017) afirma que Timor-Leste ao assumir um “modelo ritual lusocêntrico” filiado numa “matriz cultural lusitana”, identificado com a sua língua e religião, insere-se numa história mais ampla geográfica e temporalmente, divergente da narrativa nacionalista indonésia da longa influência do império javanês de Majapahit sobre Timor e da reunificação da ilha sob a raiz de Wehali (Lucca 2017, 135-136). A invasão indonésia é vista como um corte violento estrangeiro temporário com o natural processo de descolonização que estava a ocorrer. A resistência diplomática timorense contou com o importante apoio das nações que viriam a integrar a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e que cuja presidência Timor-Leste assumia no biénio 2014-2015, coincidindo com as comemorações de 2015. As celebrações “não se voltaram exclusivamente ao diálogo com a ex-metrópole, ampliando horizontes diplomáticos e reforçando alianças geopolíticas “lusófonas” capazes de projetar o país para além do contexto regional imediato que o apequena... Forma do Estado-nação reivindicar, para os seus e para os outros, experiência, maturidade e meio milénio de tradição” (Lucca 2017, 136-137). A CPLP pode ser vista como um “imaginário transnacional” que permite a preservação do parentesco entre as nações que a compõem (Lucca 2016, 269).

Ao comparar as celebrações dos “500 anos” de Timor-Leste e do Brasil, Lucca (2017) observa que as duas antigas colónias portuguesas a *solo* nos dois continentes opostos do planeta se perspectivam cerimonialmente como uma espécie de filho mais novo e de filho mais velho respectivamente do pai português. Como se esta relação fosse uma relação de parentesco, de uma “ética da casa” (Lucca 2017, 134), reanimando assim o ideal lusotropical (Castelo 1999) da afectividade e parentalidade colonial. Tal como no Brasil, o encontro colonial em Timor foi abordado como “fundador da nação”, inaugurando “um novo tempo” que não tem que ser necessariamente uma etapa cronológica, mas pode ser um processo transnacional. A identidade

nacional, a ligação a Portugal e à língua e religião católica, assim como a não promoção de um debate crítico sobre as relações de poder foram aspectos comuns a ambas as comemorações (Lucca 2017, 132).

O nacionalismo timorense faz parte da política cultural do Estado, mas há referências do passado como valores nacionais que não reúnem consenso. Tal, potencia divergências e novas formas de conceber o passado, nomeadamente através de monumentos e representações públicas, debates académicos, narrativas, reconstrução de casas tradicionais, encontros de *lianain* (Lucca 2016, 269). Como afirma também Lucca (2016, 270):

“Em muitos sentidos a representação do passado se desenha como um campo de trocas e disputas, por recursos e formas de legitimação... O presente timorense é todo habitado pelo trabalho de recontar o que aconteceu e a construção do que foi é uma atividade que projeta seus horizontes para o que virá. A construção do futuro é incerta e a do passado também, mas ambas construções dialogam com os acontecimentos pretéritos que a possibilitaram enquanto tal”.

As interpretações dos meus interlocutores sobre as estátuas dos *liurais* do *Monumentu Lifau* podem ser lidas à luz desta reflexão de Daniel de Lucca. O autor não menciona nos seus estudos a movimentação das estátuas que eles narram e interpretam. Lucca (2016) considera as estátuas de certa forma anónimas, quer as que representam os portugueses (que quando muito identificam os cargos), quer os timorenses. Numa posição diametralmente oposta, conforme já indicado, os meus interlocutores identificam as estátuas com quatro *liurais* dos quatro reinos dominantes no momento da chegada dos portugueses a Timor no início do século XVI: Afoan Sila de Luca, Benoa Sila de Oe-Cusse, Liurai Sila de Wewiku-Wehali e Sombai Sila de Kupang. António Amaral da Costa recua até a um tempo mais remoto e identifica quatro *liurais* dos mesmos quatro reinos dominantes no início do século XIII: *Belu Maun* que considera ser o primeiro *liurai* a governar em Luca, *Ti Maun* em Noimutin – Oe-Cusse, *Roti Maun* em Kupang e *Sabu Maun* em Wewiku-Wehali.

A relação entre reinos e *liurais*, a antiguidade e precedência, a hierarquização entre reinos, o poder e os conceitos de poder parecem estar representados aqui nas vozes dos meus interlocutores. No âmbito das reivindicações reiteradas dos interlocutores e das vozes dissonantes da versão oficial das comemorações sobre a relevância do passado da ilha de Timor antes da chegada dos portugueses, na última secção deste capítulo consolido o conhecimento sobre o passado de Luca. Começo pela narrativa de Clementino Amaral sobre a relação entre Luca e Wehali, analisando essa relação e a posição política e ritual de Luca antes do encontro colonial com os portugueses.

2. Luca e a ordem política antiga

2.1. Relação cosmológica entre Luca e Wehali

“[Na'i Diholek]: - Tu que estás a pescar, quem és?

[Lu Lekik] - Chamo-me Lu Lekik, filho do sol. Chamo-me Lu Lekik, sangue do sol. Como filho do sol, como sangue do sol, eu peço ao mar, eu digo ao mar e o mar há-de arrastar-se para o sul, eu digo às ondas e elas não [se] movem mais.

Depois Na'i Lu Lekik, de Luca, pergunta a Na'i Diholek...: - Quem és?

Nai Diholek responde: - Chamo-me Diholek, Taek Aman Diholek, filho da lua. Chamo-me Taek Aman Diholek, sangue da lua. Como filho da lua, como sangue da lua, eu digo às montanhas, eu peço às montanhas, elas tornam-se planícies. Montanhas não serão mais montanhas. Após este diálogo, os dois reis, de Luca e de Wehali, chegaram a um acordo, dizendo:

- As nossas forças são iguais, o nosso poder também é igual.

Nai Diholek disse então a Nai Lu Lekik:

- Assim digo-te, informo-te a ti que estás a pescar, regressa ao teu reino do leste. Mota Masin (ribeira salgada) fica como fronteira entre o oeste e o leste.

Nai Lu Lekik respondeu da seguinte forma:

- O nosso diálogo está de acordo um com o outro, peço-te que regreses ao teu reino de We Hali e o Mota Masin fica como a nossa fronteira daqui em diante.

E é verdade que o Mota Masin ficou desde aquela data até hoje como a fronteira entre a Indonésia e Timor-Leste”²² (Amaral 2014, 7-8).

Este diálogo entre o *Liurai* de Luca, Na'i Lu Lekik e o *Liurai* de Wehali, Na'i Diholek, tal como foi reproduzido por escrito por Clementino dos Reis Amaral, reclama a influência política de Luca nos reinos do Leste, mas também nalguns reinos do Oeste da ilha de Timor, bem como a sua relação com Wehali. A referência feita ao mar na história evoca a importância da água na ordem social e política na parte oriental da ilha e, especificamente, em Luca, como tem sido sublinhado pela investigação conduzida por Palmer (2015) e por Barnes, Hägerdal and Palmer (2017). Para Palmer (2015), o domínio do reino de Luca sobre o mar é justaposto ao da sua

²² Original:

O tiha dai nee / O se ida / O kari dai nee / O se ida”

Na'i Lu Lekik: “Hau naran Lu Lekik / Loro nia oan / Hau naran Lu lekik / Loro nia ran / Nu'u toro nia oan / Nu'u loro nia ran / Hau katak ba tasi / Hau kesuk ba tasi / Tasi sei naktiki / Nu'u lor ba / Hau kesuk ba meti / Meti sei sai maran la sere tan”/

“O musu hau nee / O se ida / O seti hau nee / O se ida”/

“Hau naran Diholek, Taek Aman Diholek / fulan nia oan / Hau naran Taek Aman Diholek / fulan nia ran / Nu'u fulan nia oan / Nu'u fulan nia ran / Hau katak ba foho / Hau kesuk ba foho / Foho sei sai tetuk / Nu'u rai tetuk / Foho sei lafoho / Nu'u wai wain” /.

“Kbit ita rua kbit / Mesa ranesan / Beran ita rua beran / mesa ranesan”/.

“Tan nee / Hau katak ba o / Hau klerek ba o / O siku dai nee / O tiha dai nee / Modi la'o maloro / sae los ona / Mota Masin / Sai nu'u kaketak / Sai nu'u haktadak / Loro sae no loro monu nian tomak” /

“Lia ita rua nian / Konaba malu / Lia ita rua nian / Ra ba malu / Tan nee / Hau katak ba o / Hau klerek ba o / Modi la'o maloro / Toban los ona / Mota Masin / Sai nu'u kaketak / Sai nu'u haktadak / Loro Monun / No loro saen / Nian tomak” /.

contraparte, o grandioso reino de Wehali em Timor ocidental, ligado ao poder do Céu e da Terra. O poder dos lugares de assentamento associados a Luca tem múltiplas conexões generativas com a água, sendo inegável a forma como “relatos vibrantes e constituintes do lugar contêm interpretações muito localizadas e com *nuances* do significado de Luca como centro pré-colonial e colonial de poder político e ritual” (Barnes, Hägerdal and Palmer 2017, 340).

A paridade e partilha de poder político-ritual e territorial entre Luca e Wehali estão simbolizadas no diálogo reproduzido acima através de uma série de dualismos, a saber: os dualismos sol/lua, mar/terra, litoral/montanha e Leste/Oeste. É igualmente importante a metáfora da árvore e o dualismo tronco/ramos. Como a literatura antropológica tem sobejamente discutido e como refiro noutros pontos da tese, estes dualismos são estruturantes da cosmovisão timorense e da organização social, política e ritual de Timor-Leste. Paulo Seixas (2010) argumenta que estes dualismos revelam uma significação do outro como tradução do eu, em que um não existe sem o outro. Josh Trindade (2011), por seu turno, refere-se a eles como uma forma de equilíbrio entre elementos opostos, que se sustentam e complementam mutuamente na vida²³.

Várias narrativas orais recolhidas por Peter Spillet na década de 1990 ligam Luca à expansão do reino Wewiku-Wehali (veja-se Spillet 1999, 271, 274, 282, 290, 295-296, 300-305, 318, 348, 351). Nestas narrativas, o reino de Wewiku-Wehali, localizado no centro da área falante de Tétum Térik, tende a desempenhar papel importante nas tradições por todo Timor enquanto fonte de civilização. Por seu turno, situado no Leste, ainda na área falante de Tétum Térik, Luca é reconhecido como tendo papel relevante em múltiplas narrativas timorenses de áreas geográficas muito distintas. Luca terá constituído um reino Tétum poderoso na costa sudeste de Timor, importante centro político e ritual agentivo e governativo, com ligações ao centro ritual de Wehali em Timor central (Barnes 2016; Hägerdal 2012; Palmer 2015). Do ponto de vista europeu, o Tétum Terik - língua franca ou veicular de Timor central e da maior parte do leste de Timor, pode ter sido historicamente associada a formas de cultura e de organização de sociedade avançadas (Thomaz 1981). Este aspecto pode ajudar a explicar em parte a reivindicação de autoridade de Luca (Barnes, Hägerdal e Palmer 2017).

As terras Tétum do Leste e os reinos centrais dos Belu(n) ou Belos estavam interligados.

²³ Trindade (2011) advoga ainda que *Lulik* se refere ao cosmos espiritual que engloba o criador divino, o espírito dos antepassados, a raiz da vida espiritual, as regras sagradas que ditam as relações entre as pessoas e entre pessoas-natureza. Este sistema regula as relações entre elementos e valores opostos na vida, os aspectos positivos e os negativos de forma a equilibrarem-se e a complementarem-se entre si, o que em seu entender está em concordância com a noção de dualismo desenvolvido por Lévi-Strauss e Van Wouden. Sobre o conceito de *Lulik* ver também Bovensiepen (2014) e Bovensiepen and Delgado Rosa (2016).

Luca estava “sob” Wewiku originado por *Maromak* em Wehali, o que aparentemente alude ao governo ritual de *Maromak Oan* (T: “Filho do Ente Supremo” ou “Filho do Sol”) em Wehali, conhecido por quase todo Timor. Segundo Fox (1982, 26), *Maromak Oan* seria o arquétipo inactivo do governante que mantinha a autoridade suprema no centro e delegava poder aos reinos. Esperava-se que mantivesse o sistema a funcionar, descansando no seu centro. O *liurai* era o “senhor activo e “masculino” de Wehali, o “senhor visível” através do qual era mantido contacto com o exterior, em contraste com a interioridade de *Maromak Oan*. O termo *liurai* significa “ultrapassar a terra” e em tempos modernos tem sido utilizado em Timor-Leste para designar governantes em geral; mas a sua utilização inicial parece ter sido muito mais restrita. O sistema político de reinos mais pequenos ligados a um centro ritual com influência alargada parece representar a forma mais centralizada de governação de Timor neste período anterior à colonização. O poder do regente de Wehali - *Maromak Oan* - residia no seu significado ritual, nos tributos prestados pelos outros *liurais* considerados como seus “filhos” e na relação com o “irmão” de Luca. Os *liurais* controlavam o território e eram responsáveis pelo governo da terra e das pessoas. *Maromak Oan* era considerado como tendo poderes imensos sobre o céu, a terra, o clima, a guerra e as doenças e o *liurai* de Luca como tendo um poder considerável sobre o mar e o domínio ancestral. O poder autêntico residia no significado ritual de Wehali e de Luca e não no controlo executivo sobre a população e a terra (Barnes, Hägerdal and Palmer 2017; Cummins 2010; Fox 1996; Hicks 1983, 21; Leach 2017).

As chefaturas ou reinos locais agrupar-se-iam em torno de reinos tributários maiores. Os Belos, a Leste, e o Servião, a Oeste são apontados como duas grandes “províncias” pré-existentes identificadas nas primeiras incursões portuguesas na ilha (Castro 1867, 185). Os Belos “agrupariam” os falantes de Tétum Têrik do centro e Sul da ilha, assim como outros grupos sócio-linguísticos do Leste da ilha de Timor (com excepção das áreas de Fataluku), em que o Tétum seria utilizado como língua veicular. A “agregação” relativa destes reinos independentes constitutivos de uma rede tributária ritual sustentar-se-ia na fidelidade formal aos Belos no Leste ou ao Servião no Oeste, mas a autoridade política efectiva seria exercida pelas unidades territoriais locais em que os grupos sócio-linguísticos formariam alianças políticas mais substantivas entre si (Jannisa 1997, 43; Schulte Nordholt 1971, 162). Nos Belos, o reino de Wehali é o mais notório dos reinos que se constituíam como centros políticos e rituais, em torno dos quais os reinos locais ou chefaturas se congregavam. Wehali era governado por *Maromak Oan* a quem outros *liurais* prestavam homenagem ritual, legitimando a liderança política sobre os seus reinos como seus “filhos” (Cummins 2010; Farram 2004; Leach 2017). Luca, com a expansão do domínio Tétum na ilha, representaria a ideia de “irmão mais novo de

Wehali. Wehali poderia representar a herança cultural do antigo domínio Tétum, o ponto de referência comum para tradições orais e conceitos de autoridade política e ritual, que sustentam a ideia duma estrutura política federada na era pré-colonial, alicerçada na existência descontínua Tétum do centro nevrálgico do centro-Sul (Wehali) e do Leste-Sul (Luca e Viqueque) da ilha de Timor (Hägerdal 2012, 65; Leach 2017; Therik 2004, 52).

Diversas narrativas orais corroboram a ideia de um governante com poder ritual e três governantes com poderes políticos no território (Leach 2017; Schulte Nordholt 1971, 159; Therik 2004, 52-3). Estas narrativas vêm de encontro à referência do meu interlocutor de quatro *liurais* irmãos que governavam quatro “áreas territoriais” na era pré-colonial e na chegada dos portugueses a Timor: Wewiku-Wehali, Luca, Sombai/Kupang e Oe-Cusse (Entrevistas de António Tomás Amaral da Costa 2017-2023). Os nomes desses domínios territoriais por vezes apresentam variações de acordo com as narrativas.

Uma “rainha” antiga de Luca é mencionada como tendo concedido alguma da sua terra, Uatumuni (entre Ossu e Viqueque) a Wewiku, o que pode estar na origem do topónimo. A mesma “rainha” também terá concedido uma relíquia de família na forma de um *keke* (pulseira) a Viqueque (Barnes, Hägerdal and Palmer 2017). Muitos registos da história oral recolhidos pelos meus interlocutores, por Spillett (1999) e por Palmer (2015) ligam Luca à expansão do reino de Wewiku-Wehali. Esses relatos da governação inicial sugerem uma ligação anterior, menos formalizada entre os povos do Leste e aqueles que migraram para fora do núcleo dos Belos de Wehali. De acordo com estas narrativas, Luca estava ligada a Wewiku, e Viqueque (anteriormente o reino de Ai-Sahe de língua Waima’a) estava ligado a Wehali.

Spillett reconta uma narrativa na qual “Sorai (Sau Rai) Dasa Rai foi o primeiro homem a limpar a terra em Luka[...]. Não havia fronteiras, era tudo terra aberta. Quando os três Dados ou Senhores chegaram de Wewiku-Wehali, trouxeram o primeiro *Ai Hali* ou Gondoeiro” (Spillett 1999). A partir deste ponto, o poder de Luca cresceu e espalhou-se por todo o Leste. Wehali seria o irmão mais velho e Luca o irmão mais novo, num dualismo caro ao pensamento timorense. Neste dualismo complementar da cosmologia timorense - irmão mais velho/irmão mais novo - de pertença e alteridade, jogos de ambiguidades, a geração de irmãos também se relaciona com a geração de aliança. A força e autoridade emanariam da sua unidade e a relação mutuamente fortalecedora manter-se-ia duradoura e potente. O domínio sobre o mar de Luca (Timor oriental) é então justaposto ao de Wehali (Timor ocidental), cujo soberano é considerado o filho governante do Sol e da Lua (Palmer 2015). Ambas as contrapartes são simultaneamente um símbolo ritual e político e um domínio político real (Palmer 2015). Neste contexto, também podemos compreender a relação entre Luca (governante do mar e da água) e Wehali

(governante do Sol, céu e fogo) como centros político-religiosos do cosmos timorense (Barnes, Hägerdal and Palmer 2017; Francillon 1967; Therik 2004; cf. Hicks 1990).

A relação entre Luca e Wehali também foi palco de conflitos. Os problemas terão surgido quando o governante de Luca se casou com uma alegada aristocrata de Wewiku-Wehali. Depois de ele regressar a Luca, descobriu que a nova mulher era uma cidadã comum desprovida de sangue real. Exasperado, o *liurai* de Luca enviou guerreiros para matar o *liurai* de Wehali em retaliação por ter sido enganado. Mais tarde na contra-retaliação, Wehali terá enviado guerreiros a Luca e morto muita gente, incluindo membros da realeza. Alguns refugiados fugiram para o actual Vemasse na costa norte, incluindo o irmão do *liurai*. Quando o príncipe sedento bebeu água, o lugar passou a chamar-se Vemasse (T: Be massim - Pt: Água salgada) (Barnes, Hägerdal and Palmer 2017, 334). Há relatos similares de outras fontes. Soares (2003) refere que em 1832, Luca e Wehali estavam envolvidos numa guerra mais recente por questões fronteiriças e de proselitismo religioso entre a *liurai feto* de Luca, D. Maria Amaral e o *liurai* de Wehali, Suri Liurai, apesar de ele aparecer como a figura política central da hierarquia timorense. A guerra ter-se-á desenrolado em Suai, onde Suri Liurai de Wehali foi morto e a cabeça do grande senhor foi trazida em triunfo para Badari, o centro do reino de Luca (Palmer 2015; Soares 2003).

Com o incremento do poder colonial português e a sua presença para além de Lifau e posteriormente em Díli, Luca e Wehali começaram a declinar e a perder poder e autonomia, ao mesmo tempo que outros reinos ascendiam, nomeadamente Vemasse e Manatuto. A importância política de Wehali terá decrescido a partir do século XVII (Barnes, Hägerdal and Palmer 2017). Já a importância política de Luca terá decaído entre os séculos XVIII e XIX, por força também da afirmação do poder militar e político dos portugueses na zona oriental da ilha. Contudo, os seus significados simbólicos e a sua autoridade ritual permanecem centrais em muitas narrativas míticas timorenses (Barnes, Hägerdal e Palmer 2017). No caso da Casa *liurai* de Luca, com efeito, o poder continua a ser reivindicado hoje através deste género de narrativas. É o caso das narrativas que conectam a expansão e centralidade de Luca ao domínio aquático, vivas ainda hoje entre as comunidades.

Como demonstrou Lisa Palmer (2015), a expansão do domínio político do reino de Luca na parte oriental da ilha de Timor correlaciona-se com muitas das narrativas de nascentes de água ligadas a Luca. Nestes relatos, a água surge como elemento de ligação da paisagem entre o local de origem, Luca e múltiplos pontos de chegada – povoações locais espalhadas por todo Timor. Múltiplas narrativas de nascentes de água dos mais diversos locais indicam que Luca era outrora o grande reino da parte oriental da ilha de Timor, cujo poder foi activado pela sua capacidade especial de comunicar com a potência ancestral. Esses trilhos de conexão de água

de Luca, estendem-se até à costa norte de Baucau, costa sul de Timor, Vessoru, Babulo, Watu Karabao, Irabi, Wai Husu, Wai Lesu do lado sul do Mundo Perdido, entre muitos outros.

A expansão de Luca, evocada em narrativas representativas de múltiplos relatos orais de nascentes, consubstanciou-se na formação de povoamentos e na ampliação da sua influência em territórios diversos, por vezes distantes e não contíguos, o que levanta a questão de como Luca governava nesta disparidade espacial.

A organização política tradicional timorense na era pré-colonial poderá ser interpretada através dos estudos que despontaram na última metade do século XX sobre os Estados pré-modernos do Sudeste Asiático. Benedict Anderson (1990), Clifford Geertz (1980), Oliver Wolters (1970) e Stanley Tambiah (1976) desenvolveram os chamados “modelos cósmicos dos estados”, profundamente distintos das noções europeias. A disparidade espacial dos estados do Sudeste Asiático contrapõe-se às fronteiras relativamente fixas e às estruturas burocráticas dos estados europeus. O centro do Estado no Sudeste Asiático irradiava poder e influência, e a intensidade diminuía em função do distanciamento do centro (Anderson 1990). Nalguns destes modelos, a periferia replicava o centro, mimetizando instituições e práticas rituais (Barnes, Hägerdal and Palmer 2017). O “modelo cósmico de governação” articula diarquias, em que a inactividade ritual simbolicamente feminina é complementada pela actividade masculina do governante executivo (Leach 2017; Schulte Nordholt 1971).

Recentemente diversos estudos identificam domínios do Sudeste Asiático como “reinos de palavras”, termo utilizado por Jane Drakard (1999) para significar reinos com poder executivo limitado, mas com poder ritual amplo e autoridade numa região maior fora das suas fronteiras imediatas, que o distingue dos conceitos de poder político ocidental. Ao procurar a essência da realeza Minangkabau (Sumatra) nos séculos XVII e XVIII, Drakard (1999, 3) demonstra a importância da linguagem e dos sinais reais para a sua materialização e efectivação, como pode ter acontecido no reino de Luca em termos de palavras e de símbolos materiais como as *rota*, que serão abordadas no Capítulo 3. A autora abre a possibilidade de uma autoridade substancial poder residir nas aparências e nas próprias palavras, cartas e selos que ligavam os governantes do interior de Minangkabau aos seus súbditos nas regiões costeiras (Drakard 1999, 235). A reivindicação de descendência sagrada do rei Minangkabau era também reconhecida em Sumatra, na península malaia, e em Mataram, em Java (Drakard 1999, 191, 200, 222, 224). "Dentro desta teia de sinais podemos detectar um discurso local de poder que, face à hegemonia europeia, foi moldado numa linguagem de resistência" (Drakard 1999, 183). O reino de

Minangkabau²⁴ teve uma presença disseminada e onnipresente no arquipélago malaio e constituiu um centro de autoridade civil e religiosa regional, conforme Luca terá adquirido o papel de centro ritual e político a um nível regional mais micro. Minangkabau e Wewiku-Wehali (Timor) podem ser considerados “reinos de palavras” (Barnes, Hägerdal and Palmer 2017; Drakard 1999; Geertz 1980; Therik 2004).

De acordo com o testemunho que Clementino Amaral me deu no decurso da entrevista em que acompanhou o sobrinho José Luís Guterres: o dom e a força da palavra dos antepassados, o poder natural e a força de Luca advêm mais das palavras. “Os *katuas* dizem: O *liurai* de Luca não precisa usar nada. Basta só a palavra” (Entrevista de José Luís Guterres 2018). Segundo Barnes, Hägerdal and Palmer (2017), Luca também se aproxima mais da classificação de “reino de palavras”. Parcialmente em paralelo com o “modelo cósmico de governação” doutros reinos do Sudeste Asiático, o reino de Luca terá constituído um centro, fonte de poder político-ritual de relevo. Luca representa ainda uma reivindicação de centralidade em diferentes conjunturas timorenses. Na era colonial, em certos períodos Luca viabilizou a criação de alianças fundamentais com o governo colonial português e noutros períodos liderou movimentos de resistência como veremos no Capítulo 4.

Para além dos modelos de governação, importa analisar conceitos de poder. Roque (2010) defende que parece haver uma variante timorense de uma conceptualização javanesa do poder estudada por Anderson (1990), que se justifica pela relação política de vassalagem de Timor ao império javanês de Majapahit no século XIV. Segundo o mesmo autor, “dado que o poder aumentava ou diminuía à medida que a crença na sua existência se intensificava, ou se desvanecia... este poder invisível era uma força intensiva, mas frágil na sua imensa dependência da cumplicidade da crença timorense” (Roque 2010, 65).

Diversas vezes os meus interlocutores se referiram à “*Natureza*” especial de Luca, à existência “inata” do conhecimento e das capacidades inerentes ao cargo nos *liurais* e à sacralidade dos *liurais* de Luca, o que parece reflectir uma variação timorense da noção javanesa do poder. A última concebe o poder como energia imaterial constantemente criativa, que anima o universo e se manifesta em todos os aspectos do mundo natural e no processo de geração e regeneração (Anderson 1990). Encarna, é absorvido ou acumulado em pessoas e objectos, p. ex. *sasan lulik* (Pt: objectos sagrados), é transmitido através sinais de poder e

²⁴ Apesar de se assemelhar mais aos reinos interiores de Java, Minangkabau diferia deles pelas comunidades dispersas e móveis e pela ausência de uma “estrutura territorial e burocrática hierárquica e de um poder militar desenvolvido” (Drakard 1999, 17). O auto-governo difundido pelos anciãos da linhagem fortalecia a autoridade dos governantes de Minangkabau e o governante mantinha o equilíbrio do reino, contrabalançando a tensão entre os principais grupos (Drakard 1999, 4, 24, 32, 79).

propiciado ou revelado em cerimónias rituais (Anderson 2010; Roque 2010, 65). Hicks (1984) refere-se ainda à figura do *liurai lulik* ou "rei sagrado" como guardião da antiga *regalia* sagrada do reino de Luca. Veja-se Florêncio (2003, 67-70).

As narrativas de que Luca transportava consigo o conceito gerador de vida através da água (Palmer 2015), parece reproduzir o conceito de que o poder se consubstancia na capacidade de dar vida. Fertilidade, prosperidade, harmonia e ordem são expressões de poder que invocam e garantem a fertilidade da terra, a prosperidade da sociedade e a vitalidade expansionista do reino (Anderson 1990) ou centro político-ritual.

Um centro político-ritual como o de Luca poderia significar um domínio em que unidades políticas se combinariam numa unicidade coerente. Num sentido complementar ao da concentração num local, a expansão - "impulso necessário à luta pela existência, auto-afirmação e domínio" (Anderson 1990, 43), podem levar à beligerância, mas também a alianças políticas e matrimoniais que resultem em alinhamento e alienação, numa expansão que permite ordem, prosperidade e talvez a uma paz mais extensa. Por outro lado, o poder de Luca também foi sentido como uma ameaça para os interesses de outros domínios nativos com ambições de ascensão e para a autoridade colonial em momentos de resistência. A guerra para os timorenses assume um carácter mágico e transcendente (Roque 2010, 65).

O impulso do centro e acumulação de vários níveis de poder pode ser o propulsor que tem levado Luca a manter-se no poder num tempo longo. Pode também ser o móbil para que segmentos mais periféricos de Casas se tenham movido em direcção ao centro e procurado associar-se a Luca, invocando ligações ancestrais. A ligação de Luca ao poder ancestral e continuidade histórica entre os vivos e os mortos podem também ser a expressão da "cooptação e absorção de uma reserva reconhecida de poder" (Anderson 1990, 39). A importância dos símbolos, mitos, rituais e cerimónias na formação do estado, no exercício do poder estatal e como constitutivos do próprio estado, foi destacada por Geertz (1980) no seu estudo do estado tradicional de Bali do século XIX. O reino de Luca parece também ter na sua constituição e exercício de poder, importantes referenciais rituais e simbólicos.

Luca é referenciada em narrativas orais como sendo rica de *regalia* e ouro (Hicks 1984; Palmer 2015) e em diversos documentos coloniais como tendo uma população significativamente superior à de outros reinos, nomeadamente no século XIX. De acordo com Anderson (1990), a concentração de uma população numerosa poderia proporcionar abundância económica, mas era também o melhor sinal de que o governante tinha poder. O centro atrai magneticamente grandes populações, num fluxo em direcção ao governante. A riqueza segue o poder e não o movimento inverso.

A emanção do poder pode ser feita através do eixo horizontal centro-periferia e do eixo vertical hierárquico, através do qual o poder do governante se infiltra através de estratos hierárquicos até atingir a base popular da sociedade (Anderson 1990). A ideia actual de “timorização” da sociedade e o poder da figura do “*Maun boot*” (Pt: Grande irmão), expressão conotada com respeito, poder e carisma de que Xanana Gusmão é exemplo, parecem reanimar antigos valores e tradições ainda em acção: de serviço e glorificação do centro. O carisma é uma qualidade atribuída pelos seguidores ao seu líder que vêm como entidade extraordinária, por vezes com uma missão histórica, por vezes com a “graça divina”, com capacidades “sobrenaturais” (Anderson 1990). Há diversos relatos orais nesses sentidos, relativos a *liurais* e ao reino de Luca.

Conclusão

A narrativa da movimentação das estátuas dos *liurais* do *Monumentu Lifau* de forma sobre-humana, que serve de fio condutor a este capítulo, representa no entendimento dos meus interlocutores, a reposição da ordem pela qual os *liurais* deviam estar simbolizados no monumento e, desta forma, a veracidade histórica do contacto inicial de dois povos - ponto de partida para a colonização portuguesa de quase quinhentos anos. As estátuas representativas dos *liurais* que acolheram os primeiros emissários da Coroa Portuguesa no início do século XVI, integram o monumento central que simboliza a “Comemoração dos 500 Anos de Interação Timor-Leste - Portugal” celebrada em 2015 que é analisada neste capítulo. A alegada solicitação da intervenção de dois interlocutores da *Gerasaun de Luca* no esclarecimento da movimentação das estátuas por parte da organização das comemorações que tem cariz estatal, parece pressupor o reconhecimento da importância político-social da Casa *liurai* de Luca e ilustrar reivindicações de precedência, de nexos de antigas Casas de Luca e Oe-Cusse, de validação dos *liurais* e das antigas Casas face às estruturas estatais (organização das comemorações, RAEOA - ZEEMS e governo da RDTL).

A análise das reivindicações de poder e autoridade dos *liurais* e das suas Casas foi aqui tratada no contexto da relação entre poder local, regional e central, assim como também percorreu distintas visões timorenses sobre a referida comemoração, face ao colonialismo português e a uma conjuntura internacional geo-estratégica da RDTL em que ganharam destaque as relações com Portugal e a CPLP, e com os gigantes regionais: Indonésia e Austrália.

A relação entre Timor-Leste e a Indonésia também ressaltou na minha visita a Oe-Cusse, em que foi dado relevo a um encontro ocorrido em 2017 para resolução de conflitos das

fronteiras terrestres entre os dois países, e em que marcaram presença, para além dos representantes dos dois Estados, os descendentes de quatro *liurais*, a partir do entendimento duma antiga partilha e delimitação do território entre quatro reinos: Oe-Cusse, Kupang, Wewiku-Wehali e Luca, antes da colonização portuguesa. Este evento parece dar ênfase às reivindicações dos descendentes dos *liurais* na actualidade em Oe-Cusse e à contínua ligação entre Casas e antigos reinos, nomeadamente Oe-Cusse, Luca.

Este episódio indicou também a continuidade da relevância de Luca na imaginação política de Timor-Leste. Luca foi um reino expansionista e um centro político e ritual com uma área de influência considerável no Leste da ilha e, porventura, mais além, e permite-nos pensar questões políticas e de poder a partir do Leste do território timorense, e não apenas através de Wehali e do centro-Oeste. Conforme mostrei neste capítulo, através da análise do episódio da movimentação das estátuas em Oe-Cusse em 2015, a ideia de Luca como emanção de poder e autoridade reverbera na contemporaneidade a partir de reivindicações de descendentes de *liurais* de Luca, de narrativas ancestrais que permanecem na memória dos anciãos e *lia nain* de múltiplas Casas, de cerimoniais em locais dispersos e de encontros para delimitação das fronteiras terrestres da ilha que, do ponto de vista dos interlocutores, exigem a presença de representantes da Casa *liurai* de Luca.

CAPÍTULO 3

ALIANÇA E RESISTÊNCIA NO PERÍODO COLONIAL

Como argumentado no Capítulo 2, antes da colonização portuguesa, Luca terá constituído um centro político e ritual com uma ampla esfera de influência. Este capítulo procura iluminar a actividade dos *liurais* de Luca e de que forma o reino de Luca foi descrito e tratado pela documentação colonial portuguesa. A percepção colonial da relevância de Luca terá influenciado as relações dos portugueses com este reino. Procuo analisar também a interacção entre o poder nativo de Luca e o poder colonial português, considerando a recepção dos primeiros emissários da Coroa Portuguesa no século XVI pelas autoridades nativas de Timor, processo que viria a integrar formas de legitimação da entrada dos portugueses no território através da sua aceitação como “irmão mais novo”. A análise da relação dupla que as autoridades nativas de Luca mantiveram com as autoridades coloniais portuguesas desenvolve-se em torno de duas perspectivas. Por um lado, considerando um tipo de relação de aproximação e aliança; por outro lado, considerando um tipo de relação de oposição e resistência ao poder colonial. Esta dualidade de relações será tratada dando atenção a dois focos de análise: um género de objeto, designado por *rota* enquanto símbolo de autoridade nativa e colonial; e um evento histórico - a “Guerra dos Doidos”, no qual Luca teve um papel preponderante. A partir destes dois objetos de estudo, irei considerar de que forma evoluíram as relações entre o reino de Luca e os reinos locais, e em especial, entre Luca e o poder colonial português. Para esse efeito, cruzarei documentação de arquivo colonial com narrativas orais e trabalho de campo.

Veremos de que forma podemos traçar uma história longa sobre o poder de Luca entre os reinos locais através da análise das *rota*; também, veremos como o poder colonial se enredou nesta longa história de poder onde os objetos materiais são preponderantes. Visitaremos também a “Guerra dos Doidos” ocorrida entre o final do século XVIII e o início do século XIX, Para tal, irei tratar diversas perspectivas sobre o evento: narrativas orais; relatos escritos por administradores portugueses e pela historiografia colonial; e análises multidisciplinares contemporâneas sobre o tema.

1. A recepção dos *liurais* aos portugueses e as origens externas da autoridade

Conforme vimos no Capítulo 2, na perspectiva dos meus interlocutores de Uaibobo e de Oe-Cusse, quatro *liurais* dominariam a ilha de Timor no século XVI: *Afoan Sila* que governava Luca/Uaibobo, *Liurai Sila* que governava Webiku-Wehali, *Sombai Sila* que governava Kupang) e *Benoa Sila* que governava Oe-Cusse (Entrevistas de António Tomás Amaral da Costa 2017-2023; Entrevistas de Inácio da Costa 2018). Estes *liurais* são considerados pelos entrevistados como quatro pilares equiparados aos quatro eixos das *Uma Lulik*, quatro domínios de uma unicidade (ilha de Timor), quatro irmãos que repartiam o poder central, quatro antepassados de uma geração que representam a passagem da “era pré-colonial” para a “era colonial”. Para além do recurso às narrativas, à memória e à oralidade, os meus interlocutores também mobilizam alguma documentação histórica europeia publicada, o que constitui um encontro entre a oralidade e a documentação, narrativas do passado e reivindicações do presente.

A recepção da autoridade nativa aos primeiros emissários da Coroa Portuguesa pode ser vista como o momento em que os *liurais* - representantes do poder político nativo - se constituem como os potenciadores e legitimadores da entrada dos portugueses no território e da sua aceitação como o irmão mais novo, vindo de fora por via marítima. Os “forasteiros” são profusamente mencionados nas narrativas de origem de grupos pela intervenção transformadora na constituição de sociedades políticas timorenses (Fox 2008; McWilliam 2011). Segundo Elizabeth Traube (1986, 2011) a mitologia do rei estrangeiro é também compatível com o colonialismo e foi mobilizada para legitimar a governação de reis estrangeiros europeus, no caso específico de Timor-Leste. As entrevistas que realizei parecem corroborar estes argumentos. À luz das entrevistas que fiz, os *liurais* podem ser vistos como os possibilitadores da acção dos missionários dominicanos no território, da introdução do Catolicismo e da Língua Portuguesa na ilha. Nas últimas décadas, estes tornaram-se dois factores identitários muitas vezes referidos como distintivos do povo timorense relativamente aos demais povos da região. Foram utilizados como argumento contra a retórica da hegemonia regional da ocupação indonésia (1975-1999) e celebrados amplamente na “Comemoração dos quinhentos anos de interacção Portugal-Timor” em 2015, tratada no capítulo anterior.

Estas reivindicações podem ser compreendidas à luz da importância que o “estrangeiro” adquire em várias culturas do Sudeste Asiático e, em particular, nas concepções timorenses sobre as origens externas da autoridade política. No debate sobre o “rei estrangeiro”, Sahlins (2008) argumenta que as narrativas do herói estrangeiro original (*stranger king*) funcionam como constituições culturais gerais: a união com o outro, que é também uma combinação elementar do masculino e feminino, dá origem à sociedade como totalidade cósmica que se

“auto-produz”, se não restaurar também uma unidade cosmogónica. Como uma união fecunda de pessoas social e sexualmente diferenciadas, o próprio casamento demonstra o princípio de que a aquisição da alteridade é a condição da fertilidade e identidade. Nas palavras de Sahlins (2008):

“A inclusão social e a distribuição de poderes de vida externa é a forma elementar da vida política e a aliança conjugal é o seu arquétipo experiencial. Mais particularmente, a entidade política do rei-estrangeiro é uma expressão desenvolvida desses princípios, reis-estrangeiros estão para os povos nativos como os parentes por afinidade para os consanguíneos. Todas as características essenciais da realeza de forasteiros - todos os atributos da hierarquia, temporalidade, conflitos de precedência, usurpação, assimilação dos outros, dador de vida e tomador de vida - estão sempre presentes nas relações complementares de afins externos para consanguíneos internos... As formas elementares de parentesco, política e religião são todas uma” (Sahlins 2008, 184).

Neste sentido, em Timor-Leste, concepções diárquicas de poder político e espiritual têm sido exploradas por meio de conceitos como o de origem autóctone (de “dentro”) e origem migratória (de “fora”). Fox (2008) observa que uma das características distintivas das sociedades austronésias é a preocupação com as origens, através da qual as sociedades tradicionais se definem a si mesmas em relação ao passado, sendo essas mesmas origens expressas em “narrativas de origem” – textos mitológicos que constituem uma forma das Casas se situarem na história. Trata-se de uma dialéctica entre o interior e o exterior, já que é recorrente que se considere que algumas “Casas” e segmentos de Casas sejam originários de Timor e outros sejam considerados forasteiros que foram para Timor. O forasteiro pode vir a ser aceite como autoridade política legítima, dado que a sua independência no conflito de interesses dentro de um grupo pode mediar e manter controlados os diversos elementos da política em competição (Bovensiepen 2011, 2014; Hägerdal 2012).

Foi no âmbito deste debate que antropólogos como Traube (1986, 2011) mostraram que os colonizadores portugueses foram concebidos por diversos grupos etno-linguísticos como “irmãos mais novos”, regressados para assumir o poder político, integrando-os assim na sua compreensão do mundo pré-existente, em que o poder ritual era proeminente sobre o político. Para Seixas (2010):

“A presença de qualquer estrangeiro é entendida como um potencial ‘retorno’. Tal é altamente relevante, uma vez que o ‘Outro’ é sempre, pelo menos potencialmente, um antepassado que regressa. Por outras palavras, o “Outro” é potencialmente um alter-ego; o “Outro” é a tradução do Timorense “Eu”. De certo modo, o etnocentrismo é a outra face da tradutibilidade de culturas e, talvez, um não exista sem o outro (Seixas 2010, 15-16).

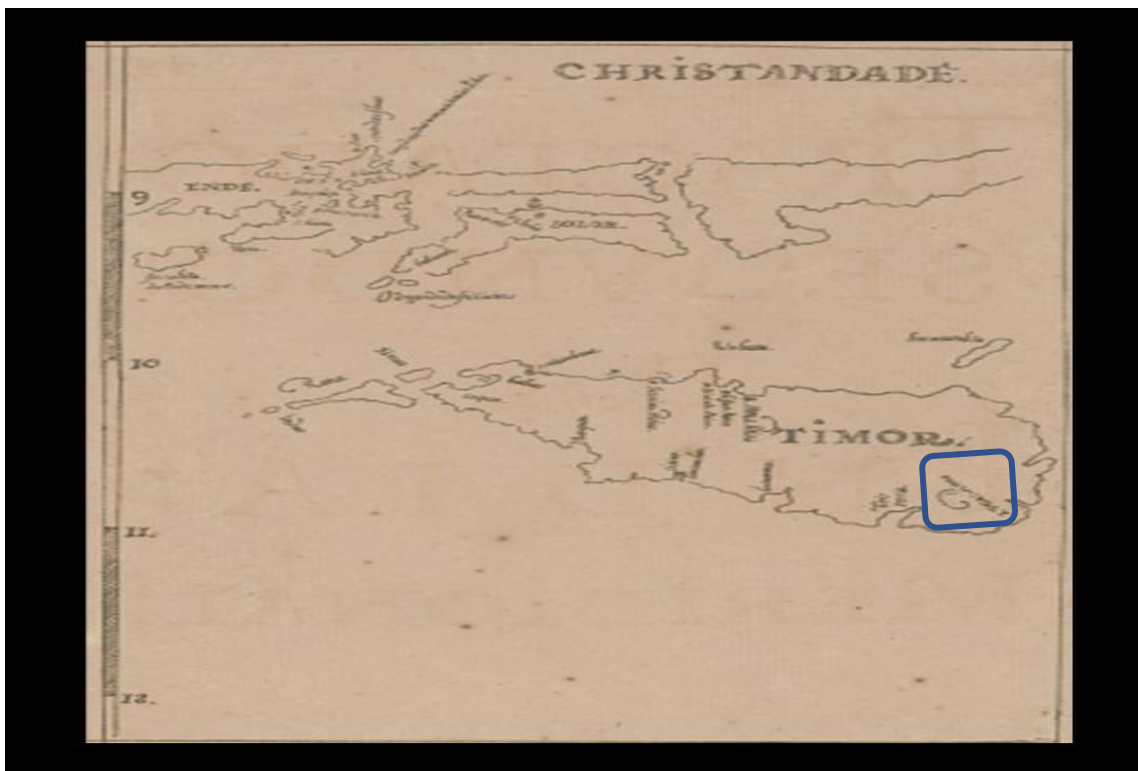
Segundo Traube (1986, 2011), a mitologia austronésia do rei estrangeiro liga ordem

política ao encontro entre a presença indígena e o recém-chegado de além-fronteiras do domínio, frequentemente de além-mar; envolvendo normalmente a transferência do poder formalmente concedido pelas autoridades indígenas ao recém-chegado, que é investido como governante do domínio, enquanto estas mantêm para si a autoridade ritual. As narrativas que dão forma às divisões diárquicas variam: nalgumas narrativas o rei estrangeiro torna-se no líder político enquanto os senhores originais mantêm a autoridade ritual sobre a terra; noutros casos, os recém-chegados usurpam a autoridade ritual e delegam os seus deveres executivos a outras figuras externas. O conteúdo destas narrativas e das reivindicações nas quais se alicerçam difere de acordo com a perspectiva de quem a conta: dos habitantes originais da terra ou dos recém-chegados (Traube 2011, 117). Como também argumenta Leach (2017), as concepções distintas e influentes sobre a identidade nacional enfatizam o papel generativo dos forasteiros, em conjunto com as tradições indígenas.

Como é que estes forasteiros viam os governantes locais e as unidades políticas que estes lideravam? Podemos tentar responder a esta pergunta através da forma como o reino de Luca era referenciado e percebido na documentação portuguesa antiga.

2. Luca na antiga documentação portuguesa

Figura 8. Mapa de Timor de Eredia



Fonte: Eredia (1613, 114).

O primeiro mapa europeu sobre Timor de que tenho conhecimento que assinala Luca é o do geógrafo Manuel Godinho de Eredia, que data de 1613. Eredia obtivera uma licença para descobrir e reger ilhas auríferas nos limites das possessões da Coroa Portuguesa, assim como na contracosta de Timor por via do alvará que lhe foi concedido pelo Vice-rei da Índia, Aires de Saldanha. Neste mapa, Luca surge como um dos cinco reinos mencionados, mas é o único escrito com letra maiúscula em toda a ilha. Na Costa Norte são mencionados cinco locais, nomeadamente os reinos de Mena, Lifau e Servião. Na Costa Sul, o único reino com essa menção é Luca, na grafia **LVCA**, em maiúsculas e a negrito. Ainda na Costa Sul surgem mais outros seis locais. Cupão e Babao aparecem representados na extremidade oeste da ilha. Esta visibilidade gráfica do nome do reino de Luca poderá ser interpretada como reflexo da sua relevância na ilha. Ainda que Luca se situe na Costa Sul de Timor, a sua localização ainda está imprecisa, demasiado para Leste, o que é natural nas primeiras representações cartográficas dos territórios fruto das explorações geográficas iniciais. A procura do ouro e de almas para conversão ao Catolicismo eram duas demandas no reino de Luca, nestes tempos embrionários da colonização portuguesa de Timor²⁵.

Neste período inicial da colonização portuguesa até ao século XVII, os reinos de Luca e Mena são mencionados nas fontes coloniais como tendo sido os lugares escolhidos para os missionários dominicanos se instalarem, talvez também devido à influência local destes reinos (Fernandes [2016] 1931, 32; Jacobs 1988, 166-174; Leitão 1952, 9-10, 28-29); Luna de Oliveira 2004 [1949], vol. I, 93, 127, 138-139; Matos 1974, 55; Matos 2006, 7; Matos 2015, 113-135; Teixeira 1957, vol. IV, 445, 448). O reino de Luca é assim mencionado nos finais do século XVI como um dos reinos da Costa Sul a ser evangelizado pelos Dominicanos que nesta altura se organizavam em dois grupos que estendiam a influência da Igreja Católica nas zonas costeiras a Sul e a Norte (Fernandes [2016] 1931, 32; Matos 1974, 55). A gestão política estaria entregue a um capitão de Solor e Timor, nomeado em 1585. Esta penetração dominicana na ilha de Timor surge na sequência da conversão ao Catolicismo de centenas de nativos em Solor e Flores (Larantuca) em meados de Quinhentos, acompanhando a expansão dos mercadores portugueses nas ilhas. Os missionários dominicanos que terão ido na esteira dos mercadores, obtiveram junto da Coroa Portuguesa a exclusividade da evangelização em toda a região. A sua acção em Solor, Timor, Larantuca e Ende surge integrada na penetração portuguesa e cristã nestas ilhas, que estes primeiros missionários dominicanos passam a liderar. As ordens

²⁵ Veja-se o levantamento da documentação colonial sobre Luca que fiz e que consta no Anexo B desta tese.

religiosas no Oriente acreditavam que os maiores sucessos da cristianização se efectivavam junto de populações animistas, em áreas onde a influência muçulmana tinha pouca expressão, entre populações mais isoladas na Insulíndia Oriental. O trajecto e o projecto colonial convergiam com a dilatação da fé, os interesses mercantis e a expansão política. Os poderes espirituais e temporais articulavam-se. A evangelização contribuía para a coesão política e a expansão comercial, assim como beneficiava dos caminhos trilhados pelos mercadores (Coutinho 2013; Lobato 2000). A influência preponderante dos dominicanos na área manteve-se no século XVI e XVII e os capitães nomeados pelo vice-rei da Índia só governavam efectivamente com a chancela dos religiosos.

A evangelização inicial das elites de Luca pode talvez atribuir-se à actividade de Frei António de São Domingos em 1641. Após a construção de uma igreja em Luca por esta altura, frei António de S. Domingos terá baptizado a *liurai feto* de Luca, um filho menor, a aristocracia e muito povo (Cácegas e Santa Catarina 1866, 679). Há também notícia de que, por volta de 1658, dois padres jesuítas vindos da província do Japão almejavam missionar no reino de Luca, segundo uma carta de Frei Matias da Maia em 1661:

“Tiverão emformação que em hum lugar que está no cabo da ilha de Timor se podia fazer huma boa christandade. Este hé o reino de Luca, povoado de muita e boa gente de boa indole, cujas terras são as melhores e mais sadias de toda a ilha de Timor, e sua rainha sempre pedio Padres. E em tres occaziões que acazo ali forão dous religiosos de São Domingos e hum clerigo de Macao, forão bem recebidos da rainha e baptizarão alguns de seus vassallos. Mas depois não tratarão ou não poderão tratar de continuar missam naquelle reyno. Pello que se resolveo o Padre João Nogueira, que era superior da residencia de Macassar, em fazer esta missão, a quem se offereceo por companheiro o Padre Pero Francisco em quanto não tinha occazião pera a provincia de Cochim aonde pertencia e donde era chamado” (18 de Fevereiro de 1661, Carta Anual de Fr. Matias da Maia SJ, Provincial do Japão para Fr. Goswin Nickel, Roma. Macau, 166-174) in Jacobs 1988, 169-170).

Em 1667 surge nova referência a outro padre, frei Bernardo Sarmiento que teria ido missionar em Luca (Cácegas e Santa Catarina, 1866, p. 298). Nesses tempos, com efeito, Luca terá constituído um dos pólos de atracção da actividade missionária. É o que sugere o facto de Frei Manuel de Santo António, pouco após ter desembarcado em Lifau e recém-nomeado Superior das Cristandades de Timor, ter escolhido fixar a sua residência no reino de Luca durante cinco anos, no tempo em que aí reinava o *liurai* D. Sebastião Fernandes. Frei Manuel de Santo António viria a ser o primeiro bispo de Malaca a residir em Timor, entre 1705 e 1722 (altura em que foi expulso da ilha), desempenhando altos cargos eclesiásticos e de influência

política, nomeadamente como governador interino (1719-1722). Em carta de 1702, este missionário referiu-se assim aos sucessos alcançados na conversão das gentes dessa região:

«A bondade divina me Concedeo q' co' a minha vinda se Convertesse o Reino todo de Luca, de Viqueque, de Biblilutu [Bibiluto], de Lacoluta [Lacluta], de Dailor, e de Vaïçoro [Vessoru]; e nos outros m.tos Lugares Subordinados a estes ditos Reinos, tenho bautizado Os grandes, e m.ta parte do povo, Levantando nelles hermidas, e pondo catequistas” (1702, Carta de frei Manuel de Santo António ao rei D. Pedro II).

Os esforços iniciais de dominação por parte dos portugueses ter-se-ão concentrado nas zonas costeiras de Timor e, segundo Barnes, Hägerdal and Palmer (2017), essas diligências focaram-se sobretudo mais nas costas Oeste e noroeste da ilha de Timor. No caso da parte oriental da ilha, a actividade colonial terá obedecido mais a demandas comerciais e missionárias. No contexto das disputas entre macassares, topasses, portugueses e holandeses em 1660 pelo domínio da costa nordeste, volta a surgir referência ao reino de Luca. Na missiva de um oficial da Companhia Holandesa das Índias Orientais (*Vereenigde Oost-Indische Compagnie*, VOC), dirigida para a sede da Companhia em Batavia, alegava-se que os portugueses não podiam reivindicar Ade (Vemasse) e Manatuto porque, historicamente, estes territórios eram tributários de Luca e estavam sob o seu domínio. Mais tarde, contudo, Ade e Manatuto teriam hasteado a bandeira holandesa até ao ataque e ocupação das tropas topasses em 1668 (Barnes, Hägerdal and Palmer 2017). Estas duas zonas teriam sido os principais locais estratégicos na costa nordeste de Timor, o que sugere juntamente com as tradições orais relativas a Vemasse e diferentes áreas geográficas de Timor, que Luca teria uma rede política abrangente. O poderio português ter-se-ia difundido gradualmente pelo leste de Timor e os esquadrões topasses teriam cercado o extremo Leste e prosseguido pela costa Sul a partir de 1670, mas segundo Barnes, Hägerdal and Palmer (2017) não teriam atacado Luca, possivelmente por haver entendimentos políticos prévios com topasses e portugueses. A *Relação aos confrades da província de S. Pedro de Alcântara*, de frei João da Câmara, de 1670 (Teixeira 1957, vol. IV, 448), noticia que o capelão das tropas topasses ou “portugueses negros” se encontraria no reino de Luca a catequizar a *liurai feto* a pedido desta.

Luca enquanto reino catalisador de poder ritual e político poderá ter sido visto pelos missionários portugueses como uma forma de entrada em Timor. Simultaneamente, Luca também poderá ter considerado os missionários instrumentais para o reforço do seu poder.

A percepção lusa da relevância de Luca terá certamente moldado as relações dos portugueses com o reino de Luca. É possível que esta forma portuguesa de ver o reino de Luca como um dos reinos mais importantes no Leste da ilha, a par da escassez de recursos com que

o governo colonial português se debatia, tenham contribuído para a formação de alianças políticas e militares. Convido agora a fazermos uma viagem sobre esta temática, tomando como ponto central as *rota* como símbolo de autoridade.

3. Luca e a autoridade emanada dos portugueses

Como mostra Ricardo Roque (2010, 2011), sobretudo a partir do século XVIII, é difícil separar a dinâmica timorense de formação de autoridade ao nível dos *reinos*, da intromissão promovida por governadores, oficiais e missionários portugueses nas lógicas políticas timorenses.

A administração colonial portuguesa teria iniciado a distribuição de patentes militares e títulos à elite indígena aliada por motivações políticas, no início do século XVIII. Segundo o Documento Sarzedas²⁶ (1811 04 28, AHU), essas patentes constituir-se-iam para os *liurais* mais como um tipo de investidura, por parte do governo colonial, para o exercício da jurisdição e poder dos *liurais* e como símbolo de vassalagem, do que uma patente militar. Segundo Janet Gunter (2010, 289) essas patentes eram simbolizadas no centro da ilha por uniformes militares, mas no Leste eram representadas por *rota* em forma de ceptro, entregues à aristocracia aliada do poder colonial. O antropólogo Shepard Forman (1977) sugere que Luca e Vemasse se encontraram entre os primeiros reinos do Leste a receber as patentes em 1702. Segundo Susanna Barnes (2016, 63, 66-67) e Gunter (2010, 289-291), este sistema ter-se-ia estendido através dos territórios aliados de Luca na parte oriental da ilha, incluindo os poderosos reinos vassalos de Vessoru e de Ossu-Ossurua (Ossoroa), formando um sistema de “autoridade telescópica” e de relações de vassalagem simbolizadas pela posse da *rota*. A aliança com a Monarquia Portuguesa²⁷ (T: *Monarkia*) terá contribuído para fortalecer o poder regional de Luca, o qual terá atingido o seu auge no século XVIII (Palmer 2015, 57; Soares 2003, 45-53). Segundo Hägerdal (2012, 80), algumas narrativas sugerem mesmo que o reino de Luca permaneceu um

²⁶ No amplamente conhecido Documento Sarzedas, “Os governadores de Timor têm dado patentes de tenentes generaes, brigadeiros, coroneis aos reis e de tenentes coroneis, sargentos mores, etc., aos datós... menos poderosos; isto parece que teve o seu principio no anno de 1701, em que o governador Antonio Coelho Guerreiro por motivos politicos deu patentes de coroneis e reis aos datós principaes ou reis mais poderosos de vinte povoacoes, e a outros datós... menos poderosos e de menos povoações patentes de coroneis, sargentos mores, etc... enquanto a mandar passar as patentes que se costumam aos reis e mais datós..., porque a este respeito devera observar o costume; pois parece que estas patentes são mais uma especie de investidura que elles procuram d'esse governo, para poderem exercitar a sua jurisdicção e poder, e como um signal de vassallagem, do que uma patente militar” (1811 04 28, AHU).

²⁷ Soares afirma também que em 1702, um ano depois dos Portugueses terem estabelecido governo em Lifau, os governantes locais do Leste foram chamados a fazer um juramento em que aceitavam a governação portuguesa, seguido por outro juramento em Soibada, em 1703, em que os governantes se comprometeram a governar sob a alçada da bandeira portuguesa e o governo colonial a respeitar as tradições, leis e costumes timorenses (Soares 2003, 89; Palmer 2015, 116).

reino influente até ao século XIX, ligado ao domínio Tétum.

Entre o século XVIII e o início do século XX, conforme a análise de Roque (2010, 2011), os Portugueses tentaram garantir a centralidade política e a subordinação das chefias nativas através de mecanismos de vassalagem. Apesar de o *liurai* ser eleito no reino por um conselho de *principais e dados*, essa legitimação tradicional só estava completa com a confirmação "colonial" do seu posto pelo governador português. O *liurai* ou a *liurai feto* era o/a “representante tradicional da autoridade jurídica timorense no domínio da lei, da guerra e da justiça e o legítimo representante colonial da autoridade do governo português em Díli” (Roque 2011, 99). Este último por sua vez esperava retorno da realeza timorense na forma de lealdade e tributos em homens e valores. Por ocasião da confirmação “colonial” das chefias nativas, o governador concedia ao eleito os títulos de *rei*, *Dom* e *coronel*, ao mesmo tempo que lhe passava as insígnias da sua nova autoridade e símbolos máximos do poder jurídico: um bastão ou ceptro (T: *rota*) e uma bandeira portuguesa. A vassalagem era co-constituída na ritualização duma relação recíproca de trocas, em cujo contexto as dádivas coloniais de autoridade eram transmitidas via símbolos do poder jural (Roque 2010, 2011, 107):

“Em Timor-Leste, o exercício da autoridade política, jurídica e militar dos timorenses encontrava-se, portanto, intimamente dependente de mecanismos cerimoniais de formação da autoridade introduzidos e mantidos pelos colonizadores portugueses. Todavia, também a autoridade dos europeus se encontrava dependente das energias geradas por este mesmo sistema...

O sistema de vassalagem dava força a uma pluralidade de autoridades nativas independentes que, por força do poder de que se consideravam investidas, podiam achar-se em posição de ignorar, recusar, ou mesmo disputar directamente a posição e a autoridade do governador colonial... podiam considerar-se a si mesmos como possuidores de um *status equivalente* ao governador em Díli, porque a fonte última do poder que envergavam residia - tal como a fonte do poder do governador - numa entidade invisível e distante, *El-Rei* (o rei de Portugal)... A lealdade dos reinos expressa pela vassalagem coexistia, de modo tenso, com outras redes de lealdades formadas por afiliações míticas e genéticas e alianças matrimoniais entre casas e reinos” (Roque 2011, 101, 103).

Os objetos designados por *rota*, possivelmente postos em circulação nestes contextos, foram uma parte fundamental destes mecanismos.²⁸ Gunter (2010, 289) faz equivaler o conceito de *rota* ao ceptro, ligado aos europeus. No entanto, como argumentam Roque e Sousa (2020), o interesse indígena em beneficiar do poder estrangeiro imbuído em objectos diferenciados é

²⁸ Em Timor-Leste, as *rota* permanecerem guardadas nas *uma lulik* como objectos sagrados e a sua exibição ocasional continua até à actualidade. Muitos *liurais* actualmente continuam a considerá-las símbolos políticos representativos de uma aliança entre os *liurais* e os seus súbditos, na medida em que o juramento recíproco feito por representantes do *reinu* (Pt: súbditos) e o *liurai*, na cerimónia de recepção da *rota* poderia reforçar um sentimento de pertença de grupo (Gunter 2010).

anterior à chegada dos europeus. Esse interesse reflectia a potência geralmente atribuída nas sociedades do Sudeste Asiático aos símbolos de estatuto, poder e autoridade real vindos de fora, como sugeriu inicialmente Janet Hoskins (1997). Desta forma, uma multiplicidade de objectos de fora viu-se associada a reivindicações locais de poder e governação. Mas a política europeia de disseminação de ceptros e bandeiras pode ter em parte substituído os símbolos tradicionais pré-existentes (Roque e Sousa 2020).

“Desde o século XVIII, e intensamente na virada do século XX, a criação e circulação de cetros-*rotas* e bandeiras portuguesas teve papel relevante nas disputas entre linhagens timorenses por superioridade e por autoridade político-ritual independentes. Tais disputas geralmente envolviam formas complexas de lealdade e oposição entre “reinos” menores e maiores, que às vezes tinham menos a ver com os colonizadores portugueses do que tinham com rivalidades e reivindicações locais de hegemonia e centralidade política (por vezes concorrentes e alternativas aos portugueses). No caso das regiões de Matebian e Viqueque, esse processo é particularmente notório no que diz respeito à centralidade duradoura do domínio ou “reino” de Luca. O chamado reino de Luca, embora muitas vezes mantivesse algum tipo de afiliação ou aliança com a autoridade dos portugueses, reivindicava na verdade um género alternativo de supremacia simbólica... Luca possuía desde tempos antigos uma galáxia independente de outros “reinos” e/ou linhagens que lhe eram tributários e subordinados” (Roque e Sousa 2020, 72).

Roque e Sousa (2020) argumentam que as *rota* poderiam ter várias materialidades possíveis, desde que o investimento de poder no objecto fosse realizado mediante os rituais apropriados e os circuitos de concessão de autoridade imanente de Portugal e de Luca para os seus reinos subsidiários fossem respeitados. A exemplo disso, o pequeno reino de Ossucaï'ua que devia homenagem a Luca e aos portugueses demonstrou a sua oposição a Luca recusando o ceptro-*rota* que este lhe tinha concedido - símbolo da relação tributária, prestando reverência a outra forma de *rota* – “*lita*” (P: pedras mágicas) que incorporava o poder dos espíritos guardiões da terra. Acusando Ossucaï'ua de bruxaria, Luca e os portugueses arrasaram o pequeno reino (Gunter 2010, 289).

O caso de Afaloicai é paradigmático. A bandeira ligada a Portugal e à *monarkia* e as pedras atribuídas por Luca e suas Casas satélites formavam signos de poder de origens externas a Afaloicai. Duas *rota* constituíam um par inalienável e único para a Casa Soko Lai Mau Besi, e cuja posse representaria o alto estatuto e autoridade da casa. Assegurava a ordem social e a unidade de um reino. A *rota* materializada em bandeira ligava-se à *monarkia* (portuguesa) e em pedras associava-se ao domínio de Luca, num dualismo complementar de dois “mundos-objectos”, duas temporalidades hierarquizadas por relações de precedência. Apesar de ambas serem tipos diferentes de “autoridade externa-interna”, as pedras de Luca são entendidas como

uma forma de poder indígena, uma autoridade mais profunda, interna e autóctone, anterior à chegada dos europeus e dissociada dos seus circuitos de autoridade. “As *rota* de pedra sobrepunham o poder político e o poder ritual e tinham precedência histórica e sócio-simbólica sobre a bandeira” (Roque e Sousa 2020, 5).

Esta análise é compatível com o trabalho de terreno realizado por Janet Gunter (2010) na zona a leste do Monte Matebian. Gunter realçou “a agência timorense na sua incorporação em novas hierarquias, inicialmente com base em tributos simbólicos e, mais tarde, com base em negociações directas com o poder colonial” português; acrescentando ainda: “A ‘legitimidade’ dessas hierarquias parece estar localizada numa apropriação mimética do que se acreditava serem símbolos portugueses” nomeadamente da monarquia (Gunter 2010, 282). No entender de Gunter (2010, 289) a “apropriação complexa e criativa” das *rota* portuguesas pelos timorenses destinar-se-ia originalmente a simbolizar “uma aliança vinculativa à governação portuguesa”. As *rota* trouxeram o reconhecimento, mas também a obrigação de recolher e prestar tributo. Representantes de pequenos reinos e aldeias, assim como indivíduos mais empreendedores e mais consentâneos com o projecto colonial português tornaram-se numa “nova geração de *liurais* e interlocutores” (Gunter 2010, 292) à medida que o aparelho militar português se expandia.²⁹ A posse e manipulação das *rota* seriam regalias do *liurai*, um instrumento do seu poder de governar e um marcador, nas palavras de Roque e Sousa (2020, 75), de “hierarquia social no domínio, servindo para ordenar o estatuto relativo das linhagens através de relações de ‘respeito’. As origens históricas das *rota* estavam assim associadas talvez às origens históricas da ordem e da paz; consequentemente, estas últimas continuavam sendo asseguradas através de relações de respeito e reverência para com o *liurai* e sua *rota*”.

Tendo em conta a ancestralidade e influência política e ritual do reino de Luca na parte oriental da ilha e aceitando a hipótese de que algumas *rota* presentes nas *Uma lulik* serem anteriores à chegada dos portugueses, é provável, como argumentam Roque e Sousa (2020), que Luca concedesse *rota* sob diversas materialidades aos seus reinos satélites enquanto símbolos de autoridade e de poder de governação. Com efeito, narrativas orais de diferentes casas em locais distintos de Timor, e.g. Quelicai, Ossu e Ermera, relatam que Luca lhes deu a *rota* directamente ou lhes concedeu uma *rota* “mãe”, para que o centro político-ritual associado

²⁹ Quanto à origem das *rotas* enquanto símbolo de autoridade, Gunter (2010, 291) interroga-se se os bastões de rotim (espécie de vime) ou ceptros já seriam utilizados na Indonésia oriental quando os portugueses começaram a distribuí-los como símbolos de vassalagem e patente militar; ou se chegaram a Timor, no século XVII, através dos topasses oriundos das Flores. Schulte Nordholt (1971) por seu turno alude à utilização de bastões de rotim chamados “*uel*” como um símbolo tradicional de autoridade, entre os Atoni em Timor Ocidental.

distribuísse cópias pelas respectivas casas (Entrevistas de Clementino dos Reis Amaral 2018-2019).

É exemplar a este respeito um dos relatos orais que recolhi durante o trabalho de campo. Em entrevista a Amaral da Costa, de Uaibobo, ele apresentou esta ideia, relatando a seguinte história sobre o passado de Luca:

“Depois de 1225 até 1640 só Luca é que vai dividir a *rota* para todo o território... de Timor... E também as nossas pessoas.

Depois os portugueses vêm e também não é directamente que governavam, mas... educa[m] a Igreja, implementam a Igreja ao lado dos *liurais*... Porque... é que os portugueses chegaram cá, aqui [a Luca] em primeiro lugar? Porquê a nossa governação aqui, todos os *datos*, oito *datos* vêm ouvir ordens aqui em Luca?...

Estas pessoas que vêm de Luca é que vêm governar esses locais em toda a parte..., porque... mont[aram] aquele [sistema de] estafeta[s], uma casinha pequenita aqui e o outro recebeu ordem do *liurai* e saiu com aquele cavalo, fugiu até à chegada aqui, falou assim: - O *liurai* diz assim, assim, assim. Mandou a Oeste, o outro *liurai*. O outro *liurai*... E é esta coisa que nós vamos praticar na montanha [na Resistência]...

Antigamente, o nosso *liurai* aqui é Webiku–Wehali... o cargo de Webiku-Wehali: ... Nai Loro - Nai Ratu - Nai Dato - Nai Lou. Mas depois transforma[-se] em 1 de Dezembro de 1640 por causa de Portugal... Em Angola, em Moçambique, todos esses *liurais*, transformou[-se] tudo só numa bandeira de Monarquia. [De] Webiku–Wehali transformou[-se] para a Monarquia. [Como bandeira e] como instituição. O cargo do *liurai* monarquia: nomearam um *liurai* coronel. O nosso Luca é o coronel e os que nós montámos é o tenente-coronel, o tenente-coronel vai montar o major, o major vai montar o capitão (o major já é chefe de *suco*) e reconhecer a Casa *lulik* de cabo-reino povoação. Esta coisa de oito partes é do cargo de monarquia... Então em 1702, em Luca o nosso... avô [antepassado] é o primeiro nomeado para Dom” (Entrevistas de António Tomás Amaral da Costa 2017-2023).

Amaral da Costa refere-se neste trecho à expansão político-territorial de Luca que é feita pela atribuição das *rota*. As *rota* dão o poder de governar e criam alianças políticas e relações de vassalagem entre Luca e uma multiplicidade de reinos satélites, com um sistema de comunicação próprio, de 1225 até 1640. 1640 marcaria a passagem para o sistema político da monarquia com os *liurais* sob a bandeira da Monarquia Portuguesa e já não sob Wewiku-Wehali; e da atribuição das patentes.

A uma expansão de pessoas que partem de Luca para governar, junta-se uma expansão de símbolos de governação, como me explicou também Clementino dos Reis Amaral:

“Porque é que Luca era assim tão respeitado por todo o Timor, porque governava quase todo Timor? No oriente [da ilha de Timor] é tudo parte dele e no ocidente também. Todos queriam ter um bastão, *rota* de Luca, mas como é que era muito difícil de mandar fazer, cada um fazia e depois puseram lá que foi o rei de Luca é que nos ofereceu... porque estavam muito longe. Os reis de Luca sabiam do seu poder...

Já três [representantes] me vieram convidar [para assistir à inauguração da *Uma Lulik*] de Quelicai, Ossu e Ermera. Eles é que disseram que foram os nossos avós que... deram essa *rota*. Não era a *rota* toda, era a cabeça e a parte final para ele guardarem” (Entrevistas de Clementino dos Reis Amaral 2018-2019).

Martinho de Menezes – um dos interlocutores de Janet Gunter (2010) e de Roque e Sousa (2020) da aldeia de Oekilari (Afaloicai-Baguaia) – sugeriu que as *rota* eram entregues primeiro aos povoados mais populosos, que depois as distribuía pelas *uma kain* (termo Tétum que significa agregado familiar) por ordem de importância. A *rota* de cada casa teria uma designação específica associada, que traduzia patentes militares portuguesas (e.g. tenente, *cabo-reinu*). Certas comunidades obtiveram diferentes centros de diferentes reinos com posições políticas mais elevadas (Gunter 2010, 191).

Nos finais do século XIX e inícios do século XX terá havido o que pode ser considerada uma segunda vaga de distribuição das *rota*. A proliferação secundária das *rota* para áreas periféricas para o nível da casa leva Janet Gunter (2010) a interrogar porque é que este processo ocorreu e se terá resultado da iniciativa do governo colonial, de reinos timorenses poderosos ou de pequenas comunidades. Metzner (1977) sugere que 1900 foi um período de grande mudança demográfica, de aumento do povoamento disperso, um período de desenho das fronteiras. Este processo pode então ter sido uma tentativa das elites de consolidarem a autoridade política e a colecta de tributos de uma população cada vez mais dispersa. Em alternativa pode ser produto de uma geopolítica de administração colonial mais efectiva no território timorense, desenhada pelo governo colonial com os *liurais* dos novos reinos dominantes, como Vessoro, Ossuroa (Gunter 2010) e Vemasse, face à perda de poder de outros reinos e *liurais*. Vemasse foi ascendendo à proeminência regional e terá recebido a *rota* directamente dos portugueses, em vez de a receber através de Luca como anteriormente (Barnes, Hägerdal and Palmer 2017; Palmer 2015).

A influência emergente da nova geopolítica centrada nos portos comerciais e nos reinos da costa norte - nomeadamente Vemasse, Laleia e Manatuto – também deve ser tomada em linha de relativamente à perda de poder do reino de Luca a partir do fim do século XVIII (McWilliam 2007; Palmer 2015). O poder de Luca terá entrado em declínio após as primeiras revoltas das elites deste reino contra a administração colonial portuguesa, a saber: a revolta de “Camenaça-Cailaco” no primeiro quartel do século XVIII e, sobretudo, a chamada “*Guerra dos Doidos*” que terá ocorrido entre o final do século XVIII e o início do século XIX. O episódio da chamada “*Guerra dos Doidos*”, hoje ainda recordado pelos membros da *Gerasaun de Luca*, é emblemático a este respeito e será objecto de estudo já a seguir.

4. A “Guerra dos Doidos”

Numa das longas conversas que mantive com Amaral da Costa em 2017, o meu interlocutor apresentou uma narrativa histórica sobre a “Guerra dos Doidos”, um episódio que se afigurava central ao seu entendimento do passado histórico de Luca. Esta narrativa tinha início com a alegada intenção do então governador português António Coelho Guerreiro (1702-1705) de mudar a capital de Lifau para Díli. O *liurai* de Luca, à época D. Sebastião Fernandes (1702-1726) teria colocado à disposição do governador terras em Vemasse que se prolongariam até Baucau, para o estabelecimento da capital dos Belos. Mas dado que o *liurai* antecessor Na’i Lo Leki (1670-1682) expulsara os missionários católicos de Luca para Soibada no reino de Samoro, o governador, desconfiado, não teria aceite a oferta e a capital dos interesses portugueses em Timor acabaria por deslocar-se para Díli (Entrevistas de António Tomás Amaral da Costa 2017-2023).

Amaral da Costa parece mobilizar e incorporar na história de Luca um acontecimento ocorrido em 1769, com o governador António José Teles de Meneses (1768-1776) que deslocalizou a capital dos interesses portugueses em Timor, de Lifau (Oe-Cusse) para Díli, após guerra aberta com os Costa e Hornay, Casas poderosas de Oe-Cusse, como vimos no Capítulo 2. A baía de Díli terá sido colocada à disposição do governador pelo *liurai* de Motael, a troco de benesses e protecção portuguesa. Díli tornou-se durante dois séculos o centro do poder colonial português, no Leste de Timor. A transferência do centro não foi pacífica, face aos numerosos reinos de Timor oriental encabeçados por *liurais* com interesses próprios, alianças e antagonismos antigos, e às ambições ao poder político entre religiosos dominicanos que terão estado na origem do assassinato deste governador. A mudança da capital também potenciou novas associações e disputas dos reinos, de antigos poderes locais, nomeadamente de Luca (Roque e Coutinho 2021), como veremos a seguir.

Retomando a narrativa de Amaral da Costa sobre as relações entre D. Sebastião Fernandes e o governador, ele refere contradições entre ambos, medição de forças de poder, a saída do *liurai* para Uaibobo e a nomeação do irmão D. Matias Amaral – Leki Saki como *liurai* (1726-1731) (Entrevistas de António Tomás Amaral da Costa 2017-2023).

Segundo Amaral da Costa, o *liurai* D. Matias Amaral terá celebrado matrimónio com a esposa de origem chinesa (o meu interlocutor reforçou a importância das mulheres chinesas e portuguesas nos casamentos entre homens nativos e mulheres estrangeiras). Dessa união nasceu António Aveiro do Amaral Tem (nome de baptismo) mais tarde *Liurai* Saki Rai Olo (nome nativo), que terá governado entre 1731 e 1760. Teve três filhas e dois filhos. O filho, D.

Sebastião Amaral / Olo Sak iniciou a “Guerra dos Doidos”. Olo Sak foi substituído na governação de Luca por D. Tomás Amaral / Loi Sak. A irmã mais nova de D. Tomás Amaral, D. Ana do Amaral (1795-1825) teve um filho chamado D. Afonso da Silva Castro que começou a primeira governação em Ossuroa e que também se revoltou. D. Maria do Amaral / Hare Sak-manek (1825-1850) apelidada pelos portugueses de *Funu Nain* (Pt: Senhora da Guerra), não se terá casado e revoltou-se contra os portugueses durante três anos em Luca, na metade de *lorosae* (T: parte oriental da ilha). A outra irmã, D. Sae Sak casou com o *liurai* Humberto Simão de Vessoro-Uatolari. O filho de ambos, D. Simão Humberto revoltou-se contra o *liurai* Mateus da Costa, de Viqueque, mestiço de Larantuca. As negociações entre D. Mateus da Costa e o governador colonial português teriam resultado na prisão de D. Simão Humberto em Ataúro. Regressado de Ataúro, D. Simão Humberto governou em Hera e casou com “filhas de Ermera”. O meu interlocutor não soube mais informações dele, mas eu recuperei novos dados sobre este segmento familiar que constam do Capítulo 1, nos trechos sobre a *Uma Matahu*. Em suma, Saki Rai / D. António Aveiro do Amaral Tem contará com três revoltosos entre os seus descendentes: o filho D. Sebastião, a filha D. Maria Amaral e o neto D. Afonso da Silva Castro. (Entrevistas de António Tomás Amaral da Costa 2017-2023).

Através do relato do episódio da “Guerra dos Doidos”, Amaral da Costa traçou a genealogia de uma geração de resistentes provenientes duma mesma origem: Saki Rai e desenha uma narrativa de resistência à dominação portuguesa através dos *liurais*. Cruzou também a narrativa do grupo de origem de Luca – *Uma Wedah Canlor* com as intersecções segmentares de Uaibobo, iniciada pelo filho de D. Tomás Amaral do qual o meu interlocutor herdou o nome Tomás Amaral; mas também de Ermera - *Uma Matahu* iniciada por D. Simão Humberto.

“1760-1781 – D. Sebastião Amaral é que faz a guerra. Dizem que D. Sebastião continua com o pensamento do Lo Lekí [contra a presença de missionários em Luca]. Diz que cedo ou tarde, os *datos* [e] a Casa *Lulik* já não têm direito[s], têm que pagar os impostos, *fintas* que os portugueses estavam a pedir. Como as populações não conseguiam pagar, as populações de Bobonaro e Suai incitaram-no para se revoltar contra os portugueses, para não serem eles a governarem as populações, mas eles a governarem-se a si próprios” (Entrevistas de António Tomás Amaral da Costa 2017-2023).

O meu interlocutor faz várias referências à resistência do Animismo timorense ao Catolicismo colonial, à reacção da *Uma Lulik* contra a Igreja Católica e contra a negação colonial da existência de um sistema de crenças timorense que caracteriza como superstição, num acto de violência perpetuado na longa duração do colonialismo português.

A recusa ou a impossibilidade dos *liurais* e das populações pagarem os impostos exigidos pelo governo colonial, quer fosse no reino central de Luca quer nas jurisdições e áreas de

influência por vezes tão longínquas como Bobonaro, Suai (próximo da fronteira com Timor Ocidental) e Manufahi, em conjunto com a resistência espiritual acima mencionada terão, nos termos do meu interlocutor, impulsionado esta revolta contra a dominação colonial portuguesa. Mas também representa um testemunho significativo da importância que Luca tinha antigamente.

Especificando a acção dos *liurais* e no que concerne à sua conotação de “doido” dada pelos portugueses a D. Sebastião Amaral, Amaral da Costa refere estar ligada ao facto da mãe do *liurai* ser mestiça timorense-holandesa e D. Sebastião ter o nome holandês de *Do Ido* - daí o epíteto de doido. Há também outras referências a origens de fora desta família alargada. Na revolta, a maioria da população de Luca ter-se-á deslocado para Lacluta e Ossu. Descendentes da casa reinante fixaram-se em Uaibobo e Ossuroa. O Monte Perdido terá essa designação pela revolta iniciada por D. Sebastião e porque ele e as populações ter-se-ão refugiado para esta região, onde o *liurai* de Luca se terá “perdido” ou escondido com os seus familiares. Sobre o sucessor de D. Sebastião Amaral, António Amaral da Costa apresentou a seguinte visão:

“Foram os portugueses que deram o poder a D. Tomás do Amaral, disseram que D. Sebastião já não quer assumir o cargo, então o irmão mais novo é que vai assumir. Como descendente de D. Tomás do Amaral, eu é que tenho maior credibilidade. Nos encontros familiares dizem: - Tu és aquele em que os *malae* acreditam” (Entrevistas de António Tomás Amaral da Costa 2017-2023).

Amaral da Costa pertence ao segmento familiar periférico de Uaibobo. Dada esta relativa posição secundária, é possível ler nesta fala uma reivindicação de centralidade do seu segmento periférico, quer por referência à sua descendência do tronco familiar central do grupo de origem de Luca, quer por referência à relação colonial de nomeação de D. Tomás Amaral pelo governador e a respectiva atribuição da *rota* (símbolo de poder), cooptando de certa forma o centro para a margem e a margem – a si próprio e ao seu segmento familiar periférico para o centro da acção e da importância. Esta reivindicação de centralidade faz-se aqui por correspondência com o poder forasteiro dos portugueses, o que poderá aparentemente ser visto como paradoxal num interlocutor que protagonizou a resistência à ocupação estrangeira da Indonésia. Mas também pode ser interpretado que ao fazer essa correspondência com os portugueses, ele estaria a reforçar a sua reclamação de poder ou a reclamação da sua Casa ou de Luca enquanto detentora de autoridade politicamente independente, mesmo superior, à dos estrangeiros (portugueses incluídos).

Conforme indicado, D. Sebastião e D. Tomás teriam tido três irmãs. Uma das irmãs, D. Ana do Amaral terá governado entre 1795 e 1825.

“A outra irmã D. Maria do Amaral / *Funu Nain* começou outra vez a guerra... A população vai morrer em Buitahen, Waimori, Bibileo, parte de Lacluta e a maioria de Uaibobo. Todos acreditam em D. Maria do Amaral. Reivindicava que não queria receber mais os *malaes* [Pt: estrangeiros].

- Se o meu irmão Sebastião não recebeu, porque é que o Tomás vai receber?

É outra guerra, mas continuação da de D. Sebastião. D. Maria é perseguida e morta, até agora não tem sepultura...

Há uma pedra de nome *buicaren* que deu *biru*³⁰ [forneceu protecção] em que as balas vêm e não morre. Esta pedra é que dá vantagem a ela para causar uma revolução em Luca. [A pedra] é considerada sagrada. Esta pedra ainda existe e agora os [grupos] das artes marciais é que utilizam o *buicaren* [*lulik*]. D. Maria utilizou o *buisole*³¹ e fez a guerra em Luca durante três anos” (Entrevistas de António Tomás Amaral da Costa 2017-2023).

Neste excerto são citadas pedras *lulik* que teriam tornado a *liurai fetu* D. Maria Amaral invulnerável na guerra, objectos animados pela potência espiritual, cuja posse e utilização sagrada está imbuída dum significado cultural relevante no passado e na actualidade. “*Lulik* refere-se ao cosmos espiritual que contém o criador divino, os espíritos dos antepassados, e a raiz espiritual da vida incluindo regras e regulamentos sagrados que ditam as relações entre as pessoas e as pessoas e a natureza” (Trindade 2011, 1). Invocar uma “autoridade potente incorporada [em] objectos, poderia representar uma declaração de autoridade independente e superior por direito próprio” (Roque e Sousa 2020, 81), uma afirmação de poder indígena nos seus termos. A posse de uma pedra *lulik* pode assegurar sucesso numa acção ou evento. “A forma mais eficaz de reforçar e expressar estatuto é fazer reivindicações convincentes sobre a posse de objectos *lulik* poderosos” (Bovensiepen 2014a, 135).

A “terceira” irmã, D. Sae Sak casou com o *liurai* D. Simão de Vessoru, com quem teve um filho chamado D. Simão Humberto. D. Simão Humberto governava em Uatolari, tendo-se envolvido em confrontos com D. Mateus da Costa, de Viqueque. D. Mateus mandou castigar o *liurai* D. Simão em Ataúro, em articulação com o governador português. Regressado da prisão, D. Simão governou em Hera até ter casado com uma senhora de Ermera. Ele terá partido para Ermera fundando duas outras Casas (*Ainapa* e *Uma Matahu*), de que falei no Capítulo 1. Podemos encontrar nesta passagem o poder generativo da *Gerasaun de Luca*, pela aliança e reprodução, criando um novo segmento familiar de descendentes numa outra área geográfica. Encontramos também a movimentação na paisagem e a ocupação territorial bem representado no conceito de topogenia que abordei também no Capítulo 1.

A rivalidade antiga aparente entre os reinos de Viqueque e de Luca reifica-se neste evento,

³⁰ *Biru*, *Birun*. um amuleto usado à volta do pescoço para protecção contra bruxaria e sobretudo para tornar invulnerável quando em guerra ou envolto(a) noutras situações perigosas (Morris 1984, 15).

³¹ “*Hatu buisole* / *hatu 'buisole* / (s.m.) talismã; pedra utilizada para atrair sorte e protecção” (Boaccaerch 2013, 259).

como noutros episódios ao longo da colonização portuguesa de Timor. Mas ambos os reinos vizinhos integraram diversas vezes o “partido real” (estrutura político-militar colonial da monarquia portuguesa) lado a lado em momentos como o do desembarque do governador António Coelho Guerreiro no início de Setecentos, e a sua relação remonta a um período muito anterior ao da colonização portuguesa, conforme abordado no Capítulo 2. Neste evento estamos em presença da agência do *liurai* de Viqueque, que como outros *liurais* noutras circunstâncias tentavam aproveitar a rivalidade latente para alargar os seus domínios em detrimento dos vizinhos, fortalecer-se, revigorar o seu poder negocial e/ou bélico, e/ou aumentar a sua autonomia face aos colonizadores.

“D. Sebastião começou a guerra, a irmã D. Maria continuou, e depois o sobrinho D. Simão. Os três contra tudo português... Essas três famílias são geração do Saki Rai. Saki Rai é pai do D. Sebastião, D. Tomás, D. Ana Maria, D. Maria do Amaral e D. Sae Sak” (Entrevistas de António Tomás Amaral da Costa 2017-2023).

Eis aqui também a evocação de uma geração de resistentes contra o domínio português, com origem em Saki Rai. É importante salientar o uso do termo “geração” neste contexto. Aqui, o termo pode ser entendido como a descendência por via patrilinear de Saki Rai, servindo este de ponto de origem da “geração”:

“Neste momento vamos colocar em Luca um mármore para toda a gente, todas as gerações conhecerem a linhagem.

- Então o *liurai* é que é mais alto do mundo, diz que a nossa Casa *Lulik* também vale, como é que só a Igreja é que vale?

Pelo menos nos conheçam, entramos numa história internacional e deixa-se para as gerações futuras a história de Timor, a história dos *liurais*, a história de *lisan*. O passado ligado ao presente e o presente ligado ao futuro” (Entrevistas de António Tomás Amaral da Costa 2017-2023).

O termo geração (plural: “gerações”) ressurge nesta passagem para exprimir um contínuo temporal de sucessão de gerações genealógicas unilineares, incluindo toda a linhagem dos *liurais* de Luca. A genealogia do meu interlocutor faz-se então por referência a *liurais*, que entende como o ponto de origem; a partir deles desvelam-se sucessores, os segmentos familiares. O *liurai* é também o zénite da escala social e, entre todos eles, o *liurai* de Luca emerge como o mais relevante. A história dos *liurais*, a história de *lisan* de Luca são erguidas neste relato a uma escala de referência não apenas nacional, mas também internacional. O conceito de geração é utilizado no sentido em que “diferentes gerações personificam colectivamente o passado, o presente e o futuro... [e também para] inscrever... a própria história, numa história mais ampla na qual ela se inclui” (Feixa e Leccardi 2010). Mais uma

vez, nas palavras do meu interlocutor vislumbro uma reivindicação de centralidade dos *liurais* de Luca e da história da linhagem de Luca para a história de Timor e mesmo para a “história internacional”. É também legível neste excerto a reivindicação do reconhecimento da *Uma Lulik* face a uma Igreja Católica excludente. A invocação do *liurai* de Luca como supremo e universal, apesar do reconhecimento da multiplicidade de *liurais* timorenses e da diversidade de narrativas a seu respeito, assemelha-se à evocação das narrativas de origem de cada Casa que se entendem a si mesmas como universais, apesar da noção da existência de uma multiplicidade de Casas por todo o território e da diversidade de narrativas de origem. (Veja-se Viegas 2019b, 246-247).

Diferentemente de Amaral da Costa, outro dos meus principais interlocutores, descendente do grupo de origem de Luca, *Uma Wedah Canlor*, Clementino dos Reis Amaral abordou o mesmo episódio da “Guerra dos Doidos” numa perspectiva espiritual e política de comunicação com os antepassados. Eis como Clementino Amaral recordou este episódio histórico:

“Ela [a nora de Clementino], de vez em quando estamos aqui a falar sobre os nossos antepassados. Esse meu avô Clementino e a avó Ana Maria que foi rainha de Luca aparecem. Só essas duas pessoas é que aparecem mais vezes...

De vez em quando [pede para a nora entrar em contacto com os antepassados]. Eu sei que ela fica muito cansada... Acho que é preciso muita concentração, muito esforço...

[Os antepassados dizem:] - Sobre a *Uma Lulik*, vocês têm uma que não podem ver... no cume de Ai-Asswain... [Os antepassados podem ver, os vivos não.]

- Vocês querem construir a *uma lulik*, para quê vão gastar muito dinheiro? Vocês primeiro devem construir uma casa para vocês todos. Isso primeiro. Não se preocupem com a *uma lulik*. Vocês são descendentes do *liurai lulik*. Vocês são *lulik*, porque é que vocês vão construir mais *uma lulik*?

Ao Zé Luís [José Luís Guterres³²], ela [*liurai fetu* D. Ana Maria] disse assim: - Que tenha calma, vai ter posição. O Xanana mais dias menos dias vai resignar e é verdade. Ele resignou...” (Entrevistas de Clementino dos Reis Amaral 2018-2019).

Em Timor-Leste, a dialéctica permanente com os antepassados afirma a centralidade das relações entre os vivos e os ancestrais (Viegas 2019a), num *continuum* ontológico entre humanos e não humanos ou entre vivos e mortos. Através da mediação da sua nora de origem indonésia, o meu interlocutor estabelecia comunicação frequente com D. Clementino, o seu antecessor de quem herdou o nome e com a *liurai fetu* D. Ana Maria. D. Ana Maria terá sido, nesta interpretação, a impulsionadora dos eventos derradeiros da “Guerra dos Doidos”. O protagonismo dos últimos eventos desta “Guerra dos Doidos” é atribuído pelos meus dois interlocutores referidos a duas *liurai fetu* ou a dois nomes atribuídos à mesma pessoa: o primeiro

³² Membro da família com os cargos políticos mais significativos da casa em Timor-Leste pós-independência, cuja narrativa biográfica é apresentada no capítulo 7.

alude a D. Maria Amaral e o segundo a D. Ana Maria. Sobre D. Clementino, Clementino Amaral contou-me em entrevista:

“Ela [a nora] falou comigo:

- Pai, hoje quando fui buscar o meu filho, parecia [que] uma pessoa, o avô a dizer alguma coisa aqui nos meus ouvidos. Ele estava um bocadinho zangado com o pai, porque se calhar fez alguma promessa e não cumpriu talvez.

Comecei a pensar. É verdade, no dia 2 de Novembro prometi ir lá pôr flores na campa dele e pedir uma missa para ele, mas não pude ir. A partir [daí] tive dores de barriga, uma disenteria de uma semana e tal. Mas depois abonando, ele também é boa pessoa, ele está comigo. A maneira de ser dele é como a minha maneira de ser” (Entrevistas de Clementino dos Reis Amaral 2018-2019).

Este relato remete-me para a afirmação de Bovensiepen de que “antepassados e *lulik* estão fortemente identificados com um sentido de moralidade recíproca, uma vez que a mensagem principal destas narrativas é que nada é gratuito, e todos os benefícios exigem reciprocidade, reflectindo as obrigações sociais que existem noutras esferas da vida social” (Bovensiepen 2014a, 135).

No contexto das conversas com os antepassados mediados pela sua nora, Clementino Amaral realçou que os ancestrais lhe revelaram a existência da *uma lulik* – até então apenas visível aos antepassados, mas não aos vivos. Clementino Amaral escreveu sobre o assunto num texto de cariz histórico sobre o distrito de Viqueque, publicado nas *Cartas educativas distritais para Timor-Leste* (coordenadas pelo ex-ministro da educação português, Roberto Carneiro, e elaboradas a pedido do Ministério da Educação de Timor-Leste), Nesse texto, Clementino Amaral (2014) recordou “dois reis de Luca Likasan, D. Sebastião Fernandes ...imperador, *Maromak Oan* em toda ilha de Timor de 1703-1726, residente em Baderi Luca; e D. Sebastião da Costa Amaral, imperador de Wehali, *Maromak Oan* de 1769-1800, residente em Wehali” (Amaral 2014, 8). Clementino Amaral identificou aqui o termo *Maromak Oan* (abordado no Capítulo 2) com o poder real máximo. Na verdade, também ao longo das entrevistas, a questão da identidade e da centralidade política (quer de si mesmo, quer de Luca) estiveram permanentemente presentes no seu discurso. O segundo D. Sebastião identificado por Clementino Amaral na passagem acima citada foi o precursor da “Guerra dos Doidos”. Sobre a *liurai feto* D. Ana Maria e o evento em análise, o mesmo interlocutor narrou-me o seguinte:

“A avó Ana Maria é que disse:

- Eu agora não tenho cemitério porque na “Guerra dos Doidos” (ou dos loucos), eu matei muitos, alguns portugueses também. Como matei muitos... Olha! (Ela mostrou uma espada assim pequenina). Eu com isto matei alguns portugueses. De maneira que quando eles me encontraram, também me cortaram a mão e deitaram para um lado, a outra mão

deitaram para o outro, pernas para um lado, o corpo cortado aos pedacinhos. Foi assim. De maneira que vocês agora, bem, vocês não são capazes de me encontrar.

Mataram, estavam com ódio dela, aquilo foi atirar para um lado e para o outro. Aquilo foi tudo espalhado por toda a terra. Ela mesmo disse: - Eu não sei, eu estou cortada. Se vocês souberem, se calhar vão-me arranjar um bom cemitério. Eu também não sei.

Depois ela pediu: - Vocês podem fazer o seguinte, escrever os nossos nomes todos e pôr num sítio qualquer que vocês escolherem, desde (ela chamou também desde o avô Baria Sak desde que os portugueses chegaram) até ao actual num quadro. Reinou Luca do ano tal a tal. Na casa ou pôr ali à frente da igreja, num sítio público. Só isso já chega.

Ela é que pediu para a gente pôr todos os nomes, que são vinte e tal nomes ali como deve ter” (Entrevistas de Clementino dos Reis Amaral 2018-2019).

A liurai feto de Luca, no decurso das hostilidades, terá sido morta pelas forças do governo colonial com actos de grave e profundo significado para a população nativa, de desrespeito ultrajante da sua posição social, da sua integridade física e da sua espiritualidade. A voz nativa pode ser captada em narrativas de vivos e de antepassados. A gravação dos nomes de todos os *liurais* da Casa num sítio público reflecte um acto de memória, de homenagem familiar e colectiva à genealogia da *Uma Wedah Canlor*.

Ouvimos perspectivas nativas da “Guerra dos Doidos” pelas vozes dos meus interlocutores, veremos agora quais as concepções a partir do arquivo colonial.

4.1. A “Guerra dos Doidos”: narrações a partir do arquivo colonial

Como se viu, Luca surge nas fontes coloniais portuguesas como um reino com influência insular considerável, sobretudo na parte Leste da ilha; e, por isso, cativou o interesse político dos colonizadores europeus. Quando visto como opositor ao regime colonial, o reino de Luca seria uma ameaça relevante e foram-lhe tiradas prerrogativas de forma a enfraquecê-lo, sendo o evento mais significativo a “Guerra dos Doidos”. Esta ambivalência entre inimigo e aliado faz parte da visão colonial sobre Luca. Os documentos que consultei sobre Luca e que se podem consultar no Anexo B (Luca na documentação colonial) parecem oscilar entre esses dois pólos de relacionamento com a presença portuguesa, que iam desde o apoio e a aliança (fundamental à instalação do governador em Díli no início do XVIII) até à hostilidade aberta (como nas ditas revoltas). A natureza da relação entre os governos coloniais e os *liurais* passou sistematicamente por este ciclo complexo de aliança seguido de repressão, mas também da articulação com as sucessões sempre contestadas entre ramos de diversas Casas.

Até ao século XVII inclusive, os documentos que referem Luca são narrativas ou mapas de viagens exploratórias, relatos e correspondência de missionários ou de governadores. Providenciam informação missionária, geográfica, política, económica e militar. Entre o início

do século XVIII e do século XIX, a documentação consultada refere as participações do reino de Luca e dos seus *liurais* em diversos conflitos político-militares como aliados ou opositores ao regime colonial. A “Guerra dos Doidos” é neste contexto um dos mais bem documentados episódios históricos do arquivo colonial em que o protagonista é o reino de Luca.

A origem da denominação atribuída a este evento poderá estar na associação da historiografia colonial portuguesa dos séculos XIX e XX à “loucura” do *liurai* de Luca D. Sebastião Amaral, à da “profetisa” ou ao estado psicótico geral dos povos insurrectos. Mas “esta leitura portuguesa dos eventos... peca, talvez, por distorção etnocêntrica do olhar europeu, ao atribuir em exclusivo aos *outros* timorenses a ideia de irracionalidade que subjaz à designação “dos doidos”. Não podemos excluir, com efeito, outros sentidos coevos, nomeadamente timorenses, que terão ligado a ideia de “doidice” ao desnorte violento dos estrangeiros (e não dos nativos) implicados na guerra” (Roque e Coutinho 2021, 3). Documentos e testemunhos locais, como o do major José dos Santos Vaquinhas que atribui o epíteto aos próprios timorenses que viam os padres divididos em partidos e a digladiarem-se entre si. “Para cada um dos lados da contenda, então, talvez, “doidos” seriam os *outros*: ora os portugueses *malae*, ora os nativos rebeldes” (Roque e Coutinho 2021, 3).

A literatura histórica colonial sobre Timor integrava o próprio projeto colonial português. Autores como Afonso de Castro, Luna de Oliveira e Humberto Leitão (que são quem mais escreveu sobre o reino de Luca) contribuíram para uma visão colonial da história de Timor. As diferenças históricas entre as épocas em que de cada um destes autores viveu e escreveu – Afonso de Castro de meados do século XIX, Luna de Oliveira e Leitão de meados do século XX - influenciam o tipo de viés com que eles escreviam, reproduzindo qual era o lugar que o governo colonial queria dar aos representantes locais dos timorenses.

Os parágrafos seguintes dão voz a vários vestígios discursivos deste episódio nas fontes escritas coloniais portuguesas do século XIX e na historiografia colonial do século XX. Os seus autores eram membros do aparelho colonial com nexos às forças militares portuguesas e ocuparam cargos proeminentes ligados a Timor. Por conseguinte, estes discursos exprimiam preconceitos, interesses e perspectivas dos colonizadores europeus. Os autores reproduziam uma visão dos interesses portugueses em Timor; e a defesa desses interesses influenciou na forma como Luca foi sendo perspectivada pelo regime colonial ao longo do tempo e das suas diferentes e continuadas formas de se relacionarem com este reino.

Primeiros relatos

O governador de Timor Feliciano António Nogueira Lisboa (1788-1790), numa *Relação das Ilhas de Timor e Solor* escrita em 1801, aludia ao contexto em que surgiu a “Guerra dos Doidos” e referia convulsões políticas coloniais, apesar de diversos autores portugueses de documentação de arquivo e de publicações coloniais mencionarem repetidamente a paz vivida na ilha nesse período. Essas convulsões estavam associadas à morte do anterior governador António José Teles de Meneses, responsável pela mudança da capital de “Timor Português” de Lifau para Díli, supostamente envenenado a mando do governador do bispado e do ouvidor, cujos nomes estariam incluídos nas vias de sucessão. Nomeado o novo governador, Caetano de Lemos e Faria (1776–1779) que levava ordens para prender os “criminosos”, nada teria feito até ele próprio ter escapado de uma conspiração urdida pelos referidos protagonistas, que teriam tido a protecção do *liurai* de Manatuto, e então decidiu-se a prender os acusados (Nogueira Lisboa 1801).

Para Nogueira Lisboa, as causas desta revolta tinham origem tanto na atuação dos portugueses como na dos *liurais* nativos. O “escândalo público que causou aos naturais esta guerra do governador do Bispado e outros missionários fez imaginar ao reino de Luca a “guerra dos doidos”, fundada em pura ambição, ainda que mascarada artificialmente de inspirações celestes” (Nogueira Lisboa, 1801). O reino de Luca era aqui identificado como um dos principais reinos da província dos Belos. O *liurai* D. Sebastião do Amaral ao revoltar-se contra o “partido real”, no entendimento colonial declarava guerra a todos os vassallos de Sua Majestade. Aqui o autor categorizava o pensamento e as crenças nativas segundo categorias coloniais de aproveitamento político, naturalizando a ambição e o aproveitamento político e rejeitando as crenças nativas. Ele atribuía características como a ambição e subtilezas calculistas aos timorenses (Nogueira Lisboa, 1801).

Tal como tantos outros agentes coloniais, Nogueira Lisboa (1801) equiparou o animismo timorense à superstição, relatando que uma mulher comandou a sedição, chamando ao governador de “feitor do arroz” e incutindo na população aversão pela dominação portuguesa. Os revoltosos ter-se-ão servido de ornamentos da Igreja Católica para vestidura dos seus cavalos, nos quais puseram os crucifixos em lugar de penachos – o que o autor considerou como o maior acto de desprezo pelo Catolicismo. A convicção dos revoltosos na invulnerabilidade às balas e na ressurreição caso morressem na guerra, é conceptualizada como credice. Nogueira Lisboa (1801) é o único autor a referir que um sobrinho do *liurai* D. Sebastião do Amaral foi enviado pelo tio a Cupão para pedir socorro aos holandeses, oferecendo-lhes toda a província

de Belos, mas que a proposta não terá merecido a credibilidade dos holandeses.

A intervenção dos Costa e dos Hornay, que comandavam a “província do Servião”, pedida pelo então governador Caetano de Meneses (1776-1779), foi recusada por conta da ofensa cometida pelo governador anterior António José Teles ao mudar em 1769 a capital de Lifau - região onde estas Casas Costa e Hornay eram dominantes, para Díli, a uma grande distância. O governador Caetano de Meneses encontrou auxílio no reino de Viqueque que tinha algum histórico de rivalidade com o vizinho reino de Luca. Juntamente com outros reinos dos Belos, atacaram o reino sublevado de Luca e as suas jurisdições.

Noutro documento de arquivo que encontrei sobre este evento, emergem reivindicações em nome de D. António da Costa Rangel, *liurai* e coronel do reino de Viqueque sobre a concessão de catorze das jurisdições³³ de Luca como recompensa pelo seu serviço de defesa dos interesses da Coroa Portuguesa em Timor e contra Luca. As “jurisdições e povoações que foram escaladas e força d’armas constantes d’esta suplica, e das catequisadas” são concedidas ao *liurai* de Viqueque e ao seu reino (Carta de Joaquim António Alves Jácome, 1778 ou 1788). O poder local negociou com o poder colonial no entendimento de que a agenda política do *liurai* de Viqueque coincidia com a agenda do governo colonial. A voz nativa contrária a Luca também pode ser captada nos arquivos.

A agência colonial entra novamente em acção através dum missionário que terá negociado o perdão concedido pelo governador João Baptista Vieira Godinho (1785-1788) ao reino de Luca e ao seu *liurai* D. Tomás, conferindo-lhe a patente de tenente-general e governador-mor da província de Belos. Esta era uma tática colonial recorrente de cooptação das autoridades locais e de dignificação do opositor, equiparando-o a uma condição “praticamente paritária ao governador e aos topasses”, que “garantiu durante anos a lealdade de Luca” (Roque e Coutinho 2021, 298). De acordo com Nogueira Lisboa (1801, 190), inimigo visceral de D. Tomás Amaral, os “Costa Hornay viram, com a maior indignação, um rei que já não passava de ser dos medíocres na província dos Belos, com o mesmo distinto e honorífico emprego com que os seus predecessores se honraram por serviços tão consideráveis”. Há aqui claramente uma diferença no olhar colonial sobre o reino de Luca: deixa de ser considerado um dos principais reinos da província dos Belos, para passar a ser visto como um reino “sem importância”. A “Guerra dos Doidos” parece simbolizar mudanças na relação colonial com Luca, retirando-lhe poder, possivelmente pela percepção de que a sua força poderia funcionar como um perigoso contrapoder ao colonialismo português.

³³ As catorze jurisdições seriam: Bahulo, Nailabeciba, Naetome, Vessoro, Veroan, Boilo, Buarica, Sirimana, Dula, Raibute, Leibulari, Tatucereica, Lealao, Caivai, Gloicai e Caibeque.

Esta guerra assinala também a ascensão do reino de Viqueque, sublinhada pelo governador de Timor, José Pinto Alcoforado de Azevedo e Sousa (1815-1819) que elogia o zelo e a fidelidade deste reino e do seu comandante. Azevedo e Sousa (1816 pós) põe em evidência a agência do novo *liurai* de Luca, D. Tomás Amaral que terá tido a iniciativa de prestar vassalagem ao então governador, fazendo crer que a loucura do antecessor Sebastião Amaral era responsável pela revolta.

“A estes desastres soube obstar a subtileza de D. Thomás de Amaral, sobrinho do d.[it]º D. Sebastião de Amaral (q.[u]º morrera no princípio da guerra) vindo a esta Praça prestar obediência, e Vassalagem no tempo do Ex-Gov.[ernad]ºr João Baptista Vieira Godinho, fazendo persuadir, que as loucuras do seu defunto Thio, e de seu Irmão D. Felis d’Amaral tinham sido a causa de semelhantes desordens, q[ue] duraram dez anos (Azevedo e Sousa, ofício pós 1816, fl. 5).

Mais tarde, em 1867, numa leitura retrospectiva dos eventos, o governador Afonso de Castro³⁴ qualificou o profeta que iniciou o movimento (e não a profetisa como os restantes autores) de maníaco, destacando a dimensão espiritual desta revolta, ridicularizando actos e pessoas:

“Na guerra, que devia fazer-se aos estrangeiros, as almas dos timores defunctos viriam auxiliar os vivos para sacudirem o jugo. Com estas e outras fallas captou os ânimos d’aquellas gentes rudes, ignorantes e supersticiosas...

...os chefes estavam vestidos... com... paramentos roubados nas igrejas! Fiados na assistencia das almas dos defunctos, e crendo o seu chefe invulneravel, começaram a saltar e fazer ridículas gesticulações diante das forcas de Viqueque, as quaes, empregando bem seus tiros, tal confusão e desordem lançaram entre o inimigo, que este precipitadamente fugiu (Castro 1867, Doc. J., 90).

Castro (1867) refere D. Tomás Amaral como filho e não sobrinho de D. Sebastião Amaral conforme mencionara Azevedo e Sousa (1816 pós). D. Tomás Amaral parece ter prosseguido na revolta, mas numa forma menos violenta. A disseminação da revolta, a obediência dos reinos revoltosos pela destruição das suas populações, a separação de Venilale como reino independente e as subsequentes questões de posse e usufruto das terras, são também aferidos por Castro (1867, 292), que dá a guerra por terminada com o aliciamento de D. Tomás pelo novo governador Vieira Godinho.

Todavia, com a morte do novo governador Bernardes Pessoa em 1810, poucos meses depois de tomar posse, ascendeu ao poder um conselho composto pelo padre governador do bispado, o tenente-coronel da guarnição e o coronel e *liurai* de Motael, D. Gregório Rodrigues

³⁴ Sobre Afonso de Castro e a historiografia colonial sobre *reinos*, veja-se Roque (2014, 2022).

Pereira. Nesta altura iniciar-se-ia, segundo Castro, uma rebelião do reino de Lacluta similar à de Luca da autoria de “uma velha indígena chamada D. Maria, que passava entre os timores por adivinha. Vociferando contra o dominio portuguez, prophetizando a sua ruina, e a expulsão de todos os brancos, promettendo aos que a escutavam certa a victoria, pôde levar o povo de Lacluta á revolta (Castro 1867, 109)”. Afonso de Castro pareceu aqui repetir a informação para Lacluta, da *liurai feto* de Luca, D. Maria Amaral, na reedição da “Guerra dos Doidos”.

A “Guerra dos Doidos” foi também objecto de descrição e reprovação na historiografia colonial de meados do século XX.

A historiografia colonial do século XX

Luna de Oliveira³⁵ (2004 [1949], 265) descreve o evento e repete a visão crítica de Afonso de Castro (1867), classificando-o de “movimento de exaltadas manifestações de feitiçaria, originadas pelo rei paranóico de Luca, D. Sebastião de Amaral”. Difere de Castro na descrição da:

“nova guerra de doidos, em Luca, inspirada por uma xenófoba, Dona Maria, que foi submetida pelo rei de Mothael... velha megera... que anatimizava o regime português.

O bárbaro rei de Mothael aprisionou e vendeu, em mercado público, muitos dos vencidos, contrariando, com sua atávica crueza, os brandos métodos da tradição lusitana” (Luna de Oliveira 2004 [1949], 267).

É aqui interessante a contraposição do humanismo colonial português à barbárie indígena do *liurai* de Motael, tanto mais que a submissão da *liurai feto* de Luca se terá dado por ordem do poder colonial, assim como o seu castigo de morte e negação de sepultura, de acordo com os meus interlocutores anteriormente referidos.

Todavia, a narrativa colonial mais pejorativa da rebeldia indígena é escrita num artigo publicado no jornal *O Século* em 1955, da autoria de V. C. Duarte que classifica a “Guerra dos Doidos” como um caso de “psicose colectiva”:

“As populações nativas, como tantas vezes sucede em tais casos, atribuíam carácter sagrado à doença mental do soberano; e as cerimónias de feitiçaria, que o rei de Luca patrocinava com febril convicção, vieram a degenerar em fúria colectiva contra os portugueses, que seguiam outras crenças e procuravam corrigir as superstições indígenas.

³⁵ Humberto Luna da Costa Freire e Oliveira (1888 – 1951), mais conhecido por Luna de Oliveira, publicou uma extensa obra intitulada *Timor na História de Portugal* editada entre 1949 e 1952, reeditada em 2004. Coronel do Exército Português, Luna de Oliveira distinguiu-se politicamente pela propaganda republicana desenvolvida na I República. Delegado e chefe de gabinete do Ministro da Guerra, Luna de Oliveira foi um homem do regime salazarista.

D. Sebastião do Amaral apresentava-se ao povo como profeta, pregando às tribos fanáticas que as almas dos mortos lhes prestariam ajuda na luta contra os portugueses. A mania perseguidora apossou-se de outros chefes, alastrou rapidamente por grande parte do território de Timor e levantou uma onda trágica de anarquia” (Duarte 1955, 9).

Na visão colonial, as crenças indígenas são ridicularizadas; o sagrado é paranoia; os rituais são cerimónias de feitiçaria; o Catolicismo colonial é rectificador das superstições nativas; a revolta é anarquia. Nesta história colonial e nacional, a população colonizada em geral e as comunidades timorenses mais circunscritas são representadas depreciativamente com atributos negativos como base para a edificação da missão colonial do “nós” superior, civilizador e redentor do “outro”. Tal acontece também em relação a Luca, mais visivelmente na “Guerra dos Doidos”. As monografias coloniais veiculam imagens eurocêtricas, etnocêtricas e racializadas, de embate “epistemológico com o “outro”. As narrativas enaltecem e legitimam o colonizador, valorizam o papel dos portugueses enquanto omitem ou enviesam a história do “outro”, o seu papel, a sua identidade, as suas motivações (Sousa 2013, 31). Tecem um tipo de narrativa de carácter moral de um povo, o que é em si mesmo uma forma de criar dominação. Os *liurais* e os reinos timorenses surgem na visão destes escritores coloniais como instrumentos da Igreja Católica e da governação colonial. Como outros historiadores desta época, não tomavam em consideração a autonomia e os interesses próprios dos *liurais* e dos timorenses como agentes da sua história – classificando-os como meros objectos ou instrumentos de uma história maior necessariamente protagonizada por “portugueses” e pelo império luso. Este tipo de referências encontradas faz necessariamente parte de “estudos” que pretendiam fazer uma história nacional ou imperial de Portugal e de Timor como colónia ou extensão de Portugal.

Recentemente, já no século XXI, diversos historiadores, antropólogos, além de cientistas políticos e geógrafos analisaram a “Guerra dos Doidos” em estudos mais abrangentes sobre Timor. Veremos na última secção deste capítulo a sua interpretação dos acontecimentos.

4.2. A “Guerra dos Doidos” vista pela História e pelas Ciências Sociais no século XXI

Fernando Figueiredo (2014) vê na “Guerra dos Doidos” um meio para o governo colonial português alcançar o seu propósito de hegemonia na região dos Belos. O autor argumenta que Portugal e a Holanda no processo de definição da respectiva área de influência provocavam constantemente guerras no seio e entre os reinos locais; os *liurais* tentavam aproveitar esta “rivalidade latente” para se fortalecerem; sob a aparente normalidade entre os governos dos dois países e o sossego dos reinos. Tal como Figueiredo, Hägerdal (2012) menciona as alianças

políticas que se faziam e desfaziam, e faz referência a uma ambivalência da relação entre Luca e Viqueque nas fontes orais. Hägerdal (2012) vê neste evento um “movimento anti-estrangeiro” e um dos poucos casos de resistência anti-portuguesa, especialmente protagonizado por Luca, reino importante e influente que frequentemente se colocava ao lado da Coroa Portuguesa. Na perspectiva de Barnes, Hägerdal and Palmer (2017), este levantamento teve fortes características milenaristas, comparáveis a movimentos semelhantes de Mahdistas no Sudão e Taipings na China. “Queixas contra uma ordem opressiva ou estrangeira recriaram símbolos religiosos que traduziram um anti-estrangeirismo e a promessa de um mundo melhor” (Barnes, Hägerdal and Palmer 2017, 336). Na descrição destes autores, a rebelião centrou-se numa "profetisa" de Luca que auspiciou a potencialidade da activação das almas dos antepassados para combater com os vivos a dominação portuguesa. D. Sebastião Amaral terá utilizado este movimento, com origem exterior ao centro e causado pelo descontentamento popular face às imposições coloniais, para se opor à autoridade portuguesa no território timorense. Segundo Barnes, Hägerdal and Palmer (2017), “os mitos do estatuto de Luca poderiam ser activados e canalizados para grandes movimentos anti-coloniais com que as autoridades de Díli não foram capazes de lidar eficientemente” (Barnes, Hägerdal and Palmer 2017, 352; Hägerdal 2012).

Leach (2017) analisa este evento no contexto da longa era do que chama de “domínio indirecto” dos portugueses, parte de um processo colonial de cooptação da autoridade tradicional em que cabem patentes militares, juramentos de lealdade e cobrança de impostos. As tentativas de regular os reinos leais provocaram resistência sob a forma de revoltas, começando assim um padrão recorrente de insurreições entre os reinos timorenses. Nesta mesma linha, Babo Soares (2003) refere a mudança da sede do poder colonial português de Lifau para Díli e a formação de alianças com quarenta e dois *liurais*, dentre o reforço de relações anteriores e a formação de novas. Quer se tratasse de uma manifestação de oposição aos impostos ou da incapacidade dos portugueses de obrigar ao seu pagamento, a oposição às políticas coloniais continuou a ser significativa, apesar da lealdade formal dos reinos. Em cada ponto da intensificação do controlo colonial, os reinos timorenses responderam com revoltas armadas em defesa dos direitos tradicionais para regular os seus próprios assuntos, onde inclui a “Guerra dos Doidos”.

Há divergências entre diferentes autores e interlocutores quanto aos nomes dos *liurais* e ao seu período de governação, durante este conflito. De acordo com a genealogia de Amaral da Costa, D. Ana Amaral teria sido *liurai fetu* de Luca entre 1795–1825, período que abrange a reaparição da “Guerra dos Doidos”. D. Maria Amaral teria reinado entre 1825–1850. Barnes, Hägerdal and Palmer (2017) apontam D. Tomás Amaral como *liurai* de Luca neste período

entre 1800 e 1826. Barnes, Hägerdal and Palmer (2017), Hägerdal (2012) e Soares (2003) situam a governação de D. Maria Amaral entre 1826 e 1850³⁶.

A discordância também ocorre quanto às datas de início e de fim da "Guerra dos Doidos", assim como para as fases deste evento. Alguns autores indicam os anos de 1776 e 1777 como os anos iniciais da "Guerra dos Doidos"; Belo (2013) refere 1777-1778; Figueiredo (2004) e Leach (2017) o ano de 1779; e Gunn (1999) o ano de 1781. Hägerdal (2012) indica aproximadamente o ano de 1785 como data final da revolta, enquanto Figueiredo (2004) refere a data 1786. Diversos autores informam que a guerra terminou durante a governação de João Baptista Vieira Godinho; outros apontam este intervalo de tempo como o fim da primeira fase do conflito levado a efeito por D. Sebastião Amaral, D. Félix Amaral, irmão de D. Sebastião do Amaral e por D. Tomás Amaral, sobrinho de D. Sebastião Amaral. Há quem considere D. Tomás irmão de D. Sebastião. A segunda fase do levantamento, segundo alguns autores teria tido início com a liderança de D. Tomás Amaral. No entanto, o comando da nova fase da "Guerra dos Doidos" é atribuído sobretudo a D. Ana Maria ou D. Maria Amaral.

Este evento contextualiza-se num momento histórico de alteração da capital colonial de Lifau, na metade ocidental da ilha de Timor, para Díli, na parte oriental em 1769 e da concentração e reforço da administração colonial portuguesa em Timor oriental, com novas alianças com os *liurais* locais e o reforço de alianças existentes. Este movimento constituído por várias etapas e intervenientes da mesma *gerasaun* como descendência unilinear, mas de "gerações cronológicas" diferentes, pode ser simultaneamente um movimento milenar contra a dominação colonial e uma afirmação política de hegemonia da região dos Belos por parte dos *liurais* de Luca, que num tempo longo teria sido uma zona da influência política e ritual central do leste da ilha.

As visões políticas e espirituais nativas presentes neste movimento serão afirmações de resistência ao reforço da imposição colonial política e religiosa, a que o reforço da influência da Igreja Católica não será alheio. Em jogo entra também a agência política do *liurai* de Viqueque que ascende politicamente junto do governo português do território, e que obtém para o seu reino um alargamento territorial em virtude da integração de jurisdições que antes pertenciam ao reino de Luca. Este momento marca a ascensão do reino de Viqueque e o declínio do reino de Luca, que perde também Venilale, agora reino autónomo. O momento assinala ainda a retirada de poder por parte das autoridades coloniais portuguesas aos *liurais* de Luca, paralelamente à perda de território, e o início do enfraquecimento político do reino de Luca,

ainda que mantenha até aos dias de hoje o prestígio ritual e simbólico.

Conclusão

No passado, a influência de Luca parece ter sido significativa, com base em relatos orais e em documentos coloniais, por várias ordens de razões: a) a posição político-ritual de Luca aquando da chegada dos portugueses a Timor; b) a amplitude da zona de influência de Luca congregada num interlocutor preferencial é passível de ter atraído os interesses portugueses; c) a localização costeira de Luca (dado que as áreas junto à costa marítima foram os focos preferenciais dos primeiros esforços de dominação euroasiática); d) a percepção portuguesa de que Luca era um reino influente com potencial para a exploração aurífera e de produtos comerciais, para a missão e a chefia de operações militares do “partido real” para debelar “revoltas” de reinos contra os interesses portugueses, ou para liderar a revolta de outros reinos contra os interesses portugueses causando o caos; e) o relevo que narrativas orais locais conferem a Luca. A percepção colonial da relativa proeminência de Luca terá moldado as relações iniciais dos portugueses com e reflectiu-se na concessão de títulos e privilégios às classes mais altas deste reino.

A representação de Luca na documentação colonial evolui de documentos geográficos, cartográficos e missionários, para relatos político-militares de eventos de aproximação ao “partido real” ou de revolta contra ele à medida que a colonização portuguesa se intensificava no território.

As *rota* são parte de uma longa história de relações de poder de Luca entre os reinos locais e o poder colonial. Luca e Vemasse terão sido dos primeiros reinos a receber patentes dos portugueses, desenvolvendo-se um sistema de “autoridade satélite” e de relações de vassalagem simbolizadas pela posse da *rota*. Como resultado da sua aliança com a Monarquia Portuguesa, o poder regional de Luca terá atingido o seu auge no século XVIII, mas ainda com autoridade significativa até ao século XIX e poder simbólico até aos dias de hoje. A disseminação europeia de ceptros e bandeiras pode ter em parte substituído os símbolos tradicionais pré-existentes, sendo possível que Luca já concedesse *rota* sob diversas materialidades aos seus reinos satélites enquanto símbolos de autoridade e poder de governação, e que os europeus posteriormente cooptassem esse costume sob a forma de ceptro, engajando-se cada vez mais no processo. Múltiplas narrativas de casas diversas e distantes testemunham ter recebido a *rota* directamente de Luca ou que Luca terá concedido a *rota* “mãe” para que o centro político-ritual associado distribuísse cópias pelas respectivas casas.

Entre o século XVIII e o fim do colonialismo, Luca representou uma história ambivalente de aproximação e cisão relativamente ao regime colonial português. A “Guerra dos Doidos” liderada por Luca e vista aqui através de perspectivas nativas, coloniais e multidisciplinares, terá sido o evento ou o conjunto de eventos liderados por Luca que marcam uma ruptura com a governação colonial. A “Guerra dos Doidos” pode ser vista na perspectiva nativa como uma geração de resistentes, provenientes do mesmo referente comum, que cruza o grupo de origem de Luca com as intersecções segmentares de Uaibobo e de Ermera. Pode ser encarada como recusa ou impossibilidade dos *liurais* e das populações pagarem os impostos exigidos pelo governo colonial, em conjunto com a resistência espiritual do Animismo e dos antepassados ao Catolicismo. Podemos ver nela a agência dos *liurais* de Luca na liderança das insurgências e da contra-insurgência do *liurai* de Viqueque, que tal como outros *liurais* noutras circunstâncias procurou aproveitar a rivalidade latente para alargar os seus domínios. Num momento de concentração da administração colonial portuguesa em Timor oriental, este movimento pode ser simultaneamente um movimento milenar contra a dominação colonial e uma afirmação política de hegemonia da região dos Belos por parte dos *liurais* de Luca, constituído por várias etapas e intervenientes da mesma “geração” como descendência unilinear, mas de “gerações cronológicas” diferentes. No rescaldo desta revolta, as autoridades coloniais portuguesas retiram poder e território ao *liurai* de Luca, iniciando o seu enfraquecimento político. Porém, tal como Wehali cujo declínio político é anterior ao de Luca, Luca mantém-se ainda hoje como referente de prestígio simbólico e, porventura, mesmo político, a crer nas trajetórias biográficas dos meus interlocutores descendentes da Casa de Luca, que examino adiante nesta tese.

CAPÍTULO 4

RECONFIGURAÇÕES DE PODER NAS ÚLTIMAS DÉCADAS DA COLONIZAÇÃO PORTUGUESA.

Neste capítulo, a partir do caso de Luca, exploro as reconfigurações de poder da classe dos *liurais* durante o século XX. No rescaldo da Implantação da República em Portugal e da Revolta de Manufahi os reinos foram extintos e divididos em *sucos*. Vários *liurais*, antes detentores deste título e governantes dos reinos, tomaram então a posição de chefes de *suco*. Deste ponto de vista, irei aqui tratar as histórias coloniais sobre dois chefes de *suco* de Luca, parentes entre si: Jeremias Amaral, figura de resistência à ocupação japonesa na década de 1940; e Zeferino Amaral, figura de resistência à autoridade portuguesa, ligado à “Revolta de Viqueque” em 1959. Examinarei também a posição que os descendentes dos *liurais* de Luca vieram a ocupar nos partidos políticos que emergiram em 1974, no fim do período colonial português, e durante os vinte e quatro anos subsequentes de resistência à ocupação indonésia. Procuo compreender o modo como os *liurais*, durante muito tempo associados à administração colonial portuguesa, vieram a participar activamente na construção de um projecto político anti-colonial timorense com vista à independência nacional.

O capítulo trata a acção de organismos ligados aos *liurais*, em que a Casa de Luca esteve amplamente representada, como o *Klibur Oan Timor Aswain* (KOTA) e o Senado dos Liurais de Timor Lorosa'e (SLTL), contrapondo as auto-percepções destas organizações com visões externas às mesmas. Procuo analisar o sentido de agência da Casa de Luca e dos descendentes dos *liurais* em momentos de viragem na esfera política timorense, as suas actuais reivindicações de poder e de que forma a sua participação política e social é reflectida pela sociedade timorense.

1. De *liurai* a chefe de *suco*: Luca entre a aliança e a resistência

1.1. Metamorfoses de poder

A relação entre os *liurais*, os seus reinos e o governo colonial português é marcada por conflitos diversos. A “Guerra dos Doidos” (que vimos no capítulo 3) e a “Revolta de Manufahi” (1911-1912) vista no contexto da implantação da República em Portugal e dos seus impactos em

Timor, tiveram repercussões consideráveis nas elites e nos reinos timorenses, assim como na administração colonial portuguesa. A documentação colonial portuguesa caracteriza sistematicamente estes conflitos como “revoltas”, cuja descrição e interpretação ocupou muita correspondência oficial entre os séculos XVII e XX. Gunn (1999) postula a distinção entre os diferentes tipos de conflitos em: confrontos contra incursões portuguesas na soberania de *reinos* individuais; dissensões antigas revisitadas concertadamente com aliados coloniais; hostilidades internas contra autoridades locais por vezes contra os chefes nomeados pelo governo colonial e a favor dos chefes deslocados. A Revolta de Manufahi aliou muitos *liurais* contra o governo colonial português sob o comando do *liurai* de Manufahi, D. Boaventura, e as razões e os efeitos desta revolta têm sido motivo de várias interpretações (Davidson 1994, 267-270; Leach 2017, 50; Pélissier 2007).

De acordo com Clementino Amaral, Luca não participou visivelmente neste conflito (Entrevistas de Clementino dos Reis Amaral 2018-2019). D. Boaventura de Manufahi terá convidado todos os *liurais* de Timor a rebelarem-se. O *liurai* de Luca terá dito que apoiava a revolta, mas que D. Boaventura o informasse quando fosse o momento. O uso de um *taes* especial significaria que integrava o movimento. No entanto, o mensageiro por distração terá regressado com outro símbolo e o *liurai* de Luca terá pensado que a altura ainda não tinha chegado. Luca não lutou ao lado de Manufahi, mas terá indicado se perdessem, os insurgentes seriam bem-recebidos como refugiados (Barnes, Hägerdal and Palmer 2017, 333-334). Amaral da Costa vê a Revolta de Manufahi como uma reacção à implantação da República em Portugal (1910) e à queda da monarquia, à relação simbólica dos *liurais* com o rei de Portugal e ao consequente receio da perda de influência dos *liurais* (Entrevistas de António Tomás Amaral da Costa 2017-2023). Nas palavras de António de Amaral da Costa:

“Em 1912, o D. Boaventura levantou aquela revolução e pegou [n]a bandeira da Monarquia... contra a bandeira da República. Por isso é que quando o governador Filomeno da Câmara chegou... disse que os timorenses querem continuar com a bandeira da Monarquia, e não querem aceitar a bandeira da República. [Com o novo presidente] já é a República... reforma[m] os *liurais*. Agora a República é que manda. Já não têm direito os *liurais* da Monarquia. Os coronéis, tenentes-coronéis, os majores já não têm valor.

Em 1910, Rosa Amaral ainda governa. O nosso [antepassado] Clementino substituiu[-a], continua com o [título] Dom. Tomás Amaral vai substituir o seu pai até Jeremias Amaral” (Entrevistas de António Tomás Amaral da Costa 2017-2023).

Hicks (1987) que estudou intensamente Viqueque, argumenta que esta revolta surgiu na sequência da supressão dos reinos e consequentemente do cargo de *liurai*. “A guerra entre os reinos ameaçava continuamente minar o pouco controlo que os portugueses tinham alcançado

até então, ...a campanha militar do Governador Celestino da Silva (1894-1908) quebrou o poder remanescente dos reis” (Hicks 1987, 22). Esta revolta teve repercussões importantes na estrutura política timorense. Roque (2011) sustenta que a Revolta de Manufahi causou um forte impacto nos alicerces da autoridade portuguesa e marcou o início de um “processo de reconfiguração administrativa com significativas interferências na tradicional estrutura dos reinos” (Roque 2011, 91-92) e da estratificação social, política e administrativa. As alterações administrativo-territoriais nos finais do século XIX e inícios do século XX procuraram eliminar a dependência da estrutura e hierarquia das alianças de parentesco do sistema político timorense, e criaram uma administração colonial abrangente do território e não mais dependente de alianças com reinos relativamente autónomos. Os reinos foram formalmente abolidos e divididos em *sucos* e a sociedade timorense sofreu uma transformação fundamental. Emanuel Braz (2014) na sua tese de doutoramento acrescenta que a supressão desta revolta resultou na “incorporação da administração indígena na administração colonial da ilha, diluindo as potências *liurai* e as estruturas sociais indígenas que coexistiram com o domínio colonial português durante os quatro séculos anteriores de presença portuguesa e holandesa na ilha” (Braz 2014, 81). Com a nova estrutura administrativa civil criada em 1912-1934, os *liurais* perderam os seus poderes oficiais e o chefe de *suco* tornou-se o elo directo com o governo colonial (Ospina and Hohe, 2001). No mesmo sentido, Gunter (2008) associa a Revolta de Manufahi a uma nova era colonial que marca o futuro das elites. A autora evidencia a reacção de muitos *liurais* às mudanças da República, de reforço da autoridade colonial e do exaurir do poder indígena.

“A expansão do domínio militar português no interior e o desenvolvimento de um sistema fiscal mais abrangente - levaram [as elites] a reforçar e expandir as hierarquias políticas. Este processo ocorreu na rápida consolidação do domínio territorial sob a nova República Portuguesa. Nos anos 1910 e 1920, a inconsistência da administração republicana, com a sua desconfiança da governação hereditária, tornou o poder das elites... mais forte no exterior, mas fundamentalmente mais frágil... A nova administração portuguesa não parecia compreender o significado dos símbolos do Portugal monárquico - as bandeiras, os ceptros e as patentes militares. Estes símbolos representavam e reforçavam a relação entre *liurais* e os seus súbditos, e foram mantidos durante décadas... A nova ordem burocrática republicana, para os *liurais*, destituiu os símbolos da autoridade política e ritual indígena (Gunter 2008, 16, 47-48).

Segundo Gunter (2008), a atitude do governo colonial republicano mudou substancialmente em relação aos *liurais*, apostado em viabilizar a “democracia indígena” e a “economia de mercado” no território, castigando os *liurais* quando não cumpriam as directrizes ou os desmandos, e exonerando-os quando estes estorvavam a conquista dessa economia, como

“funcionários públicos errantes” (Gunter 2008, 50). A crescente pressão dos comandantes militares e administradores sobre os *liurais* para que estes suprissem a mão-de-obra necessária aos projectos da economia de mercado, sobretudo plantações, foi tão marcante que o administrador se tornou um marco temporal para a população local. Podemos ver aqui também uma variante do “encapsulamento administrativo e político das autoridades tradicionais” referido por Fernando Florêncio (2003, 262).

A evolução administrativa da última fase do poder colonial português em Timor passa então pela supressão dos reinos em 1908-1912, a formação de uma estrutura militar e posteriormente a instituição de um sistema de administração civil (Hicks 1987, 22-23). Os reinos dão lugar a novas divisões administrativas territoriais chamadas *sucos*. Luca torna-se um *suco* do posto sede de Viqueque, do Concelho de Viqueque. No governo colonial de Celestino da Silva (1904-1908) foram constituídos *sucos* de proporções controláveis pelos “novos postos avançados militares” (Gunter 2008, 50). Mas a agência e envolvimento das elites timorenses são evidenciadas por elas próprias nesta consolidação colonial e segundo Gunter (2008, 46), a definição das fronteiras dos *sucos* e dos subdistritos até à Segunda Guerra Mundial procedeu da dinâmica político-territorial dos *liurais*. “O desenho das fronteiras pode ser enquadrado em termos de reforço do poder das elites. Mas a subsequente cooptação republicana destas hierarquias eventualmente permitiu à administração colonial exercer o governo indireto com muito maior facilidade” (Gunter 2008, 51).

No que respeita aos cargos a partir de 1912, o cargo oficial de *liurai* foi abolido e dentre as poucas prerrogativas que permaneciam apanágio dos descendentes dos *liurais*, a mais visível era o prestígio que continuavam a deter. Todavia, os chefes de *suco* podiam ser tratados pelo título honorífico de *liurai* e em 1966 eram assim abordados em Viqueque, apesar de já não serem governantes dos reinos. O chefe de *suco* administrava o *suco*, constituído por diversas povoações lideradas pelos chefes de povoação. Vários *sucos* formavam um posto governado por um chefe de posto. Diversos postos configuravam um concelho liderado por um administrador nomeado pelo governador que presidia à administração colonial do território. O chefe de *suco* e o chefe de povoação eram timorenses. Além de chefe de *suco*, o único cargo administrativo de nível superior acessível a timorenses era o de chefe de posto. O administrador e o governador eram portugueses (Hicks 1987, 22-24, 29; Sherlock 1983).

“Meses antes de seleção... o *katuas* “*lia nain*” (velho porta-voz da região), fala à população pedindo-lhe... uma boa escolha na... eleição, para o bem do povo e do *suco*... Sai com a filosofia, característica e própria em uso no Distrito de Viqueque, afirmando: “Um tu não pode mandar noutros tus, só um descendente de *liurai* ...é que pode mandar

outros tus. De uma maneira geral... quando não são descendentes não se candidatam ou recusam a candidatura que alguém o propôs, porque segunda a tradição, se não pertencer a linhagem para isso têm medo das consequências no futuro e se aceitar a tomar parte na eleição, a maioria do povo não o há-de escolher.”

Antes de ocupar o lugar “o *katuas lia nain*”, mais conhecido na área, dirige-se ao *liurai* ou ao novo chefe de *suco*, e sai com a filosofia em forma de *knananuk* (quadras populares), sobre a unidade regional no reino ou no *suco*: “Temos que ser como cera e chumbo, separados em pequenos pedaços, fundidos formam um bom e forte bloco” (Amaral 2014, 11).

Como explicava Clementino Amaral neste trecho do texto que escreveu sobre o município de Viqueque em 2014, e em entrevistas que me concedeu, a hierarquização social está profundamente enraizada em Timor-Leste e em Viqueque (Entrevistas de Clementino dos Reis Amaral 2018-2019). O cargo de chefe de *suco* devia ser ocupado por um membro masculino da realeza ou da aristocracia, escolhido pelos habitantes do *suco*, sujeito a ratificação administrativa em função da sua lealdade. Tinha que ser letrado e moderadamente fluente em Português (Hicks 1983, 23, 28; Ospina and Hohe 2001, 47). “Um estatuto individual era fixado à nascença. Nada do que ele ou ela pudessem fazer podia alterar isso. A filiação num clã (*ahi matan*) não só determinava o estatuto social, como atribuía prerrogativas políticas, económicas, residenciais e religiosas” (Hicks 1983, 25).

Apesar das mudanças, as ideologias que legitimavam a hierarquia política tradicional e os rituais de troca permaneceram. A autoridade dos *liurais* e da aristocracia continuou e continua ao nível do *suco*, formal ou tacitamente (Hohe 2002; Leach 2017; Roque 2011), assim como a autoridade e a primordialidade das Casas a diversos níveis. Apesar do seu deslocamento político, o *liurai* dominou a substituição dos líderes de *suco*, promovidos a posições de poder local pela administração colonial. No espectro do poder, o *liurai* e o *dato* perdem o seu poder oficial, mas não o oficioso.

O chefe de *suco* e o chefe de povoação eram o elo entre a política nativa e a administração colonial. Acima do nível *suco*, a estrutura era pouco acessível à “experiência timorense” e abaixo dele, nas povoações, a hierarquia era menos permeável ao exterior (Hicks 1983, 28-29).

“...Quase toda a realeza ‘pertencia aos dois mundos de Portugal e Timor... Eles eram pessoas letradas que mediavam entre a sociedade da qual eram herdeiros e uma sociedade estrangeira que se impunha a ela”. O chefe de *suco* era o principal representante da administração perante os habitantes do *suco*, e, ele era a ligação entre os dois níveis políticos... Mas “o próprio *suco* misturava as categorias administrativas estrangeiras com ideias autóctones tradicionais, pelo que as linhagens biculturais são aqui mais facilmente evidenciadas” (Hicks 1983, 29).

Luca corrobora por um lado a ideia de uma transformação ou recomposição dos *liurais*

como chefes de *suco* e, por outro lado, a ideia, referida por Hicks, de uma biculturalidade nativa com influências portuguesas. Como podemos ver na Figura 4 - Tabela dos Chefes de *Suco* de Luca da Casa Wedah Canlor, na página 47 desta tese, os chefes de *suco* pertencem ao grupo de origem de Luca, da Casa Wedah Canlor e mantêm a governação do *suco* de Luca desde 1933 até à actualidade, durante 90 anos.

O primeiro chefe de *suco* de Luca que surge na tabela, entre 1933-1944, é D. Jeremias dos Reis Amaral e representa bem esses dois mundos da Casa e do governo local. Veremos como ele é catapultado durante décadas a protagonista de uma parte da história de Timor que se prolonga durante a ocupação japonesa e a reocupação portuguesa do território. “Quando o Japão vai acabar [com] a vida dele [D. Jeremias], é que... desapareceu o Dom, ...mas existe o chefe de posto e [o] administrador, existem os chefes de *suco*. Já [é] a mudança política da República” (Entrevistas de António Tomás Amaral da Costa 2017-2023).

1.2. Jeremias Amaral de Luca entre a narrativa colonial, a resistência e a aliança

Para impedir que os territórios portugueses fizessem parte do teatro de guerra, o regime de Salazar declarou a sua neutralidade no início da Segunda Guerra Mundial. No final de 1941, um contingente de tropas australianas e holandesas, fazendo tábua rasa da neutralidade, invadiu o território de Timor português para impedir o avanço japonês. Dois meses mais tarde, os militares japoneses invadiram Timor. Segundo Kammen (2015), Timor era visto pelos japoneses como “um trampolim fundamental na sua ocupação de todo o arquipélago oriental e como uma posição estratégica das suas defesas contra um avanço aliado da Austrália em direcção ao norte” (Kammen 2015, 109). Os japoneses permitiram que o governador português permanecesse no cargo e que o distrito de Liquiçá, que concentrava mais investimentos portugueses, continuasse formalmente sob jurisdição portuguesa, acomodando ficticiamente as pretensões portuguesas de neutralidade.

Os militares japoneses mobilizaram contingentes de guerra formados por nativos chamados "colunas negras" para ajudar nas operações contra a companhia australiana à qual se juntaram alguns portugueses residentes em Timor. Com esse pretexto, os militares japoneses exigiram que todos os cidadãos portugueses fossem colocados em Liquiçá e Maubara. Confinaram também cinco mil pessoas de origem chinesa num campo de detenção, utilizaram trabalho forçado para construir novos arrozais e sistemas de irrigação em Maubara e recrutaram "mulheres de conforto" – prisioneiras de Guerra exploradas sexualmente pelos militares japoneses (Kammen 2015, 109). A devastação da vida das populações locais, famílias e de

estruturas coloniais foi imensa e o impacto da ocupação japonesa perdura para lá da independência de Timor-Leste.

As reações timorenses à ocupação japonesa variaram entre a rejeição e o apoio. Casas dirigentes com relações históricas com os portugueses ou que tinham beneficiado de nomeações políticas pós 1910, procuraram defender os interesses portugueses. Outras Casas de elite viram na ocupação uma oportunidade de ajustarem contas com casas nativas rivais, oficiais, missionários e proprietários de plantações portuguesas (Kammen 2015, 110; Tsuchiya 2018).

A figura de Jeremias Amaral de Luca surge neste contexto da invasão nipónica como contrário à ocupação nipónica, protegendo portugueses perseguidos pelos japoneses, resistência que pagou com a morte, metamorfoseada em símbolo de luta patriótica e de espírito de sacrifício pela política imperial do Estado Novo e pela historiografia colonial portuguesa.

1.2.1. Narrativa colonial

Manuel Ferreira (1961), governador de Timor entre 1940 e 1941, escreveu a biografia mais aprofundada de D. Jeremias de Luca. Ferreira referiu a importância da sua ascendência aristocrática e da sacralidade da sua ancestralidade (*liurai lulik*). Segundo o autor, apesar de D. Jeremias não ter a categoria de *liurai*, era considerado pelo povo e chefes vizinhos como se fosse, tendo sido eleito chefe de *suco* em 1936, três anos mais tarde do que indica a tabela. D. Jeremias teria tido educação católica no Colégio de Soibada, exercido o cargo de professor-catequista e seria um leitor ávido da História de Portugal. Luca é referido como um dos mais importantes *sucos* do posto sede da circunscrição de Viqueque, antigo reino onde teria existido um seminário dominicano há séculos atrás, “histórica povoação em cujo cemitério repousa um bispo de Malaca e antigos *liurais* e onde só se entra de joelhos; a Luca onde existiu um estaleiro naval... mostrou-se de uma impressionante fidelidade à Pátria” (Ferreira 1961, 83). A importância de Luca e de D. Jeremias, assassinado em 1943, é aglutinada a Portugal e à religião Católica. Segundo Manuel Ferreira (1961, 84-85):

“Ao povo custou-lhe acreditar que Jeremias dos Reis Amaral tivesse morrido. Esperaram-no até 1950. Quando se deram os acontecimentos da contra-costa – suspeita da presença de forças estrangeiras no litoral das circunscrições de Manatuto e Viqueque – constou que Jeremias aparecera à gente de Luca, aconselhando esta ou aquela atitude... sempre norteadas pelo... patriotismo. Repetia-se de novo a lenda do Desejado... Ninguém, ...nem mesmo o grande D. Aleixo, salvou, como ele, a vida de tantos portugueses na hora da ocupação, tendo, para salvá-los, a sua vida presa, dia e noite, durante meses, por um ténue fio...”.

Jeremias dos Reis Amaral é aqui sublimado pelo seu patriotismo, defesa da Nação portuguesa, ideal colectivo contra o antagonismo de potências estrangeiras e de organismos como a Organização das Nações Unidas (ONU) que criticavam a política imperial de Portugal. A lealdade e amor a Portugal, demonstrados pela acção e sacrifício dos *liurais* na II Guerra Mundial nomeadamente de D. Jeremias de Luca, reforçaram a necessidade da missão civilizadora, a “integração colonial, ultramarina, de espaços e gentes” (Sousa 2013, 31). As características positivas atribuídas aos timorenses representam a importância da acção portuguesa, sem compreender ou demonstrar conhecimento ou reconhecimento sobre outras formas de organização, pensamento, espiritualidade e interesses em presença.

A salvaguarda da soberania portuguesa, o relevo dado à autoridade nativa enquanto força civilizatória das populações, o acolhimento e protecção dos refugiados portugueses, a descrição exaustiva do suplício, patriotismo, abnegação e morte do chefe de *suco*, o culto da morte sacrificial, o orgulho patriótico, a inspiração de heróis, santos e mártires portugueses, a validade dos heróis enquanto inscritos na Pátria e não *per se*, a “Lenda do Desejado” e referência à “aparição” de D. Jeremias em Luca aquando da “Revolta de Viqueque de 1959” a apelar ao patriotismo (Ferreira 1961, 84-85) enquadram-se na exploração colonial da dimensão espiritual e emotiva do Estado Novo. A representação das populações timorenses no Estado Novo passa a ser emotiva (Sousa, 2013). Luna de Oliveira (2004 [1949], vol. IV, 327) realça a inigualável dedicação de D. Jeremias dos Reis Amaral juntamente com outros *liurais*, chefes de *suco* e populares nativos que teriam guardado “como objectos sacros, a bandeira e o retrato do chefe da Nação”, autênticos modelos de amor à pátria (portuguesa), salva-vidas e com lugar eterno no coração dos Portugueses.

Carlos Cal Brandão (1953), degredado político em Timor por oposição ao regime ofereceu uma narrativa pessoal e um testemunho simultaneamente representativos dos portugueses que como ele lutaram contra a ocupação japonesa de Timor durante a Segunda Guerra Mundial, assim como da fuga do seu grupo de refugiados rumo à costa Sul e a Luca. “O bom e leal amigo tinha-se mantido nas suas declarações e deixou-se matar para nos salvar a nós” (Brandão 1953, 157). Brandão (1953) descreve Luca como uma das regiões “mais pobres” duma costa sul rica, de baixa densidade populacional, agravada pela indolência das gentes, “vivendo da tradição duma riqueza passada e da pretensão de descenderem da melhor aristocracia nativa da Ilha, vive mais para o jogo do que para o trabalho” (Capítulo X). O quadro do então *suco* de Luca é pintado como um pobre esboço do outrora imponente reino de Luca, ainda que a memória da ascendência aristocrática perdure até aos dias de hoje.

A lealdade e valentia de D. Jeremias foi assinalada em diversas publicações de defesa do

colonialismo perante um mundo em descolonização, nomeadamente em *Figuras Portuguesas de Timor* (1961) que celebra três vultos grandiosos, exemplos magníficos e figuras portuguesas de Timor: o governador Celestino da Silva, o oficial Francisco Duarte conhecido como *Arbiru* e D. Jeremias Amaral como exemplos de civilização, fé, dignidade humana e fraternidade cristã.

Entre 1956 e 1970, os *Diários das Sessões da Assembleia Nacional* registaram diversos discursos que invocam o nome de D. Jeremias Amaral como baluarte nativo do patriotismo, da salvação de muitos portugueses (os timorenses não entram na equação); da justificação civilizadora do colonialismo e da intensificação do apostolado missionário; da defesa do património territorial, humano e civilizador português contra a propagação das ideias comunistas e anticristãs; da posição de Portugal colonial no Mundo (Diário das Sessões n.º 142, 1956). Martinho da Costa Lopes, então deputado por Timor, evocou o nome de Jeremias de Luca como paradigma nativo de abnegação e sacrifício pela pátria colonial portuguesa e como símbolo dum unidade do projecto colonial português contra as críticas da ONU (Diário das Sessões n.º 180, 1960). Themudo Barata discursou na Assembleia Nacional exaltando a abnegação e o heroísmo de Jeremias Amaral de Luca como justificação para o colonialismo português e para a reocupação colonial de Timor, após a derrota do Japão. Ao mesmo tempo, glorificou os ex-alunos timorenses das escolas missionárias que se terão oferecido para combater o movimento de libertação angolano, louvando-os como exemplos de civilização na defesa do colonialismo português (Diário das Sessões n.º 52, 1970). Herculano de Carvalho faz a apologia do exemplo de D. Jeremias do Amaral, dos *liurais* como garante do colonialismo e defende a representação das instituições tradicionais das sociedades autóctones nos centros de decisão, possivelmente medida para minimizar as críticas externas ao projecto colonial português, nomeadamente por parte da ONU. Na metrópole, os *liurais* são glorificados como exemplos paradigmáticos da portugalidade incorporada pelos nativos, mas na colónia vai-se verificando uma desarticulação dos seus poderes. Enaltece-se a oferta dos *liurais* das suas companhias de moradores às autoridades militares para se baterem por Portugal, numa identificação colonial das autoridades nativas com o colonialismo português e em defesa dum projecto de uma comunidade nacional imaginada da metrópole, África e Ásia (Diário das Sessões n.º 90, 1963; n.º 112, 1964).

Em reconhecimento dos actos de D. Jeremias do Amaral pelo governo colonial, em 1947 foi dado louvor e isenção do pagamento do imposto indígena por cinco anos a parentes de

Jeremias Amaral, principais do reino de Luca³⁷. Em 18 de Junho de 1949, o governador Óscar Ruas, fundador da circunscrição de Viqueque, inaugurou um singelo monumento na sede da circunscrição que resiste até à actualidade com a inscrição: “A D. Jeremias de Luca / Homenagem do Governo de Timor” (Barradas de Oliveira 1953; Ferreira 1961, 84-85). Este monumento que imortalizava D. Jeremias de Luca foi revisitado e sobrelevado durante as deslocações dos representantes do governo central português a Timor. O nome de D. Jeremias de Luca foi também concedido a um dos Centros da Mocidade Portuguesa (Ferreira 1961, 83). Mais tarde, os nomes de D. Jeremias de Luca e de D. Aleixo Corte-Real foram atribuídos a um modelo de lanchas de fiscalização operacionais entre 1967 e 1998, construídas nos Estaleiros Navais de São Jacinto, em Aveiro (Fonseca 2017). Assistimos no Estado Novo ao culto dos símbolos nacionais e do nacionalismo com a erecção de monumentos, assim como a múltiplas homenagens que celebram chefes indígenas sacrificados à bandeira portuguesa.

A apropriação e manipulação da figura e da acção de D. Jeremias pelo governo colonial ocorreu desde a reocupação portuguesa de Timor, passando pela “Rebelião de Viqueque” de 1959, até à última década da ocupação portuguesa de Timor e ao isolamento do colonialismo na cena internacional, portanto entre meados de 1940 até ao início de 1970.

1.2.2. Perspectivas dos descendentes de Luca

Amaral da Costa, familiar de D. Jeremias da *Gerasaun de Luca* de Uaibobo, tece uma narrativa que corrobora em parte a historiografia colonial quanto à acção de D. Jeremias em prol da defesa dos portugueses durante a ocupação japonesa, e quanto aos castigos infligidos pelos japoneses durante a prisão de D. Jeremias e que causaram a sua morte.

“Na II Guerra Mundial, de 1942 a [19]45, o nosso [antepassado]...D. Jeremias de Luca...vão mat[á-lo]... juntamente com o D. Paulo de Ossuroa, ...primos de Luca... [com a acusação] de defenderem Portugal e a Austrália. O meu pai [Marcos Tomás Amaral] e o meu tio Leão [Pedro Amaral] também estão na prisão dos japoneses. Castigaram muita gente em Ossu até 1945...

Quando D. Jeremias do Amaral vai defender a bandeira portuguesa que está içada na casa... então [quando os japoneses] veem atacar, ele baixou aquela bandeira e queimou, foi pôr ali na água e bebeu. [Os japoneses disseram:] – Então tu vais morrer com essa bandeira mesmo.... Então levaram[-no] para Luca, [para] mandar aquela população render-se toda aos japoneses, ...mas como a população de Luca não [se] quer render, levaram-no para Loi-huno Samboa, de Ossu e castigaram-no.... As famílias de D. Jeremias em

³⁷ Zeferino dos Reis Amaral, *liurai* de Luca; José Pires Bento, principal do *sucu* de Luca, Lino dos Reis Amaral, Marcos dos Reis Amaral, Caetano Gomes, Jacinto Vieira, Anselmo dos Reis Amaral, Jerónimo dos Reis Amaral, e Leão Pedro dos Reis Amaral (Ferreira, 1961).

Uaibobo, em Luca, em Lacluta capturaram todos e meteram todos ali porque disse[ram] que nós é que somos da coroação de Portugal e apanharam... e castigaram todos....

Depois os portugueses quando regressaram para Timor, só construíram um monumento ali a D. Jeremias... Os portugueses [deviam reconhecer] a nós de Luca que nós é que somos os grandes e verdadeiros... que trabalhamos em conjunto com os portugueses (Entrevistas de António Tomás Amaral da Costa 2017-2023).

O interlocutor realça as acções de Jeremias Amaral como resistente abnegado ao invasor nipónico e de solidariedade para com o sofrimento de portugueses e timorenses, defensor da bandeira portuguesa, enquanto realça a centralidade da Casa de Luca no seu tronco central e nos ramos segmentares na aliança com os portugueses. Segundo Amaral da Costa, uma organização das vítimas da ocupação japonesa, de nome OPVG terá reclamado o corpo de D. Jeremias e a organização não governamental (ONG) *Luta Hamutuk* terá pedido o reconhecimento das vítimas dos japoneses. Amaral da Costa alega ter reclamado junto do governo japonês o seu património familiar, nomeadamente objectos *lulik* que teriam sido roubados pelos militares japoneses, mas que o espólio familiar não lhe foi devolvido, nem foi paga qualquer indemnização (Entrevistas de António Tomás Amaral da Costa 2017-2023).

Clementino Amaral também evidenciou a luta heróica de D. Jeremias face ao ocupante nipónico e a protecção de portugueses e timorenses A aliança entre a centralidade política colonial do governo português de Timor e a centralidade política nativa de Luca constituíram um posicionamento transversal no discurso de Clementino Amaral ao longo das entrevistas. Na minha visita a Luca, organizada e acompanhada pelo interlocutor com todo o cuidado, foi-me mostrado o monumento erigido a D. Jeremias Amaral, quando atravessámos Viqueque, de regresso a Díli. Singelo, semelhante ao padrão de Oe-Cusse que assinala a chegada dos portugueses a Timor, encontra-se no centro de uma rotunda do Município de Viqueque, como um símbolo da história da Casa e do *suco* de Luca, da aliança entre *liurais* e governo colonial português, da defesa heróica de valores humanitários.

1.3. Zeferino Amaral e a “Revolta de Viqueque”

Como vimos na Figura 4, D. Jeremias dos Reis Amaral foi chefe de *suco* de Luca entre 1933 e 1944, tendo sido sucedido no cargo por Zeferino Amaral, com quem partilhava o parentesco. Zeferino exerceu o cargo de chefe de *suco* de Luca entre 1944 e 1959. Preso e castigado pelos japoneses durante a invasão do território timorense (Entrevistas de António Tomás Amaral da Costa 2017-2023), Zeferino Amaral (também mencionado por fontes portuguesas como *liurai* de Luca) foi agraciado por parte do governo colonial com o louvor e a isenção do pagamento

do imposto indígena entre 1947-1952, em resultado dos seus actos de chefe timorense em prol da soberania portuguesa em Timor, conforme anteriormente referido.

Após o preito a Zeferino Amaral e a par de todo o enaltecimento da figura de Jeremias Amaral na narrativa colonial, surge a acusação do envolvimento de Zeferino na “Revolta de Viqueque” de 1959 (Figueiredo 2018).

A “Revolta de Viqueque” foi um movimento insurreccional contra as autoridades coloniais portuguesas que congregou factores internos e externos, violentamente reprimida e destroçada. Dentre as causas deste movimento contam-se abusos de poder, injustiças sentidas pelos plebeus face às elites, das elites e plebeus face a administradores coloniais, aliados à acção do cônsul da Indonésia em Díli e de catorze militares indonésios desertores refugiados políticos em “Timor Português”. Estes militares faziam parte do movimento dissidente das Celebes (PERMESTA) e representavam uma oportunidade de países ocidentais apoiarem o enfraquecimento do poder do presidente indonésio Ahmed Sukarno (Figueiredo 2018). Segundo Roque (2019), a ameaça da atracção indonésia e duma conspiração da Indonésia para anexar o Leste da ilha de Timor, associadas à percepção de um anticolonialismo e um sentimento anti-português crescentes, atemorizou a frágil comunidade colonizadora portuguesa. Janet Gunter também sublinha esta mesma tensão política:

“Uma frágil hierarquia com dois níveis entre agentes coloniais e elites e entre elites e plebeus, criou as condições voláteis que propiciaram a violência coletiva... A consequência dos actos de rebelião foi um caos tornado possível por hierarquias rígidas e ressentimentos entre elites, e oportunismo por parte de plebeus e elites...

Abusos e excessos espontâneos motivados pela ganância e fome de poder... foram cometidos durante os dias caóticos de junho de 1959, e isto perdurou muito depois do evento. As tensões em jogo não eram meramente colonizadores-colonizados, mas sim elite-plebeus... Aqui tornam-se evidentes as ligações entre os relatos da elite do domínio indirecto, a ocupação japonesa e a história da rebelião” (Gunter 2008, 2, 17-18).

Gunter (2008, 30), no seu estudo sobre a “Revolta de Viqueque” (1959), argumenta que segundo as elites locais, o domínio indirecto português foi consolidado entre finais do século XIX e início do século XX através da agência dessas mesmas elites. A autora estabelece uma relação entre o muito reduzido rácio de contacto entre timorenses e não timorenses e as revoltas de Viqueque (1959) e de Manufahi (1911-1912), dado que essa diferença de *rácio* era ainda mais relevante em Viqueque e Baucau, só superada por Manufahi. Esta autonomia explica, no entender de Janet Gunter, que um tema recorrente nas narrativas orais das elites fosse a “participação activa timorense na sua incorporação nas novas hierarquias coloniais. Essas estruturas desenvolveram-se no fim do século XIX e início do século XX, inicialmente baseadas

na aliança matrimonial e no tributo simbólico e mais tarde baseadas em negociações directas com o poder colonial” (Gunter 2008, 31).

Por outro lado, a substituição de *liurais* por arbítrio de administradores e chefes de posto, criou e agudizou tensões e rivalidades que eclodiriam violentamente na Segunda Guerra Mundial e na Revolta de Viqueque. A ocupação japonesa em Timor foi um evento traumático de violência nunca antes vivida e de explosão das tensões acumuladas durante a consolidação do domínio indirecto, com a participação de timorenses em actos de violência extrema. Gunter relata assim este momento:

“A máquina militar - a sua escala e disciplina fizeram com que o domínio indirecto português parecesse descartável. Em apenas três anos, toda a base do domínio português em Timor tinha sido profundamente abalada com o desaparecimento de *liurais* leais. A administração colonial de regresso estava inteiramente consciente disto. Aproveitando o estado atordoado e desesperado da população, na "reocupação", a nova administração portuguesa reuniu cerca de 1.000 elites que acreditava serem colaboradoras. Estas foram desenraizadas das suas comunidades, e exiladas para a ilha de Ataúro, onde a maioria morreu” (Gunter 2008, 18).

Para além das tensões já evidenciadas, políticas insensíveis da administração colonial terão reforçado ainda mais antagonismos entre as elites sobreviventes e ressentimentos contra a referida administração. Na região oriental de Viqueque, abusos de poder de administradores locais portugueses parecem ter incendiado o rastilho da revolta liderada pelas elites (Gunter 2008, 19). Zeferino Amaral contava-se entre elas.

Em entrevista, Amaral da Costa descreveu Zeferino Amaral como líder de um movimento independentista republicano composto por outros *liurais*, estabelecendo ligação à “Revolta de Viqueque” de 1959.

“D. Zeferino dos Reis Amaral era irmão mais novo de Dom Jeremias...

Sete *liurais* de Viqueque... veem encontrar-se para fundar a União da República de Timor [URT], para pedir [a] independência ao governo português, baseando-se na Constituição da República de Portugal de 1933, porque... o artigo 1... deu o reconhecimento da autodeterminação da independência de todos os territórios ultramarinos, das províncias... portuguesas...

Os sete *liurais*... vão escrever uma carta ao governador Óscar Ruas em 1946, com... conhecimento ao[s] presidente[s] de Portugal e... da Indonésia. O governador chamou os sete *liurais* para se apresentarem em Díli e disse: - O... governo português não esquece os nacionalistas de Luca que em primeiro lugar receberam os portugueses em... 1515 até agora... Portugal reconhece D. Jeremias Amaral de Luca [e] vai construir um monumento em Viqueque. O governo português vai instituir uma escola... para formar os intelectuais para governar a província ou o país, ...para estudar a vida da economia... sustentável... para... um país independente, [para] estudar... relações diplomáticas internacionais...

[O] segundo [membro da URT] é Zeferino de Amaral de Luca... Os sete *liurais*...

querem assinar [um acordo] e conversar com o governo português... Quando [o presidente da URT] morreu, Zeferino vai substituí-lo] na liderança da URT... Os *liurais* estão a entrar na organização para o governo português cumprir o plano de autodeterminação e independência (Entrevista de António Tomás Amaral da Costa).

Segundo Amaral da Costa, Zeferino Amaral pretendia negociar a independência do território a longo prazo com o governo colonial português, através da URT. O interlocutor faz corresponder o início deste movimento com o processo de independência da Indonésia (1945-1949), com a declaração de independência de Sukarno e Mohammad Hatta. Em 1959, Zeferino Amaral na sua qualidade de presidente da URT viu-se envolvido na “Revolta de Viqueque”, um movimento insurrecional armado contra a dominação portuguesa de Timor, por intervenção dos catorze dissidentes indonésios e de alguns *liurais* mais aguerridos envolvidos na URT. Nesse ano, Zeferino perdeu o cargo de chefe de *suco* de Luca, foi detido e preso em Ataúro e depois desterrado para Cailaco, que se situa no actual Município de Bobonaro, sem nunca mais ter podido regressar a Luca.

Mais uma vez, Amaral da Costa foca a sua narrativa na centralidade de Luca e da relação entre Luca, membros da Casa de Luca e o governo colonial português, assim como na agência dos *liurais* e de Luca na história timorense. O interlocutor mobiliza repetidamente documentação portuguesa para a sua versão da história, neste caso a Constituição Portuguesa de 1933, assim como a referência que Fernando Figueiredo (2018) faz à URT. No entanto, o texto da Constituição do Estado Novo não corrobora a ideia de Amaral da Costa. Com efeito, no seu artigo 1.º, a Constituição define o território do Império Colonial Português, no qual enquadra Timor e suas “dependências” (Portugal. Constituição de 1933; Portugal. Acto Colonial 1933). Por outro lado, Figueiredo (2018, 84) descreve a URT como “‘movimento de emancipação’, de raiz islâmico-malaia, que pugnou pela independência de Timor Oriental quer de Portugal, quer da Indonésia, existiu entre 1960 e 1975”. Veja-se também Moisés Fernandes (2005).

Figueiredo (2018, 73) e Gunter (2008, 18-19) argumentam que múltiplos eventos e sentimentos colectivos e individuais pré- e pós-revolta mantinham feridas abertas nos populares e autoridades nativas, a saber: abusos de poder da administração colonial; violência extrema “multidireccional” durante a ocupação japonesa; rivalidades entre elites; afastamento e morte de vários *liurais* e ascensão de rivais “oportunistas” abalando também a base do domínio português em Timor; castigos na “reocupação portuguesa” de cerca de mil autoridades nativas acusadas de traição pela nova administração, muitos das quais se declararam inocentes, presas em Ataúro onde muitos vieram a falecer; políticas da administração colonial que alimentaram

a animosidade de elites contra a administração e antagonismos entre as elites sobreviventes; a repressão de 1959 sobre populações inocentes ou vulneráveis, o desterro de alguns dos considerados culpados da rebelião para colónias penais em Angola e Moçambique e outros confinados a Ataúro, como foi o caso de Zeferino Amaral. Figueiredo (2018, 81) indica que Domingos dos Reis Amaral e Nicodemus dos Reis Amaral estiveram presos em Angola e que, mais tarde, em 1970 foram libertados e regressaram a Timor. Pelo apelido, parece tratar-se de familiares de Zeferino Amaral, mas não encontrei mais referências sobre estes intervenientes.

No contexto da “Rebelião de Viqueque” de 1959, o governo colonial português, paradoxalmente para elementos da mesma Casa, castiga Zeferino Amaral e, ao mesmo tempo, apropria-se e manipula a figura e a acção de Jeremias Amaral. Roque (2019, 100) argumenta que o então governador Themudo Barata (1959-1963) “em parte como um impulso para suprimir a dissensão política existente e impedir a sua propagação, ...decidiu projectar no presente uma história de supremacia colonial e lealdade indígena, ...incutindo sentimentos de respeito e patriotismo através da mitologização oficial de um panteão de heróis e mártires da história colonial recente de Timor”.

O mesmo tipo de manobra imperial portuguesa para o contexto local, nacional e internacional que ocorreu com Jeremias Amaral, terá sido explorada no contexto internacional em acções de visibilidade colonial como a visita de *liurais* ao Vaticano em 1957, o que contrastava com o efectivo esvaziamento do poder dos *liurais* face a uma colonização portuguesa em Timor que se vinha a intensificar.

Figura 9. *Liurais* no Vaticano



Fonte: Autor desconhecido, *Blog a Bem da Nação* (1957).

Esse esvaziamento do poder dos *liurais* está patente neste importante testemunho do *liurai* de Maubara, Gaspar Nunes, que reproduzo no trecho da carta que ele dirigiu ao governador de Timor, em 1971 (Carta do *liurai* de Maubara 1971). O *liurai* queixava-se do desrespeito da geração mais jovem pelos valores e autoridades tradicionais, num mundo em profunda mudança, de progresso acelerado e desregramento. Ele propôs mesmo a extinção do regime das autoridades tradicionais, oneradas apenas com responsabilidades e sem quaisquer compensações ou protecção. O *liurai* Gaspar Nunes, ao contestar a sentença colonial de prisão do seu homólogo *liurai* de Atsabe, Guilherme Gonçalves, atestou desta forma a situação política e social “caótica”, as tensões geracionais e os sentimentos conexos dos *liurais* esse respeito:

“Aproveitando-se da evolução em curso, a geração do presente, que se apartou da autoridade tradicional, está provocando uma espécie de vingança contra um passado recente... A situação é... dramática, parecendo que assim já não se justifica a existência de autoridades tradicionais que, sem estarem investidas de autoridade protegida, estão sendo autênticos bodes expiatórios duma transição rápida e fulminante... pelo auxílio que prestam às autoridades administrativas.

...Resta-nos solicitar... e nisto me acompanham os Chefes tradicionais mais representativos que seja extinto o regime de autoridades tradicionais, libertando-nos duma responsabilidade que não tem qualquer contrapartida... nem ao menos protecção” (Carta do *liurai* de Maubara 1971).

Esta exposição da situação dos *liurais* motivou duas cartas urgentes em 1971 do governador José Valente Pires (1968-1971) ao ministro do Ultramar, Joaquim Moreira de Silva Cunha, a solicitar a absolvição do réu, o *liurai* de Atsabe (Carta particular do governador 1971a, 1971b). O governador também apelou ao *liurai* de Maubara, Gaspar Nunes para que os *liurais* se mantivessem em funções. Este evento ilustra a agência dos *liurais* face ao governo colonial e às mudanças políticas e sociais em Timor, assim como a ligação que os *liurais* asseguravam entre as suas populações e a administração colonial, e a significância da relação entre os *liurais* e o governo colonial para as duas partes.

No início da década de 1970 fazem-se sentir convulsões sociais a que o trecho da carta alude, para as quais os movimentos políticos devem ter contribuído significativamente. Passarei agora a aprofundar as movimentações políticas nesta década tão agitada e o papel dos *liurais* e de Luca nestas dinâmicas.

2. A organização política e partidária dos *liurais* desde 1974

2.1. KOTA

Os últimos anos do Império Português assistiram aos movimentos de descolonização iniciados

após a Segunda Guerra Mundial. As guerras de libertação das colónias africanas e a constatação da insustentabilidade do império português alicerçaram a mudança que se efectiva com a Revolução dos Cravos ocorrida no 25 de Abril de 1974. A promessa de descolonização foi uma das principais palavras de ordem do 25 de Abril (cf. Gunn 1999; Hill 2002).

Os Movimentos de Libertação Nacional do século XX basearam-se num compromisso de mudança social que, dependendo do contexto histórico de cada movimento, incluíram “o desmantelamento das estruturas sociopolíticas pré-coloniais tradicionais e a redistribuição da terra nas zonas rurais³⁸, bem como a luta contra o capitalismo em contextos urbanos industrializados e a construção de uma sociedade socialista” (Cabral 2002, 24).

Em Timor-Leste, a Revolução dos Cravos abriu caminho às aspirações de liberdade. “A pequena e educada elite *assimilada* de Timor Português desenvolveu novos partidos” (Leach 2017, 227). Formaram-se progressivamente a União Democrática Timorense (UDT) e a Associação Social Democrata Timorense (ASDT), mais tarde renomeada Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (Fretilin), que favoreciam a independência do território (CAVR 2013). A Associação Popular Democrática Timorense (Apodeti) e o Partido Trabalhista Timorense (conhecido por Trabalhista) também surgiram neste período. A Associação Popular Monárquica de Timor (APMT) terá surgido em Outubro de 1974 e em Novembro terá mudado o nome para Klibur Oan Timor Asuwa’in (Pt: Filhos dos Guerreiros da Montanha) ou KOTA.

Um ano após o 25 de Abril e no auge da Guerra Fria, a perda da guerra no Vietname para o Norte comunista deu o mote para os Estados Unidos da América (EUA) encararem o regime militar anti-comunista do presidente indonésio Haji Muhammad Soeharto ou Suharto como um baluarte de estabilidade do sistema político-económico que pretendiam para a região. Segundo a CAVR:

“As esperanças de que a descolonização em Timor fosse feita suavemente foram frustradas pela negligência da governação portuguesa, a interferência da Indonésia apoiada pelos seus principais aliados ocidentais: os EUA e a Austrália, e a... falta de experiência política dos jovens, principalmente líderes dos partidos recém-formados, cujo discurso político foi fortemente impregnado com retórica de violência e ataques pessoais, em vez de troca de ideias” (CAVR 2013, 9).

O conceito de distintas visões ideológicas da futura Nação timorense proposto por Michael Leach (2017) que ele designa por “nações de intenção” é profícuo para a compreensão do

³⁸ Segundo Aditjondro (1994), a posse de latifúndios aproximava *liurais* aliados de Portugal, dos líderes da UDT e da Apodeti, assim como da Igreja Católica contra a Fretilin, temerosos que singrassem politicamente junto da população, por causa do seu ideal de redistribuição das grandes propriedades.

processo de autodeterminação e da construção da identidade nacional.

A APMT-KOTA promoveu uma visão distinta da autoridade *liurai* tradicional trazida para o domínio nacional (Leach 2017). Os membros do partido eram na sua maioria os próprios fundadores e os seus círculos sociais imediatos. Leão Pedro dos Reis Amaral do grupo de origem de Luca, José Martins e Pedro da Costa Ramalho foram os fundadores do partido. José Martins foi o seu primeiro presidente, sucedido no cargo por Leão Amaral e mais tarde por Clementino Amaral, como veremos mais adiante neste capítulo. Conforme referido, muitos *liurais* e seus descendentes eram apoiantes da UDT e, em menor número, de outros partidos.

O KOTA defendia a restauração dos reinos (divididos então em *sucos*) e do poder dos *liurais*. O partido visava a criação de um estado monárquico, embora fosse inédito um governo monárquico em Timor-Leste como um todo (Cabral 2002; Jannisa 1997; Leach 2017). A proposta do partido traduzia-se em:

“...sistema híbrido no qual o *liurai* seria eleito para uma legislatura, que por sua vez elegeria um monarca presidente... [o que] impediria o surgimento de facções políticas, ...afirmando uma visão mais tradicional da tomada de decisões fundada na hierarquia, no consenso e no direito consuetudinário... Procurou um regresso às práticas da era do domínio indirecto, consubstanciado na fidelidade externa à autoridade portuguesa, mantendo ao mesmo tempo a autoridade *liurai* sobre a governação interna” (Leach 2017, 60).

Um dos seus ideólogos, Francisco Ximenes sugeriu manter laços com os portugueses, reivindicando mistura de sangue no passado e raízes topasses. A liderança do KOTA não tinha base em Díli, foi fundada pelas elites tradicionais *liurais* dos distritos, ao contrário dos outros partidos, o que comportou desvantagens na mobilização política e no reconhecimento por parte das autoridades portuguesas no processo de descolonização (Leach 2017).

Clementino dos Reis Amaral apontou o KOTA como resposta à polarização de Timor-Leste entre o movimento pró-ocidental (representado pela UDT) e o movimento pró-comunista (representado pela Fretilin). Os líderes do KOTA viam a monarquia como alternativa aos conflitos ideológicos e até à incompatibilidade entre os dois blocos da Guerra Fria (Entrevistas de Clementino dos Reis Amaral 2018-2019).

Os *liurais* e seus descendentes não se reuniram em torno de um único partido, nem mesmo do KOTA que enfatizava os privilégios tradicionais dos *liurais* e que tinha um projecto de estado monárquico. Os *liurais* integraram os mais diversos projectos políticos e tiveram influência na formação dos vários partidos como militantes ou dirigentes. Entrevieram com o seu peso junto das populações, influenciando no modo como os partidos se conseguiram implantar a nível regional.

Entretanto, as tensões entre Fretilin e a UDT tinham vindo a aumentar. A UDT retirou-se da coligação que, entretanto, firmara com a Fretilin, após a visita dos representantes dos dois partidos a Jacarta. O expressivo número de seguidores da Fretilin assustava a UDT e a interferência dos militares indonésios, alarmados por um nível ameaçador de unidade nacional, incendiava a desconfiança entre as partes. A Fretilin boicotou a conferência de descolonização de Macau (Junho de 1975). Após as eleições de *suco* em Lautém, organizadas no âmbito do processo de descolonização português, a UDT lançou o seu golpe armado (11 de Agosto de 1975). A Fretilin reagrupou-se e respondeu a 20 de Agosto, rapidamente obtendo o controlo do território. Cerca de 20.000 timorenses de Leste filiados na UDT, Apodeti, KOTA e Trabalhista fugiram para Timor Ocidental (CAVR 2013; Leach 2017). “Os confrontos entre estas ‘nações de intenção’ definiriam as linhas de falha dentro do nacionalismo timorense inicial, evidenciadas na guerra civil” (Leach 2017, 227), cuja violência deixou uma profunda ruptura na sociedade timorense com repercussões até à actualidade.

As maquinações político-estratégicas internacionais entre Indonésia, EUA e Austrália, e os desentendimentos internos entre Fretilin e UDT, incapazes de chegar a um acordo, levaram à Declaração Unilateral da Independência da Fretilin de 28 de Novembro de 1975 e à declaração da integração na Indonésia pelos representantes dos outros quatro partidos. A 30 de Novembro, em Timor Ocidental, representantes destes partidos (UDT, Apodeti, KOTA e Trabalhista) assinaram a “Declaração de Balibó”, documento que condenava a Fretilin e pedia a integração de Timor-Leste na Indonésia. Tal documento serviu de justificação à reivindicação do governo indonésio de que a maioria dos partidos políticos timorenses apoiavam a integração. Alguns dos signatários declararam que o documento foi assinado sob pressão do Estado Indonésio e que havia duas versões do documento: uma original, com uma gramática inglesa pobre; e uma outra versão subsequente e acrescentada, apresentada pela Indonésia à ONU (Leach, 2017). Na carta que a seguir apresento, da autoria de José Martins, presidente do KOTA em 1975 e dirigida ao Secretário-Geral da ONU em 1979, ele denuncia a manipulação de que ele e os seus homólogos presidentes dos outros partidos políticos foram alvo por parte do aparelho de estado indonésio.

“A declaração de integração de Timor-Leste na Indonésia é uma farsa porque foi feita em Bali, na Indonésia, a 2 de Dezembro de 1975. Enquanto a FRETILIN fazia a declaração unilateral de Independência de Timor-Leste, em Díli — capital do território — a 28 de Novembro de 1975, o nosso ‘Movimento Anti-Comunista’ declara a ‘integração’ a 1000 km de distância, em Bali, no... Hotel... que pertence ao Coronel Sugianto, assistente do General Ali Murtopo. Tudo foi uma verdadeira farsa sem um mandato do nosso povo...

No dia 16 de Dezembro de 1975 falei perante o Conselho de Segurança das Nações

Unidas enquanto Presidente do Partido KOTA... Era membro de uma delegação de 3 indivíduos. Os outros eram o Sr. Guilherme Gonçalves e o Sr. Mário Carrascalão, respectivamente representantes da APODETI e da UDT.... Vim..., mas não como homem livre. Fui forçado, como o foram então muitos outros, e enquanto prisioneiro, a ler o que os indonésios tinham escrito.... Tornámo-nos instrumentos do Governo indonésio no preciso momento em que, fugindo perante o avanço das forças da FRETILIN, entrámos em território indonésio (em Setembro de 1975). A desmembrada direcção da APODETI, UDT, KOTA e Partido Trabalhista depressa se apercebeu de que enquanto procurava ‘a liberdade’ caímos nas mãos do exército indonésio” (Carta de José Martins ao Secretário-Geral da ONU, 1979, in Barbedo de Magalhães 2001, 90)

Segundo Aditjondro (1994, 22) apenas sete *liurais* de Timor-Leste (de entre trinta e cinco *liurais* existentes) teriam comparecido na cerimónia de integração do Conselho de Representantes do Povo de Timor-Leste, que em 1976 terá solicitado a integração na Indonésia.

Posições estratégicas de familiares da mesma Casa nas diversas forças políticas permitiram garantir a sobrevivência de muitos membros da respectiva Casa. As dinâmicas políticas familiares não eram lineares e frequentemente as Casas tinham elementos nos vários partidos políticos. O grupo de origem de Luca afirmou pela voz dos seus principais interlocutores, que assim aconteceu com a sua Casa (Entrevistas de Clementino dos Reis Amaral 2018-2019; Entrevista de José Luís Guterres 2018).

Leão Amaral e Clementino Amaral que na década de 1970 eram altos quadros da administração colonial portuguesa e o último ocupara importantes postos em zonas de fronteira terrestre com “Timor Indonésio”, foram cooptados pelo regime indonésio para ocuparem respectivamente os cargos de: deputado em Timor e de deputado por Timor como membro do Golkar (partido no poder) no Parlamento Nacional da Indonésia, em Jacarta. Simultaneamente, José Luís Guterres era membro fundador da Fretilin, partido no qual Amaral da Costa também era membro (Entrevista de José Luís Guterres 2018; Entrevistas de António Tomás Amaral da Costa 2017-2023; Entrevistas de Clementino dos Reis Amaral 2018-2019. Sobre as biografias destes três interlocutores vejam-se os Capítulos 5, 6 e 7 desta tese).

Durante o período da ocupação indonésia, de 1975-1999, só voltamos a ouvir falar no KOTA em 1998 no âmbito do Conselho Nacional da Resistência Timorese (CNRT) na condição de frente unida de resistência, movimentos políticos dos quais falaremos a seguir a esta próxima secção do capítulo. Por ora, debateremos os papéis que os *liurais* foram desempenhando no seio da Resistência Timorese durante a ocupação indonésia (1975-1999).

Movimentações *liurais* na Resistência Timorese

A relação dos invasores indonésios com os *liurais* em Timor-Leste foi dúbia. Apesar de *liurais*

terem sido convidados para Jacarta e de se terem celebrados “laços de sangue” com os governantes locais das ilhas próximas de Timor, a concepção monárquica como ideal político não tinha lugar no regime de ocupação indonésio (Kammen 2009). Na Resistência Timorense, a visão da estrutura política sobre os *liurais* parece ter sido bifocal. A ala mais revolucionária da Fretilin assumia-se contra o colonialismo e contra os *liurais* com quem rejeitava interações, conotando os seus antepassados como “servidores do colonialismo” e “exploradores do povo”, como testemunhou Amaral da Costa (Entrevistas de António Tomás Amaral da Costa 2017-2023).

Todavia, a liderança da Resistência e das Forças Armadas de Libertação de Nacional de Timor-Leste (Falintil) cooptaram *liurais*/descendentes para ajudar as populações locais, facilitar a comunicação entre os activistas partidários e a população, organizar e supervisionar a logística por detrás das linhas. Segundo Cabral (2002, 244), “as competências que o *liurai* tinha adquirido, quer tradicionalmente quer sob o regime português, foram postas a trabalhar para ajudar o partido [Fretilin]”.

O papel dos *liurais* na mobilização da população foi sendo reconsiderado pela Resistência ao longo do tempo, adensando as tensões e contradições deste complexo processo histórico. A rejeição inicial dos *liurais* protagonizada por uma das alas da Fretilin, das suas Casas e do que simbolizavam, culminou em prisões e mortes de descendentes de *liurais*. Essa rejeição deve ser enquadrada nos movimentos nacionalistas a nível mundial que pressupunham uma nova ordem social igualitária que substituísse as clivagens sociais tradicionais e coloniais. Não obstante, em Timor-Leste (como noutras regiões), líderes políticos e militares da Resistência reconheceram nos *liurais* e seus descendentes, competências úteis para a Resistência, em virtude da autoridade tradicional que comportavam e da sua escolaridade. Em diversos discursos de dirigentes políticos deste período, foram sublinhadas movimentações políticas anti-coloniais lideradas por *liurais*³⁹ ao longo da história de Timor.

Durante a viragem para a guerra de guerrilha de 1979 até final dos anos 80, a Fretilin continuava empenhada na mudança social. Alguns aspectos do sistema social hierárquico tradicional de Timor-Leste tinham sido eliminados das fileiras da Fretilin e das Falintil, mas algumas práticas e valores tradicionais persistiam. As populações locais guardavam respeito

³⁹ Francisco Xavier do Amaral na sua investidura como presidente da República, em 28/11/1975, no contexto da Declaração Unilateral da Independência, sublinhou os confrontos liderados pelos *liurais* em múltiplos locais, como contributo fundamental para a independência de Timor-Leste. Abílio Araújo defendeu que as movimentações anticoloniais foram lideradas por *liurais* até 1912 e que representavam o esforço das populações dos reinos de Timor contra o colonialismo. Neste prisma, Nicolau dos Reis Lobato terá proclamado: “Nós somos os únicos e legítimos depositários do legado dos nossos antepassados – a defesa intransigente da Libertação do nosso Povo” (Gusmão 2018, 48).

pelos seus *liurais* tradicionais, independentemente da sua anterior filiação política. *Liurais* que tinham apoiado outros partidos políticos antes da invasão estavam agora a trabalhar com a Fretilin. Alguns tornaram-se organizadores reconhecidos e eram normalmente nomeados ou eleitos sem competição para chefiar organizações locais com base nas experiências e competências que tinham nas lideranças locais. De acordo com Cabral (2002), vários líderes da Fretilin e comandantes das Falintil eleitos eram descendentes de *liurais* pela educação a que tiveram acesso. O mesmo autor defende que, após a invasão, a Fretilin trabalhou ao lado do sistema tradicional das Casas e dos “pequenos reinos”, lavorando com alguns dos *liurais* tradicionais e “dando-lhes um papel a desempenhar na Resistência” (Cabral 2002, 438).

Por outro lado, como anteriormente referido, o governo colonial indonésio (1975-1999) atribuía postos de liderança a líderes tradicionais que apoiassem a integração, não obstante o “jogo duplo” praticado por funcionários timorenses da administração indonésia.⁴⁰

KOTA rumo à Independência

Como indicado acima, só no final da ocupação indonésia é que voltamos a ter informações sobre o KOTA. O final da década de 1990 foi um momento de concentração dos esforços dos partidos políticos juntamente com a Fretilin numa mesma frente política, em torno da causa comum da Resistência Timorense, pela independência de Timor-Leste. Na passagem do Conselho Nacional da Resistência Maubere (CNRM) para Conselho Nacional da Resistência Timorense (CNRT) em 1998 é dada ênfase à política de unidade nacional em que participam partidos políticos nomeadamente o KOTA, organizações não-governamentais, estudantis e a Igreja Católica (CAVR 2013). Tal como os restantes partidos, o KOTA defendia agora a libertação de Xanana Gusmão e a realização de um referendo, e rejeitava a oferta indonésia de autonomia.

De acordo com informação veiculada pela CAVR (2013)⁴¹, foram seleccionados doze membros da Comissão Política Nacional para formar a sua estrutura interna, com base na

⁴⁰ Vejam-se as narrativas biográficas dos meus interlocutores na segunda parte da tese, nomeadamente a de Clementino dos Reis Amaral. Amaral esteve duas décadas na Indonésia, primeiro como deputado nacional de Timor-Leste no parlamento indonésio, e depois como comissário e secretário-geral da KOMNAS-HAM (Comissão dos Direitos Humanos da Indonésia).

⁴¹ “Em Setembro de 1998, 12 membros da Comissão Política Nacional foram seleccionados em Timor-Leste com base na decisão de Xanana Gusmão, que tinha o mandato de presidente do CNRT para formar a estrutura interna do CNRT: Abel da Costa Belo, David Dias Ximenes, Domingos F. J. Sousa, Leandro Isaac, João Baptista Fernandes Alves, Leão P. Dos Reis Amaral, Lú Olo, Manuel Viegas Carrascalão, Paulo Freitas da Silva, Taur Matan Ruak, Francisco Lopes Carvalho e Lucas da Costa (na Indonésia). Os membros do Conselho Executivo foram José Ramos-Horta, José Luís Guterres (chefe do Departamento de Relações Exteriores), Manuel Tilman (chefe do Departamento de Recursos e Administração), Roque Rodrigues (Serviços Centrais), Emília Pires

decisão do seu presidente, Xanana Gusmão. Entre os membros da comissão contava-se Leão Amaral, do partido KOTA. No Conselho Executivo encontravam-se José Luís Guterres (chefe do Departamento de Relações Exteriores), dirigente da Fretilin, sobrinho de Leão e Clementino Amaral. Manuel Tilman⁴² que mais tarde seria dirigente do KOTA e impulsor do Senado dos Liurais (que analisaremos mais adiante neste capítulo) constava como chefe do Departamento de Recursos e Administração do CNRT. Na formação do CNRT constavam, então, o KOTA e dois membros da Casa de Luca.

Segundo Carlos Gaspar⁴³, na altura assessor político da Presidência da República Portuguesa, órgão com responsabilidade e competências especiais relativas à descolonização de Timor e à administração de Macau:

“Nós tínhamos bem presente que para lá das clivagens políticas, partidárias, partidários da integração, da independência, revolucionários marxistas, nacionalistas democratas-cristãos, ...havia clãs. Embora os nossos principais interlocutores fossem a Igreja e os partidos, o CNRT, algumas pessoas com quem nós trabalhávamos eram ao mesmo tempo representantes dos partidos e ...eram os chefes dos clãs, homens e mulheres. Havia essa dupla representação. Sempre estive lá” (Entrevista de Carlos Gaspar 2020).

A presença das Casas na política timorense é nitidamente visível para os intervenientes políticos portugueses numa representação diádica de Casas e partidos políticos timorenses. O referendo de 1999 organizado pela ONU, que deu a vitória expressiva à independência de Timor-Leste, marcou o início da era da Administração Transitória das Nações Unidas em Timor-Leste (UNTAET). Este período foi inicialmente visto como um sucesso de construção do Estado, mas mais tarde foi considerado uma oportunidade perdida para um processo inclusivo de construção da Nação, nomeadamente das estruturas tradicionais timorenses (Leach 2017, 227).

O KOTA reconstituiu-se em Agosto de 2000 numa reunião que juntou, em Díli, vinte membros representantes dos então distritos (agora municípios), segundo Pat Walsh (2001). A sua sede era a casa do seu presidente Leão Amaral, na capital:

(Serviços Regionais), Pascoela Barreto (Finanças e Recursos) e Rama Metan (Departamento da Juventude)” (CAVR 2013, 460).

⁴² Manuel Tilman é um político timorense nascido em Maubisse. Foi deputado do partido político Acção Social Democrata Independente (ASDI) na Assembleia da República de Portugal. Fixou-se posteriormente em Macau. Pertenceu à direcção do CNRT na Convenção de Peniche (26 de Abril de 1998). Último secretário-geral do KOTA, ocupou um dos dois lugares conquistados pelo seu partido no Parlamento Timorense nas eleições de 2001, em conjunto com Clementino dos Reis Amaral. Nas eleições legislativas de Junho de 2007, em coligação com o Partido do Povo de Timor (PPT), conquistou um lugar no Parlamento. Candidatou-se às Eleições Presidenciais de 2007 em que obteve o sexto lugar, com 4.09% dos votos.

⁴³ Assessor político da Presidência da República nos dois mandatos do Presidente da República Mário Soares (1986–1996) e nos do Presidente da República Jorge Sampaio (1996–2006).

“[O KOTA] é auto-financiado e depende completamente das contribuições voluntárias dos seus membros. Tem contactos na Austrália (Hornay da Costa Martins), Macau (Manuel Tilman) e Portugal, onde tem boas relações com Dom Duarte, Duque de Bragança. Defende e promove a cultura e tradições timorenses e hoje é principalmente uma associação de famílias *liurais*” (Walsh 2001, 15).

Após cerca de vinte anos na Indonésia e um ano em Portugal, Clementino dos Reis Amaral regressou a Timor-Leste em Novembro de 2000, altura em que assumiu o cargo de presidente do KOTA. Recordando esse período, ele considerou a sua nomeação para a presidência do KOTA como uma sucessão, dado que o cargo tinha sido anteriormente ocupado pelo seu irmão Leão Amaral (Entrevistas de Clementino dos Reis Amaral 2018-2019).

Neste período, Clementino participou nos trabalhos da Assembleia Constituinte como presidente do KOTA. O partido defendia o respeito pelos *liurais* e os direitos humanos universais, e assumia-se “cauteloso quanto à influência ocidental, ...mas subscrevendo os direitos humanos universais e defendendo a harmonização da cultura e prática timorenses com estes princípios” (Walsh 2001, 16). O KOTA apoiava o multipartidarismo republicano e um papel mais forte para o presidente, expressando apoio a Xanana Gusmão como presidente. Apoiava o desenvolvimento das actividades produtivas primárias e do turismo para a redução da pobreza. Defendia o Tétum como língua nacional e o ensino do Português, Indonésio e Inglês. O foco da política externa devia assentar no desenvolvimento de relações saudáveis com os países vizinhos, sobretudo com as potências regionais mais próximas (Austrália e Indonésia), mas também com Portugal e com a Europa Ocidental em geral (Walsh 2001, 16).

O processo de elaboração da Constituição, no qual Clementino participou, estava ligado a um calendário apressado da ONU, impulsionado pela pressão da elite local para 'timorizar' a administração. A Assembleia Constituinte era dominada pelos partidos políticos, com uma participação popular relativamente simbólica. Leach argumenta que, tendo escapado às manifestações mais ideológicas do nacionalismo precoce de forma a manter as diferentes tendências políticas em sintonia, “uma eleição multipartidária competitiva na esteira imediata da era da “frente unida” encorajou o ressurgimento de distintas “nações de intenção ideológicas” (Leach 2017, 227).

Durante a UNTAET, iniciou-se o processo de criação da Assembleia Constituinte (Regulamento da UNTAET n.º 2001/2⁴⁴). A Assembleia, que se formou em 2001, constituiu

⁴⁴ O regulamento constituiu o passo inicial para estabelecer: 1) o processo eleitoral para a eleição dos membros da Assembleia Constituinte que viria a elaborar a Constituição da República Democrática de Timor-Leste; 2) a definição da competência e composição da Assembleia Constituinte; 3) os critérios legais para a aprovação da futura Constituição; 4) o regime jurídico dos partidos políticos e 5) a criação de uma autoridade eleitoral independente (Oliveira 2015).

uma etapa fundamental no processo transitório para a independência (Oliveira, Gomes e Santos 2015, 111). Composta por oitenta e oito deputados eleitos, a Assembleia representava partidos políticos (nomeadamente o KOTA e a hierarquia tradicional timorense, dentre vários outros sectores da sociedade), legitimando e representando “a voz do povo das diversas camadas populares, desempenhando uma importante tarefa na elaboração da Constituição... Os membros da Assembleia Constituinte timorense possuíram legitimidade para se manifestar como poder constituinte originário, dando origem a um novo ordenamento jurídico” (Araújo 2008, 17-18).

Na reunião em que se discutiram as línguas oficiais do futuro Estado Timorense, enquanto líder do KOTA, Clementino Amaral advogou o Português como língua oficial, evocando a ligação antiga entre *liurais* e portugueses, no seio de acesos debates partidários e geracionais (Entrevistas de Clementino dos Reis Amaral 2018-2019).

A Constituição entrou em vigor a 20 de Maio de 2002, quando as Nações Unidas transferiram o poder e Timor-Leste assumiu o estatuto jurídico de Estado independente e soberano (Araújo 2008). O “*tempu* UNTAET” inicialmente visto como um momento favorável para um debate nacional mais inclusivo sobre a Constituição, foi mais tarde considerado uma oportunidade desperdiçada e após este período, as “nações de intenções” parcialmente suprimidas voltariam a colidir na era da democracia multipartidária (Leach 2017, 17). Tensões intergeracionais associadas a diferentes fases da Resistência Timorense confrontaram-se. A articulação de uma identidade nacional pós-colonial unificadora colidiu com experiências e antecedentes educacionais distintos de duas gerações de nacionalistas que viveram durante o colonialismo português e o indonésio. Os debates sobre a língua oficial, articulados com os ressentimentos internos sobre a diáspora que estava de regresso e que foi percebida como beneficiária privilegiada dos frutos da independência, foram particularmente elucidatórios durante estes primeiros anos (Gonçalves, 2016; Leach 2017, 228). A crise político-militar de 2006 poderá ter sido o culminar dramático destas tensões de construção da Nação, contrapondo violentamente os “dualismos” da comunidade política timorense, confrontando nacionalistas mais jovens e mais velhos, autoridade moderna e tradicional, os que procuravam reconciliação e as vítimas que procuravam justiça. Como argumenta Michael Leach (2017, 228), “a crise reflectiu um “choque de paradigmas” entre ideias democráticas tradicionais e liberais de legitimidade, com os timorenses mais tradicionais a verem o Estado-Nação como uma entidade “externa” imposta por Díli, que não reconheceu as tradições que ainda regem as comunidades rurais”. A mesma visão da tensão geracional é preconizada por Douglas Kammen:

“A participação nas eleições e no Parlamento não sugere de forma alguma que Jacob

Xavier ou Manuel Tilman tenham ou venham a ser cooptados e aceitem o modelo dominante de Estado racional e moderno como a solução para as dores crescentes de Timor. Em vez disso, o Parlamento confere-lhes legitimidade e um palco a partir do qual podem galvanizar as correntes de insatisfação...

Quer se seja simpatizante ou não do monarquismo, seria um erro subestimar em que medida estes pontos de vista ressoam na sociedade timorense” (Kammen 2009, 399, 406).

Clementino Amaral foi eleito deputado pelo KOTA e entre 2001 e 2007 integrou o Parlamento Nacional, partilhando a bancada do partido com Manuel Tilman. Simultaneamente, o irmão Leão Amaral presidia ao Senado dos Liurais (veja-se a próxima secção) na recém-nascida República Democrática de Timor-Leste. Manuel Tilman prosseguiu na liderança do KOTA após a saída de Clementino.

Nos últimos anos, os timorenses têm apelado frequentemente à “tradição” e “cultura”. A progressiva timorização do Estado tem sido invocada ao mais alto nível, numa formulação idêntica à que Daniel de Lucca utilizou para a história nacional de Timor-Leste, de como concepções entendidas como tradicionais concorrem especificamente para o processo de constituição de uma política nacional moderna (Lucca 2016, 70). O partido monárquico KOTA invocou ritos da cultura tradicional e mobilizou duas bandeiras: a do partido e a negra da cultura tradicional, propondo que a Constituição zele pelo reconhecimento e preservação da cultura tradicional.

Tilman desvelou os seus ideais na descrição da configuração das bandeiras do KOTA e da Aliansa Demokratika (Pt: Aliança Democrática) que resultou da coligação entre o KOTA e o Partido do Povo de Timor (PPT) em 2007, representadas na imagem a seguir. Manuel Tilman defendeu, num exercício eclético, a conjugação de política e cultura e a recuperação da identidade cultural popular mística (Moura 2007). Tilman descreve a bandeira do KOTA da seguinte forma:

Figura 10. Bandeiras do KOTA e da Aliansa Demokratika



“Temos estas bolas, brancas e pretas, que representam os reinos que já estão na luz e os outros que ainda estão lutando por isso. Aqui há esta bola grande que significa a relação do Homem com Deus, através da criação. Esta bandeira existe em Timor desde os primeiros povos, seis mil anos antes de Cristo... Isto é um "aitos", adorado desde tempos imemoriais. Simboliza a fertilidade da terra e a existência de um único Deus. Nós tínhamos isto. Os cristãos trouxeram aquilo (a cruz), que quer dizer que o nosso Deus já se tinha revelado noutras partes do mundo. Os dois completam-se" (Moura 2007).

Discursos nacionalistas reflectiram a incorporação simbólica de autoridades externas, da liderança ritual e de múltiplas tradições *lisan* e *lulik* mobilizadas como base de uma identidade histórica de forma a tornar o núcleo tradicional das sociedades timorenses num objecto colectivo, nacional e nacionalista. Nas Comemorações de 2015 referidas no capítulo 2, os discursos nacionalistas oficiais recorreram ao papel unificador do Catolicismo articulando sociedades tradicionais com o “sentido de Deus” (T: *Maromak*) e o “sentido do sagrado” (T: *Lulik*)” (Leach 2017, 331). Kammen argumenta que, segundo o pensamento político timorense, o poder deriva da "terra sagrada" (T: *rai lulik*) e dos objectos sagrados. “Isso deve ser convocado e explorado para que a grandeza da pátria e do seu povo se concretize. Os apelos a esta fonte de poder indígena enfatizam tipicamente a sua existência, mas pouco dizem sobre a forma como, uma vez desencadeada, irá reordenar a sociedade” (Kammen 2009, 399).

Manuel Tilman protagonizou os últimos anos do KOTA, tendo sido eleito em coligação com o PPT e exercido as funções de deputado no Parlamento Nacional de Timor-Leste entre 2007 e 2012. Entretanto, a luta interna pelo poder no KOTA entre Tilman e Pedro Costa Ramalho resultou na separação do KOTA de Tilman da Associação Popular Monarquia Timorense (APMT) de Ramalho. O KOTA concorreu às Eleições Legislativas de 2012 em coligação com o Partido Trabalhista Timorense, denominada Aliansa Demokratika, mas não conseguiu eleger deputados. Em 2016, Tilman, então dirigente do KOTA, anunciou a sua filiação no Partido de Libertação Popular (PLP) e o KOTA não constou da lista dos partidos registados nas eleições legislativas de 2017 e de 2023 (CNE 2023; Lusa 2023; Timor-Leste. STAE 2012).

As movimentações políticas dos descendentes dos *liurais* e da Casa de Luca não se esgotam nos partidos. Passarei agora a caracterizar a Convenção dos Liurais e o Senado dos Liurais de Timor Lorosa'e, que começaram a tomar forma no final do processo de autodeterminação timorense, num momento de viragem.

2.2. A Convenção dos *Liurais* e o Senado dos *Liurais* de Timor Lorosa'e (SLTL)

Segundo Carlos Gaspar, antes da decisão da realização do referendo de 1999 foi colocada a questão de uma consulta às forças vivas de Timor-Leste, nomeadamente aos *liurais*, por parte das Nações Unidas. Nessa altura, Kofi Annan assumia as funções de Secretário-Geral da ONU e foi nomeado, pela primeira vez, um representante especial do secretário-geral para Timor-Leste, Jamsheed Marker. Começaram a realizar-se os encontros entre as várias facções políticas timorenses, de mediação e reconciliação em Viena. Em 1998, quando o presidente indonésio Soeharto se demitiu na sequência da crise financeira na Ásia e foi substituído pelo presidente Habibie, houve um novo alento político-diplomático. Marker e as forças timorenses sentiram que havia uma oportunidade. Nas Nações Unidas começou a negociar-se um estatuto de autonomia para Timor-Leste e havia partidários fortes dessa tese, quer entre os timorenses, quer entre as forças políticas e as autoridades portuguesas. Em entrevista que realizei a Carlos Gaspar, ele afirmou: “embora a predisposição dos timorenses, na minha opinião, seja diferente porque os timorenses sabem bem para onde vão, eles nunca vão desistir de lutar pela independência, portanto aquilo é uma etapa intermédia” (Entrevista de Carlos Gaspar 2020). Foi nesse contexto que Marker quis consultar todas as forças vivas timorenses: bispos, forças políticas que foram às conferências de Viena e os *liurais* ou seus representantes, numa agregação “de forças políticas tradicionais e contemporâneas” (Entrevista de Carlos Gaspar 2020). Mas o Presidente da República Jorge Sampaio interveio, entendendo que a autonomia só podia ser a solução definitiva da questão de Timor-Leste se fosse sufragada pelos timorenses: “É o primeiro presidente a dizer... sistematicamente [que] a autodeterminação implica um acto democrático de validação por parte dos timorenses” (Entrevista de Carlos Gaspar 2020). A intervenção nesse processo foi no sentido de bloquear um processo de consulta que fosse uma alternativa ao referendo.

Em 1998, o estatuto de autonomia estava praticamente negociado em Nova Iorque por portugueses, indonésios e pelo gabinete do Secretário-Geral da ONU. Em Dezembro do mesmo ano, Habibie requeria uma resolução definitiva da questão de Timor e não uma definição intercalar, e portanto os timorenses teriam que escolher entre ser parte integrante da Indonésia com autonomia ou ser independentes.

“O que nós [Presidência da República] dissemos é o que diz o direito das Nações Unidas, o que diz o direito internacional... que tem que haver um referendo, ...um acto democrático. É isso que fica estabelecido em Maio de 1999 na reunião das Nações Unidas com Kofi Anan, Jaime Gama e Ali Alatas. O acordo depois vai ser cumprido e, portanto, os *liurais* não chegam a ser [consultados]” (Entrevista de Carlos Gaspar 2020).

Neste contexto, no final de 1998 assistiu-se a uma movimentação inédita de *liurais*. Em Novembro de 1998 foi proposta a realização de uma convenção de *liurais* e a constituição de um senado dos *liurais*. Uma carta de 10 de Novembro de 1998, da autoria do Padre Francisco Fernandes, presidente da associação de solidariedade “Grupo de Macau - Rai Timor” dirigida ao governador de Macau, sublinhava a influência dos *liurais* junto dos povos dos seus reinos. Reforçava ainda a disponibilidade dos *liurais* para contribuírem para “construir consensos entre todos os Timorenses e preparar um Governo próprio”, em resposta ao apelo da ONU e para um maior envolvimento das “autoridades tradicionais nas discussões, ora em curso, na busca de uma solução para o problema de Timor-Leste” (Carta do padre Francisco Fernandes 1998, 2). Esta carta faz referência ao discurso de Jamsheed Marker⁴⁵.

A Convenção dos Liurais em Macau foi promovida pelo padre Francisco Fernandes e por Manuel Tílmán⁴⁶, e organizada pelo Grupo de Macau - Rai Timor⁴⁷. A coordenação da convenção foi co-assumida por Leão Amaral, então presidente do KOTA (Carta de Tílmán 1999). Na convenção procedeu-se à constituição formal do Senado dos Liurais de Timor Lorosa'e (SLTL), no dia 13 Fevereiro de 1999, à aprovação dos estatutos, à eleição dos membros dos órgãos directivos e à discussão e aprovação da estratégia política do Senado (Acta n.º 1 1999).

De acordo com os estatutos, o SLTL é uma organização não-governamental sem fins lucrativos e constituiu-se como:

“Assembleia dos legítimos herdeiros dos Liurais de Timor Loros'ae... chama viva da história e dos valores, da tradição cultural e religiosa dos Reinos de Timor Loros'ae, defende a libertação integral do Homem Timorense, assente na democracia política, social, económica e cultural, e inspirada na fé cristã e na Declaração Universal dos Direitos do Homem” (Estatutos 1999, 1186).

Os membros eram elegíveis dentre os herdeiros legítimos dos *liurais* reconhecidos pelos povos dos reinos de Timor-Leste, e admitidos pela Assembleia Geral (Estatutos 1999). Trinta e dois dos antigos *liurais* de Timor-Leste do interior e exterior do território foram outorgantes do SLTL. Da casa *liurai* de Luca marcaram presença Leão Amaral, João Francisco dos Reis Amaral e José Luís Guterres. A direcção foi assumida por Manuel Tílmán (Escritura 1999).

Uma notícia da *Asiaweek*, datada de 1999, apresenta a Convenção como uma oportunidade

⁴⁵ Este discurso foi proferido no IV Encontro Intra-Timorense, realizado na Áustria (31/10/1998-03/11/1998).

⁴⁶ O Padre Francisco Fernandes tratava Clementino dos Reis Amaral por primo e o pai de Clementino tinha recebido educação religiosa em Macau nos quatro anos que lá esteve.

⁴⁷ Associação de solidariedade criada em 1996 pelo Padre Francisco Fernandes, da qual era presidente, sendo Manuel Tílmán o vice-presidente. A associação terá desenvolvido acções no âmbito da mobilidade dos timorenses durante a ocupação indonésia.

dos chefes tradicionais “esquecidos”, mas ainda influentes nas zonas rurais reafirmarem a sua importância numa fase em que se estudava a possibilidade de autonomia para Timor-Leste. Num tom dissonante, a notícia refere ainda a presença de “timorenses menos nobres”, “diplomatas exilados”, “ex-combatentes da guerrilha” e “um activista vilão” dentre observadores e delegados.

“Apesar da sua disparidade, todos encontraram uma base comum: ...a sua insistência na independência de Timor-Leste. Como disse... um *liurai*... de Ossu: - É melhor para a Indonésia ter um vizinho amigável do que uma província hostil” (*Asiaweek* 1999).

Segundo a ETAN (1999), baseada em informações da Agência Lusa, a reunião dos *liurais* tinha por foco debater a futura estrutura política e administrativa de Timor-Leste, o auto-governo, a administração pública, além do papel dos reinados locais e dos líderes tradicionais.

As leituras do SLTL e do poder político português sobre o papel desempenhado pelos *liurais* neste processo de autodeterminação na sua fase final eram antagónicas. O SLTL via os *liurais* num evidente sentido de agência e protagonismo, em sintonia com o momento de viragem na esfera política timorense, identificados com a luta e o sofrimento do povo⁴⁸. A Presidência da República Portuguesa tinha outros interlocutores políticos que não os *liurais*: o CNRT, Xanana Gusmão, os bispos e os representantes dos partidos políticos, e queria demarcar-se da referida consulta que pudesse substituir um referendo. “Tínhamos em relação a tudo o que pudesse ter a ver com esse procedimento, uma posição de reserva” (Entrevista de Carlos Gaspar 2020).

A procura de representatividade nacional e internacional do SLTL revela-se em várias acções do Senado, nomeadamente nas diversas propostas feitas no contexto da correspondência volumosa dirigida ao Secretário-Geral da ONU, ao Presidente da República de Portugal e a representantes da Igreja Católica. A articulação do SLTL com o CNRT é expressa nesta carta:

“O SLTL vai, sob indicação de Xanana Gusmão e em coordenação com o CNRT, através das organizações... sediadas em Timor e em Jacarta... proceder à evacuação dos... estudantes timorenses... da Indonésia para Timor, ...à organização e controlo dos *census* da população votante timorense, dando ajuda às equipas da ONU, que vão supervisionar a consulta directa sobre a “autonomia alargada”, proposta pela Indonésia” (Carta do SLTL ao Presidente da República de Portugal 1999).”

⁴⁸ Um historial do SLTL afirma ter contribuído para “encorajar e convencer o então Ministro dos Negócios Estrangeiros, Dr. Jaime Gama... [a] assinar com a Indonésia um acordo sobre a realização de um Referendo em Timor-Leste... [Conhecemos] a coragem do nosso Povo. Vivemos e sofremos com eles durante estes 24 anos. Mesmo com pressão e ameaças das milícias e militares indonésios, estamos convictos de que 80% irão rejeitar essa autonomia oferecida pela Indonésia” (Passagem histórica do SLTL 2010)

Carlos Gaspar sugere que a coordenação entre o CNRT, Xanana Gusmão e o Senado dos Liurais tinha como intuito desarmar os partidários da integração que era preciso isolar, muitos dos quais tinham relações com as forças tradicionais: “a importância que Xanana Gusmão dá aos *liurais*, singular e colectivamente, é para isolar os partidários da Indonésia e para os timorenses perceberem que a balança do poder mudou em Timor. O que é típico dum personagem carismático, ...que combina uma legitimidade tradicional e uma legitimidade moderna” (Entrevista de Carlos Gaspar 2020).

De acordo com diversos testemunhos, os *liurais* não terão tido participação visível na Consulta Popular (Entrevista de D. Ximenes Belo 2021; Entrevista de David Ximenes 2021), mas podem ter desempenhado um papel no isolamento dos partidários da Indonésia e na sensibilização para as mudanças de poder em Timor-Leste (Entrevista de Carlos Gaspar 2020).

A presença dos *liurais*, assim como do SLTL continuou a fazer-se sentir na independência. No dia da Declaração da Independência da República Democrática de Timor-Leste e após a proclamação da independência, na terceira cerimónia da tarde, os presidentes da república de Portugal e de Timor-Leste, Jorge Sampaio e Xanana Gusmão trocaram presentes. Sampaio ofereceu ao seu homólogo a Constituição Portuguesa e Xanana presenteou Sampaio com a bandeira das quinas. “Nenhuma palavra, nenhum outro gesto pode resumir melhor os vínculos sagrados que uniram os dois povos, sublinha o presidente [Xanana Gusmão]. Mas faltam ainda as palavras do Leão [de] Luca, 85 anos, o mais velho dos chefes tradicionais que constituem o senado de *liurais* timorenses” (Gomes 2002). A este respeito é emblemático o discurso de Leão Pedro dos Reis Amaral, já na sua qualidade de presidente do SLTL, dirigido a Jorge Sampaio e a Durão Barroso, Primeiro-Ministro de Portugal:

“Nós, os membros do Senado dos Liurais aqui presentes, legítimos descendentes dos *liurais* que em 1515... receberam a Bandeira de Portugal, ...bem como a Cruz de Cristo... sentimo-nos cheios de honra e alegria, por estarmos perante Vossas Excelências.

A Vossa Excelência, Senhor Presidente da República de Portugal... foi feita respeitosamente e com maior emoção, a entrega simbólica de uma Bandeira. As restantes ficam connosco, guardadas em casas “LULIK”... juntas aos Monumentos que os Governadores de então... mandaram construir, na devida altura, em reconhecimento de actos heróicos dos contemplados....

Agradecemos... os... esforços de Portugal... junto... da Comunidade Internacional, o que gerou... a nossa grande sorte de ver hoje esta martirizada Terra, livre e Independente...

Permitam-nos Vossas Excelências patentear aqui uma simples verdade histórica: se em 1515, os *Liurais* de então, nossos antepassados, não tivessem acolhido a Religião Católica e a Bandeira de Portugal, estaríamos sob o domínio Holandês e, hoje, não seríamos independentes!

...Que o DEDO INVISÍVEL DE DEUS, ponha pessoas certas nos lugares certos, o que, talvez, já seja dito e redito por outrem de boas intenções” (Discurso do presidente do

Senado dos Liurais 2002)”⁴⁹.

O raciocínio terá sido sensivelmente este: dado que a colónia holandesa das Índias Orientais se tornou na República da Indonésia por acção do movimento independentista, se Timor-Leste tivesse sido dominado pelos holandeses, faria parte integrante da Indonésia. Esse factor de distinção permitido pela acção dos *liurais*, aliado ao esforço de Portugal junto da comunidade internacional, permitiu a independência de Timor-Leste e a construção de uma Nação independente. Os *liurais* estão, portanto, na génese da possibilidade do colonialismo português que se fez em diversas fases, inicialmente através das acções dos missionários dominicanos. Pelo factor diferenciador da potência colonizadora em conjunto com a Igreja Católica, os *liurais* estão também na génese da nova Nação independente. Segundo este entendimento, os *liurais* são agentes do início e do fim do colonialismo português e da geração do Estado independente.

Neste discurso, o presidente do Senado dos Liurais, Leão Amaral da Casa de Luca agradece, em Timor-Leste e em nome da instituição que representa, mas também em nome dos *liurais* e do povo timorense, após os agradecimentos expressos por Kai Rala Xanana Gusmão e Ramos-Horta, então Ministro dos Negócios Estrangeiros, numa relação dialéctica de permanente equilíbrio tão cara ao pensamento binário timorense entre modernidade e ancestralidade. Era como se, apesar do Estado Timorense estar representado ao mais alto nível, fosse ainda assim necessária a representação do povo timorense pelos *liurais* e a validação do processo político pelos representantes das autoridades tradicionais.

Este terá sido o acto público mais significativo do STLT em Timor-Leste independente. As actividades do Senado dos Liurais, segundo os meus interlocutores, terão passado pela reactivação da organização a pedido do então Presidente da República Democrática de Timor-Leste, Ramos-Horta, no decurso da crise de 2006-2007. Este pedido faz pressupor um período anterior de pouca ou nenhuma actividade deste organismo, assim como um reconhecimento oficial da influência dos *liurais* na sociedade timorense (Passagem histórica do Senado dos Liurais 2010).

No ano de 2010 ocorreram diversas acções do SLTL, nomeadamente o registo do Senado publicado no *Jornal da República da RDTL* (2010), em que surge a referência a Clementino Amaral, irmão de Leão Amaral, da Casa de Luca, na liderança do Senado. A presidência do Senado dos Liurais por Clementino deve ter ocorrido em 2008, por falecimento de Leão Amaral. Nesse mesmo ano, em 2010, realizou-se uma cerimónia pública de lançamento do

⁴⁹ Reprodução das letras maiúsculas, como no documento original.

organismo com a presença dos representantes dos *liurais* dos subdistritos (Passagem histórica do Senado dos Liurais 2010). Numa reunião do Senado, em Díli, projectou-se a realização de trabalho conjunto com D. Duarte e a presença dos descendentes dos *liurais* nos mais altos cargos do país. Reafirmou-se que o papel do Senado no presente e no futuro passaria por respeitar a Constituição da RDTL e “proteger os valores tradicionais que têm mais-valia na vida sócio-cultural deste Povo” (Passagem histórica do Senado dos Liurais 2010).

A realização de um congresso nacional do Senado dos Liurais estaria prevista para 2011. Diversas reuniões internas dos seus órgãos e encontros a nível nacional com os seus membros *liurais* em diferentes municípios, foram dinamizadas pelo SLTL entre 2011-2018. Na segunda reunião distrital do Senado em Baucau, em 2014, o primogénito de D. Duarte, Afonso Rafael, foi investido *liurai* pelo SLTL na presença dos seus progenitores e irmãos e também de Clementino Amaral (na qualidade de presidente do SLTL) e de Ramos-Horta (Entrevistas de Clementino dos Reis Amaral 2018-2019; Casa Real Portuguesa 2014). Nos últimos anos, Amaral da Costa na sua qualidade de membro do SLTL tem defendido o desenvolvimento deste organismo, a intensificação da visibilidade e acção política da associação, e a intenção do Senado se constituir como Câmara Baixa, em colaboração com o Parlamento como Câmara Alta (Entrevistas de António Tomás Amaral da Costa 2017-2023).

Clementino dos Reis Amaral terá presidido ao SLTL entre 2008 e 2020. A presidência do Senado dos Liurais encontra-se vacante por falecimento do seu presidente a 8 de Março de 2020. Em função da pandemia de COVID-19 e da reunião de consensos, o Senado dos Liurais aguarda até hoje a articulação das condições necessárias para a realização dum congresso onde se procederá à escolha do próximo presidente.

A presença da Casa *liurai* de Luca no Senado dos Liurais de Timor Lorosa'e é notória desde a sua constituição e ao longo da história do organismo. Três dos trinta e dois outorgantes que estiveram na base da constituição do SLTL em 1999, eram da casa *liurai* de Luca: Leão Amaral, João Francisco dos Reis Amaral e José Luís Guterres (referenciado como *liurai* no exterior). Luca apresenta o maior rácio de representação por reino, três numa média de um a dois representantes por reino (Escritura 1999; Lista dos participantes 1999; Relação nominal 2014). Tal poderá significar a singularidade política e ritual de Luca que ainda hoje se manifesta de múltiplas formas (rituais de vassalagem, convites para inauguração de *uma lulik's*, convites para cerimónias oficiais, cargos políticos). Dos dezasseis membros do Senado dos Liurais, em 2001, quatro constam como representantes da Casa *liurai* de Luca: Clementino Amaral, Leão Amaral, João Amaral e Isabel Amaral Guterres (irmã de José Luís Guterres), a primeira mulher desta Casa de Luca a integrar o SLTL. A representatividade numérica é aqui muito superior à

das restantes Casas *liurais*, seguida pela casa Côrte-Real com dois representantes.

A Casa de Luca assegurou duas décadas de presidência do Senado de Liurais de Timor Lorosa'e. No início do Senado, Leão Amaral figurava como *liurai* titular da Mesa da Assembleia Geral e João Amaral como *liurai* secretário da Direcção (Acta n.º 2 1999). Leão Amaral surge em 2001 como presidente e *liurai* titular, cargo que deve ter mantido até ao seu falecimento em 2008. Em 2008 terá sido substituído na presidência do Senado pelo irmão Clementino Amaral que assumiu o cargo até 2020 (Relação dos componentes 2001).

3. Os *liurais* e um novo modelo de desenvolvimento

A premência da conciliação da identidade local e nacional, que assegurasse a estabilidade do Estado, evidenciada na crise de 2006 que opôs timorenses da parte oriental e da parte ocidental do país, trouxe visibilidade à questão da incorporação do poder tradicional local numa estrutura nacional, mesmo que numa função consultiva. Leach (2017) argumenta que propostas “pouco viáveis” como o Senado dos Liurais, com o apoio fugaz de José Ramos-Horta, foram lançadas muito próximo da independência. Para Cummins (2015), o cerne desta ideia pode residir numa maior descentralização e no empoderamento das comunidades locais, alicerçados em reformas da governação dos *sucos*. Trindade and Castro (2007), no rescaldo da crise de 2006, identificaram como primordial o restabelecimento do equilíbrio na relação entre autoridade moderna e tradicional. Os autores argumentam que a legitimidade dos líderes nacionais, na actualidade desde a independência, tem origem nas eleições e não nos *sasan lulik* (Pt: objectos “sagrados”), o que constitui uma concepção estranha para muitos timorenses. Tal significa que os antigos líderes legítimos já não estão na esfera do poder e foram substituídos por líderes nacionais sem a legitimidade espiritual adequada. Todavia, como já foi dito, os *liurais* ainda são considerados legítimos e exercem uma influência significativa sobre a população local nas zonas rurais (Trindade and Castro 2007, 22).

Trindade and Castro (2007) procuraram respostas sobre como reforçar os laços nacionais de forma a estarem ao mesmo nível do *juramento* tradicional e do *nahe biti bo'ot* (resolução de conflitos) entre Casas a nível local. O processo *nahe biti* actual, descrito pelos autores, reúne as partes em disputa, as respectivas famílias e as autoridades relevantes num evento público. Segundo estes autores:

Os “*datos* [autoridade espiritual] devem aceitar que as compensações estão de acordo com o mundo espiritual; os *lia nain* [autoridade judicial] devem ver a compensação como concordando com os precedentes históricos e a tradição; e o *liurai* [autoridade política ou

chefes de aldeia] actua como testemunha e dá a aprovação final” (Trindade and Castro 2007, 25).

Ainda que face à política e justiça moderna este processo possa parecer problemático e demorado, o espírito de harmonia e de longa duração motiva os participantes a ultrapassarem diferenças individuais em prol de uma solução de grupo que é vinculativa. Os líderes tradicionais defendem que os métodos de resolução de conflitos habituais são os mais propícios para dirimir conflitos inter-grupos e reconciliar grupos via *nahe biti* e para assegurar as filiações dos grupos às suas *uma lulik* (Trindade and Castro 2007, 25). A ideia da criação de *Uma Lulik* nacional representativa de todas as regiões do país, com o apoio do governo e da Igreja Católica, foi fortemente aclamada nas zonas rurais, ainda que contestada por alguns intelectuais em Díli com o argumento de que a diversidade de *lisan* não pode ser articulada numa única Casa sagrada nacional (Trindade and Castro 2007, 29-30). A *Uma Lulik* nacional preservaria *Sasan Lulik* nacional: a Constituição nacional, a bandeira oficial e uma *rota* criada para o efeito, no sentido de estabelecer a legitimidade e articular a Casa, o mundo espiritual e a Nação (Trindade and Castro 2007, 40). Trindade (2011, 19) argumenta que:

“As instituições do Estado de Timor-Leste ainda são vistas como uma instituição externa (estrangeira) em relação a *Lulik*, porque o Estado de Timor-Leste não reconheceu e incorporou os valores de *Lulik* na sua existência. Se este fenómeno continuar, muitos timorenses acreditam que o país irá enfrentar muitos conflitos políticos e violência no futuro”.

O autor defende a identificação, investigação e incorporação de *Lulik* como filosofia de vida na sociedade, a inclusão de *Lulik* como valores fundamentais de Timor-Leste no currículo escolar, assim como o reconhecimento da existência dos líderes tradicionais (Trindade 2011, 21). Este tema, segundo Leach tinha-se tornado “a questão-chave do nacionalismo timorense: como conciliar o “domínio interior” espiritual da identidade timorense que era inerentemente múltiplo nas suas tradições, com uma ideia moderna de unidade nacional” (Leach 2017, 188). O autor chama a atenção para o que ele classifica de “choque de paradigmas” entre ideários democráticos liberais e tradicionais de legitimidade. Segundo Gusmão and Brown (2010), Hohe (2002), Leach (2017) e Trindade and Castro (2007), a estabilidade do Estado-nação depende do equilíbrio desta relação de paradigmas, integrando as comunidades locais na construção da nação, da paz e da democratização.

“A interação dos sistemas modernos e tradicionais a nível local produziu modelos híbridos de autoridade política local” (Leach 2017, 199). Os resultados do estudo conduzido por Cummins and Leach (2012, 90) sugerem que os administradores distritais e sub-distritais

nomeados, assim como os chefes de *suco*, os membros do conselho de suco e chefes de *aldeia* eleitos que têm legado *liurai* (autoridade política) ou *lia-na'in* (autoridade ritual), possuem maior poder de intervenção e mais eficácia nas funções governativas locais modernas, do que os candidatos de partidos políticos sem legitimidade tradicional local. Se o líder eleito tiver ascendência *liurai*, a liderança do *suco* é significativamente mais fácil por dominar as formas rituais de linguagem que regem a autoridade e por ter a protecção do *lia-na'in*. Recae sobre eles expectativas mais baixas nas funções de chefe. Os administradores e chefes sem legitimidade tradicional enfrentam desafios consideráveis, pois precisam de demonstrar resultados e têm geralmente fracassado no exercício das suas funções (Leach 2017, 200).

Cummins and Leach (2012, 98) identificaram três tipos de relação entre autoridade tradicional e moderna a nível local: dois de “co-incumbência” e um de “autorização”. No primeiro modelo de “co-incumbência”, a comunidade exige ao *liurai* que se candidate à eleição como chefe de *suco* ou de *aldeia*, mantendo um sistema hereditário legitimado através de eleições. Este modelo é mais comum para chefes de *aldeia* do que para chefes de *suco*. No segundo modelo de “co-incumbência” e mais habitual, é prática “tradicional” a “Casa de *suco*” seleccionar líderes locais modernos a partir da Casa *liurai*, ampliando as possibilidades de candidaturas com legitimidade tradicional e inserindo uma certa competição meritocrática neste grupo. O terceiro modelo pode ser denominado de “autorização” do poder moderno pelas autoridades tradicionais, característico das zonas rurais de Timor-Leste. O equilíbrio entre autoridade moderna e tradicional é expresso em termos da separação de poderes, em que o chefe de *aldeia* ou de *suco* assume uma posição administrativa com o apoio simbólico do antigo *liurai* que se encarrega dos assuntos tradicionais (Leach 2017, 199-200).

João Inocência dos Reis Piedade (2001), timorense e professor de Filosofia na Universidade Gregoriana (Roma) identifica a independência com a participação de todo o povo e o dever de estabelecer uma governação democrática, com vista ao desenvolvimento integral. O direito à participação implica a cooperação de toda a população e articula-se com uma descentralização do poder através da promoção de iniciativas individuais e colectivas de pequena e larga escala. O autor argumenta que os *liurais* devem ser considerados ao nível da organização do sistema de governo democrático. Piedade defende que a inclusão dos *liurais* no parlamento, por exemplo, simbolizaria de certa forma a participação do povo, tendo em conta que a organização ancestral da sociedade timorense era liderada pelos *liurais* e que estes exercem influência junto do povo (Piedade 2001, 71).

Ao mesmo tempo que se debatem e estudam formas de relação entre autoridade tradicional e moderna, políticos com identidade *liurai* e da Casa de Luca em particular vão ocupando

posições proeminentes no governo nacional, regional e local, como veremos nos próximos capítulos dedicados às narrativas biográficas de três interlocutores políticos de diferentes gerações.

Conclusão

Vimos neste capítulo que o primeiro quartel do século XX marcou reconfigurações geográficas e de distribuição de poder significativas de reinos e *liurais* pautadas pela Implantação da República em Portugal e pela Revolta de Manufahi em Timor, que se foram acentuando nas décadas seguintes. A conversão dos *liurais* em chefes de *suco* e a divisão dos reinos em *sucos* representou um processo profundo de transformação de formas de autoridade dos *liurais* e seus descendentes e das unidades políticas territoriais, a nível nativo, com o início de um colonialismo de cariz republicano e o término de um colonialismo de tipo monárquico. Apesar de um descontentamento generalizado dos *liurais* que a Revolta de Manufahi simboliza, as transformações de reinos e *liurais* desenrolaram-se num sentido que parecia marcado pela modernidade imposta pelo regime colonial. Mas, a coabitação entre “tradição” e “modernidade” continuou desde então até à actualidade e as transformações enunciadas tiveram algumas *nuances* geopolíticas. Como tem sido largamente explicado pelas Ciências Sociais, a tradição não é a oposição da modernidade, mas é constitutiva da própria modernidade. Os *liurais* e seus descendentes são representantes de uma ordem histórica timorense de longa duração e ainda que o seu papel tenha sofrido metamorfoses profundas e perdas de poder, a sua influência continuou, como procuro ilustrar com os papéis dos descendentes dos *liurais* e dos *liurais* de Luca em vários momentos da política timorense.

Ainda que a Casa de Luca tenha sido afectada por estes processos de reconfiguração de poder, vários dos seus descendentes protagonizaram eventos políticos e narrativas singulares. Destaquei a acção de dois chefes de *suco* de Luca que simbolizaram a tensão entre aliança e resistência que surge nas narrativas coloniais: Jeremias Amaral e o seu papel durante a ocupação japonesa de Timor e Zeferino Amaral e o seu envolvimento na “Revolta de Viqueque”.

Os papéis desempenhados pelos descendentes dos *liurais* e dos *liurais* de Luca na formação dos partidos nos vários espectros políticos no fim do período colonial e ditatorial português em 1974 e durante os vinte e quatro anos que se seguiram de resistência à ocupação indonésia, no contexto do processo de autodeterminação, demonstram a sua influência em diversos projectos políticos.

Destaquei a constituição e a acção do partido monárquico *Klibur Oan Timor Aswain*

(KOTA) (1975-2017) e da Associação Senado dos Liurais de Timor Lorosa'e (1999-2023), organismos em que a Casa de Luca esteve visivelmente representada. Estes casos apontam para uma presença contínua dos *liurais* e seus descendentes na política timorense. Esta continuidade em transformação também está patente na participação de diversos membros da Casa *liurai* de Luca em diferentes governos da RDTL e em várias instâncias de representação política. Assim como no debate nacional e em estudos internacionais sobre formas de relação entre autoridade tradicional e moderna na construção de um projecto político de matriz timorense mais integrado e enraizado nas formas de pensamento político timorenses.

PARTE II – NARRATIVAS BIOGRÁFICAS

CAPÍTULO 5

A CASA DE LUCA, OS *LIURAI*S E O CENTRO POLÍTICO

Este capítulo analisa a narrativa auto-biográfica de Clementino dos Reis Amaral (9 de Julho de 1936-8 de Março de 2020), com foco especial na história da sua vida *política*. A narrativa de Clementino Amaral teve como eixo a sua intensa ligação biográfica com a vida política de Timor-Leste nos últimos 50-60 anos. Esta forte ligação permite compreender a complexidade de estratégias de adaptação duma vida pessoal e familiar que atravessou três diferentes fases político-administrativas na história timorense: as últimas décadas da colonização portuguesa; o período da ocupação indonésia; e os primeiros tempos da República Democrática de Timor-Leste.

Clementino dos Reis Amaral faleceu em Março de 2020, pouco tempo após os nossos encontros. Foi representante do grupo de origem *liurai* de Luca, do tronco central da casa *liurai* de Luca e é atendendo à sua importância na recente história da *Gerasaun de Luca* que me proponho reflectir sobre a sua agência política enquanto membro da Casa *liurai* de Luca e enquanto membro da elite política. É minha intenção perceber o papel de Clementino Amaral na projecção política dos *liurais* enquanto grupo social e movimento político, da sua Casa de Luca e da sua inserção nas elites, no percurso de construção de um projecto político timorense.

Os cargos de elite que ele desempenhou em Timor-Leste e na Indonésia e a sua interacção com líderes políticos coloniais e nativos durante a administração colonial portuguesa e indonésia, e com representantes políticos e diplomáticos das potências internacionais dominantes, constituem níveis essenciais na análise. A visão, ascensão e permanência na política e no topo da elite política por parte de Clementino Amaral em diferentes momentos da história de Timor-Leste, e o seu alinhamento permanente com o poder político central são outras dimensões de análise. O ideal monárquico de Clementino, visível ao longo da participação e presidência do partido *Klibur Oan Timor Aswain* (KOTA) e do Senado dos Liurais de Timor Lorosa'e (SLTL), estará também em foco.

Procuo estruturar a narrativa biográfica de Clementino Amaral numa organização temática que segue uma orientação cronológica, iniciando com a descrição e análise dos seus primeiros anos e escolaridade. Prossigo com a análise dos postos de elite nativa que ocupou na

administração colonial portuguesa e os cargos políticos que desempenhou durante a colonização indonésia, nomeadamente como deputado por Timor no Parlamento indonésio, comissário e presidente da Comissão de Direitos Humanos da Indonésia. Avanço no capítulo com a exposição do ideal monárquico e de elite social de Clementino mais visível enquanto presidente e deputado do KOTA e presidente do Senado dos Liurais de Timor Lorosa'e.

Procuo, por fim, articular esta narrativa biográfica com o conceito de Geração Social, sobretudo com a *Gerasaun 1975*, considerando a sua geração cronológico-social nascida na década de 1930.

1. Primeiros anos e escolaridade

Clementino Amaral foi um dos interlocutores com quem passei mais tempo, em 2018, sobretudo em contexto de entrevistas (num total de oito entrevistas com a duração de cerca de três horas cada, por vezes mais, na sua casa em Díli), mas também em conversas informais e em observação participante. Pacientemente, com atenção plena e gentileza, partilhou comigo a sua narrativa biográfica e possibilitou-me o contacto com diversos outros membros da Casa central de Luca, que entrevistei na sua casa e na sua presença, em Díli. Ele organizou também a minha viagem a Luca, na qual me acompanhou e em que entrevistei e convivi com outros membros da Casa *liurai* de Luca, muitas vezes na sua companhia. Facultou-me ainda um significativo acervo documental compilado por ele e por familiares em relação a Luca.

Clementino dos Reis Amaral nasceu em Luca no dia 9 de Julho de 1936 (ainda que na documentação oficial conste 1938 como ano de nascimento), no seio da casa *liurai Uma Wedah Canlor*, num momento de importantes reconfigurações de poder dos *liurais* e dos reinos, como vimos no Capítulo 4. Em 1946, no rescaldo da ocupação japonesa e da reocupação portuguesa de Timor, Clementino ingressou no Colégio de Santa Teresinha, dos Salesianos, em Ossu. Segundo Fraile (2017), a Missão de Ossu, iniciada em 1938, era a sede pastoral do Concelho de Viqueque e tinha a funcionar um prestigiado colégio masculino em regime de internato, assegurado primeiro pelo clero secular e posteriormente pelos Salesianos⁵⁰. Clementino descreveu-a da seguinte forma: “havia um colégio sem carteiras, sem livros, sem nada. Só íamos buscar água em bambus grandes para regar o jardim e para casa dos professores. Tinha 10 anos”

⁵⁰ Os Salesianos dirigiram o colégio entre 1960 e 1968, e terão procurado melhorar as suas condições de ensino e infraestruturas. Os alunos vinham de diversas áreas de Timor-Leste. A “participação em festas patrióticas com a farda da Mocidade Portuguesa” evidencia a orientação colonial das actividades do colégio e das escolas (Fraile 2017, 51).

(Entrevistas de Clementino dos Reis Amaral 2018-2019). Nesta época, existia um número exíguo de escolas em Soibada, Ossu, Maliana e Díli, frequentadas sobretudo pelos filhos dos *liurais* e por quem seguisse a vida eclesiástica. A educação acentuava a distinção social. As missões católicas, como aquelas que Clementino frequentou, receberam um impulso vigoroso no Estado Novo. Gozavam de personalidade jurídica e eram consideradas instrumentos de civilização e colonização, o que lhes outorgava apoio estatal. A concessão de tais prerrogativas pressupunha correspondência entre Igreja e Estado, ou seja, a conversão civilizatória e colonizadora dos nativos pelos missionários e padres. A acção dos missionários, enquanto agentes coloniais, devia incidir sobre os chefes nativos, por serem em número exequível e por dependerem politicamente das autoridades portuguesas para se manterem em funções, com o propósito de mudança radical de usos e costumes dos *liurais*, no tempo de uma geração. Presumia-se que, uma vez convertidos os líderes timorenses, seria mais fácil converter as populações (Figueiredo 2014).

Ao fim de algum tempo a estudar no Colégio de Santa Teresinha, e pela descrição que fez acima, Clementino não concordava com aquelas condições de ensino e, por isso, comunicou aos seus irmãos, Leão e Epifânia dos Reis Amaral, que já não queria estudar. A irmã ofereceu-se então para o ensinar em casa. Porém, em 1949, sabendo que o Colégio D. Nuno Álvares Pereira, de Soibada, jesuíta, estava a funcionar adequadamente, a família decidiu matricular Clementino nessa escola. Como era condição de inscrição no colégio ter menos de 13 anos e como já os tinha atingido, Clementino recordou: “diminuíram-me a idade [no documento de identificação]... Tinha [o raciocínio] mais desenvolvido do que as crianças que eram mais novas. Então, eu fui sempre o primeiro aluno” (Entrevistas de Clementino dos Reis Amaral 2018-2019). Clementino tinha gosto pelo estudo, sobretudo pela Matemática e pelos ditados em Língua Portuguesa, que escrevia quase sem erros.

Na altura, o Superior do Colégio de Soibada era o padre Januário da Silva Coelho da Terceira (Açores), e leccionavam aí o padre Aleixo Ximenes da Índia, e o padre Jorge Barros Duarte, “português timorense”. Os três terão escolhido Clementino para prosseguir estudos no seminário. Satisfeito por ter sido escolhido para ser padre, Clementino telefonou ao irmão Leão a comunicar a “boa nova”, mas Leão não assentiu, tendo dado a seguinte justificação: “Se tu vais para o seminário, a nossa geração⁵¹ acabou” (Entrevistas de Clementino dos Reis Amaral 2018-2019). A continuidade de Clementino na via eclesiástica inviabilizaria a geração de vida e a continuidade da *Gerasaun de Luca* por impossibilitar que ele tivesse descendentes.

⁵¹ Sobre os vários significados de geração e a sua importância, veja-se o capítulo 1.

Leão mandou buscar Clementino a Soibada para participar das provas do Liceu Francisco Machado, em Díli, capital do território onde iria pela primeira vez. Nervoso pelo exame e pela chegada à capital, foi aceite com as melhores notas, bem preparado pelos padres seculares do colégio de Soibada. Terá frequentado o liceu até ao quinto ano. Apesar da importância que reconhecia aos estudos, Clementino Amaral era crítico da forma como se leccionava História e Geografia em Timor.

“Talvez... por causa do sentimento político [que] eu talvez já tinha... Tinha os meus reis e então só estudava os reis de Portugal? Em Geografia... só seguíamos o império português. O ponto mais alto do império português é o Tata Mai Lau, do Ramelau. De resto não havia mais nada” (Entrevistas de Clementino dos Reis Amaral 2018-2019).

Parecem surgir nesta fase escolar os primeiros pensamentos políticos de Clementino, expressando pela primeira vez a memória do seu repúdio à ausência de agência indígena no ensino colonial português em Timor e a inexistência da ligação da monarquia portuguesa aos *liurais* de Timor e do estudo dos seus *liurais*, dos seus reinos, das suas montanhas e rios pelos alunos timorenses. Ele só aprendia, tal como os restantes meninos da sua geração, quem foram os reis e governantes de Portugal, assim como a geografia da metrópole. De Timor só eram ensinadas características pontuais que se destacavam no império português, como o pico do Tata Mai Lau da cordilheira central de Timor ser o ponto mais alto do império português. A sua ligação aos ancestrais governantes de Luca e o seu conhecimento da história familiar colidiriam certamente com a inexistência de menção sequer aos *liurais* de Timor.

Ao longo da sua narrativa biográfica, Clementino dos Reis Amaral realçou a importância da escolaridade e da aprendizagem na esfera da sua vida pessoal, familiar e social, e da vida política. Expressou admiração pelo seu pai, que estudara numa escola religiosa em Macau (possivelmente jesuíta) pela sua instrução e capacidade de escrita, e recorda que o pai era considerado por uma espécie de “memória colectiva” “como um dos “*liurais* talvez mais instruídos de todo Timor” (Entrevistas de Clementino dos Reis Amaral 2018-2019).

2. Postos de elite nativa na administração colonial portuguesa

Na década de 1960 Clementino concluiu os estudos e rapidamente iniciou uma carreira de funcionário na administração colonial portuguesa. Clementino começou a trabalhar como ajudante de notário, com 24 anos, em 1960, um ano depois da Revolta de Viqueque de 1959, abordada no capítulo 4. Em 1961, ganhou o concurso para adjunto de administrador de posto, começando uma carreira nos postos da administração colonial portuguesa. O primeiro posto

onde exerceu funções foi na circunscrição de Same (capital do então Concelho de Manufahi, no interior sul). Passado um ano, foi enviado para Alas, no mesmo Concelho, como adjunto do administrador de posto interino, local onde terá permanecido quatro anos.

Ao longo das entrevistas, Clementino foi evidenciando a sua ligação à cúpula do poder da administração portuguesa, no decurso dos cargos que ia ocupando, subindo na hierarquia nativa e nos relatos da confiança que afirmava que as chefias coloniais depositavam em si. “Eu tive sempre sorte” e o administrador ou superior hierárquico “gostava muito de mim”, são locuções transversais à narrativa biográfica de Clementino (Entrevistas de Clementino dos Reis Amaral 2018-2019). Um dos administradores de posto com quem Clementino trabalhou, teria chegado a dizer, numa afirmação que parece vir na ordem de continuidade desta narrativa de confiança, de que ele preferia que as suas filhas casassem com um timorense do que com um europeu. O cultivo das melhores relações com a população em geral e com as elites em particular, a sua cortesia e atenção ao outro que tive a oportunidade de testemunhar em entrevista e em observação participante na sua casa e na viagem a Luca, podem ajudar a explicar estas suas expressões de sentimentos. Progressivamente percebe-se o seu alinhamento com o poder central, quer nativo, quer colonial, legitimador da autoridade aristocrática. A sua identidade política e de Casa são por si entendidas como centro por contraposição à periferia, sendo que esta dualidade é mutuamente constitutiva (Anderson 1990). Clementino provinha do centro das elites nativas timorenses que irradiavam poder e influência nativa e que mantinham esse poder através de uma relação próxima com o poder colonial. A origem da Casa *liurai* e do reino de Luca como centro-político-ritual, a carreira de Clementino em ascensão e a sua proximidade da cúpula do poder colonial podem ser vistas como fontes de poder e de concentração dessa energia imaterial encarnada ou acumulada nele, que pode ter resultado nesta fase em reforço do poder:

“Quando fui para a formação de administrador de posto, dos 14 ou 15 eu fui o único escolhido para ser promovido sem ir a concurso... havia também muita inveja. Eu era o único timorense. O resto eram mestiços, [filhos de] pais portugueses e mães timorenses” (Entrevistas de Clementino dos Reis Amaral 2018-2019).

Este testemunho ilustra que, nesta altura, os descendentes de *liurais* e os “mestiços” ocupavam os mais elevados cargos destinados pela administração colonial às elites locais. Exemplifica também a referência constante que Clementino faz à sua posição social e ao alinhamento com o centro de poder político e social. O seu irmão mais velho, Leão Amaral

também desempenhava funções de relevo na Sociedade Agrícola Pátria e Trabalho (SAPT)⁵², única empresa agrícola com importância na colónia portuguesa de Timor (Gunn 1999).

Posteriormente, Clementino foi escolhido pelo administrador Alberti Correia para “organizar e obrigar as pessoas a trabalhar” na várzea de Lois, em Atabae (Concelho de Bobonaro, no Norte, na fronteira com Timor indonésio) onde permaneceu dois anos, para rentabilizar o investimento. Clementino iniciava uma nova etapa da sua carreira junto à fronteira com Timor indonésio, que poderá ter transformado o rumo da sua vida. “Saía de motorizada, ia de casa em casa. Levava uma *rota* [bastão] e batia na parede” (Entrevistas de Clementino dos Reis Amaral 2018-2019). Perpassam pela sua narrativa símbolos (objectos e locuções) de poder e de autoridade, de mediação entre poder colonial e populações nativas, e de aliança entre autoridade colonial e autoridade nativa.

Bem-sucedido e progredindo na confiança dos superiores hierárquicos, Clementino foi escolhido pelo administrador em 1968 para “endireitar” os postos administrativos de Tilomar, Fohorem e Fatumean (em Cova-Lima, no Sul, também junto à fronteira), ou seja, resolver conflitos causados nomeadamente pelo roubo de gado na fronteira entre Timor português e Timor indonésio. Envolvendo chefias administrativas e lideranças tradicionais dos dois lados da fronteira, em ambiente de diálogo e de confraternização, num acto diplomático e de valorização das culturas locais, traços que veremos ao longo da sua vida, Clementino obteve sucesso na sua missão de pacificação. No seu entender: “na altura o juiz de paz, comandante da zona...era tudo eu. Todos os administradores de postos desempenhavam estas funções, porque não havia pessoas. Uma pessoa ocupava vários cargos.” Clementino recordou neste contexto o episódio em que interveio como administrador de justiça, ao propor um acordo entre as populações dos dois lados da fronteira que pusesse fim ao roubo do gado, selado com um pacto de sangue, “como antigamente quando os holandeses e os portugueses chegaram. No meu tempo tirava-se o sangue dos búfalos que acabaram de matar [que era] misturado com vinho” (Entrevistas de Clementino dos Reis Amaral 2018-2019). Os chefes tradicionais falaram e citaram os antepassados, os *liurais* dos dois lados juraram que não haveria mais roubos. Durante os quatro anos em que Clementino permaneceu nesta área, os roubos cessaram.

O governador português Alves Aldeia destacou Clementino para Balibó, em 1973, na continuidade do seu trabalho contíguo à fronteira. Naquela altura, Venilale ou Ossu teriam sido as preferências do interlocutor devido à idade avançada da mãe e à maior proximidade da família, mas mais uma vez foi designado para continuar a trabalhar nos postos fronteiriços.

⁵² A SAPT foi fundada pelo governador Celestino da Silva em 1897 e encerrada durante o início da colonização indonésia.

Clementino permaneceu um total de seis anos junto à fronteira. Com a escalada da tensão entre a Indonésia e Portugal (CAVR 2013) na década de 1970, as sucessivas nomeações para postos de responsabilidade junto da fronteira com Timor indonésio, deviam constituir posições de extrema confiança política.

Continuando a sua estratégia de participação na vida comunitária e de diálogo transfronteiriço, iniciou “boas relações com o outro lado, Atambua... El Tari, governador de *Nusa Tenggara Timur* [Timor Ocidental]... como ele gostava muito de mim, quase todos os anos vinham [a Timor Português confraternizar]” (Entrevistas de Clementino dos Reis Amaral 2018-2019). El Tari era da confiança de Soeharto e incentivava uma crescente aproximação patrocinada pelo regime indonésio (Fernandes 2006).

Estes encontros sociais e profissionais granjearam a Clementino prestígio e reconhecimento. “Assim... eu adquiri a fama” (Entrevistas de Clementino dos Reis Amaral 2018-2019). Consciente da importância de um bom relacionamento com populações e elites, e da importância pessoal, social e política do reconhecimento “do outro”, não se poupava a esforços para satisfazer as necessidades do outro.

Um turbilhão político num biénio

No período subsequente à Revolução de 25 de Abril de 1974, Clementino recordou assim a formação dos partidos políticos com maior expressão do ponto de vista geracional: a Fretilin da geração mais jovem e mais activa e a UDT da geração mais velha e mais elitista.

“No princípio, a maior parte dos Timorenses não queria deixar Portugal porque gostavam muito de Portugal. A Fretilin era mais activa... andavam de casa em casa, pois eram todos jovens. A UDT, esses... funcionários que andavam a estudar nos colégios como nós, eram mais ou menos de certa idade. Os da Fretilin... diziam que os Portugueses não fizeram nada, e por isso quer[iam] a independência” (Entrevistas de Clementino dos Reis Amaral 2018-2019).

A uma Fretilin da geração mais jovem, contrapunha-se uma UDT da geração de Clementino. A uma UDT mais escolarizada e com postos de trabalho mais elitistas, opunha-se uma Fretilin de cariz mais popular e mais activa. Na narrativa de Clementino, a Fretilin, com muito poucos quadros formados, almejava a independência no prazo de cinco anos. A UDT, no início, queria fazer parte de uma federação de Portugal, enquanto Spínola foi Presidente da República. Depois de Spínola ter adoptado uma política diferente, a UDT passou a defender a independência a longo prazo, num mínimo de 20 anos. A Apodeti advogava a integração na

Indonésia, para depois de um determinado número de anos perguntar ao Povo Timorense se queria continuar com a integração ou a independência, intenção que consta do seu manifesto político. Segundo Clementino, a história recente de Timor-Leste da ocupação indonésia e do referendo após vinte e quatro anos, veio confirmar a concepção da Apodeti (Entrevistas de Clementino dos Reis Amaral 2018-2019).

Temendo a eminente invasão indonésia, Clementino aconselhava muitos chineses⁵³: “o mundo agora está só dividido em dois blocos: o Ocidente (a Europa e os Estados Unidos da América), o Oriente (a União Soviética e a China)... A Indonésia...é anti-comunista. Se decidirmos mal, a Indonésia entra de certeza” (Entrevistas de Clementino dos Reis Amaral 2018-2019). Clementino prescreveu o KOTA como alternativa à polarização ideológica de Timor-Leste entre o movimento pró-ocidental, encarnado pela UDT e o movimento pró-comunista, validado pela Fretilin, os dois blocos da Guerra Fria (Entrevistas de Clementino dos Reis Amaral 2018-2019).

“Eu não tinha preferência... só andava a aconselhar, embora quando eu estava ainda lá, pediram-me para ser representante da UDT. Mas eu disse que não.

- O governador já nos falou que daqui a algum tempo vai-nos mandar uma circular a dizer que os administradores do[s] posto[s] e os que estavam no quadro administrativo não podem fazer parte da política porque o povo precisa deles. Eu não posso, mas posso-vos aconselhar....

Vocês devem fazer o seguinte: convém exigir aos Portugueses, a Portugal, à Austrália, à Indonésia e aos Estados Unidos da América para nos prepararem para sermos independentes por mais algum tempo. Aos Americanos, porque o Mundo está dividido em dois blocos [ocidental/oriental, capitalista/comunista]. Aos Portugueses porque eles neste momento [são os colonizadores]. À Indonésia... e à Austrália... por ser[em] nossa[s] vizinha[s]” (Entrevistas de Clementino dos Reis Amaral 2018-2019).

Em 1974, Clementino foi transferido para Baucau, por aí se registar mais agitação do que na fronteira, onde já se evidenciavam conflitos entre a Fretilin e a UDT e “como viram que eu, mais ou menos, não me inclino nem para a Fretilin, nem para a UDT, o administrador mandou-me para lá” (Entrevistas de Clementino dos Reis Amaral 2018-2019). Clementino foi então colocado pela administração colonial onde a acção acontecia, progredindo no funcionalismo público e ocupando posições em zonas e momentos chave neste período da história timorense.

Perante nova proposta de transição de local de trabalho para Aileu (capital do município do mesmo nome, a 47 km a Sul de Díli), Clementino Amaral começou a preparar a partida com a família.

⁵³ Era frequente associar-se o Comunismo aos cidadãos de “etnia chinesa”. Na Indonésia, no golpe de Estado (1965) em que o presidente Sukarno (de inspiração comunista e com aproximações à União Soviética e à China) foi deposto por Soeharto (com o patrocínio dos Estados Unidos), foram massacrados centenas de milhares de comunistas e cidadãos de “etnia chinesa” (CAVR 2013).

“Já tinha quatro filhos na altura... Estava ainda a arranjar as minhas coisas e no dia 11 de Agosto de 1975 deu-se o golpe UDT e no dia 20 de Agosto deu-se o contra-golpe da Fretilin. E então eu ...não cheguei a ir para Aileu. Se tivesse ido para lá ia ser complicado. Em Aileu era tudo da Fretilin. [Em] Maubisse era tudo da UDT” (Entrevistas de Clementino dos Reis Amaral 2018-2019).

O interlocutor parece, por vezes, adotar no discurso uma certa neutralidade política e noutras parece descortinar levemente um posicionamento político mais próximo da UDT, como vemos em partes da sua narrativa.

No contragolpe da Fretilin, Augusto César Mouzinho, vice-presidente da UDT, chamou Clementino:

“Éramos colegas, mas o posto dele era mais avançado do que o meu. Ele andou a estudar na Casa Pia em Portugal. O pai era mestiço indiano português.

- Clementino, ...a partir da meia-noite, sou eu que mando, não és tu.

Então, à meia-noite prendeu aquilo tudo. No quartel tiraram as armas, mas foram distribuídas pela companhia de segunda linha” (Entrevistas de Clementino dos Reis Amaral 2018-2019).

O grupo onde Clementino se encontrava iniciou uma marcha de Baucau para Díli, então sob o domínio da Fretilin. No caminho, Clementino foi preso pela Fretilin, juntamente com mais cento e quarenta e cinco pessoas. Na altura, souberam que em Same (Município de Manufahi, a cerca de 80 km a Sul de Díli), tinha sido lançada uma granada para o interior de numa escola, tirando a vida a mais de trinta prisioneiros da UDT. Opondo-se à intenção de alguns camaradas da Fretilin rebentarem uma granada no “presídio improvisado” onde se encontrava Clementino, um primo seu da Unetim (União Nacional dos Estudantes Timorenses) com mais três camaradas da Fretilin, terão impedido o intento e nessa noite os prisioneiros foram transferidos para Venilale (Município de Baucau, a cerca de 27 km a Oeste de Díli).

As dinâmicas políticas familiares não são lineares e frequentemente as Casas tinham elementos em diferentes forças políticas. Este grupo de origem de Luca, no qual se integra Clementino, afirmou pelas vozes dos seus principais interlocutores que as posições estratégicas nas diversas forças políticas em que se encontravam permitiram garantir a sobrevivência de muitos membros da Casa, como este episódio ilustra.

Clementino teria em 1975 uma experiência consolidada de quinze anos de cargos de liderança destinados à elite nativa na administração colonial portuguesa, assim como os seus conterrâneos, contemporâneos e coevos da sua geração. Com uma identidade orientada para o centro do poder e da sociedade nativa, esta elite aristocrática e funcional, educada e muito próxima da cultura portuguesa, viveu ainda um período onde, apesar da tentativa da

administração colonial de não envolvimento dos funcionários públicos na emergência dos partidos políticos em 1974, parte deles terá alinhado sobretudo com a ideologia da UDT, como testemunhou o meu interlocutor.

3. Deputado por Timor no Parlamento indonésio

“No dia 10 de Dezembro [de 1975], de Venilale é que se via bem a aterragem dos pára-quedistas indonésios” (Entrevistas de Clementino dos Reis Amaral 2018-2019).

Durante a invasão indonésia de Timor-Leste no final de 1975, quando o administrador português saiu de Baucau onde Clementino trabalhava, Clementino e a esposa ficaram indecisos entre a permanência no território e o refúgio na Austrália. Nessa altura havia aviões diários para aquele país onde muitos timorenses se refugiaram, mas o casal decidiu permanecer em Timor-Leste pela responsabilidade que Clementino sentia sobre a administração do concelho.

Os militares indonésios teriam feito um levantamento dos funcionários timorenses da administração portuguesa e recolhido informações sobre eles, nomeadamente da geração de Clementino. “Eu estive na fronteira seis anos. Já me conheciam. Eu estava por dentro, tinha boas relações com eles” (Entrevistas de Clementino dos Reis Amaral 2018-2019). Clementino justificou assim a sua permanência como adjunto do administrador de Baucau até 1977, realçando a importância das boas relações e referências junto da administração indonésia.

Clementino narrou estratégias iniciais de ‘sobrevivência’ e de se colocar em evidência que utilizou perante os ocupantes, tais como demonstrar vontade em aprender Bahasa *Indonesia* (Malaio indonésio) e sugerir que o cargo de secretário provincial fosse ocupado por um militar de patente superior, dado o contexto de guerra.

“Eles gostaram [das ideias e atitudes] e o meu nome começou a subir... Quando escolheram quatro pessoas para ir representar Timor na Indonésia, escolheram-me... Fui como deputado por Timor” (Entrevistas de Clementino dos Reis Amaral 2018-2019).

A ditadura de Soeharto só permitia a existência de três partidos: o Golkar, o PDI e o P3 (Ind: Ptiga). Os quatro representantes de Timor-Leste na Indonésia tinham imperativamente de pertencer ao Golkar, na qualidade de partido do governo⁵⁴. Clementino permaneceu quinze anos (1977-1992) como membro do Parlamento da República da Indonésia, em Jakarta. O irmão

⁵⁴ Golkar que significa Golongan Karya (Pt: Partido dos Grupos Funcionais) era o partido do governo e os outros dois partidos: Partai Demokrasi Indonesia ou PDI (Pt: Partido Democrático Indonésio) e Partai Persatuan Pembangunan ou PPP (Pt: Partido Unido para o Desenvolvimento) compunham um “cenário democrático” (Setiawan 2016).

Leão Amaral foi nomeado deputado nacional no parlamento timorense. Clementino visitava com regularidade o território timorense. A inscrição de Clementino neste partido político e a sua decisão política podem ter múltiplas causas, fundamentos e interpretações, e não necessariamente um alinhamento com o regime ditatorial indonésio, nem com a integração do território timorense na Indonésia. Havia antes uma continuidade no centro de poder e a salvaguarda pessoal, da família nuclear, dos membros da Casa de Luca. Tratava-se como afirma Anderson (1990, 43) do “impulso necessário à luta pela existência, auto-afirmação e domínio”, num período de profundas tensões vividas pelos timorenses.

A escolha de Clementino para este cargo pelo regime indonésio pode estar relacionada com a sua experiência de liderança e o reconhecimento indonésio do seu trabalho nos postos administrativos, como aconteceu com a nomeação de vários outros membros de famílias de antigos *liurais*. Especificamente neste caso, o facto de Clementino ter trabalhado junto da fronteira com Timor Indonésio e ter tido múltiplas interacções com chefias indonésias do outro lado da fronteira, nomeadamente El Tari, pode ter reforçado a sua escolha. Mas a posição social de Clementino, a pertença à Casa e ao antigo reino de Luca a sua influência histórica na parte leste da ilha, podem ter sido outros factores que contribuíram para a selecção de Clementino. A retórica do governo indonésio apregoava a reunificação e a agregação da ilha sob a “soberania” simbólica de Wehali e sob o regime indonésio. Wehali foi considerado pelo governo indonésio como o grande centro político e ritual que deveria ser reconhecido enquanto tal por toda a ilha, e que é tido como origem para muitos grupos sócio-linguísticos de Timor-Leste no passado “pré-colonial”, do qual Luca seria o “irmão mais novo”, como referido no capítulo 2. A instrumentalização política de Clementino Amaral a favor do regime indonésio teria ainda mais este pendor político por parte da Indonésia.

Entre os membros da Casa de Luca, Clementino era representante de Timor-Leste no Parlamento indonésio, o seu irmão Leão Amaral era representante nacional de Timor-Leste no território. O irmão cooptado Paulo Guterres pelo casamento com Epifânia Amaral (irmã de Clementino e de Leão) e o seu filho Francisco Amaral Guterres eram chefes de *suco* de Luca. José Luís Guterres era fundador da ASDT/Fretilin e representante diplomático no exterior, assim como outros membros da Casa estavam colocados em lugares-chave da política timorense sob regime indonésio.

Figura 11. Fotografia de família



Fonte: Arquivo pessoal de Clementino Amaral. S.d. Da esquerda para a direita da foto: Leão Pedro Amaral, Clementino Amaral, Epifânia Amaral e Paulo Guterres.

Clementino Amaral desvela a narrativa do seu trabalho no parlamento indonésio (1977-1993) focada em torno da defesa dos Direitos Humanos em Timor. Ele trabalhava com o principal representante e primeiro governador de *Timor Timur* (Ind: Timor-Leste) durante a ocupação indonésia, Arnaldo dos Reis Araújo⁵⁵, fundador e primeiro presidente da Apodeti. Clementino afirmou que ainda que Araújo tivesse de assinar pela integração, ele era mais “anti-indonésio do que UDT’s e Fretilin’s” (Entrevistas de Clementino dos Reis Amaral 2018-2019), ao narrar episódios na bancada do Golkar no Parlamento Nacional da Indonésia em que respondia a críticas de outros deputados. Nas visitas frequentes a Timor-Leste, Clementino e Arnaldo (de uma geração anterior a Clementino) deviam produzir relatórios informativos. Clementino registava os abusos dos direitos humanos de que tinha conhecimento, ainda que ouvisse repetidamente que os relatórios não seriam lidos pelo seu conteúdo de denúncia. Os relatórios eram distribuídos pelos deputados do Golkar. “Tudo o que é falado no parlamento, primeiro é discutido na bancada parlamentar” (Entrevistas de Clementino dos Reis Amaral 2018-2019). Enquanto membro do parlamento, Clementino recorreu muitas vezes a Mochtar Kusumaatmadja (Ministro dos Negócios Estrangeiros da Indonésia entre 1978-1988), irmão de Sarwono Kusumaatmadja (secretário da bancada do Golkar), de quem ele era amigo, com o

⁵⁵ Pai de Rui Maria de Araújo que, em 2018 (ano das entrevistas), era Primeiro-Ministro da RDTL.

intuito do ministro fazer chegar as violações dos Direitos Humanos em Timor-Leste ao Presidente do Parlamento. A importância das relações interpessoais, cortesia e diplomacia foi diversas vezes realçada por Clementino, no âmbito das relações políticas, para fazer chegar informações sensíveis e para a sobrevivência “política”, sabendo que o regime militar impedia acções contrárias ao presidente Soeharto.

4. Comissário e Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Indonésia

No início da década de 1990, a Indonésia inseria-se progressivamente no regime internacional dos direitos humanos, pressionada pelo fim da Guerra Fria e pela vigilância sobre a sua conduta militar. O massacre de Santa Cruz em Timor-Leste (1991) constituiu um ponto de viragem e obrigou a Indonésia a enfrentar desafios políticos e jurídicos internacionais. A Indonésia tornou-se membro da Comissão das Nações Unidas para os Direitos Humanos. Na sequência da resolução da Comissão da ONU e da anuência interna da elite política e militar da Indonésia, foi criada a Comissão de Direitos Humanos da Indonésia / Komisi Nasional Hak Asasi Manusia (Komnas HAM) que contou com a pressão interna da sociedade indonésia em plena mudança. Segundo o estudo de Ken Setiawan (2016, 6) sobre esta comissão, “a Komnas HAM ressoou as políticas do governo de compromisso com o regime internacional de direitos humanos, a fim de desviar a crítica” internacional e nacional à violação dos referidos direitos. Competia à Komnas HAM promover, investigar violações e superintender os direitos humanos em Timor-Leste. Criada por decreto presidencial e revogável a qualquer momento, a Comissão respondia perante o Presidente da República, espelhando as políticas de direitos humanos da altura.

Clementino dos Reis Amaral integrou a Komnas HAM como comissário desde 1993 e fez parte da “comissão de inquérito” a várias violações dos direitos humanos, nomeadamente ao massacre de Santa Cruz. A Komnas HAM investigou diversos eventos em Timor-Leste, casos considerados sensíveis por ser um território ocupado pela Indonésia, em que o governo considerava necessário o uso da força e o desrespeito dos direitos humanos, em nome da “estabilidade” e da “unidade nacional” (Setiawan 2016, 17). A Comissão considerou que estes casos constituíam crimes, passando a mensagem de que o aparelho de Estado não estava acima da lei, o que granjeou à Comissão confiança, legitimidade e autoridade interna, ainda que internacionalmente fosse vista sobretudo como um organismo condicionado pelo Estado Indonésio. “Na investigação sobre Timor-Leste, ...a Komnas mostrou ser uma força a ter em conta. Essa mensagem teve eco nos comissários da Komnas, bem como nas partes interessadas externas” (Setiawan 2016, 17). Clementino, no exercício das suas funções na Comissão,

participou neste processo de mudança e de reforço da acção da Comissão na Indonésia e em Timor-Leste.

Clementino esteve presente também nos Encontros Intra-Timorenses na Áustria, entre 1994-1998, de cariz anual, organizados pela ONU e com a presença do seu representante Tamrat Samuel, que reunia timorenses representantes do interior⁵⁶ e do exterior⁵⁷ do território. Clementino inseria-se nos elementos internos, com relevo para Francisco Lopes da Cruz⁵⁸ e D. Ximenes Belo e foi chamado a angariar ajuda para o trabalho da Resistência junto da comunidade internacional (Entrevistas de Clementino dos Reis Amaral 2018-2019).

Como vamos vendo, as actividades que pautam o exercício de um cargo e a ideologia que supostamente as sustentam, não são lineares. Muitos timorenses, numa estratégia de resistência a múltiplas forças de dominação externa, adoptaram comportamentos políticos dúplices relativamente à administração indonésia e à Resistência Timorense.

O mês de Maio de 1998 marcou o fim da Nova Ordem, anunciando reformas na área dos direitos humanos, nomeadamente no estatuto legal e no mandato da Komnas, e na área dos direitos civis (Setiawan 2016, 15).

Na investigação às violações cometidas pelas forças de segurança e milícias pró-Indonésia em Timor-Leste após o Referendo de 1999, o relatório da Komnas concluiu que ocorreram violações sistemáticas dos direitos humanos. Tal causou significativo impacto entre a elite política e as forças de segurança, e provocou a demissão de Wiranto, então ministro coordenador da política e segurança, ex-chefe de gabinete das forças armadas. A propósito da Komnas, Clementino dos Reis Amaral afirmou:

“Nos dois últimos anos [1998-1999] fui Secretário-Geral da Comissão dos Direitos Humanos da Indonésia... Como é que no meio de vinte e cinco pessoas... doutores, ...gerais, ...me foram escolher? Votação secreta. Como é que eu fui nomeado, senão por uma força invisível? (Intervenção de Clementino Amaral durante a Entrevista de José Luís Guterres 2018).

O interlocutor atribuiu a causalidade do seu trajeto de vida, neste caso da escolha para Secretário-Geral da Komnas HAM, a forças invisíveis, a uma agência que não é a dele mesmo como indivíduo, mas a Deus e aos seus antepassados. Como vimos antes, a ligação de Luca ao poder ancestral e a continuidade histórica entre os vivos e os mortos podem exprimir a

⁵⁶ Dentre os quais se contavam: Salvador Ximenes, director do jornal Suara Timor Lorosa'e (STL), João Saldanha, Francisco Lopes da Cruz, D. Ximenes Belo, Zé da Piedade, Florentino Sarmiento.

⁵⁷ Do exterior integravam o evento: Ramos-Horta, José Luís Guterres, Abílio Araújo e Inês de Almeida, entre outros.

⁵⁸ Timorense, partidário da integração de Timor-Leste na Indonésia, vice-governador de Timor-Leste depois da ocupação e embaixador da Indonésia.

“cooptação e absorção de uma reserva reconhecida de poder” (Anderson 1990, 39). Esta nomeação por uma força invisível também faz pressupor o reconhecimento de Clementino como uma espécie de “o escolhido” para desempenhar funções desta magnitude. Segundo Anderson (1990, 74), o carisma é uma “qualidade atribuída” ao líder que é visto como uma entidade extraordinária, “por vezes com uma missão histórica”, por vezes com a “graça divina.

Por seu turno, a escolha de um secretário-geral timorense da Comissão dos Direitos Humanos da Indonésia também deve ter representado um sinal do regime indonésio de que estava a ser dada alguma atenção à questão de Timor-Leste, que tantos dissabores internacionais tinham causado à ditadura indonésia. Porém, Clementino prossegue no seu relato sobre as interações no âmbito da Komnas:

“Os estudantes quando vão lá, só querem ser recebidos por mim... A maneira de ser, talvez.

Os americanos e ingleses, australianos e da Nova Zelândia gostavam muito de mim, porque todos os anos o que acontecia em Timor, vão sempre confirmar... O embaixador... quase de dois em dois meses convidava-me para jantar ou almoçar... O diplomata deles, mandavam-no sempre para a Comissão dos Direitos Humanos procurar-me para eu contar. Eu contava-lhe tudo” (Entrevistas de Clementino dos Reis Amaral 2018-2019).

Clementino concedeu também relevância a algumas das suas características pessoais apreciadas pelos seus interlocutores, de cordialidade, empatia e do seu empenho em prol da defesa dos direitos humanos, que foi enfatizando ao longo da sua narrativa biográfica. A confiança que faz pressupor a vontade dos estudantes de quererem apenas dialogar com ele e dos diplomatas das nações dominantes e com papel activo no processo de autodeterminação timorense em recolherem informações e confirmarem dados junto de Clementino Amaral, reforça essa “distinção pessoal” e o apreço pelo seu trabalho e pela sua pessoa. Este trecho da entrevista, realça também as ligações diplomáticas de Clementino Amaral ao mais alto nível no âmbito da Comissão e parece reivindicar o reconhecimento internacional do seu trabalho em prol dos direitos humanos em Timor-Leste, justificando a sua acção na Indonésia em defesa da sua pátria. Essa “distinção” ter-lhe-á também aberto oportunidades a nível profissional e familiar, nomeadamente convites dos governos destes países a Clementino para frequentar cursos e desenvolver estudos e a oferta de um mestrado a um dos seus filhos (Entrevistas de Clementino dos Reis Amaral 2018-2019), que o interlocutor mobilizou para afirmar o reconhecimento do seu trabalho junto destes países e também em defesa dos direitos humanos do seu país.

Na sua qualidade de secretário-geral da Komnas HAM, Clementino Amaral reuniu-se em 1999 com o Presidente da República da Indonésia, Habibie e propôs a criação de uma comissão

de paz constituída por figuras públicas pró e contra a integração de Timor-Leste na Indonésia, nomeadamente Xanana Gusmão e Ramos-Horta, que facilitasse o diálogo em Timor-Leste, de forma a prevenir o derramamento de sangue se a independência ganhasse o referendo (ETAN 1999).

A acção política de Clementino na Indonésia pode ser vista de múltiplas perspectivas e uma dessas dimensões foi objecto de reflexão do seu sobrinho José Luís Guterres, em entrevista que me concedeu em casa do tio e na presença dele, sobre a posição política de Clementino Amaral e a estratégia familiar:

“Na Indonésia foi lá o meu tio, na Comissão dos Direitos Humanos... Eu sei que o tio está a cumprir o dever, mas não é apoiante da Indonésia... O tio na altura era aqui uma figura no tempo da administração indonésia. Então havia um certo equilíbrio...” (Entrevista de José Luís Guterres 2018).

A acção política de Clementino vista como protectora da família, assim como dos outros familiares que ocupavam posições diversificadas, é aqui observada não do ponto de vista de um posicionamento político de cada familiar, mas do ponto de vista da Casa, em que a Casa é vista como um todo. A Casa é percebida como uma unidade em que os seus membros estão estrategicamente colocados em diferentes planos políticos, garantindo assim protecção e salvaguarda dessa unidade. A Casa pode ser vista como uma unidade em que cada um dos seus membros cumpriu o seu dever, contribuindo para o equilíbrio e a defesa do colectivo. Essa representatividade política ampla da Casa é geradora de equilíbrio e poder, prosseguindo práticas ancestrais dos antepassados *liurais* de Luca. Os antepassados velavam eles próprios pela Casa, em relação de ajuda mútua com os seus descendentes – o entendimento da co-presença de antepassados é central ao entendimento da sociabilidade timorense (Cf. Viegas 2019a, 2020). Os antepassados velavam também pela população do reino de Luca e pelas populações dos reinos sobre as quais tinham influência. Este papel da Casa de Luca é reconhecido também.

Durante a ocupação indonésia, o emprego de estratégias de sobrevivência e de notabilização junto dos ocupantes indonésios permitiria garantir trabalho, segurança pessoal e familiar. A tomada de posições estratégicas dos elementos de cada Casa nas diversas forças políticas nacionais, asseguraram a sobrevivência de muitos membros das Casas, como no caso de Clementino. Para sobreviver como indivíduo e como coletivo (nomeadamente enquanto Casa), muitos timorenses adoptaram comportamentos políticos dúplices quanto à Indonésia e à Resistência Timorense. Apesar dos seus papéis na Indonésia terem certamente sido instrumentalizados pelo governo indonésio, pelo seu simbolismo, Clementino reforçou as suas

ligações diplomáticas ao mais alto nível e defendeu o seu trabalho em prol dos Direitos Humanos de Timor-Leste, mobilizando para esse efeito a menção do reconhecimento internacional do seu trabalho e justificando a sua acção na Indonésia em defesa da sua Nação e da protecção da sua Casa.

Após o Referendo de 1999 e já desvinculado da Comissão dos Direitos Humanos, Clementino partiu para Portugal por necessidade de salvaguarda política e familiar (Entrevistas de Clementino dos Reis Amaral 2018-2019). Quando chegou a Portugal em 1999 Clementino ter-se-á escusado a dar entrevistas aos canais da televisão portugueses, para segurança dos familiares em Timor e dos filhos ainda a estudar em Díli:

“Porque na política é preciso ter muito cuidado, quanto mais nas entrevistas. Xanana é meu amigo, o Alkatiri é meu amigo, todos eles. O Taur Matan Ruak é meu amigo. Sem querer, a gente fala melhor deste, aquele não. Como é? São todos meus amigos. Não dou e ainda até agora não dou [entrevistas]. É uma política de salvaguarda. [Hesitei fazer as entrevistas] para não interpelarem os familiares. Nós fomos em Setembro de [19]99 e só regresssei em Novembro de 2000” (Entrevistas de Clementino dos Reis Amaral 2018-2019).

Esta afirmação ilustra bem o pensamento político de Clementino, as suas preocupações familiares e a compreensão da situação vivida em Timor-Leste no rescaldo do Referendo. Esta era a terceira vez que Clementino Amaral visitava Portugal, em diferentes circunstâncias.

“Eu já tinha ido [a Portugal, a] primeira vez em 1972 [em] licença graciosa de seis meses e ...proveitei para fazer um estudo sobre administração interna. Estava sempre a estudar...

[Da] segunda vez, em [19]96 quando fui para a Áustria, quando foi aquela reunião dos timorenses... Eu tratei da minha pensão... [que] eu recebo até agora...

Eu sempre tive sorte na minha vida. Tive sorte quer nos estudos, quer no trabalho, tudo tudo, tudo, tudo” (Entrevistas de Clementino dos Reis Amaral 2018-2019).

Ao longo da sua narrativa biográfica, sorte e gratidão são sentimentos que Clementino expressou com frequência, assim como os contactos e ligações ao mais alto nível da política internacional e o apreço manifestado por quem com ele trabalhou.

Clementino Amaral regressou ao território timorense sob a Administração Transitória das Nações Unidas em Timor-Leste (UNTAET) em 2000, e integrou o KOTA, partido através do qual participou na Assembleia Constituinte.

5. Presidente e deputado do KOTA

“Depois da independência, entrei para o KOTA. Interiormente, eu pertencia à UDT. O programa do KOTA era mais ou menos idêntico ao da UDT e depois defendiam os antigos

liurais. Só por causa disso. E depois, o meu irmão Leão [presidente do KOTA] já estava um bocadinho velho” (Entrevistas de Clementino dos Reis Amaral 2018-2019).

Muitos anos antes de assumir a presidência do KOTA entre 2000 e 2007, Clementino, já tinha apontado este partido fundado e presidido pelo seu irmão Leão Amaral, como resposta à polarização de Timor-Leste entre o movimento pró-ocidental representado pela UDT e o movimento pró-comunista configurado pela Fretilin. Os líderes do KOTA viam a monarquia como alternativa aos conflitos ideológicos e até à incompatibilidade entre os dois blocos da Guerra Fria (Kammen 2009). A mundovisão política de Clementino levou-o a propor uma aliança abrangente de países do “bloco ocidental” quer pela sua relação com Timor-Leste, quer pela sua posição mundial e regional, de preparação e suporte a uma independência. Nessa aliança estariam representados o colonizador, Portugal; a potência mundial, os Estados Unidos da América; e as potências regionais⁵⁹, Indonésia e Austrália (Entrevistas de Clementino dos Reis Amaral 2018-2019).

Entre Setembro de 2000 e Agosto de 2001, Clementino foi membro do Conselho Nacional de Timor, membro do Grupo de Trabalho sobre a Planificação de Timor-Leste pós-UNTAET e membro do Conselho Permanente do CNRT. Em 2001, foi eleito deputado da Assembleia Constituinte pelo KOTA (Timor-Leste. Parlamento Nacional 2022).

O mandato da UNTAET focava-se na criação de um quadro legal que assegurasse a transição para a independência e a Assembleia Constituinte destinava-se a preparar uma Constituição para um Timor-Leste independente e democrático (United Nations. UNTAET 2001, 1). Os trabalhos tiveram início no dia 15 de Setembro de 2001 e a Assembleia aprovou a Constituição da RDTL no dia 22 de Março de 2002, data em que a Assembleia Constituinte se tornou o Parlamento Nacional de Timor-Leste. A Assembleia foi formada por oitenta e oito representantes eleitos, dos quais treze representantes de cada um dos distritos e setenta e cinco representantes a nível nacional (United Nations. UNTAET 2001, 1). Dos candidatos de doze partidos políticos ou candidatos independentes, só um dos setenta e cinco eleitos era independente. Clementino Amaral e Manuel Tilman foram eleitos deputados da Assembleia Constituinte como representantes do KOTA (Timor-Leste. Parlamento Nacional 2022).

Na reunião em que se discutiu o sistema político do futuro Estado Timorense e as suas línguas oficiais, Clementino Amaral enalteceu as acções políticas de Xanana Gusmão e Ramos-Horta como garantes do apoio internacional.

⁵⁹ De acordo com Figueiredo (2018), os Estados Unidos, a Austrália, a Indonésia, a Inglaterra e a Nova Zelândia iniciaram em 1965 conversações no sentido de a Indonésia invadir Timor-Leste no fim do Império Português.

“[Um] ou outro concelho queria que se adoptasse o regime presidencialista. Mas muitos queriam um regime semipresidencialista. Deram exemplos como [o] de Portugal. O circuito é melhor... para equilibrar. O presidente... tem essa função e o governo tem [aquela]. Então adoptou-se o sistema semipresidencial. O KOTA defendia [isso] no início...

A língua oficial, eu... defendi o Português... Eles queriam que fosse a língua Indonésia e o Inglês. Mesmo a Fretilin defendeu a Língua Portuguesa e Alkatiri. Mas quem defendeu e deu razões porque os meus avós também foram lá receber os Portugueses ali em Lifau, [fui eu]... A cultura e religião que agora temos, foram os Portugueses. Os padres dominicanos é que trouxeram para aqui, porque senão... hoje éramos islâmicos. A cultura que agora temos é a cultura europeia, portuguesa. Por isso, eu defendo a Língua Portuguesa. E depois assim, aceitaram (Entrevistas de Clementino dos Reis Amaral 2018-2019).”

Neste trecho, Clementino Amaral reitera a política e a aristocracia enquanto integrantes da sua identidade, assim como a visibilidade Casa de Luca na ligação a Portugal. Chama também a atenção para a importância do papel dos antepassados de Luca na introdução da língua e da cultura portuguesa – ambas defendidas pela geração “cronológica” de Clementino e pela geração social “de 1975”, como veremos no fim deste capítulo.

A Constituição instituiu as línguas oficiais de Timor-Leste e entrou em vigor a 20 de Maio de 2002 com a transferência do poder pelas Nações Unidas, assumindo Timor-Leste o estatuto jurídico de Estado independente e soberano (Araújo 2008). Na recém República Democrática de Timor-Leste, Clementino dos Reis Amaral passou a integrar o Parlamento Nacional como deputado do KOTA, partilhando a bancada do partido com Manuel Tilman.

Clementino relatou um evento passado no Parlamento Nacional da RDTL em que se defendeu das críticas de deputados de outro partido, pelo seu passado ligado à Indonésia.

“Eles [diplomatas internacionais] não gastam dinheiro sem reconhecer. Então, eu se calhar fiz alguma coisa para Timor. Só Deus, os *matebians*⁶⁰ e os nossos antepassados, os *rai nain*’s⁶¹, eles é que podem saber. Convém não comentar muito...

- Vocês dizem que trabalharam muito para Timor. Vocês queixam-se do coração, dos rins, isso porque vocês não são muito firmes para essa terra... Tu agora [estás] com 40 e tal anos. (Eu tinha 70 [anos] na altura). Eu estou mais forte do que tu... Alguma coisa não está a funcionar bem. Eu, se fosse infiel para esta terra, não era assim. Está a ver, eu estou fortíssimo....

Queriam condenar-me” (Entrevistas de Clementino dos Reis Amaral 2018-2019).

Clementino defendeu-se das acusações de colaboracionismo com a Indonésia, numa

⁶⁰ *Matebian* é um termo Tétum, que de acordo com Bovensiepen (2015, 123, 124), pode ser traduzido por “antepassado recém-falecido” ou “espírito do antepassado”. As cerimónias mortuárias desenvolvem-se em diferentes fases e as celebrações ao falecido devem ser feitas correctamente, pelo risco constante de os mortos poderem perturbar os vivos.

⁶¹ *Rai nain* (T) são os espíritos da terra, donos ou guardiões da terra *lulik*. Apesar de serem consideradas entidades distintas dos antepassados, são muitas vezes invocadas alternadamente (Bovensiepen 2014a).

evocação política do reconhecimento do seu trabalho em prol dos direitos humanos por parte de diplomatas internacionais, mas também numa evocação espiritual e moral. Invocou Deus e as entidades *lulik*, e referiu a sua condição física como garante da sua acção em prol dos interesses de Timor-Leste.

Clementino Amaral sustentou a ideia de que, apesar do KOTA não ter a pretensão de repor os *liurais* no domínio político de outrora, a Constituição deveria assegurar autoridade aos líderes tradicionais, nomeadamente aos chefes de *suco* e de aldeia de forma a poderem resolver os casos menores que ocorressem. O KOTA invocou ritos da cultura tradicional e propôs que a Constituição zelasse pelo reconhecimento e preservação da cultura tradicional. Kammen (2009, 399, 406) realçou já a importância da visão diferenciada dos partidos monárquicos KOTA e PPT, que nas primeiras eleições legislativas de 2001 elegeram um total de quatro representantes. Apesar de nas eleições de 2007 terem obtido apenas dois lugares, estes partidos, ainda segundo Kammen (2009, 399, 406), foram agregadores de interesses e de crescente insatisfação no panorama político nacional.

Após o desempenho das funções como deputado do KOTA até 2007, foi sugerido a Clementino que enveredasse pela via diplomática, mas em consequência da doença da esposa, ele declinou a proposta para a poder acompanhar em Timor-Leste (Entrevistas de Clementino dos Reis Amaral 2018-2019).

Entretanto, Clementino dedicou-se à presidência do Senado dos Liurais de Timor Lorosa'e (como veremos na secção seguinte) e deu aulas no Instituto Filosófico de São Francisco de Sales, em Díli. Nesta instituição salesiana de ensino, Clementino aliou dois grandes interesses da sua vida, a política e a educação. Deu aulas do primeiro ao terceiro ano de Filosofia entre 2013 e 2020, integrando a política nas aulas em que abordava temáticas como a Constituição, o regimento do Parlamento Nacional e a ética. O convite para esta função docente terá sido dirigido a Clementino pela relevância da sua experiência política e por ter feito parte activa e visível da Constituição, o que lhe permitiu capitalizar no ensino a bagagem política dos cargos que desempenhou. “Eu gosto... porque quando eu chego lá, ...falo sobre a ... vida política, ética, dever... [e das] três filosofias de vida: mãos, ...boca ...e consciência limpa.... Para mim [as] principais [riquezas] são: a riqueza material, ...corporal, ...moral, ...educacional, ...cultural e... espiritual.... Tudo o que vocês aprendem não chega. Têm de ler muito... Têm de acompanhar a política do mundo” (Entrevistas de Clementino dos Reis Amaral 2018-2019).

A relevância da política nacional e internacional, da educação e do estudo contínuo foram uma constante na sua vida. Clementino atribuiu o seu interesse e ligação à política aos seus antepassados de Luca, políticos poderosos, ao poder imanente de Luca. “A política sempre me

interessou, talvez porque os meus antepassados eram políticos. Os de Luca eram políticos, mandavam em todo o lado. Talvez por causa disso” (Entrevistas de Clementino dos Reis Amaral 2018-2019).

A título pessoal, Clementino subsidiou a licenciatura de alguns jovens, sobretudo familiares. “A gente faz isso a eles e eles vão contando” (Entrevistas de Clementino dos Reis Amaral 2018-2019). Esta é uma afirmação de que encontro ecos no pensamento de José Luís Guterres, de não haver uma competição pela liderança e pela auto-imposição. A notoriedade e o reconhecimento advêm do relacionamento cordial, das boas acções, do trabalho empenhado e do respeito ao próximo, ensinamentos também atribuídos aos antepassados. Clementino reflectia sobre a importância prática de dar o exemplo e de cultivar boas relações com os outros, nomeadamente com os seus conterrâneos que muito apreciam a atenção e a reciprocidade no tratamento.

6. Presidente do Senado dos Liurais de Timor Lorosa’e

“Porque é que Luca era assim tão respeitado por todo o Timor? Porque governava quase todo Timor? No oriente é tudo parte dele e no ocidente também. Todos queriam ter um bastão, *rota* de Luca... Os reis de Luca sabiam do seu poder.

Por causa disto, agora é que se calhar eu sou o presidente do Senado dos Liurais, antigos descendentes dos reis de Timor” (Entrevistas de Clementino dos Reis Amaral 2018-2019).

Clementino dos Reis Amaral terá assumido a liderança do Senado dos Liurais (Certidão 2010) em 2005, sucedendo no cargo ao seu irmão, Leão Amaral. Mas a primeira referência que liga Clementino ao SLTL data de 2001, onde consta como membro do Senado dos Liurais.

Como vimos no Capítulo 4, a criação do Senado dos Liurais de Timor Lorosa’e (SLTL) terá começado a ser pensada em finais de 1998. Na Convenção dos Liurais, em 1999, debateu-se a política timorense e os estatutos do Senado dos Liurais, procedeu-se à eleição dos membros dos seus órgãos directivos e à discussão e aprovação da estratégia política do Senado. Na Convenção participaram o irmão de Clementino, Leão Amaral, como delegado do interior do território timorense e o sobrinho José Luís Guterres, como delegado do exterior do território. Manuel Tílmán assumiu a coordenação da Direcção do SLTL. Da casa *liurai* de Luca, foram eleitos Leão Amaral como *liurai* titular da Mesa da Assembleia Geral e João Francisco dos Reis Amaral como *liurai* secretário da Direcção e do Conselho Fiscal.

O Senado constituiu-se como associação dos descendentes legítimos dos *liurais* de Timor-Leste - representantes da história, da tradição cultural e dos valores dos reinos de Timor-Leste,

defensora da libertação dos Timorenses e da democracia, inspirada na Declaração dos Direitos do Homem (Estatutos 1999, 1186). Segundo os seus dirigentes, o SLTL surgiu no período da discussão do estatuto de autonomia alargada do território timorense sob dominação indonésia e afirmou-se a si próprio como o impulsionador do Referendo de 1999, junto da cúpula de poder indonésio em Jakarta e do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Jaime Gama. De acordo com o SLTL: “a Convenção do Senado ... contribuiu para chegar ao[s] Acordo[s de] 5 de Maio de 1999” (Relatório do Senado dos Liurais 2010, 8). Segundo o SLTL, o Senado dos Liurais pretendeu dar voz política aos *liurais* que “ninguém... ouviu durante a ocupação indonésia” (Relatório do Senado dos Liurais 2010, 8), de forma a contribuírem para o debate e a articulação de soluções políticas para Timor-Leste, em coordenação com o CNRT, ao qual pertenciam alguns dos seus elementos.

Como já referi, a presença da Casa *liurai* de Luca no SLTL faz-se notar desde a sua constituição e ao longo da história do organismo, havendo pelo menos três dimensões em que se destacam. Em primeiro lugar, três dos trinta e dois outorgantes, que estiveram na base da constituição do SLTL eram da Casa *liurai* de Luca: Leão Amaral, João Amaral e José Luís Guterres, o que representa o maior rácio de representação por reino (Lista dos participantes, 1999; Escritura, 1999; Relação nominal, 2014). Em segundo lugar, vários elementos assumiram posições de topo no SLTL desde o início: na cerimónia de juramento dos membros do Senado dos Liurais de Timor Loros’ae, na Assembleia da República Portuguesa, a 25 de Fevereiro de 1999, Leão Amaral figurava como *liurai* titular da Mesa da Assembleia Geral e João Amaral mantinha as mesmas funções (Acta n.º 2, Palácio de São Bento, 1999). Mais tarde, Leão e Clementino Amaral assumiram consecutivamente a presidência do Senado. Em terceiro lugar, ao longo da história do SLTL, a Casa reinante de Luca teve uma representatividade numérica superior à das restantes Casas *liurais*, como em 2001 em que dos dezasseis membros do Senado dos Liurais, quatro são representantes da casa reinante de Luca: Clementino Amaral, Leão Amaral, João Amaral e Isabel Amaral Guterres, a primeira mulher de Luca no SLTL.

O irmão de Clementino, Leão Pedro dos Reis Amaral surgiu a partir de 2001 como presidente e *liurai* titular do Senado, o que evidencia mais ainda a importância da Casa *liurai* de Luca no SLTL e na esfera monárquica timorense (Relação dos componentes do SLTL, 2001). Uma das acções mais significativas do Senado e de Leão Amaral na qualidade de presidente desta organização, foi a sua participação nas cerimónias de comemoração da Independência da República Democrática de Timor-Leste, em 2002, já referida no Capítulo 4. No seu discurso perante o Presidente da República e o Primeiro-Ministro de Portugal, ele argumentou que os *liurais* tinham estado no início e no fim do processo colonial. O acolhimento

da Religião Católica e da bandeira de Portugal terá resultado, por agência dos *liurais*, num contraponto entre o colonialismo português e o colonialismo holandês. Aliados aos esforços de Portugal junto da comunidade internacional, os *liurais* estiveram também na génese da nova Nação independente. No mesmo discurso de Leão Amaral, o presidente do Senado agradeceu em nome do SLTL, dos *liurais* e de todo o povo timorense, mesmo apesar dos mais altos representantes da RDTL o terem feito antes, no que parece ser uma relação dialéctica entre autoridades tradicionais e Estado moderno (Discurso do presidente do Senado dos Liurais 2002).

Entre 2005 e 2020, ou seja, nos últimos quinze anos do SLTL, Clementino Amaral presidiu a esta instituição. Deste período de presidência do SLTL tivemos conhecimento de diversas actividades deste organismo como: o pedido de reactivação do Senado no contexto da crise de 2006-2007 pelo então Presidente da República Ramos-Horta; a cerimónia pública de lançamento do senado; as reuniões nacionais do SLTL; a projecção de trabalho conjunto com D. Duarte e a indigitação do seu primogénito como *liurai* em 2014, já atrás referida. Até 2018, altura em que foram realizadas as entrevistas, o Senado tinha realizado reuniões internas dos membros dos seus órgãos e reuniões nacionais com os seus membros *liurais*, em diferentes municípios (Entrevistas de Clementino dos Reis Amaral 2018-2019) e pretendia constituir-se, segundo Amaral da Costa como uma espécie de Câmara Baixa, em colaboração com a Câmara Alta ou Parlamento (Entrevistas de António Tomás Amaral da Costa 2017-2023).

A Casa de Luca terá cumprido com Leão Amaral e Clementino Amaral, vinte anos de presidência do Senado dos Liurais.

Clementino dos Reis Amaral faleceu a 8 de Março de 2020. De forma a prestar atenção à dimensão das formas de enterrar os mortos, tão central para o posicionamento político e o quadro sociocultural timorense (cf. Viegas and Feijó 2017), num complemento à investigação de campo que tinha encertado em 2018, reconstitui à distância e em comunicação com familiares via WhatsApp, o destino e as cerimónias fúnebres dedicadas a este meu interlocutor. A um primeiro nível, verificamos que o Parlamento Nacional lhe fez uma significativa homenagem com o seguinte discurso:

“O Parlamento Nacional, em Sessão Plenária... prestou a última homenagem ao ex-Membro da Assembleia Constituinte e Deputado da 1.^a Legislatura, saudoso Clementino dos Reis Amaral, ...por unanimidade. ...Esta sessão de homenagem foi presidida pelo Presidente do Parlamento... acompanhado pelos membros da Mesa e contou com a presença da família enlutada.... As declarações das bancadas parlamentares lembraram a participação e contribuição do ex-Deputado da Bancada KOTA para o desenvolvimento nacional.

...o Presidente do Parlamento Nacional, acompanhado por ...Deputados e pela Secretária-Geral do Parlamento, ...funcionários prestaram homenagem na casa do ex-Deputado em Comoro (Timor-Leste. Parlamento Nacional 2020).

Figura 12. Féretro de Clementino dos Reis Amaral no recinto do Parlamento Nacional



Fonte: Timor-Leste. Parlamento Nacional (2020).

Figura 13. Homenagem a Clementino dos Reis Amaral no Parlamento Nacional



Fonte: Timor-Leste. Parlamento Nacional (2020).

Diversas manifestações de pesar sucederam-se ao falecimento de Clementino dos Reis Amaral; nota de pesar no Jornal da República, homenagens públicas dos diversos partidos políticos timorenses e diversas notícias na imprensa nacional. No funeral de Clementino Amaral, uma banda de música tradicional de Luca acompanhou o funeral com uma marcha fúnebre iniciado na casa de Clementino em Comoro (Díli), passando pela igreja e pelo Parlamento Nacional até ao Cemitério de Becusse, em Díli.

Quanto ao local do seu enterro, em Timor-Leste a situação de um político envolve sempre dilemas (o que é ainda mais notório quando teve um papel de relevo na luta contra a invasão indonésia), como têm mostrado Viegas and Feijó (2017, 2018), havendo inclusivamente uma marca de diferenciação entre o mártir, o herói e o antepassado que se reflete no modo de enterro (cf. Viegas 2020). Apesar dos membros do Senado dos Liurais terem proposto a sepultura de Clementino Amaral no cemitério e local que presta a homenagem nacional máxima ao contributo político (cf. Viegas and Feijó 2018, 250-251) – o Jardim dos Heróis em Metinaro - a família declinou a sugestão e decidiu sepultá-lo no Cemitério de Becusse para Clementino poder repousar junto do filho, falecido dois anos antes, no mesmo cemitério. Também se perspectiva que a esposa de Clementino seja trasladada do sobrelotado Cemitério de Santa Cruz para junto do marido e do filho, segundo informações que recolhi junto da família. Esta questão do local de sepultura encerra tensões entre a chamada para ir para Metinaro mas que desterritorializa a família que se separa nos enterros, e a importância para a família da proximidade dos seus antepassados para cuidar deles e lhes prestar as devidas homenagens como tem sido tratado por Viegas (2019, 2020) e Viegas and Feijó (2018). Estas atitudes ambivalentes reflectem um duplo estatuto dos mortos, de figuras públicas ou heróis nacionais e de antepassados (Viegas 2017, 101-102; Viegas 2019a, 59, 62, 64). O caso de Clementino dos Reis Amaral representa o de uma figura pública nacional reconhecida. Segundo Viegas (2019a, 72) “a capacidade timorense de manter a co-presença ou a influência mútua entre os parentes e os seus antepassados através das sepulturas é uma prova da resiliência timorense a longo prazo, ...é sustentada numa relação de cuidados mútuos”.

O relacionamento dos timorenses com o mundo habitado pelos familiares falecidos que passam a ter o estatuto de antepassados, assume formas complexas. O papel do falecido permanece activo, com poderes para influenciar o presente do seu grupo de parentesco alargado, “parte de um equilíbrio mais amplo, sustentado por uma mundividência cosmológica, que inscreve a vida numa temporalidade alargada onde se assumem compromissos entre diferentes gerações de parentes ainda vivos e mortos” (Viegas 2020, 61). Ficando sepultado no seu chão

de família, Clementino assumirá um papel de antepassado e poderá imantar um poder que exige reconhecimento (Feijó and Viegas 2017: 95, 98; Viegas 2019a, 55).

“Um dos aspectos consensuais quanto ao equilíbrio nessas relações é a garantia de um correcto enterro... O túmulo é colocado num local considerado legítimo pelos seus familiares. O local de repouso do defunto é uma preocupação prioritária para os sobreviventes... A questão da proximidade, que permite a manutenção regular das sepulturas e a realização de frequentes homenagens e iniciativas de comunicação, parece ser de importância crucial” (Feijó and Viegas 2017, 95, 99-100, 107).

A decisão do sepultamento de Clementino Amaral no território da sua família – normalmente locais que já foram habitados no passado e que constituem “habitação” dos mortos terá sido regida por este conjunto de linhas que marcam formas timorenses de constituição de redes familiares de várias gerações.

Tendo também atualizado a situação neste ano de 2023 em que escrevo, verifiquei que apesar de terem passado três anos desde o falecimento de Clementino dos Reis Amaral em 2020, que a presidência do Senado dos Liurais ainda se encontra vacante. O Senado dos Liurais aguarda que se reúnam as condições para a realização dum congresso, onde se procederá à escolha do próximo presidente.

7. *Gerasaun de Luca, a Casa e os antepassados*

Clementino dos Reis Amaral, membro e representante da casa *liurai Uma Wedah Canlor*, procurou ao longo da sua vida a inclusão dos *liurais* e a presença da Casa de Luca na construção de um projecto político timorense. A sua carreira, repleta de cargos junto à cúpula do poder colonial português e indonésio, parece ter procurado garantir a proximidade às fontes de poder e assegurar o posicionamento central da *Gerasaun de Luca*.

Clementino assumiu a identidade da Casa e da política como centrais, por relação ao alto estatuto da sua Casa *liurai* e do reino de Luca como centro-político-ritual desde tempos remotos. Na contemporaneidade, a presença da Casa de Luca no espectro monárquico timorense tem-se feito notar pela presença no partido KOTA e no Senado dos Liurais. No Senado, a Casa de Luca teve de um número de membros superior à das restantes Casas *liurais* e assumiu a presidência durante vinte anos consecutivos, divididos entre o irmão de Clementino, Leão Amaral e o próprio Clementino Amaral. Clementino também foi defensor do papel das autoridades tradicionais, dos descendentes dos *liurais* e dos governantes locais na política da RDTL, quer na sua qualidade de membro da Assembleia Constituinte, quer de deputado do

Parlamento. A acção política de Clementino deve ser vista à luz da Casa, da protecção da família nuclear e da família alargada, da Casa como unidade formada por membros em que todos cumprem o seu papel em defesa dessa unidade. Nesta narrativa pessoal de Clementino, isso é visível durante eventos ocorridos durante o Golpe da UDT e o Contra-golpe da Fretilin e sobretudo durante a ocupação indonésia, em que as acções dos elementos da Casa de Luca que ocupavam posições estratégicas nas diferentes forças políticas nacionais, na administração indonésia e/ou na Resistência Timorense, garantiram a sobrevivência de muitos membros da Casa de Luca. A dualidade dos comportamentos políticos em relação à administração indonésia e à Resistência Timorense permitiu a muitos timorenses a sobrevivência como indivíduos e como coletivo, nomeadamente das suas Casas. Clementino desempenhou papéis de visibilidade no Parlamento e na Comissão dos Direitos Humanos da Indonésia, instrumentalizados certamente pelo governo indonésio, mas afirmou ter desenvolvido ligações diplomáticas ao mais alto nível e acções em prol dos Direitos Humanos de Timor-Leste, da sua Nação e da sua Casa.

A agência dos antepassados no percurso político de Clementino é notória no discurso de Clementino. Ele atribuiu o seu percurso de vida e a escolha de cargos de responsabilidade a uma agência divina e dos seus antepassados, e não à sua agência individual. A proximidade de Clementino aos antepassados como fontes de poder pode permitir absorver e/ou irradiar essa energia imaterial. A continuidade do rumo dos antepassados, num trajecto definido por eles, pressupõe uma escassa agência pessoal, mas por outro lado faz pressupor o reconhecimento de Clementino como “o escolhido” para funções de grande responsabilidade e visibilidade. A representatividade política ampla da Casa de Luca também prossegue práticas ancestrais dos antepassados *liurais* de Luca que zelavam pela Casa e pelas populações do reino de Luca e sobre as quais tinham influência, numa relação com os seus descendentes de ajuda mútua e de co-presença. Clementino atribuiu aos seus antepassados de Luca o seu interesse e percurso político, assim como a notoriedade e o reconhecimento aos ensinamentos emanados pelos antepassados.

Conclusão

A narrativa biográfica de Clementino Amaral ilustra a complexidade de estratégias de adaptação numa vida pessoal e familiar que atravessou conjunturas políticas distintas. Clementino dos Reis Amaral foi representante do grupo de origem *liurai* de Luca, da Casa *liurai* de Luca e procurou a inserção política dos *liurais* enquanto grupo social e do monarquismo

como movimento político, assim como da sua Casa de Luca na construção de um projecto político timorense. Ele advogou a presença de membros da sua Casa de Luca no governo central da RDTL como essencial ao equilíbrio da governação central e do país. O ideal monárquico de Clementino e as suas reivindicações da importância da participação dos descendentes dos *liurais*, autoridades tradicionais e representantes do poder local na vida política são visíveis nas suas acções enquanto deputado e presidente do partido *Klibur Oan Timor Aswain* (KOTA) e do Senado dos Liurais de Timor Lorosa'e (SLTL).

Os cargos de elite e a interacção com os líderes políticos coloniais e nativos durante a administração colonial portuguesa e indonésia, com representantes das potências internacionais dominantes e com os governantes do Estado independente da RDTL, permitem vislumbrar o seu alinhamento permanente com o poder político central e com a herança política dos seus antepassados numa co-relação contínua.

Clementino Amaral, a quem dedico esta primeira narrativa biográfica, tinha 84 anos na altura da minha presença no terreno em 2017-2018. Ele fez parte de uma geração “cronológico-social” educada no tempo do colonialismo português, formou-se num período do pós-ocupação japonesa e da reocupação portuguesa do território, em que as elites nativas eram educadas no ensino português colonial ministrado nos colégios católicos. Tal como a aristocracia nativa em geral, Clementino, como muitos dos seus coevos, exerceu funções de topo reservadas para a elite. A sua geração cronológico-social integra aqueles que tiveram uma experiência vincada nos cargos de elite no funcionalismo público durante o período do colonialismo português, normalmente recrutados entre uma certa aristocracia e os supostos elementos fiéis à administração colonial portuguesa. O facto dessa elite timorense aceitar esses cargos na administração colonial não anulava aspirações políticas anti-coloniais, nomeadamente a independência de Portugal mais a longo prazo. Parte dos timorenses com quem conversei desenvolveram cerca de metade da sua actividade laboral nos postos cimeiros destinados à elite nativa na administração colonial portuguesa, e a outra metade no período da ocupação indonésia, em cargos na administração indonésia e na resistência armada e diplomática.

Três gerações sociais timorenses têm sido estudadas por diversos autores na actualidade, (veja-se Gonçalves 2012, 2016, 2019; Carey 2003), nomeadamente a *Gerasaun 1975*, a *Gerasaun foun* e a "*Gerasaun ukun rasik-an*" ou "*Gerasaun independensia*". As duas primeiras serão abordadas no decurso das narrativas biográficas dos meus três interlocutores, nomeadamente nesta. Clementino Amaral enquadra-se na *Gerasaun 1975*. Esta geração comunga de denominadores comuns como a educação e a Língua Portuguesa, a proximidade à cultura portuguesa e a vivência na estrutura colonial portuguesa. A definição da língua oficial

foi um foco de tensão visível no debate da Assembleia Constituinte, com gerações sociais de influências culturais distintas a defenderem línguas oficiais diferentes. Também reflecte reivindicações de poder, de visibilidade social e de direitos civis das duas gerações sociais mais recentes: a *Gerasaun foun* e a *Gerasaun ukun rasik-an*. A Língua Portuguesa, a par do Tétum, é língua oficial, e o Tétum, língua nacional da RDTL. A língua, a cultura, os valores, as perspectivas políticas, os diferentes olhares sociais têm sido foco de tensão intergeracional desde o tempo da UNTAET e do início da RDTL até hoje. Mas a geração de Clementino como Marisa Gonçalves também sublinha, defende e pratica um “nacionalismo e identidade timorenses com raízes lusófonas” (Gonçalves 2012, 1). A introdução da língua e da cultura portuguesa defendida pela *Gerasaun 1975* é atribuída por Clementino em parte aos seus antepassados de Luca.

CAPÍTULO 6

A AGÊNCIA DOS ANTEPASSADOS NUMA BIOGRAFIA POLÍTICA

Este capítulo analisa a narrativa biográfica de José Luís Guterres, tendo como eixo a relação do narrador com a história política de Timor-Leste desde 1974-1975 até à actualidade. Este nexos contribuiu para a compreensão da complexidade da trajectória pessoal, familiar e política que atravessou também as três fases político-administrativas na recente história timorense.

José Luís Guterres, também conhecido por Lugo ou Lugu, pertence ao tronco central da casa *liurai* de Luca e é sobrinho de Clementino dos Reis Amaral, a quem é dedicado o Capítulo 5. No presente capítulo, proponho-me reflectir sobre a sua agência política enquanto membro da elite social e política durante a formação dos partidos políticos em 1974, na resistência diplomática no exílio, nos sucessivos governos da RDTL e na representação diplomática. O seu percurso político colocou-o em contacto com os principais líderes políticos e organizações internacionais timorenses, integrando diversos governos de Timor-Leste e ascendendo ao cargo de vice-primeiro ministro.

A identificação de José Luís Guterres com o centro político e social, o respeito pela ancestralidade, pelos rituais e pela Casa de Luca marcam a sua narrativa biográfica, a qual segue uma estrutura orientada cronologicamente que acompanha a sua vida política, iniciada com a descrição e análise dos seus primeiros anos e da escolaridade, à qual, ele tal como Clementino considera de grande importância para a sua formação política. Segue-se a sua acção na formação da ASDT / Fretilin, na representação externa da Fretilin em Portugal, os contactos com os agentes políticos da descolonização e os movimentos de libertação mundiais, na representação diplomática em Moçambique, África do Sul e na ONU. Os cargos políticos ocupados em sucessivos governos da RDTL, a fundação do partido Fretilin-Mudança e os cargos diplomáticos são os pontos centrais da sua carreira política e diplomática. Na parte final do capítulo, mostro que José Luís Guterres representa a geração social que se vem designando de *Gerasaun 1975*. Exploro também como esta narrativa biográfica contribui para a compreensão do que os meus interlocutores chamam de *Gerasaun de Luca*, particularmente na sua relação com a agência da Casa e dos seus antepassados.

1. Primeiros anos e escolaridade

“Quando eu nasci deram-me o nome de José Luís Guterres, nome de baptismo. Quando era miúdo, até aí aos 6 anos deram-me o nome de Leki Fatuk. [*Fatuk é pedra em Tétum*]. Quando eu era criança, eu ia à luta, mas só um adversário não era suficiente, tinham que ser pelo menos três ou quatro pessoas... Isto foi tempo para possivelmente [me preparar para a] política. A minha vida prática foi enfrentar os adversários. No fundo, a razão, a justiça é uma coisa que uma pessoa adota e absorve. Isso ligado ao nome Leki Fatuk (Entrevista de José Luís Guterres 2018).

José Luís Guterres nasceu em 1954, em Uato-Lari, filho de Epifânia dos Reis Amaral (irmã de Leão Pedro e de Clementino dos Reis Amaral), de Luca e de Paulo Guterres, de Viqueque.

Há pessoas que em Luca ainda se lembram de ele “ser traquina”, de ter muitos amigos, de gostar de ir à caça e de estar “em movimento”.

José Luís iniciou o primeiro ano da escola primária em Viqueque. Seguiu depois para Soibada, para frequentar o segundo, terceiro e quarto ano, na década de 1960. José Luís, como era tratado coloquialmente, guarda excelentes memórias de Soibada e da formação “quase militar” que afirmou ter recebido, com patentes e marchas.

“A alimentação era péssima, mas sobrevivemos lá. Foi muito importante [esta aprendizagem para a minha vida, em relação à] disciplina, ...a amizade entre as pessoas e o espírito de sobrevivência...

Na altura o padre Chico (Francisco) Fernandes, ...quando havia notícias internacionais pela rádio, ele transmitia. Eu conheci na altura o Moshe Dayan⁶², esses grandes generais através do padre... [Nós sabíamos] as notícias em primeira mão pelo padre Chico Fernandes. Tudo isto acontece porque Deus tem algum desígnio... Com todas essas convivências... senti-me sempre grato aos professores que nos influenciaram [e à] nossa dedicação” (Entrevista de José Luís Guterres 2018).

Já no Seminário Menor de Nossa Senhora de Fátima, conhecido como Seminário de Dare, José Luís fazia parte de um grupo unido de gente muito jovem, formado por sessenta e sete pessoas, das quais apenas uma se consagrou padre. Tinha também amigos mais velhos, como Basílio do Nascimento, quatro ou cinco anos mais velho, futuro bispo de Baucau, que era uma pessoa de referência. “A dinâmica do grupo era... de gente rebelde... Discutíamos com os padres e às vezes discordávamos. Os padres achavam graça porque éramos miúdos. A primeira greve contra a comida fizemo-la nós” (Entrevista de José Luís Guterres 2018). José Luís recorda colegas como Vicente Aparício, mais tarde presidente do Parlamento, Bere Railaka, nome sonante da Resistência. Dos antigos alunos do Seminário, destacam-se para além dos bispos de Baucau, Díli e Maliana, os políticos Nicolau Lobato, Xanana Gusmão, Ramos-Horta e

⁶² Nesta altura, Moshe Dayan era Ministro da Defesa de Israel durante o conflito israelo-árabe conhecido como a “Guerra dos Seis Dias” e símbolo da luta do Estado de Israel.

Francisco Lopes da Cruz. José Luís e os colegas praticavam muito desporto. Todas as noites falavam uma língua diferente: Latim, Francês, Inglês, entre colegas com a mediação dum padre, exercitando os conhecimentos adquiridos.

“Continuo a ter as melhores relações com o padre Felgueiras.... Essa convivência com padres espanhóis, franceses, portugueses deu-nos uma dimensão daquilo que é o Mundo. Serviu [como representante externo da Resistência], a Língua Francesa, Espanhol. Aquilo que fomos aprendendo facilitou a nossa integração no movimento internacional... O professor Luís Tomás ...ensinou-nos Latim e ele marcou-nos... [porque] ...fazia investigação histórica nas ilhas daqui, Indonésia, Malaca... Trazia-nos os slides e mostrava-nos ...para a gente ter uma dimensão daquele que é o mundo à volta, das influências culturais portuguesas” (Entrevista de José Luís Guterres 2018).

Esta fase de aprendizagem no Seminário de Soibada, no Seminário de Dare e depois no Liceu de Díli foram fundamentais para o percurso político de José Luís, pelos primeiros contactos com a dimensão e as realidades políticas regionais e internacionais, os movimentos independentistas, as influências culturais e as línguas internacionais. O convívio com os colegas permitiu também desenvolver dinâmicas de grupo, competências de comunicação e de relação, de pensamento crítico e de debates de ideias em relação ao mundo, mas também à realidade local.

No sexto ano do Seminário, José Luís não sentiu vocação religiosa e matriculou-se no Liceu de Díli. No liceu teve grandes colegas e lembra-se que a partir de 1963, começou a ter conhecimento da Guerra do Biafra e do Bangladesh. Havia um certo sentimento de rebeldia num mundo internacional em transformação. Portugal, em 1963, também começava a viver as guerras de libertação das colónias e as críticas internacionais à ditadura. A PIDE estava presente em Timor, mas segundo o nosso interlocutor não era muito expressiva. A sensação de insatisfação e de que “havia alguma coisa que não estava bem” era partilhada por muitos jovens. Um colega do Liceu chegou a ser interrogado pela PIDE e José Luís e os colegas acompanharam-no até à esquadra (Entrevista de José Luís Guterres 2018). Este testemunho vem ao encontro do facto já reconhecido de que “a vigilância e o controlo da polícia política ainda são recordados pelos membros da *Gerasaun* 1975 (Gonçalves 2016, 101).

José Luís começou nesta fase a forjar o seu pensamento político e a criar laços com os futuros líderes partidários, da Resistência e das Falintil, assim como da governação do futuro Estado independente.

2. Primeiros passos na política: ASDT / Fretilin: representante externo em Portugal

“Em [19]72 ou em 73, tivemos uma reunião no Hotel Culuhum onde estava o Nicolau

Lobato, o Ramos-Horta, o Justino Mota, Filomeno Paixão, actual brigadeiro das Forças Armadas, vice-chefe do Estado Maior, Rui Fernandes, onde combinámos pedir... para estudar na Indonésia e lá ter a base para o movimento de libertação... Ainda não [se deu o] 25 de Abril... O Nicolau é a pessoa preponderante na altura... Isso são factos que poucas pessoas sabem. Depois veio o 25 de Abril, nós todos entrámos na ASDT” (Entrevista de José Luís Guterres 2018).

A vida política de José Luís arrancou num contexto de insatisfação juvenil em relação à realidade local e de debates com os colegas. As actividades desportivas conjuntas em que participava (jogava basquete na Académica e na selecção do liceu) e a pequena dimensão da cidade de Díli, aproximavam os jovens. As pessoas conheciam-se. O nome de José Luís constava da comissão organizadora quando a ASDT foi criada. Dada a jovem idade de José Luís, Nicolau Lobato disse-lhe: “Zé, vais estudar. Vocês depois voltam para aqui. Por isso é que eu fui” (Entrevista de José Luís Guterres 2018).

Prosseguir o ensino universitário para os estudantes timorenses só era possível em Portugal e até ao início da década de 1970 foram raros os estudantes a fazê-lo. A partir de 1971, o número de estudantes timorenses em Portugal com bolsas de estudo aumentou, entre os quais se contava Abílio Araújo. No ano lectivo de 1972/1973 havia trinta e sete bolsas de estudo atribuídas e entre os alunos com bolsa estava o primo de José Luís Guterres, Tomás Amaral. O tio de José Luís e pai de Tomás, Leão Amaral estaria a estudar em Portugal certamente ao abrigo das licenças de estudo para os funcionários públicos. Outros estudantes estudavam com fundos próprios (Silva 2012, 58). José Luís Guterres também foi para Portugal estudar engenharia mecânica no Instituto Superior de Engenharia de Lisboa (ISEL). José Luís começou a estudar no ano zero do ISEL e, em simultâneo, participava nas actividades políticas da ASDT / Fretilin (Entrevista de José Luís Guterres 2018). O grupo de estudantes que reorganizou a Casa dos Timores após o 25 de Abril (substituindo a Casa de Timor)⁶³, desempenhou um papel crucial no desenvolvimento da estratégia e dos programas de educação popular da Fretilin em Timor-Leste. A Casa dos Timores tinha algumas ligações com a ASDT antes da sua transformação em Fretilin em Setembro de 1974. Dos quarenta estudantes timorenses em Lisboa, a maioria ter-

⁶³ A partir de cerca de 1948, o governo português criou centros culturais para estudantes africanos a estudar em Portugal, conhecidos como Casa dos Estudantes do Império, como por exemplo a Casa de Moçambique. Em Janeiro de 1974, o governo inaugurou a Casa de Timor, em Lisboa que era o centro cultural e de informação para os estudantes timorenses, funcionários públicos e amigos de timorenses em Portugal. Mas havia um grupo de estudantes que se recusou associar-se à Casa de Timor. Depois da Revolução de Abril, este grupo clandestino de estudantes assumiu o comando da Casa de Timor e alterou o nome para Casa dos Timores, tal como estudantes africanos fizeram com outras casas. Abílio Araújo tornou-se o presidente dos estudantes. Os estudantes da Casa dos Timores estiveram ligados aos movimentos anticoloniais dos países africanos e à defesa da independência das colónias. Por via do PAIGC, aprenderam sobre os métodos de alfabetização de Paulo Freire (Silva 2012, 56, 58-59, 61).

se-á envolvido na Casa dos Timores, mas nem todos apoiavam a Fretilin. Em Outubro de 1974, os estudantes da Casa dos Timores dividiram-se politicamente em dois grupos: um que apoiava condicionalmente e outro que apoiava incondicionalmente a Fretilin. Este último grupo criou uma plataforma chamada Comité de Acção da Fretilin (CAF), que começou então a organizar a visita de Nicolau Lobato a Lisboa no ano seguinte (Silva 2012, 61).

Em 1975, Nicolau Lobato passou por Lisboa, antes de prosseguir para Moçambique. Nessa altura, fizeram uma reunião de jovens apoiantes da Fretilin para escolherem o delegado substituto (que actualmente corresponde ao cargo de representante). Abílio Araújo já tinha sido nomeado delegado. Na reunião, a votação recaiu sobre os participantes e os três nomes mais votados foram: Justino Leal, engenheiro em Lisboa, Estanislau da Silva, futuro primeiro-ministro interino, ministro coordenador da economia e ministro da agricultura e pescas da RDTL⁶⁴, e José Luís Guterres. Na segunda volta, José Luís ganhou, por votação secreta. Conserva ainda a nomeação de Nicolau Lobato (Entrevista de José Luís Guterres 2018).

É então neste período que José Luís Guterres começa o seu trabalho político-diplomático junto das cúpulas de poder, em Portugal e depois a nível internacional. José Luís e Abílio Araújo começaram por contactar a Comissão Nacional de Descolonização. Esta Comissão foi criada em 1974, chefiada pelo Presidente da República de Portugal e formada pelo Primeiro-Ministro, pelo Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, pelo Ministro da Coordenação Interterritorial, pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros e por um Ministro sem pasta. Competia à Comissão “analisar e definir linhas de actuação gerais ou estabelecer directivas concretas relativamente a problemas inerentes ao processo de descolonização dos territórios ultramarinos que o Presidente da República submeta à sua apreciação” (Portugal. Decreto-Lei n.º 792/74). José Luís e Abílio também reuniam com as embaixadas e estruturas militares portuguesas para tentar influenciar as decisões políticas sobre Timor. “Eles é que tinham poder e nós fizemos os possíveis para que Timor estivesse no mapa político em Portugal” (Entrevista de José Luís Guterres 2018). Segundo José Luís Guterres, em Portugal, a 5.ª Divisão do Estado-Maior-General das Forças Armadas, partidos políticos portugueses da esquerda à direita, deputados, aqueles que passaram por Timor continuaram a manter essa ligação a Timor-Leste e ajudaram a promover a causa timorense.

Em Julho de 1975, a Fretilin recebeu um convite para participar num seminário internacional, em Agape, Itália. Abílio Araújo e José Luís estavam a fazer exames nos seus respectivos cursos. Todos estudavam. Abílio Araújo, incutindo a José Luís a sua

⁶⁴ Em 2015-2016, eu trabalhei como assessora de Estanislau da Silva, então ministro coordenador da economia e ministro da agricultura e pescas.

responsabilidade de fundador do partido, exortou-o a representar a Fretilin em Itália. José Luís começou a aperceber-se que teria de fazer opções e que estava a ser impossível conciliar os estudos e as actividades políticas, dada a intensidade do trabalho político de José Luís nesses tempos. O seu curso de engenharia não terá sido concluído, mas os estudos viriam a ser retomados numa fase que presumo bem mais tardia.

A participação no seminário internacional de Agape (Itália) seria a primeira experiência de José Luís fora de Portugal como representante da Fretilin. A reunião juntava os movimentos de libertação das ex-colónias e os seus representantes, Venâncio de Moura do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), muitos anos depois ministro das relações exteriores, amigo de longa data de José Luís; Ibrahim Souss, representante da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) em Paris; representantes da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) e de muitos movimentos de libertação com quem José Luís Guterres contactou. Ele teve contacto também com as primeiras organizações de solidariedade da Europa. Neste evento, ele trabalhou ao lado dos líderes dos movimentos de libertação e dali nasceu uma organização de solidariedade por Timor. O colega e amigo timorense José Maria Sarmiento apareceu apenas três dias depois do início da reunião, que terminou ao fim de uma semana, pelo que recorda a necessidade de enfrentar sozinho a situação “Eu [era o único timorense nos primeiros dias da reunião]. Uma pessoa habitua-se. Na altura, tínhamos um ímpeto, uma força interna. Tens que fazer, tens que falar, tens que lutar. Tínhamos uma força interna, uma responsabilidade” (Entrevista de José Luís Guterres 2018).

Foi no regresso a Lisboa, que José Luís soube do golpe da UDT em Timor-Leste e a seguir do contra-golpe da Fretilin. Estas ocorrências tiveram impacto em Lisboa e especialmente na separação dos estudantes da Casa dos Timores. José Luís, representando a Fretilin enquanto membro da sua comissão política, enfrentou esta cisão e participou na criação do Comité de Acção da Fretilin, em que os estudantes fundamentalmente divulgavam a cultura timorense e esclareciam sobre a situação política do território (Entrevista de José Luís Guterres 2018). Juntamente com Abílio Araújo, José Luís fazia sobretudo a ligação com as embaixadas e as organizações políticas, promovendo e elucidando sobre a existência de Timor-Leste, a luta antiga pela independência e o desejo de independência do povo. Após o contra-golpe da Fretilin em Timor-Leste e a movimentação da UDT e dos outros partidos para Timor indonésio em 1975, e antes da invasão indonésia, José Luís e Abílio tiveram uma audiência na embaixada da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Na audiência com o conselheiro político da embaixada da URSS, José Luís e Abílio solicitaram apoio para a luta de libertação e para visitar a URSS. Mas os soviéticos não se mostraram interessados em apoiar Timor-Leste, como

viriam a demonstrar mais tarde.

“Isso foi numa altura em que as coisas correram muito rápido. Nós não estávamos à espera” (Entrevista de José Luís Guterres 2018). Em Timor, os sistemas de comunicação foram cortados e depois restabelecidos entre Díli e Lisboa, via Marconi. Muitas vezes, Nicolau Lobato contactava-os e eles informavam sobre o que se passava em Lisboa.

“Na altura, a exigência maior era de que Portugal devia regressar para continuar com o processo de descolonização. Esse era o tópico forte. Mas quando a Indonésia começou a entrar em Atabai, na fronteira, ...o Nicolau Lobato anunciou que tínhamos de nos preparar para uma declaração da independência unilateral. A declaração unilateral permitia que pudéssemos ter a nível dos países do terceiro mundo, um maior apoio.... Havia duas coisas: uma era pedirmos que Portugal regressasse e aos olhos da opinião pública africana e do terceiro mundo era continuar com o colonialismo. E aí ninguém ia apoiar ali. Agora, a proclamação unilateral da independência, [que] alguns países reconheceram, significa que a Indonésia entrou quando o país já se tinha declarado independente. Dá maiores possibilidades durante uma fase histórica (Entrevista de José Luís Guterres 2018).

A proclamação unilateral da independência pela Fretilin em Timor-Leste, dias depois do movimento de libertação de Angola declarar a independência de Angola, foi simbolizada com a substituição da bandeira de Portugal pela de Timor-Leste, frente ao Palácio do Governo, protagonizada pelos membros do governo escolhidos pelo Comité Central da Fretilin. Nicolau Lobato era Primeiro-Ministro; Abílio Araújo, Ministro dos Assuntos Económicos e Sociais; Mari Alkatiri, Ministro dos Assuntos Políticos; Ramos-Horta, Ministro dos Negócios Estrangeiros e Rogério Lobato, Ministro da Defesa Nacional.

Entretanto, uma delegação da Fretilin integrada por Mari Alkatiri, Ramos-Horta e Rogério Lobato viajou de Timor-Leste para Portugal, com o intuito de regressar a casa com brevidade. José Luís já se encontrava em Portugal nessa altura. Quando a delegação saiu de Timor-Leste, a invasão indonésia ainda não tinha decorrido. “Eles esperavam regressar após seis meses, mas foram vinte e quatro anos”, desabafou José Luís (Entrevista de José Luís Guterres 2018). Entretanto, a Indonésia invadiu Timor-Leste massivamente a partir de 7 de Dezembro de 1975. Face a esta catástrofe, precisavam então de se reestruturar e quando a delegação da Fretilin chegou a Portugal, reuniram-se todos para delinear acções e distribuir actividades.

José Luís e Mari Alkatiri começaram a trabalhar em conjunto. Ambos estavam incumbidos de visitar a URSS, mas o Estado soviético, apesar do seu apoio aos movimentos de libertação, foi sempre respondendo que não era oportuno. José Luís recorda que, mais tarde, na única reunião internacional da juventude na URSS em que participou, (ele era líder da Organização Popular da Juventude de Timor - OPJT, ligada à Fretilin), a pequena delegação timorense enfrentou muitos desafios. Na tribuna do evento, encontrava-se uma delegação parlamentar

indonésia e a URSS “estava mais inclinada para a relação com a Indonésia do que [em] apoiar Timor-Leste” (Entrevista de José Luís Guterres 2018). Outra delegação chefiada por Abílio Araújo visitou, entretanto, a China.

“Após a invasão, os membros do CAF juntaram-se a Marí Alkatiri e à Delegação Externa e seguiram para Moçambique, uma vez que o Governo português já tinha cancelado as suas bolsas de estudo. O grupo incluía então Ana Pessoa, ...Estanislau da Silva, ...José Luís Guterres ...e outros” (Silva 2012, 61).

3. Representante da Fretilin no Exterior: Moçambique e África do Sul

“A primeira vez que Samora Machel nos recebeu, acho que foi [no dia] 11 de Dezembro de 75. Regressámos a Lisboa acho que no Dia de Natal... de 1975, depois da invasão [indonésia]. A primeira vez que nos encontrámos com Samora Machel, ele foi um extraordinário homem, de combate. E deu-nos muita coisa, de irmão, de líder. Ele também nos deu conselhos: - Vocês têm que se vestir muito melhor do que os diplomatas que vos recebem, porque senão não vos respeitam.” (Entrevista de José Luís Guterres 2018).

Estes ensinamentos foram incorporados e influenciaram a forma como a delegação externa exerceu a sua actividade. O apoio do presidente de Moçambique, Samora Machel, e da Frelimo à Fretilin, a múltiplos níveis, foi instrumental na luta político-diplomática pela autodeterminação timorense, e de suma importância para a vida política de José Luís Guterres. Nas suas palavras:

“Cada pessoa faz coisas dependendo da influência da família, dos professores, dos colegas, tudo isso tem influência.... Obviamente que... nós... sabíamos que os nossos antepassados tinham responsabilidades para com a população e para com parte de Timor. Isso tudo faz com que nós tivéssemos que fazer alguma coisa, dado pela tradição, porque senão... quem é que ia fazer? ...O meu engajamento nesse processo foi ...natural, com muitos sacrifícios, mas em momentos históricos diferentes, nós tivemos sempre energia... mesmo quando em termos pessoais [houve dificuldades] (Entrevista de José Luís Guterres 2018).

Nesta passagem, José Luís Guterres reflecte sobre a influência dos professores e dos colegas e, sobretudo sobre a influência familiar, na qualidade de membro da Casa de Luca. Considera que a herança política recebida dos antepassados é de responsabilidade pelos destinos da vida da população e de Timor-Leste. A responsabilidade política de agir para a autodeterminação e independência de Timor-Leste recaía tradicionalmente sobre si, pelo que considera natural a sua entrada na política e o seu engajamento no processo.

Em Moçambique, José Luís exercia as funções de primeiro representante permanente. As dificuldades financeiras com as quais José Luís e os seus colegas se debatiam, as famílias para

sustentar, obrigavam a que eles tivessem de recorrer a empregos pagos. José Luís candidatou-se e ganhou o concurso para um emprego na área de *marketing* na Embaixada da África do Sul, em Moçambique, mas a sua imersão na causa timorense impediu-o de aceitar o posto. Uma semana ou um mês depois, o seu filho adoeceu e foi-lhe diagnosticada uma doença grave, sendo que o único sítio para o tratar era a África do Sul. Por esse motivo, acaba por ir para a África do Sul, sem ter podido recuar na rejeição do cargo na embaixada. Este foi um evento marcante na sua vida familiar e política. “Se estivesse a trabalhar na embaixada de África do Sul, tinha tudo. O tratamento, tudo. Agora, com isto não tinha dinheiro sequer” (Entrevista de José Luís Guterres 2018). A esposa também trabalhava, mas o rendimento familiar era escasso. O filho tinha de ser evacuado o mais depressa possível. As mães dos amigos dos filhos de José Luís, numa tarde arranjam dinheiro suficiente para pagar a viagem de avião de Moçambique para a África do Sul. José Luís evoca a agência do ente supremo e dos antepassados na ajuda e na orientação em momentos cruciais da sua vida e da sua família, em momentos de perigo de vida do filho e em momentos de perigo da sua própria vida, anos mais tarde. A presença do ente supremo e dos antepassados é mais uma vez enfatizada no seu discurso biográfico:

“Por isso é que eu digo que Deus e os nossos antepassados continuam a ajudar. E a ajudar num momento crucial. E depois eu também estive na África do Sul... Estivemos reunidos com o Nelson Mandela. Fomos com o Horta para lá... Saí duma frente para outra frente. O meu filho estava a ser tratado... Reunimos com os sindicatos, o COSATU [*Congress of South African Trade Unions* – Congresso dos Sindicatos Sul Africanos], o ANC [*African National Congress* – Congresso Nacional Africano], com o comissário do Partido Comunista... Depois tive uma autorização de residência na África do Sul indefinida... O miúdo... ficou bem. Coisas que são desastres humanos inesperados, mas nós depois vemos também os benefícios. Deus escreve direito por linhas tortas. O ANC... [e o seu] presidente Oliver Tambo fo[ram] sempre apoiante[s] da causa de Timor. Depois... estávamos a votar para o Mandela influenciar a Indonésia para haver uma saída política, diplomática.... Foi o momento em que eu estive lá” (Entrevista de José Luís Guterres 2018).

Depois de Moçambique e do trabalho junto do seu presidente e da Frelimo, José Luís passou assim a ter uma acção importante a partir da África do Sul, onde iniciou outra frente de luta pela autodeterminação e independência de Timor-Leste. Reuniu com Nelson Mandela; com Oliver Tambo; com o ANC e sindicatos; e com líderes do movimento de transformação da África do Sul. Quando o seu filho recuperou, José Luís e a família mudaram-se de Joanesburgo para Capetown, onde os filhos começaram a estudar. Quatro anos foi aproximadamente o tempo de permanência de José Luís na África do Sul, entre cerca de 1976 até 1980. A sua actividade de representação externa da Fretilin foi “ganhando mundo”. Porém, importa situar esta crescente actividade de José Luís Guterres na frente externa da Resistência num momento de

viragem política e estratégica da Resistência na década de 1970. Nessa altura, a representação externa e a acção diplomática ganharam maior importância na Resistência timorense, conforme revela o estudo de José Mattoso (2005), no qual me basearei para fazer, de seguida, esta contextualização histórica.

“Uma arma sem bala”: viragem da política externa da Resistência no Mundo

A reorganização da luta, iniciada entre finais de 1980 e inícios de 1981, permitiu a reconstituição da Resistência e o reforço da unidade nacional. A Fretilin mantinha-se como “pólo orientador da luta pela independência”, de acordo com Mattoso (2005, 91). Abílio Araújo, exilado em Portugal foi eleito presidente da Fretilin. O Conselho Revolucionário da Resistência Nacional (CRRN) constituía-se como o órgão colectivo que liderava a luta a nível interno. Xanana Gusmão assumia as funções de comissário político nacional e comandante-em-chefe das Falintil, liderando a luta pela independência. A nível externo, Abílio Araújo, José Luís Guterres, Mari Alkatiri, Ramos-Horta, Rogério Lobato, Roque Rodrigues e Guilhermina Araújo eram os principais responsáveis na cena internacional (CAVR 2013, 244, 448; Mattoso 2005, 90-92).

José Luís Guterres foi um membro activo na Delegação Externa da Fretilin (DEF), por vezes também designada como Delegação da Fretilin em Serviço no Exterior (DFSE). Desde 1974, foi representante permanente em Moçambique, representante na África do Sul e o representante nas Nações Unidas (Mattoso 2005, 139).

Entretanto a Frente Externa Diplomática da Resistência Timorense foi ganhando reconhecimento e importância na luta pela autodeterminação e independência, num momento de viragem política e estratégica da luta. José Luís Guterres argumenta:

Noutra fase histórica, ...para a década de 80 ou mais, quando as pessoas souberam que Portugal já não era mais o colonizador, mas era um país democrático, membro da União Europeia... a uma certa altura, no plano externo, víamos que era difícil continuarmos a manter a noção de que Timor-Leste era independente. ...Portugal fez muito bem, ...quando a Indonésia invadiu, apresentou queixa ao Conselho de Segurança [da ONU] e o Conselho de Segurança manteve o reconhecimento de Portugal como potência administrante, assim como a Assembleia Geral.

Isso deu-nos a defesa jurídica internacional para continuarmos no processo de luta pela libertação. Numa certa altura, demos mais ênfase a Portugal como potência administrante... Depois com a União Europeia, as coisas melhoraram... O interesse era descolonizar” (Entrevista de José Luís Guterres 2018).

Xanana Gusmão advogava a promoção das demonstrações de apoio da causa timorense

que começavam a surgir no ocidente e da afeição da opinião pública internacional pela causa. No estrangeiro, surgiam vozes de personalidades internacionais dissonantes com a cortina de ferro imposta pela Indonésia, Austrália e Estados Unidos. Segundo Mattoso (2005, 107), em 1982, “a Assembleia da República de Portugal criou uma Comissão Eventual de Acompanhamento da Situação em Timor-Leste, mostrando assim que o governo sentia alguma responsabilidade pelo facto de em nada ter contribuído, até aí, para evitar o genocídio que o seu povo estava a sofrer. Estes factos indiciam o começo de uma lenta mudança nos meios políticos e na opinião pública portugueses”.

Nesta altura, Xanana escreveu uma carta dirigida à Assembleia Geral da ONU a denunciar as atrocidades cometidas pelos ocupantes indonésios e a apelar ao cumprimento do direito do povo timorense à autodeterminação. Pérez de Cuéllar propôs à Assembleia Geral “retirar o caso da discussão da própria Assembleia e promover os contactos directos entre os representantes das partes interessadas, Portugal e a Indonésia, sob os auspícios do secretário-geral, para assim tentar encontrar uma solução” (Mattoso 2005, 108). A intensificação do trabalho de José Luís Guterres na frente diplomática é notória nesta fase. A sua representação a nível internacional, quer em termos dos países dominantes, quer em termos de organizações internacionais fulcrais das quais se destaca a ONU, tornou-se mais intensa de forma a acompanhar os contextos nacionais e internacionais em que a luta pela autodeterminação se movia. José Luís participou em múltiplas reuniões internacionais, incluindo as reuniões da Subcomissão para a Protecção dos Direitos Humanos e da Comissão das Nações Unidas para os Direitos Humanos em Genebra, desde 1982. Ele esteve presente numerosas vezes na Assembleia da ONU, onde também discursou. “Mas isso não me fez nem herói, nem especial, cumpri apenas o dever” (Entrevista de José Luís Guterres 2018). A sua acção deve ser inscrita no entendimento da Resistência como um sistema formado pela frente diplomática, frente armada e frente clandestina e numa fase do processo de autodeterminação em que a frente armada percebeu a importância fulcral do apoio externo para o triunfo da causa timorense. Na interpretação de José Mattoso (2005, 123-124):

“Os guerrilheiros... tinham uma percepção muito nítida de que a Resistência nunca poderia triunfar sem o auxílio externo...”

Sabiam que o destino de Timor se jogava também na Frente Diplomática. Chamavam-lhe “uma arma sem bala”, mas depositavam nela as maiores esperanças”.

Entretanto, começava a haver indícios da alteração da percepção política sobre a raiz ideológica da luta. A “Convergência Nacionalista”, que mais tarde integraria diversas forças políticas na Resistência, dá o seu primeiro passo em 1985. Em 1986, Fretilin e UDT assinavam

um acordo de colaboração na luta. Em 1987, Xanana protagonizava a “viragem ideológica”, desvinculava-se da ideologia marxista, proclamava a neutralidade das Falintil, rejeitava ideologias que ameaçassem a liberdade democrática, concebia a política de unidade nacional sem a representação exclusiva da Fretilin na luta pela independência e da Resistência como um movimento de todas as políticas pró-independência (Mattoso 2005, 107), que avançava interna e externamente. O CRRN dava lugar ao CNRM, em 1988 e seria composto por dois órgãos diferentes: o Comando das Falintil e a Delegação da Resistência em Serviço no Exterior (DRSE) sob a liderança do secretário-geral da Fretilin, do presidente da UDT e de Monsenhor Martinho da Costa Lopes. Mas, Ramos-Horta, secretário da DEF queria manter o controlo sobre a representação diplomática e em 1991, é nomeado representante especial do CNRM no exterior (Mattoso 2005, 138-139).

O ano de 1994 foi um período de crise e de reorganização na Resistência causada pela captura de Xanana Gusmão. Konis Santana consolidou com Sabalae a sua liderança como chefe do Conselho Superior da Luta e como secretário da Comissão Directiva da Fretilin (CDF). A Comissão ratificou as funções de Ramos-Horta. Konis e Sabalae viam a solução no diálogo e na via político-diplomática. A Indonésia vivia pressões de democratização e o regime de Soeharto começava a desagregar-se. A pedido do Conselho Central da Delegação Externa da Fretilin, Konis assinou uma resolução na sua qualidade de secretário do CDF, a expulsar Abílio Araújo⁶⁵ da Fretilin pelas suas posições políticas e pela promoção de um encontro de reconciliação com Francisco Lopes da Cruz, em Londres. Konis requereu uma avaliação dos actos dos membros da Fretilin que tivessem colaborado com Abílio Araújo e a aplicação de medidas em conformidade. “A decisão foi ratificada pela DEF numa reunião da Lourinhã” (Mattoso 2005, 218), em 1994. José Luís partilhou uma memória⁶⁶ associada à reunião plenária da Delegação Externa para eleger o chefe da delegação, organizada por Alkatiri, no mesmo ano. Apesar de José Luís Guterres ter recebido manifestações de apoio para o cargo, terá afirmado não sentir a necessidade de chefiar a delegação, mas que se satisfaria com a área das Relações Internacionais. Nas palavras de José Luís Guterres:

“Mas o Mari gosta disso. Votação secreta e eu ainda votei para o Mari..., mas... eu ganhei por dois votos de diferença. O Mari ficou tão triste... ficou vice-chefe. Eu é que tinha poderes para mandar, trabalhámos juntos, mas eu não tenho essa coisa de [mandar]. Vamos conversar. – Mari, o que é que tu pensas? Falávamos... Ele é mais velho, [temos]

⁶⁵ Mattoso (2005, 245) refere nesta fase o antigo presidente da Fretilin, Abílio Araújo como “líder do movimento de ‘Reconciliação’ comprometido com os Indonésios, e partidário convicto da integração”.

⁶⁶ A memória partilhada por José Luís Guterres relativa aos anos de 1990 em Portugal, inspirou-me a partilhar a memória de eu me ter cruzado e conversado com ele em Lisboa, por esta década, nos encontros entre líderes timorenses e activistas por Timor, como era o meu caso.

seis anos de diferença. Dos que estivemos lá fora, eu sou o mais novo.... Trabalhámos juntos. Às vezes, um estava em Nova Iorque e outro estava em Lisboa, mas o contacto era sempre [contínuo]. Partilhávamos a causa comum” (Entrevista de José Luís Guterres 2018).

Konis Santana felicitou José Luís Guterres pela eleição como chefe da DEF e exortou ao cumprimento do Plano de Paz do CNRM, debatido na reunião. Segundo Mattoso (2005, 219), a considerável autonomia do grupo de Moçambique “que constituía... o pólo central da... organização como partido político”, era reforçada por dificuldades de comunicação com Timor. Mas, a ligação da luta armada com o exterior aperfeiçoava-se, resultante também de avanços da DEF. A Conferência Internacional sobre os Direitos Humanos, em Manila, no mesmo ano, projectou a Resistência Timorense no plano internacional. Pouco antes, em 6 de Maio, teve lugar a ronda negocial sob a égide da ONU, em Genebra, em que José Luís Guterres, Ramos-Horta e João Carrascalão estiveram presentes. Ainda que eles não pudessem participar, reconheceu-se a possibilidade de Portugal e a Indonésia aceitarem a presença de delegados timorenses na reunião seguinte (Mattoso 2005, 218). Na quinta ronda de negociações, em Genebra em 1995, o representante indonésio aceitou a realização de um encontro intra-timorense entre as diversas facções, que decorreu no mesmo ano, desde que não discutissem o estatuto político de Timor-Leste.

Neste ano foi criada uma Comissão Coordenadora da Frente Diplomática (CCFD) que actuaria como organismo máximo da Resistência no exterior. Como descreve Mattoso:

“Havia problemas com o grupo de Moçambique... Konis escreveu uma longa carta à DEF, presidida por José Luís Guterres, queixando-se de que nunca tinha respondido às suas mensagens, e de ser insensível às necessidades dos guerrilheiros... Censurou... as posições assumidas por alguns membros da Fretilin contra Ramos-Horta e Xanana. Se a DEF contribui para trazer a discórdia, compromete a construção da unidade nacional promovida pelo CNRM” (Mattoso 2005, 249-250).

Entrementes, surgia a proposta de substituição do CNRM pelo Conselho Nacional da Resistência Timorense (CNRT), apresentada a Konis Santana, que visava minimizar objecções à adesão de outros partidos, porque a palavra Maubere estava associada à Fretilin. Segundo Mattoso (2005, 250), a proposta pretendia também unificar a representação diplomática: dividida entre Ramos-Horta, como representante especial de Xanana na sua qualidade de presidente do CNRM e os representantes no exterior da Fretilin, assim como a UDT. Mas Konis não subscreveu o projecto. Konis trocou nesta altura correspondência com a DEF e mais tarde em 1996, escreveu a José Luís Guterres relatando a forte ofensiva militar indonésia contra a sua região e as pesadas baixas sofridas (Mattoso 2005, 260).

A atribuição conjunta [do Prémio Nobel da Paz], envolvendo... D. Ximenes mas também Ramos-Horta... causava uma verdadeira tempestade em Jakarta... A associação do nome do bispo ao do representante especial de Xanana no exterior, tornava o significado do prémio muito mais favorável à causa de independência... A notícia trouxe uma verdadeira euforia às hostes da Resistência (Mattoso 2005, 265).

A Frente Diplomática da Resistência também viu, desta forma, premiados os seus esforços político-diplomáticos e uma oportunidade de alavancagem das negociações. Nesse mesmo ano, realizou-se na Austrália a “Segunda Conferência da Resistência no Exterior” organizada pela CCFD, em que eram evidentes antagonismos dos timorenses defensores da independência no exílio. João Carrascalão, da UDT demitira-se das suas funções de coordenador. A CCFD lamentou divergências com a UDT e defendeu a importância da unidade nacional e da superação das divergências partidárias. Nos anos seguintes, observaram-se progressos significativos nesse sentido. Internamente, a colaboração entre diferentes facções avançava. Externamente aumentavam os países, as organizações e os líderes políticos que apoiavam a causa timorense, em que Portugal, a ONU e a Igreja Católica ganhavam expressão⁶⁷.

A Convenção Nacional de Timor em Peniche (Portugal), em 1998, marcou um progresso assinalável na unidade nacional timorense. Como referi no Capítulo 4, foi ali que se registaram conquistas políticas fundamentais. Nessa Convenção, nasceu o Conselho Nacional de Resistência Timorense (CNRT) que incluía não só a Fretilin e a UDT, mas outros partidos políticos como o KOTA, Apodeti (Pro-Referendum) e organizações não-políticas como a Igreja. O CNRT era formado por três órgãos, sendo um deles o Conselho Executivo no qual José Luís Guterres desempenhava as funções de chefe do Departamento de Relações Exteriores e a Comissão Jurisdicional (CAVR 2013, 459-460)⁶⁸.

José Luís Guterres expressa a alegria, o sentido de missão e a realização pessoal de pertencer à Resistência e de lutar pela autodeterminação e independência do Povo Timorense. De acordo com Gonçalves (2016, 123), os membros da *Gerasaun 1975* (muitos dos quais com ligações à resistência) partilham memórias emotivas da consulta popular, que é entendida como o culminar da sua luta prolongada rumo à independência. e o “ponto final de uma longa história de sofrimento”. José Luís Guterres dá o seu testemunho:

⁶⁷ Sobre a posição da Resistência neste período ver Mattoso (2005, 268-269, 274, 280).

⁶⁸ A Comissão Política Nacional era liderada por Xanana Gusmão e o Conselho Executivo era presidido por José Ramos-Horta. O Conselho Executivo era também constituído por Manuel Tilman (chefe da Administração e Recursos Departamento), Roque Rodrigues (Serviços Centrais), Emília Pires (Serviços Regionais), Pascoela Barreto (Finanças e Recursos) e Rama Metan (Departamento da Juventude). Leão Pedro dos Reis Amaral, tio de José Luís Guterres também veio a integrar os doze membros da Comissão Política Nacional, escolhidos por Xanana Gusmão (CAVR 2013, 459-460). Segundo Mattoso (2005, 282), em 1998, a organização de um “congresso em Lisboa incluía, segundo proposta de Ramos-Horta, a formação de um governo-sombra”.

“A alegria vem mais do tempo em que estava a resistir, sem receber salário, sem nada. Esta alegria, a realização pessoal era mais do tempo em que éramos da Resistência e lutávamos porque tínhamos de lutar, cumprir o dever” (Entrevista de José Luís Guterres 2018).

Ainda antes da realização do Referendo, começava a delinear-se o futuro da Fretilin e provavelmente dos partidos políticos em geral, dada a eminência da independência e da emergência do novo Estado-nação. José Luís Guterres era líder na Fretilin e narrou as movimentações políticas no seio da Fretilin, como veremos já a seguir.

4. A Fretilin, a dissidência da Fretilin-Mudança e os cargos governamentais

Em 1998, a Conferência Nacional Extraordinária da Fretilin realizou-se em Sydney (Austrália) e José Luís Guterres relatou assim a sua participação no evento e as “manobras políticas” de outros líderes:

“Eu é que era chefe, o Mari era vice.... Quando chegámos lá, ...tomei conhecimento [da reunião]... porque normalmente seria a reunião plenária da delegação externa. Mas o Mari, com mais pessoal de dentro, organizaram uma reunião sem o meu conhecimento formal... Eu fui lá porque no fundo, a minha questão [é]: não luto por causa do poder, luto por causa de Timor. E onde quer que seja, a minha obrigação é lutar. Agora, o Mari não queria perder e então fez tudo em segredo. Eu cheguei lá, já não podia organizar porque aquilo estava tudo contaminado e aí é que escolheram... este para aqui... E eu perdi o Comité Central. Pronto, deixei de ser chefe.... Eu depois comecei a protestar, porque o que fica em causa é a causa. Ser chefe ou não, é ok” (Entrevista de José Luís Guterres 2018).

Esta narrativa de José Luís Guterres sobre o seu afastamento do Comité Central da Fretilin contrasta com o Comunicado final (Fretilin 1998) deste evento. Segundo o mesmo Comunicado (Fretilin 1998): “o Chefe cessante da Delegação Externa da Fretilin (DEF), José Luís Guterres usou da palavra tendo feito uma breve retrospectiva sobre as actividades da DEF nos últimos quatro anos”. O Comunicado (Fretilin 1998) que parece dar destaque a Mari Alkatiri, afirma que Alkatiri, enquanto secretário das relações externas, apresentou uma resenha da actividade diplomática e as perspectivas de futuro, e foi confirmado como primeiro vice-coordenador do Conselho Presidencial, tendo sido eleitos outros dois membros do Comité Central. Seguiram-se debates e votações sobre programas políticos, a unidade nacional, a autodeterminação e independência de Timor-Leste, as vias de solução do conflito e a inclusão de Xanana Gusmão no processo de negociação da solução⁶⁹ (Fretilin 1998).

⁶⁹ De acordo com o mesmo comunicado (Fretilin 1998), na Conferência esteve presente pela primeira vez uma Delegação do Comité Central vinda do interior de Timor-Leste, chefiada por Mau Hodu, secretário político

Apesar das divergências políticas, José Luís Guterres, no I Governo Constitucional liderado por Mari Alkatiri, exerceu as funções de Vice-ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação (2001-2002). O trabalho conjunto entre Guterres e Alkatiri na frente diplomática durante tantos anos por uma causa comum e/ou a dualidade perda-compensação em cargos políticos que vi muitas vezes ser adoptada em Timor-Leste, pode ter permitido a integração de Guterres no governo de Alkatiri. Em 2002, José Luís Guterres interrompeu o exercício do cargo de Vice-ministro por ter sido nomeado embaixador de Timor-Leste nos EUA e chefe da missão diplomática timorense junto da ONU, cargo que exerceu até 2006.

Apesar do seu foco nas funções de embaixador e na sua contribuição para o êxito da subsequente missão da ONU em Timor, Guterres acompanhou a crise política de 2006-2008 que deflagrou em Timor-Leste e que tantas tensões políticas, sociais e inter-geracionais provocou e representou. José Luís Guterres seguiu “a situação no país ...com ‘profunda preocupação’, ...nomeadamente as alegações que foram feitas sobre a distribuição de armamento a civis” (Lusa 2006).

Em 2006, Guterres regressou ao país para participar no II Congresso da Fretilin como candidato à liderança da Fretilin, porque o primeiro governo de Mari Alkatiri segundo as suas palavras: “estava a dar choque à esquerda e à direita, ...à Igreja, ...aos veteranos, ...à sociedade civil” (Entrevista de José Luís Guterres 2018). Alkatiri enfrentou, neste período, críticas do então Presidente da República, Xanana Gusmão, assim como a oposição interna na Fretilin que propôs publicamente a demissão de Mari Alkatiri da liderança da Fretilin e do governo. “A oposição interna na Fretilin apresentou-se no congresso ...unida em torno da candidatura de José Luís Guterres” (Lusa 2006). José Luís Guterres afirmou que a substituição do primeiro-ministro era da incumbência da direcção da Fretilin, e que qualquer solução tinha de ter o apoio do partido que tinha vencido as eleições (57,37%) (Lusa 2006). Guterres relatou que no congresso foram utilizadas todas as estratégias para não o deixarem falar, com receio que o seu discurso pudesse mudar algo pré-determinado, mas que desistiu da corrida quando os delegados aprovaram a eleição dos órgãos de liderança pelo método de votação de braço no ar, em vez de voto secreto, como era prática anterior. No congresso, José Luís Guterres saiu do Comité (Entrevista de José Luís Guterres 2018). O então secretário-geral da Fretilin e primeiro-

permanente do Comité Central da Fretilin. De entre os convidados presentes, contaram-se Ramos-Horta, vice-presidente do CNRT, Mau Hunu, segundo vice-coordenador do Conselho Presidencial, Lu-Olo, o presidente da UDT, o embaixador português, membros do parlamento australiano e representantes de ONG's com ligações a Timor-Leste. A Conferência foi encerrada com a transmissão da mensagem do Comandante Xanana Gusmão, presidente do CNRT no dia em que se comemoram 23 anos de existência das Falintil. A Organização da Mulher Timorense (OMT) apresentou um historial do organismo.

ministro, Mari Alkatiri ficou como o único candidato à liderança do partido no poder” (Lusa 2006).

“Foi aí que eu saí do Congresso e fiz uma declaração de que... parece mais um congresso do Partido Comunista ...da Coreia do Norte... do que um congresso dum partido democrático. Os... do Mari levaram armas... Não sei como é que arranjei coragem, eu sabia de todas as coisas, mas eu sabia da minha missão ali e eu vou.... Fiquei de fora.

Depois falei com o Xanana e disse: - Meu irmão, comandante, eu já fiz tudo, mas não consegui. Cumpri o meu dever. O Xanana disse: - Deixa estar. Agora é a minha vez.... Na altura, depois aí apoiámos o Xanana. Depois [fiz] parte do governo” (Entrevista de José Luís Guterres 2018).

Guterres argumentou que os partidos têm de promover a unidade nacional, unidade na diversidade, respeitando as diferenças. A questão da liberdade é fundamental em democracia. “Eu revoltei-me contra o Mari, porque o Mari não dá liberdade às pessoas, quer mandar em tudo sozinho” (Entrevista de José Luís Guterres 2018). Guterres sentiu ter cumprido o dever, mas defendeu que o sistema político em Timor não estava ainda completo.

Ele apresentou então, em conjunto, uma alternativa. Primeiro surgiu como grupo, uma facção dissidente da Fretilin denominada "Mudança". Este grupo ajudou a fundar e apoiou o Congresso Nacional da Reconstrução Timorense (CNRT), liderado por Xanana Gusmão, o principal rival da Fretilin nas eleições parlamentares de 2007. Ainda que a Fretilin tivesse alcançado maior número de votos, o CNRT formou uma coligação com outros partidos e obteve maioria parlamentar. Xanana Gusmão foi indigitado como Primeiro-Ministro e José Luís Guterres tornou-se Vice-Primeiro-Ministro. De acordo com a leitura do jornalista Stephen Fitzpatrick (2007), em notícia que escreveu para o jornal *The Australian*:

“O ...Primeiro-Ministro de Timor-Leste, Xanana Gusmão, completou ...a sua quase total marginalização do antigo partido Fretilin, no poder, ao empossar um governo sem qualquer influência significativa da Fretilin.... Numa das nomeações politicamente mais significativas do seu gabinete, Gusmão nomeou José Luís Guterres, antigo líder da Fretilin, seu adjunto... a força motriz por detrás de um grupo dissidente da Fretilin conhecido como Fretilin Mudança ("reforma").”

A Fretilin-Mudança, que começou como grupo dissidente dentro da Fretilin, emergiu como partido político em 2012. José Luís Guterres, em conjunto com o seu grupo, terá procurado registar o partido sob a denominação de Fretilin-Mudança, mas o nome do partido foi criticado por Alkatiri e rejeitado pelo Supremo Tribunal de Timor-Leste. O partido foi depois legalmente

registado como Frente-Mudança. Segundo Guterres, o partido surgiu porque o processo não tinha ainda acabado e porque era preciso pressionar Mari Alkatiri e seguidores para haver maior abertura da Fretilin à sociedade. Nas eleições parlamentares de 2012, a Frente-Mudança ganhou dois lugares no parlamento. José Luís Guterres abdicou do seu lugar de deputado para assumir a pasta de Ministro dos Negócios Estrangeiros⁷⁰ na nova coligação governamental chefiada por Xanana Gusmão, permanecendo no cargo até 2015, altura em que regressou ao parlamento.

Figura 14. Imagem de José Luís Guterres



Fonte: Rádio e Televisão de Timor-Leste (2017). Campanha para as eleições presidenciais onde enverga símbolos associados aos *liurais*.

José Luís Guterres concorreu à presidência da república em 2017, mas terminou com 2,6% dos votos. “Eu sabia que não ia ganhar, mas é um ...dever cívico... participar, apresentar ideias novas, o que é bom para o futuro do país” (Entrevista de José Luís Guterres 2018). Nas eleições parlamentares de 2017, a Frente-Mudança perdeu então os seus lugares parlamentares.

“Todos esses processos têm um começo e têm um fim. O que é preciso é em cada momento histórico saber retirar-se do palco político. E ...para mim o tempo está quase a

⁷⁰ Encontrei José Luís Guterres em Lisboa, nessa altura numa conferência, enquanto parte da delegação governamental timorense constituída por vários elementos do governo, em que participou a comunidade timorense em Portugal e amigos.

chegar, retirar-me do palco político partidário. Eu participo na política partidária por alguma missão..., mas o meu coração não dá para estar a partidarizar a sociedade. Eu vejo a sociedade duma forma diferente, talvez influenciado pelos meus antepassados porque... eles viam todo o povo, todas as regiões” (Entrevista de José Luís Guterres 2018).

José Luís Guterres entende a política partidária como um processo circunscrito no tempo e no contexto, num dado momento histórico, em que há um início e uma conclusão desse processo. José Luís Guterres cogitou naquele momento sobre a sua resignação do cargo de presidente do partido Frenti-Mudança para que os mais jovens pudessem assumir a liderança e para que ele pudesse dedicar-se a funções socialmente mais globais e menos partidárias. Ele referia-se às funções de conselheiro independente que lhe permitissem partilhar conselhos e não representar um partido, e às actividades de diplomata, carreira em que se sente mais confortável e em que representa o país. Ele vê a política imbuída num espírito holístico de missão, em que a sociedade é um todo, um sistema integrado que de certa forma a política partidária divide e parcelariza. Nesta afirmação no contexto da entrevista, Guterres mobilizou novamente a herança e a agência política dos seus antepassados de Luca que o inspiram e influenciam a olhar para a sociedade como um todo, a ver todo o povo e todo o país. “Há tempo para entrar e há tempo para regressar. Foi bom no tempo da Resistência.... O meu discurso político também não é partidário, é um discurso de abrangência nacional.... Eu sou muito mais [dedicado à] sociedade” (Entrevista de José Luís Guterres 2018). Sobre o seu percurso político nos governos da RDTL, José Luís Guterres afirma: “fui embaixador, fui vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, fui ministro dos Negócios Estrangeiros e fui vice-primeiro-ministro durante 5 anos. Já é mais do que suficiente. Depois fui ministro dos Negócios Estrangeiros duas vezes. Agora prefiro ...ser embaixador. Sinto-me... mais confortável porque lá [na representação externa] não tenho de falar da política partidária. Estou a promover o país” (Entrevista de José Luís Guterres 2018).

Ao longo da sua vida política⁷¹, José Luís Guterres enalteceu a sua relação com Xanana Gusmão. Ele evidenciou a proximidade e a amizade a Xanana e à família. Ele trabalhou com Xanana muitos anos, mas também com Mari Alkatiri. “Sei o que... ele passou. As pessoas sabem que eu não apoio o Mari.... Ele quer tudo, não quer partilhar nada.... [Mas,] mesmo que não goste das posições políticas do Mari, em momentos históricos, ele desempenhou um papel” (Entrevista de José Luís Guterres 2018).

⁷¹ No Anexo D, apresento um quadro que ajuda a ilustrar cronologicamente os sucessivos cargos políticos e diplomáticos que Guterres desempenhou no período pós-independência, assim como a liderança do seu partido Frenti-Mudança que surgiu na sequência da formação do grupo dissidente no seio da Fretilin.

5. Tensões geracionais e de elite

Antes de retomar o debate sobre a *Gerasaun 1975*, gostaria de introduzir as reflexões que Abílio Araújo, coevo de José Luís Guterres, registou em 1973. Abílio Araújo, que era bastante activo no movimento político timorense em ebulição, publicou o livro “As elites em Timor” em que analisou três gerações de elite e as suas relações sucessórias. A primeira geração que Araújo identificou era a dos *liurais* e *datos* que protagonizaram revoltas anticoloniais, mas que no decurso das derrotas infligidas nas “guerras de pacificação” na viragem do século XIX para o século XX começaram a ser corporizados no sistema colonial, catequizados e alfabetizados e a intermediar o colonizador e os colonizados. A segunda geração era de uma “nova nobreza” constituída pelos primeiros nativos letrados, privilegiados e com acesso aos quadros coloniais na área da administração, missionação, educação e militar. A terceira geração, na qual o autor se incluía era a dos filhos de famílias “assimiladas” que prosseguiram os estudos em Portugal na década de 1970. Esta terceira geração bifurcava-se em quem perspectivava uma carreira confortável na administração em Timor e a continuidade do colonialismo; e em quem priorizava o envolvimento político em detrimento dos estudos e o fim do colonialismo (Araújo 1973), como ele e como José Luís Guterres, entre outros.

Tal como José Ramos-Horta, Xanana Gusmão e Mari Alkatiri (ambos líderes com forte relação interpessoal com José Luís Guterres) também Guterres pertence à geração social timorense denominada *Gerasaun 1975*. Segundo Gonçalves (2016, 27), “a maior parte dos papéis de liderança no Estado democrático pós-independência têm sido ocupados por membros desta geração, que foram também comandantes e combatentes na resistência militar, diplomática e clandestina à ocupação indonésia”. José Luís Guterres cumpria essa posição enquanto líder na frente diplomática. De acordo ainda com Gonçalves (2016, 27), podemos considerar que líderes nacionalistas como José Luís Guterres da *Gerasaun 1975* “ênfatizam uma identidade lusófona (língua portuguesa e religião católica), juntamente com laços culturais melanésios, como a característica distintiva da identidade de Timor-Leste”. A proximidade de Guterres à cultura portuguesa é notória, em parte como resultado do seu trabalho de representação externa da Resistência em Portugal e Moçambique, além dos seus contactos frequentes com os países da CPLP, durante a ocupação indonésia e no pós-independência. Esta proximidade, naturalmente, é também resultante da sua educação em escolas católicas portuguesas na fase final do colonialismo português em Timor – à semelhança do que terá sucedido com a ascensão da elite político-administrativa de Macau nos anos de 1980, também esta beneficiando de uma forte educação em escolas católicas portuguesas no passado (Pina-

Cabral 1993; Pina-Cabral and Lima 2000, 209).

Assim, a *Gerasaun 1975* valoriza a educação, a luta contra o colonialismo português, a sua contribuição para o esclarecimento e a reflexão crítica dos jovens, como defendeu Guterres durante a entrevista que me concedeu. Porém, ao mesmo tempo que é importante essa relação com uma certa “cultura” portuguesa, é particularmente significativa a experiência relacional com países lusófonos que viviam essa cultura como opressiva. Apesar de criticar a marginalização da maioria do Povo Timorense durante a colonização portuguesa, os membros desta geração consideram que a educação das elites as dotaram de capacidades na luta contra a colonização indonésia e no caminho da autodeterminação. Já na perspectiva de Gonçalves (2016), não é apenas a *Gerasaun 1975*, mas também a *Gerasaun foun*, que “reconhecem os méritos das experiências educativas portuguesa e indonésia na criação de consciência política e mobilidade social de parte da população... os timorenses de todas as gerações continuavam a sentir que a educação era, em última análise, o ganho mais importante do colonialismo” (Gonçalves 2016, 154). As narrativas biográficas que trabalho nesta tese fornecem dados compatíveis com esta ideia de valorização da educação.

De facto, apesar deste reconhecimento comum da importância da educação, várias concepções separam a *Gerasaun 1975* da *Gerasaun foun*. Ao contrário da *Gerasaun foun*, a *Gerasaun 1975* concebe o processo de autodeterminação como um projecto de longo prazo do nacionalismo timorense iniciado em 1974 ou antes, como o início da vida política de Guterres ilustra, e não apenas em resultado da ocupação indonésia. O meu trabalho vai, no entanto, de encontro ao argumento de Marisa Gonçalves (2016) de que a afiliação da *Gerasaun 1975* a Portugal acaba por ter por pano de fundo a sua experiência na administração portuguesa em Timor-Leste e o seu descontentamento com o colonialismo. Ao mesmo tempo, esta é também uma geração que viveu com uma orientação anti-colonial e nacionalista, que viveu com esperança o nascimento dos primeiros partidos políticos em Timor-Leste e que acompanhou os movimentos de descolonização e independência das ex-colónias africanas, na expectativa de que em breve fosse também o caso de Timor-Leste.

Às divergências entre gerações sociais, somam-se as de classe. Os timorenses de classes baixas explorados durante o colonialismo português, conhecidos como “maubere” durante a ocupação indonésia e hoje como “*povu ki'ik*”, foram mobilizados pelas elites a partir de 1974 e durante a Resistência, e actualmente esperam ser compensados com condições de vida dignas, e salários justos. Mas, de acordo com Gonçalves (2016, 220) “em vez disso, são amplamente excluídos do governo e dos empregos em agências de ajuda internacional e da prosperidade económica na capital e as suas famílias continuam a viver em condições económicas terríveis”.

Num extenso artigo de jornal escrito por Jill Jolliffe (2011) sobre a *Gerasaun Foun*, a autora argumenta que José Luís Guterres contestou que esta geração não tivesse tido acesso a emprego ou a influência, afirmando que a *Gerasaun foun* já se encontrava estabelecida no poder, nomeadamente no Parlamento Nacional. José Luís terá apontado Fernando Lasama de Araújo como uma personalidade política a observar desta geração. Em 2015, ano do seu falecimento, Lasama era um dos elementos mais destacados do governo como ministro coordenador e considerado um líder carismático com um presente e futuro promissor⁷². Segundo Jolliffe (2011), Guterres terá afirmado que “numa democracia como a nossa já existe um mecanismo... Não podemos criar uma dicotomia entre o velho e o novo”. Mari Alkatiri tinha apelidado os licenciados com formação indonésia de “*super-mie*” (“*noodles* instantâneos”), mal preparados e com pouca aceitação no mercado de trabalho. José Luís Guterres, em entrevista a Jill Jolliffe, terá defendido que em relação à *Gerasaun foun* alguns licenciados na Indonésia foram condecorados pelas suas actividades na Resistência, alguns estavam no parlamento, outros no sector privado, num ambiente de paz social e prosperidade durante a maior parte do seu mandato como vice-primeiro ministro (2007-2012), após uma grave crise (2006-2008). Segundo Jill Jolliffe (2011), as tensões sociais entre a *Gerasaun Foun* e a *Gerasaun 1975* - aqui representada por José Luís Guterres - são desmedidas e podem gerar a eclosão de agitação social com base no sentimento de injustiça e de negação de participação em termos igualitários num país independente pelo qual se sacrificaram:

“O discurso de José Luís Guterres é inquietante. Ele e os seus colegas políticos parecem estar genuinamente inconscientes da bomba-relógio de dor e amargura acumuladas que espreita sob a superfície deste país, produto do legado desacompanhado da guerra e do sentimento generalizado de injustiça que lhe está associado. A geração alienada de Santa Cruz, como muitas outras que sofreram prisão ou tortura, tem dificuldade em adaptar-se à rápida mudança social em curso nas terras que lutaram para salvar. Veem uma grande comunidade estrangeira que trabalha para o bem público, por um lado - e por isso é bem-recebida pela média dos timorenses - mas que contribui diariamente para a degradação sistemática do património cultural da Nação, por outro... Tendo sobrevivido às brutalidades da guerra e da ocupação em Timor-Leste, a geração *foun* ...sente ter-lhes sido negada uma oportunidade de participar na sociedade pela qual sacrificaram tudo” (Jolliffe 2011).

As tensões inter-geracionais têm-se feito sentir desde o início da RDTL pelas influências e visões díspares das diferentes gerações e pelas suas análises diferenciadas da evolução do país.

⁷² Mais uma vez este trabalho de investigação antropológica cruza-se com a minha vida pessoal e em 2015 eu exercia funções de assessora no Ministério da Educação em Timor-Leste. Tive a oportunidade de assistir a duas intervenções do então Ministro da Educação e Ministro Coordenador dos Assuntos Sociais, Fernando Lasama e de sentir a sua presença carismática.

Apesar das dificuldades de diálogo e de interação, têm-se registado iniciativas de entendimento, ainda que se preveja um longo caminho para dirimir essas tensões.

Um momento de convergência inter-geracional foi o das negociações com a Austrália sobre a partilha dos recursos naturais. Segundo Gonçalves (2016, 235):

“Os timorenses veem as negociações com a Austrália sobre a partilha dos recursos naturais como a continuação da luta pela auto-determinação. Um aspecto importante é o facto de estas ideias de direitos e justiça terem sido transmitidas da 'gerasaun 1975' para a 'gerasaun foun' e, finalmente, para a 'gerasaun ukun rasik-an' ou 'gerasaun independensia'⁷³. Em diferentes momentos da história do país, os timorenses sentiram a necessidade de afirmar e reafirmar a sua soberania sobre os recursos naturais, o controlo político sobre o seu futuro e, finalmente, as suas opções de desenvolvimento”.

6. A *Gerasaun de Luca*, a Casa e os antepassados

Para além da narrativa biográfica de José Luís Guterres enunciar tensões entre gerações sociais, ela também consolida uma posição de elite associada à *Gerasaun de Luca* e a sua conexão com a Casa e a influência que os antepassados têm exercido na sua vida política e familiar. José Luís Guterres evocou os antepassados e a sua linhagem para justificar a sua trajectória política e pessoal, ao longo da sua narrativa biográfica. Ele vê a sua biografia política por referência à agência dos antepassados da casa de Luca.

“Sou ligado à tradição, respeito a tradição... Uma das coisas que aprendi nessas viagens políticas, em todos os sítios onde eu vou, quando eles fazem o ritual, Luca – Wekeke ...o nome tem de estar lá. Eu vou, eu participo, oiço. Isso tudo faz-nos reganhar a consciência de que primeiro tu tens de respeitar a tradição, e segundo saber que os nossos antepassados lutaram por esse povo, respeitaram esse povo, por isso é que a história deles continua. Em todo o lado, Leste a Oeste, Costa Sul, as pessoas sempre falam de Luca - Wekeke. Eles são os nossos antepassados, os que governaram... Agora, o mais interessante são as pessoas que nos vêm dizer: - Ai, eu também sou de Luca, venho da descendência...” (Entrevista de José Luís Guterres 2018).

A biografia de José Luís Guterres é narrada por ele próprio como radicada na sua linhagem. A posição de elite associada à *Gerasaun de Luca* da qual Guterres faz parte, pode ser vista à luz das reflexões de Pina-Cabral and Lima (2000) enquanto grupo que controla recursos específicos que dão acesso ao poder político e que exerce influência. “A transmissão entre gerações dos benefícios resultantes do controlo desses recursos depende frequentemente da manutenção de estruturas de autoridade...através de uma sucessão unitária ..., ou através de uma produção

⁷³ Geração nascida após a independência da RDTL.

mais geral de sucessores...” (Pina -Cabral and Lima 2000, 2). Mas como vimos no trecho acima da entrevista de José Luís Guterres, ele identifica a sua acção política como decorrente da continuidade da história dos seus antepassados, “da sua luta e do seu respeito pelo povo”. Guterres manifesta esse respeito ao povo e aos antepassados ao participar nos rituais, em eventos políticos ou em cerimónias das Casas.

Nos rituais das Casas em que Guterres participa, é referenciada a topogenia de Luca associada a Viqueque. A recitação dos lugares menciona essa origem ou essa ligação, o que remete para os conceitos nativos da *Gerasaun de Luca* ao qual dou agora retorno. Nas cerimónias das Casas segmentares da *Gerasaun de Luca*, os respectivos *lia nain* mencionam Luca que faz parte da genealogia e da topogenia daquelas Casas. Segundo José Luís Guterres, as palavras em si e por via da recitação, elas ganham e transmitem energia. Esse poder da recitação tem sido muito importante nos trabalhos antropológicos sobre a topogenia (Cf. Fox 2006, Viegas 2019b). Esta energia ganha na recitação das palavras deve ser colocada na *Uma Lisan*. De acordo com Guterres, “o mundo ...está a explorar o valor da energia. Nós todos produzimos... [e] transmitimos energia. Como é que isso se processa, as palavras, o código para que se abra a transmissão de energia? São coisas interessantes”, reflecte Guterres (Entrevista de José Luís Guterres 2018). A energia surge aqui como espiritualidade imaterial, que se sente. Os rituais que potenciam essa energia têm as formas apropriadas e as pessoas indigitadas para o fazer, de forma a que ela flua numa continuidade entre passado e presente.

O *continuum* entre passado e presente, tradição e modernidade, antepassados e descendentes são referências constantes nas narrativas biográficas tratadas nesta tese, nomeadamente nesta narrativa de José Luís Guterres. A referência à continuidade entre o passado de um governo territorial abrangente dos *liurais* de Luca e as responsabilidades políticas no presente dos meus interlocutores biografados, é recorrente nestas narrativas. Outra menção contínua entre os três biografados nestes capítulos finais da tese é a da movimentação de pessoas, nomeadamente de líderes políticos, que se vêm apresentar aos representantes do grupo de origem de Luca ou de grupos segmentares como sendo descendentes de Luca, no âmbito de reuniões, campanhas políticas ou cerimónias rituais de Casas da *Gerasaun de Luca*. É representativo que o líder da Renetil tenha revelado a José Luís ser descendente de Luca: “É um jovem. Um dos nossos antepassados foi a Ossu, Bobosan.... Depois o irmão dele foi a Ossu também. Ele é descendente de Ossuroa, é descendente desse nosso antepassado Olo Sak que saiu de Luca para Ossu. Ossu pertenceu a Luca” (Entrevista de José Luís Guterres 2018). José Luís também informou que Xanana Gusmão é descendente de Luca, de Olo Sak por via do seu avô, o *liurai* D. Francisco de Loi Huno, de Laline (Ossu, Viqueque). “O Xanana estava ligado

conosco através mesmo da mãe e do pai também” afirmou (Entrevista de José Luís Guterres 2018). A referência à relação entre Xanana Gusmão e a *Gersaun de Luca* é transversal aos três biografados e as suas narrativas de ligação pessoal a Xanana revelam a importância do grande líder na vida política, social e cultural timorense. José Luís prossegue com a referência a lugares e a pessoas, como numa recitação: “Leguimea, fomos lá e a história é mesmo ligada. Há muita gente mesmo. Ologari, Aitahan Matak, essa gente também está ligada a Luca, são descendentes” (Entrevista de José Luís Guterres 2018). Aitahan Matak aqui referenciado, também conhecido pelo nome de António Tomás Amaral da Costa, é primo de José Luís e José Luís reconhece-o como historiador da casa de Luca. Outros descendentes de Luca foram mencionados por José Luís Guterres, nomeadamente o ministro do Turismo (2017-2018), Manuel Vong (Entrevista de José Luís Guterres 2018).

A conexão de Luca chega também, segundo José Luís Guterres, ao presidente da Indonésia Sukarno através da ligação de parentesco entre o seu ancestral Sombai Sila (Kupang) e Afoan Sila (Luca), dois de quatro irmãos que dividiram o poder sobre a ilha de Timor, como referi nos capítulos 1 e 2. “No fundo, os Sukarno queriam apresentar-se como javaneses, mas a história deles é daqui, das Flores, de Larantuca, mas ligado aos Silas, a Afoan Sila. Éramos irmãos.... Eles vieram para Timor. O nosso [antepassado] é Afoan Sila, ...de Luca” (Entrevista de José Luís Guterres 2018). De acordo com Guterres, Afoan Sila seria irmão de Sombai Sila, de quem Sukarno descenderia. “As relações que tivemos com o Império Majapahit⁷⁴ também existem cá”, afirmou Guterres (Entrevista de José Luís Guterres 2018). José Luís narrou um evento em que ele e a realeza de Java⁷⁵ estavam presentes. “Os velhos vieram à volta de mim, olharam.... Estavam a tentar perceber.... Depois eu fui a um sítio cheio de água, à meia-noite. Se eu não fosse uma pessoa de bem, se os meus antepassados não fossem aquilo que são, eu chegava lá e afundava-me. Quando eu caí na água, [fiquei à tona]” (Entrevista de José Luís Guterres 2018). Importa sublinhar que estas narrativas ligadas à água ressoam os relatos orais que Palmer (2015) registou e analisou no seu estudo sobre o “ciclo hidro-social” com muitas conexões entre Luca e outros lugares, já tratados no Capítulo 2.

Como podemos observar destas afirmações, líderes timorenses de diversas gerações e também indonésios terão vínculos a Luca, segundo José Luís Guterres. Pessoas que buscam as

⁷⁴ Na entrevista, Guterres relatou que Amaral da Costa lhe contou uma história de que quando o rei de Majapahit foi a Timor, esteve em Uaibobo que tem ligação a Luca. De Uaibobo, levaram uma princesa timorense para a Indonésia, de quem Luca perdeu o rasto.

⁷⁵ O seu tio Clementino Amaral também contou que quando integrava a Comissão dos Direitos Humanos da Indonésia e visitou o rei de Yojakarta, ele recusou-se cortesmente a ajoelhar-se perante o rei, justificando ser descendente de *liurais*, o que foi aceite (Entrevista de José Luís Guterres 2018).

suas raízes, apresentam-se perante José Luís como tendo origem em Luca, reforçando as ligações que conectam ramos e raíz, descendentes e grupo de origem, Casas ramo ou segmentares e Casa tronco. De acordo com José Luís, este reviver no pós-independência desta teia de relações entre *Uma Lulik*, *Uma Lisan* que ele considera as células da Nação, fortalece a união e a paz da Nação (Entrevista de José Luís Guterres 2018).

A procura das raízes, o registo da genealogia⁷⁶ e da topogenia, a celebração de cerimónias entre Casas têm relevância na actualidade pós-conflito e podem ser factores de estabilidade nacional ao aprofundarem as relações entre as Casas e ao darem um sentido de pertença e de identidade. Novamente, nas palavras de Guterres, agora sobre as conexões generativas da água a partir de Luca:

“Os poderes sobrenaturais de alguns dos nossos antepassados... Eram os crocodilos que os transportavam, às vezes chegavam mais cedo sem esperar. ...Quando precisavam de alguma fonte de água, os nossos avós transportavam a água de Luca. Chegavam lá, punham lá e depois saía a fonte. Em vários sítios, em Venilale, essa água vem de Luca. Aquela água grande de Baucau veio de Luca. É subterrânea, mas é criada. Uma cerimónia tradicional para criar água, para ter água e então a água fica ali. Deve ter [alguém que saiba dessas ligações generativas da água], mas tudo isso são poderes um bocado secretos. Como é que tu podes criar água? ...Dizem que às vezes há coisas que se podem fazer em Timor, e noutros sítios já não se podem fazer...”

A divisão da fronteira de Timor foi antes da chegada dos Portugueses. Nai Lu Leke, Nai Tae Ka Aman, na altura eles mostraram: - Eu sou filho de Tasi (Mar). Quando eu falo para o Mar, ele recebe. O outro: - Eu sou filho do Sol e da Lua. Ok, é simbólico, mas mostra algum poder nas pessoas (Entrevista de José Luís Guterres 2018).

As ligações generativas da água de Luca, o poder de criar povoamentos a partir da água potável, as ligações subterrâneas da água, o submundo, o poder sobre o mar, estudadas por Palmer (2015) e já abordadas no capítulo 2, são acentuados pelas partilhas de José Luís Guterres. A *Gerasaun de Luca* tem múltiplos significados, como sejam aqueles associados às ideias de linhagem, de topogenia, de capacidade de gerar água como fonte de vida para novas povoações. Os poderes *lulik* dos antepassados, e a paridade entre o governante de Wehali e o governante de Luca estão também aqui em foco.

Há diversas narrativas sobre poderes *lulik* ligados ao mar, nomeadamente a de um crocodilo que trazia alimentos para o *liurai* “avô Tomás”, em Díli. Há também uma outra a propósito do pai de Clementino dos Reis Amaral, o meu interlocutor da narrativa biográfica anterior, que ia pescar com os pés em cima de um crocodilo, relatos aqui reproduzidos por José Luís e por

⁷⁶ Durante o meu trabalho de campo, nas consultas que fiz no Arquivo Nacional de Timor-Leste e em diversas entrevistas a diferentes interlocutores, pude testemunhar que vários elementos de diferentes famílias estavam a fazer levantamentos documentais para escreverem a história das suas respectivas Casas.

Clementino Amaral que acompanhou o sobrinho nesta entrevista (Entrevista de José Luís Guterres 2018). Clementino e José Luís narraram cerimónias tradicionais nomeadamente em Suai com descendentes da *Gerasaun de Luca*, em que os oficiantes das cerimónias falavam para o mar, para a maré vazia para poderem tirar água para o ritual, e falavam para o búfalo, animal sacrificial que morria pelo poder da palavra, o que para ambos os interlocutores representa um poder espiritual muito forte. A potência *Lulik* que os antepassados de Luca possuíam e possuem é aqui evidenciada, assim como a observação de todos os preceitos relativos a *Lulik*. O respeito pelas tradições está interconectado com o poder, a autoridade política e a sociedade actual, e deve ser observado.

Prosseguindo o fio narrativo dos antepassados, José Luís Guterres narrou vários episódios da vida política em que houve intervenção dos antepassados no sentido de o informar, apoiar ou de salvar a sua vida, em Maliana, Atabai, Viqueque, Bazar-Tete e em Díli. Um desses eventos prende-se com a água, uma cobra e a intervenção dos antepassados.

“Eu, quando era vice-primeiro ministro, fui inaugurar a água para Díli, ...em Comoro, ...um projecto japonês. ...Muita gente. Falou o director, ...o embaixador, depois chegou a minha vez. Eu estava assim a falar, contaram que veio uma cobra preta grande, veio do outro lado da ribeira, com a água. Veio, ...ficou a cinco metros de mim... [erecta] todo o tempo em que eu estava a falar... Toda a gente viu. Eu não [vi] porque estava a fazer o discurso. ...Eu depois é que vi. ...Depois de acabar de falar, a cobra foi por entre as pessoas e foi outra vez para o outro lado.

...Eu perguntei...: - Vocês fizeram isto conforme a tradição?... - Fizemos...

Disseram: - Só vieram para conhecer.... Nós apoiamos... Eu perguntei à ...vice-procuradora geral, que também tem ligação connosco, com Luca... Ela respondeu]: - A cobra é como soldado. Para mostrar que a Natureza está connosco.... Por isso é que eu agora, ...em cada sítio onde eu vou, discurso: respeito à Natureza, aos antepassados. Falo sempre” (Entrevista de José Luís Guterres 2018).

José Luís Guterres apresenta a presença constante dos antepassados nesta narrativa que faz ressoar no presente relatos feitos a Palmer (2015), em que o elemento água (ribeira) e animais ligados à água (cobra de água) estão bem visíveis. Segundo Lúcio Sousa (2010, 252), “Likosaen é o nome localmente atribuído à maior cobra de Timor, que habita normalmente nas montanhas. O escuro, o oculto, da noite (da terra), tem assim uma dimensão reconhecida e temida no exercício da sua autoridade”. A referência ao nome Likosaen, ao oculto e à autoridade remetemos para Luca e para narrativas já citadas. A deslocação da cobra da narrativa de José Luís pela água e a sua postura de atenção ao discurso dele, é interpretada pelo interlocutor, pelos oficiantes das cerimónias rituais que são habitualmente praticadas nas inaugurações e por outro elemento da *Gerasaun de Luca*, como o apoio dos antepassados à acção política de José Luís Guterres. A agência política dos antepassados na trajetória de José Luís e a conexão contínua

entre Luca e a água, no passado e no presente, parecem marcar presença neste trecho da sua narrativa. A água surge novamente como o eixo unificador das narrativas de origem dos lugares de povoamento, como o elemento de origem, o elemento gerador de vida que propicia as condições para os assentamentos humanos. José Luís fala da criação de fontes de água pelos antepassados que transportavam a água de Luca numa multiplicidade de lugares dispersos na ilha, especialmente na parte oriental. O poder dos lugares de assentamento associados a Luca tem múltiplas conexões generativas com a água. O poder de Luca consubstancia-se na capacidade de dar vida, de transportar consigo o conceito gerador de vida através da água.

“Os velhos antigamente tinham mais ligação à Natureza, conheciam mais coisas... Eram pessoas que naturalmente tinham influência desde aquela altura até hoje.... É preciso ter realmente algum poder. Ninguém vai aceitar alguém que seja fraco.... Eu fico admirado. Só que hoje a gente não consegue fazer. O meu problema é esse. Nós nunca fomos treinados e já fomos educados de uma forma diferente. Talvez algum dia ainda venha a ser... O Xanana manda parar a chuva.... Na guerra, às vezes estavam cercados, mas veio o nevoeiro e salvou-lhes a vida.

É por isso é que essa terra, Timor, ...é sagrada. A gente não pode brincar. Isso tudo é poder divino” (Entrevista de José Luís Guterres 2018).

José Luís Guterres atribui o poder a *Lulik*, à ligação à Natureza, ao divino. Os antepassados de Luca tinham acesso a esse poder que se manifestava em influência no passado, mas que tem ligação ao presente, um poder sagrado que deve ser respeitado e não pode ser transgredido. José Luís confessou-se admirador desses poderes aos quais não teve acesso por não ter recebido esses ensinamentos. Embora lamente não ter o mesmo poder que tinham os antepassados (e que, alegadamente, Xanana Gusmão também possui) Guterres atribui a forma como exerce política aos ensinamentos transmitidos pelos antepassados, à agência política dos antepassados, numa dialéctica entre ancestralidade e descendência.

A palavra na Casa de Luca

José Luís e Clementino Amaral acreditam que os antepassados lhes transmitiram valores morais, nomeadamente os de cumprir o dever em nome de um colectivo, sem esperar nada em troca; de governar com o coração; de tratar as pessoas com respeito e por igual; e de não magoar ninguém. Clementino e José Luís identificaram características comuns aos membros da sua Casa. Estas características consistiam em diferenças na “maneira de ser”, e em atitudes de humildade, consciência da sua dignidade, igualdade no trato e amabilidade. De certa forma, estes ensinamentos inspiram os procedimentos de José Luís e são descritos como se fossem

intrínsecos à *Gerasaun de Luca*, ligando os governantes do passado aos políticos do presente que são membros da Casa *liurai* de Luca. A continuidade política da Casa é assim observada pela articulação entre os vivos e os antepassados.

Há ainda uma forma de poder sobre os outros, associada aos membros da Casa de Luca. A forma como eles falam com as outras pessoas e a atenção das outras pessoas às palavras que dirigem à família Amaral de Luca, terá a ver, segundo Clementino Amaral, com a crença de que, no passado, se o *liurai* de Luca pronunciasse alguma palavra contra alguém, essa pessoa ficaria doente ou poderia morrer. José Luís sublinhou que as pessoas “quando se encontram connosco têm muito cuidado... Por isso também raramente a gente insulta ou tem má intenção para as pessoas. Há um controlo interno”, corroborou José Luís (Entrevista de José Luís Guterres 2018). Clementino Amaral, na sua interlocução com José Luís, acrescentou que existe uma transversalidade em que é feita referência ao dom, à força da palavra dos antepassados e ao exemplo dos pais e dos tios das gerações mais próximas. Estes informaram naturalmente os descendentes de Luca sobre como deviam falar e estar. De acordo com o testemunho de Clementino Amaral: “os *katuas* dizem: - ...Os vossos antepassados, ...o *liurai* de Luca... basta só a palavra” (Entrevista de José Luís Guterres 2018). Esta convicção de José Luís quanto ao poder da palavra na Casa de Luca é tão forte que chegou a dizer-me que, quando ouve líderes políticos e religiosos com poderes de comunicação especiais, imediatamente procura saber mais sobre eles, presumindo, e muitas vezes confirmando, que realmente pertencem à *Gerasaun de Luca*.

“Normalmente há-de aparecer sempre alguém que dá continuidade” (Entrevista de José Luís Guterres 2018), afirmou José Luís Guterres em entrevista, referindo-se à continuidade da governação política dos elementos da Casa na chefia do *suco* de Luca. José Luís deu três exemplos interrelacionados. O primeiro caso reportava-se ao pai de José Luís, Paulo Guterres que não era de Luca, mas *liurai* de outro *suco* de Viqueque, e que assumiu funções governativas no *suco* quando “Luca precisou”. A escolha recairia normalmente sobre o irmão mais velho daquela geração de irmãos: Leão, Clementino e Epifânia Amaral, mas a solução passou por adoptarem o cunhado, Paulo Guterres, como irmão (Entrevista de José Luís Guterres 2018).

Sobre a continuidade da participação da Casa no partido político que fundou, a Frente-Mudança, José Luís referiu em entrevista que o seu primo Riki, filho de Clementino Amaral estava a entrar na política de uma forma “natural” e que foi logo escolhido como secretário do partido. José Luís referia-se na altura a deixar a presidência da Frente-Mudança e a ser conselheiro independente, regressar à carreira diplomática e dar espaço à renovação por via das novas gerações (Entrevista de José Luís Guterres 2018).

José Luís tem uma visão das múltiplas participações dos membros da Casa de Luca na política como um projecto familiar, em que cada parte se complementa para um todo que serve um bem nacional:

“Na Indonésia, estive lá o meu tio [Clementino Amaral]. Na Comissão dos Direitos Humanos, comunicámos, mas uma relação familiar. Eu sei que o tio está a cumprir o dever, mas não é apoiante da Indonésia.... O Xico [irmão Francisco Amaral] sofreu feridas de guerra. Cirilo, o outro irmão também ferido de guerra... eram comandantes [da Resistência] ...na altura.... A família toda, cada um cumpriu o seu dever. Mas também porque o tio, na altura, era aqui uma figura no tempo da administração indonésia. Então, havia um certo equilíbrio. Eu tinha primos que eram comandantes das milícias indonésias. [Acabávamos por estar] em vários sítios. Em Viqueque havia sempre protecção. O tio que era chefe no Parlamento indonésio, militares... A família cobria-se. [O tio acabou] por ser um protector de toda a família. ...Há sempre alguém aqui, outro ali [em termos de representatividade política, ao longo dos tempos].... Mas eu acho que há um poder que ajuda” (Entrevista de José Luís Guterres 2018).

De acordo com José Luís Guterres, o cumprimento do dever de cada um na sua posição estratégica permitiu a sobrevivência e a protecção da Casa, do todo, da unidade familiar, sobretudo numa conjuntura de guerra como a da ocupação indonésia.

Conclusão

Neste capítulo, procurei analisar características da narrativa auto-biográfica que José Luís Guterres me possibilitou no âmbito da longa e profunda entrevista que me concedeu, com enfoque na história da sua vida *política*. A sua narrativa biográfica, a complexidade da trajectória pessoal e familiar e a riqueza de experiências políticas que vivenciou, interligam os três tempos político-administrativos de que tenho vindo a tratar.

A trajectória de José Luís Guterres, membro do tronco central da Casa *liurai* de Luca, permite reflectir sobre a importância da sua educação de elite e da sua interacção com as elites na sua formação política, na constituição dos partidos políticos em 1974, neste caso da ASDT/Fretilin, partido ao qual pertenceu e que representou na resistência diplomática no exílio. O seu percurso político colocou-o primeiro em Portugal como quadro da Fretilin em formação para logo se tornar seu representante no exterior e como agente relevante no processo de descolonização e de autodeterminação do Povo Timorense, na sequência da ocupação indonésia que durou vinte e quatro anos.

Internacionalmente, José Luís Guterres esteve em contacto com líderes políticos em diversos países, primeiro em Portugal com os agentes políticos da descolonização e na Europa

com os diversos movimentos independentistas, depois em Moçambique com Samora Machel, na África do Sul com Nelson Mandela e Oliver Tambo, mais tarde na ONU. Ele acompanhou as sucessivas reorganizações pelas quais a Resistência Timorense passou e o protagonismo que a representação externa diplomática da Resistência foi assumindo na luta pela autodeterminação e pela independência do Povo Timorense. Foi deste longo e intenso período da Resistência que José Luís guarda as memórias mais significativas.

A nível nacional, ele conviveu desde o tempo do ensino nos seminários católicos portugueses com aqueles que viriam a ser os principais líderes políticos timorenses durante a formação dos partidos políticos, durante a Resistência Timorense e no pós-independência da RDTL. Na RDTL, José Luís Guterres integrou diversos governos timorenses, em vários cargos, desde a primeira legislatura, quer inserido na Fretilin, quer na dissidência no seio da Fretilin contra as tentativas de “apropriação de Mari Alkatiri do património comum da Fretilin”, temática abordada por vários autores. As divergências entre Guterres e Alkatiri levaram Guterres a fundar um novo partido, a Frente-Mudança que participou em várias coligações partidárias e que permitiu a formação de outros governos. José Luís Guterres integrou estes governos em cargos ministeriais sucessivos e ascendeu ao cargo de vice-primeiro ministro. Se é verdade que diversos membros da casa *liurai* de Luca integraram diversos governos da RDTL e desempenharam distintos cargos diplomáticos, José Luís Guterres foi aquele que ocupou as funções mais proeminentes nos cargos políticos e diplomáticos, mais posições nos sucessivos governos e por mais tempo, na RDTL. Veja-se a Figura 5. Tabela dos Membros do Governo e Diplomatas da RDTL da Casa Wedah Canlor.

José Luís Guterres reflecte na sua narrativa biográfica sobre a Casa de Luca como um todo, constituído por membros políticos posicionados em diversos postos estratégicos de forma a assegurar a sobrevivência e a salvaguarda política da Casa. Neste capítulo, sublinhei também o modo como este interlocutor analisa a sua biografia política através da evocação da agência de *Lulik* e dos antepassados. Este aspecto, argumento nesta tese, permite-nos pensar a Casa e os antepassados de Luca como verdadeiros agentes políticos da actualidade timorense.

CAPÍTULO 7

RESISTÊNCIA E DISSIDÊNCIA

Neste capítulo, analiso a narrativa biográfica de António Tomás Amaral da Costa, também conhecido pelo nome de código da Resistência Aitahan Matak, com especial relevância para a sua trajectória política a partir da criação da ASDT / Fretilin, em 1974 e aspectos do seu percurso na Resistência.

A sua origem de Uaibobo, zona montanhosa e periférica por contraposição à centralidade litoral (*foho* e *fehan*), a sua pertença a uma Casa-ramo ou segmentar da *Gerasaun de Luca* e a sua identificação contínua com a centralidade do grupo de origem de Luca, permite abordar questões sobre elite e hierarquia, centro e periferia.

Examino o itinerário político significativamente complexo e social de Amaral da Costa a partir do interior do território timorense, a sua interacção com os líderes do comité político e da frente armada da Resistência durante o período de ocupação indonésia de Timor-Leste (1975-1999), nomeadamente a sua crescente influência e ascensão política na Resistência, com relevo para a frente clandestina. Analiso a sua participação em eventos marcantes dos diferentes períodos da Resistência.

Investigo também a sua dissidência política e o projecto político subjacente, a partir do fim da Resistência e durante o pós-independência, nomeadamente com a criação do CPD-RDTL. Amaral da Costa pertence a uma transição social da *Gerasaun* 1975 para a *Gerasaun Foun*, o que permite debater as continuidades e discontinuidades entre as duas gerações sociais timorenses e as suas reivindicações.

Analiso o papel da *Gerasaun de Luca*, a sua identidade política e social, as reivindicações de participação política dos *liurais*, assim como a sua preocupação com a investigação histórica e genealógica.

1. Percurso biográfico: o período colonial e a importância dos *liurais* de Luca na transição pós-colonial

António Tomás Amaral da Costa nasceu no *suco* de Uaibobo, posto administrativo de Ossú, no município de Viqueque, em 1957. Segundo o próprio, o seu nome “português, de baptismo”,

António Tomás Amaral da Costa, tem um significado especial quando traduzido para Tétum: “Amaral... na Língua Tétum é *Aman ba Nasaun* [que significa na Língua Portuguesa: Pai da Nação]... e *Aman* de Timor [Pt: Pai de Timor] (Entrevistas de António Tomás Amaral da Costa 2017-2023). Amaral da Costa reivindica, desta forma directa e inscrita no seu nome, a centralidade da família Amaral na nacionalidade e na identidade timorense, assim como na autoridade política. O apelido Amaral é comum aos *liurais* da Casa Liurai de Luca e aos seus descendentes, salvo raras excepções, consubstanciando identidade familiar e hierárquica. Ao longo das entrevistas que ele me concedeu, esta centralidade que reivindica no nome⁷⁷ vai-se associando à ligação política do antigo reino de Luca, ao território que corresponde ao que é hoje a RDTL e ao grupo de origem *liurai* de Luca. Esta narrativa biográfica e familiar engaja-se igualmente, segundo Amaral da Costa, no papel primordial que os *liurais* desempenharam na história de Timor-Leste.

A família onde Amaral da Costa nasceu teria exercido nas hierarquias locais um papel preponderante, sendo o seu pai recordado como uma figura cimeira da estratificação local. Este interlocutor recordou assim os seus pais:

O meu pai [era] Marcos Tomás do Amaral e minha mãe Maria Madalena da Costa. O meu pai pertence [à aristocracia] como *dato*, ...conhecido e respeitado. Colaborou com a administração portuguesa nos recenseamentos e inquéritos e no tempo indonésio também, [dada a posição social que ocupava].

Quando montava a cavalo tinha de subir através de um homem, pela sua posição social. Não compreendo porque tinham de servir o meu pai assim. Ele tinha primos, mas só tinham este procedimento com ele. Ele não obriga[va], mas era tradição” (Entrevistas de António Tomás Amaral da Costa 2017-2023).

Os *datos* em Timor pertenciam à aristocracia e eram chefes políticos de domínios territoriais de variados níveis menores que os reinos, durante o tempo de vigência política dos mesmos. O estatuto reflectia a antiguidade e autonomia dos seus domínios territoriais em relação a outros. Eles respondiam directamente ao *koronel bote*. Diversos autores têm mostrado que os *datos*, mesmo no período final da colonização portuguesa, pareciam gozar de um certo grau de autonomia e tinham autoridade para lidar com os assuntos das suas chefaturas, sobretudo com a resolução das disputas internas, heranças e terras, organizar os respectivos habitantes para as tarefas quotidianas, trabalhos comunais e actividades rituais (Molnar 2011,

⁷⁷ Segundo Rui Feijó, “a prática de nomeação assume... uma feição de mecanismo universal de referência social, no qual convergem... a identificação através da individuação de cada elemento no conjunto do grupo alargado... e a vinculação desse mesmo elemento a um grupo social mais restrito, que identificamos com os seus parentes (através da partilha de “nomes de família”) (Feijó 2008, 144).

109-110).

Até aos anos de 1960 e na área de Viqueque estudada por David Hicks, ser membro de uma Casa determinava o estatuto social, ao mesmo tempo que atribuía prerrogativas políticas, económicas, residenciais e religiosas. Os *datos* tinham menos prestígio que os *liurais*, mas mais que os plebeus. Apesar de nenhum adulto aristocrático poder descer de estatuto, o filho de um aristocrata poderia, e ainda que o casamento entre pessoas de estatuto diferente fosse possível, era desencorajado (Hicks 1983, 25-26). As quatro categorias sociais de *liurais*, *datos*, *ema reino* e *ata* eram reconhecidas pelo regime colonial e eram conhecidas variantes locais. A classificação hierárquica também estava contida em categorias étnicas. No *suco* de Caraubalo (Viqueque), estudado por Hicks (2012), duas aldeias eram comunidades *dato* e cinco eram habitadas por *ema reino*. Em Viqueque, município ao qual o *suco* de Luca e Uaibobo pertencem, algumas das Casas cimeiras pertenciam à primeira categoria (dos *liurais*) e outras à segunda (dos *datos*). O exercício de funções de prestígio para o escalão nativo no funcionalismo público estava destinado na sua maioria a membros de Casas *liurai* ou de casas *dato* abastadas (Hicks 2012, 59-60). A proeminência do estatuto social do pai de Amaral da Costa, apesar de *dato* de um segmento periférico da Casa de origem de Luca ou Casa-ramo, passou também pela sua associação à administração portuguesa e mais tarde à administração indonésia, quando era chamado a colaborar. A sua cooptação relacionava-se com a posição social e o reconhecimento da sua ascendência sobre a população (Entrevistas de António Tomás Amaral da Costa 2017-2023).

Ainda que, no âmbito da política timorense, a Casa estivesse na base da atribuição dos cargos políticos e rituais, o posto de chefe de *suco* poderia ser desempenhado por um *dato* ou um *liurai*, posições sociais elegíveis para cargos políticos de *suco* acima do nível da aldeia, sendo os mais importantes os de *macair fukun*, *dato ua'in* e chefe. Ainda que parecesse haver uma certa co-habitação entre aristocracia e “realeza” em diversas áreas, a discriminação entre *datos* e *liurais* permaneceu clara na década de 1960, reificada na prerrogativa de frequentar certas escolas e aceder a certos cargos na administração colonial (Hicks 1983, 27-28). Nas entrevistas, apesar de expressar claramente o estrato social do seu pai como *dato*, Amaral da Costa identifica-se com o estatuto de *liurai*, como veremos ao longo deste capítulo.

A hierarquia também se articula com a proveniência e a localização geográfica e isso está implícito nos termos “*fehan*” (Pt: litoral) e “*foho*” (Pt: montanha), que é importante abordar neste contexto, dada a relação entre Luca e Uaibobo e a localização de ambos. *Fehan* é um termo que conota a “superioridade” das culturas litorais, como Luca que se situa na costa Sul, e que também é observada noutras regiões do Sudeste Asiático. *Foho* é conotado com a

inferioridade das culturas das montanhas, sendo que Uaibobo se situa numa zona montanhosa. Interlocutores de zonas montanhosas, como Amaral da Costa, defendem a primazia de *foho* pela precedência, por se considerarem os primeiros habitantes de Timor-Leste. *Foho* também transporta uma aceção discriminatória entre as pessoas que residem no campo e a ideia de “superioridade” atribuída aos moradores das cidades. Hicks (2012) argumenta que *fehan* e *foho* foram moldados pela presença europeia e marcaram distinções evidentes, o que se aplicaria pelo menos até ao período da infância de Amaral da Costa. Segundo o mesmo autor, hoje, o seu contorno quase imperceptível identifica mudanças na identidade social em processo. Ainda que discrimináveis pela linguagem, *fehan* e *foho* integraram-se na reformulação da categoria *ema timor*, enquanto se dissipam as distinções entre as categorias de *liurai*, *dato* e *ema reino* (Hicks 2012, 59-60, 76). Sobre este tema, Amaral da Costa defende a precedência de *foho*, mas também a centralidade política e ritual de Luca no passado.

Amaral da Costa também defende a importância sócio-política dos *liurais* na actualidade. Ao longo das entrevistas, ele reforçou a importância da posição do grupo de origem de Luca, relatando que as Casas de Ossu Ossuroa (Município de Viqueque) procuravam casar-se com mulheres deste grupo de origem, como forma de ascenderem socialmente. O casamento age como catalisador nos dois grupos que desejam explorar as possibilidades para benefícios de cooperação, ampliando o seu alcance social (Hicks 2004, 96).

Amaral da Costa faz a sua ligação ao grupo de origem de Luca por via da linhagem, sinalizando que o antepassado que fez a ligação entre o tronco central de Luca e o ramo periférico de Uaibobo foi o *liurai* de Luca, Tomás Amaral, de quem este interlocutor herdou o nome. Esta identificação com o grupo de origem de Luca, por parte de Amaral da Costa, tem sido desenvolvida por ele no âmbito da sua investigação sobre a história familiar sobretudo de Luca e Uaibobo, mas com informações mais abrangentes sobre a *Gerasaun de Luca*, mencionando conversas com anciãos e pesquisa de arquivos. De facto, Amaral da Costa pesquisa a história familiar de Luca, estuda também períodos da história timorense na qualidade de membro do Comité de Historiadores 25, como desenvolverei no fim deste capítulo, e é membro do “Senado dos Liurais” – organismo que promove a participação dos *liurais* na política.

Proveniente do *suco* de Uaibobo, Amaral da Costa estudou em Ossu, posto administrativo ao qual Uaibobo pertence, no Colégio de Santa Teresinha do Menino Jesus, de 1967 a 1972 (Entrevistas de António Tomás Amaral da Costa 2017-2023). No ano lectivo de 1967-1968 em que Amaral da Costa ingressou no colégio, houve um aumento exponencial dos matriculados que ascendeu aos 450 alunos (Fraile 2017, 50). Como explicitou numa das nossas conversas,

depois de Ossu, Amaral da Costa foi aluno da Escola Técnica de Fatumaca da Congregação dos Salesianos, em Baniwaga (Baucau), que ministrava o ensino técnico e industrial. Porém, como não conseguiu ingressar no curso perspectivado, mudou para o Externato em Lahane, em Díli. Deixou a escola pouco depois de ingressar na vida política quando da formação dos partidos políticos timorenses (Entrevistas de António Tomás Amaral da Costa 2017-2023).

2. A turbulência política de 1974-1975 e a invasão indonésia

Com a formação dos partidos políticos timorenses, Amaral da Costa integrou a Associação Social Democrata Timorense (ASDT). Depois do 25 de Abril de 1974, ficou a residir com a família de Nicolau dos Reis Lobato, porque Mariazinha Lobato, irmã de Nicolau era casada com um primo de Amaral da Costa. Segundo o meu interlocutor, o apelido dos Reis era atribuído apenas aos descendentes dos *liurais*, representando um marcador de distinção social.

Nicolau dos Reis Lobato, depois de várias promoções no exército português onde cumpriu o serviço militar obrigatório, regressou à vida civil em 1968. Como funcionário da administração portuguesa ele teve conhecimento das lutas de libertação africanas e dos seus líderes, e por intermédio de funcionários de outras colónias que trabalhavam em Timor leu também os seus primeiros livros. No seguimento da revolução em Portugal que abriu caminho para a formação dos partidos políticos em Timor-Leste, já abordada no Capítulo 4, Lobato abandonou a administração portuguesa para se dedicar em exclusivo à criação da ASDT. A ASDT defendia a autonomia progressiva com vista à independência, o direito à independência e o repúdio do colonialismo e do neocolonialismo (Gusmão 2018, 448).

Amaral da Costa participou na ASDT e acompanhou a política do partido que se viria a transformar pouco tempo depois na Fretilin. Amaral da Costa iniciou-se nas lides políticas da ASDT como estafeta, o que apesar de constituir uma posição inicial, já era uma função de confiança aos 16 anos, pela sua afinidade com Nicolau Lobato. Lobato constituía, juntamente com Xavier do Amaral, o núcleo da ASDT, com quem Amaral da Costa conviveu neste período e de quem terá sido “moço de recados” entre 1974 e 1975, em simultâneo com a frequência das aulas no Externato de São José, em Lahane (Entrevistas de António Tomás Amaral da Costa 2017-2023).

Amaral da Costa vivenciou um período político muito activo e turbulento de formação dos partidos, lutas pelo poder, golpe da UDT e contra-golpe da Fretilin, e da invasão indonésia, abordado no capítulo 4. Como testemunha Amaral da Costa:

“Perante esta situação, não sabíamos para onde ir. Éramos quase todos estudantes. Arrumámos as bagagens dentro das malas feitas com latas de petróleo de fabrico caseiro chinês.

Perguntámos aos colegas... de Vemasse... como poderíamos chegar [lá], passando pelas montanhas. Propuseram-nos... [um itinerário para] alcançar a nossa terra. E nós[,] garotos da escola, de calções curtos com mochila às costas, desejávamos imenso... regressar para a nossa terra. Contudo, estávamos muito tristes só de pensar quando chegaríamos a Vemasse” (Amaral da Costa in Sousa 2014, 426).

A partir de Setembro de 1975, os militares indonésios conduziam operações transfronteiriças destinadas a minar a posição da Fretilin. Em Outubro de 1975, os militares reforçaram estas operações através de ataques aéreos, marítimos e terrestres combinados em larga escala e que resultaram na ocupação de povoações-chave no distrito ocidental de Timor-Leste de Bobonaro (CAVR 2013, 10). Neste período, Amaral da Costa frequentava aulas para aprender a alfabetizar e preparar a população para se defender face à iminente invasão indonésia:

“Vicente Reis [líder e ideólogo da Resistência Timorense] recrutou estudantes que estavam no 1.º [e] 2.º ano... A duração da escola era de três meses para os mais avançados e para nós era apenas dois meses. Após o curso, éramos distribuídos pelos postos e quando surgisse a invasão, tínhamos de levar a população para as montanhas, com o objectivo de conhecer[em] bem a política e depois poderiam vir para as cidades. Com a invasão, todos os timorenses devem ir para as montanhas. Perderão os seus bens e vidas. Dito e feito. Desde... 20 de Agosto a 7 de Dezembro, o tempo era empregado [n]a preparação da força política. Eram três os tópicos: preparação política, preparação de mantimentos e consciencialização do povo.

No dia 28 de Novembro [de 1975] à tarde, quando foi da proclamação da independência, Nicolau disse que era necessário levar o povo para as montanhas, educá-lo bem e fazê-lo regressar depois para as vilas e as aldeias... Embora o povo possa conviver com o inimigo, mas como já foi politizado, ele é conscientemente nacionalista e nunca cederá o coração à Indonésia” (Amaral da Costa in Sousa 2014, 433).

3. Imersão e ascensão na Resistência Timorense

Nicolau Lobato foi responsável pela criação das Falintil e definiu a estratégia da luta popular e prolongada. “A Fretilin e as Falintil, na personificação do Nicolau Lobato, forja a consciência nacional” da assunção do controlo do território e da formação de um governo de facto (Gusmão 2018, 454). Juntamente com o comandante Nicolau Lobato, o nosso interlocutor evacuou para as montanhas. Nas entrevistas dadas por Amaral da Costa, ele descreveu o seu envolvimento directo com os líderes da Resistência Timorense desde o início do processo, em diversas regiões do território. O objectivo era recolher e gerir a distribuição de comida em regiões-chave (Entrevistas de António Tomás Amaral da Costa 2017-2023).

Amaral da Costa trabalhava então na logística, na Secretaria da Economia e Alimentação (Seka) e foi também escolhido para a Força da Defesa e Segurança que operava sob a orientação das Falintil (Amaral da Costa *in* Sousa 2014, 432). Posteriormente, ele passou a desempenhar funções mais exigentes na logística, nas forças de segurança, na segurança das munições e da alimentação das Falintil, na politização das populações, nas funções de assistente político e de secretariado de chefes de aldeia. Segundo o meu interlocutor, gradualmente e num curto espaço de tempo, foram-lhe atribuídas mais funções e de maior responsabilidade, possivelmente fruto do seu trabalho e das suas interações. Amaral da Costa relatou que nesta altura tinha ido participar na evacuação da população de Ossu para a base de apoio da Ponta Leste. A população estava distribuída pelos cinco *sucos* de Ossu, um dos quais o seu, de Uaibobo. Depois da evacuação, Amaral da Costa assumiu cargos políticos na doutrina política do povo, na educação para a disciplina, no estudo de como o povo percebia as ideias políticas e militares da Resistência. Amaral da Costa assumiu também o cargo militar de comandante de secção do material de guerra, nos primeiros anos da Resistência (Entrevistas de António Tomás Amaral da Costa 2017-2023).

Amaral da Costa, na altura jovem, com cerca de 18 a 20 anos, continuou a progredir na Resistência por via dos cargos que lhe eram atribuídos. Ele continuou a conviver com figuras de proa da Resistência e com famílias ligadas ao governo da Proclamação Unilateral da Independência: Nicolau Lobato, Xavier do Amaral e Vicente Reis (membros do primeiro governo), Ma'Hunu, comandantes David Alex, Olagari, Sabika, Mauk Moruk e Rogério Lobato. Trabalhou com os então dirigentes da Resistência, alguns dos quais são actualmente figuras de Estado do pós-independência: José Alexandre Gusmão - *Kay Rala Xanana Gusmão* (Presidente da República, Primeiro-Ministro e Ministro do Planeamento), Francisco Guterres Lu-Olo (Presidente da República), Taur Matan Ruak (Primeiro-ministro), Lere Anan Timur (Chefe de Estado Maior das Forças de Defesa de Timor-Leste).

Nas conversas com Amaral da Costa, ele realçou existirem ligações de alguns dos líderes da Resistência às Casas *liurais* e as tensões que por vezes emergiam por referência à história da sua família e às suas ligações ao Catolicismo no período colonial, o que ia contra as orientações da Fretilin.

“Depois de 1975, quando nós regressámos, um grupo... não gostou da adoração dos meus pais a Santo António de Pádua em Uato-Lari... O meu pai sempre lev[ou] a estátua [de Santo António] até ao Matebian. Diziam que a Fretilin não gostava desta adoração e que o filho [ele próprio] andava junto do Xanana Gusmão e que era comunista.

O [meu] pai não assumiu nenhum cargo político. Fugiram para o mato [durante] três anos e depois renderam-se. O pai era sempre chamado para fazer interrogatórios e sempre

vigiado. Queriam mandá-lo para Ataúro, mas não o enviaram porque pensaram que [eu] tinha morrido. Não podiam trocar fotografias e muito menos arquivar. Não havia nenhuma comunicação [com a] família por ser perigoso (Entrevistas de António Tomás Amaral da Costa 2017-2023).

As tensões existentes na Resistência chegaram a ter consequências violentas para Amaral da Costa: foi preso por três vezes. Da primeira vez, foi libertado por Xanana Gusmão e Ma'Hunu. Da segunda vez, foi preso sob a acusação de defender a ideologia social-democrata, como Francisco Xavier do Amaral (Amaral da Costa in Sousa 2014, 436; Audiensi Publik Nasional 2005, 3). Ele chegou a ser acusado de ser contrário à causa da Fretilin, com referências a situações vividas no período colonial, sendo mesmo invocadas formas de exercício do poder por parte do pai de Amaral da Costa ocorridas quase vinte anos antes. Diversas tensões sociais e religiosas faziam-se sentir no seio da Resistência. A Fretilin era composta, segundo informações do próprio interlocutor, por um grupo mais moderado e por um grupo mais revolucionário. Nesse contexto, elementos que se identificariam com o último grupo poderiam não ver com bons olhos a religiosidade conhecida dos pais de Amaral da Costa. Considerando que não fazia parte do ideário comunista, esta ala terá colocado Amaral da Costa sob vigilância. As comunicações de Amaral da Costa com a família e sobretudo com o pai, do qual parecia ser mais próximo, estavam impossibilitadas pelo perigo que representaria para si, para a Resistência e para a sua família, e também possivelmente por tensões no interior da Resistência. Como pai de um membro da Resistência em ascensão, o pai de Amaral da Costa era vigiado e interrogado pelos militares indonésios. A referência de que queriam prendê-lo em Ataúro pode reportar-se à posição aristocrática do pai de Amaral da Costa, dado que Ataúro era conhecido como a prisão dos *liurais* (Entrevistas de António Tomás Amaral da Costa 2017-2023).

“A minha terceira prisão, ordenada pelo adjunto Sola, deu-se quando Xanana [acompanhado de mais três pessoas]... tinham ido a Los Palos. Foi uma retaliação. Acusaram-me de que na Revolta de 1959, o meu pai foi roubar bens e búfalos deles...

E no regresso dos quatro de Los Palos, eu fiquei livre. A respeito de mim, Xanana disse: - Ele é a pessoa que quando está emocionada, fala sem controlo. Pergunto-vos com que balas vocês fizeram os tiroteios? Se ele fosse mau, todo o material que estava em seu poder entregava aos inimigos que de certeza ficariam muito contentes. Foi ele quem guardou muitas munições. Mas nada disso fez. É sinal de que essa pessoa é nossa! É por isso que temos de libertá-lo” (Amaral da Costa in Sousa 2014, 435-436).

As tensões que se viviam no interior da Resistência também incorporavam “rivalidades” entre Casas, disputas de posições sociais e divergências de opiniões quanto à religião. Amaral da Costa releva a questão social nestas tensões e relembra que os membros do Comité Central e a facção revolucionária da Fretilin se posicionavam assumidamente contra o colonialismo, os

liurais e seus descendentes com quem não queriam interacções porque conotavam os seus antepassados como servidores do colonialismo e exploradores do povo. Amaral da Costa trabalhava activamente para que isso não acontecesse, como me explicou. “Estávamos todos dentro da prisão, os filhos dos *liurais*. Nós não fizemos nada porque uns morriam, outros viviam [e tinham receio das represálias] (Entrevistas de António Tomás Amaral da Costa 2017-2023).

O papel dos *liurais* na mobilização da população durante a Resistência foi, no entanto, reconsiderado por este interlocutor, adensando as tensões que marcam a trajectória dos descendentes dos *liurais* de Luca e dos *liurais* em geral durante este processo histórico. “Quando o camarada Vicente Reis regressou de Portugal, disse para aproveitarem os filhos dos *liurais* para levar a população para cima, porque se formos só nós [líderes da Resistência] a falar, a população não acredita” (Entrevistas de António Tomás Amaral da Costa 2017-2023).

A forma como os *liurais* vão integrando a história, como agentes ambivalentes no arranque da Resistência, começa aqui a ficar mais clara. Por um lado, são considerados como exploradores e colonialistas; e, por outro lado, podem ser vistos e cooptados como importantes colaboradores da Resistência para interacção com a população, como vimos no Capítulo 4.

Nas entrevistas e nos testemunhos publicados de Amaral da Costa, as referências a Nicolau Lobato terminam aproximadamente em 1978, ano do seu assassinato. A narrativa de Amaral da Costa fica cada vez mais marcada pela proximidade crescente a Xanana Gusmão. Podemos supor, como argumenta Catherine Arthur (2019, 146, 157-159, 164-165), que a convivência e proximidade com os líderes carismáticos e populares possam representar a adaptação da sua auto-apresentação visual e discursiva a narrativas nacionalistas, a fim de serem incorporadas na imaginação popular como a personificação do carácter nacional, e associar-se a símbolos de luta, sacrifício e sofrimento.

4. O “Levantamento de Kraras” e o reassentamento em Luca (Lalerek Mutin)

“Nos ataques a Matebian morria muita gente...

No dia 7 de Novembro [de 1978] caíu uma bomba sobre um esconderijo onde a população do *suco* de Uaibobo se refugiou. A explosão da bomba movimentou a pedra e fechou a entrada. As 30 famílias num número de 79 pessoas ficaram soterradas e aí morreram. Eram as populações do nosso *suco*” (Amaral da Costa in Sousa 2014, 436).

Este relato de violência extrema mostra as situações de horror vividas pelos timorenses. Entre Agosto e Dezembro de 1977, as tropas indonésias concentraram-se no Oeste e centro do território timorense. Em meados de 1978, o ponto de viragem nas operações militares indonésias contra o centro e o Leste culminou no ataque indonésio ao Monte Matebian, que

envolveu meios terrestres, navais e aéreos (CAVR 2013, 226). O testemunho de Amaral da Costa do massacre da população do seu *suco* e da morte de uma parte significativa dos seus parentes próximos e queridos é muito marcante e foi descrito na primeira pessoa.

A nomeação de Amaral da Costa como assistente do Comité de Zona e chefe do Conselho Democrático Revolucionário (CDR), para organizar o refúgio das populações nas montanhas, reflecte proximidade crescente ao núcleo dirigente da Resistência (Sousa 2014, 436). O assassinato do comandante supremo da Resistência, Nicolau Lobato, no dia 31 de Dezembro de 1978, a captura de Xavier do Amaral e a morte de muitos líderes da Resistência pelos militares indonésios, nos anos imediatos, forçou a reorganização da Resistência (CAVR 2013, 445). A partir de 1979, a guerrilha passou a ter uma frente armada e outra de ação civil (“urbana” ou clandestina). Segundo Amaral da Costa, a “guerrilha urbana no meio da população servia para criar antagonismos e dar informações ao mundo internacional que a guerrilha armada continuava” (Entrevistas de António Tomás Amaral da Costa 2017-2023). Começou a preparar-se a nova geração para a direcção da frente de combate para re-orientar a guerra, num momento em que a população estava nas mãos do inimigo e um pequeno grupo resistia na montanha, alegou Amaral da Costa. O número de elementos do Comité Central da Fretilin foi reforçado a fim de reorganizar as forças armadas.

“A Conferência de 3 a 8 de Março de 1981 resulta na divisão [da Resistência] em três frentes [armada, clandestina e externa ou diplomática], e na concentração dos cargos de: chefe da delegação [externa] da Fretilin, terceiro Presidente da República e presidente da Fretilin na pessoa do Abílio Araújo, que se encontrava fora do território timorense.

Kay Rala Xanana Gusmão assume o cargo de comissário político nacional e comandante-em-chefe das Falintil, como número um” (Entrevistas de António Tomás Amaral da Costa 2017-2023).

Na reorganização da Resistência, Amaral da Costa segundo o seu testemunho tinha funções de quadro médio, no meio de cinquenta e nove pessoas. O Comité Central da Fretilin foi reestruturado, sendo o nome do órgão de governo, o de Conselho Revolucionário da Resistência Nacional (CRRN). Amaral da Costa pertencia ao Conselho Político e era membro do grupo de trabalho de Ma-Hudo Keran Kdalak. Integrou uma organização chamada Milícia Popular de Libertação Nacional (Miplin), criada pelas Falintil como antecipação à invasão em larga escala das forças armadas indonésias (CAVR 2013, 198). O Comité Central indigitou Amaral da Costa para organizar a resistência junto das populações das cidades (Entrevistas de António Tomás Amaral da Costa 2017-2023).

A 23 de Março de 1983 foi assinado um acordo de cessar-fogo entre as Forças Armadas da República da Indonésia (MI: *Angkatan Bersenjata Republik Indonesia*) conhecidas por ABRI

e as Falintil. O cessar-fogo deu à Fretilin a oportunidade de abordar as populações e explicar a importância da luta. A rede clandestina expandiu-se particularmente nos distritos orientais onde a Fretilin e as Falintil eram mais activas. No entanto, os militares indonésios continuaram arbitrariamente a deter e a torturar suspeitos de pertencerem à rede clandestina. A morte de civis timorenses durante o cessar-fogo e os casos contínuos de violação sexual aumentaram as tensões, ao ponto de explodirem na violência de 8 de Agosto de 1983.

O cessar-fogo quebrou-se com uma série de levantamentos nos distritos de Viqueque e Lautém. Mais uma vez, os militares responderam com a detenção generalizada de civis e outras graves violações dos direitos humanos. Vários eventos, entre os quais um ataque das Falintil a uma base militar indonésia em Buicaren, na região de Kraras (Viqueque), resultou na morte de catorze elementos indonésios do Batalhão Zipur (engenharia) (CAVR 2013, 548, 1288, 1549). Amaral da Costa participou no “Levantamento de Kraras”, após o rompimento do cessar-fogo, com a Miplin, organização sob a sua responsabilidade e viria a ser identificado e preso em resultado desse envolvimento (Entrevistas de António Tomás Amaral da Costa 2017-2023).

Em resposta a esses levantamentos ou ataques, a Indonésia lançou a *Operasi Persatuan* (Pt: Operação Unidade). O governo indonésio declarou estado de emergência e cinco dias depois o Presidente Soeharto ordenou a “limpeza total” da Resistência armada. Os militares indonésios realizaram uma repressão massiva nos distritos de Viqueque e Lautém, que alastrou a outras áreas do território. Especialmente nos distritos orientais de Viqueque, Lautém e Baucau houve massacre de civis, o deslocamento forçado da população civil para outras áreas e a escravidão sexual de mulheres da região (CAVR 2013, 1549, 1550). Tal como noutras operações, suspeitos de pertencerem à rede clandestina da Resistência, particularmente elementos das milícias auxiliares civis timorenses treinadas para coadjuvar as forças militares indonésias, da Hansip e da Ratih que tinham participado expressivamente nos ataques às forças militares indonésias, foram alvo de detenção arbitrária e tortura. Muitos membros da Resistência fugiram das suas casas para se juntarem às Falintil. No entanto, o peso do ataque das ABRI recaiu sobre os cidadãos comuns, particularmente nas famílias daqueles que tinham fugido. Depois do “Levantamento de Kraras” e do contra-ataque indonésio, a população de Kraras fugiu do Monte Bibileo para aldeias de Luca, Buikarin, Viqueque e para as montanhas, sabendo que as repercussões seriam brutais. Uma operação coordenada das forças militares indonésias foi lançada e grande parte da população foi forçada a render-se. As detenções foram generalizadas (CAVR 2013, 1288, 1550).

A população de Kraras foi alvo de sucessivos massacres em 1983. Os sobreviventes, na sua maioria mulheres, mas também idosos e crianças foram reassentados à força em Lalerek

Mutin (Luca), em condições de privação extrema, sob a vigilância cerrada dos militares indonésios, onde se acredita que um total maior tenha morrido de fome e doença. Até hoje, Kraras é conhecida como a “vila das viúvas”, porque os seus maridos foram fuzilados, aproximadamente duzentos homens. Lalerek Mutin permaneceu fechada à ajuda exterior e o acesso permanecia difícil ainda nos anos de 1990. A principal preocupação da administração colonial indonésia era privar os combatentes da Resistência do apoio da população local (CAVR 2013, 254, 1288, 1290, 1349, 2299-2539).

5. A prisão de Amaral da Costa na década de 1980

Tal como noutras acções semelhantes, os militares identificaram supostos agentes do levantamento, membros do movimento clandestino e civis que podiam ter informações relevantes (CAVR 2013, 1551). Amaral da Costa foi detido em Díli pela *Satuan Gabungan Intelijen* (SGI) (Pt: Unidade Conjunta de Serviços de Informação) em 1983, quando descobriram que ele tinha dinheiro na sua posse para entregar à Resistência. Ele foi mantido no Korem (quartel-general da polícia militar indonésia) e depois enviado para Kupang com os outros sessenta e oito detidos (CAVR 2013, 1551).

O nosso interlocutor disse à Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação de Timor-Leste (CAVR) que neste primeiro grupo de prisioneiros a ser enviado para fora de Timor-Leste, havia dezoito membros das Falantil. Foram remetidos para a prisão de Penfui, em Kupang (Timor Ocidental), em Agosto de 1983, após o “Levantamento de Kraras”. Os prisioneiros foram mantidos sem julgamento até Agosto de 1984, quando o Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV) visitou a prisão e reclamou a situação junto das autoridades (CAVR 2013, 1562; Entrevistas de António Tomás Amaral da Costa 2017-2023). Os prisioneiros foram mantidos em condições terríveis como Amaral da Costa relembra no seu depoimento à CAVR:

“Durante 14 meses, comemos apenas folhas e arroz; ...uma colher por dia. Os grãos de arroz que caíam no chão, nós pegávamos... e comíamos-los... Rasgámos as nossas calças, fizemos uma corda e lançávamo-la para fora para as pessoas e dizíamos em indonésio:

- Por favor, onde quer que haja folhas que as cabras comem, nós precisamos de todas elas. Qualquer sobra que vocês queiram deitar fora, dêem-nos.

Eles trouxeram-nos as sobras deles... Usávamos a corda... para puxar as folhas de papaia para dentro” (CAVR 2013, 1562).

O seu nome de código Aitahan Matak advém das folhas de papaia que garantiram a sua sobrevivência. Outros “nomes de código”: Tetun Aitahan Matak, R8 Mai Merak Aitahan Matak

e Ran Nakali são referidos para o identificar em publicações sobre o período da Resistência (cf. Sousa 2014, 423 e correspondência do AMRT). Segundo Amaral da Costa, apenas catorze dos sessenta e nove presos detidos em Kupang sobreviveram à provação. Ele realçou uma vítima, Duarte Ximenes que morreu de fome. Os outros cinquenta e quatro foram algemados, levados por veículos militares e nunca regressaram. Os catorze sobreviventes regressaram a Timor-Leste em 1985, foram julgados e cumpriram as suas sentenças até serem libertados em 1987 (CAVR 2013, 1562).

Nas conversas que tive com Amaral da Costa, assim como nos depoimentos que fez à CAVR, ele relatou as condições da prisão, a tortura a que foi submetido, o desaparecimento dos colegas prisioneiros e o procedimento judicial de levarem os prisioneiros até ao interrogatório em Kupang, para depois regressavam ao Korem de Díli (Entrevistas de António Tomás Amaral da Costa 2017-2023). “Depois amarravam-me na figueira (na antiga sede da Polícia Militar), a minha cabeça para baixo, pés para cima. Eu quebrei as minhas pernas assim e até hoje não posso andar em linha recta” (CAVR 2013, 1800).

A família de Amaral da Costa soube do seu paradeiro depois de ele ser preso. Ele mencionou a vigilância indonésia apertada na prisão, a impossibilidade de ser visitado pelos familiares, pelo perigo que isso representava, a sua ligação ao pai e ao grupo de origem *liurai* de Luca:

“Os indonésios disseram que, quando os portugueses regressarem é que podem salvar-me para ser como os régulos em Luca ou em Timor. Mas hoje não, hoje é a Indonésia que vai dominar todo o território de Timor-Leste.

Muita gente perdeu a vida em Kraras, em Luca e em Ossu, Uaibobo. Esta família que está ligada é a família dos *liurais* mais antigos. Eles estavam à procura dos meus antecessores. Os indonésios não gostam da família Amaral. O Sr. Clementino do Amaral saiu para a Indonésia, mas toda a família não quer... a Indonésia. O resto da família continua a organizar a população de Timor, porque os *liurais* dão apoio à Resistência e o povo cada vez mais acredita [em nós]. Nós é que vamos ali [para a] frente e o povo cada vez mais acredita [que] ...estes são os antigos [*liurais*] (Entrevistas de António Tomás Amaral da Costa 2017-2023).

Neste depoimento de Amaral da Costa, ele descreveu claramente o seu posicionamento e a vivência dos descendentes dos *liurais* neste período, agora na perspectiva da aversão dos indonésios aos *liurais* e aos *liurais* de Luca com nexos aos portugueses. A sua síntese da agência dos *liurais* e da Casa *liurai* de Luca de apoio à Resistência na luta contra o domínio indonésio, assim como a ascendência dos descendentes dos *liurais* sobre a população, ilumina a importância que Amaral da Costa atribui à acção dos *liurais* neste período. Amaral da Costa também realçou a importância das ligações familiares para a sobrevivência da Casa,

nomeadamente de José Luís Guterres, a quem dediquei o Capítulo 6. José Luís Guterres também salientou, como vimos, a importância da rede familiar e da sua estratégia de posicionamento para a sobrevivência física e política da Casa.

Amaral da Costa regressou a Timor-Leste em 24 de Agosto de 1984, mas o seu julgamento foi adiado porque ele se recusou a cooperar. Após meses de pressão, ele concordou em assinar um Registo de Interrogatório (RoI). A intimidação e coerção para que os suspeitos assinassem um RoI variava desde a retenção de visitas familiares a ameaças de prisão perpétua. Este relato de Amaral da Costa é consistente com relatos de organizações internacionais de direitos humanos. “Se você recusar os julgamentos, morrerá na prisão; você não pode escapar da prisão” (CAVR 2013, 1801).

Cada julgamento começava com o anúncio do juiz de que o tribunal estava aberto ao público. Na prática, a presença de militares e dos serviços secretos era intimidante e impedia as pessoas de assistirem aos julgamentos. Amaral da Costa relatou que membros da sua Casa foram intimidados pela polícia militar que vigiava o tribunal por comparecerem ao julgamento.

Muitos réus declararam nos julgamentos que conheciam os co-réus, incriminando-os, embora de facto nunca os tivessem visto. Na verdade, não podiam dizer se os outros eram aquelas pessoas referidas por nomes de código. Esta evidência falsa que foi a base de numerosas condenações, resultou da tortura e intimidação a que os prisioneiros eram sujeitos. Amaral da Costa disse não conhecer as testemunhas contra ele e descreveu assim o seu julgamento:

“Quando fomos ao tribunal, entre 9 e 12 pessoas foram julgadas num dia. Aqueles julgados foram colocados em grupos de três, sentados lado a lado, e cada um deu testemunho contra os outros [dois]... Mas como eu poderia saber o seu nome? Porque nós fizemos um juramento no mato para nunca dizer os nomes [reais] de ninguém. Eu sou apenas eu, você é só você. Mas as [ABRI] tinham uma maneira de contrariar a nossa estratégia [e] colocavam-nos em grupos de três.

Digamos que um “irmão” nunca me conheceu... Depois de [ele] ser espancado e torturado, ele conhecia-me e fez parte do primeiro julgamento e foi condenado a cinco anos de prisão. No dia seguinte, eu vim para o meu julgamento. Dois “amigos” eram testemunhas e todos foram incriminados de uma só vez. No dia seguinte, outro “amigo” foi levado a julgamento e nós os dois éramos as testemunhas incriminadoras... Tive cinco anos de prisão, enquanto dois “amigos” meus ficaram quatro anos e outro “amigo” ficou três anos” (CAVR 2013, 1806-1807).

Amaral da Costa refere que o comandante Xanana Gusmão agilizou o pedido da sua libertação junto de Mário Carrascalão e do bispo D. Ximenes Belo, e que ele esteve presente no julgamento, juntamente com Ma-Hudo, Lere Anam Timur e David Alex, realçando as suas ligações aos líderes centrais da Resistência (Entrevistas de António Tomás Amaral da Costa 2017-2023).

Grupos de prisioneiros que tinham sido julgados e sentenciados foram enviados para a Indonésia, numa estratégia deliberada para separar os líderes clandestinos das suas redes. Muitos presos políticos timorenses detidos na Indonésia puderam continuar as suas actividades de resistência à ocupação indonésia. Nalguns casos, a prisão pode até ter ajudado a Resistência a ampliar a suas redes de comunicação (CAVR 2013, 1563). Como me explicou Amaral da Costa, ele recebeu na prisão em Balide, em 1985, uma carta do seu superior Ma-Hudo, o segundo homem do Xanana Gusmão, em que ele expressava que era um factor de sorte o inimigo concentrar vários elementos da Resistência na cadeia, o que lhes permitia organizarem-se (Entrevistas de António Tomás Amaral da Costa 2017-2023).

Amaral da Costa terá sido libertado da prisão entre 1987 e 1988 e começou a desenvolver trabalho em torno da Convergência Nacionalista Timorense, como veremos a seguir.

6. À conquista do mundo católico

“De 1975 até 1985, o Xanana Gusmão foi marxista, eu próprio fui marxista... Depois de 1984 vai ver as mudanças políticas internacionais e faz-se uma “reviragem” para uma política que quer reunir todos os nacionalistas timorenses: um só povo contra um inimigo comum. Ele mudou para a política social-democrata. A política do Xavier do Amaral é que vai avançar outra vez... Então, chamaram todos os partidos para estarem debaixo daquela CNT [Convergência Nacionalista Timorense].

Quando [eu] tive a ideia de criar a Convergência Nacionalista que apresentei ao Xanana Gusmão, eu tive dúvidas, mas Xanana Gusmão aceitou...

Perto de mim, [os antepassados] dão-me pensamentos, sonhos, dão-me as ideias deles... Luca é diferente, somos os chefes dos *liurais* de Timor... Se nós somos os filhos dos *liurais* e os “donos do povo”, então nós temos ideias para dar para alcançar o objectivo, salvar a vida do povo.

Agora, continuamos a dar o nosso pensamento para o governo e partidos políticos para governar[em] o povo, para melhorar[em] a vida do povo, defender[em] o direito humanitário do povo. Mas não estive à procura de cargos no governo” (Entrevistas de António Tomás Amaral da Costa 2017-2023).

Segundo Amaral da Costa, sob indicação de Xanana Gusmão e Ma-Hudo, o nosso interlocutor foi empossado numa nova função na Resistência, de articular UDT, Fretilin e Igreja Católica em torno dum objectivo comum: a aceleração do processo de autodeterminação. A Convergência Nacionalista Timorense (CNT) tinha reunido em Lisboa em 23 de Março de 1986, numa altura em que Amaral da Costa estaria preso. A gestação da CNT reflecte uma viragem de abertura política da Resistência e congrega forças políticas e Igreja Católica.

Na sua narrativa sobre a CNT, Amaral da Costa atribuiu a criação do organismo a uma ideia sua. Também mobilizou uma afirmação que D. Ximenes Belo teria feito no sentido de que

Amaral da Costa fora um dos herdeiros dos *liurais* a formar a CNT, factor importante para a aceitação de todos os envolvidos. Neste âmbito, o interlocutor disse ainda ter recebido uma carta do presidente português Mário Soares a mencionar que Amaral da Costa pertencia à *Gerasaun de Luca*, reforçando a conexão a Portugal e a ligação entre Xanana Gusmão e o nosso interlocutor. Mais uma vez, Amaral da Costa situa-se no centro das decisões e acções, e, para dar credibilidade a esta visão, a sua narrativa mobiliza líderes políticos e religiosos: Xanana Gusmão, D. Ximenes Belo e Mário Soares, assim como a conexão a Portugal e a sua herança *liurai*.

Amaral da Costa enalteceu o seu papel de descendente *liurai* e a sua intervenção na ordem política, como se reunisse em si - homem político - a capacidade ritual de assegurar a relação com os antepassados e com o povo. O interlocutor considerou que Luca liderava os *liurais* de todo Timor-Leste e por isso ele assumia responsabilidades particulares na articulação com a Resistência, com os desígnios do futuro da nação, com a relação com os antepassados (Entrevistas de António Tomás Amaral da Costa 2017-2023). Na actualidade, como veremos adiante neste capítulo, esta agência *liurai* espelha-se nas posições que Amaral da Costa tem assumido em projectos políticos na RDTL.

Amaral da Costa recordou as suas acções como elemento da Resistência na interligação à Igreja Católica e em eventos-chave de visibilidade da Resistência na comunidade internacional, nomeadamente na Peregrinação de Nossa Senhora, em 1988 e na Visita do Papa João Paulo II a Timor-Leste, em 1989. A peregrinação tem sido referida como um momento central na união dos timorenses e na integração da Igreja Católica no processo de autodeterminação e resistência. Amaral da Costa diz ter tido uma intervenção pessoal directa na proposta de realização desta peregrinação, tendo sugerido que se realizasse uma “procissão nacional” num encontro que teve com o bispo de Díli (Entrevistas de António Tomás Amaral da Costa 2017-2023). O objectivo desta procissão, segundo o depoimento que Amaral da Costa deu a Domingos de Sousa, era o de expandir os sentimentos de sofrimento em comunhão com Deus. “Nas peregrinações, as viúvas, os órfãos perguntavam: - “Por que razão morreram os nossos maridos, ...os nossos filhos? As cassetes tiradas e gravadas nessa peregrinação tiveram uma repercussão muito grande lá fora. E assim surgiu o segundo plano” (Amaral da Costa in Sousa 2014, 439).

O segundo plano seria a visita do Papa João Paulo II, no qual Amaral da Costa referiu a sua intervenção. A questão, conhecida de forma bastante generalizada, consistia em tentar que a Igreja Católica reconhecesse Timor-Leste como Nação independente, já que, ao visitar uma Nação, se o Papa beijasse o chão, esse acto simbolizava esse reconhecimento. Amaral da Costa falou sobre a sua participação na organização da grande manifestação em Tasi-Tolu (Díli) e da

visita do Papa (Entrevistas de António Tomás Amaral da Costa 2017-2018). Amaral da Costa referiu também ter dirigido uma carta ao Papa para conquistar a simpatia internacional e à qual me deu acesso na consulta dos seus arquivos pessoais, reproduzida no Anexo E. A carta consiste numa argumentação sobre Timor-Leste ter sido sempre católico e por isso serem enviesadas as acusações indonésias - aceites a nível internacional - da adesão de Timor-Leste ao comunismo, enquanto chama a atenção para o sofrimento do povo:

“Queremos fazer acreditar a Sua Santidade de que o povo de Timor-Leste nunca decidiu ser comunista, como declaram os políticos indonésios, pois este termo “comunista” apenas era usado pelos pretendentes à integração para combater a justa Luta do Povo Maubere, a fim de ganharem a simpatia e o apoio do mundo internacional no caso discutido na ONU, a respeito da autodeterminação para Timor-Leste e, sobretudo, anularem os princípios traçados pela Fretilin na conduta do destino de Timor-Leste por uma Luta mais justa e sagrada a favor da independência total do povo Maubere” (Carta de António Tomás Amaral da Costa ao Papa João Paulo II 1989).

Em suma, neste conjunto de relatos alusivos à sua intervenção para angariar o apoio da Igreja Católica no plano nacional e internacional nos finais da década de 1980, Amaral da Costa refere os seus contactos com os mais altos representantes da Igreja Católica de Timor-Leste e do Vaticano, o bispo de Díli e o Papa João Paulo II, além do monsenhor D. Martinho da Costa Lopes⁷⁸.

Esta intervenção de Amaral da Costa junto da Igreja Católica é aqui explicitamente consentânea com a sua actuação como líder na Resistência Timorense e como herdeiro dos *liurais* mais antigos de Luca e de Webiku-Wehali, cujos representantes da época seiscentista teriam recebido os primeiros dignitários portugueses em Timor, dentre os quais os missionários. Amaral da Costa estabelece assim a ligação entre Casas, *liurais*, Igreja Católica, Timor-Leste e Portugal (Entrevistas de António Tomás Amaral da Costa 2017-2023).

7. Auge do poder: o momento da Frente Clandestina (1986-1999)

“A Frente Armada... actuou ao longo de mais de vinte anos como estafeta do brasão da Liberdade da Pátria... A Frente Diplomática... pouco a pouco, mas com firmeza, conquistou, de ano para ano, o apoio e a simpatia do mundo pela nossa luta, face à necessidade de ouvir e respeitar o direito pela autodeterminação dos timorenses. A Frente Clandestina expandiu a resistência a partir das zonas montanhosas até aos lares, às vilas e cidades, transformando a ...resistência cada vez mais diversificada, pressionando as forças ocupantes” (Timor-Leste. Governo 2012).

⁷⁸ Monsenhor D. Martinho da Costa Lopes residia em Portugal desde 1983, depois de ter sido demitido da função de Administrador Apostólico de Díli por denunciar publicamente as atrocidades dos militares e do governo indonésio em Timor-Leste.

A Frente Clandestina assumiu um protagonismo cada vez maior na última década da Resistência Timorense, expandindo-a, diversificando-a e fortalecendo-a. Entre as funções que Amaral da Costa ocupou no seio da Resistência na qual foi ascendendo, o seu percurso na Frente Clandestina merece ser sublinhado porque mostra a sua imersão múltipla.

Amaral da Costa era membro activo da Organização Coordenadora Inter-Regional (OCR) que vigorou entre 1986 e 1988. A OCR visava coordenar e aumentar a eficácia da rede clandestina junto da população civil (CAVR 2013, 465). Segundo o próprio, Amaral da Costa também integrava o Órgão 8 que em 1987 foi indigitado como representante do CNRM nas cidades. Este órgão organizava acções no território nacional e coordenava organizações da rede clandestina (Entrevistas de António Tomás Amaral da Costa 2017-2023).

A proliferação de organizações e actividades políticas tornou necessária a coordenação de todos os grupos clandestinos que operavam no território, o que resultou na criação do Comité Executivo da Luta/Frente Clandestina (CEL/FC) do CNRM. Constâncio Pinto (que actuava no Órgão n.º 8) foi eleito secretário do Comité, Donaciano Gomes sub-secretário I, José Manuel Fernandes secretário adjunto II e Amaral da Costa integrou posteriormente o executivo como secretário III⁷⁹ (CAVR 2013, 467-468). Segundo Mattoso, esta nomeação gerou divergências na Resistência (Mattoso 2005, 161).

Em Timor-Leste, muitos grupos clandestinos mantiveram as suas relações individuais com comandantes das Falintil no mato. O Comité Executivo não podia controlar todos os grupos clandestinos, por haver muitos e por outros não admitirem estar envolvidos na luta (CAVR 2013, 468). De acordo com José Mattoso (2005, 182), “em 1992, esta zona cinzenta da Resistência alargou-se ainda mais com a dissidência de Aitahan Matak, membro da Frente Clandestina, onde trabalhava com Xanana, Sabalae e Tuloda, mas procurou desenvolver uma acção própria”. A prisão de Xanana inviabilizou o realinhamento do grupo e em 1994 verificaram-se novos desentendimentos, como veremos já a seguir relativamente à Organização Popular da Resistência Clandestina (OPRC).

Amaral da Costa recordou:

“Organizações como 3-3, 5-5, 7-7 não estavam sob a estrutura do CNRM, mas lutaram pela independência. Ojectil e Renetil faziam parte da estrutura do CNRM. Todas as organizações sob a égide do Órgão 8 [aderiram ao CNRM]. Às vezes [havia organizações que] tinham uma rede com comandantes específicos, como David Alex, Konis [Santana], Venâncio Ferraz, Merak e outros. Eram redes especiais que não passavam pelo Órgão 8 (CAVR 2013, 468).

⁷⁹ Avelino Coelho Silva disse que Amaral da Costa foi colocado na liderança do Comité Executivo por Mau Hudu após um protesto. (CAVR 2013, 467).

Numa das entrevistas que me concedeu, Amaral da Costa ressaltou as suas responsabilidades no Órgão 8, o seu cargo de vice-secretário do CEL/FC, de representante do CNRM na frente clandestina urbana, encarregue de organizar a actividade a nível nacional e de superintender diversas organizações. Amaral da Costa evidenciou ainda o facto de ter acumulado o cargo de secretário-geral da frente armada e ter estado à frente da criação de importantes organizações juvenis da rede clandestina a nível nacional, regional e local. As suas ligações a figuras importantes da liderança política da rede clandestina estudantil e juvenil, que operavam em Timor-Leste e na Indonésia, sustentam a narrativa de Amaral da Costa do aumento e da crescente importância da rede clandestina na Resistência, assim como do seu posicionamento e da sua ascensão no seio da elite política nacional. Constâncio Pinto, Fernando La Sama, secretário-geral da Resistência Nacional dos Estudantes de Timor-Leste (Renetil) e um dos expoentes máximos da *Gerasaun Foun*, Avelino Coelho, fundador da Organização da Juventude e dos Estudantes Católicos de Timor-Leste (Ojectil) foram mobilizados nesta sua narrativa (Entrevista de António Tomás Amaral da Costa 2017-2023).

Figura 15. Fotografia de Amaral da Costa com Taur Matan Ruak e população local.



Da esquerda para a direita: Amaral da Costa, responsável da Frente Clandestina, Taur Matan Ruak, sub-Chefe do Estado-Maior das Falintil e elementos da população local durante um encontro numa aldeia de Ossú. Fonte: Arquivo e Museu da Resistência Timorense (AMRT): Sabalae, 1991.

A criação da OPRC do CNRM, em que Amaral da Costa esteve envolvido e à qual presidia, foi alvo de debate no seio da Resistência. As apreciações relativas à acção de Amaral da Costa e do organismo foram díspares. Por um lado, entre 1994 e 1995 é considerável a correspondência interna da Resistência a criticar a acção da OPRC, de Amaral da Costa e do grupo que liderava, sobretudo por parte de Konis Santana e Sabalae, secretário do CEL/FC. Por

outro lado, Amaral da Costa era seguido por partidários e parecia encontrar defensores entre Trix, Berlaka, Mau Hodu e Taur Matan Ruak (Correspondência interna da Resistência do AMRT⁸⁰).

Segundo Mattoso (2005), a OPRC era um movimento dissidente. Apesar de Amaral da Costa ter exercido funções no Secretariado da Comissão Executiva da Frente Clandestina com Constâncio Pinto e Xanana Gusmão, após a sua prisão e a reestruturação da Frente Clandestina, Amaral da Costa “fez críticas ao procedimento do comandante das Falintil” (Mattoso 2005, 228-229). Em 1995, o desaparecimento de Sabalae agravou o clima de desconfiança e a dissidência.

Depois de fortes dinâmicas de resistências e alianças em relação a Amaral da Costa e ao seu grupo, surgiu uma reviravolta que parece surpreendente. Em 1998, Túloda Alves, adjunto do CEL/FC escreveu uma carta para Piti Lakon Mosu, com a informação da morte de Konis Santana e da liderança de Taur Matan Ruak do CEL/Forças Armadas. Amaral da Costa surgiu nesta carta pela primeira vez sob o nome de Merak Futar, e terá atingido em 1998 o auge do seu percurso político na Frente Clandestina na liderança máxima, cargo que partilharia com Túloda Alves, até novas medidas do Comandante das Falintil, assegurando também as ligações entre a Frente Clandestina e a Frente Armada (Carta de Túloda Alves para Piti Lakon Mosu, 1998).

8. A agência de Amaral da Costa em eventos marcantes da década de 1990

A década de 1990 foi um período de transformação no movimento de autodeterminação e independência de Timor-Leste, com o reforço da frente “diplomática” e da frente clandestina, dos grupos de estudantes em Timor-Leste e na Indonésia e do apoio internacional. Na frente clandestina e no movimento estudantil e juvenil em Timor-Leste e na Indonésia foi-se forjando a *Gerasaun foun*, de que falaremos adiante neste capítulo, na qual Amaral da Costa também se formou.

A mudança do movimento de independência de Timor-Leste tem sido associada, de acordo com a CAVR (2013, 264), a três eventos cruciais: o Massacre de Santa Cruz em 1991, a captura de Xanana Gusmão em 1992 e a atribuição do Prémio Nobel da Paz a José Ramos-Horta e a D.

⁸⁰ Na correspondência relativa ao OPRC, vejam-se os seguintes documentos do Arquivo da Resistência Timorense Carta de Sabalae para Berlaka 1994; Carta de Sabalae para Aitahan Matak 1994; Carta de Rosa T para Vero Lata 1994a; Carta de Rosa T para Vero Lata 1994b; Carta de Sabalae para Berlaka 1994; Carta de Rosa T para Vero Lata 1994c; Carta de Rosa T para o CEM e sub-CEM Dai Tula 1994; Carta de Rosa Vida Koo para Naga Funu, em 1994; Carta de Konis Santana e Sabalae para o Comandante das Falintil 1995.

Ximenes Belo em 1996. As próximas secções deste capítulo serão assim dedicadas a compreender a agência de Amaral da Costa nos dois primeiros eventos em articulação com as transformações políticas na Resistência Timorense e na Indonésia.

Amaral da Costa falou-me do conjunto de eventos que marcaram a década de 1990 e que mais uma vez foram vividos por ele ao nível do seu engajamento pessoal com as cúpulas de decisão. A narrativa de Amaral da Costa em relação a Santa Cruz abrangeu a preparação da visita de uma Delegação da Assembleia da República de Portugal em 1991, o assassinato de um dos membros do grupo, Sebastião Gomes, a manifestação em memória de Sebastião e o massacre de Santa Cruz (Entrevistas de António Tomás Amaral da Costa 2017-2023; Cf. CAVR 2013, 266). Amaral da Costa relatou a sua participação nos acontecimentos, reivindicando mais uma vez o seu protagonismo.

“No 12 de Novembro muitos morreram, muitos foram capturados, o inimigo estava à procura de mim, do Constâncio Pinto, do José Manuel Nakfilak [que] fugiu para a montanha. O Gregório [Saldanha] foi capturado. [Era] preciso muita atenção para não me capturarem a mim, senão toda aquela organização ficava... destruída.... O órgão n.º 8 mudou para o Comité Executivo. Xanana Gusmão disse-me para regressar [para a] área de Viqueque...

Eles [as pessoas] sabem muito bem que sou o herdeiro do *liurai* de Luca, então eles têm a esperança [de] que Portugal há-de voltar porque foi Luca que recebeu Portugal. Então são as pessoas de Luca que vão acelerar o processo. Então... Portugal há-de...apoiar o processo no campo político internacional.... (Entrevistas de António Tomás Amaral da Costa 2017-2023)”.

O nosso interlocutor posiciona-se mais uma vez no centro da acção e mobiliza as suas relações com as lideranças religiosas, os líderes da Resistência e das organizações clandestinas estudantis e juvenis, Constâncio Pinto, Gregório Saldanha, referindo ainda a sua relação de parentesco com Sebastião Gomes, que identifica como seu sobrinho. Mas, Amaral da Costa também mobilizou nesta narrativa a sua identidade *liurai* e a *Gerasaun de Luca*. Uma das lógicas implícitas ao seu discurso, e que vi reproduzida ao longo das nossas conversas, foi a seguinte: por terem sido os *liurais* de Luca a receberem os representantes da Coroa Portuguesa no século XVI, seriam os herdeiros de Luca a acelerar o processo de autodeterminação e a “convencer” Portugal a regressar ao caso de Timor no campo político-diplomático internacional. Ainda nesta dupla aliança a nível nacional e internacional, Amaral da Costa evocou diversas vezes as suas relações ao mais alto nível internacional com o representante especial do secretário-geral da ONU com quem se terá encontrado, assim como com o jornalista Max Stahl, jornalista britânico que capturou e difundiu as imagens do Massacre de Santa Cruz, a quem terá entregue documentação importante que incriminava a Indonésia.

Outro evento marcante foi a prisão de Xanana Gusmão, capturado pelos militares indonésios no dia 20 de Novembro de 1992, em Lahane, Díli. As notícias espalharam-se rapidamente por Timor-Leste e pelo mundo. Sobre a prisão de Xanana e o seu impacto na Resistência, Amaral da Costa partilhou a sua perspectiva tanto nas entrevistas comigo como com Domingos de Sousa (2014). Ele contou que tinha arranjado materiais para o esconderijo de Xanana e que na altura estava com altos dirigentes da Resistência: Sabalae e Tuloda Alves. Ao ouvirem a informação pela rádio, choraram e não sabiam o que fazer. Cumpriram a decisão de Sabalae, sobre quem recaía a responsabilidade do CNRM, de regressarem ao mato e de se protegerem da prisão. A prisão de Xanana implicou nova reorganização nas lideranças da Resistência e na vida de Amaral da Costa. A narrativa construída por Amaral da Costa é de ampla identificação com Xanana.

Amaral da Costa relatou ter sido contactado por um elemento disfarçado dos serviços secretos indonésios que lhe ofereceu munições, que Amaral da Costa inadvertidamente aceitou. O agente indonésio conseguiu identificar o local onde Amaral da Costa se encontrava, assim como localizar as armas que Xanana transportara para o esconderijo, e prendeu Amaral da Costa em 1992. Na prisão de Udayana, Amaral da Costa recebeu as visitas de António Parada, secretário da região de *Timor-Timur* e do governador Abílio Osório (Amaral da Costa in Sousa 2014, 445). Transferiram-no para a prisão de Colmera, em Díli: *Komando Pasukan Khusus (Kopassus)* - SGI (Pt: Comando das Forças Especiais - SGI). Perante quarenta e tal prisioneiros, o soldado indonésio disse a Amaral da Costa:

- Só por causa de duas pessoas [Xanana e ele] toda esta gente ficou presa.

O major Tedi, Agus, Ardiansa, ...[o] capitão... Harto e [o] capitão Bambang perguntaram[-me]: - De que maneira você consegue dominar todo Timor? Agora você vai sair e fazer um juramento a todos os jovens para que, uma vez que os dois foram presos, acaba-se a guerra.

- Não sou eu quem domina e nem o *Katuas* Xanana. É a consciência do povo quem domina” (Amaral da Costa in Sousa 2014, 448).

Amaral da Costa continua a colocar-se no centro da acção, com um protagonismo evidente na Resistência e junto à cúpula do poder. Ele contou que na prisão, os prisioneiros da Resistência utilizavam estratégias para evitar que mais pessoas fossem presas. Ele e os prisioneiros tentaram assumir a responsabilidade da autoria das ocorrências entre si para evitarem novas prisões. Os trabalhos da Resistência prosseguiram na prisão e Amaral da Costa continuava a sua interacção com a elite da Resistência Timorense:

“Vestiram-me um fato todo branco... Do mesmo modo fizeram ao Senhor Américo (hoje conhecido como Suai Indah) e [a] Óscar Lima. Eu fiquei no meio... fui classificado como Ministro dos Negócios Estrangeiros, e os dois eram os meus assistentes preparados para irmos para o estrangeiro. ...Obrigaram-nos a passear dentro da prisão... enquanto o nosso presidente [Xanana Gusmão] estava castigado em Jakarta.

Na prisão, ficávamos todos isolados uns dos outros a fim de não termos contato entre nós [eu, Leandro Isaac, Mau Hodu e Ma’Hunu].

Pelas visitas, recebíamos informações de Konis Santana sobre a situação do Xanana... O trabalho da clandestinidade voltou a funcionar. Sabalae e Tuloda... continuaram a trabalhar intensamente” (Amaral da Costa in Sousa 2014, 455-456).

No espírito de sacrifício da luta e colocando-se mais uma vez no centro da acção quando os militares indonésios procuravam os responsáveis pelo esconderijo de Xanana, Amaral da Costa disse ter assumido todas as responsabilidades sobre a escolha do lugar, a construção do esconderijo e os equipamentos, a fim de evitar a detenção de mais pessoas. O objectivo era impedir que as pessoas falassem e deteriorassem a situação. Amaral da Costa ter-se-á coresponsabilizado com Xanana pelas demonstrações de Tasi-Tolu, levantamento de Kraras entre outros eventos da luta de libertação. Ele testemunhou ter tido um papel importante na libertação dos seus companheiros e da sua, no final de 1994, através do contacto com Amos Waco, enviado especial da ONU, alta figura da cena internacional (Amaral da Costa in Sousa 2014, 455-457).

Ao longo dos vinte e quatro anos de Resistência Timorense e ocupação indonésia, Amaral da Costa foi preso treze vezes: três vezes pela Fretilin e dez pelos militares indonésios (1979, 1981, 1983, 1984, 1986, 1992, 1993, 1994, 1997, 1999) (Audiensi Publik Nasional 2005, 3-4).

Após a sua libertação, a ligação de Amaral da Costa a Xanana Gusmão prosseguiu no contexto da luta clandestina na Indonésia, com o apoio dos estudantes timorenses e indonésios que tinham cada vez mais peso político e influência na opinião pública, e maior protagonismo na resistência clandestina. De acordo com Amaral da Costa:

“O programa para abanar Suharto consistia em propaganda operada pelos estudantes com a espionagem, contraespionagem e colocar o inimigo um contra o outro. Esse trabalho era organizado desde a casa de aluguer onde [eu] morava. O objectivo era organizar a guerrilha urbana... Finalizei o trabalho no dia 21 de Maio e no dia seguinte fui chamado pelo Xanana para Cipinang e houve uma grande alegria com a queda de Suharto [1998]...

Tive também o trabalho de levar para Cipinang, os integracionistas para se encontrarem com o Xanana...

Durante três dias andámos a discutir a passagem do CNRM para CNRT (Xanana, Mau Hodu e eu). ...Na alínea a) estava a Frente da Política Interna e Lu Olo ficava como presidente e dois vices: David Ximenes e eu” (Amaral da Costa in Sousa 2014, 460-461).

No contexto da crise financeira indonésia no final de 1997, da *Reformasi*, dos protestos

populares que contaram com o papel activo dos estudantes timorenses em colaboração com estudantes indonésios, da queda do regime de Soeharto e da assunção do poder por B. J. Habibie (CAVR 2013) já referidos no Capítulo 4, a actividade diplomática estava ao rubro e Xanana Gusmão contava na prisão de Jacarta com um fluxo regular de visitantes que representavam líderes mundiais e organizações-chave. A Resistência estava reorganizada, o CNRM transformou-se em CNRT para ampliar a base do movimento pela independência, unificar as facções dentro da Resistência, ser o corpo e a voz da Resistência, representando todas as frentes e partidos políticos (CAVR 2013, 274; Fox and Babo Soares 2003, 57).

Amaral da Costa relatou a sua participação neste processo a pedido de Xanana, e continuou a referir a sua proximidade ao líder da Resistência, o que parece querer expressar uma confiança crescente. Em Bali, ter-se-á encontrado com o representante de Nelson Mandela para lhe entregar documentos sobre a resistência armada, visando a divulgação internacional da luta. Na prisão de Cipinang, Amaral da Costa terá entregue documentos de Mandela a Xanana (Amaral da Costa in Sousa 2014, 459-460).

No final da década de 1990, no contexto da abertura de Habibie, do apoio da ONU e da comunidade internacional, do progresso das negociações primeiro da autonomia para Timor-Leste e depois da consulta popular, Amaral da Costa alegou ter chefiado, sob a orientação de Xanana Gusmão, reuniões com a cúpula política indonésia, nomeadamente com o Ministro dos Negócios Estrangeiros Ali-Alatas, Abdurrahman Wahid (Gus Dur), futuro presidente da Indonésia, altas chefias militares indonésias e Francisco Lopes da Cruz. Nas delegações que terá chefiado no decurso das negociações, Amaral da Costa referiu haver líderes da Resistência, do governo de *Timor Timur* e da Igreja Católica timorense, e enalteceu a importância da participação política dos jovens indonésios em colaboração com os jovens timorenses (Entrevistas de António Tomás Amaral da Costa 2017-2023).

Amaral da Costa descreveu ainda um encontro político com o seu tio, Clementino dos Reis Amaral, cuja narrativa biográfica consta do Capítulo 5. Este encontro, pelas distintas posições políticas e cargos que ocupavam, pelas Casas de onde provinham, pelos territórios diversos em que viviam e pelas diferentes trajectórias de vida, parece-me vincar uma dualidade complementar de dois familiares, que se encontraram no mesmo momento e espaço. O primeiro vivia em Timor-Leste e o segundo na Indonésia. O primeiro representava uma Casa-ramo ou segmentar da *Gerasaun de Luca* e o segundo representava a Casa-tronco do grupo de origem de Luca. Um e outro pertenciam a gerações etárias e sociais diferentes, ainda que interseccionalmente se tocassem nalguns pontos. Eram contemporâneos, não coevos, mas com pontos em comum: ambos se alinhavam pelo centro político, reivindicavam ligações ao mais

alto nível, estavam conectados a Luca e assumiam a identidade de descendentes de *liurais*.

De regresso a Timor, Amaral da Costa participou na reorganização da Frente Política Interna. Xanana ter-lhe-á transmitido em Jacarta que Ma'Hunu e Ologari assumiriam a Frente Política Interna e o Conselho Político Militar no CNRT. Amaral da Costa ficaria então encarregue de ir a Cipinang receber orientações de Xanana, do comando supremo da luta, para as transmitir no território timorense a Francisco Guterres Lu Olo, Taur Matan Ruak e Lere Anan Timur. As suas funções também incluíam colaborar com o Chefe do Estado-Maior e trabalhar com os jovens, evitando conflitos entre si (Amaral da Costa in Sousa 2014, 463-464).

Nesta fase, Amaral da Costa recordou a morte de Mau Hodu, a chegada da UNAMET (*United Nations Mission in East Timor* – Missão das Nações Unidas em Timor-Leste) a Timor-Leste, os grupos de milícias, o acantonamento unilateral das Falintil, o recenseamento eleitoral, o deslocamento e a morte de milhares de pessoas, os comícios, a Consulta Popular de 30 de Agosto de 1999 e a vitória da independência de Timor-Leste. Relembrou a estratégia de terra arrasada das TNI em todo o território por responsabilidade de alguns generais de Soeharto que se recusaram a seguir as orientações de Habibie, os tiroteios, o incêndio das casas, as dificuldades que se multiplicavam. Ele partilhou também a memória da decisão da entrada e da chegada da Força Internacional para Timor-Leste (Interfet) mandatada pela ONU, as comunicações com Xanana Gusmão imediatamente antes da sua libertação; o regresso de Xanana Gusmão a Timor-Leste; as conversações com Ramos-Horta; o estabelecimento da UNTAET liderada por Sérgio Vieira de Mello; e a criação do CPD-RDTL, de que falarei a seguir (Entrevistas de António Tomás Amaral da Costa 2017-2023).

9. O CPCD-RDTL e as tensões políticas na RDTL

O tempu UNTAET (25 de Outubro de 1999-20 de Maio de 2022) na acepção timorense do tempo ligada às administrações do território, foi palco de dinâmicas políticas e transformações profundas que se repercutem até hoje na RDTL.

O plano da UNTAET passava por elaborar uma constituição democrática, num cenário de crise humanitária e de devastação das instituições, com a participação de todos, nomeadamente sociedade civil e juventude. De acordo com o discurso de Sérgio Vieira de Mello, também incluía *liurais* e autoridades tradicionais, de forma a “respeitar e incorporar os sistemas tradicionais, ...valores e estruturas não escritas que proporcionam estabilidade dentro da cultura timorense... que... desempenharam um papel fulcral na consecução da autodeterminação (United Nations. UNTAET 2000). A partir da Constituição, convocar-se-iam eleições

democráticas de um governo, como abordado no Capítulo 4.

Como já indicado, após uma era de frente unida, abria-se espaço para a democracia multipartidária, com tensões e confrontos entre “nações de intenções ideológicas” na acepção de Michael Leach, entre autoridades modernas e tradicionais, e entre gerações ligadas a diferentes fases da Resistência Timorense (Leach 2017, 17, 227-228).

Amaral da Costa pode ser visto na interseccionalidade entre estas gerações. As suas reivindicações pós-Referendo podem ser inscritas numa “nação de intenção ideológica” diferenciada. Após o Referendo de 1999, Amaral da Costa protagonizou a constituição do Conselho Popular da Defesa da República Democrática de Timor-Leste (CPD-RDTL) que visava, segundo Abílio Araújo, trazer a independência proclamada a 28 de Novembro de 1975 para o debate nacional na actualidade. Neste contexto, Amaral da Costa, enquanto fundador do CPD-RDTL, defendeu a continuidade das estruturas da Resistência no governo da RDTL até serem marcadas eleições e continua a alegar até aos dias de hoje a reformulação da Constituição actual de forma a integrar os ditames da Constituição de 1975, da Declaração Unilateral da Independência. Ele argumentou que o CNRT, enquanto órgão de governo inclusivo, devia ter sucedido na governação na independência, criticando a divisão partidária fomentada apressadamente pela ONU (Entrevistas de António Tomás Amaral da Costa 2017-2023).

De acordo com o Manifesto Político do CPD-RDTL (2001), que me foi entregue pelo próprio Amaral da Costa, o CPD-RDTL / Fretilin terá sido oficializado pela “Direcção da Juventude Maubere” no seio da frente clandestina em Julho de 1999. O CPD surgiu como órgão directivo para assumir o papel de “3.ª geração da Direcção Nacional da *Frente* depois do Conselho Revolucionário de Resistência Nacional – CRRN” (CPD-RDTL 2001, 2). O foco do CPD era a prossecução da missão do CRRN, o resgate e a reposição do processo histórico da luta do Povo Maubere.

Segundo o Manifesto do CPD-RDTL (2001), este movimento concebia uma “frente política” como agregadora da vontade do povo e não como um partido divisor das massas, na defesa da restauração da independência proclamada a 28 de Novembro de 1975, sufocada pela ocupação indonésia e na salvaguarda do direito dos vivos e dos que tombaram em defesa da RDTL. “O CPD defendia um sistema republicano democrático das bases para o topo, baseado na Constituição de 1975, dividido em três poderes: legislativo, executivo e judicial, articulados num tronco comum. O movimento recusava “sistemas limitados nos ramos” idealizados por pessoas que se revêm na cultura estrangeira ou “sistemas importados doutros países” para governar o país “porque isso pode conduzir o Povo Maubere martirizado de um lugar de escravidão (colónia) para outro lugar da mesma escravidão (neo-colónia)” (CPD-RDTL 2001,

4-5).

No entender do CPD-RDTL, a Assembleia Popular deveria ser o órgão supremo do poder legislativo do Estado; o presidente da República o chefe de Estado e comandante das Forças Armadas representadas pelas Falintil; e o Primeiro-Ministro o chefe do governo. Os critérios para a escolha dos membros dos órgãos do Estado deviam recair na fidelidade e confiança da população, na luta pelos interesses do Povo. Externamente, o CPD-RDTL reconhecia a importância de Timor se tornar membro da ONU e de integrar o Movimento dos Países Não Alinhados, de promover boas relações sobretudo com os países vizinhos, de aderir à ASEAN e à CPLP. O movimento terá apresentado as suas reivindicações junto das Nações Unidas (CPD-RDTL 2001, 8, 10-17).

Segundo Neven Knezevic (2007, 269-270), o CPD-RDTL considerava-se um “movimento social”. Não reconhecia a legitimidade do Estado timorense emergente, por considerar que o país já tinha alcançado a independência, com a declaração unilateral de 1975.

“Após 1999, o CPD-RDTL atraiu jovens apoiantes que se sentiam excluídos do governo devido ao surgimento ou reaparecimento de hierarquias sociais da era colonial portuguesa... Afirmou representar 400.000 timorenses, mas o nível de apoio dos eleitores aos seus aliados ideológicos: PST, o Partido Socialista, e PNT, o Partido Nacionalista, durante as eleições para a Assembleia Constituinte, sugere que o seu nível real de apoio foi muito inferior... Para atrair mais membros, capitalizou a insatisfação, preocupações de segurança, dificuldades económicas do povo, e alienação do governo à população (Knezevic 2007, 270).

O CPD auto-designava-se como a verdadeira Fretilin e não reconhecia líderes como Mari Alkatiri, por terem estado no estrangeiro e não em território timorense durante a ocupação indonésia, o que estará na base de desentendimentos entre as organizações. A mobilização política fundamentava disputas sobre a história nacional. Segundo Leach (2017), actores anti-sistema como o CPD foram mobilizados em torno de divisões históricas dentro do património mais vasto da Fretilin. As reclamações da Fretilin contra este movimento foram múltiplas.

Após treze anos de existência, o CPD e a sua "bandeira inconstitucional" deixaram de ser toleradas. A este respeito, o então primeiro-ministro Xanana Gusmão terá afirmado: “Respeitemos muito como cidadãos timorenses, mas se quiserem estabelecer outro estado dentro deste estado... a terra não tremerá” (Wright 2013). Em 2014, o Parlamento Nacional declarou dois movimentos como ameaças à ordem constitucional: o CPD e o recém-criado *Konsello Revolusionariu Maubere*, liderado por Mauk Moruk, ex-comandante das brigadas vermelhas das Falintil. A Polícia Nacional de Timor-Leste (PNTL) foi mandatada para pôr um fim às actividades das duas organizações lideradas por ex-veteranos, acusadas de criar instabilidade

política e de pôrem em causa instituições do Estado. Amaral da Costa ter-se-á entregue às autoridades e foi colocado sob prisão domiciliária durante algum tempo (Gonçalves 2014). Mauk Moruk⁸¹ foi morto pela polícia numa troca de tiros em 2015. As opiniões dividiram-se entre considerá-lo um traidor ou um herói. Ângela Freitas, líder do Partido Trabalhista (PT) terá alegado ser “tempo de a liderança poder encontrar meios, pacificamente para uma mesa-redonda e falar totalmente da história de Timor-Leste. Não tivemos só um ou dois heróis em Timor-Leste” (Ribeiro 2015).

As tensões políticas na RDTL manifestaram-se através de diversas formas e por vários períodos. Anos antes destes eventos, a Plataforma de Unidade Nacional formada pelos partidos da oposição, em 2003, argumentava estar a resgatar Timor-Leste do autoritarismo e a “invalidar” a Assembleia Constituinte, enquanto o governo alegava que a plataforma era formada por colaboracionistas que promoviam a instabilidade. Diversos líderes dos partidos da oposição abandonaram o Parlamento Nacional em 2005 (United Nations. Secretary-General 2006; Leach 2017, 160). Leach (2017) argumenta que Estado e Nação representam, nesta situação, factores de divisão e disfunção comunitária. A crise político-militar de 2006-2007 terá sido o auge destas tensões de construção da Nação, apesar de outras tensões terem continuado a surgir posteriormente.

Outro evento ilustrativo das tensões políticas que se têm vivido na RDTL e no qual Amaral da Costa esteve envolvido ocorreu em 2020, com o surgimento de um movimento intitulado “Resistência Nacional de Defesa da Justiça e Constituição de Timor-Leste”. Este movimento acusou o então Presidente da República, Francisco Guterres Lu Olo de violação da Constituição da RDTL por não ter cumprido o seu mandato de forma isenta, em diversas situações de instabilidade política e não se ter distanciado devidamente da Fretilin, como o cargo presidencial exige. A porta-voz do movimento, Ângela Freitas, líder do Partido Trabalhista, ex-candidata presidencial e da *Gerasaun de Luca*, apoiada por Amaral da Costa, ao anunciar a preparação de uma manifestação pacífica de contestação das posições assumidas por Lu Olo, viu a sua casa cercada por elementos das Forças Armadas. Segundo o professor universitário e dirigente do Partido Socialista Timorense (PST), Azancot de Menezes (2020, 1-2), este acto foi censurado por grande parte da sociedade. O clima de instabilidade política intensificou-se, dividindo partidos e Igreja Católica:

⁸¹ Entre 2014-2015, Mauk Moruk, líder do Conselho Revolucionário Maubere regressou da Holanda para Timor-Leste com o objectivo de resgatar o povo da pobreza. Ele foi morto pela polícia numa troca de tiros em 2015, na sequência de uma perseguição das forças armadas iniciada em 2014, acusado de agir contra o Estado (Ribeiro, 2015).

“Ângela Freitas tem o apoio de António Aitahan Matak, um dos líderes mais tenebrosos da Frente Clandestina na luta contra o regime indonésio, bem como de outros seguidores...

Em posição... oposta ao movimento... está a bancada parlamentar que inclui a... Fretilin, o Partido de Libertação Popular (PLP) e o Kmanek Haburas Unidade Nasional Timor Oan (KHUNTO) que acusam o grupo... de ser “subversivo” (Azancot de Menezes 2020, 3).

Alguns analistas consideram não se tratar de um grupo, mas de cidadãos descontentes de várias franjas políticas, económicas e religiosas da sociedade. Apesar de não haver engajamento de lideranças ou orientações oficiais nessa direcção, militantes e simpatizantes do partido CNRT e do Partido Democrático (PD), membros de uma célula da Brigada Negra (comando especial das Falintil responsável por actividades de guerrilha urbana em Timor-Leste e na Indonésia, no passado) demonstraram publicamente a sua contestação às posições oficiais do Presidente da República (da Fretilin), acusando-o de não ter o distanciamento partidário necessário, contrariando a Constituição da RDTL. “Estamos a experimentar momentos que não favorecem a paz e o diálogo” (Azancot de Menezes 2020, 3-4), podendo dar azo a uma divisão perigosa.

No pós-independência da RDTL, a dissonância com a visão do Estado, que se tinha começado a verificar nos últimos anos da Frente Clandestina, é assumida abertamente por Amaral da Costa, no seu projecto político do CPD-RDTL e na crítica à actuação de Alkatiri na liderança da Fretilin e de Francisco Lu Olo enquanto presidente da República.

Tensões geracionais

O projecto político de Amaral da Costa parece ter algumas tensões geracionais por base. A trajetória geracional de Amaral da Costa parece situar-se na intersecção entre a *Gerasaun 1975* e a *Gerasaun foun*, a primeira formada no tempo de colonialismo português e a segunda no tempo de colonialismo indonésio, com experiências educacionais, linguísticas e políticas diferenciadas. A primeira identifica-se com raízes lusófonas e a *Gerasaun Foun* com “uma identidade pós-colonialista baseada nos laços étnicos com Timor Ocidental e nos ideais de luta pela democracia partilhados com os activistas indonésios” (Gonçalves 2012, 1). A primeira, como temos visto, assumiu a liderança na emergência dos partidos políticos e na resistência armada à ocupação indonésia e a segunda a liderança dos movimentos estudantis da resistência clandestina urbana em Timor-Leste e na Indonésia. A *Gerasaun foun* foi crucial na transformação do processo de autodeterminação do povo timorense na década de 1990, que se

concentrou na frente diplomática e na frente clandestina, que contou com a acção decisiva do movimento estudantil e juvenil em Timor-Leste e na Indonésia, e com o crescente apoio internacional que também ajudou a mobilizar.

As reivindicações de Amaral da Costa após o Referendo 1999 podem ser inscritas na *Gerasaun foun* e numa “nação de intenção ideológica” diferente.

Como já vimos e segundo Knezevic (2007, 270), após o referendo o CPD-RDTL atraiu o descontentamento de jovens apoiantes que se sentiam excluídos do poder central com a retomada do poder por hierarquias sociais do tempo da colonização portuguesa, capitalizando a insatisfação, as dificuldades da população e distanciamento entre o governo e o povo.

A estabilidade política, abalada por vários eventos de oposições partidárias ocorridos já no pós-independência, beneficiaria de entendimentos partidários face às necessidades nacionais. Assim como a “paz social e o diálogo intergeracional sairiam mais reforçados com programas especificamente desenhados para a *Gerasaun foun* e a ainda mais jovem “*gerasaun independensia*”⁸² (Gonçalves 2012, 1).

Figura 16. Fotografia de Amaral da Costa, V. Carrascalão e Kay Rala Xanana Gusmão



Fonte: Arquivo pessoal de António Tomás Amaral da Costa. S.d.

⁸² De acordo com os Censos de 2020, mais de 50% da população timorense tem menos de 25 anos (Timor-Leste. Direção Geral de Estatística 2021, 16).

10. *Gerasaun de Luca e descendência liurai*

Ao longo da sua narrativa biográfica, em muitos momentos e eventos da sua vida política, Amaral da Costa foi fazendo a sua ligação à Casa tronco de Luca e à sua Casa ramo de Uaibobo, aos *liurais* de Luca e à *Gerasaun de Luca*, mobilizando a sua identidade *liurai*. Ele começou por interpretar o seu nome e fazer a ligação à linhagem *liurai* de Luca, por via do *liurai* de Luca, Tomás Amaral.

Ao longo das entrevistas, Amaral da Costa reforçou a importância da posição do grupo de origem de Luca, narrando as alianças matrimoniais entre Casas de Ossu Ossuroa e as mulheres da Casa de Luca, como forma de ascensão social. Ele ofereceu ainda diversos relatos orais das alianças políticas de reinos timorenses com o reino de Luca, tendo sido a de maior visibilidade a de Luca e Wehali. Amaral da Costa foi evidenciando a importância de Luca como centro político e ritual, durante séculos, pelo menos desde o século XIII até depois dos Portugueses se estabelecerem em Timor, assim como a sua influência territorial muito vasta.

Por relação a diversos eventos históricos de Timor-Leste, Amaral da Costa afirmou ter sido o *liurai* de Luca a receber os representantes da Coroa Portuguesa no século XVI, o que trouxe aos *liurais* de Luca e seus descendentes prerrogativas especiais para estabelecerem relações preferenciais com Portugal em momentos-chave da história timorense, quer durante a colonização portuguesa, quer durante a Resistência, quer durante a RDTL.

A agência dos *liurais* e da Casa *Liurai* de Luca de apoio à Resistência, assim como a ascendência dos descendentes dos *liurais* sobre a população, assume grande relevância para Amaral da Costa, apesar das grandes dificuldades que essa herança lhe trazia junto da ala mais revolucionária da Fretilin. Ele também realçou a importância das ligações familiares para a sobrevivência da Casa, tal como José Luís Guterres. Segundo Amaral da Costa, seriam os herdeiros de Luca a acelerar o processo de autodeterminação e a “convencer” Portugal a regressar ao caso de Timor no campo político-diplomático internacional. Ele também atribuiu a criação da CNT a uma ideia sua e a sua condição de herdeiro dos *liurais* fora importante para que todos os envolvidos a aceitassem. No conjunto de relatos alusivos à sua intervenção para angariar o apoio da Igreja Católica no plano nacional e internacional nos finais da década de 1980, Amaral da Costa dá relevância aos seus contactos com os mais altos representantes da Igreja Católica, advogando que esta sua intervenção é explicitamente coincidente com a sua actuação como líder na Resistência Timorense e como descendente dos *liurais* de Luca, cujos representantes da época seiscentista receberam os primeiros missionários da Coroa Portuguesa em Timor. Amaral da Costa enalteceu o seu papel de descendente *liurai* de Luca, no pressuposto

de que Luca liderava os *liurais* de todo Timor-Leste, Nessa qualidade, Luca e os seus descendentes detinham “primazia” na intervenção política e estavam investidos do poder e da responsabilidade de assegurar a relação com os antepassados e de garantir o bem-estar das populações.

Esta preocupação de Amaral da Costa com a identidade *liurai* e a hierarquia é uma característica visível nos relatos orais timorenses e parece ressoar na investigação que Amaral da Costa tem desenvolvido nos últimos anos sobre a história familiar de Luca e de Uaibobo, integrando informações mais abrangentes da *Gerasaun de Luca*. Na sua qualidade de investigador da história familiar, Amaral da Costa tem recorrido às conversas com anciãos das Casas e à pesquisa de arquivos. Para a sua investigação sobre a genealogia da casa *liurai* de Luca, ele já visitou e consultou documentação do Museu de Majapahit, na Indonésia, além de arquivos e museus na China, na Malásia e na Austrália (Entrevistas de António Tomás Amaral da Costa 2017-2023). Amaral da Costa alegou também ter descoberto livros com referências genealógicas em Inglaterra e um arquivo com documentação sobre Luca na Austrália (Entrevistas de António Tomás Amaral da Costa 2017-2023).

A investigação familiar e histórica que Amaral da Costa desenvolve na actualidade, para além dum genuíno interesse pela história e pelas origens, parece também ser um acto político de afirmação de um estatuto de poder político e social. Amaral da Costa é também membro do Comité Orientador 25, organismo formado por vinte e cinco historiadores indigitados em 2017 por Kay Rala Xanana Gusmão e liderados por Constâncio Pinto, para escreverem a história da Resistência Timorense, da sua organização e da participação dos jovens e dos estudantes na luta pela libertação nacional (Suzeti 2017), marcos da complexa história de Timor-Leste. Mas, Amaral da Costa também se propõe estudar, por sua iniciativa, a história de Timor-Leste em três fases: a história dos 500 anos desde a chegada dos Portugueses, a história da Resistência no âmbito do Comité Orientador 25 e a história da RDTL. No contexto da sua investigação histórica para o período anterior a 1700, Amaral da Costa tem consultado os livros-terminos dos *liurais* de Oe-cusse, Suai, Viqueque e Luca, que constituem os arquivos da governação desses *liurais*. Ele também tem consultado os arquivos das *uma lulik* dos *liurais*. Para o período após 1700, Amaral da Costa tem acedido a documentação no Arquivo Nacional de Timor-Leste e nos arquivos da Igreja Católica de Timor e de Malaca, recorrendo sobretudo aos processos dos baptismos e catecismos (Entrevistas de António Tomás Amaral da Costa 2017-2023).

A sua identidade *liurai* continua a perpassar no seu trabalho de investigação histórica e na sua participação como membro do Senado dos Liurais, organismo já abordado nos Capítulos 4 e 5. A par da investigação histórica e de defesa dos *liurais*, Amaral da Costa alegou que, desde

a independência do território, desempenhou funções de conselheiro político “informal” junto de diversos decisores políticos, integrou a equipa de negociação para a delimitação das fronteiras marítimas com a Austrália liderada por Xanana Gusmão, e assume actualmente o cargo de presidente do Instituto dos Veteranos (Entrevistas de António Tomás Amaral da Costa 2017-2023).

Na sua qualidade de membro do Senado dos Liurais, Amaral da Costa tem procurado promover a participação dos descendentes dos *liurais* na actualidade política e económica, tal como outrora os *liurais* lideravam e idealizavam o desenvolvimento da vida da população, a partir de um espírito que parece classificar como inesgotável. Ele propõe-se, na actualidade e no contexto do Senado, estudar como se geram e distribuem as receitas do Estado, no sentido de dinamizar a implementação de cooperativas geradoras de rendimentos para as famílias e as comunidades locais. Ele advogou a importância do papel das lideranças tradicionais na actualidade:

“[Há] separação entre o poder político e o poder tradicional, [os] chefes de *suco*, de aldeia e *datos* [são] separado[s] da estrutura do governo.

[A] justiça tradicional, democracia popular *nahibiti*, justiça tradicional para pequenos delitos, [foram] ideias apresentadas.... Estado é Estado, tradição é tradição. Lei tradicional e lei do Estado. [Os] delitos tentam resolver[-se] primeiro com o chefe de aldeia, chefe de *suco*, [depois com a] polícia, tribunal. [Assim há] poupança... de recursos.

Continua a haver importância das lideranças tradicionais, as pessoas recorrem aos *datos* das *uma lulik*, [ao] princípio de *Lulik*. [O] respeito das populações [é] diferente da legislação” (Entrevistas de António Tomás Amaral da Costa 2017-2023).

Nas nossas conversas, Amaral da Costa referiu várias vezes a separação entre o poder político e o poder tradicional, entre o poder central e as lideranças locais e comunitárias. Ele reivindica a importância das lideranças tradicionais e o respeito das populações pelos *datos* das *Uma lulik* e pelo princípio de *Lulik*, assim como pelos descendentes dos *liurais*. Amaral da Costa salientou também a importância da actuação da justiça tradicional e da democracia popular *nahibiti* nos dias de hoje para pequenos delitos, numa dialéctica entre a lei tradicional e a lei do Estado. Mas, Amaral da Costa também almeja a representação internacional do Senado e, por isso, tem procurado dinamizar a colaboração com Portugal através de reuniões com D. Duarte, para a implementação de projectos do Senado dos Liurais.

Conclusão

Neste capítulo, analisei a narrativa biográfica de António Tomás Amaral da Costa, interlocutor

com quem passei mais tempo em contexto de entrevista, mas também em conversas informais. Ao longo da sua narrativa, fui-me apercebendo do seu realinhamento “centralizador” do segmento familiar periférico de Uaibobo em relação ao grupo de origem central de Luca. Filho de *dato* e “neto” (de uma geração anterior) de *liurai* de Luca, Amaral da Costa ou Aitahan Matak insere a sua biografia política na história da família Amaral. A centralidade que reivindica estar inscrita no seu nome próprio vai-se associando à ligação política de Luca a todo o território que é hoje a RDTL, num tempo longo de muitos séculos, assim como vai narrando a sua ascensão progressiva na Resistência Timorense, em que passou a quadro médio e a posições de topo na Frente Clandestina.

À medida que faz várias associações aos *liurais* de Luca, referindo a estrutura social e política timorense e a genealogia do grupo de origem *liurai* de Luca, ele inscreve esta narrativa pessoal e familiar no papel primordial que os *liurais* desempenharam na história conhecida de Timor-Leste e nas figuras centrais da Resistência de quem se aproximou. Como se com esta identificação em crescendo, também aumentassem em importância as suas acções políticas. Tal como Luca foi estendendo a sua influência por todo o território de Timor-Leste, também Amaral da Costa invoca ter alargado os seus contactos na liderança da Resistência, na cúpula da Igreja Católica, e junto de chefias do aparelho do Estado na Indonésia, em Portugal e de organismos internacionais como o Vaticano e a ONU.

À medida que manifesta reivindicações de poder como *liurai* e como descendente de Luca a partir das narrativas sobre a Resistência Timorense, Amaral da Costa tenta conciliar a sua posição de militante dum movimento anti-colonialista e dum partido de ideologia marxista, tentando informar a complexidade histórica da inserção daqueles que foram rotuladas de elites colonialistas no processo de construção de um projecto político timorense. A luta pelo objectivo comum da libertação do povo e da independência do Estado-Nação de Timor-Leste foi feita por Amaral da Costa, em alinhamento com o poder central, mas a partir da década de 90 com dissidências na Frente Clandestina e no pós-Referendo com o CPD-RDTL.

A sua qualidade de investigador da história do grupo de origem *liurai* de Luca e da *Gersaun de Luca* de Uaibobo, assim como do Comité Orientador 25, revela um conhecimento amplo da história e dos eventos, como também se pode ler à luz duma possível reinscrição da sua singularidade e da *Gersaun de Luca* na história de Timor.

CONCLUSÕES

Neste capítulo final farei uma síntese conclusiva dos temas que serviram de fio condutor à tese, destacando os seus contributos para a compreensão das visões timorenses sobre *Gerasaun* e especificamente os entendimentos dos descendentes do antigo reino de Luca sobre a posição da *Gerasaun de Luca*. A tese contribui para compreender continuidades e descontinuidades históricas dos *liurais* em Timor-Leste e especificamente dos *liurais* de Luca. Mostrei nesta tese que, de uma perspectiva timorense, centrada nos descendentes da *Gerasaun de Luca* (mas em alguns aspectos não exclusiva deste grupo), o antigo reino de Luca se distingue como centro ritual e político paralelo (ou até alternativo) ao reino de Wehali, situado na parte ocidental da ilha de Timor. Luca e Wehali representam formas centralizadas de poder, numa história marcada por uma multiplicidade de pequenos reinos. Esta tese tomou como ponto de partida a necessidade de revêr o papel desempenhado pelo reino de Luca no passado e no presente de Timor-Leste, assim contribuindo para enriquecer os estudos sobre a formação de grupos sociais e poderes aristocráticos no território que integra a ilha de Timor. Apesar da aparente paridade de poderes entre Wehali e Luca antes e durante os dois primeiros séculos da colonização portuguesa, a literatura histórica foi acentuando uma ênfase quase inquestionável na predominância do reino de Wehali como eixo centralizador e de irradiação de poder ritual para toda ilha de Timor. Isto em parte explica, mas também resulta do facto de que, enquanto o reino de Wehali tem sido objecto de diversos estudos, não têm sido dedicados estudos monográficos ao reino de Luca.

Um primeiro contributo substantivo desta tese é então o de mostrar a relevância do reino de Luca, dos seus *liurais* e descendentes, da Casa e da *Gerasaun de Luca* para uma compreensão da história do território geográfico-político da ilha de Timor a partir de uma perspectiva que privilegia os pontos de vista leste-timorenses. Como vimos, segundo os meus interlocutores, a relevância do reino de Luca para a história timorense está ligada a papéis de relevo desempenhados por uma linhagem unilinear da Casa *liurai* de Luca, num tempo longo que pode mediar entre nove e doze séculos. Os conceitos centrais mobilizados pelos meus interlocutores para falarem da sua descendência do reino de Luca são os de *gerasaun* e de *Gerasaun* de Luca. Ao longo desta tese mostrei que a reivindicação da pertença à *Gerasaun de Luca* tem subjacente reivindicações da importância política e de poder ligadas à Casa enquanto forma de organização de redes. Estas redes são ao mesmo tempo de parentesco e de posicionamento político. Os processos de agregação e de segmentação políticos e de parentesco identificados com recurso

aos conceitos de *Gerasaun* e de Casa permitiram perceber uma abrangência territorial que se manifesta através de relações políticas, rituais e de aliança de longa duração. Mostrei ao longo da tese como segmentos de “Casas-ramos” espalhados por locais díspares em Timor-Leste que resultaram da segmentação da “Casa-tronco” de Luca criaram uma irradiação de poder a partir de um centro territorialmente circunscrito, como acontece tipicamente nos processos político-rituais no sudeste asiático. Neste caso, através da interlocução com os meus interlocutores de vários ramos da *Gerasaun de Luca*, pude compreender como a expansão geográfica desses ramos se consolidou como campo de poder político. Ao mesmo tempo, porém, foi a própria força da reivindicação pelos descendentes da Casa de Luca da sua pertença à unidade que constitui a *Gerasaun de Luca* que os colocou num lugar de reconhecimento como elite política leste-timorense.

As dinâmicas políticas da Casa *liurai* de Luca e da *Gerasaun de Luca* têm passado, entretanto, por processos de sucessão de descendência unilinear desde um passado remoto, através de alianças políticas e matrimoniais, resistências, e actualmente por estratégias de posicionamento dos seus representantes em cargos de poder em diferentes áreas da sociedade timorense, o que permite a solidariedade entre os seus membros e a salvaguarda política e simbólica dessa unidade. Mas essas dinâmicas também se reflectem em múltiplas tensões a propósito das reivindicações de precedência, nexos de antigas Casas, e na validação dos *liurais* e das antigas Casas face às estruturas estatais, na participação na resolução de conflitos das fronteiras terrestres entre a RDTL e a Indonésia. O aspecto territorial e sua longa duração ficou claro a partir dos desenvolvimentos do capítulo 2 onde descrevo a forma como os *liurais* se colocaram face às comemorações dos 500 anos em torno do que designaram da movimentação das estátuas do *Monumentu* Lifau. Esse episódio também deixou clara a relação com a demarcação das fronteiras. A ramificação na paisagem a partir do tronco ou raiz é contada a partir de narrativas de origem e de eventos contemporâneos de inauguração de diversas *Uma Lulik*, de cerimónias rituais e mesmo rituais de vassalagem que remetem para outras temporalidades, e que ligam a Casa-tronco do grupo de origem às Casas-ramo dos grupos segmentares num território que acaba por ser contido no que é hoje o território nacional de Timor-Leste, abrangendo a parte oriental da ilha e o enclave do Oecussi.

Ao longo desta tese concentrei a análise nos tempos históricos mais actuais, abarcando as últimas décadas da administração colonial portuguesa, e de forma mais substantiva a ocupação indonésia e o período da formação de Timor-Leste independente. Ao mesmo tempo, fiz importantes incursões em períodos históricos mais remotos mostrando que as reivindicações da centralidade da Casa de origem de Luca datam de uma era distante. Esse resgate do tempo

remoto, tanto num sentido do tempo de autoctonia anterior à chegada das formas europeias de ocupação colonial, como no sentido do lugar de destaque hierárquico na recepção desses ocupantes coloniais são centrais para compreender a natureza das reivindicações e o papel efectivo que os descendentes dos *liurais* de Luca ocupam.

Na actualidade, Luca é invocada e homenageada em cerimónias rituais ligadas a diferentes eventos e a conexões entre Casas em locais dispersos por Timor-Leste. O termo *Gersaun de Luca* exprime reivindicações político-territoriais específicas dos descendentes dos *liurais* de Luca centrais à compreensão da contemporaneidade política de Timor-Leste. A ideia de Luca como emanção de poder e autoridade reverbera na contemporaneidade a partir de reivindicações de descendentes de *liurais* de Luca, mas também de narrativas ancestrais que permanecem na memória dos anciãos e *lia nain* de diferentes Casas. “A *Gersaun de Luca* parece, ao longo de diferentes temporalidades, simbolizar um papel identitário e constituir um factor de unidade nacional da República Democrática de Timor-Leste.

A noção de “agência” da própria *Gersaun de Luca* ou a ideia da *Gersaun de Luca* como uma forma de agência é útil para perceber e representar transformações culturais, económicas e políticas que os respectivos descendentes do grupo de origem de Luca e geradores de segmentos familiares foram introduzindo nas suas Casas segmentares, ao nível das inovações económicas, culturais, rituais e políticas do “tronco” para os “ramos”. A relação entre esta dinâmica e as gerações sociais timorenses mostrou-se também significativa, mostrando as diferenças e continuidades de duas dessas gerações representadas nas três narrativas biográficas: a *Gersaun 1975* e a *Gersaun Foun*. Mostrei que o reconhecimento da importância da educação é comum à *Gersaun 1975* e à *Gersaun Foun*, enquanto que várias outras perspetivas socio-políticas separam estas duas gerações. Estas estas, destaquei o facto de a *Gersaun 1975* conceber o processo de autodeterminação na luta pela independência de Timor-Leste como um projecto de longo prazo do nacionalismo timorense, iniciado em 1974 ou antes, e não apenas um resultado da ocupação indonésia. A minha investigação em parte vai ao encontro do argumento de Marisa Gonçalves (2016) de que a afiliação da *Gersaun 1975* a Portugal tem por pano de fundo a sua experiência negativa como funcionários da administração colonial portuguesa em Timor-Leste que em parte explica o seu posicionamento anti-colonial e nacionalista. Recorrendo a narrativas biográficas aprofundadas, nesta tese mostro, ainda, que esta é uma geração que acompanhou os movimentos de descolonização e independência das ex-colónias africanas na expectativa de que em breve fosse também o caso de Timor-Leste, tendo participado ativamente no nascimento dos primeiros partidos políticos em Timor-Leste.

Estas divergências entre gerações sociais também implicam diferenças de classe. Os

timorenses de classes baixas explorados durante o colonialismo português e durante a ocupação indonésia, mobilizados pelas elites a partir de 1974 e durante a Resistência, e hoje conhecidos pela expressão “*povu ki'ik*”, esperam actualmente ser compensados com condições de vida dignas e salários justos. Porém, a sua condição de classe tem-se mostrado intransponível. Assim, continuam a viver em condições indignas e a ser excluídos de cargos governamentais e empregos que lhes possam garantir prosperidade económica na capital do país.

O debate sobre gerações sociais timorenses foi endereçado nesta tese a partir dos posicionamentos dos meus interlocutores (todos eles ocupando posições políticas e sociais elevadas). Através da análise das narrativas biográficas de Clementino Amaral e José Luís Guterres, ambos pertencentes à *Gerasaun 1975*, e de Amaral da Costa na transição entre esta e a *Gerasaun foun*, mostrei como a *Gerasaun 1975* viveu a emergência dos partidos políticos, o início do processo de descolonização e a proposta de “niveação social” defendida pelos movimentos de independência em Timor-Leste. Esta *Gerasaun* também viveu mudanças sociais que afectaram as estruturas sociais, nomeadamente os *liurais* e seus descendentes, e foi marcada pela proximidade à língua e à cultura portuguesas. A definição da segunda língua oficial na Assembleia Constituinte foi um foco de tensão entre a *Gerasaun 1975* e a *Gerasaun foun*, a primeira de influências culturais portuguesa e a segunda indonésia, defendendo como línguas oficiais, respectivamente, aquelas que eram as suas línguas de referência no processo de educação de base: Português no primeiro caso da *Gerasaun 1975* e Malaio indonésio no caso da *Gerasaun foun*. Estas tensões inter-geracionais reflectem também tensões nas reivindicações de acesso ao poder entre a *Gerasaun foun* – na qual Amaral da Costa também se revê; e a *Gerasaun ukun rasik-an* ou *Gerasaun independensia* que corresponde aos timorenses que cresceram já no período da independência pós 2002 e que se sentem marginalizados face à *Gerasaun 1975*, por esta continuar a ocupar maioritariamente as posições de poder na actualidade. De facto, estas dinâmicas reflectem tensões entre gerações sociais a propósito das opções no ensino e uso da língua que têm sido sublinhadas por vários sectores da sociedade desde a administração da UNTAET até ao presente momento.

O conjunto do trabalho aqui desenvolvido permite finalmente abordar a questão das continuidades e descontinuidades históricas na intervenção política dos *liurais* e especificamente dos *liurais* de Luca em Timor-Leste, na longa e curta duração e particularmente nos cerca de 50 anos que ligam o final do século XX e o século XXI. No período colonial os *liurais* ocuparam o topo da hierarquia social e governavam as unidades políticas que conhecemos pelo nome de reinos. Os *liurais* de Luca, pela importância do reino de Luca como centro ritual e político, numa sociedade altamente hierarquizada, teriam possivelmente uma

importância de destaque no período “pré-colonial”. Eles teriam mantido essa importância nos primeiros séculos do período colonial português dada a influência do reino de Luca sobre uma vasta área oriental da ilha e sobre outros reinos, o que interessaria à governação colonial. A amplitude da zona de influência de Luca tem as *rota* como sistema de “autoridade satélite” e de relações de vassalagem, durante uma longa história de relações de poder entre Luca e os reinos locais e entre Luca e o poder colonial português. A manutenção de alianças políticas entre o poder nativo de Luca e o poder colonial e a atribuição de prerrogativas aos *liurais* de Luca pela administração portuguesa seriam do interesse de ambas as partes. Entre o século XVIII e o fim do colonialismo português, Luca liderou, no entanto, eventos de aproximação e cisão em relação ao regime colonial português. A “Guerra dos Doidos” foi um evento ou um conjunto de eventos de grande relevância como resistência liderada por *liurais* de Luca, o momento “disruptivo” por excelência em relação à governação colonial. Em consequência da reacção colonial a estes eventos e face à ascensão de outros reinos, nomeadamente de outros igualmente localizados em regiões portuárias, o reino de Luca e os seus *liurais* foram perdendo domínios territoriais, distinções e poder.

A passagem de um colonialismo de carácter monárquico para republicano na segunda década do século XX, a abolição dos reinos e sua divisão em *sucos*, assim como a extinção do título de *liurai*, representaram transformações profundas na sociedade e na concepção política timorense que foram ocorrendo entre esse período e o fim do colonialismo português. A modernidade trazida pelo regime colonial português impôs transformações consideráveis, tendo tido forte resistência timorense e convivendo em coabitação com a “tradição”.

O título de *liurai*, mesmo que honorífico, teimou em permanecer até tarde em todo este longo processo histórico. A palavra *liurai* não desapareceu do léxico timorense e ainda hoje é utilizada em determinadas zonas e contextos. Mostrei o diálogo com múltiplos trabalhos das ciências sociais e políticas sobre Timor que mostram como os descendentes de *liurais* passaram a governar *sucos* e essa tendência mantêm-se até aos dias de hoje, mesmo na era da democracia multipartidária. Neste sentido, os *liurais* e seus descendentes representam uma ordem histórica timorense de longa duração.

Com a abertura à formação dos partidos políticos e os movimentos de independência a nível mundial, em Timor-Leste começou a advogar-se a nivelação social e o fim da estrutura social hierárquica tradicional. Mesmo neste período, os descendentes de *liurais* formaram os mais diversos projectos políticos e impulsionaram a implementação de partidos nas suas zonas de influência. Durante a Resistência timorense à ocupação indonésia, apesar das duras críticas e dos castigos impostos a descendentes de *liurais* pela ala mais revolucionária da Fretilin,

diversos descendentes de *liurais* foram cooptados como líderes da Resistência e outros mediarão a relação do Comité Político e das Falintil com as populações. Outros foram captados pelo aparelho indonésio para ocuparem cargos na administração indonésia, no governo colonial e mesmo no Parlamento indonésio e ainda outros descendentes de *liurais* no exílio combateram na frente diplomática da Resistência no exterior. As narrativas biográficas dos meus principais interlocutores exemplificam estas variantes políticas. A importância dos descendentes dos *liurais* e especificamente dos *liurais* de Luca continuou na conquista da independência de Timor-Leste, ganhando ainda protagonismo na construção do Estado-Nação. A participação de diversos elementos da Casa de Luca nos sucessivos governos da RDTL nas categorias de vice-ministros, ministros e vice-primeiro ministro e em cargos diplomáticos no Vaticano, ONU, Estados Unidos e Noruega, demonstra uma continuidade reconfigurada de longa duração da importância política dos descendentes dos *liurais* de Luca em Timor-Leste.

Através das narrativas biográficas que desenvolvi nos últimos três capítulos desta tese, explicitarei os percursos políticos de três interlocutores relevantes da Casa *liurai* de Luca que substantivam a diversidade e a complexidade de estratégias de adaptação de vidas pessoais e familiar através de conjunturas políticas distintas e de projectos políticos diferenciados. Apesar dessa diferença, pude também sublinhar os pontos de aproximação entre eles na qualidade de membros de uma elite emergente e em adaptação à construção de um estado democrático independente. Clementino Amaral defendia a inserção política dos *liurais* enquanto grupo social e do monarquismo como movimento político; enquanto José Luís Guterres e Amaral da Costa se combateram por ideais sociais-democratas e marxistas. Ambos pugnaram por dissidências da Fretilin já no pós-independência. As suas narrativas políticas viabilizaram ainda a representatividade do grupo de origem *liurai* de Luca por descendência patrilinear e por adopção de aliança, assim como de um segmento familiar periférico. Permitiram também observar os percursos políticos a partir do interior do território timorense, da Indonésia e do exílio em diferentes países durante a ocupação indonésia e a Resistência, e no decurso da actualidade pós-independência com cargos de elite e de elevada responsabilidade, nomeadamente ao nível do governo central.

Os três interlocutores que consolidam uma análise antropológica dos processos históricos, reivindicam relações políticas nacionais e internacionais ao mais alto nível, cada um na sua trajectória política, assim como a importância e a continuidade dos *liurais* e dos seus descendentes, nomeadamente da Casa de Luca na construção de um projecto político timorense. A dimensão da agência dos antepassados na condução das dinâmicas e práticas políticas dos descendentes dos *liurais* de Luca na actualidade é um marcador comum nas três narrativas

biográficas. A evocação da agência dos antepassados permite-nos pensar a Casa e os antepassados de Luca como verdadeiros agentes políticos da actualidade timorense em regime de co-construção de percursos políticos, de entre-ajuda e de continuidade na centralidade política. As narrativas biográficas podem ser assim apreciadas à luz da singularidade de cada uma, das suas continuidades e descontinuidades, de como foram mantendo protagonismo político e da importância da *Gerasaun de Luca* para Timor-Leste.

A reivindicação da continuidade da centralidade da Casa *liurai* de Luca num tempo longo até à actualidade pós-independência permite pensar a Casa como unidade política a ser considerada para a governação, não apenas de cariz local de *suco* e de aldeia, mas também regional e mesmo central. Segundo dois dos meus interlocutores, o conceito de equilíbrio da sociedade timorense passa também por considerar a Casa de Luca nos processos políticos; pela sua participação na governação e por dar relevância às Casas como células da identidade nacional e como catalisadoras da paz na actualidade pós-conflito. A análise das dinâmicas da Casa *liurai* de Luca permite compreender a legitimação familiar da autoridade *liurai* e da Casa através de processos múltiplos de alianças políticas e matrimoniais, mas também de reconstituição histórica e genealógica do passado. Luca parecer ter ainda significado especial como centro ou referente nativo de autoridade para o grupo de origem, para a *Gerasaun de Luca*, para as ‘autoridades tradicionais’ e a identidade *liurai* no espectro nacional. Em termos nacionais, a presidência do KOTA e do Senado dos Liurais, dois organismos políticos de inspiração monárquica, durante muitos anos e consecutivamente por Leão Pedro Amaral e por Clementino Amaral, da Casa *liurai* de Luca, atestam a importância de Luca para os descendentes dos *liurais* nestas últimas décadas.

Apesar das transformações de autoridade e de poder que os *liurais* foram sofrendo, tem sido debatido e reflectido a nível nacional a resignificação política dos *liurais* e seus descendentes; a sua participação na política; as concepções que estão na base do pensamento político timorense; a construção de uma política de matriz timorense. Este debate inclui também repensar os conceitos políticos externos introduzidos durante a administração transitória da ONU; tornar o núcleo tradicional das sociedades timorenses num objecto colectivo de carácter nacional; conjugar tradição e modernidade; articular a coabitação de modelos chamados de ‘costumeiros’ e da vigência da Democracia multi-partidária do Estado timorense; restabelecer o equilíbrio na relação entre autoridade moderna e tradicional; estudar formas de relação entre autoridade tradicional e moderna na construção de um projecto político de matriz timorense mais integrado e enraizado nas formas de pensamento político timorense; estabelecer a legitimidade dos governantes nacionais, articulando Casa, espiritualidade e Estado-nação.

Nesta tese mostro de forma substantiva, em suma, uma presença contínua dos *liurais* e seus descendentes na política timorense. Esta continuidade em transformação também está patente na participação de diversos membros da Casa *liurai* de Luca em diferentes governos da RDTL e em várias instâncias de representação política, mostrando o contributo do que aqui desenvolvi para uma compreensão da actualidade política timorense na sua complexidade e no enfrentar de dilemas múltiplos que as abordagens entrelaçadas da Antropologia e História permitiram iluminar.

BIBLIOGRAFIA

- Aditjondro, George. 1994. *East Timor: An Indonesian intellectual speaks out*. Development dossier, 33. Canberra: Australian Council for Overseas Aid.
- Alfaiate, Filipe (2014), “2015: tempo de rever Timor-Leste”. *JANUS*, n. 1: 17.
- Almeida, António de. 1976. *Memórias da Academia de Ciências de Lisboa: da origem lendária e mitológica dos povos de Timor Português*. Classe de Ciências, tomo XIX.
- Amaral, Clementino. 2014. “Cartas educativas do Distrito de Viqueque”. In *Cartas educativas distritais para Timor-Leste*, coordenado por Roberto Carneiro, 1-22. [S.n.]: Ministério da Educação.
- Anderson, Benedict. 1990 [1972]. “The idea of power in javanese culture”. In *Language and power: Exploring political cultures in Indonesia*, pp. 17-77. Cornell: Cornell University Press.
- Araújo, Abílio. 1973. *As elites em Timor*. Lisboa: Edição do autor.
- _____. 1977. *Os loricos voltaram a cantar*. Lisboa, ed. autor.
- _____. 2012. *Autobiografia de Abílio Araújo: Dato Siri Loe II*. Lisboa: Abílio Araújo e Alétheia Editores.
- Araújo, Alexandre. 2008. *O fortalecimento dos poderes locais a República Democrática de Timor-Leste (uma nova interpelação da Constituição da RDTL/2002)*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia.
- Arthur, Catherine. 2019. *Political symbols and national identity in Timor-Leste*. Belfast: Palgrave Macmillan.
- Audiensi Publik Nasional and Comissão de Acolhimento, Verdade, e Reconciliação Timor Leste. 2005. *Political imprisonment*. [Dili]: Commission for Reception, Truth and Reconciliation in Timor-Leste.
- Augé, Paul dir. 1928-1933. *Larousse XX.^e siècle*. Paris: Larousse. Tome troisième.
- Babo Soares, Dionísio. 2003. *Branching from the trunk: East timorese perceptions of nationalism in transition*. PhD thesis, The Australian National University.
- Barbedo de Magalhães, António. 2001. “O movimento pró-democracia indonésio e a solidariedade internacional: sua importância para a autodeterminação de Timor-Leste”. *Povos e Culturas*, (7): 73-115. <https://doi.org/10.34632/povoseculturas.2001.8870>
- Barnes, Susanna. 2010. “Nation-building and the 'resurgence of custom'”. In *Nation-building across the urban and rural in Timor-Leste*, edited by Damian Grenfell *et al.* Conference Report. RMIT University and Australian Volunteers International.
- _____. 2011. Origins, precedence and social order in the domain of Ina Ama Beli Darlari. In *Land and life in Timor-Leste: Ethnographic essays*, edited by Andrew McWilliam and Elizabeth Traube, 23-46. Canberra: ANU Press.
- _____. 2016. *Customary renewal and the pursuit of power and prosperity in post-occupation East Timor: A case-study from Babulo, Uato-Lari*. PhD thesis, Monash University.
- _____. 2017. “Land, identity and the re-assertion of sacralised authority in Timor Leste”. In *Transformations in independent Timor-Leste: Dynamics of social and cultural co-habitations*, ed. by Susana Viegas and Rui Feijó, 79-93. London: Routledge.
- Barnes, Susanna; Hägerdal, Hans and Palmer, Lisa. 2017. “An East Timorese domain: Luca from central and peripheral perspectives”. *Bijdragen tot de Taal-, Land- en Volkenkunde*, n. 173: 325–355.
- Barradas de Oliveira, Manuel. 1953. *Roteiro do Oriente: na viagem do Ministro do Ultramar, comandante Sarmiento Rodrigues, às províncias portuguesas da Índia, Timor e Macau, no ano de 1952*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar.

- Belo, Ximenes. 2013. *Os antigos reinos de Timor-Leste: reys de Lorosay e reys de Lorothoba, coronéis e dados*. Porto: Porto Editora.
- Boarccaerch, Alessandro. 2013. “Dicionário Hresuk-Português”. In *A diferença entre os iguais*, 240-302. São Paulo: Porto de Idéias.
- Bocarro, António. 1635. *O livro das plantas de todas as fortalezas, cidades e povoações do estado da Índia oriental*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Borland, Katherine. 2017. “Co-narration, intersubjectivity, and the listener in family storytelling”. *The Journal of American Folklore* 130 n. 518: 438-456. DOI: <https://www.jstor.org/stable/10.5406/jamerfolk.130.518.0438>
- Bovensiepen, Judith. 2009. “Spiritual landscapes of life and death in the central highlands of East Timor”. *Anthropological Forum*, n. 19: 323-338. DOI: 10.1080/00664670903278437.
- _____. 2011. “Opening and closing the land: Land and power in the Idaté highlands”. In *Land and life in Timor-Leste: Ethnographic essays*, edited by Andrew McWilliam and Elizabeth Traube, 47-60. Canberra: ANU Press.
- _____. 2014a. “Lulik: Taboo, Animism or transgressive sacred? An exploration of identity, morality and power in Timor-Leste”. *Oceania*. 84, n. 2: 121–37.
- _____. 2014b. “Paying for the dead: on the politics of death in independent Timor-Leste.” *The Asia Pacific Journal of Anthropology*, 15, n. 2: 103-122.
- _____. 2015. *The Land of Gold: post-conflict recovery and cultural revival in independent Timor-Leste*. South East Asia Program Publications. Ithaca, New York: Cornell University.
- _____. 2017. “Entanglements of power, kinship and time in Laclubar”. In *Fieldwork in Timor-Leste: Understanding social change through practice*, edited by Maj Nygaard-Christensen and Angie Bexley, 144-168). Copenhagen: NIAS Press.
- Bovensiepen, Judith and Delgado Rosa, Frederico. 2016. “Transformations of the sacred in East Timor”. *Comparative Studies in Society and History*, 58, n.º 3: 664-693. DOI <http://doi.org/10.1017/S0010417516000311>.
- Boxer, Charles Ralph. 1947. *Portuguese and Spanish rivalry in the Far East during the 17th century*. [Londres: s.n.]. Sep. Journal of the Royal Asiatic Society.
- Brandão, Carlos. 1953. *Funo: Guerra em Timor*. [S.l.]: Edições AOV.
- Braz, Emanuel. 2014. *Timoroan National Identity in Timor-Leste*. PhD thesis, Victoria University.
- Cabral, Estevão. 2002. *Fretilin and the struggle for independence in East Timor 1974-2002: An examination of the constraints and opportunities for a non-state nationalist movement in the late twentieth century*. PhD thesis, Lancaster University.
- Cácegas, Luís de, 1866, Primeira [-quarta] parte da história de S. Domingos particular do reino e conquistas de Portugal. Terceira edição. Lisboa: Typ. do Panorama.
- Camões, Instituto. 2016. “Comemorações dos 500 anos da chegada dos portugueses. *Suplemento do Jornal de Letras, Artes e Ideias*, XXXV, n. 1181.
- Carey, Peter. 2003. “Third-world colonialism, the Geração *Foun*, and the birth of a new Nation: Indonesia through East Timorese eyes”, 1975-99. *Indonesia*, n. 76: 23-67.
- Cardoso de Oliveira, Luís. 2010. “A antropologia e seus compromissos ou responsabilidades éticas”. In *Ética e regulamentação na pesquisa antropológica*, org. por Soraya Fleischer and Patrice Schuch, 25-38. Brasília: Letras livres, Editora Unb.
- Carsten, Janet and Hugh-Jones, Stephen. 1995. *About the house: Lévi-Strauss and beyond*. Cambridge University Press.
- Castro, Afonso de. 1867. *As possessões portuguesas na Oceania*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- CAVR. 2013. *Chega!: The final report of the Timor-Leste Commission for Reception, Truth and Reconciliation (CAVR): full report*. Jakarta: KPG, STP-CAVR, 5 volumes.
- Costa, Luís. 2000. *Dicionário de Tétum - Português*. Lisboa: Edições Colibri.

- Coutinho, Luísa. 2013. *Ascensão e queda de um bispo: D. frei Manuel de Santo António, primeiro bispo de Malaca residente em Timor*. Barcelona: Ómega.
- _____. 2017. *As dinâmicas de poder na sucessão de liurais: etnografia e história de famílias no reino de Luca (Timor-Leste)*. Projecto de Investigação, ICS-ULisboa.
- Cummins, Deborah. 2010. *Local governance in Timor-Leste: The politics of mutual recognition*. PhD thesis, Sydney, University of New South Wales.
- _____. 2015. *Local governance in Timor-Leste: Lessons in postcolonial state-building*. Oxon, New York: Routledge. Contemporary Southeast Asia Series, 69.
- Cummins, Deborah and Leach, Michael. 2012. “Democracy old and new: The interaction of modern and traditional authority in East Timorese local government”. *Asian politics and policy*, 4, n. 1: 89–104.
- Davidson, Katharine (1994). *The Portuguese colonisation of Timor: The final stage, 1850–1912*. PhD thesis, Sydney: University of New South Wales.
- Dicionário Português-Tétum. 2015. “Geração”, 347. Lisboa: Lidel.
- Dortier, Jean-François, dir. 2006. *Le dictionnaire des Sciences Humaines*. Lisboa; Climepsi Editores.
- Drakard, Jane. 1999. *A kingdom of words: Language and power in Sumatra*. Selangor: Oxford University Press.
- Durand, Frédéric. 2006. *Timor 1250-2005: 750 ans de cartographie et de voyages*. Toulouse, Bangkok: Arkuiris, IRASEC.
- _____. 2010. *Timor-Leste: País no cruzamento da Ásia e do Pacífico: Um atlas histórico-geográfico*. Lisboa, Porto: Lidel, D.L.
- Echols, John and Shadily, Hassan. 1975. *An English-Indonesian dictionary*. Ithaca and London: Cornell University Press.
- Emerson, Robert, Fretz, Rachel, and Shaw, Linda. *Writing Ethnographic Fieldnotes*, Chicago: The University of Chicago Press, pp. 17-38.
- Eredia, Manuel. 1613. *Declaração de Malaca e Índia Meridional com o Cathay*. Bruxéles: Bibliotheque Royale.
- Fabian, Johannes. 2014. “Ethnography and intersubjectivity loose ends”. *Hau: Journal of Ethnographic Theory* 4, n. 1: 199–209.
- Feijó, Rui. 2008. “Língua, nome e identidade numa situação de plurilinguismo concorrencial: o caso de Timor-Leste”. *Etnográfica* 12, n. 1: 143-172. DOI: <https://doi.org/10.4000/etnografica.1641>. <http://journals.openedition.org/etnografica/1641>
- Feixa, Carles e Leccardi, Carmem 2010. “O conceito de geração nas teorias sobre juventude”. *Sociedade e Estado* 25, n. 2: 185-204.
- Fernandes, Abílio. [2016] 1931. *Esboço histórico e do estado actual das Missões de Timor e refutação de algumas falsidades contra elas caluniosamente afirmadas por um ex-governador de Timor*. Miranda do Douro: Município de Miranda do Douro, 2016. Ed. fac-similada de Macau: Tipografia Mercantil, 1931
- Fernandes, Moisés Silva. 2006. “O Timor Português na política externa de Suharto: O regresso ao *status quo ante*, 1965-1974”. *Negócios Estrangeiros* 9, n. 1: 272-338.
- Ferreira, Manuel. 1961. “Biografia de D. Jeremias de Luca”. In *Figuras Portuguesas de Timor: Homenagem a Celestino da Silva, a Francisco Duarte, o “Arbitro” e a Jeremias de Luca*, Themudo Barata, 61-83. Díli: Imprensa Nacional.
- Figueiredo, Fernando. 2014. *Timor: A presença portuguesa, 1769-1945*. Lisboa, Centro de Estudos Históricos da UNL.

- _____. 2018, *Timor-Leste: A presença portuguesa desde a reocupação à invasão indonésia (1945-1975)*. Lisboa, Âncora Editora.
- Fitzpatrick, Daniel and Barnes, Susanna. 2010. "The relative resilience of property: First possession and order without law in East Timor". *Law and Society Review* 44, n. 2: 205-238. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1540-5893.2010.00402.x>
- Florêncio, Fernando. 2003. *As autoridades tradicionais Vandau, Estado e política local em Moçambique*. Tese de Doutoramento, ISCTE.
- Fonseca, João. 2017. "Revisitar dois estudos sobre Timor no tempo do Grupo de Estudos de História Marítima e do Centro de Estudos de Marinha: 1970-1971. *Timor: Comemorações da chegada dos Portugueses em 1515*, org. por José Maia e Luís Soares. Lisboa: Academia de Marinha.
- Forman, Shepard. 1977. "East Timor: Exchange and political hierarchy at the time of the european discoveries". In *Economic exchange and social interaction in Southeast Asia: Perspectives from prehistory, history, and ethnography*, ed. by Karl Hutterer, 97–112. Michigan: University of Michigan. Papers on Southeast Asia, n. 13.
- Fox, James. 1971. "Sister's child as plant: metaphors in an idiom of consanguinity". In *Rethinking kinship and marriage*, ed. by Rodney Needham, 219–252. London: Tavistock.
- _____. ed. 1980. *The flow of life: essays on eastern Indonesia*. Cambridge, Mass.; Harvard University Press.
- _____. 1994. "Reflections on 'hierarchy' and 'precedence'". In *Transformations of hierarchy: Structure, history and horizon in the Austronesian world*, ed. by M. Jolly and M. Mosko, 87-108. History and Anthropology special issue, 7. Canberra: Australian National University.
- _____. 1996. "The paradox of powerlessness: Timor in historical perspective". Paper presented at *The Nobel Peace Prize Symposium: Focus on East Timor*. University of Oslo. December 9.
- _____. 2006. *The poetic power of place: comparative perspectives on austronesian ideas of locality*. Australian National University.
- _____. 2008 [1995]. "Installing the 'outsider' inside: the exploration of an epistemic austronesian cultural theme and its social significance". *Indonesia and the Malay World* 36, n. 105: 201–218. DOI: 10.1080/13639810802267942.
- Fox, James J. and Babo Soares, Dionisio eds. 2003. *Out of the Ashes: Destruction and Reconstruction of East Timor*. Canberra, ANU Press. <http://www.jstor.org/stable/j.ctt2jbjgr>.
- Fraile, Manuel (2017), *Don Bosco em Timor-Leste: Segunda etapa (1946-1975)*. Díli, [s.n.].
- Francillon, Gérard. 1967. *Some matriarchic aspects of the social structure of the southern Tetun of middle Timor*. PhD thesis, Canberra: Australian National University.
- Gárate Castro, Luis e Assis, Cecilia. 2010. *Património cultural de Timor-Leste: As Uma Lulik do Distrito de Ainaro*. Ferrol: Secretaria de Estado da Cultura da República Democrática de Timor-Leste.
- Geertz, Clifford. 1980. *Negara: The theatre state in nineteenth-century Bali*. Princeton: Princeton University Press.
- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira. 1981. "Geração". vol. XII, 330-333. Lisboa: Editorial Enciclopédia.
- Gonçalves, Marisa. 2012. "A Língua Portuguesa e o conflito intergeracional em Timor-Leste (Portuguese Language and the intergenerational divide in Timor-Leste)". In *III SIMELP: A formação de novas gerações de falantes de português no mundo*, ed. por Roberval Teixeira e Silva et al., 19-28. Macau: Universidade de Macau.
- _____. 2016. *Intergenerational perceptions of human rights in Timor-Leste: memory, kultura and modernity*. Phd thesis, University of Wollongong.

- Gubrium, Jaber and Holstein, James (2008). "Narrative ethnography". In *Handbook of Emergent Methods*, ed. by Sharlene Hesse-Biber and Patricia Leavy, 241-263. New York: Guildford Press.
- Gunn, Geoffrey. 1999. *Timor Loro Sae: 500 years*. Macau: Livros do Oriente.
- Gunter, Janet. 2008. *Violence and "being in history in East Timor: local articulations of colonial rebellion*. Master diss.: ISCTE.
- _____. 2010. "Kabita-Kaburai, de cada dia: Indigenous hierarchies and the Portuguese in Timor". *Portuguese Literary and Cultural Studies*, n. 18/19: 281-302.
- Gusmão, Alex and Brown, Anna (2010). "'Polítika comunidade no harii-dame iha Timor Leste". In *Understanding Timor-Leste: Proceedings of the Timor-Leste Studies Association conference*, ed. by Michael Leach et al., 21–25. Hawthorn: Swinburne Press.
- Gusmão, Martinho. 2018. "...Sabemos, e podemos, e devemos vencer!": *Antologia de textos para uma "autobiografia" intelectual de Nicolau dos Reis Lobato*. Penerbit Diom: Centro Nacional Chega!
- Hägerdal, Hans. 2012. *Lords of the land, lords of the sea: Conflict and adaptation in early colonial Timor, 1600-1800*. Leiden: KITLV Press.
- Hampshire, Kate et al. 2014. "The interview as narrative ethnography: seeking and shaping connections in qualitative research". *International Journal of Social Research Methodology* 17, n. 3: 215-231.
- Hicks, David. 1975. "La compensation matrimoniale chez les Tetum". *L'Homme*, 15, n. 3-4: 55-65. Du mariage et de l'inceste. https://www.persee.fr/doc/hom_0439-4216_1975_num_15_3_367577
- _____. 1983. "Unachieved syncretism: The local-level political system in Portuguese Timor, 1966–1967". *Anthropos* 78, n. 1/2: 17–40. <http://www.jstor.org/stable/40461003>
- _____. 1984. *A maternal religion: The role of women in Tetum myth and ritual*. [Dekalb, III.]: Northern Illinois University, Center for Southeast Asian Studies.
- _____. 1990. *Kinship and religion in eastern Indonesia*. Göteborg, Sweden: Acta Universitatis Gothoburgensis.
- _____. 2001 [1996]. "Making the king divine: a case study in ritual regicide from Timor". *Journal of the Royal Anthropological Institute*, n. 2: 611-624.
- _____. 2004 [1976]. *Tetum ghosts and kin: Fertility and gender in East Timor*. Illinois: Waveland Press.
- _____. 2007. "Community and the nation-state in East Timor". *Anthropology Today* 23, n. 1: 13–16.
- _____. 2012. "Indexing social space: a marketplace in Timor-Leste". *Bijdragen tot de Taal-, Land- en Volkenkunde* 168, n. 1: 55-73. <http://www.kitlv-journals.nl/index.php/btlv>
- Hill, Helen. 2002. *Stirrings of nationalism in East Timor: Fretilin 1974-1978: the origins, ideologies and strategies of a nationalist movement*. Otford, N.S.W.: Otford Press.
- Hockey, Jenny. 2002. "Interviews as ethnography? Disembodied social interaction in Britain". In *British Subjects: An Anthropology of Britain*, ed. by N. Rapport, 209-222. Oxford and New York: Berg.
- Hohe, Tanja. 2002. "The clash of paradigms: International administration and local political legitimacy in East Timor". *Contemporary Southeast Asia* 24, n. 3: 569-589. <http://www.jstor.org/stable/25798616>.
- Hoskins, Janet. 1997. *The play of time: Kodi perspectives on calendars, history and exchange*. 2nd ed. Berkeley: University of California Press.
- Jackson, Michael. 2005. "West-African warsapes: Storytelling events, violence, and the appearance of the past". *Anthropological Quarterly* 78, n. 2: 355-375. <http://www.jstor.org/stable/4150838>
- Jacobs, Hubert, ed. 1988. *In The Jesuit Makasar documents (1615 - 1682)*. Rome: Jesuit Historical Institute. <http://hdl.handle.net/2027/mdp.39015037032763>

- Jannisa, Gudmund. 1997. *The crocodile's tears: East Timor in the making*. Lund: Lund University Press.
- Kammen, Douglas. 2015. *Three centuries of conflict in East Timor*. Rutgers University Press.
- _____. 2009. "Fragments of utopia: Popular yearnings in East Timor". *Journal of Southeast Asian Studies* 40, n. 1: 385-408.
- Kehi, Balthasar and Palmer, Lisa. 2012. "Hamatak halirin: The cosmological and socio-ecological roles of water in Koba Lima, Timor". *Bijdragen tot de Taal-, Land- en Volkenkunde* 168, n. 4: 445-471.
- Leach, Michael. 2017. *Nation-building and national identity in Timor-Leste*. Abingdon, Oxon, New York: Routledge.
- Leitão, Humberto. 1948. *Os portugueses em Solor e Timor de 1515 a 1702*. Lisboa: Tip. da Liga dos Combatentes da Grande Guerra.
- _____. 1952. *Vinte e oito anos de história de Timor: 1698 a 1725*. [Lisboa], Agência Geral do Ultramar.
- Lévi-Strauss, Claude. 1979. *La Voie des masques*. Paris: Plon.
- Lidel. 2015. *Dicionário Português- Tétum = Dicionário Português-Tetun*. Lisboa, Lidel.
- Lobato, Manuel. 2000. "Timor". In *História dos Portugueses no Extremo Oriente*, ed. por A. H. de Oliveira Marques, 351-374. Lisboa: Fundação Oriente.
- Lobato, Manuel e Malhão Pereira, José. 2019. "Humberto dos Santos Leitão (1885-1973): Historiador de Timor e da náutica". In *Homenagem aos Fundadores da Academia de Marinha*, 131-152. Lisboa: Academia de Marinha.
- Lofland, John and Lofland, Lyn. 1995. *Analyzing social settings: A guide to qualitative observation and analysis*. London, CA: Belmont, Wadsworth.
- Lucca, Daniel de. 2016. *A timorização do passado: Nação, imaginação e produção da história em Timor-Leste*. Tese de Doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.
- _____. 2017. "Outros 500: O quinto centenário de Timor-Leste e o pós-colonialismo em Português". *Ilha* 19, n. 2: 108-142. DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8034.2017v19n2p107>
- Luna de Oliveira, Humberto. 2004 [1949]. *Timor na História de Portugal*. Lisboa: Fundação Oriente, Instituto de Apoio ao Desenvolvimento.
- Ma'averu, Savio (2016), *Timor-Leste: Kolonizasaum no kruzamentu kulturál, História e Literatura de Timor Lorosa'e*. [S.l.: s.n.].
- Machado, José. 2003. *Dicionário etimológico da Língua Portuguesa*. Lisboa, Horizonte.
- Matos, Artur T. 1974. *Timor português, 1515-1769: Contribuição para a sua história*. Lisboa: Instituto Histórico Infante D. Henrique.
- _____. 2006. "Tradição e inovação na administração das ilhas de Solor e Timor: 1650-1750". In *Colóquio Internacional O humanismo latino e as culturas do Extremo Oriente*. Macau, Janeiro 6-8, 2005. Treviso: Fondazione Cassamarca, 345-357.
- _____. ed. 2015. *Timor no Passado: Fontes para a sua história (Séculos XVII e XVIII)*. Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa.
- McWilliam, Andrew. 2005. "Houses of resistance in East Timor: structuring sociality in the new nation". *Anthropological Forum* 15, n. 1: 27-44.
- _____. 2006. "Mapping with metaphor: Cultural topographies in West Timor". In *The poetic power of place: comparative perspectives on austronesian ideas of locality*, ed. by James Fox, 101-113. Canberra: Australian National University.
- _____. 2007. "Looking for Adê: A contribution to Timorese historiography". *Bijdragen tot de Taal-, Land- en Volkenkunde* 163, n. 2/3: 221-238. DOI: 10.1163/22134379-90003684.

- _____. 2008. "Customary governance in Timor-Leste". In *Democratic governance in Timor-Leste: Reconciling the local and the national*, ed. by David Mearns, 129-142. Darwin: CDU Press.
- _____. 2011. "Exchange and resilience in Timor-Leste". *The Journal of the Royal Anthropological Institute* 17, n. 4: 745-763. DOI: 10.2307/41350753.
- McWilliam, Andrew and Traube, Elizabeth, eds. 2011. *Land and life in Timor-Leste: Ethnographic essays*. Canberra: ANU Press.
- Merriam-Webster Dictionary. 2021. "Generation". <https://www.merriam-webster.com/dictionary/generation>
- Metzner, Joachim. 1977. *Man and the environment in Eastern Timor: a geocological analysis of the Baucau-Viqueque area as a possible basis for regional planning*. Development Studies Monograph, n. 8. Canberra: Australian National University.
- Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. 2021. "Geração". <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/gera%C3%A7%C3%A3o/>
- Molnar, Andrea. 2011. "Darlau: Origins and their significance for Atsabe Kemak identity". In *Land and life in Timor-Leste: Ethnographic essays*, ed. by Andrew McWilliam and Elizabeth Traube, 87-115. Canberra: ANU Press.
- Monteiro, Nuno. 1993. "Casa e linhagem: O vocabulário aristocrático em Portugal nos séculos XVII e XVIII". *Penélope: Revista de História e Ciências Sociais*, n. 12: 43-64.
- Morris, Cliff. 1984. *Tetun-English dictionary*. Canberra: Australian National University.
- Moura, Paulo. 2007. "O socialismo místico de Manuel Tilman". *Público*, Abril 1, 2007. <https://www.publico.pt/2007/04/01/jornal/o-socialismo-mistico-de-manuel-tilman-182252>
- Mullings, Beverley (1999). "Insider or outsider, both or neither: Some dilemmas of interviewing in a cross-cultural setting". *Geoforum* 30, n. 4: 337-350.
- Needham, Rodney (ed). 1971. *Rethinking kinship and marriage*. London: Tavistock Publication.
- _____. 1975. "Polythetic classification: Convergence and consequences". *Man, New Series* 10, n. 3, 349-369. <http://www.jstor.org/stable/2799807>.
- Nogueira Lisboa, Feliciano. 1801. "Relação das Ilhas de Timor e Solor" In *Timor no passado: Fontes para a sua história (séculos XVII e XVIII)*, ed. por Artur T. de Matos, 2015, 161-221. Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa.
- Oliveira, Bárbara, Gomes, Carla e Santos, Rita. 2015. *Os direitos fundamentais em Timor-Leste: teoria e prática*. Coimbra, Díli: Ius Gentium Conimbrigae — Centro de Direitos Humanos da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça de Timor-Leste. http://www.igc.fd.uc.pt/timor/pdfs/livroDFTimor_completo.pdf
- Ospina, Carlos. 2019. *De quem é a terra?: Práticas de governo e construções de Estado em Timor-Leste: Etnografia do levantamento cadastral no município de Ermera*. PhD thesis: Universidade de Brasília.
- Ospina, Sofi and Hohe, Tanja. 2001. *Traditional power structures and the community empowerment and local government project: Final report*. Dili: World Bank.
- Oviedo, Carlos. 2021. "Inauguração da Casa Sagrada Mau Suma – Rai Alas. Revivendo tradições e alianças em Timor-Leste". *Anuário Antropológico* 46, n. 2: 215-235. DOI: <https://doi.org/10.4000/aa.8335>. <http://journals.openedition.org/aa/8335>
- Palmer, Lisa. 2007. "Developing Timor-Leste: Recognizing the role of custom and tradition. SSEE Research Paper n. 1: Exploring the Tensions of Nation Building in Timor Leste, 35-40.

- _____. 2015. *Water politics and spiritual ecology: Environmental governance and development*. Oxon, New York: Routledge.
- Pélissier, René. 2007. *Timor em guerra: A conquista portuguesa 1847-1913*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Piedade, João. 2001. *A reconstrução das sociabilidades e das instituições sociais*". *Povos e Culturas*, ed. por Artur T. de Matos, n. 7: 53-72.
- Pina-Cabral, João. 1984. Comentários críticos sobre a casa e a família no Alto Minho rural. *Análise Social*, 20, n. 81-82: 263–284.
- _____. 1989. *Filhos de Adão, filhas de Eva: A visão camponesa no Alto Minho*. Lisboa, Etnográfica Press.
- _____. 1991. "Capítulo V. A herança de Maine". In *Os Contextos da Antropologia*. Etnográfica Press. DOI: 10.4000/books.etnograficapress.738
- _____. 1993. *Em terra de tufões: Dinâmicas da etnicidade macaense*. Macau: Instituto Cultural de Macau.
- _____. 2020. "On embracing the vague". *HAU: Journal of Ethnographic Theory*, 10, n. 3: 786–799. <https://www.journals.uchicago.edu/doi/pdfplus/10.1086/711693>
- Pina-Cabral, João and Lima, Antónia Pedroso de. 2000. *Elites: Choice, leadership and succession*. Lisboa: Etnográfica Press.
- _____. 2005. "Como fazer uma história de família: um exercício de contextualização social". *Etnográfica* 9, n. 2: 355-388.
- Pina-Cabral, João and Theodossopoulos, Dimitrios. 2021. "Thinking about generations, conjuncturally: A toolkit". *The Sociological Review*, 1–19. DOI: 10.1177/00380261211062301.
- Pinto, Paulo, ed. 2015b. *Tinan 500 Portugal-Timor*. Díli: Arquivo e Museu da Resistência Timorense.
- Portugal. "Acto Colonial". 1933. *Diário do Governo*, I.^a série, n.º 83 de 11 de Abril de 1933, págs. 650-652.
- Portugal. *Constituição* de 1933. <https://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/CRP-1933.pdf>
- Portugal. "Decreto-Lei n.º 792/74", de 31 de dezembro. *Diário da República*, I série, n. 303: 120.
- Rêgo, António da S. 1998 [1942]. *Dialecto português de Malaca e outros escritos* Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- Roque, Ricardo. 2010. *Headhunting and colonialism: Anthropology and the circulation of human skulls in the portuguese empire, 1870-1930*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- _____. 2011. "Os portugueses e os reinos de Timor no século XIX". *Oriente*, 20: 91-111.
- _____. 2014. "Seria preciso que a selvageria se me pegasse: Afonso de Castro e a 'festa das cabeças' em Timor colonial". *Etnográfica*, 18: 159-184. DOI: 10.4000/etnografica.3385.
- _____. 2019. "The death of the arbiru: Colonial mythic praxis and the apotheosis of officer Duarte". In *Crossing histories and ethnographies: Following colonial historicities in Timor-Leste*, ed. by Ricardo Roque and Elizabeth Traube, 93-130. Oxford, New York: Berghahn Books.
- _____. *Timor etnográfico: Etnografias coloniais portuguesas no séc. XX*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Roque, Ricardo and Wagner, Kim. 2012. *Engaging colonial knowledge: Reading european archives in world history*. London, New York: Palgrave Macmillan.
- Roque, Ricardo and Traube, Elizabeth, eds. 2019. *Crossing histories and ethnographies: Following colonial historicities in Timor-Leste*. Oxford, New York: Berghahn Books.

- Roque, Ricardo e Sousa, Lúcio. 2020. “As pedras de Afaloicai: a arqueologia colonial e a autoridade de objetos ancestrais em Timor-Leste”. *Revista Memória em Rede*, Pelotas, 12, n. 23: 49-86. DOI: <https://doi.org/10.15210/rmr.v12i23.19213>.
- Roque, Ricardo e Coutinho, Luísa. 2021. “A ‘Guerra dos Doidos’ em Timor-Leste (1776-1786)”. In *Resistências. Rebelião em Portugal e no seu império (1550-1850)*, ed. por Mafalda S. Cunha, 294-300. Lisboa, Casa das Letras.
- Sahlins, Marshall. 2008. “The Stranger-King or, elementary forms of the politics of life. *Indonesia and The Malay World* 36, n. 105: 177-199. DOI: 10.1080/13639810802267918.
- Sanjek, Roger. 1990. *Fieldnotes: The makings of Anthropology*, 92-121. Ithaca and London: Cornell University Press.
- Schulte Nordholt, Henk G. 1971. *The Political system of the Atoni of Timor*. The Hague: Martinus Nijhoff.
- Seixas, Paulo. 2008. *Uma Timor, Uma Malae. Tradução de tradições: Olaria e figurado em Timor-Leste*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.
- _____. 2010. *Translation, society and politics in Timor-Leste*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.
- Setiawan, Ken (2016), “From hope to disillusion: The paradox of Komnas HAM, the Indonesian National Human Rights Commission. *Bijdragen tot de Taal-, Land- en Volkenkunde* 172: 1–32. DOI: 10.1163/22134379-17201002
- Sherlock, K. 1983, *East Timor: Liurais and chefes de suco: Indigenous authorities in 1952*. Darwin, Unpublished Evaluation of indigenous political units in Portuguese Timor in the mid-twentieth century.
- Silva, Antero B. 2012. *Fretilin popular education 1973-1978 and its relevance to Timor-Leste today*. PhD thesis, University of New England.
- Silva, Renata Nogueira da. 2019. *Tanbasá sa’e foho?: Reprodução e transformação da vida social das casas sagradas no Timor Leste pós-colonial*. Tese de doutoramento, Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Sociais.
- Simião, Daniel. 2010. “Igualdade jurídica e diversidade cultural: Dilemas para a modernização timorense”. In *Hatene kona ba Compreender Understanding Mengerti Timor-Leste*, ed. por Michael Leach *et al.*, 79-83.
- _____. 2020. «Os três padrões: a habilidade negocial das *lia* e o peso da *kultura*». *E-cadernos CES*, 33. DOI: <https://doi.org/10.4000/eces.5141>. <http://journals.openedition.org/eces/5141>
- Silva, Kelly. 2018. “Marriage prestations, gift making, and identity in urban East Timor”. *Oceania* 88, n. 1: 127-147. <https://doi.org/10.1002/ocea.5185>
- Simpson, Bob. 1998. *Changing families: An ethnographic approach to divorce and separation*. Oxford: Berg.
- Soares, António. 2003. *Pulau Timor: Sebuah sumbangan untuk sejarah*. Baucau: Matebian Press.
- Sousa, Domingos. 2014. *Vozes da Resistência Timorense*. Brasília: Thesaurus.
- Sousa, Lúcio. 2010. *An tia: Partilha ritual e organização social entre os Bunak de Lamak Hitu, Bobonaro, Timor-Leste*. Tese de Doutoramento, Universidade Aberta.
- _____. 2013. “Educação, manuais e etnocentrismo: os timorenses nos manuais de geografia do ensino primário português do Estado Novo”. *Revista Veritas* 2: 15-36.
- Spillett, Peter. 1999. *The pre-colonial history of the island of Timor together with some notes on the Makassan influence in the island*. Darwin: Museum and Art Gallery of the North Territory. [Unpublished manuscript.]
- Teixeira, Manuel. 1957. *Macau e a sua Diocese*, vol. IV Macau: Escola Tip. Salesiana.
- Therik, Tom. 2004. *Wehali, the female land: Traditions of a Timorese ritual centre*. Canberra: Australian National University, Pandanus Books.

- Thomaz, Luís. 1981. "The formation of Tetun-Praça, vehicular language of East Timor". In *Papers on Indonesian languages and literatures*, ed. by Nigel Phillips and Khaidir Anwar. London, Paris: Indonesian Etymological Project, Association Archipel. [Sep. Cahiers d'Archipel, 13].
- _____. 2002. *Babel Loro Sa'e: O problema linguístico de Timor-Leste*. Lisboa, Instituto Camões.
- Timor-Leste. Direção Geral de Estatística. 2021. Timor-Leste em números: 2020. <https://inetl-ip.gov.tl/pt/2023/07/05/timor-leste-em-numeros-2020/>
- Timor-Leste. Governo. 2015. *Programação dos 500 anos da Afirmação da Identidade Timorese*. <http://timor-leste.gov.tl/?p=13165&lang=pt>
- Timor-Leste. Ministério da Administração Estatal. 2015. *Comemoração dos 500 anos*. Julho, 16. URL: www.estatal.gov.tl
- Timor-Leste. Ministro de Estado e da Presidência do Conselho de Ministros e Porta-voz Oficial do Governo de Timor-Leste. 2015. *Comemorações do 40.º Aniversário da Proclamação da Independência e dos 500 anos de interação com Portugal*. 27 de Novembro. URL: <http://timor-leste.gov.tl/?p=14089>
- Timor-Leste. Ministério das Finanças. 2013. Direção-Geral de Estatística. *Timor-Leste em números*. [Final Timor-Leste In Figures 2013 \(statistics.gov.tl\)](http://www.statistics.gov.tl)
- Timor-Leste. Ministério das Finanças. 2015. Direção-Geral de Estatística. *Sensus fo fila fali*.
- Timor-Leste. Parlamento Nacional, 2020. *Parlamento Nacional presta última homenagem ao ex-Deputado Clementino dos Reis Amaral*. <https://www.parlamento.tl/node/1409?language=pt-pt>
- Timor-Leste. Parlamento Nacional. 2022. *Parlamento: 20 anos*. <https://crdtl20anos.parlamento.tl/node/1199>
- Timor-Leste. STAE. 2012, *Rezultadu Provizorio Eleisaun Parlamentar 2012*.
- Toren, Christina and Pina-CabraL, João. 2011. *The challenge of epistemology: Anthropological perspectives*. Oxford and Nova Iorque, Berghahn Books.
- Traube, Elizabeth. 1986. *Cosmology and social life: Ritual exchange among the Mambai of East Timor*. Chicago: The University of Chicago Press.
- _____. 2011. "Planting the flag". In *Land and life in Timor-Leste: ethnographic essays*, ed. by Andrew McWilliam and Elizabeth Traube, 117-140. Canberra: ANU Press.
- Trindade, José, 2011. "The core values of Timor-Leste". Paper presented at *Communicating New Research on Timor-Leste 3rd Timor-Leste Study Association (TLSA) Conference*, Dili, June 30, 2011.
- Trindade, José and Castro, Bryant. 2007. *Rethinking Timorese identity as a peacebuilding strategy: The Lorosae - Loromonu conflict from a traditional perspective*. Dili: The European Union's Rapid Reaction Mechanism Programme.
- Tsuchiya, Kisho 2018. "Indigenization of the Pacific War in Timor island: A multi-language study of its contexts and impact". *War & Society* 38, n. 1: 1-22. <https://doi.org/10.1080/07292473.2019.1524348>
- United Nations. 2006. *Report of the United Nations Independent Special Commission of Inquiry for Timor-Leste*. Geneva, October 2, 2006.
- United Nations. 2012. Department of Field Support, Cartographic Section. *Map No. 4365 Rev. 1. Southeast Asia*. <https://www.un.org/geospatial/content/southeast-asia>.
- United Nations. Secretary-General. 2006. Report of the Secretary-General on Timor-Leste pursuant to Security Council resolution 1690. August, 8. <https://digitallibrary.un.org/record/580829?ln=en#record-files-collapse-header>
- United Nations. UNTAET. 2001. Regulamento n. 2001/2 da UNTAET, Fevereiro 26, 2001. [Reg2001-02por.doc \(mj.gov.tl\)](http://www.mj.gov.tl)

- Viegas, Susana. 2019a. "The co-presence of ancestors and their reburials among the Fataluku (Timor-Leste)". *Indonesia*, n. 107: 55-73. DOI: <https://doi.org/10.1353/ind.2019.0004>
- _____. 2019b. "Paths to infinity: Ancestorship, origin narratives and differentiation". In *Routledge Handbook of Contemporary East-Timor*, ed. by Andrew McWilliam and Michael Leach, 241-265. London and New York: Routledge.
- _____. 2020. "Ancestors and martyrs in Timor-Leste". In *The Dead as Ancestors, Martyrs, and Heroes in Timor-Leste*, ed. by Lia Kent and Rui Graça Feijó. Amsterdam: University Press.
- Viegas, Susana e Mapril, José. 2012. "Mutualidade e conhecimento etnográfico". *Etnográfica* 16, n. 3: 513-524. DOI: 513-524. 10.4000/etnografica.2104.
- Viegas, Susana and Feijó, Rui, eds. 2017. "Territorialities of the fallen heroes". In *Transformations in independent Timor-Leste*, ed. by Susana Viegas and Rui Feijó, 94-109. London, New York: Routledge.
- _____. 2018. "Moving the dead and building the nation: Martyrs in Timor-Leste". In *Death on the Move: managing narratives, silences and constraints in a trans-national perspective*, ed. by Philip Havik, José Mapril and Clara Saraiva, 245-264. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing.
- Williams-van Klinken, Catharina. 2019. *Tetun-English interactive dictionary*. Dili: Institute of Technology.
- Yoder, Laura. 2005. *Custom, codification, collaboration: Integrating the legacies of land and forest authorities in Oecusse Enclave, East Timor*. PhD thesis, Yale University.
- _____. 2015. "The development eraser: Fantastical schemes, aspirational distractions and high modern mega-events in the Oecusse enclave, Timor-Leste". *Journal of Political Ecology*, 22: 299-321. DOI: 10.2458/v22i1.21110.
- _____. 2016. "The formation and remarkable persistence of the Oecusse-Ambeno enclave, Timor". *Journal of Southeast Asian Studies* 47, n. 2: 281-303. <http://www.jstor.org/stable/43863264>

IMPrensa

- Asiaweek. 1999. "Less-timid Timorese". *Asiaweek*, February 26, 1999. <http://edition.cnn.com/ASIANOW/asiaweek/99/0226/feat13.html>
- Azancot de Menezes, Manuel. 2020. "P.e Maubere: Timor está numa situação gravíssima. Salvai-nos dos ditadores! *Jornal Tornado*, Setembro 2, 2020.
- Barreto, Micas. 2015. "Komemorasaun tinan 500: Komemorasaun forsadu?", *Forum Haksasuk*. <https://forum-haksasuk.blogspot.com/2015/11/komemorasaun-tinan-500.html>
- Duarte, V. C. 1955. "Episódio (Um) da história de Timor. A Guerra dos Doidos". *O Século*, ano 75, n. 26 449: 9, Novembro 20, 1955.
- ETAN. 1999. *Ramos Horta sends message to meeting of "liurais" in Macau*. Fevereiro 11, 1999. <http://www.etan.org/et/1999/february/8-14/11ramos.htm>
- Fitzpatrick, Stephen. 2007. "Fretilin sidelined in Timorese cabinet". *The Australian*. August 9, 2007. <https://web.archive.org/web/20070831191521/http://www.theaustralian.news.com.au/story/0,25197,22211563-25837,00.html>
- Fretilin. 1998. *Comunicado final*. Sydney, Agosto 20, 1998. <http://www3.dsi.uminho.pt/academiamilitar/1999/mlcas/comunic.htm>
- Gomes, Adelino. 2002. "A bandeira das quinas pela Constituição". *O Público*, Maio 21, 2002. <https://www.publico.pt/2002/05/21/jornal/a-bandeira-das-quinas-pela-constituicao-170723>

- Gonçalves, Marisa. 2014. Grupos de ex-guerrilheiros timorenses questionam a legitimidade do Estado. *Global Voices*, Março 25. <https://pt.globalvoices.org/2014/03/25/grupos-de-ex-guerrilheiros-timorenses-questionam-a-legitimidade-do-estado/>
- Jolliffe, Jill. 2011. “Postcolonial blues”. *The Monthly*, April 2011. <https://www.themonthly.com.au/issue/2011/march/1301812693/jill-jolliffe/postcolonial-blues#mtr>
- Lusa. 2006. “José Luís Guterres nega contactos para substituir Mari Alkatiri”. *RTP Notícias*, Junho 21, 2006. https://www.rtp.pt/noticias/mundo/jose-luis-guterres-nega-contacto-para-substituir-mari-alkatiri_n129142
- _____. 2015a. *Xanana Gusmão diz que comemorações dos 500 anos estão a ser preparadas com “sorrisos e alegria”*. Novembro 25, 2015. https://www.rtp.pt/noticias/mundo/xanana-gusmao-diz-que-comemoracoes-dos-500-anos-estao-a-ser-preparadas-com-sorrisos-e-alegria_n876601
- _____. 2015b. *Governo timorense prepara comemoração dos 500 anos da chegada de portugueses*. Setembro 3, 2015. https://www.rtp.pt/noticias/mundo/governo-timorense-prepara-comemoracao-dos-500-anos-da-chegada-de-portugueses_n855732
- _____. 2015c. *Presidente do Tribunal Constitucional representa Portugal nas comemorações em Timor-Leste*. Novembro 22, 2015. https://24.sapo.pt/noticias-sapo/artigo/presidente-do-tribunal-constitucional_5651a014fc3d2756624a2511
- _____. 2016. “Sousa Ribeiro afirma bom relacionamento entre Portugal e Timor”. *Notícias ao Minuto*. Janeiro 5, 2016. <https://www.noticiasao minuto.com/pais/513916/sousa-ribeiro-afirma-bom-relacionamento-entre-portugal-e-timor>
- Sampaio, António. 2015. “Português e religião católica nos 500 anos de contactos entre Portugal e Timor”. *Lusa*, Novembro 28, 2015. <https://timor500anos.blogs.sapo.pt/portugues-e-religiao-catolica-nos-500-17699>
- Observador. 2015. “Oecusse: enclave timorense que é hoje terra do pó, onde os miúdos ainda dizem boa tarde”. *Observador*, Novembro 6, 2015. <https://observador.pt/2015/11/06/oecusse-enclave-timorense-que-e-hoje-terra-do-pou-nde-os-miudos-ainda-dizem-boa-tarde/>
- Pinto, Paulo. 2015a. “Opinião: Portugal e Timor: a distância da memória”. *O Público*, Novembro 24, 2015. <https://www.publico.pt/2015/11/24/mundo/opiniao/portugal-e-timor-a-distancia-da-memoria-1715299>
- Prôa, António. 2015. “Opinião: Portugal e Timor: 500 anos demasiado distantes”. *Jornal Económico*, Novembro 27, 2015. <https://jornaleconomico.pt/noticias/portugal-e-timor-500-anos-demasiado-distantes-42260/>
- Ribeiro, Manuel. 2015. “Timor-Leste: Ex-guerrilheiro morto a tiro pelas forças de segurança”. *Global Voices*, Agosto 10, 2015. <https://pt.globalvoices.org/2015/08/10/timor-leste-ex-guerrilheiro-morto-a-tiro-pelas-forcas-de-seguranca/>
- SOL. 2015. “Seria ‘deselegante’ Portugal não enviar representante a celebrações em Timor-Leste”. *SOL*, Novembro 5, 2015. <https://sol.sapo.pt/artigo/478713/seria-deselegante-portugal-nao-enviar-representante-a-celebracoes-em-timor-leste>
- Suzeti, Dilma. 2017. Foto membru Komite Orientador hamutuk nai’n 25”. *Jornal Nacional Diário*, ano 12, n. 2920, Junho 19.
- Rádio e Televisão de Timor-Leste (2017). “José Luís Guterres halo kampanha iha Distrito Bobonaro”. *Rádio e Televisão de Timor-Leste*. https://www.youtube.com/watch?v=ELEEP9H_AZs&t=59s
- Timor-Leste. Governo. 2012. *Cerimónia de reconhecimento e desmobilização dos Antigos Combatentes das Forças Armadas da Resistência de Timor Leste* <http://timor-leste.gov.tl/?lang=pt&p=5600>

- UCCLA. 2014. *Governo timorense lança primeira pedra da construção de infraestruturas em Oecusse*. Maio 22, 2014. <https://www.uccla.pt/noticias/governo-timorense-lanca-primeira-pedra-da-construcao-de-infraestruturas-em-oecusse>
- United Nations. UNTAET. 2000. *SRSG appeals to political tolerance* <https://peacekeeping.un.org/mission/past/etimor/DB/DB210800.HTM>
- Walsh, Pat. 2001. *East Timor's political parties and groupings: Briefing Notes*. Canberra: Australian Council for Overseas Aid. https://vuir.vu.edu.au/26156/1/WALSH_compressed.pdf
- Wright, Warren, ed. 2013. "Prime Minister Gusmao threatens to wring the necks of CPD-RDTL dissidents like chickens and sack public servants involved in the group". *Timor Post*, April 13. <https://www.easttimorlawandjusticebulletin.com/2013/04/prime-minister-gusmao-threatens-to.html>

ARQUIVOS

Arquivos públicos

Arquivo Histórico Parlamentar, Assembleia Nacional - Assembleia da República, Lisboa.

1848

- Eleição dos Deputados da VII Legislatura da Província de Timor.
- Diário das Sessões n. 142, 1956.
- Diário das Sessões n. 180, 1960.
- Diário das Sessões n. 90, 1963.
- Diário das Sessões n. 112, 1964.
- Diário das Sessões n. 52, 1970.

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Lisboa. Fundo do Conselho Ultramarino (CU), Timor.

1691

- Relação do que contém a ilha de Timor.*
- 1702 05 28, Lifau
- Carta de frei Manuel de Santo António ao rei [D. Pedro II].*
- 1703 08 02, Timor
- Representação dos reis de Timor ao rei [D. Pedro II].*
- 1703 09 29, Lifau
- Lista do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], António Coelho Guerreiro.*
- 1724 07 10, Lifau
- Carta (cópia) do governador e capitão-geral das ilhas de Solor e Timor, António de Albuquerque Coelho.*
- 1727 04 30, Lifau
- Carta (cópia) do governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor, António Moniz de Macedo ao vice-rei e capitão-general da Índia, João Saldanha da Gama.*
- 1729 01 24, Goa
- Carta do [vice-rei e capitão-general do estado da Índia], João de Saldanha da Gama ao rei [D. João V].*

1737 07 10, Lifau

- Provisão (treslado) do governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor, António Moniz de Macedo.*
- 1784 01 20 – 04 28
Representações (19 cópias) do governador e capitão-general das ilhas de Timor e Solor, João Baptista Vieira Godinho ao governador e capitão-general do estado da Índia, Frederico Guilherme de Sousa.
- 1784 05 04
Ofício do governador das ilhas de Timor e Solor.
- 1788 12 15, Macau
Ofício do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], João Baptista Vieira Godinho para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro.
- 1795 11 11, Lisboa
Consulta do Conselho Ultramarino ao príncipe regente de Portugal, D. João.
- 1811 04 28
Instruções (cópia) do [vice-rei do Estado da Índia, Conde de Sarzedas, Bernardo José de Lorena], para o governador e capitão geral das ilhas de Timor e Solor, Vitorino Freire da Cunha Gusmão.
- 1815 09 15, Timor
Instruções (cópia) do [vice-rei do estado da Índia, conde de Sarzedas, Bernardo José de Lorena], para o governador e capitão geral das ilhas de Timor e Solor, Vitorino Freire da Cunha Gusmão.
- 1815 09 15, Timor
Representação dos reis dos reinos da ilha de Timor ao [príncipe regente, D. João].
- 1816 06 13, ilhas de Timor e Solor
Representação de vários coronéis e reis das ilhas de Timor ao rei, [D. João VI.
- 1816 09 30-1816 11 19, Timor
Diário do [oficial-maior da secretaria do governo das ilhas de Timor e Solor], António Francisco Alves.
- 1816 [POS]
Ofício (cópia) do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], José Pinto Alcoforado de Azevedo e Sousa para o vice-rei do estado da Índia, conde do Rio Pardo, D. Diogo de Sousa.
- 1817 06 10, Díli
Ofício do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], José Pinto Alcoforado de Azevedo e Sousa para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], conde da Barca, António de Araújo Azevedo.
- 1817 06 10, Díli
Ofício do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], José Pinto Alcoforado de Azevedo e Sousa para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], conde da Barca, António de Araújo Azevedo.
- 1817 06 10, Díli
Ofício do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], José Pinto Alcoforado de Azevedo e Sousa para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], conde da Barca, António de Araújo Azevedo.
- 1817 06 10, Díli

Ofício do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], José Pinto Alcoforado de Azevedo e Sousa para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], conde da Barca, António de Araújo Azevedo.

1817 06 10, Díli

Ofício do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], José Pinto Alcoforado de Azevedo e Sousa para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], conde da Barca, António de Araújo Azevedo.

1817 06 10, Díli

Ofício do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], José Pinto Alcoforado de Azevedo e Sousa para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], conde da Barca, António de Araújo Azevedo.

[1817]

Representação dos coronéis provinciais de Belos ao rei [D. João VI].

1826 06 10, Timor

Ofício do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], Manuel Joaquim de Matos Gois para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, conde de Subserra, [Manuel Inácio Pamplona Corte Real].

1826 06 10, Timor

Ofício do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], Manuel Joaquim de Matos Gois para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, conde de Subserra, [Manuel Inácio Pamplona Corte Real].

1832 [POS]

Relação dos reinos que pagam finta à Fazenda Real de Timor.

1839

Relação das fintas, marinheiros e auxiliares fornecidos anualmente pelos reinos de Timor.

1848

Relação dos reinos de Timor e Solor.

1859

Elevação de Díli a vila.

1873

Visita aos reinos do leste de Timor pelo superior da Missão de Timor e Solor, Luís Xavier de Mesquita para o Ministro e Secretário de Estado da Marinha e Ultramar.

1876

Vassalagem dos coronéis-reis de Ermera, Sarau, Viqueque e Manumera, brigadeiro-rei de Luca e tenente-coronel de Faturo.

Arquivo Histórico da Presidência da República, Lisboa.

Acta n.º 2 (1999) da Cerimónia de juramento dos membros do Senado dos Liurais de Timor Loros'ae. Portugal. Assembleia da República Portuguesa, Fevereiro 25, 1999.

Arquivo & Museu da Resistência Timorense, Díli

Carta de Sabalae para Berlaka. 1994, Junho 5. Pasta: 06223.042, Fundo: Arquivo da Resistência Timorense - Konis Santana.

Carta de Sabalae para Aitahan Matak. 1994, Junho 8. Pasta: 06223.043, Fundo: Arquivo da Resistência Timorense - Konis Santana.

Carta de Rosa T para Vero Lata. 1994a, Julho 15. Pasta: 06223.118, Fundo: Arquivo da Resistência Timorense - Konis Santana.

Carta de Rosa T para Vero Lata. 1994b, Julho 25. Pasta: 06223.117, Fundo: Arquivo da Resistência Timorense - Konis Santana.

Carta de Rosa T para Vero Lata. 1994c, Julho 30. Pasta: 06223.116, Fundo: Arquivo da Resistência Timorense - Konis Santana.

Carta de Sabalae para Berlaka. 1994, Agosto, 4. Pasta: 06223.075, Fundo: Arquivo da Resistência Timorense - Konis Santana

Carta de Rosa Vida Koo para Naga Funu. 1994, Outubro 9. Pasta: 06233.049; Fundo: Arquivo da Resistência Timorense - Konis Santana.

Carta de Konis e Sabalae para o Comandante das Falintil. 1995. Pasta: 06224.079, Fundo: Arquivo da Resistência Timorense - Konis Santana.

Carta de Túloda Alves [Adjunto do CEL/FC] para Piti Lakon Mosu. 1998. Maio 12. Pasta: 06237.166, Fundo: Arquivo da Resistência Timorense - Konis Santana.

Carta de Rosa T para o CEM e sub-CEM Dai Tula. 1994. Pasta: 06223.076, Fundo: Arquivo da Resistência Timorense - Konis Santana

Fotografia de Aitahan Matak, responsável da Frente Clandestina, Taur Matan Ruak, Sub-Chefe do Estado-Maior das Falintil, e elementos da população local durante um encontro numa aldeia de Ossú/Viqueque, Março, 1991. Pasta: 06785.004.01, Fundo: Arquivo da Resistência Timorense – Sabalae.

Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa

1778 11 12 ou 1788 ou 1881 12 24. [V]iqueque (Timor).

Carta de Joaquim António Alves Jácome ao governador e capitão-geral.

Arquivos privados

Arquivo de Clementino dos Reis Amaral sobre o Senado dos Liurais de Timor Loros'ae

Acta n.º 1 (1999) da Assembleia Geral do Senado dos Liurais, Macau, Fevereiro 13, 1999.

Carta de Manuel Tíلمان (1999) a Monsenhor José António da Costa. Macau, Janeiro 12, 1999.

Carta do Padre Francisco Fernandes (1998) ao Governador de Macau. Macau, Novembro 10, 1998.

Carta do SLTL ao Presidente da República de Portugal (1999) Jorge Sampaio. Macau, Março 21, 1999.

“Certidão (2010) comprovativa do registo da Associação”, n. 21/DRN-MJ/IV/2010, Abril 26, 2010.

Discurso do presidente do Senado dos Liurais (2002), Leão Pedro dos Reis Amaral nas cerimónias de declaração da independência da República Democrática de Timor-Leste. Díli, Maio 20, 2002.

Escritura (1999) de constituição da Associação Senado dos Liurais. Macau, Março 25, 1999.

“Estatutos (1999) do Senado dos Liurais de Timor Loros'ae”. *Boletim Oficial de Macau*, II série, n. 9: 1186-1188. Março 3, 1999.

Lista dos participantes (1999) da Reunião de Macau, Fevereiro 14, 1999.

Passagem histórica (2010) do Senado dos Liurais em síntese, elaborada por Henrique Côrte-Real, Secretário-Geral do Senado dos Liurais de Timor Lorosa'e, Outubro 10, 2010.

Relação dos componentes (2001) do Senado de Liurais de Timor Lorosa'e, Janeiro 22, 2001. Díli.

Relação nominal (2014) dos *liurais* do exterior. Março 5, 2014. Díli.

Relatório do Senado dos Liurais (2010), elaborado por Aleixo Ximenes, 2010.

Fotografia de Leão Pedro Amaral, Clementino Amaral, Epifânia Amaral e Paulo Guterres. S.d.

Arquivo de António Tomás Amaral da Costa

Carta de António Tomás Amaral da Costa ao Papa João Paulo II. 1989, Outubro 10. Díli.

Carta de António Tomás Amaral da Costa a Dom Duarte Pio. 2014, Agosto 9.

CPD-RDTL. 2001. *Manifesto*. [Díli: s.n.].

Genealogia de António Tomás Amaral da Costa (s.d.).

Fotografia de Amaral da Costa, V. Carrascalão e Kay Rala Xanana Gusmão (s.d.).

Arquivo da Casa Costa

Apontamentos sobre a história da família da Costa, Hornay e Cruz (s.d.)

Declaração conjunta dos líderes tradicionais (2017), Novembro 14.

Resumo da família da Costa; Hornay; da Cruz (s.d.).

Arquivos online

Carta do *liurai* de Maubara (1971), Gaspar C. S. Nunes ao governador de Timor, Junho 14.
<https://abemdanacao.blogs.sapo.pt/autoridades-tradicionais-em-timor-1649512>.

Carta particular do governador ao ministro do Ultramar (1971a), Junho 14.
<https://abemdanacao.blogs.sapo.pt/autoridades-tradicionais-em-timor-1649512>.

Carta particular do governador ao ministro do Ultramar (1971b), Junho 14.
<https://abemdanacao.blogs.sapo.pt/autoridades-tradicionais-em-timor-1649512>.

Casa Real Portuguesa (2015). *Agenda 2015*: Novembro 28 [e] 25.
<http://www.casarealportuguesa.org/dynamicdata/agenda2015.asp>

Liurais no Vaticano. 1957. <https://abemdanacao.blogs.sapo.pt/tag/timor>

ANEXOS

Anexo A

Declaração conjunta dos líderes tradicionais (2017)

Original em Malaio indonésio: *Pernyataan bersama para tokoh adat Liurai Sila, Sonbai Sila, Be[l]un Sila dan Afo[an] Sila dalam rangka meningkatkan perdamaian dan persaudaraan sesama Atoni Meto bertempat di lapangan sdk bokos Oepoli kecamatan Amfoang Timur pada hari selasa tanggal 14 November 2017.*

Tradução em Português: Declaração conjunta dos líderes tradicionais Liurai Sila, Sonbai Sila, Be[l]un Sila e Afo[an] Sila, a fim de melhorar a paz e a fraternidade entre os Atoni Meto, praça de Oepoli, subdistrito de Amfoang Oriental, na Terça-feira, 14 de Novembro de 2017.

Nós, os povos indígenas [do] Liurai Sila, Sonbai Sila, Be[l]un Sila e Afo[an] Sila com o espírito de *NEKAF MESE ANSAOF MESE ATONI PAH METO*, concordamos em:

1. Reforçar o parentesco a fim de preservar os valores culturais que foram plantados pelos antepassados na filosofia de *NEKAF MESE ANSAOF MESE ATONI PAH METO*;
2. Apoiar o estabelecimento da paz na fronteira, como mandado no juramento tradicional dos antepassados e na esperança dos dois países;
3. Estabelecer a cooperação para aumentar a dignidade da comunidade nos domínios social, cultural e económico.
4. Reconhecer e reforçar as fronteiras costumeiras entre os reinos de Liurai Sila, Sonbai Sila, Beun Sila, e Afo' Sila, de acordo com os seus juramentos.
5. As fronteiras entre países não são um ponto de disputa como tem acontecido até agora, mas tornam-se antes um ponto de fraternidade e social [sociabilidade].
6. Os resultados desta reunião precisam de ser divulgados a todas as pessoas dos dois países.
7. Incentivar os governos dos dois países a facilitar uma reunião semelhante em 2018 em Ambenu. Questões técnicas relacionadas com a participação dos participantes, de modo a não se dificultar a sua participação.
8. Encorajar e instar os governos dos dois países a resolverem os pontos de fronteira não resolvidos”.

Este acordo foi assinado pelos descendentes do Liurai Sila, Sonbai Sila, Be[l]un Sila, Afo'[an] Sila, dois moderadores e testemunhado por um representante do Ministério das Relações Exteriores da República da Indonésia e um representante do Ministério das Relações Exteriores e Cooperação da República Democrática de Timor-Leste.

(Fonte: Arquivo pessoal da Casa Costa).

Anexo B

Luca na documentação colonial

Data / Local	Documentação / Arquivo	Indexação
1585	Fernandes, A. (1931). Matos, A. (1974).	Missionação no Reino de Luca.
1613	Mapa de Timor In Eredia (1613)	Luca é um dos cinco reinos mencionados, mas é o único escrito com letra maiúscula e a negrito em toda a ilha.
1641	Luna de Oliveira (2004 [1949], vol. I, 93)	Envio de vinte dominicanos por Frei Manuel da Cruz, Mestre Deputado da Ordem, para evangelizarem os reinos da ilha e erguerem igrejas em Luca, e noutros reinos.
1658	Carta Anual de Fr. Matias da Maia SJ, Provincial do Japão para Fr. Goswin Nickel, Roma. Macau, 18 de Fevereiro de 1661, 166-174) In Jacobs (1988).	Pedido da <i>liurai fetu</i> de Luca de missionários jesuítas para evangelizarem o Reino de Luca. Jornada dos jesuítas João Nogueira e Pero Francisco em direcção a Luca onde não chegaram porque terão sido envenenados no Reino de Ade.
1670	Relação aos confrades da província de S. Pedro de Alcântara, de 1670 (Câmara 1670), In Teixeira (1957, vol. IV, 448)	O capelão das tropas topasses encontrava-se no reino de Luca a catequizar a <i>liurai fetu</i> , a pedido desta.
1691	<i>Relação</i> do que contém a ilha de Timor: reis, suas terras e produtos naturais. AHU	Lista dos reis – terras dos Belos da parte de fora. Rainha de Luca cristã falecida, deixou por governador D. António. Não há nada neste reino.
1697 05 04 Lifau	Breve e resumida relação destas ilhas de Solor e Timor, assim do temporal como do espiritual, que ofereço a Vossa Excelência para, como Príncipe e Senhor pôr os olhos no desamparo delas e remediá-las. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Reservados, I-32,34,13, nº2, fls. 124-130. In Matos, 2015, <i>Timor no Passado: Fontes para a sua história (Séculos XVII e XVIII)</i> , 113-135.	Pedra de Matavião – vassalagem a Luca Frei Bernardo Sarmento, vigário de Luca
1697-1702	Residência em Luca de frei Manuel de Santo António Matos (2006, 7). Leitão (1953, 9-10, 28-29). Luna de Oliveira (2004 [1949]), vol. 1, 127, 138, 139).	Chegada a Timor de frei Manuel de Santo António com o cargo de visitador. Fixou-se em Luca e daí desenvolveu a sua actividade evangelizadora em Luca onde converteu ao Catolicismo o <i>liurai</i> e a aristocracia, e noutros reinos. Em 1702, frei Manuel de Santo António, na altura vigário das cristantades dos reinos de Luca, Viqueque e Bibiluto foi providencial conjuntamente com os <i>liurais</i> de Viqueque e Luca, para o desembarque e tomada de posse de António Coelho Guerreiro (1702 – 1705), primeiro Governador de Timor e Solor, contra a resistência de Domingos da Costa, cabecilha dos Topazes.
Até 1701	<i>Instruções</i> do Conde de Sarzedas In Castro (1867, 200). AHU	Reconhecimento de Luca, Wehali e Camenaça: “Uns reconheciam o “Suray de Riquitta, rei de Luca e senhor da ilha estabelecido na parte oriental da província dos Belos, e outros ao Suray de Uzalle [Wehali], casa estrangeira estabelecida na parte ocidental da mesma

		província; reconheciam também a casa de Camanace”.
1702 05 28 Lifau	<i>Carta</i> de frei Manuel de Santo António ao rei [D. Pedro II] sobre conversão de vários reinos; chegada do governador António Coelho Guerreiro às ilhas e auxílio prestado nos confrontos com os rebeldes; louvor da acção do tenente Lourenço Lopes; fidelidade do rei de Viqueque, D. Mateus da Costa. AHU	Conversão de todo o reino de Luca e de outros 5 reinos e outros lugares subordinados a estes reinos por frei Manuel de Santo António. Baptismo dos principais do reino e grande parte do povo, ermidas e catequistas. Fixou residência no reino de Luca, onde deixou quando se ausentou a Lifau, e que tinha por companheiro, Fr. João da Madre de Deus.
1703	Relação de 25 reinos do governador de Timor, António Coelho Guerreiro que integravam o partido real. In Leitão (1952, 43)	Vinte e um dos reinos localizavam-se na província dos Belos, incluindo o reino de Luca (<i>liurai</i> D. Sebastião), excepto quatro do Servião.
1703 08 02 Timor	<i>Representação</i> dos reis de Timor ao rei [D. Pedro II] a louvar as qualidades do governador António Coelho Guerreiro e a pedir a sua manutenção no cargo. Louvor de frei Manuel de Santo António. AHU	Representação dos reis de Timor ao rei de Portugal a louvar Frei Manuel de Santo António, vigário das cristandades do reino de Luca e de Viqueque; a louvar as qualidades do governador e a pedir a sua manutenção no cargo, assinada por <i>liurais</i> entre os quais D. Sebastião Fernandes, rei de Luca.
1703 09 29 Lifau	Lista do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], António Coelho Guerreiro dos presentes enviados a vários reis das ilhas de Timor e Solor e a outras pessoas, em benefício do serviço real. AHU	Presente enviado a D. Sebastião Fernandes, rei de Luca, vestido de seda da China (semelhante a muitos dos presentes a outros <i>liurais</i>).
1702-1705	Castro (1867). Matos (2006, 11).	António Coelho Guerreiro põe em prática a ideia de conceder aos <i>liurais</i> patentes e postos.
1709	Carta do governador Jácome de Morais Sarmento para o vice-rei da Índia. In Leitão (1953, 105, 106).	O reino de Luca volta a ser mencionado no governo de Jácome de Morais Sarmento (1708-1709?), pelo risco de se levantar, juntamente com os reinos de Viqueque e Vessoro entre outros, em virtude da prisão do <i>liurai</i> de Viqueque, D. Mateus da Costa ordenada governador. O governador requer os serviços de frei Manuel de Santo António, na altura investido no cargo de bispo de Malaca, para ir a esses reinos e fazer regressar os desertores ao partido real, no que foi bem-sucedido.
1722	Instruções do Conde de Sarzedas. In Castro (1867, 203-204).	Pacto de Camenace que uniu os principais reinos de toda a ilha na revolta contra a administração portuguesa e os larantuqueiros pela “expulsão e morte dos brancos e larantuqueiros do Servião”. O <i>liurai</i> de Luca inicia as hostilidades ao atacar com os seus homens de armas o capitão-mor Joaquim de Matos, que se tinha dirigido a Cailaco cobrar <i>fintas</i> (imposto). Camenaça liderava a rebelião que contou com o apoio de doze reinos.
1723	Tresllado autêntico de hua certidão cujo theor de verbo adverbium hê o seguinte. In Almeida (1976, 310, 316).	Frei Francisco da Madre de Deus, vigário da freguesia de S. Miguel do Reino de Luca apoia a expulsão do bispo de Malaca de Timor ordenada pelo então governador.
1723?	Relatório de contas colonial dos reinos. In Castro (1867, 161-162).	Informa que o reino de Luca pagava anualmente oitocentos picos o equivalente a oitocentos pardaus, valor só igualado pelo reino de Camenaça-Suai e de Vehaly [Wehali], e

		suplantado pelo “reino da cabeça da ilha” que o documento não identifica, mas que pagava mil e duzentos <i>picos/pardaus</i> .
1724 07 10 Lifau	<i>Carta</i> (cópia) do governador e capitão-geral das ilhas de Solor e Timor, António de Albuquerque Coelho acerca da expulsão do Bispo de Malaca; revolta dos timorenses incitados pelo Bispo e receio de nova rebelião. Anexos depoimentos sobre o procedimento do Bispo de Malaca: 1. Treslado do Padre Frei Francisco de Madre de Deos, vigário de freguesia de São Miguel do reino de Luca; 2. Certificado do Padre Frei João do Rozario, vigário da Igreja... do reino de Samoro. AHU	1. Frei Francisco de Madre de Deos, vigário de freguesia de São Miguel do reino de Luca. 2. P. Comissário Frei Thomas do Sacramento, vigário do reino de Luca.
1726 11 16	Diário de Campanha do assalto a Cailaco In Luna de Oliveira (2004 [1949], vol. II, 561, 562).	Dentre vários <i>liurais</i> que participaram no assalto a Cailaco nas forças do governo colonial, encontrava-se D. António Aveiro de Amaral, com dois sobrinhos com um número significativo de soldados. O capitão de Luca, Manuel João de Pinho consta também dos Portugueses que participaram, mas que faleceu no regresso.
1727 04 30 Lifau	<i>Carta</i> (cópia) do governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor, António Moniz de Macedo ao vice-rei e capitão-general da Índia, João Saldanha da Gama, acerca dos postos existentes em Timor e Solor; soldos que vencem e forma como são pagos, bem como a conveniência de certos postos serem ocupados por naturais. Anexo 1: “Lista dos Soldos que vencem os officaes e soldados que servem nesta Praca de Liphao em 30 de Abril de 1727”. AHU	Existência de postos vigiados por militares certamente fortificados e sob a alçada do governo central nos reinos de Luca, Balibó, Laleia, Manatuto, Motael e Vemasse/Ade. Companhia do capitão D. António de Fretes que garante o posto de Luca. Posto de Luca: - Pagamentos anuais dos <i>liurais</i> das jurisdições e reinos do posto de Luca ao seu capitão e cabo; - Capitão e cabo Nuno da Silveira Frade; - D. Domingos da Silva – rei e coronel de Luca, o seu tenente coronel; - D. António? Taveiro? do Amaral.
1729 01 24 Goa	<i>Carta</i> do [vice-rei e capitão-general do estado da Índia], João de Saldanha da Gama ao rei [D. João V] sobre o estado das ilhas de Timor e Solor. Correspondência do governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor; do capitão da província de Belos; lista de gente que marchou e pelejou contra os rebeldes de Cailaco. Planta das operações na Pedra de Cailaco. 1+17 fls. Tem anexo cópia da correspondência. A planta encontra-se na Secção de Cartografia e Iconografia: XII/CM/770 AHU	Participação do tenente-coronel do reino de Luca D. António Aveiro de Amaral, 2 sobrinhos, sargento-mor do campo? D. Francisco da Silva. Capitão do reino de Luca, Manuel João de Pinho (português). Venilale – jurisdição de Luca.
1734 12 15	Carta do governador de Timor, Pedro do Rêgo Barreto da Gama e Castro (1731-1734) ao rei de Portugal In Castro (1867, 235-242); Luna de Oliveira (1949, vol. I, 185)	O reino de Luca consta ter sido um dos sete reinos que influenciou significativamente na obediência dos muitos reinos então rebelados numa insubordinação generalizada contra o “governo branco” de Timor liderada por Francisco Fernandes Varela e Francisco Hornay (líderes das forças militares larantuqueiras).

	Instruções. In (Castro 1867, 207, 208).	A obediência dos rebelados e o perdão foram publicados nas povoações e igrejas de Luca, Vemasse, Manatuto e Díli.
1737 07 10 Lifau	<i>Provisão</i> (treslado) do governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor, António Moniz de Macedo a conceder aos reis e coronéis da ilha de Timor a isenção de pagamento das fintas anuais. 1+7 fls. Tem anexo lista dos reinos, dos reis e das quantias que pagavam. AHU	Pagamento anual do reino de Luca em parhaus. Pagamento da guarnição da Praça de Lifau, repartidos pelos reinos a partir de 1733, reino de Luca. Gastos da praça de Lifau, participação do reino de Luca. Reino de Luca, <i>liurai</i> D. Sebastião Amaral, pagamentos e produções. Ribeiras com ouro em Titiluro e Lacló.
1778 11 12	<i>Carta</i> de Joaquim António Alves Jácome ao governador e capitão-geral sobre catequização e suas consequências. [V]iqueque (Timor). 24 de Dezembro de 1881. Cópia, 1 fl. BSGL: Res 2 - maço 5, doc. 26 – [2]	O documento original é datado de 1788 e Joaquim António Alves Jácome é apenas o autor da cópia. É provável que esta carta de 1778 ou 1788 (a catalogação aponta 1788 e o final da carta refere 12 de Novembro de 1778), seja sobre a pretensão do <i>liurai</i> de Viqueque às jurisdições de Luca em virtude da Guerra dos Doidos, no qual Viqueque se posicionou ao lado do governador colonial.
1779-1786	<i>Instruções</i> . In Castro (1867, 89-90,212). Luna de Oliveira (2004 [1949], vol. I: 265-266). <i>Carta do governador de Timor, José Pinto Alcoforado de Azevedo e Sousa ao Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, António de Araújo e Azevedo, Díli, 10 de Junho de 1816</i> , transcrita por Castro (1867, 90-92; 289-295).	“Guerra dos Doidos” liderada por Luca contra o governo colonial.
1784 01 20 – 04 28	<i>Representações</i> (19 cópias) do governador e capitão-general das ilhas de Timor e Solor João Baptista Vieira Godinho ao governador e capitão-general do estado da Índia Frederico Guilherme de Sousa sobre: desvantagens da mudança da praça de Lifau para Díli; rendimento da Alfândega; comércio e agricultura; guarnecimento da praça de Díli e plano das tropas. AHU	O governador de Timor pede ao governador da Índia o envio da cartas (patentes?) para os <i>liurais</i> do partido real, incluindo o <i>liurai</i> de Luca, coronel D. Domingos do Amaral.
1784 05 04	<i>Ofício</i> do governador das ilhas de Timor e Solor e notícia descrevendo os régulos e as fintas que pagavam. AHU	Pagamentos de imposto pelos reinos, incluindo Luca. <i>Liurai</i> D. Sebastião Amaral.
1788 12 15 Macau	<i>Ofício</i> do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], João Baptista Vieira Godinho para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro sobre a razão da sua permanência em Timor, viagem para Macau e receio de escalar Batávia. Refere as providências tomadas para melhorar a situação das ilhas, mencionando os reinos obedientes a Portugal e os que se encontravam do lado dos holandeses. Renova o pedido de socorros e de protecção ao comércio das ilhas lembrando o perigo holandês. Envio de uma lista dos géneros existentes naquelas ilhas. 2+2 fls. Anexa lista mencionada e um lembrete. AHU	Rei de Luca fora do partido real desde 1768 até à intervenção do governador João Baptista Vieira Godinho

1789-1790	Rebelião dos Pretos em Manatuto. In Castro (1867:94, 97-99). <i>Carta do governador de Timor, Feliciano António Nogueira Lisboa ao governador e capitão-geral da Índia, Francisco da Cunha e Menezes, de 10 de Novembro de 1789</i> , transcrita por Castro (1867:271-279). Luna de Oliveira (2004 [1949], vol. I:213-230).	Os desentendimentos ocorridos entre o governador do bispado, padre Francisco Luís da Cunha e o governador de Timor, Feliciano António Nogueira Lisboa (1788-1790), fizeram com que o primeiro se retirasse para Manatuto. Em Manatuto germinava a “Rebelião dos Pretos”. O <i>liurai</i> de Luca, D. Tomás do Amaral comandava o arraial das forças coloniais contra os rebelados. Desentendimentos entre D. Tomás do Amaral e o governador Nogueira Lisboa.
1795 11 11 Lisboa	<i>Consulta</i> do Conselho Ultramarino ao príncipe regente de Portugal, D. João sobre os requerimentos de Feliciano António Nogueira Lisboa que foi director em Surrate e governador das ilhas de Timor e Solor, em que pede perdão pelos erros cometidos e a graça de ser readmitido no serviço real. 15+133 fls. Tem anexo vários documentos. AHU	Menciona correspondência do <i>liurai</i> de Luca, D. Tomás do Amaral e de outros <i>liurais</i> .
1801	Relação das ilhas de Timor e Solor por Feliciano António Nogueira Lisboa. RGLRJ. In Matos (2015)	Reino de Luca Guerra dos Doidos D. Sebastião do Amaral Intervenção do <i>liurai</i> de Luca, [D. Tomás do Amaral] na guerra entre o governador Feliciano Lisboa e o governador do bispado. Mapa das fintas reais pagas pelos reinos (1709, 1718, 1737).
1810-	“Guerra dos Doidos” In Luna de Oliveira (1949, vol. I, 266, 267).	Nova fase ou nova “Guerra dos Doidos”
1810	Revolta no reino de Lacluta. In Castro (1867:108,109)	Revolta no reino de Lacluta. Pode haver confusão com o ressurgimento da “Guerra dos Doidos”.
1815 09 15 Timor	<i>Instruções</i> (cópia) do [vice-rei do estado da Índia, conde de Sarzedas, Bernardo José de Lorena], para o governador e capitão geral das ilhas de Timor e Solor, Vitorino Freire da Cunha Gusmão. Para a administração do Governo religioso, civil, fazenda real, militar e político das ilhas de Timor. 27+5 fls. Tem anexo cópia de provisões: cartas régias e outras correspondências relativa a Timor 1602-1810; (documento incompleto). AHU	Instruções para a administração do governo religioso, civil, fazenda real, militar e político. Historial político, social, missionário. Belos e Servião, reinos e <i>liurais</i> . Luca e outros reinos produzem ouro.
1815 09 15 Timor	<i>Representação</i> dos reis dos reinos da ilha de Timor ao [príncipe regente, D. João] a pedir para que Vitorino Freire da Cunha Gusmão não retorne como governador das ilhas de Timor e Solor. 2 fls. AHU	Acusação de vexames, castigos, roubos. D. Félix António de Amaral, coronel regente do reino de Luca.
1816 06 13 ilha de Timor e Solor	<i>Representação</i> de vários coronéis e reis das ilhas de Timor ao rei, [D. João VI] a elogiar a acção do governador e capitão-geral José Pinto Alcoforado de Azevedo e Sousa e a solicitarem a prorrogação do seu mandato no governo da ilha.	D. Ana de Amaral, rainha de Luca.

	4 fls. Há 2ª via. AHU	
1816 09 30 - 1816 11 19 Timor	<i>Diário</i> do [oficial-maior da secretaria do governo das ilhas de Timor e Solor], António Francisco Alves, sobre a viagem de Dili para Batugadé. Conversações de apaziguamento entre os reinos. Juramento de obediência e fidelidade. Conserto do presídio de Batugadé. Cobrança de fintas reais. Oposição dos chineses ao estabelecimento de alfândegas no porto de Atapupo. 17 fls. AHU	[O reino de Luca este envolvido no “apaziguamento”].
1816 [POS]	<i>Ofício</i> (cópia) do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], José Pinto Alcoforado de Azevedo e Sousa para o vice-rei do estado da Índia, conde do Rio Pardo, D. Diogo de Sousa sobre o estado de decadência de Timor e Solor, índole dos naturais e rivalidades entre reinos. 5 fls. AHU	“Guerra dos Doidos”
1817 06 10 Díli	<i>Ofício</i> do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], José Pinto Alcoforado de Azevedo e Sousa para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], conde da Barca, António de Araújo Azevedo sobre a ineficácia do anterior governador, Vitorino Freire da Cunha Gusmão no estabelecimento de alfândega no porto de Atapupo contra a oposição dos chineses estabelecidos no Cupão. Pedido do rei de Veale para fazer a paz com os reis de Suay e Tafacay. Conserto do presídio de Batugadé. 3 fls. AHU	Esta correspondência menciona a acção do <i>liurai</i> de Luca, D. Félix António de Amaral.
1817 06 10 Díli	<i>Ofício</i> do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], José Pinto Alcoforado de Azevedo e Sousa para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], conde da Barca, António de Araújo Azevedo ² sobre a aplicação dos seus soldos no conserto do presídio de Batugadé e no sustento das companhias que ali deixou para assegurarem o estabelecimento da alfândega em Atapupo e em dádivas aos reis da província. 1+1 fls. Anexo um atestado comprovativo da aplicação dos soldos do governador. AHU	Esta correspondência menciona a acção do <i>liurai</i> de Luca, D. Félix António de Amaral.
1817 06 10 Díli	<i>Ofício</i> do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], José Pinto Alcoforado de Azevedo e Sousa para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], conde da Barca, António de Araújo Azevedo sobre a oposição dos reis de Cová, Veate e Cutubaba ao estabelecimento de alfândegas no porto de Atapupo. Ataque ao presídio de Batugadé. Socorro dos reis de Ocusse e Ambeno. Apaziguamento entre os reis. Envio do oficial-maior da secretaria do governo,	Esta correspondência menciona a acção do <i>liurai</i> de Luca, D. Félix António de Amaral.

	António Francisco Alves, ao presídio de Batugadé para o consertar e guarnecer. 7 fls. AHU	
1817 06 10 Díli	<i>Ofício</i> do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], José Pinto Alcoforado de Azevedo e Sousa para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], conde da Barca, António de Araújo Azevedo sobre o restabelecimento do presídio de Batugadé e juramento de obediência dos reinos vizinhos. 1 fl. AHU	O reino de Luca esteve envolvido.
1817 06 10 Díli	<i>Ofício</i> do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], José Pinto Alcoforado de Azevedo e Sousa para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], conde da Barca, António de Araújo Azevedo sobre os serviços e merecimentos dos oficiais que se distinguiram na restauração do presídio de Batugadé e na conservação de Timor por ocasião das traições dos reinos vizinhos. 2+3 fls. Anexa a relação dos oficiais e mercês propostas. AHU	O reino de Luca esteve envolvido.
1817 06 10 Díli	<i>Ofício</i> do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], José Pinto Alcoforado de Azevedo e Sousa para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], conde da Barca, António de Araújo Azevedo a enviar cópia das portarias de nomeação de D. Gregório Rodrigues Pereira para o posto de Marechal de Campo e de D. Teles António do Amaral para o posto de brigadeiro. 1+2 fls. Anexa cópia das portarias. AHU	D. Félix António de Amaral que reduziu à obediência o seu vizinho Cailaco.
[1817]	<i>Representação</i> dos coronéis provinciais de Belos ao rei [D. João VI] a solicitar mais estreita ligação com a cidade de Macau, e a elogiar a acção do conselheiro Miguel de Arriaga Brum da Silveira pelas providências que tem dado a Timor. Pedem a continuação no cargo do actual governador José Pinto Alcoforado de Azevedo e Sousa. 3 fls. Há 2ª via AHU	Assinado por D. Félix António de Amaral, coronel regente do reino de Luca, brigadeiro dos exércitos de S. Majestade.
1816– 1817?	Tomada do Presídio de Batugadé. In Castro, 1867:112, 113; Luna de Oliveira (2004 [1949], vol. I, 254).	Tomada do Presídio de Batugadé. Revolta de reinos ocidentais de Timor que se apropriaram do presídio de Batugadé liderados por Wehali e Cailaco. D. Félix do Amaral, <i>liurai</i> de Luca em campo contra Cailaco obteve a sua submissão.
1826 06 10 Timor	<i>Ofício</i> do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], Manuel Joaquim de Matos Gois para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, conde de Suberra, [Manuel Inácio Pamplona Corte Real] a envio documentos relativos à obediência e pagamento de fintas pelos régulos de Timor.	Relação dos reinos que pagam fintas, nomeadamente Luca.

	1+8 fls. Tem anexo documentos comprovativos. AHU	
1826 06 10 Timor	<i>Ofício</i> do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], Manuel Joaquim de Matos Gois para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, conde de Suberra, [Manuel Inácio Pamplona Corte Real] a enviar uma descrição da índole dos povos de Timor. 1+5 fls. Tem anexo "Descrição de Timor". AHU	Fala sobre a "Guerra dos Doidos".
1832 [POS]	<i>Relação</i> dos reinos que pagam finta à Fazenda Real de Timor. 1 fl. AHU	Menciona Luca.
1839	<i>Relação</i> das fintas, marinheiros e auxiliares fornecidos anualmente pelos reinos de Timor. AHU	Inclui Luca.
1848	<i>Relação</i> dos reinos de Timor e Solor. Papéis da eleição do deputado de Timor às Cortes AHU	Luca consta da relação dos reinos. 4 conselhos ou divisões eleitorais, 1 dos quais Luca, 3 eleitores em Luca de 16 em Timor.
1848	<i>Eleição</i> dos Deputados da VII Legislatura da Província de Timor. Divisão Eleitoral de Díli, Comarca de Díli, Concelho de Díli, Freguesias de Díli, Manatuto, Batugadé e Luca. Legislatura de 1847 a 1851. AHP	Eleito Deputado Julião José da Silva Vieira. Escolhido Eleitor de Província por Luca : Luís Caetano Ribeiro. Escolhido Eleitor de Província por Díli : Baltasar Fernandes Dias
1859	<i>Elevação</i> de Díli a vila. AHU	Presença de Agostinho Luís Pereira, comandante da companhia de Luca? no evento.
1866	Mapa dos onze distritos de Timor do governador Afonso de Castro. In Castro (1867:457-458)	O reino de Luca consta no quinto distrito em que Viqueque encabeça o distrito.
1873	<i>Visita</i> aos reinos do leste de Timor pelo superior da Missão de Timor e Solor, Luís Xavier de Mesquita para o Ministro e Secretário de Estado da Marinha e Ultramar. AHU	Conflito nas jurisdições de Vequeque e Luka, Vessoro de Luka. D. José, filho do <i>liurai</i> de Luka. Visita do superior da Missão de Timor e Solor, Luís Xavier de Mesquita a Luka, de 26 de Agosto até 10 de Setembro de 1872. Estadia e reunião com os principais e D. Anna da Costa do Amaral, rainha de Vessoro. Igreja. Baptismo de 140 pessoas. Tarefas pastorais em Luka. Santo António de Lisboa, patrono do reino de Luka.
1876	<i>Vassalagem</i> dos coronéis-reis de Ermera, Sarau, Viqueque e Manumera, brigadeiro-rei de Luca e tenente-coronel de Faturu. AHU	Vassalagem do brigadeiro-rei de Luca, D. Luiz dos Reis e Cunha a S. Majestade, perante o governador, termos, testemunhas.

Tabela elaborada pela autora da tese a partir das fontes mencionadas na mesma tabela.

Anexo C

Cronologia do Partido KOTA

Datas	Funções / Actividades	Nomes
1974	Formação do KOTA	
1974	Fundadores	Leão Pedro dos Reis Amaral, José Martins e Pedro da Costa Ramalho
1974-1976	Presidente	José Martins
1998	Formação do CNRT	
1998	Membros da Comissão Política Nacional do CNRT	Leão Pedro dos Reis Amaral
1998-2000	Presidente	Leão Pedro dos Reis Amaral
2000-2007	Presidente	Clementino dos Reis Amaral
2000-2007	Secretário-geral	Manuel Tilman
2001	Membros da Assembleia Constituinte	Clementino dos Reis Amaral Manuel Tilman
2002-2007	Deputados no Parlamento Nacional de Timor-Leste	Clementino dos Reis Amaral Manuel Tilman
2007	Coligação do KOTA com o PPT – Aliansa Demokratika para as Eleições Legislativas de 2007	
2007-2012	Deputado no Parlamento Nacional de Timor-Leste	Manuel Tilman
2011	Luta interna pelo poder no KOTA. Separação entre o KOTA de Tilman e a Associação Popular Monarquia Timorense (APMT) de Pedro Ramalho	Manuel Tilman Pedro da Costa Ramalho
2012	Coligação do KOTA com o Partido Trabalhista Timorense – Aliansa Demokratika para as Eleições Legislativas de 2012. O KOTA não conseguiu eleger deputados.	
2016	Manuel Tílman, dirigente do KOTA anunciou a sua filiação no Partido de Libertação do Povo (PLP)	
2017- Actualidade	Desaparecimento do KOTA da lista dos partidos registados nas eleições de 2017	

Tabela elaborada pela autora a partir das seguintes fontes: Entrevistas; Timor-Leste. STAE (2012); Walsh (2001).

Anexo D


Cargos políticos e diplomáticos de José Luís Guterres na RDTL

Cargo / Eleições	Datas	Líder do governo / partido	Partidos
Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação no I Governo Constitucional.	2001-2002	Mari Alkatiri	
Embaixador de Timor-Leste nos EUA e representante permanente (chefe da missão diplomática) de Timor-Leste junto da ONU.	2002 – 2006	-	-
Candidatura à liderança da Fretilin no II Congresso da Fretilin Demissão do Primeiro-Ministro Mari Alkatiri na sequência da crise político-militar. Formação de no governo liderado por Ramos-Horta. Guterres assume o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros no II Governo Constitucional.	2006 2006-2007	Ramos-Horta	
Vice-primeiro-ministro no IV Governo Constitucional. O líder do grupo responsável pelo atentado a Ramos-Horta e a Xanana Gusmão em 2008, Gastão Salsinha entregou-se a José Luís no mesmo ano.	2007-2012	Xanana Gusmão	Coligação “Aliança de Mudança para o Progresso” (AMP)
Criação da Frente-Mudança, partido considerado de centro-esquerda, defensor da social-democracia.	2012	José Luís Guterres	-
Eleição de dois deputados da Frente-Mudança nas eleições legislativas de 2012. Guterres assume as funções de Ministro dos Negócios Estrangeiros no V Governo Constitucional. O Ministério da Administração Estatal também é assegurado por Jorge da Conceição Teme da Frente-Mudança.	2012-2015	Xanana Gusmão	Coligação do CNRT, Partido Democrático e Frente-Mudança
Candidatura às eleições presidenciais em que obteve 2,61% dos votos e o terceiro lugar.	2017		Frente-Mudança
A Frente-Mudança não elegeu deputados nas eleições parlamentares.	2017		
Presidente da Autoridade RAEOA - ZEEMS, sucedendo no cargo a Mari Alkatiri.	2019-2021		

Tabela elaborada pela autora com base em entrevistas, documentação da imprensa e documentação governamental de Timor-Leste.

Anexo E

Carta de António Tomás Amaral da Costa ao Papa João Paulo II (1989)



CONSELHO NACIONAL DA RESISTENCIA MAUBERE
CNRM
ORGÃO DA RESISTENCIA NACIONAL DO JOVENS TIMORRENSE
ORGÃO Nº. 8 RNJT

Sua Santidade João Paulo II
Digníssimo Bispo da Diocese de Timor
em
Dili

Nesta derradeira hora de arrependimento e de infindas graças que podemos usufruir da visita de sua santidade a esta nossa amada patria de Timor Leste e a este nosso martirizado povo Maubere, que é profundamente religioso e caracteristicamente Cristiano, nós os jovens de Timor Leste queremos manifestar perante a sua santidade a nossa sincera gratidão e proposta para uma vida mais crista e mais Católica em intimidade com o nosso Bispo Dom Karol Wojtyła, o nosso estimado Administrador Apostólico Dom Carlos Filipe Ximenes Belo, SDB e toda a cristandade Timorense da igreja local em Dili, ou seja a Diocese de Dili.

A presença de sua Santidade no meio de nós vem a representar um momento de encontro com Cristo na pessoa do representante do Pedro, na Igreja Universal. E Cristo que hoje nós apela para avivencia mais íntima com Ele e em unido com o Pai do céu que a Santo. E Cristo que passa no meio de-nós encorajando-nos para seguirmos pelo caminho de santidade e termos fé na sua igreja em companhia do Pedro, seu representante fiel no meio do fiéis.

Nós os jovens católicos, queremos comprometer- mo-nos a edificar uma sociedade mais justa, mais fiel as doutrinas do Evangelho e aos ensinamentos da Igreja Católica no meio das angustias e sofrimentos de um povo como e da sociedade Timorense, sabemos que sua Santidade não ha -de estar alheio as condições de vida, atravessadas hoje pelo povo Timorense que sofre silenciosamente a custa de opressões e de praticas imorais feitas pelos ocupacionistas Indonésios. Queremos fazer referencia ao facto de que o nosso povo actualmente se sente forçado a aceitar o que nunca lhe veio na ideia de o aceitar. A politização da Pancasila mostra claramente o objectivo traçado pelo governo para a materialização de principios doutrinarios da Igreja Católica referente a fé.

Rejeitamos as directrizes políticas traçadas pela força ocupacionista Indonésia a favor do caso da auto-determinação com o algo que se define unicamente sob a perspectiva da política da integração de Timor Leste a Indonésia. Como jovens católicos de Timor Leste, não queremos escluir ninguém na nossa fraternidade que cristo nos ensinou a viver como irmãos. Mas solicitamos aos nossos irmãos Indonésios que respeitem o direito inalienável de um povo em votar pela sua auto-determinação, como o unico modo de conseguir a paz e concordia entre o povo da Indonésia e de Timor-Leste, a uma independência total para Timor Leste, e algo que poderá permear aos cidadãos Timorenses.

algo da sua liberdade de expressão perante o direito inalienável. Queremos fazer acreditar a sua santidade de que o povo de Timor Leste nunca decidiu ser comunista, como declaram os políticos Indonésios. Pois, este termo "comunista" apenas era usado pelos pretendentes a integração para combater a justa Luta do Povo Maubere, a fim de ganharem a simpatia e o apoio do mundo internacional no caso discutido em ONU a respeito da auto-determinação para Timor Leste e, sobre tudo, anularem os princípios traçados pela FRETILIN na conduta do destino de Timor Leste por uma Luta mais justa e sagrada a favor da independência total ao povo Maubere.

Não queremos de nenhuma maneira fazer obrigar a sua santidade em decidir por nossa parte, mas solicitamos a bondade e Benevolência de sua santidade que nós proteja perante os massacres investidos pelas forças indonésias e perante e não reconhecimento ao direito da auto-determinação, que e a independência total.

Como jovens católicos, queremos sentir como sentir do Papa e pensar com o pensarei do Papa "o povo e soberano do proprio destino" (Redemptor Hominis, pagina 66), nos assuntos concernentes ao exercicio do poder com a partisipação moral da sociedade Timorenses e do povo Maubere.

E por ultimo, queremos fazer render graças ao senhor pela Manifestação da sua benevolencia e Misericordia aos filhos Timorenses. Benevolencia essa que permitiu aos filhos Tomorenses em rezar com o seu chefe, O representantes de Pedro na igreja Universal e Representante de Cristo no seu corpo Missico que hoje peregrina ainda sobre a terra.

Deus guarda a sua santidade, João Paulo II, e que o nome de Cristo seja louvado sobre a terra e o poder de Deus tenha lugar nos nossos corações. Demãos dadas, oremos ao senhor que não tarda a chegada do Reino de Deus sobre a terra.

De sua santidade, muito respeitosamente subscrevemo-nos.

Dili, 10 de Outubro de 1989

Responsavel do Orgão N.º 8 RNJT


(TETUN AITAHAN MATAK)

Fonte: Arquivo pessoal de António Tomás Amaral da Costa. Carta escrita por António Tomás Amaral da Costa / Tetun Aitahan Matak, na qualidade de responsável do Orgão n.º 8 da Resistência Nacional e Jovens Timorenses (RNJT). Díli, Outubro 10, 1989.

Anexo F

Carta de António Tomás Amaral da Costa a Dom Duarte Pio (2014)



Fonte: Arquivo pessoal de António Tomás Amaral da Costa. Baucau, Agosto 9, 2014.